Demonstrações Financeiras
Consolidadas

2022

BFF

As obras de arte reproduzidas neste relatório foram criadas pelo artista Valerio Adami e fazem parte da coleção de arte contemporânea da Fundação Farmafactoring.

Toda a coleção de cerca de 250 obras do período pós-guerra até ao início dos anos 2000 criada por artistas como Valerio Adami, Enrico Baj, Alberto Burri, Hsiao Chin, Mario Schifano, Arnaldo Pomodoro e Joe Tilson está permanentemente em exposição nos escritórios italianos do BFF em Milão e Roma.

No primeiro semestre de 2021, foi distribuído o livro de arte, em inglês, publicado pela Skira editore Milan Genève Paris, ***«Art Factor. The Pop Legacy in Post-War Italian Art»*** (Fator arte. O legado pop na arte italiana pós-guerra), que relata a viagem italiana em direção à Arte Pop através das obras de Valerio Adami, Franco Angeli, Enrico Baj, Lucio Del Pezzo, Gianfranco Pardi, Mario Schifano e Emilio Tadini.

O volume artístico representa o primeiro passo de um projeto mais extenso envolvendo a promoção da coleção no estrangeiro, numa exposição itinerante por toda a Europa, que terminará em 2023.

www.art-factor.eu

Este documento, preparado em formato PDF apenas para facilitar a leitura das Demonstrações Financeiras, representa uma versão suplementar do documento oficial, em conformidade com a Diretiva 2004/109/CE («Diretiva Transparência») e o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 («Formato Eletrónico Único Europeu - Regulamento ESEF»), publicado no sítio web em www.bff.com.

BFF Bank S.p.A.
Empresa-mãe do BFF Banking Group
Sede social sita em Milão - Via Domenichino 5
Capital social 142 851 591,88 € (integralmente realizado)
Registo Comercial de Milão n.º
Código fiscal e NIF n.º 07960110158

TRADUÇÃO DE CORTESIA

Demonstrações Financeiras Consolidadas

2022

BFF

Índice

Estrutura do grupo 4
Órgãos sociais em 31 de dezembro de 2022 7
Carta do Presidente do Conselho de Administração 10

01 Relatório relativo às operações 15

1. Evolução do BFF: Líder sustentável em finanças especializadas 16
2. Contexto operacional e acontecimentos significativos 25
3. Resultados operacionais 36
4. Objetivos e políticas do Grupo em matéria de assunção, gestão e cobertura de riscos 70
5. Sistema de controlo interno 74
6. Outras informações 78
7. Capital social, estrutura acionista e outros indicadores de desempenho 82
8. Perspetivas de negócio 86
9. Afetação do lucro do Banking Group 87
10. Proposta à Assembleia de Acionistas 88

02 Demonstrações Financeiras Consolidadas 90

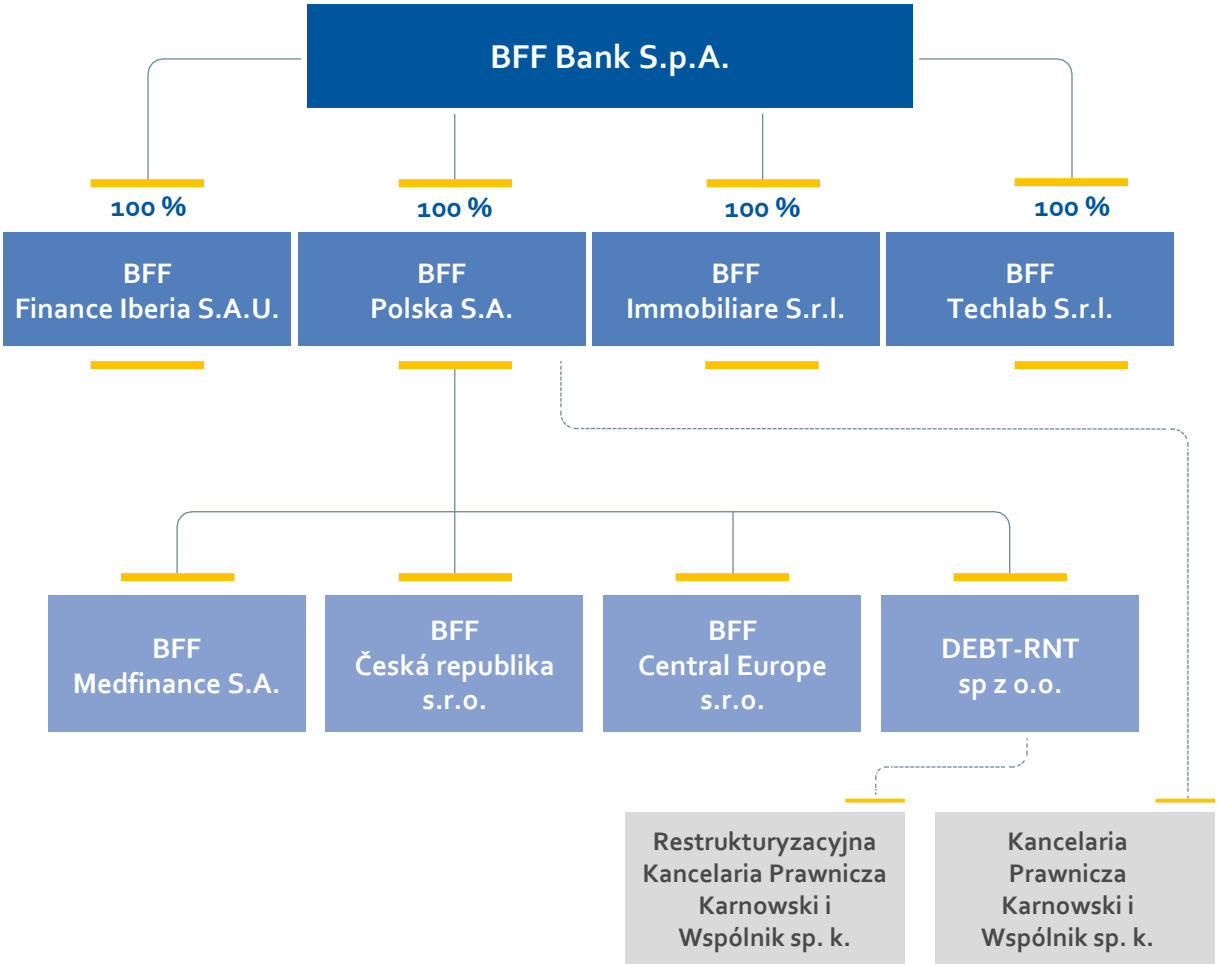
Posição de balanço consolidada 92
Demonstração de Resultados Consolidada 94
Demonstrações consolidadas do rendimento integral 95
Demonstração consolidada de alterações no capital próprio 96
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa 98
Notas consolidadas 100
Parte A - Políticas contabilísticas 101
Parte B - Informações sobre a Posição de balanço consolidada 154
Parte C - Informações sobre a Demonstração de Resultados Consolidada 206
Parte D - Rendimento Integral Consolidado 227
Parte E - Informações sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco 229
Parte F - Informações sobre capitais próprios consolidados 286

Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócios 295
Parte H - Transações com partes relacionadas 298
Parte I - Pagamentos com base em ações 301
Parte L - Relato por segmentos 303
Parte M - Relato por locações 306
Outras informações 309

03 Certificação pelo Responsável de Relato Financeiro 311

04 Relatório dos Auditores Independentes 314

Estrutura do grupo



TRADUÇÃO DE CORTESIA

A 31 de dezembro de 2022, o BFF Banking Group incluía a Empresa-mãe BFF Bank S.p.A. e as seguintes empresas:

Nome da empresa	Sede social e operacional	Tipo de relação[1]	Relação de propriedade		Direitos de voto
			Detida por	Investimento %	% [2]
1. BFF Immobiliare S.r.l.	Milão Via Domenichino, 5	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
2. BFF Techlab S.r.l.	Brescia Via Carlo Zima, 4	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
3. BFF Finance Iberia. S.A.U.	Madrid Paseo de la Castellana, 81	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
4. BFF Polska S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
5. BFF Medfinance S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
6. BFF Central Europe s.r.o.	Bratislava Mostova, 2	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
7. BFF Česká republika s.r.o.	Praga Roztylská, 1860/1	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
8. Debt-Rnt sp. Z O.O.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
9. Komunalny Fundusz Inwestycyjng Zamknięty	Varsóvia Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
10. MEDICO Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	Varsóvia Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
11. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	BFF Polska S.A.	99 %	99 %
12. Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspolnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	Debt-Rnt sp. Z O.O.	99 %	99 %

Legenda:

(1) Tipo de relação:

1 = detém a maioria dos direitos de voto nas assembleias ordinárias de acionistas
2 = influência dominante na assembleia ordinária de acionistas
3 = acordos com outros acionistas
4= outras formas de controlo

(2) Direitos de voto nas assembleias ordinárias de acionistas, distinguindo entre direitos de voto efetivos e potenciais ou percentagem de ações.

Relativamente aos pontos 9 e 10, os direitos de voto dizem respeito ao direito de voto dos investidores na Assembleia.

As empresas indicadas nos pontos 11 e 12 acima são sociedades em comandita simples e são consolidadas de acordo com o método de equivalência patrimonial uma vez que os respetivos valores de ativos totais não são significativos.

A 19 de janeiro de 2022, foi criada a empresa BFF Immobiliare S.r.l., uma subsidiária totalmente detida do BFF Bank S.p.A. Esta empresa foi criada com vista a finalizar a operação Casa BFF, que envolveu a aquisição de uma área edificável e o subsequente desenvolvimento de um edifício de escritórios que se tornará a nova sede do Grupo BFF e albergará todo o pessoal do Banco presente na cidade de Milão, que se encontra atualmente distribuído por três edifícios diferentes.
O BFF Bank também detém uma participação de 26,46 % na Unione Fiduciaria S.p.A., que é consolidada com o método de equivalência patrimonial (e não na sua totalidade), uma vez que é uma empresa sujeita a influência significativa.

A 3 de outubro de 2022, o BFF Bank finalizou a aquisição da empresa de TI «MC3 Informatica S.r.l.» que, a partir da mesma data, alterou a sua denominação social para BFF Techlab S.r.l. Esta operação é coerente com a trajetória de crescimento definida no Plano de Negócios 2023 e permitirá a integração vertical de todas as atividades de desenvolvimento ligadas à gestão e evolução do sistema de informações do Grupo, favorecendo sinergias de custos e aumentando a eficiência operacional.
Os critérios de medição são adotados com vista a uma empresa em atividade e cumprem os princípios da especialização dos exercícios, pertinência e relevância da informação contabilística e a prevalência da substância económica sobre a forma jurídica.

Órgãos sociais a 31 de dezembro de 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Salvatore Messina	
Presidente da Comissão Executiva	Massimiliano Belingheri	
Vice-presidente	Federico Fornari Luswergh	
Administradores	Anna Kunkl (*) Michaela Aumann Piotr Henryk Stępniak	Domenico Gammaldi Monica Magrì (**) Giovanna Villa

O Conselho de Administração permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023.

FUNÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E REQUISITOS DE INDEPENDÊNCIA

NOME	CARGO NO BFF	EXECUTIVO	NÃO EXECUTIVO	INDEPENDÊNCIA
Salvatore Messina	Presidente		✓	
Federico Fornari Luswergh	Vice-Presidente		✓	
Massimiliano Belingheri	Presidente da Comissão Executiva	✓		
Anna Kunkl	Administradora		✓	✓
Michaela Aumann	Administrador		✓	✓
Piotr Henryk Stępniak	Administrador		✓	
Domenico Gammaldi	Administradora		✓	✓
Monica Magrì	Administradora		✓	✓
Giovanna Villa	Administradora		✓	✓

A composição do Conselho de Administração do BFF cumpre os critérios de diversidade e de género recomendados pelo Código de Governo Societário, tal como estabelecido nos Estatutos da Empresa, nos Regulamentos do Conselho de Administração e na Política de Diversidade do Conselho de Administração aprovada mais recentemente pelo Conselho de Administração a 28 de julho de 2021.

(*) Nomeada por cooptação pelo Conselho de Administração a 1 de março de 2022, em substituição de Amélie Scaramozzino, que se demitiu a 24 de fevereiro de 2022, cuja nomeação foi confirmada pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022.

(**) Nomeada por cooptação pelo Conselho de Administração a 10 de fevereiro de 2022, em substituição de Barbara Poggiali, que se demitiu a 3 de fevereiro de 2022, cuja nomeação foi confirmada pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022.

CONSELHO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Presidente	Nicoletta Paracchini
Auditores permanentes	Fabrizio Riccardo Di Giusto Paolo Carbone
Auditores suplentes	Carlo Carrera Francesca Masotti

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023.

AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG S.p.A.

RESPONSÁVEL DE RELATO FINANCEIRO

Giuseppe Manno

Composição das Comissões a 31 de dezembro de 2022

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Giovanna Villa	Administradora Independente	Presidente
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Membro da Comissão
Piotr Henryk Stępniak	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

COMISSÃO PARA A AVALIAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E ENTIDADES ASSOCIADAS

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Anna Kunkl	Administradora Independente	Presidente
Giovanna Villa	Administradora Independente	Membro da Comissão
Michaela Aumann	Administradora Independente	Membro da Comissão

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Presidente
Monica Magrì	Administradora Independente	Membro da Comissão
Federico Fornari Luswergh	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS(*)

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Michaela Aumann	Administradora Independente	Presidente
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Membro da Comissão
Federico Fornari Luswergh	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

(*) A partir de 2020, o Conselho de Administração atribuiu as seguintes responsabilidades na área de Ambiente, Social e Governo ("ESG") à Comissão de Controlo e Riscos: funções de investigação, aconselhamento e proposição e, de uma forma mais geral, apoio ao Conselho de Administração em questões de sustentabilidade, incluindo a revisão periódica de atualizações sobre o progresso das medidas de sustentabilidade e o consequente impacto na demonstração não financeira.

Carta do Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

os acontecimentos dos últimos doze meses trouxeram à luz, de um modo geral, a necessidade de avaliar e procurar novos equilíbrios.

Na primeira parte do ano, o nosso país tinha conseguido travar a propagação violenta original da pandemia que começou em 2020, mas em fevereiro a invasão da Ucrânia lançou o mundo num estado de incerteza global, caracterizado pelo aumento dos custos da energia, pela subida da inflação e por condições de crédito mais rigorosas.
As crises multiplicam-se também a nível regional e local, tendo-se iniciado uma situação repleta de riscos, que exige uma retoma imediata da colaboração internacional.
Seja qual for o desfecho do conflito Rússia-Ucrânia, este terá - e já começou a ter - um efeito amargo e duradouro nos processos de desenvolvimento, no crescimento, na dívida pública e na inflação em todo o mundo.

Os académicos mais renomados destacaram que nunca, antes destes últimos anos, o planeta se viu confrontado com escolhas tão radicais, que representassem verdadeiros pontos de viragem capazes de remodelar o futuro das próximas gerações.
Estas crises em curso estão a convergir e a combinar-se, dando origem a um quadro global de mudanças profundas, com novos desenvolvimentos na logística internacional e a procura de novos equilíbrios energéticos no seu centro, também para dar os passos necessários para a transição ecológica.

Deixando de parte o que foi descrito acima sobre a nova ordem mundial, em termos de estabilidade financeira, importa salientar que a atividade económica abrandou, em geral, no segundo semestre de 2022.

O risco de uma recessão, especialmente em países produtores como a Alemanha e a Itália, é concreto, embora os indicadores económicos mais recentes apontem para uma recessão curta e não muito profunda.

O ciclo económico mundial continua a ser fortemente condicionado pela inflação e pelas dificuldades de aprovisionamento energético e alimentar causadas pelo conflito em curso na Ucrânia, que foi ainda agravado pela seca e pelo abrandamento económico na China.

As condições nos mercados globais deterioraram-se desde a primavera passada e os riscos para a estabilidade financeira também aumentaram em Itália, embora o sistema bancário, as famílias e as empresas estejam globalmente mais sólidos do que em anteriores períodos de turbulência. Em particular, os bancos estão a beneficiar da recuperação da margem financeira e da melhoria da qualidade do crédito, com os seus rácios de empréstimos improdutivos a atingirem mínimos históricos.
Quanto aos restantes países da Zona Euro, o aumento dos riscos deve-se principalmente à persistência da instabilidade geopolítica, à pressão inflacionista e a condições de crédito mais restritivas.

As condições das finanças públicas beneficiaram da recuperação económica de 2021 e 2022.
Neste quadro, será importante manter o controlo da despesa pública e conseguir um aumento significativo e estável do potencial de crescimento, alavancando também a implementação eficaz e rápida do Programa Nacional de Recuperação e Resiliência (PNRR).

Os riscos para a estabilidade financeira associados à situação das famílias continuam a ser limitados, embora as perspetivas tenham diminuído no segundo semestre do ano devido à persistência de uma inflação elevada.
As condições financeiras das empresas são afetadas pelo abrandamento da atividade económica, pelo aumento dos preços da energia e pela subida das taxas de juro.
A situação dos bancos é globalmente sólida, embora condições macroeconómicas mais fracas, pressões inflacionistas e certos efeitos das taxas de juro mais elevadas possam afetar negativamente as demonstrações financeiras dos intermediários.
O grau de liquidez manteve-se elevado em relação aos períodos anteriores.

Em todo o caso, a economia mundial entrou numa fase de indecisão, com alguns fatores positivos que levam a prever uma normalização progressiva: os preços da energia baixaram consideravelmente, a inflação começou a diminuir nos principais países e os bancos centrais concluíram a maior parte dos seus aumentos das taxas de juro.
Nos últimos meses, o nosso sistema de produção demonstrou a sua grande capacidade de resistência: as exportações estão a demonstrar a sua capacidade de resiliência e o mercado do trabalho dá sinais positivos de estabilidade, pelo que o temido risco de recessão deve ser encarado com a prudência necessária. No terceiro trimestre do ano passado, o emprego e o número de horas trabalhadas estabilizaram nos níveis elevados do período anterior à crise pandémica. O crescimento dos empregos permanentes manteve-se. A procura de mão de obra começou a aumentar novamente, de forma limitada, no período de outubro-novembro. Embora os salários estejam a recuperar, as tendências continuam a ser moderadas.

Embora seja certo que esta fase de incerteza está a ter repercussões na competitividade das empresas, também é bom recordar que, no passado, assistimos a processos virtuosos de investimento e de melhoria tecnológica que ajudaram a ultrapassar momentos de dificuldade.
Para tal, as empresas terão de olhar para as megatendências internacionais, como, em primeiro lugar, a inovação tecnológica e a transição ambiental.
As famílias, que em 2022 enfrentaram uma diminuição do poder de compra causada por uma inflação elevada graças às consideráveis poupanças acumuladas durante a pandemia, terão necessariamente de reduzir a procura em 2023.
As ações do governo devem ser orientadas pelo objetivo de aumentar a produtividade, combinado com a gestão da emergência energética e a implementação do Programa Nacional de Recuperação e Resiliência, que constitui a maior oportunidade para relançar realmente a economia e iniciar um caminho de crescimento sustentável e de transformação estrutural do nosso sistema económico e produtivo.
Itália não pode evitar este desafio, que constitui também uma oportunidade, não só devido aos custos extremamente elevados que um país como o nosso seria obrigado a suportar em caso de inação, mas também porque somos um dos principais países produtores do mundo e podemos dar um contributo significativo para uma economia mais sustentável.

Olhando para os nossos setores operacionais, o ano de 2022 foi mais uma vez rico em termos de recompensa, com um lucro líquido consolidado recorde e uma revisão em alta do objetivo de lucro líquido corrigido para o exercício de 2023.

Em condições de mercado caracterizadas por elevada incerteza e volatilidade, o *factoring* posiciona-se como uma das soluções financeiras preferidas das empresas para gerir o risco do negócio e otimizar o capital de exploração.
O BFF soube aproveitar as múltiplas oportunidades geradas pelo contexto económico, confirmando a sua liderança pan-europeia como operador de apoio aos fornecedores do sistema de saúde e da Administração Pública, e registando um forte crescimento da sua carteira de empréstimos para 5,4 mil milhões de euros: um novo máximo histórico para o Grupo.

Subjacente a esta realização está a capacidade de responder rapidamente às mudanças no contexto de referência e à evolução das necessidades dos clientes, também através de novas soluções destinadas a reforçar a quota de mercado.

Este é também o significado da criação do *BFFTechlab*, resultante da aquisição da MC3 Informatica, o nosso parceiro tradicional na implementação do sistema de *core-factoring*, que nos permitirá integrar verticalmente todas as atividades de desenvolvimento ligadas à gestão e evolução contínua do sistema informático do Grupo, de forma a aumentar a velocidade de resposta aos estímulos do mercado, melhorar constantemente a experiência do cliente e expandir a nossa vantagem competitiva.

É precisamente a nossa missão de nos mantermos próximos dos nossos clientes que foi reconhecida em 2022 com a renovação e o reforço das atuais colaborações com os nossos maiores clientes, sinal da profunda relação de confiança que construímos ao longo dos anos.

Simultaneamente, o contexto atual obriga o Banco a enfrentar desafios significativos, aos quais terá de responder com rapidez e flexibilidade: o atual crescimento das taxas de juro exige considerações estratégicas e comerciais importantes para proteger a nossa rendibilidade e a dos nossos clientes; o contexto regulamentar constitui um elemento adicional de atenção, que exigirá que o Banco continue a adaptar os seus processos operacionais e as suas políticas de gestão do risco.
Continuamos a ser um Grupo com uma elevada qualidade de ativos e uma posição de capital muito sólida, com um rácio entre os fundos próprios principais de nível 1 de 16,9 % e um rácio de capital total de 22,3 %.
2022 marca também a transição para a distribuição de dividendos semestrais, em abril com base nos resultados do exercício e em agosto com base nos resultados do primeiro semestre, acelerando ainda mais o retorno de capital para os acionistas.
No final do ano, o retorno total da colocação da OPI foi de 153 %, em comparação com o retorno total de 40 % do Índice FTSE Italia All-Share.

O ano que agora termina foi também positivo para o setor dos pagamentos. O BFF assinalou a entrada de um conjunto de novos e importantes clientes pertencentes ao panorama bancário e financeiro italiano, reforçou as suas parcerias e melhorou os seus serviços de valor acrescentado.
Em 2023, enfrentaremos novos desafios, tendo em conta a evolução contínua que o setor está a sofrer a nível europeu e mundial: esperamos uma crescente difusão dos pagamentos imediatos, na sequência de alterações à regulamentação europeia, e estamos a envidar esforços para os apoiar; continuaremos a visar a inovação e a digitalização do setor dos pagamentos, concentrando-nos, por exemplo, na transição adequada e eficaz para a consolidação T2-T2s; continuaremos a apoiar os nossos clientes, atuando como um banco de serviços para otimizar os investimentos.

No setor dos Serviços de Títulos, os resultados de 2022 foram certamente influenciados pelo desempenho dos mercados de ações e obrigações. No entanto, ao longo do ano que agora termina, o nosso Banco alargou a oferta de serviços de valor acrescentado, destacando-se como uma referência pela qualidade e inovação da sua oferta.
Em 2022, consolidámos ainda mais a nossa quota de mercado no segmento dos Fundos de Pensões Fechados, o que nos torna atualmente o principal banco de custódia em Itália, com uma quota de mercado de 37,4 %.
Olhando para o ano que acaba de começar, gostaríamos de continuar a trabalhar em serviços de valor acrescentado e de empréstimos para oferecer aos nossos clientes o melhor nível de personalização e de inovação, acompanhando ao mesmo tempo a evolução contínua da regulamentação. Pretendemos continuar a crescer na área dos fundos alternativos, aproveitando as oportunidades significativas que o mercado nos oferece, e no que respeita aos fundos de pensões, consolidando e reforçando a nossa liderança no mercado.

Estamos a acompanhar atentamente a futura edição do decreto sobre os Fundos de Pensões, que também orientará estas entidades na escolha de um banco de custódia. O potencial neste domínio é muito significativo e permitiria ao BFF tornar-se o banco de custódia de referência também neste setor. Para além da atividade principal do BFF, a empresa-mãe continua empenhada em apoiar a cultura, em linha com as políticas sociais e de sustentabilidade do Grupo.

Nesta perspetiva, adquiriu uma participação de 1,25 % no Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani [Instituto da Enciclopédia Italiana fundado por Giovanni Treccani]. Esta iniciativa permite ao nosso Grupo reforçar as suas políticas culturais, associando-se a um dos principais centros italianos de produção e difusão do conhecimento.
Ao mesmo tempo, o contínuo crescimento das iniciativas artísticas e culturais do BFF é para nós um motivo de orgulho e responde a um sentido de responsabilidade que nos leva a devolver ao público em geral parte do património que temos em nossa posse.

De acordo com esta abordagem, decidimos expor as obras de arte contemporânea italiana que a casa-mãe coleciona desde os anos 1980. A digressão internacional já mencionada no último relatório anual, e que gostaríamos de concluir em 2024 na «Casa BFF», a nova sede do Grupo em Milão, prossegue, estando prevista a criação de um espaço museológico para acolher uma exposição permanente das obras.
O nosso desejo consiste em partilhar e devolver ao ambiente que nos rodeia parte da riqueza que geramos, com vista à responsabilidade para com o bem comum, valores que nos inspiram, e que também deram origem às nossas iniciativas de sustentabilidade, que descreveremos na Divulgação Não Financeira.

Face a estes aspetos, mais uma vez este ano podemos olhar com satisfação para o futuro do BFF, cujo crescimento é fruto do trabalho e empenho dos seus recursos humanos, da sua direção e dos seus administradores. A todos eles, expresso os meus mais sinceros agradecimentos.

Salvatore Messina

Presidente do Conselho de Administração do
BFF Bank S.p.A.

01

Relatório relativo às Operações

1. Evolução do BFF: Líder sustentável em finanças especializadas

1985-2009
Nasce o BFF e estabelece-se no mercado

Fundado por um grupo de **empresas farmacêuticas** para responder às suas necessidades de gestão e cobrança de contas comerciais a receber junto do sistema de saúde, o BFF tornou-se imediatamente ***líder no mercado***.

2010-2014
Resiliente durante a crise, começa o processo de internacionalização e transformação

Expansão para **novos países europeus**: em **Espanha** em 2010; em **Portugal** em 2014.

Os produtos e serviços do BFF são oferecidos a **todos os fornecedores de organismos públicos**, sempre em conformidade com as necessidades dos seus clientes.

Torna-se um banco em 2013.

2015-2020
Cotação e liderança europeia

O BFF cresce na **Europa Central e Oriental** através de uma importante aquisição na Polónia (2016), e é cotado na **bolsa de valores italiana** (2017).

A oferta internacional também está presente na **Grécia, na Croácia** e na **França**.

O negócio em Espanha consolida-se com a aquisição da **IOS Finance** (2019).

ATUALIDADE
Líder em finanças especializadas

O BFF é a única plataforma pan-europeia - **presente em nove países** - especializada na gestão e aquisição sem recurso de contas comerciais a receber da Administração Pública e dos sistemas nacionais de saúde.

Em 2021 a fusão com o DEPObank alarga o âmbito da atividade e das competências a **Serviços de títulos e serviços de pagamento bancário, nos quais é líder em Itália.**

TRADUÇÃO DE CORTESIA

LÍDER EM MERCADOS COM ABUNDANTES OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO
UMA BASE DE CLIENTES ESTÁVEL COM ELEVADA QUALIDADE DE CRÉDITO
ESPECIALIZADO EM MERCADOS COM ELEVADAS BARREIRAS À ENTRADA
CAPACIDADE COMPROVADA DE EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA
ALTA GERAÇÃO DE CAPITAL E DIVERSIFICAÇÃO EM ATIVOS COM BAIXA ABSORÇÃO DE CAPITAL
AMPLA DISPONIBILIDADE DE FINANCIAMENTO A BAIXO CUSTO
UMA EQUIPA DE GESTÃO COM EXPERIÊNCIA SIGNIFICATIVA
Posicionado para se destacar e assegurar resultados sustentáveis

BFF 2023: um banco *como nenhum outro*

O BFF é o maior operador financeiro especializado em Itália, bem como um dos líderes na Europa na gestão e alienação sem recurso de créditos comerciais devidos pelas Administrações públicas, Serviços de Títulos e serviços de pagamento.

	LÍDER DO SETOR	CLIENTES
***Factoring* e Empréstimos**	**#1** no *factoring* do setor público na **EUROPA**	Fornecedores de entidades públicas Grandes multinacionais Hospitais e Municípios
Serviços de títulos	**#1** Banco de custódia independente em **ITÁLIA**	Gestores de ativos internos e bancos Fundos de pensões, fundos mutualistas e fundos de investimento Fundos de Segurança Social, Fundações, Instituições de Segurança Social
Serviços de pagamento	**#1** em serviços intermediários em **ITÁLIA**	Bancos, instituições de pagamento e IMEL Empresas Parceria com a Nexi

TRADUÇÃO DE CORTESIA

OFERTA	OPORTUNIDADE	
Factoring sem recurso Financiamento para o setor público e cuidados de saúde Gestão de créditos	> 400 mil milhões de euros em contas comerciais a receber por ano < 10 % penetração no mercado	CRESCIMENTO ORGÂNICO
Entidade de custódia Custódia global Contabilidade de fundos Agente de transferência	Crescimento a longo prazo dos ativos sob gestão e administração em Itália	
Intermediário de pagamento Pagamentos de empresas Cheques e faturas	Transição histórica de pagamentos em numerário para pagamentos digitais em Itália	

Modelo de negócio

O Grupo opera em Itália, na Croácia, em França, na Grécia, em Espanha e em Portugal, onde exerce atividades de *factoring* sem recurso e de gestão de créditos junto da Administração Pública. Mantém também operações na Polónia, Chéquia e Eslováquia, oferecendo uma gama diversificada de serviços financeiros concebidos para assegurar o acesso ao crédito, bem como para fornecer um apoio em termos de liquidez e de solvência ao sistema privado de empresas que fazem interface com a Administração Pública.

Para além de fornecer os serviços de *Factoring* e Empréstimos acima mencionados, o Grupo é líder em Itália em serviços de títulos e serviços de pagamento bancário. Presta estes serviços a mais de 400 clientes, incluindo fundos de investimento, bancos, instituições de pagamento e monetárias, grandes empresas e Organismos de administração pública.

O BFF gere a complexidade operacional, facilita a redução de custos e elimina os riscos para os clientes, inclusive através de:

Factoring e Empréstimos

- **A otimização da liquidez** e a gestão do capital de exploração de empresas privadas que operam com a Administração Pública.
- **Planeamento e manutenção de um prazo alvo de cobrança**, independentemente dos prazos de pagamento reais dos Organismos de administração pública.
- **Melhoria dos rácios das demonstrações financeiras** graças à possibilidade de desconsolidar definitivamente a exposição a organismos públicos.
- **Redução dos custos operacionais** graças a acordos renováveis para a atribuição de contas comerciais a receber e um modelo de negócio integrado que combina serviços de *factoring* sem recurso e de gestão de créditos para garantir o melhor desempenho possível dos empréstimos concedidos e dos valores a receber.
- **Financiamento direto de organismos públicos** na Europa Central e de Leste, com soluções de financiamento de fornecedores e empréstimos concedidos para investimentos de médio/longo prazo.
- **Operações multi-países**, para uma melhor e mais eficiente gestão do risco do país e da exposição de multinacionais aos nove países europeus onde o Grupo opera.

TRADUÇÃO DE CORTESIA

O modelo de negócio descrito acima baseia-se em valores essenciais, tais como:

- a honestidade,
- a transparência,
- o respeito pelas pessoas,
- a valorização dos recursos,

assegurar a liderança em matéria de inovação e execução nos mercados-alvo do BFF.

SERVIÇOS DE TÍTULOS

- **A redução estrutural de custos** para o cliente, graças a serviços de externalização que garantem uma constante adaptação e conformidade com o quadro regulamentar sem o encargo financeiro que normalmente se segue.
- Um único interlocutor - «**balcão único**» - para todos os serviços de *back office* para uma melhor **eficiência e gestão dos custos**..
- **Soluções rápidas e personalizadas** , graças a uma flexibilidade e agilidade superiores na gestão das necessidades dos clientes.

PAGAMENTOS

- **Simplificação operacional para os PSP*** , graças a uma única conta interbancária, que pode ser controlada em tempo real, para se juntar a todos os serviços de pagamento italianos e europeus ao mesmo tempo.

** Prestadores de serviços de pagamento*

A nossa missão

Ser os líderes em inovação, serviço ao cliente e execução nos nossos mercados de referência, com um baixo perfil de risco e alta eficiência operacional, em linha com as melhores práticas de governo societário para empresas públicas.

A nossa visão

Ser líder em nichos de finanças especializadas na Europa, aproveitando a nossa posição de liderança em serviços financeiros para os fornecedores de Organismos de administração pública.

Os nossos valores

Pessoas

Valorizamos as nossas pessoas e investimos nelas, promovendo o mérito e a inclusão.

Integridade

Operamos com honestidade e transparência.

Excelência

Asseguramos aos nossos clientes a execução e a conclusão em tempo útil.

TRADUÇÃO DE CORTESIA

Sustentabilidade no modelo de negócio do BFF Banking Group

O BFF Banking Group - consciente da importância crescente dos fatores ESG - debruça-se diariamente sobre temas ligados à sustentabilidade, de forma a avaliar os impactos que os negócios e a conduta do Banco geram em termos ambientais, sociais e de boa governação.

Desde 2019, o BFF elabora uma Divulgação não financeira consolidada, que complementa as demonstrações financeiras do Grupo com os principais dados e informações não financeiras.

O Grupo identificou e avaliou os impactos no âmbito das suas operações quotidianas e através de discussões com as suas partes interessadas, também em conformidade com a nova norma de elaboração de relatórios GRI, relativa à definição dos temas materiais que devem ser abordados na Divulgação não financeira consolidada de 2022.

A nova análise, que representa uma primeira aplicação da dupla materialidade, regida pela regulamentação europeia a ser implementada em breve (Diretiva CISE - Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas), considerou, ao contrário do que foi feito no passado, tanto uma avaliação dos impactos gerados pelo Grupo como as implicações financeiras para o mesmo, a ser implementada já a partir da Divulgação não financeira consolidada de 2022.

O Conselho de Administração - apoiado pelo Comité de Controlo e Riscos e pelo Comité ESG - supervisionou o processo e analisou e aprovou os temas materiais identificados.

Objetivos ESG alcançados ao longo de 2022

Em linha com os objetivos declarados aquando da publicação da Divulgação não financeira consolidada 2021, o BFF prosseguiu o seu caminho rumo à integração dos fatores ESG na sua estratégia, com ações que visam a criação de valor a longo prazo em benefício das suas partes interessadas internas e externas.

Em 28 de julho de 2022, o Conselho de Administração do BFF Bank estabeleceu e aprovou o Regulamento do Comité ESG, enquanto órgão de gestão com funções de proposta e aconselhamento do Presidente da Comissão Executiva no que respeita a avaliações e decisões relativas a questões de sustentabilidade, relacionadas com as operações de negócio do Banco e do Grupo e a sua dinâmica de interação com todas as partes interessadas.
Mais concretamente, o Comité tem funções de investigação em matéria de sustentabilidade a submeter ao Diretor Executivo, apoiando-o na gestão de todas as questões de responsabilidade social e assegurando o posicionamento do Grupo nestas matérias nas várias áreas de referência.

A criação de um Comité de Sustentabilidade:

- É um testemunho da importância que o BFF atribui à integração de questões de sustentabilidade nas suas atividades comerciais e à promoção de uma cultura de sustentabilidade na organização.
- Permite a gestão intersetorial e a integração de questões de sustentabilidade na empresa, assegurando o empenho e a participação de todas as funções.
- Permite a gestão eficaz, homogénea e coordenada dos processos e iniciativas relacionados com a sustentabilidade.
- Permite o desenvolvimento de uma governação definida e partilhada para a identificação das prioridades de gestão estratégica, de modo a que sejam mensuráveis e verificáveis para todos os cargos.

No decurso de 2022, o BFF iniciou um percurso de diálogo com as principais agências de notação ESG («Ambiente, Social e Governo») com vista a melhorar continuamente o seu desempenho nas notações ESG mais acreditadas.
Esta abordagem, que conduziu a uma melhoria das seguintes notações de risco ESG, representa mais um incentivo para o BFF continuar na sua trajetória de crescimento sustentável.

Em 5 de setembro de 2022, a agência de notação Sustainalytics, no âmbito de uma avaliação independente relativa a todo o Grupo BFF, atribuiu ao BFF uma classificação de risco ESG (Ambiental, Social, Governo) de 18,1 e registou uma melhoria evidente em relação ao passado, colocando a empresa na categoria de «Baixo Risco».

A classificação atribuída pela Sustainalytics contribui para aumentar a transparência e a visibilidade do percurso de crescimento sustentável do BFF e mede a exposição da empresa aos riscos ESG materiais específicos do setor, bem como o nível e a qualidade da gestão desses riscos.

Assim, o BFF transitou do «Risco Médio» para «Risco Baixo» e encontra-se no percentil 9 do subsetor «Bancos Regionais», no percentil 17 da categoria «Bancos» e no percentil 19 de todo o universo Sustainalytics. Além disso, o BFF ficou em segundo lugar na subindústria de referência das empresas com uma capitalização bolsista de 1,1-1,2 mil milhões de dólares.

Por último, em 22 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a Política de Diversidade e Inclusão (D&I) com vista a definir os princípios que inspiram a atuação do BFF, visando:

i) promover e apoiar constante e progressivamente a diversidade e a inclusão no seio do Grupo e
ii) favorecer continuamente um ambiente de trabalho inclusivo para todos os colaboradores do Banco e das empresas do Grupo.

O que precede baseia-se no pressuposto de que a diversidade e a inclusão devem ser consideradas valores que têm efeitos concretamente positivos para todas as partes interessadas do Banco.

O BFF reconhece os valores acima referidos como verdadeiros recursos fundamentais para a inovação e para o crescimento da produtividade e sustentabilidade do Banco e das suas Subsidiárias.

No que diz respeito ao objetivo relacionado com o desenvolvimento das atividades da Fundação Farmafactoring, em 2022, esta redefiniu o seu impacto estratégico, em conformidade com as exigências da comunidade.
Neste contexto, a Fundação desenvolveu um novo objetivo: «Ser um motor de transformação sustentável e inclusivo nos sistemas de bem-estar e proteção individuais e comunitários.»

O objetivo, validado por uma intensa atividade de envolvimento das partes interessadas, responde a uma nova necessidade: trabalhar de forma integrada nos domínios da saúde, da segurança social e da inclusão financeira.

Na intranet da empresa - que está disponível para todo o Grupo - o BFF criou uma nova secção «Sustentabilidade» inteiramente dedicada aos temas ESG (disponível em inglês e italiano) com o objetivo de difundir uma cultura atenta e sensível à utilização dos recursos. Mais especificamente, alguns dos elementos que foram disponibilizados nessa secção incluem: i) uma ferramenta para monitorizar a utilização pessoal de impressoras ao longo do tempo, para obter uma maior consciência do impacto negativo correspondente no ambiente (consumo de CO_2, utilização de recursos naturais e energia) e ajudar o Grupo a limitar ao máximo a utilização de papel e ii) uma área dedicada à partilha de mensagens de sensibilização e à divulgação de boas práticas, que cada funcionário pode sugerir livremente a todos os colegas.

2. Contexto operacional e acontecimentos significativos

Panorama económico internacional

O ano de 2022 foi marcado, a nível geopolítico, pela invasão da Ucrânia pela Rússia, pelas tensões que se seguiram entre a Rússia e os países ocidentais e, a nível económico, por um aumento da inflação em todos os principais países e pelo consequente aumento generalizado das taxas de juro.

Os preços no consumidor foram impulsionados, especialmente pelos custos mais elevados da energia, causados por interrupções nas cadeias de abastecimento mundiais devido à pandemia e acentuados após o início da guerra na Ucrânia, bem como pela recuperação da procura pós-Covid e pelo reforço do mercado de trabalho. De facto, as taxas de desemprego caíram para mínimos históricos nos Estados Unidos e na Zona Euro, provocando um aumento da inflação subjacente (isto é, sem as componentes mais voláteis dos produtos alimentares e da energia) para os níveis mais elevados registados em mais de quarenta anos nos EUA e desde o início da moeda única no Velho Continente.

A fim de limitar a inflação induzida pela procura, os bancos centrais tornaram a sua orientação mais restritiva, aumentando as taxas de juro oficiais em várias ocasiões. Especificamente, a Reserva Federal aumentou as suas taxas dos fundos federais de 0,00 %-0,25 % para 4,25 %-4,50 %, e o BCE aumentou a sua taxa das operações de refinanciamento de 0,00 % para 2,50 %.

O choque inflacionista desencadeou um abrandamento decisivo nas principais economias e existe um elevado risco de recessão no horizonte. Os principais indicadores do ciclo estão a evoluir nesse sentido.

No entanto, os preços da energia baixaram consideravelmente, após os picos atingidos pelo gás em agosto e pelo petróleo em junho, antecipando uma descida significativa da inflação em 2023.

A Economia Europeia

OS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA

Indicadores	2020	2021	2022	2023
PIB real (variação anual)	-5,5 %	5,4 %	3,4 %*	0,4 %*
Taxa de inflação (variação anual)	0,6 %	2,7 %	8,9 %	6,4 %*
Taxa de desemprego	7,6 %	7,4 %	6,7 %	6,9 %*
Balança de pagamentos (% do PIB)	**1,9 %**	**2,3 %**	**1,0 %(*)**	**1,3 %***
Saldo do Orçamento Público (% do PIB)	**-6,9 %**	**-4,8 %**	**-3,4 %***	**-3,5 %***

(*) Estimativas de consenso da Bloomberg, atualizadas em 20/02/2023.

Em 2022, o crescimento económico europeu abrandou, afetado pelo aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares. A produção industrial manteve-se estável, mas as encomendas diminuíram e, na segunda metade do ano, os fabricantes tornaram-se pessimistas. O consumo parou, influenciado pela confiança das famílias, que tinha caído para mínimos históricos em resultado do aumento da inflação e apesar de a taxa de desemprego ter caído para o seu nível mais baixo de sempre, 6,1 %. Estavam assim criadas as condições para um forte abrandamento económico em 2023. Neste sentido, as estimativas de consenso apontam para um abrandamento do crescimento do PIB este ano para 0,4 %, face aos 3,4 % em 2022.
Em dezembro, a inflação atingiu 10,4 %, face aos 5,3 % em dezembro de 2021 e após ter atingido o nível recorde de 11,5 % em outubro, com o valor de base (excluindo as componentes voláteis dos alimentos, energia, álcool e tabaco) a situar-se em 6,2 % (face aos 3,0%).

Para fazer face ao crescimento da inflação muito acima do seu objetivo (2 %), o Banco Central Europeu tornou a política monetária menos acomodatícia, pondo fim à flexibilização quantitativa e iniciando a inversão do ciclo das taxas de juro em julho. As três taxas de referência foram aumentadas em 2,5 pontos percentuais: a taxa dos depósitos foi aumentada para 2,00 %, a taxa das operações principais de refinanciamento para 2,50 % e a taxa das operações marginais de refinanciamento para 2,75 %. Consequentemente, os investidores reviram decisivamente em alta as suas expectativas em relação às taxas europeias de curto prazo, com as taxas a prazo da Euribor a três meses a subirem de 0,06 % pontos base no final de 2021 para 3,65 % no final de 2022 para o vencimento de dezembro de 2023.

O aumento da inflação, as expectativas de uma política monetária mais restritiva e a subida acentuada das taxas norte-americanas (236 pontos base no Tesouro a 10 anos, entre o final de 2021 e o final de 2022) provocaram uma subida substancial das taxas de rendibilidade das obrigações europeias a três e a dez anos, respetivamente 322 e 275 pontos base. Além disso, o receio de que a contração do crédito decretada pelo BCE pudesse pesar sobre as despesas com juros fez subir os spreads dos países com dívidas mais elevadas, como a Itália e a Grécia. Em particular, o diferencial de rendimento entre o Btp e o Bund no prazo de dez anos, entre o final de 2021 e o final de 2022, aumentou 79 pontos base para 214. A combinação de uma subida acentuada das taxas de juro internacionais e de um prémio de risco ligeiramente mais elevado para a detenção do BTP conduziu, assim, a uma queda acentuada do mercado obrigacionista italiano, que perdeu 14,8 % (com base no índice global MTS) durante o ano, impulsionado em baixa pelos BTP com maturidades superiores a 6 anos (-24,4 %).

A tendência de redução do défice público europeu prosseguiu, beneficiando do aumento das receitas gerado por um maior crescimento nominal e da eliminação progressiva das medidas temporariamente tomadas em resposta à pandemia, e apesar das medidas tomadas para conter o impacto do aumento dos preços da energia nas famílias e nas empresas e para ajudar os ucranianos que fogem da guerra. Com base nas estimativas de consenso, prevê-se que o défice diminua para 3,4 % do PIB em 2022 (de 4,8 % no ano passado), para depois aumentar ligeiramente para 3,5 % em 2023.

Após o estímulo recebido em 2020-2021 para lidar com a pandemia, a despesa pública em percentagem do PIB deverá reduzir-se para 49,8 % em 2022 e para 49,7 % em 2023 (de acordo com as estimativas da Comissão Europeia), a partir do pico de 52,8 % atingido em 2020 (e 51,5 % em 2021). Além disso, graças ao crescimento significativo do PIB nominal, em 2022 o aumento da despesa pública na UE deverá ter sido de quase 5 %, e para o próximo ano a Comissão prevê um aumento de 5,8 %. Nos países em que o BFF desenvolve a sua atividade, estima-se que as taxas de crescimento mais sustentadas em 2022 tenham sido registadas na Polónia (+16,5 %) e na Grécia (+9,0 %) e, em 2023, deverão ser alcançadas pela Eslováquia (+18,0 %), Polónia (+16,5 %) e Chéquia (+10,1 %).

PERSPETIVAS DA DESPESA PÚBLICA NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Despesa pública em 2021 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2021 (% do PIB)	Alt. 2021/ 2020	Despesa pública em 2022 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2022 (% do PIB)	Alt. 2022/ 2021	Despesa pública em 2023 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2023 (% do PIB)	Alt. 2023/ 2022
União Europeia (27 países)	7480	51,5	5,2 %	7847	49,8	4,9 %	8302	49,7	5,8 %
França	1476	59,0	3,8 %	1525	57,9	3,3 %	1613	58,1	5,8 %
Itália	985	55,3	4,4 %	1031	54,1	4,6 %	1052	53,3	2,1 %
Espanha	611	50,6	5,1 %	635	48,7	3,9 %	657	47,9	3,6 %
Polónia	254	44,2	0,1 %	296	44,1	16,5 %	345	46,3	16,5 %
Chéquia	111	46,5	8,7 %	120	45,2	8,6 %	132	46,0	10,1 %
Portugal	103	47,8	3,8 %	108	45,9	5,8 %	114	45,5	5,0 %
Grécia	104	57,4	5,6 %	114	54,4	9,0 %	117	52,4	2,7 %
Eslováquia	46	46,3	9,1 %	48,5	45,0	6,3 %	57,2	47,1	18,0 %
Croácia	33	48,5	20,7 %	35,7	47,2	8,5 %	38,4	47,4	7,8 %

Fonte: Cálculos do BFF baseados nas Previsões Económicas Europeias, outono de 2022 e dados do Eurostat.

A tendência da despesa pública em bens e serviços tem sido, até à data, significativamente mais animada do que a da despesa pública global. Os valores anuais acumulados até ao terceiro trimestre do ano (ou seja, a soma dos dados entre o quarto trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022) mostram, de facto, um crescimento anual de 7,2 %. No que se refere aos países onde o BFF opera, o crescimento é particularmente consistente na Eslováquia (+14,2 %), na Chéquia (+13,0 %), na Grécia (+12,7 %), na Polónia (+12,1 %) e na Croácia (+11,6 %), enquanto é mais limitado em França (+4,9 %), onde, no entanto, o peso no PIB é já relativamente elevado (11,6 %), embora não superior ao observado globalmente na União Europeia.

Em Itália, a despesa pública em bens e serviços em relação ao PIB ascendeu a 8,8 %, um decréscimo de 2,8 % em comparação com o que foi registado globalmente na UE; como o valor relativo ao consumo intermédio foi basicamente alinhado (6 %), a diferença reside nos benefícios sociais em espécie, que representam cerca de metade (2,7 %) do observado na União Europeia (5,6 %). Com a lei orçamental aprovada no final do ano, o Governo italiano pretende reduzir a despesa pública em bens e serviços para 170,9 mil milhões de euros em 2023 (de 166,9 em 2022), em comparação com 165,6 na ausência de medidas financeiras.

TENDÊNCIA DA DESPESA PÚBLICA EM BENS E SERVIÇOS NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Consumo intermédio 3.º trimestre de 2022(*) (mil milhões de euros)	Consumo intermédio 3.º trimestre de 2022(*)(% do PIB)	Alt. no período homólogo	Benefícios sociais em espécie no 3.º trimestre de 2022(*) (mil milhões de euros)	Benefícios sociais em espécie no 3.º trimestre de 2022 do setor industrial(*)(% do PIB)	Alt. no período homólogo	Despesa pública em bens e serviços no 3.º trimestre de 2022(*) (mil milhões de euros)	Despesa pública em bens e serviços no 3.º trimestre de 2022(*)(% do PIB)	Alt. no período homólogo
União Europeia (27 países)	930,7	6,0	7,2 %	859,3	5,6	7,2 %	1789,9	11,6	7,2 %
França	136,1	5,2	8,2 %	165,4	6,4	2,3 %	301,4	11,6	4,9 %
Itália	113,2	6,1	5,3 %	50,3	2,7	7,3 %	163,5	8,8	5,9 %
Espanha	74,7	5,8	6,8 %	37,5	2,9	7,6 %	112,2	8,6	7,1 %
Polónia	37,5	5,9	14,1 %	12,0	1,9	6,4 %	49,5	7,8	12,1 %
Chéquia	15,5	5,8	15,7 %	9,1	3,4	8,7 %	24,6	9,2	13,0 %
Portugal	12,9	5,5	7,0 %	4,6	2,0	11,7 %	17,5	7,5	8,2 %
Grécia	11,5	5,8	14,4 %	5,8	2,9	9,4 %	17,3	8,7	12,7 %
Eslováquia	6,4	6,1	14,4 %	3,7	3,5	13,8 %	10,1	9,6	14,2 %
Croácia	5,0	7,8	13,5 %	1,4	2,1	5,3 %	6,4	9,9	11,6 %

Fonte: Cálculos do BFF com base em dados do Eurostat.

(*) Valores anuais acumulados.

A despesa pública em bens e serviços inclui o consumo intermédio e os benefícios sociais em espécie adquiridos no mercado. O consumo intermédio consiste em todos os bens e serviços destinados a serem transformados em processos de produção para a prestação direta de serviços de saúde e bem-estar e a prestação de prestações sociais e de segurança social em dinheiro. Os benefícios sociais em espécie adquiridos no mercado dizem respeito aos bens e serviços produzidos por entidades que não fazem parte dos Organismos de administração pública e disponibilizados diretamente às famílias; as despesas com esses bens e serviços dizem respeito aos Cuidados de Saúde (despesas para assistência farmacêutica e para serviços de saúde prestados sob contrato) e às funções de Proteção Social para a aquisição de serviços de bem-estar.

O mercado do *factoring* na Europa

No primeiro semestre de 2022, com um volume de negócios total de 1144 mil milhões de euros e representando 12,5 % do PIB, **o *factoring* na Europa** registou um crescimento anual recorde de 21,5 %, duplicando o aumento registado no primeiro semestre de 2021 (11 %). Esta tendência é o resultado de múltiplos fatores: a retoma da procura após a forte contração causada pela pandemia, a necessidade de liquidez para reembolsar os empréstimos do Estado, o impacto da inflação no montante nominal do volume de negócios e nos volumes transferidos e o efeito da crise Rússia-Ucrânia na formação de novas necessidades financeiras nos países da Europa Oriental, ligadas ao financiamento de rubricas de custos decorrentes da gestão dos fluxos migratórios e das intervenções humanitárias.

O volume de negócios registado em junho de 2022 pelos países onde o Grupo BFF está presente foi superior a 546 mil milhões de euros, marcando um crescimento médio superior à tendência europeia.

Este resultado foi impulsionado em termos absolutos pela França (203,5 mil milhões de euros) e pela Itália (139,8 mil milhões de euros), mas também influenciado em termos relativos pela Chéquia, Grécia e Polónia, que registaram uma taxa de crescimento anual significativamente superior à média dos países europeus[1].

Especificamente, olhando para o mercado de *factoring* em Itália, o volume de negócios de 2022 ascendeu a 287 mil milhões de euros, registando um crescimento anual de 14,6 %, contra um total de empréstimos concedidos em dívida no final do ano de 69,5 mil milhões de euros, um aumento de 5,9 % em comparação com o final de 2021.

Restringindo a análise apenas ao *factoring* para a administração pública, em dezembro de 2022 registou-se uma redução de 30,3 % do volume de negócios em termos homólogos, com um valor total de 19,3 mil milhões de euros, equivalente a 6,8 % do volume de negócios total do *factoring*.

A tendência observada prende-se com a crescente complexidade do contexto regulamentar de referência, na sequência da entrada em vigor da nova definição de incumprimento prevista no Regulamento Europeu relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, que privilegia os operadores altamente especializados e, simultaneamente, impulsiona a avaliação de soluções alternativas em relação ao setor dos financiamentos estruturados.

No que se refere aos empréstimos concedidos em curso a entidades públicas, registou-se uma redução de 1,7 % em relação ao ano anterior, para um valor total de 8,5 mil milhões de euros em dezembro de 2022[2]devido ao menor volume de negócios e ao aumento dos dias médios de pagamento.

A composição dos empréstimos pendentes alterou-se ligeiramente em comparação com 2021, com os valores a receber do setor da saúde a aumentarem de 34 % para 36 % e os valores a receber reclamados às administrações central e local e a outras entidades públicas a diminuírem de 66 % para 64 %.

1 Fonte: EUFederation - Dados semestrais de 30 de junho de 2022.

2 Fonte: Assifact - Fevereiro de 2023.

O mercado italiano de Serviços de Títulos

O BFF é o principal interveniente independente em Itália no domínio dos serviços bancários de custódia, contabilidade de fundos, agente de transferência e serviços de custódia de títulos.

O desempenho das atividades de **Serviços de Fundos** e **Custódia Global** do Grupo, que estão altamente correlacionadas entre si, foi influenciado pela tendência descendente do valor equivalente dos ativos sob gestão em Itália, que diminuiu 14,6 % para 2216 mil milhões de euros durante o ano. Esta diminuição foi causada pela forte desaceleração do mercado - tanto no mercado de ações como no mercado obrigacionista - e ocorreu apesar de as entradas líquidas terem sido positivas em quase 20 mil milhões de euros.

O SETOR DAS POUPANÇAS GERIDAS EM ITÁLIA

Gestão	Entradas líquidas 2022(*) (A)	(A)/Ativos sob gestão dez. 2021	Entradas líquidas jan.-set.2022(* (B)	(B)/Ativos sob gestão dez. 2021	Ativos sob gestão dez. 2022(*)	Ativos sob gestão dez. 2022/ dez. 2021	Ativos sob gestão set. 2022(*)	Ativos sob gestão set. 2022/ dez. 2021	Ativos sob gestão dez. 2021(*)
Gestão coletiva	**15 477**	**1,1 %**	**14 646**	**1,1 %**	**1 160 158**	**-14.1 %**	**1 150 159**	**-14.9 %**	**1 351 254**
Fundos abertos	9338	0,7 %	10 028	0,8 %	1 074 708	-15,5 %	1 066 725	-16,2 %	1 272 588
Fundos de direito italiano			-566	-0,2 %			223 413	-13,7 %	258 969
Fundos ao abrigo do direito estrangeiro			10 594	1,0 %			843 312	-16.8 %	1 013 619
Fundos fechados	6139	7,8 %	4619	5,9 %	85 449	8,6 %	83 435	6,1 %	78 666
Fundos de direito italiano			1299	2,0 %			68 516	3,2 %	66 409
Fundos ao abrigo do direito estrangeiro			3319	27,1 %			14 919	21,7 %	12 257
Gestão de carteiras	**4288**	**0,3 %**	**-7274**	**-0,6 %**	**1 055 458**	**-15,1 %**	**1 040 900**	**-16,3 %**	**1 242 988**
Gestão de produtos de seguros			-4034	-0,5 %			663 890	-17,5 %	804 388
Gestão de ativos de retalho	7316	4,5 %	5336	3,3 %	144 428	-12,0 %	141 739	-13,6 %	164 097
Gestão dos ativos da segurança social			1709	1,5 %			99 191	-13,0 %	114 017
Fundos de pensões abertos			1285	5,0 %			22 255	-12,6 %	25 475
Fundos de pensões negociados			1355	2,4 %			50 256	-9,8 %	55 742
Fundos de pensões pré-existentes			17	0,1 %			12 312	-13.5 %	14 236
Fundos de pensões			-214	-3,1 %			5487	-19,4 %	6806
Outras formas de segurança social			-734	-6,2 %			8881	-24,5 %	11 759
Outra gestão			-10 285	-6,4 %			136 080	-15,2 %	160 486
Total de poupanças geridas	**19 765**	**0,8 %**	**7372**	**0,3 %**	**2 215 616**	**-14,6 %**	**2 191 059**	**-15,5 %**	**2 594 242**

(*) Montantes em milhões de euros.

Fonte: Cálculo do BFF Bank com base em dados da Assogestioni.

Em detalhe, as entradas líquidas cresceram 9,3 mil milhões de euros para os fundos abertos, 6,1 mil milhões de euros para os fundos fechados e 7,3 mil milhões de euros para a gestão de ativos de retalho, enquanto diminuíram 3,0 mil milhões de euros para a gestão de carteiras institucionais; aliás, no que respeita a esta última, os dados do final de setembro mostram que os fundos de pensões - e especificamente os fundos de pensões negociados, importantes para a atividade do BFF - contrariaram a tendência, aumentando 1,7 mil milhões de euros (com os fundos de pensões negociados a aumentarem 1,4 mil milhões de euros).

Na gestão coletiva, o aumento das entradas líquidas, com base nos dados relativos aos primeiros nove meses do ano, foi quase inteiramente atribuível a fundos estrangeiros (+13,9 mil milhões de euros) e apenas de forma modesta (+0,7 mil milhões de euros) a fundos italianos.

Assim, os ativos sob gestão aumentaram, no final de dezembro, para 1075 mil milhões de euros para os fundos abertos (48,5 % do total), 85,4 mil milhões de euros para os fundos fechados (3,9 %), 144,4 mil milhões de euros para a gestão de carteiras de retalho (6,5 %) e
911,0 mil milhões de euros para a gestão de carteiras institucionais (41,1 %). Concretamente, no final de setembro, os ativos dos fundos de pensões negociados ascendiam a 50,3 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de metade do total dos ativos da segurança social sob gestão.

O mercado de pagamentos em Itália

2022 foi mais um ano de progresso para os pagamentos digitais. O mercado dos cartões de pagamento é o principal motor desta expansão: Enquanto se aguardam os dados consolidados de 2022, o primeiro semestre do ano registou um aumento das transações com cartões pré-pagos em +19 % e com cartões de débito em +24 %, enquanto a categoria de cartões de crédito - depois de um 2021 com um crescimento ainda muito limitado devido aos efeitos a médio prazo da Covid - beneficiou da recuperação do consumo de elevado montante para serviços, turismo e viagens de negócios, com um crescimento de +21 %.

Embora em menor grau, as operações de levantamento de dinheiro com cartão em caixas automáticos cresceram num total de 85 mil milhões de euros (+14 %).

Nas lojas físicas, o cartão *contactless* confirma-se como o método de pagamento mais utilizado, representando 64 % das transações digitais (uma percentagem que sobe para 69 % se considerarmos também as transações através de telemóveis, *smartwatches* e outros dispositivos NFC) e que aumentou 49 % em comparação com o primeiro semestre de 2021, para um total de 79 mil milhões de euros.

No que diz respeito aos pagamentos bancários, de acordo com o relatório semestral do Banco de Itália, registou-se um aumento dos instrumentos SEPA, começando pelas transferências bancárias (+6,1 % no primeiro semestre de 2022, em comparação com o primeiro semestre de 2021) e os Débitos diretos SEPA (+6,5 %); por outro lado, outras formas de cobrança doméstica, Ribas (ordem de pagamento) ou MAV (pagamento contra aviso), diminuíram ligeiramente (-1,5 %). Outros instrumentos de pagamento «tradicionais», como cheques e cheques bancários (-6,8 %) e faturas (-6,9 %), também registaram uma diminuição no primeiro semestre de 2022 em comparação com 2021.

Do ponto de vista das iniciativas de pagamento, a entrada em vigor da Consolidação T2-T2S em março de 2023 constitui um desafio para os bancos, tanto a nível operacional como em termos de investimentos, enquanto os pagamentos imediatos, embora comecem a ser aceites por muitos bancos, ainda lutam para se estabelecerem como um serviço de pagamento líder. A sua aplicação obrigatória, determinada em novembro de 2022 pela Comissão Europeia, continuará a estender-se ao longo dos próximos dois anos.

A evolução e a digitalização do Sistema Europeu de Pagamentos continuam a ser objeto de atenção por parte da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (BCE), que estão empenhados em definir as linhas estratégicas para os próximos anos. Ambas as instituições estão a prestar especial atenção ao desenvolvimento de pagamentos imediatos e à realização de um euro digital. O ano de 2022 marcou também o início do processo de revisão da DSP que conduzirá, provavelmente em 2023-2024, a uma nova atualização da Diretiva dos Serviços de Pagamento («DSP3»), que poderá abrir ainda mais o mercado à concorrência.

Principais acontecimentos do Grupo

Esta secção apresenta os principais acontecimentos ocorridos em 2022.

Em 2 de fevereiro de 2022, o BFF anunciou o acordo com a Fondazione Fiera Milano para a aquisição da área onde será construída a nova sede do Banco.
O edifício estará concluído em 2024 e acolherá os mais de 500 funcionários que trabalham atualmente em Milão em três locais diferentes. A nova sede, que se chamará «**Casa BFF**», faz parte de um processo de renovação progressiva dos ambientes de trabalho do Grupo, como já foi feito para os escritórios em Madrid (2020) e na Polónia, em Łódź (2019), no complexo Brama Miasta.
Em preparação para a execução do projeto, a 19 de janeiro de 2022, a **BFF Immobiliare S.r.l.,** uma empresa que gere o desenvolvimento e a valorização da Casa BFF e, no futuro, de todos os ativos imobiliários detidos pelo Grupo.

Em 9 de março de 2022, após a conclusão do procedimento Accelerated Book-Building sobre aproximadamente 14 milhões de ações ordinárias do BFF detidas pela Equinova UK HoldCo Limited[3*], as ações livres da empresa-mãe, já superiores a 80 % em 31 de dezembro de 2021, atingiu quase 100 % do capital social, tornando assim o BFF **uma das poucas empresas italianas cotadas em bolsa com uma ampla base de acionistas.**

Em 31 de março de 2022, foi realizada uma Assembleia de acionistas que aprovou um **Plano de Incentivo de Longo Prazo** que contribuirá para a criação de valor futuro através, entre outros aspetos, do reforço da retenção e da prossecução de objetivos de sustentabilidade. A Assembleia acionistas aprovou também o **Relatório sobre a Política de Remunerações** e emitiu um voto consultivo favorável sobre o **Relatório de Remunerações Pagas**.

Em 21 de abril de 2022, na sequência da deliberação dos acionistas de março do mesmo ano, o BFF distribuiu um dividendo bruto por ação de 0,679 € , num total de 125 280 399 €.

2022 marca também a transição para a **distribuição semestral de dividendos**, em agosto, com base nos resultados do primeiro semestre do ano, acelerando ainda mais o retorno do capital aos acionistas. Por conseguinte, foi feito um pagamento de
68 549 894 € em 24 de agosto de 2022.

Além disso, durante o ano, o BFF otimizou a sua estrutura de capitais de forma a ter uma maior flexibilidade, bem como uma margem mais alargada em termos de alavancagem e limites de grandes exposições. Por conseguinte:

- Em 19 de janeiro de 2022, foi finalizada a emissão de um instrumento subordinado Adicional Perpétuo de Nível 1 NC 2027 com um montante nominal de 150 milhões de euros, e
- Em 2 de março de 2022, foi exercida a opção de compra para resgatar o instrumento subordinado de nível 2 10YNC5 emitido em março de 2017 com um montante nominal de 100 milhões de euros.

Em 29 de junho de 2022, o montante residual de 42 milhões de euros da obrigação preferencial sénior de um montante original de 200 milhões de euros, emitida em 2017 e sujeita a recompra de caixa e a recompras subsequentes a partir de junho de 2021, foi reembolsado na data de vencimento.

3 Equinova é a holding da Advent International Corporation, Bain Capital Private Equity Europe LLP e Clessidra SGR S.p.A., que era o principal acionista do DEPObank (a 1 de março de 2021, detinha uma participação de 91,6 % no capital social).

Na segunda metade do ano, para abrandar a inflação, o Banco Central Europeu iniciou um ciclo de política monetária restritiva, pondo assim fim à era das taxas negativas. Entre julho e dezembro, as taxas de juro oficiais foram aumentadas quatro vezes (em julho, setembro, outubro e dezembro), num total de 250 pontos de base, e foi decretada uma subida adicional de 50 pontos base em fevereiro de 2023. Em maior detalhe, as taxas diretoras dos depósitos e das operações principais e marginais de refinanciamento foram aumentadas para 2,50 %, 3,00 % e 3,25 %, respetivamente. Além disso, em 15 de dezembro, o BCE anunciou o lançamento do Aperto Quantitativo, ou seja, a redução da carteira de ativos a partir de março de 2023, ao ritmo de 15 mil milhões de euros por mês (montante que a instituição de Frankfurt se reserva o direito de alterar a partir de julho).

Em 5 de setembro de 2022, a agência de notação Sustainalytics, no âmbito de uma avaliação independente relativa a todo o Grupo BFF, atribuiu ao BFF uma classificação de risco ESG de 18,1. O Grupo passou assim da categoria de «Risco médio» para a categoria de «Risco baixo», situando-se no percentil 9 do subsetor «Bancos Regionais», no percentil 17 da categoria «Bancos» e no percentil 19 de todo o universo Sustainalytics. Além disso, o BFF ficou em segundo lugar na subindústria de referência das empresas com uma capitalização bolsista de 1,1-1,2 mil milhões de dólares.

Em 23 de setembro de 2022, o Banco de Itália emitiu várias interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de incumprimento» (ou «Nova DoD», orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Art. 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) que resultou no registo, em 30 de setembro de 2022, de um aumento do nível de exposições vencidas objeto de imparidade, embora não sintomático de um aumento do perfil de risco de crédito real da carteira.

Em 20 de outubro de 2022, em resultado do acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, que constitui a interpretação vinculativa para os acórdãos nacionais de todos os Estados-Membros, o BFF obteve a confirmação do seu direito de recuperar pelo menos 40 € por cada fatura vencida em relação à Administração Pública.

Ainda em outubro de 2022, nasce o ***BFF Techlab*** , a partir da aquisição pelo BFF de 100 % do capital social da MC3 Informatica Srl, empresa de consultoria que ao longo dos últimos anos tem apoiado o BFF na implementação do atual sistema central de *factoring* e na definição de outras arquiteturas aplicacionais. A transação é consistente com a trajetória de crescimento delineada pelo Banco no Plano de Negócios 2023, uma vez que permite a integração vertical de todas as atividades de desenvolvimento da MC3 relacionadas com a gestão e evolução do sistema de informação do Grupo.

Na sequência da saída da Arca e da Anima, cujos cancelamentos foram comunicados em 2021 e cujas migrações cessantes foram concluídas no decurso de 2022, pelo que se verificou uma redução significativa de várias atividades dentro da UN Serviços de Segurança, o banco iniciou ações com vista à redefinição da estrutura organizacional, reajustando-a às necessidades atualizadas do negócio. Em particular, note-se que está em curso um processo de reestruturação que envolve atualmente 23 cargos.

Assim, no dia 4 de novembro teve início o Processo de Consulta, nos termos do Art. 22.º da Convenção Coletiva Nacional de Trabalho de Crédito, relativa à gestão dos trabalhadores despedidos daí resultantes. Note-se que, em janeiro de 2023, na sequência do acima descrito, foi iniciado um procedimento de despedimento coletivo, nos termos dos Art. 4.º e 24.º da Lei n.º 223, de 23 de julho de 1991, sobre a redução do número de cargos (dos 49 inicialmente previstos para 23 cargos), na sequência de saídas voluntárias e recolocações internas. Este procedimento está ainda em fase de discussão com os sindicatos.

Em 22 de dezembro de 2022, o BFF entrou na estrutura acionista do **Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.P.A.** através da subscrição de uma participação de 1,25 %, no âmbito do aumento de capital social aprovado pela Empresa.

Esta transação insere-se nas iniciativas e estratégias de sustentabilidade e de compromisso público do BFF, e permite à empresa-mãe apoiar outros prestigiados representantes - públicos e privados - do tecido cultural e económico do país, empenhando-se ao lado de um dos maiores centros italianos de produção e difusão da cultura.

Por último, note-se que, no que respeita às mudanças ocorridas nos órgãos sociais:

1. na sequência da demissão dos Administradores i) Barbara Poggiali, em 3 de fevereiro de 2022, e ii) Amélie Scaramozzino, em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da empresa-mãe nomeou, através do procedimento de cooptação urgente - nos termos do art. 2386.º do Código Civil italiano em 10 de fevereiro de 2022 e 1 de março de 2022, respetivamente
   - Monica Magrì e Anna Kunkl, em substituição dos Administradores cessantes, posteriormente confirmadas pela Assembleia Geral de 31 de março de 2022.
2. em 18 de fevereiro de 2022, a Sra. Paola Carrara, Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, demitiu-se com efeitos a partir da primeira das seguintes datas: i) data da Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e ii) 31 de março de 2022.

Na sequência das demissões acima referidas, o Conselho de Administração da empresa-mãe convocou a Assembleia Ordinária de Acionistas para i) nomear novos membros para o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas para o período remanescente do triénio 2021-2023 e ii) nomear o novo Presidente desse órgão social. Em 31 de março de 2022, a Assembleia de Acionistas aprovou a nomeação de Francesca Sandrolini como Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nomeada com base numa proposta de candidatura «única» apresentada pelo Studio Legale Trevisan & Associati em nome de um grupo de acionistas, uma vez que as provisões dos Estatutos e da lei que exigem a utilização do mecanismo de votação em lista não se aplicavam.

Em 22 de abril de 2022, Francesca Sandrolini demitiu-se do cargo de Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas com efeitos imediatos, por razões estritamente pessoais. Consequentemente, nos termos da lei e dos Estatutos, a partir da mesma data, a Sra. Mezzabotta - anteriormente Auditora Suplente do Banco, eleita na única lista apresentada na Assembleia Ordinária de Acionistas de 25 de março de 2021 - assumiu o cargo de Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nos termos da lei e dos Estatutos, na sequência da demissão, na mesma data, da Sra. Francesca Sandrolini, nomeada pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022.

Depois de ter assumido automaticamente o cargo de Auditora Permanente, a Sra. Mezzabotta tornou-se também Presidente. Em 6 de maio de 2022, a Sra. Mezzabotta - uma vez que, entretanto, tinha sido nomeada auditora permanente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas de outro emitente cotado, e tendo reconsiderado o número de funções importantes desempenhadas nessa data - apresentou a sua demissão irrevogável do cargo de auditora permanente e presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas com efeitos imediatos.

Nos termos da lei e dos Estatutos, na mesma data, o Sr. Carlo Carrera, anteriormente Auditor Suplente também eleito na lista única apresentada à Assembleia Ordinária de Acionistas de 25 de março de 2021, assumiu o cargo de Auditor Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas.

Depois de o Sr. Carlo Carrera se ter tornado Auditor Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, este órgão social a) era constituído por membros do mesmo sexo e b) não tinha Auditor Suplente. Por conseguinte, o Conselho de Administração convocou a Assembleia Ordinária de Acionistas, por ser necessário: i) aditar ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, que não respeitava o equilíbrio entre os sexos, uma vez que era composto por representantes do mesmo sexo e, por conseguinte, nomear um Auditor Permanente para substituir o Sr. Carlo Carrera; ii) nomear o Presidente desse órgão de controlo e, simultaneamente, iii) nomear dois Auditores Suplentes, com o direito de confirmar o Sr. Carlo Carrera no cargo de Auditor Suplente.

Por último, em 22 de junho de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas do BFF Bank S.p.A. completou o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas nomeando Nicoletta Paracchini como Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, e Francesca Masotti e Carlo Carrera como Auditores Suplentes.

3. Resultados operacionais

PRINCIPAIS DESTAQUES

BFF Banking Group

- O lucro do exercício foi de 232,0 milhões de euros e o lucro normalizado de 146,0 milhões de euros (+16,6 % em relação ao ano anterior).
- Crescimento em empréstimos concedidos e dos valores a receber de clientes de +45 % homólogo e do rácio crédito/depósito para 76 %.
- Aumento significativo das taxas de juro para os empréstimos concedidos ainda não faturados.

LPI + direitos «Custo de recuperação»

- Aumento da taxa de juro de mora de 8 % para 10,50 % a partir de 1 de janeiro de 2023. Aumento adicional a partir de julho de 2023.
- Desde 31 de dezembro de 2022:

  (i) «indemnização de montante fixo por custos de recuperação ('40 euros')» contabilizada segundo o princípio da especialização dos exercícios, com base em estimativas de cobrança coerentes com as dos juros de mora, e

  (ii) alteração da percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 %.
- Uma compensação positiva pontual sobre o capital de 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

Capital e Dividendos

- Rácio CET1 de 16,9 % e TCR de 22,3 %. 201 milhões de euros de excesso de capital em relação ao objetivo de TCR de 15 %.
- Dividendos de 2022 no valor de 146,0 milhões de euros, 68,5 milhões de euros já pagos em agosto de 2022, 77,5 milhões de euros (cerca de 0,42 € por ação) a pagar em abril de 2023, com base numa resolução dos acionistas.

  Dividendo intercalar adicional sobre o lucro de 2023 a ser pago em agosto de 2023 com base nos resultados do primeiro semestre de 2023.
- >615 milhões de euros em dividendos pagos aos acionistas a partir da OPI de 2017, cerca de 77 % do valor de mercado da OPI.

TRADUÇÃO DE CORTESIA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

	AF 2022					AF 2021				
	Receita líquida	OPEX incl. D&A	Custo/ Rendimento (%)	Provisões	PBT	Receitas líquidas	OPEX incl. D&A	Custo/ Rendimento (%)	Provisões	PBT
Factoring e Empréstimos - Lucros e perdas	170,1	(43,8)	26 %	(6,3)	120,0	161,9	(38,8)	24 %	(0,4)	122,8
+										
Serviços de Títulos - Lucros e perdas	52,5	(24,7)	47 %	-	27,8	57,8	(28,8)	50 %	-	29,0
+										
Pagamentos - Lucros e perdas	63,3	(32,1)	51 %	-	31,3	62,1	(30,9)	50 %	-	31,1
+										
Centro Corporativo incl. sinergias	93,2	(67,0)	-	0,2	26,4	49,5	(79,1)	-	4,5	(25,1)
=										
Corr. BFF Banking Group - Lucros e perdas	379,1	(167,6)	44 %	(6,2)	205,4	331,4	(177,6)	54 %	4,1	157,9
Correções*	151,5	(15,7)	-	(10,0)	125,8	43,0	(2,8)	-	(1,5)	38,7
Lucros e Perdas reportados do BFF Banking Group	530,6	(183,3)	35 %	(16,2)	331,2	374,4	(180,4)	48 %	2,7	196,7

(*) Rubricas não recorrentes em 2022 referentes a: reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa para cobrança de dívidas («40 euros»), no valor de 119,4 milhões de euros, o efeito combinado do aumento da percentagem de recuperação estimada dos juros de mora de 45 % para 50 % e do aumento dos dias previstos para a respetiva cobrança, no valor de 29,3 milhões de euros, provisões extraordinárias contra um risco provável de decisão negativa, no valor de 10,0 milhões de euros, outras rubricas não recorrentes, no valor de 12,9 milhões de euros (custos das opções sobre ações, custos não recorrentes, custos de projetos especiais, ganhos de capital da alienação de imóveis, amortização de contratos com clientes, contribuições extraordinárias para o «FITD» e variações da diferença cambial coberta pela reserva de transposição).

As rubricas não recorrentes de 2021 referem-se a: aos PBT corrigidos do DEPObank no valor de 5,1 milhões de euros, despesas relativas ao «Plano de Opções de Compra de Ações» no valor de 4,5 milhões de euros, ganhos cambiais cobertos pela reserva de transposição no capital próprio no valor de 0,2 milhões de euros, *badwill* no valor de 76,9 milhões de euros, custos relacionados com iniciativas de gestão do passivo no valor de 13,4 milhões de euros, outros custos de transação e reestruturação no valor de 10,2 milhões de euros, despesas relacionadas com a contribuição extraordinária para o Fundo de Resolução Nacional no valor de 2,8 milhões de euros e a amortização do contrato de cliente do DEPObank no valor de 2,4 milhões de euros.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 apresentam a posição de balanço e a demonstração de resultados do BFF BankingGroup, incluindo, a partir de 2022, a BFF Immobiliare S.r.l., uma empresa constituída em 19 de janeiro de 2022, 100 % detida pelo BFF Bank S.p.A. e criada especificamente para a conclusão da transação da «Casa BFF», que testemunhou a compra de uma área de construção para o desenvolvimento da nova sede do Grupo BFF e *BFFTechlab* S.r.l. (anteriormente MC3 Informatica S.r.l.), uma empresa de consultoria informática com sede em Brescia que o BFF adquiriu, uma vez que permite a integração vertical de todas as atividades de desenvolvimento relacionadas com a gestão e evolução do sistema de informação na Unidade de Negócio Factoring e Empréstimos.

A fusão com o DEPObank produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de março de 2021, pelo que só a partir dessa data é que os dados contabilísticos das duas empresas foram consolidados.

A partir dessa data, os resultados do Grupo passam a integrar a dinâmica dos setores em que o Grupo opera através das Unidades de Negócio que oferecem serviços aos clientes (*Factoring* e Empréstimos, Serviços de Títulos, Pagamentos) e através da Unidade de Negócio do Centro Corporativo que presta apoio a outras Unidades de negócio, gere o financiamento do Grupo (regulado internamente por um mecanismo de preços de transferência), e a utilização da liquidez em excesso das necessidades da Unidade de Negócio de *Factoring* e Empréstimos através de investimentos em obrigações de dívida pública, acordos de recompra e depósitos no BCE.

Em 2022, o Grupo concentrou-se na consolidação das atividades do DEPObank recentemente adquiridas (Serviços de Títulos e Pagamentos) e no relançamento do Factoring e Empréstimos graças aos esforços de vendas e a um regresso gradual à normalidade nos países onde o Grupo está presente, apesar de ainda estarem a gerir a longa onda dos efeitos da crise pandémica da Covid-19 que surgiu no primeiro trimestre de 2020 e apesar da fraqueza dos mercados financeiros afetados pela crise Rússia/Ucrânia. Além disso, o Grupo concentrou-se em aperfeiçoar e acompanhar continuamente as iniciativas destinadas a gerar as sinergias previstas no plano de integração com o DEPObank, tanto em termos de financiamento como de custos.

Na vertente de financiamento, os esforços centraram-se na utilização dos recursos disponibilizados pelas Unidades de negócios Serviços de Títulos e Pagamentos para o financiamento dos seus empréstimos concedidos e, com vista à diversificação das fontes de financiamento, bem como à otimização do custo de financiamento, no relançamento do financiamento da Lokata Facto em zloty e, no final do semestre, da Cuenta Facto em euros.

O BFF prosseguiu com a sua política de investimento em títulos HTC garantidos por obrigações do Estado italiano, com horizontes de médio-longo prazo, com o objetivo de restabelecer uma duração média coerente com as registadas no passado. Especificamente, também em relação à dinâmica esperada das taxas de juro na área do euro, a atividade visou os instrumentos de taxa variável.

Por último, note-se que o Grupo BFF não tem qualquer exposição comercial aos mercados russo e ucraniano e está empenhado em controlar rigorosamente as atividades de processamento da unidade de negócio Pagamentos para garantir o cumprimento das restrições impostas à Rússia.

Desempenho financeiro

Lucro do exercício

Em termos de rendibilidade global, o desempenho acumulado das Unidades de negócio do Grupo, influenciado pelos fenómenos acima indicados, conduziu a um resultado reportado de 232,0 milhões de euros, incluindo os itens não recorrentes que influenciaram o resultado do exercício, cujo detalhe é apresentado no quadro seguinte.

Lucro normalizado

Eliminando as rubricas não recorrentes que afetaram os lucros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e adicionando a estes os dois meses em falta do DEPObank (janeiro e fevereiro), apenas para fins comparativos, o lucro normalizado do Grupo situar-se-ia em 146,0 milhões de euros (mais 16,6 % em termos homólogos).

Os principais elementos que afetam o desempenho normalizado do Grupo podem ser resumidos da seguinte forma:

- aumento da margem financeira devido, essencialmente, ao aumento das taxas de rendibilidade líquidas dos empréstimos concedidos, também graças às iniciativas implementadas para realizar as sinergias de financiamento previstas no plano, e ao aumento do valor dos títulos HTC e dos empréstimos a clientes em carteira;
- as comissões da Unidade de negócios Serviços de Títulos e Pagamentos diminuíram face a 2021, apesar do desempenho comercial e também na sequência do desempenho negativo do mercado;
- custos mais baixos graças a um controlo cuidadoso e às iniciativas levadas a cabo para alcançar o custo das sinergias previstas no plano.

Tudo isto foi conseguido num ano caracterizado por:

- guerra na Ucrânia e um choque energético;
- aumento mais acentuado das taxas de juro das últimas décadas;
- nível de inflação mais elevado desde a década de 1980;
- restrições impostas à política monetária e o fim do período de «taxas negativas»;
- volatilidade dos spreads soberanos;
- desempenho negativo do mercado de ações.

A tabela abaixo explica a transição do lucro reportado para os dados normalizados.

(Montantes em milhões de euros)

Correções	31.12.2021	31.12.2022	% no período homólogo
Grupo BFF - Lucros reportados	**197,4**	**232,0**	**+17,6 %**
Lucro normalizado pré-aquisição do DEPObank	**5,1**		
Diferenças cambiais cobertas pela reserva de transposição em capital próprio	(0,1)	(1,7)	
Opções de compra de ações e Outorgas de ações	3,3	3,3	
Badwill e custos de transação e reestruturação, e Fusões e Aquisições	(70,5)	3,9	
Custos extraordinários associados à Gestão do passivo	9,5		
Desagravamento fiscal sobre o *goodwill* do DEPObank	(23,7)		
Fundo de Resolução Extraordinário e FITD	2,0	0,5	
Tributação atual das distribuições de dividendos das filiais e anulação (*write-off*) de um crédito fiscal (DTA) na Polónia		4,9	
Amortização de contratos de clientes do DEPObank	2,4	3,1	
Evolução dos valores do ativo, incluindo os relativos aos juros de mora e à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»)		(100,1)	
Grupo BFF - Lucros/perdas normalizados	**125,3**	**146,0**	**+16,6 %**

Nas páginas seguintes, para uma apresentação precisa do desempenho das várias Unidades de negócio, os comentários referem-se a dados normalizados da demonstração de resultados, eliminando os elementos não recorrentes que influenciaram os resultados a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e incluindo os 2 meses em falta do DEPObank (janeiro e fevereiro de 2021).

A este respeito, note-se que, no decurso de 2021, a rubrica não recorrente mais significativa foi o *badwill* resultante da fusão com o DEPObank no valor de 76,9 milhões de euros, que impactou a rubrica da demonstração de resultados Outras receitas operacionais, líquidas, e em 2022 o Grupo i) contabilizou 50 % da provisão relativa à indemnização fixa para cobrança de dívidas («40 euros») e ii) aumentou a percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 % bem como os dias esperados para a respetiva cobrança de 1800 para 2100 dias. Estes efeitos, identificados como não recorrentes em 2022 e no montante de 148,7 milhões de euros, tiveram impacto nas rubricas da demonstração de resultados Outras receitas operacionais, líquidas e Juros e rendimentos similares e na rubrica da posição de balanço Empréstimos concedidos e contas a receber de clientes.

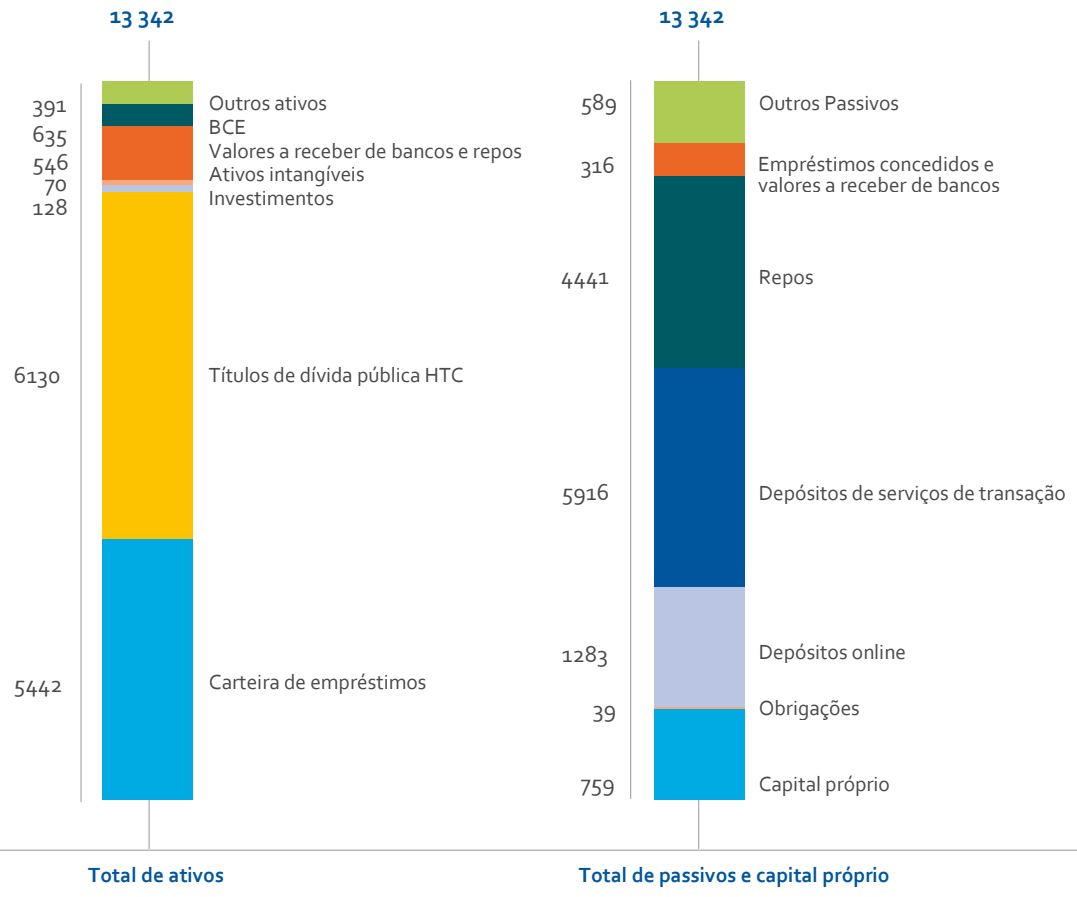
Posição de balanço do Grupo

No que diz respeito à Posição de balanço, tal como aconteceu a partir do segundo trimestre de 2021, durante 2022 o Grupo continuou a concentrar-se na otimização das formas de financiamento geradas pelas atividades do antigo DEPObank, racionalizando os seus níveis e encerrando ou limitando as formas históricas de financiamento mais onerosas do BFF, mantendo uma certa diversificação.

Por outro lado, o Grupo concentrou-se numa melhor gestão das formas de empréstimos, retomando os investimentos em obrigações do Tesouro e eliminando o excesso de liquidez, com efeitos positivos tanto na alavancagem como na rendibilidade do Grupo.

O efeito de tudo isto, que se manifestou a partir do primeiro semestre de 2021, continuando também em 2022, foi uma posição de balanço que, apesar da fusão dos dois bancos, estava basicamente alinhada com a do antigo DEPObank, especialmente graças ao refinanciamento das formas de financiamento do Grupo BFF «pré-aquisição».

(milhões de euros)



Empréstimo

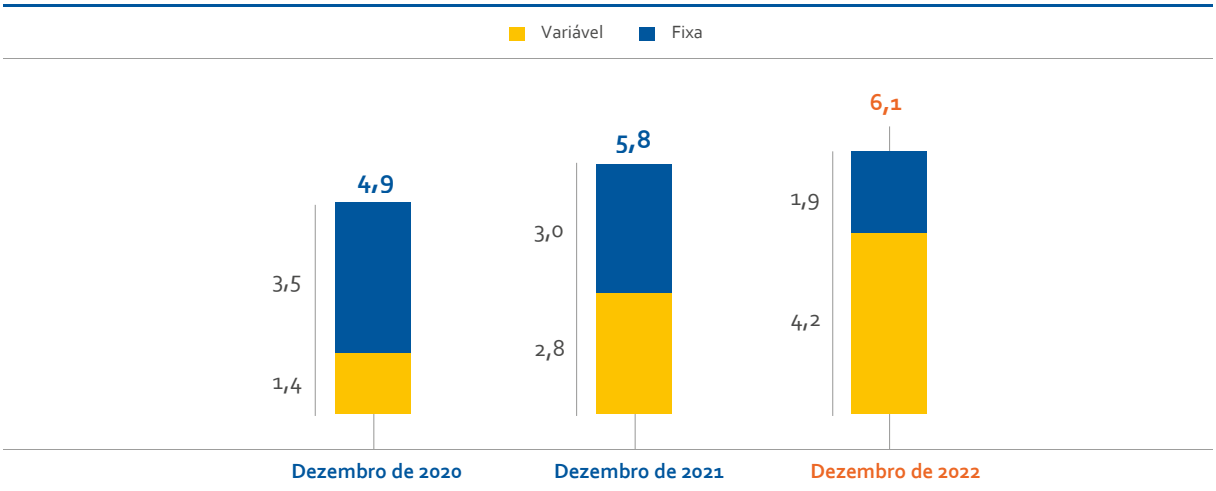
A Carteira de *Factoring* e Empréstimos Concedidos foi de 5,4 mil milhões de euros, um aumento de 45 % em relação a 2021: os mercados internacionais representam atualmente cerca de 38 % do total de empréstimos concedidos e valores a receber de clientes. O nível atingido pelos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes marca um máximo histórico, também graças a um contexto favorável e confirmando a recuperação no período pós-pandemia, tendo-se registado um aumento em relação ao ano anterior em todos os países.

Carteira de empréstimos (milhões de euros)	31.12.2021(*)	31.12.2022(*)
Itália	2123	3383
Espanha	330	629
Polónia	790	806
Eslováquia	231	240
Portugal	207	239
Grécia	70	131
Outros países (Croácia, França e Chéquia)	13	15
Total	**3763**	**5442**

(*) *Incluindo os ativos fiscais «Ecobonus» no valor de 221 milhões de euros (18 milhões de euros em 2021), contabilizados em Outros ativos na posição de balanço, e as provisões «na posição de balanço» relativas a juros de mora e à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») no valor de 466 milhões de euros.*

A carteira de obrigações de dívida pública atingiu 6,1 mil milhões de euros, mais 0,3 mil milhões de euros do que em 31 de dezembro de 2021. Com efeito, neste domínio, o Grupo continuou com a sua política de investimento e de otimização da liquidez do Grupo. Especificamente, também em relação à tendência esperada para as taxas de juro na zona euro, as atividades centraram-se nos instrumentos de taxa variável.

CARTEIRA DE TÍTULOS HTC (mil milhões de euros)



A Caixa e Equivalentes de Caixa foi igual a 0,6 mil milhões de euros e os Empréstimos concedidos e valores a receber com Bancos e Repos igual a 0,5 mil milhões de euros: nesta área, foram tomadas medidas de Gestão do ativo/passivo para otimizar a liquidez depositada junto do BCE, também em relação à evolução das manobras de política monetária decretadas pelo BCE a partir do segundo semestre do ano.

Financiamento

Do lado dos passivos, a racionalização das fontes de financiamento prosseguiu através do relançamento dos depósitos online, da nova emissão de obrigações adicionais de nível 1, do reembolso com opção de compra da emissão de obrigações de nível 2 e do reembolso na data de vencimento da emissão de obrigações preferenciais não garantidas.

O departamento de Serviços de transação, com as suas Unidades de negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos, arrecadou cerca de 6,0 mil milhões de euros face aos 8,5 mil milhões de euros em 2021, com um decréscimo da quota da Serviços de Títulos de 2,9 mil milhões de euros (6,1 mil milhões de euros vs 3,2 mil milhões de euros) devido à perda do cliente Arca e à alteração das políticas de investimento dos fundos, e com um aumento do montante gerado pelos Pagamentos de cerca de 0,5 mil milhões de euros (de 2,4 mil milhões de euros para 2,9 mil milhões de euros) graças ao esforço de vendas junto dos clientes existentes com o objetivo de reforçar a liquidez.

O Grupo continuou a oferecer a solução de contas de depósito online destinada a clientes particulares e empresas e garantida pelo Fundo Interbancário de Garantia de Depósito em Itália com o Conto Facto, em Espanha, Países Baixos, Irlanda e Alemanha com o Cuenta Facto e, por último, na Polónia com o Lokata Facto.

Em 31 de dezembro de 2022, o total das receitas nominais do Conto Facto, do Cuenta Facto e do Lokata Facto ascendia a um total de 1,3 mil milhões de euros, um aumento de aproximadamente mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2021.

Em particular, o crescimento registado em relação a 31 de dezembro de 2021 beneficiou das campanhas promovidas em todas as áreas geográficas, e especificamente na Polónia já a partir do início de 2022 e no resto da zona euro a partir do segundo semestre do ano.

No que diz respeito às atividades do mercado de capitais, em 19 de janeiro de 2022, foi emitido um instrumento subordinado Adicional Perpétuo de Nível 1 NC2027 no montante de 150 milhões de euros, ao par, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano, a pagar semestralmente.

Em 2 de março de 2022, a opção de resgate antecipado das obrigações de nível 2 de 100 milhões de euros foi exercida na sequência da autorização recebida do Banco de Itália.

Em 29 de junho de 2022, a obrigação prioritária um montante residual de 42,3 milhões de euros foi reembolsada na data de vencimento.

No que diz respeito às emissões preferenciais prioritárias não garantidas do Grupo, note-se que, também em resultado de recompras marginais adicionais efetuadas durante 2022 e do reembolso na maturidade acima mencionado, os títulos em circulação em 31 de dezembro de 2022 ascendiam a 38,6 milhões de euros, em comparação com 82 milhões de euros em dezembro de 2021.

Tendo em conta o que precede, o montante nominal das emissões obrigacionistas em curso em 31 de dezembro de 2022 totaliza 188,6 milhões de euros (incluindo AT1), em comparação com 181,8 milhões de euros no ano anterior (incluindo Nível 2).

Por último, o BFF não tem empréstimos a refinanciar junto do Banco Central Europeu (BCE), nem ordinários (OMA) nem extraordinários (PELTRO, TLTRO, etc.).

Capital próprio, fundos próprios e rácios de capitais próprios

O BFF Bank continua a manter a sua solidez de capital, considerando ainda que os rácios de capital e fundos próprios não incluem 146 milhões de euros relativos ao resultado normalizado do exercício.

Recorde-se que, já na altura das Demonstrações Financeiras de 2021, o BFF Bank tinha-se comprometido a implementar todas as iniciativas possíveis para pagar dividendos duas vezes por ano a partir de 2022; por conseguinte, em agosto de 2022, o BFF Bank distribuiu um dividendo intercalar de 68,5 milhões de euros, enquanto em abril de 2023 se prepara para distribuir um montante adicional de 77,5 milhões de euros, com base numa resolução dos acionistas, para um montante total igual a 146 milhões de euros, tal como acima referido.

O capital próprio ascendeu a 759 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 572 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Os fundos próprios do BFF Banking Group em 31 de dezembro de 2022 ascendiam a 612 milhões de euros e incluíam as obrigações de nível 1 adicional não garantidas e subordinadas com rating de 150 milhões de euros colocadas em 19 de janeiro de 2022 e 86 milhões de euros de resultados do exercício não distribuídos; a exposição global a riscos, face à atividade desenvolvida, é mais do que adequada face ao nível de capitalização e ao perfil de risco identificado.

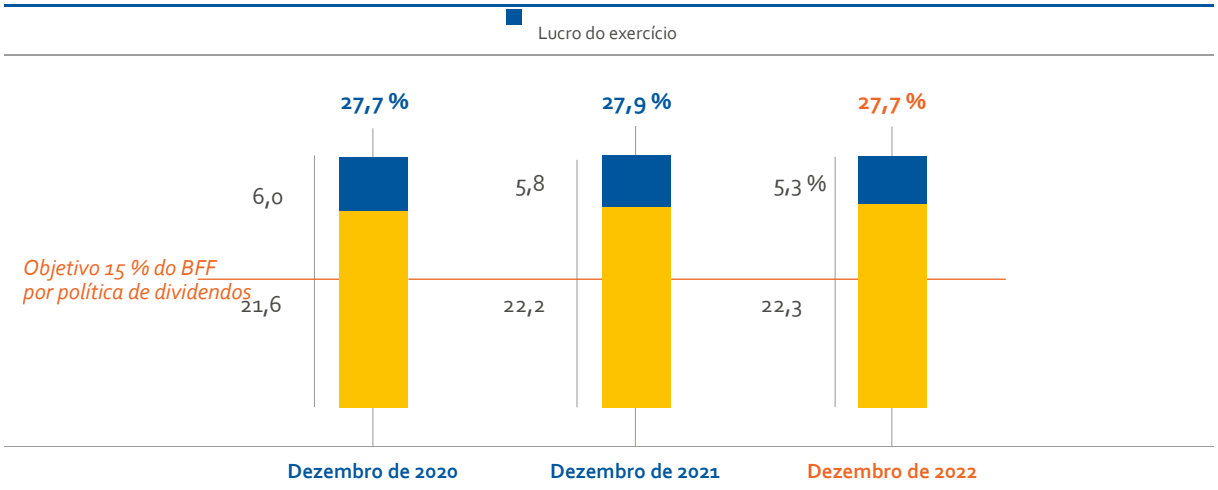
Com efeito, os rácios CET1, Nível 1 e Capital total de são de 16,9 %, 22,3 % e 22,3 %, respetivamente, com 201 milhões de euros de fundos próprios que excedem o rácio CT visado de 15 %.

Além disso, importa recordar que o Grupo não teve de aplicar as medidas de emergência disponibilizadas pelo BCE, pela EBA ou pelo pacote bancário COVID-19 da Comissão Europeia.

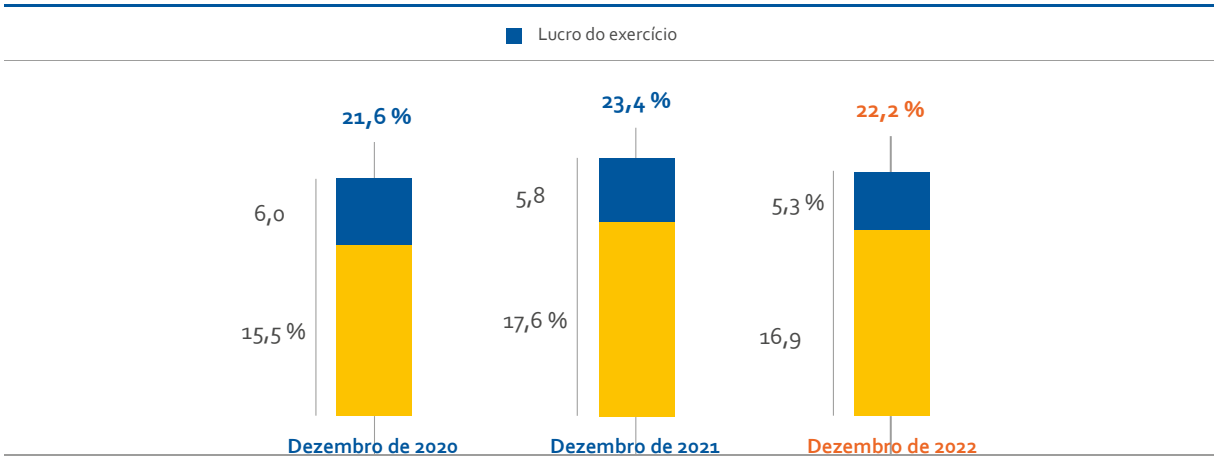
Por último, recorde-se que, em 19 de outubro de 2022, o Banco de Itália, enquanto Autoridade de Resolução, adotou o plano de resolução de 2021 para o BFF Banking Group, identificando a resolução como uma estratégia de gestão de crises para o BFF Banking Group.

RÁCIO DE CAPITAL TOTAL - GRUPO BANCÁRIO EX TUB

RWA	1616	2171	2740
Densidade RAW	39 %	45 %	42 %

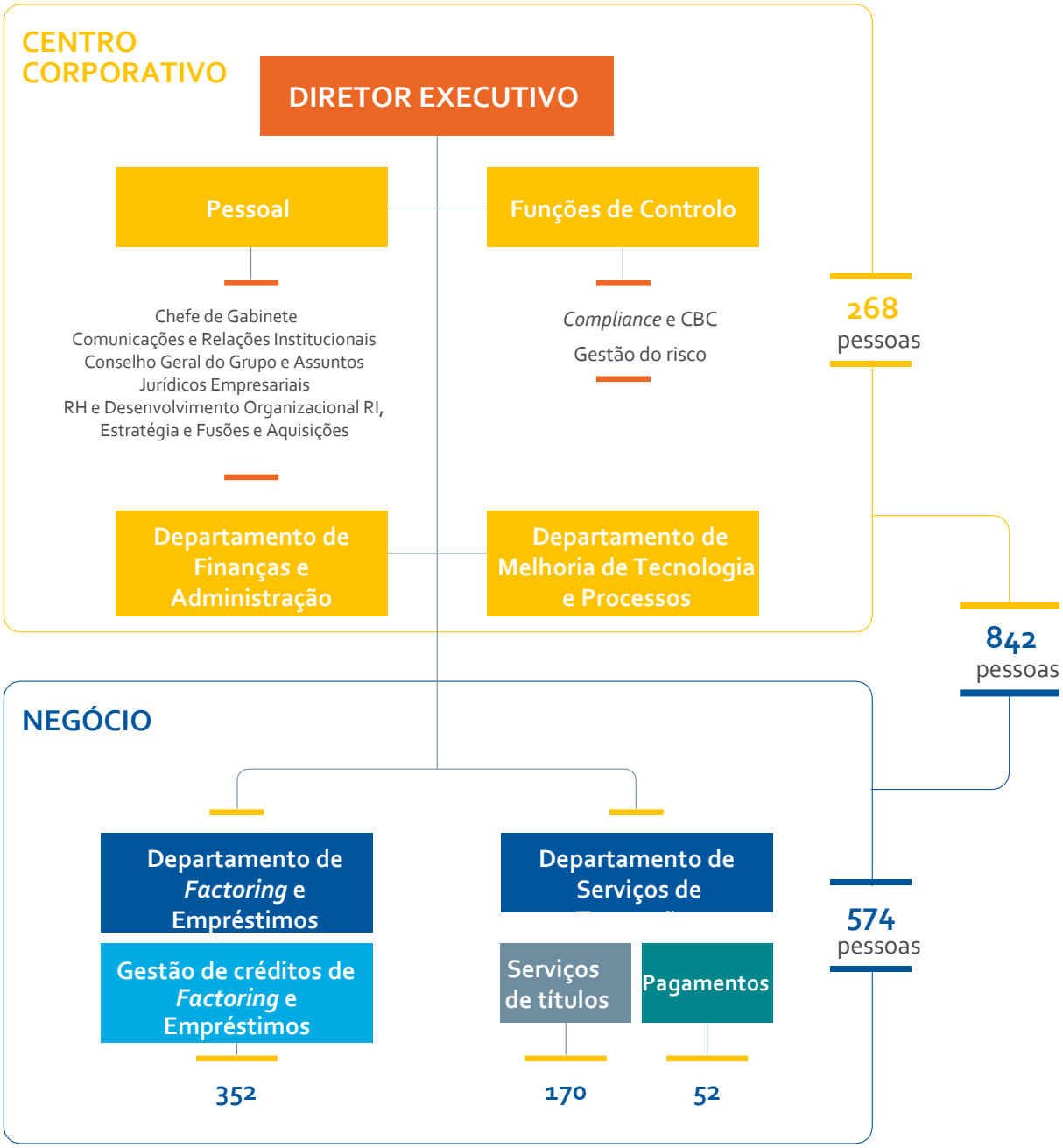


RÁCIO DE CAPITAIS PRÓPRIOS COMUNS - GRUPO BANCÁRIO EX TUB



Estrutura organizacional

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo está organizado em três linhas de negócio, ***Factoring* e Empréstimos**(no âmbito do departamento com o mesmo nome), **Serviços de títulos** e **Pagamentos**(no Departamento de Serviços de Transação), apoiados pelo **Centro Corporativo**.



Alterações no número de efetivos

Em 31 de dezembro de 2022, o número total de funcionários do BFF Banking Group ascendia a 842 pessoas, das quais 71 integraram o Grupo em 2022: 31 em Itália (incluindo *BFFTechlab*), 1 na Grécia, 6 em Espanha, 2 em Portugal, 28 na Polónia, 2 na Eslováquia e 1 na Chéquia.

A distribuição dos funcionários pelos vários países revela uma redução de 20 recursos, dos quais 10 em Itália, na sequência da perda dos clientes Arca e Anima (como já foi referido) e apesar da entrada no Grupo de 8 recursos relativos à BFF Techlab, 4 em Espanha e 5 na Polónia.

Segue-se a distribuição por país:

31.12.2021	Itália	Espanha	Polónia	Eslováquia	Chéquia	Grécia	Portugal	Total
Executivos de topo/Executivos	21	1	3				1	26
Diretores/Coordenadores	93	15	38	4		3	1	154
Especialistas/Profissionais	466	41	147	12	3	5	8	682
EFETIVOS 31.12.2021	**580**	**57**	**188**	**16**	**3**	**8**	**10**	**862**

31.12.2022	Itália	Espanha	Polónia	Eslováquia	Chéquia	Grécia	Portugal	Total
Executivos de topo/Executivos	24	1	3	0	0	0	1	29
Diretores/Coordenadores	97	13	42	5	0	3	2	162
Especialistas/Profissionais	449	39	138	10	2	6	7	651
EFETIVOS 31.12.2022	**570**	**53**	**183**	**15**	**2**	**9**	**10**	**842**

A repartição da força de trabalho por género em 31 de dezembro de 2022 manteve-se basicamente inalterada em relação a 31 de dezembro de 2021, com 55 % mulheres e 45 % homens.

Segue-se uma distribuição por país em 31 de dezembro de 2022:

31.12.2021	Mulheres		Homens		Total
Itália	294	51 %	286	49 %	580
Espanha	31	54 %	26	46 %	57
Polónia	129	69 %	59	31 %	188
Eslováquia	11	69 %	5	31 %	16
Chéquia	2	67 %	1	33 %	3
Grécia	4	50 %	4	50 %	8
Portugal	3	30 %	7	70 %	10
Total por país	**474**	**55 %**	**388**	**45 %**	**862**

31.12.2022	Mulheres		Homens		Total
Itália	290	51 %	280	49 %	570
Espanha	28	53 %	25	47 %	53
Polónia	124	68 %	59	32 %	183
Eslováquia	10	67 %	5	33 %	15
Chéquia	1	50 %	1	50 %	2
Grécia	4	44 %	5	56 %	9
Portugal	3	30 %	7	70 %	10
Total por país	**460**	**55 %**	**382**	**45 %**	**842**

Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos
Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos exerce a atividade de empréstimos e oferece os seus serviços através de produtos como o *factoring* sem recurso, o empréstimo e a gestão de créditos a organismos da Administração Pública e a hospitais privados.

Atualmente, o Grupo desenvolve estas atividades em nove países (Itália, Croácia, França, Grécia, Polónia, Portugal, Chéquia, Eslováquia e Espanha), todos eles profundamente afetados nos últimos anos pela crise pandémica da Covid-19 e que continuam até hoje a lidar com a longa vaga dos seus efeitos, juntamente com as implicações do conflito Rússia/Ucrânia.

Apesar das injeções de liquidez efetuadas pelos governos nacionais, e graças à subida das taxas de juro e de inflação, que estão a fazer com que as empresas reconsiderem as suas estratégias do capital de exploração e ao forte desempenho comercial, face a 2021 os principais indicadores da Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos apresentaram fortes sinais de recuperação.

A carteira de empréstimos cresceu 45 % em comparação com o mesmo período do ano anterior (5,4 mil milhões de euros face a 3,8 mil milhões de euros), enquanto os volumes de empréstimos concedidos e valores a receber adquiridos e desembolsados aumentaram significativamente em comparação com o ano passado (7783 milhões de euros face a. 5781 milhões de euros) em quase todos os países (com exceção da Eslováquia e da Polónia, onde, a taxas de câmbio constantes, os volumes permaneceram substancialmente constantes), graças ao forte impulso comercial promulgado num contexto macroeconómico favorável, que confirmou uma recuperação em relação ao período pandémico.

Os dias de vendas pendentes (DSO) registados pelo BFF nas atividades de *factoring* revelaram um alargamento dos prazos de cobrança em praticamente todos os países, com exceção de Portugal (na sequência do aumento das remessas, sobretudo no final do ano, por parte do governo central), Eslováquia, Croácia e França (onde o valor é, no entanto, influenciado pela dimensão do negócio).

Dias de vendas pendentes - dias (dados BFF, Aquisições e Gestão, Público e Privado):

	31.12.2021	31.12.2022
Itália	119	132
Espanha	94	132
Portugal	299	175
Grécia	210	248
Croácia	282	52
França	107	79
Eslováquia	796	785

A provisão para juros de mora e a provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»), bem como os montantes relativos não transferidos para a Demonstração de Resultados, continuaram a crescer em relação a 2021 (atingindo, respetivamente, 756 e 240 milhões de euros, e 410 e 120 milhões de euros), enquanto os recebimentos relativos ascenderam a 73 e 12 milhões de euros, respetivamente, apesar, especialmente em Itália, do atraso registado na finalização dos acordos com os devedores.

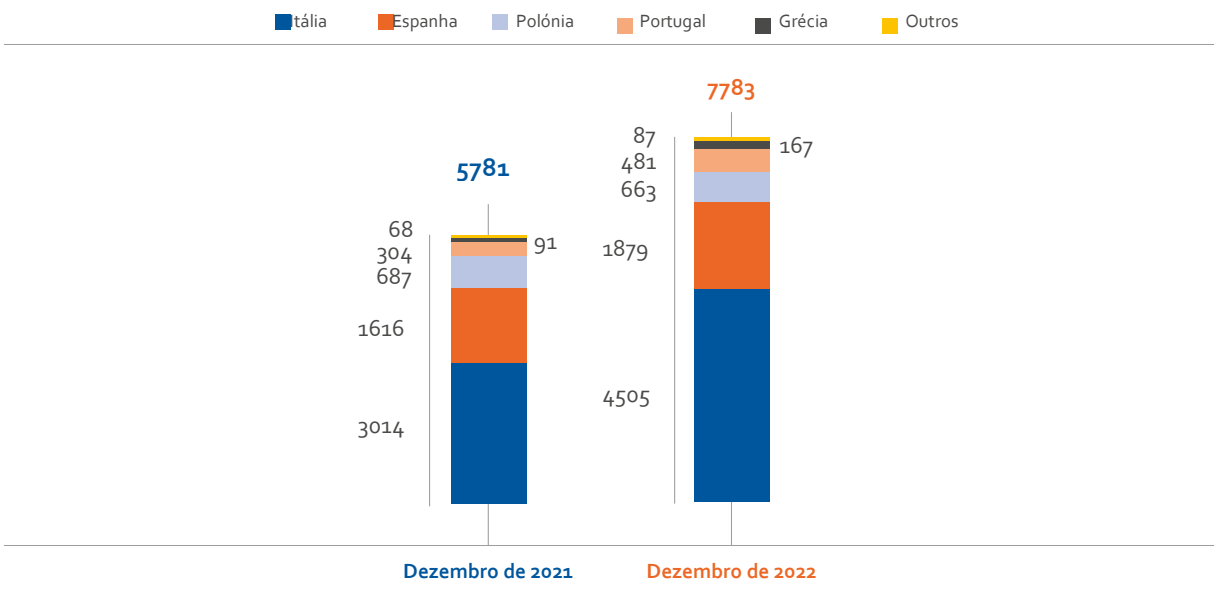
O rendimento bruto dos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes manteve-se constante em relação a 2021, atingindo 5,6 % apesar do crescimento das taxas, impactado pelo atraso no reapreçamento dos clientes.

O custo do crédito foi confirmado em níveis negligenciáveis, embora tenha registado um aumento significativo em relação a 2021. Apesar da elevada notoriedade dos clientes servidos e do rigoroso processo de originação e acompanhamento do crédito, no decurso de 2022, verificou-se um impacto das alterações às curvas que representam as taxas de deterioração dos cenários macroeconómicos, que foram atualizadas e afetaram as perdas por imparidade coletivas face a uma carteira maior de empréstimos concedidos a clientes e algumas perdas por imparidade individuais específicas na Polónia.

(Montantes em milhões de euros)

	31.12.2021	31.12.2022
Volume de negócios adquirido/Empréstimos desembolsados durante o ano	5781	7783
Carteira de empréstimos	3763	5442
Juros de mora cobrados	67	73
Indemnização fixa («40 euros») cobrada	6	12
Provisão para juros de mora	713	756
Provisão de indemnização de montante fixo	226	240
Provisão para juros de mora «não transferidos» para a demonstração de resultados	*415*	*410*
Provisão de indemnização de montante fixo «não transferido» para a demonstração de resultados	226	*120*
Rendimento bruto dos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes % (líquido de «40 euros»)	5,6 %	5,6 %
Custo do risco %	0,02 %	0,11 %

FACTORING E VOLUMES DE EMPRÉSTIMOS POR PAÍS



TRADUÇÃO DE CORTESIA

A margem financeira normalizada ascendeu a 153,7 milhões de euros, em comparação com 148,9 milhões de euros em 2021, e foi afetada positivamente pelo *spread* «reescalonamento/ganhos de capital» e negativamente pelo atraso temporal, no que diz respeito ao financiamento, da reavaliação do preço dos empréstimos concedidos, cujos efeitos positivos (tanto na taxa de juro utilizada para os juros de mora como no preço aplicado aos clientes) serão observados no decurso de 2023 e 2024.

O spread «reescalonamento/ganhos de capital» incluído na margem financeira, ou seja, o diferencial entre os ganhos de capital gerados pelos recebimentos de juros de mora superiores a 45 % contabilizados de acordo com o regime de acréscimos e o reescalonamento, ou seja, os efeitos relacionados com o desconto de valores a receber não cobrados de acordo com as estimativas internas e, por isso, reprojetados no tempo, foi positivo face ao período homólogo do ano anterior. O resultado beneficiou de um excelente último trimestre, embora ainda abaixo dos níveis pré-Covid.

As outras receitas operacionais normalizadas, líquidas, beneficiaram de um montante de recebimentos relativos à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») duas vezes superior ao registado em 2021 (cerca de 12 milhões em 2022 e cerca de 6 milhões em 2021).

Os custos diretos normalizados ascenderam a 43,8 milhões de euros, um aumento de cerca de 13 % em comparação com 2021, devido a volumes mais elevados, ao aumento das operações e a custos jurídicos mais elevados.

As perdas líquidas por imparidade normalizadas para o risco de crédito, embora mais elevadas do que em 2021, em resultado de perdas por imparidade coletivas mais elevadas (devido à maior carteira existente) e de perdas por imparidade individuais, principalmente na Polónia, em várias posições com uma contraparte privada, continuaram a manter-se em níveis limitados, graças ao acompanhamento cuidadoso do crédito, tanto na originação como na gestão.

Assim, os lucros antes de impostos das operações continuadas ascendeu a 120,0 milhões de euros, menos 2,8 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, aos fenómenos descritos anteriormente.

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
Margem financeira	**148,9**	**153,7**
da qual o spread de «reescalonamento/ganhos de capital»	*7,4*	*14,0*
Receitas líquidas de taxas e comissões	5,6	3,5
Outras receitas operacionais, líquidas	7,4	12,8
Receitas líquidas totais	**161,9**	**170,1**
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(38,8)	(43,8)
Perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito e provisões líquidas para riscos e encargos	(0,4)	(6,3)
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**122,8**	**120,0**

Unidade de negócio de Serviços de Títulos
Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

Os Serviços de Títulos dizem respeito à Unidade de negócio que se ocupa da custódia bancária de fundos de investimento e serviços conexos, tais como custódia global, contabilidade de fundos e agentes de transferência para gestores nacionais e vários fundos de investimento - tais como fundos de pensões, fundos mutualistas e fundos alternativos - bem como bancos e outras instituições financeiras (ou seja sociedades de corretagem de ações): este negócio está centrado no mercado italiano.

Durante o ano de 2022, a Unidade de negócio registou um bom desempenho comercial. Tal continuou a ser possível graças ao lançamento de iniciativas estratégicas que visavam i) uma maior expansão e melhoria da experiência comercial (através de novos serviços, tais como o processamento de liquidações nos vários mercados, o empréstimo de títulos para Fundos de Pensões de média e pequena dimensão; expansão das atividades dos Agentes Pagadores também a moedas estrangeiras; ii) alargamento da base de clientes (através da oferta de serviços de Banco Depositário a Fundos de Pensões, órgãos Religiosos e Fundações Bancárias e da participação nos concursos dos Fundos de Pensões, para além da oferta de serviços de Agente Pagador, Conta e Banco Depositário a clientes Empresariais) e iii) aproveitamento das oportunidades decorrentes de intervenções regulamentares (como a Consolidação T2-T2S, ECMs, CSDR, SHRD II, Spanish FT), que, por um lado, representam uma oportunidade para reforçar no mercado o papel de banco correspondente e parceiro de referência no âmbito da Custódia Global e, por outro, permitem oferecer novos produtos e serviços de valor acrescentado que poderão contribuir para um maior aumento das receitas do BFF.

O desenvolvimento do negócio atenuou a queda das receitas devido à fraqueza dos mercados financeiros, afetados primeiro pelos efeitos da Covid-19 e depois pela crise na Rússia/Ucrânia.

Por outro lado, o segundo semestre do ano foi caracterizado pela saída de dois grandes clientes, cujo impacto económico se refletirá plenamente no decurso de 2023.

Os principais indicadores da Unidade de negócio de Serviços de Títulos registaram uma evolução negativa face a 2021, embora exista um volume considerável de nova legislação que, no futuro, conduzirá a novos desenvolvimentos para a atividade, nomeadamente no que respeita às contribuições para os fundos complementares de pensões dos funcionários da Administração Pública e no âmbito dos serviços obrigatórios dos Fundos de Pensões.

Os ativos sob depósito (AuD) da Custódia ascenderam a 49,5 mil milhões de euros, uma diminuição em comparação com 2021. O desempenho negativo dos mercados financeiros foi apenas parcialmente compensado pelos efeitos positivos das iniciativas relacionadas com o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio, bem como por um saldo positivo entre entradas e saídas. Neste contexto, o BFF Bank manteve a sua posição de liderança no segmento italiano dos fundos de pensões fechados.

Os ativos sob custódia (AuC) da Custódia global, no valor de 153,1 mil milhões de euros, menos 11 % do que em 2021, mas com um crescimento de 9% excluindo os efeitos da Arca, foram afetados pelo desempenho negativo do mercado financeiro.

O saldo dos depósitos de clientes foi influenciado pela alteração das políticas de investimento adotadas por muitos fundos (devido ao novo cenário das taxas de juro de mercado, que transitaram de negativas para positivas) e diminuiu face a 2021 em 2,9 mil milhões de euros (dos quais mil milhões de euros são decorrentes da perda do Arca), atingindo 3,2 mil milhões de euros.

	31.12.2021	31.12.2022
Banco de custódia (AuD, milhões de euros)	83 573	49 524
Custódia global (AuC, milhões de euros)	172 625	153 065
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	6092	3167

A margem financeira normalizada ascendeu a 8,8 milhões de euros (em comparação com 10,8 milhões de euros em 2021) e foi negativamente afetada por depósitos mais baixos e pela tendência das taxas de juro do mercado, que se tornaram positivas durante o ano.

O nível das receitas líquidas de taxas e comissões normalizadas foi 8 % inferior ao do mesmo período do ano anterior e foi afetado negativamente pela saída de Arca em 1 de novembro de 2022.

O montante dos Custos Diretos normalizados diminuiu, conforme evidenciado pela monitorização eficiente dos custos em vigor e pela renegociação de alguns contratos com fornecedores, a continuar também em 2023.

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
Margem financeira	**10,8**	**8,8**
Receitas líquidas de taxas e comissões	46,1	42,4
Outras receitas operacionais, líquidas	0,9	1,2
Receitas líquidas totais	**57,8**	**52,5**
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(28,8)	(24,7)
Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**29,0**	**27,8**

O lucro normalizado antes de impostos das operações continuadas ascendeu, por conseguinte, a 27,8 milhões de euros, ou seja, menos 1,2 milhões de euros do que no ano transato, graças sobretudo à diminuição da margem financeira na sequência da redução dos depósitos, à diminuição das comissões de serviços e apesar da contenção dos custos.

Unidade de negócio de Pagamentos
Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de negócio de Pagamentos é a unidade de negócio que se ocupa do processamento de pagamentos, pagamentos de empresas e cheques e faturas e tem como clientes bancos italianos de média e pequena dimensão e empresas de média e grande dimensão e orgulha-se de uma parceria com a Nexi. O negócio está concentrado no mercado doméstico.

Como operador independente líder em Itália no domínio dos serviços de processamento dedicados aos PSP (Prestadores de Serviços de Pagamento: Bancos, IMEL, Instituições de Pagamento) e nos serviços estruturados de cobrança e pagamento para empresas e Administração Pública, o BFF beneficia de um mercado de pagamentos em crescimento graças à recuperação do consumo e à progressiva digitalização dos instrumentos de pagamento. Para já, não se observam efeitos negativos nem do aumento da inflação nem da guerra na Ucrânia.

Ao longo de 2022, a Unidade de negócio registou um bom desempenho comercial, com efeitos positivos na área do processamento interbancário, nos pagamentos de empresas e no setor das liquidações, mantendo-se o declínio na área dos cheques e faturas (área em declínio estrutural e ainda com tendência no mercado), em que, de qualquer forma, o efeito negativo das quebras de volume foi limitado com políticas de reapreçamento dedicadas.

Conforme observado em 2021, o mercado está a mostrar os efeitos da evolução e digitalização do Sistema de Pagamentos e da agregação de bancos em curso, para não mencionar o potencial aumento da competitividade no setor dos Pagamentos, também liderado pelo BCE e pela Comissão Europeia, juntamente com a entrada de muitos novos operadores no mercado de pagamentos, tais como Instituições de Pagamento, IMEL, terceiros prestadores de serviços (TPS) e operadores de tecnologia financeira (Fintech). Precisamente estes dois últimos fenómenos fizeram com que, em 2022, com a plena implementação da PSD2, o BFF tenha assistido a uma procura crescente de serviços de intermediação de pagamentos, uma tendência que o BFF espera que se mantenha em 2023. O início do processo de revisão da diretiva pode levar a um maior alargamento do mercado, gerando mais concorrência, mas também novas oportunidades.

Os principais indicadores da Unidade de negócio de Pagamentos, em termos de número de transações executadas face a 2021, registaram tendências positivas.

O número de operações de cobrança e de processamento de transferências aumentou 6 %, atingindo os 331 milhões. Registou-se um bom crescimento nos pagamentos imediatos, embora os números sejam ainda muito baixos devido à dificuldade de muitos bancos de pequena e média dimensão em encontrar um espaço para este serviço.

O negócio de liquidação com cartões cresceu 35 %, ultrapassando os níveis pré-Covid, devido ao aumento da atividade dos clientes bancários e à pressão concorrencial do segmento contactless.

O saldo dos depósitos, no valor de 2852 milhões de euros, aumentou em comparação com 2408 milhões de euros em 2021, graças aos esforços comerciais realizados com os clientes existentes, a fim de aumentar a liquidez.

	31.12.2021	31.12.2022
Processamento interbancário (n.º trans. milhões de euros)	312	331
Liquidações (n.º de transações, milhões de euros)	191	257
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	2408	2852

A margem financeira normalizada ascendeu a 6,6 milhões de euros em 2022 (em comparação com 7,2 milhões de euros em 2021).

O nível das receitas líquidas de taxas e comissões e dos custos diretos normalizados foi superior ao de 2021 e ascendeu a 45,4 milhões de euros e 32,1 milhões de euros, respetivamente, principalmente em resultado do aumento das operações.

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
Margem financeira	7,2	**6,6**
Receitas líquidas de taxas e comissões	43,8	45,4
Outras receitas operacionais, líquidas	11,1	11,3
Receitas líquidas totais	**62,1**	**63,3**
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(30,9)	(32,1)
Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**31,1**	**31,3**

Consequentemente, o lucro normalizado antes de impostos das operações continuadas foi de 31,3 milhões de euros, mais 0,2 milhões de euros em comparação com 2021, principalmente, devido a taxas e comissões mais elevadas.

Unidade de negócio do Centro Corporativo
Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de negócio do Centro Corporativo gere a tesouraria do Grupo e a reafetação de fundos entre as várias Unidades de negócio e quaisquer outras formas de utilização. Incorpora todo o pessoal e funções de controlo, bem como os departamentos de Tecnologia e Melhoria de Processos, além de Finanças e Administração, para apoiar o negócio. Os seus resultados incluem tudo o que não é diretamente atribuível às outras Unidades de negócio. Esta é a área em que foram alcançadas sinergias de custos devido à integração com o DEPObank e onde, através do mecanismo interno de preços de transferência, foram consolidadas as sinergias de financiamento.

A Unidade de negócio do Centro Corporativo assegura, entre outros, a gestão das posições em moedas diferentes do euro, de forma a conter as posições abertas em valores globais abaixo dos limites regulamentares, de modo a evitar, de forma continuada, a absorção de capital que poderia ter origem em financiamentos e empréstimos de outras Unidades de negócio.

No que se refere ao recurso a obrigações e instrumentos de capital, note-se que:

- Em 19 de janeiro, foi finalizada a emissão ao par de um instrumento Adicional Perpétuo de Nível 1 NC2027 (ISIN XS2404266848) no montante de 150 milhões de euros, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano a ser pago semestralmente e uma notação Ba1.
- Em 2 de março de 2022, a opção de compra foi exercida e o instrumento subordinado de nível 2 no valor de 100 milhões de euros emitido em 2017 foi resgatado.
- Em 29 de junho de 2022, a Obrigação (ISIN XS1639097747) emitida por um montante original de 200 milhões de euros em junho de 2017 e em dívida na data de resgate no montante de 42,3 milhões de euros foi resgatada na data de vencimento.

Tendo em conta o acima exposto, a situação das emissões obrigacionistas a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Código ISIN	Data de emissão	Vencimento	Tipo de obrigação	Montante nominal (milhões de euros)	Cupão	Notações da *Moody's*
Obrigações cotadas e objeto de notação						
XS2068241400	23-out-19	23-maio-23 3,5A	*Prioritária preferencial não garantida*	38,6	1,75 %	Ba1
XS2404266848	19-jan-22	Perpétuo NC 2027 (*)	*Nível 1 adicional*	150	5,875 %	B2
MONTANTE TOTAL DE OBRIGAÇÕES NÃO EXECUTADAS a partir de 30 de JUNHO de 2022				**188,6**		

(*) Primeira opção de compra 19 de janeiro de 2027 - 19 de julho de 2027.

A Demonstração de Resultados da Unidade de negócio foi afetada pela subida das taxas de juro gerada pelo conflito Rússia/Ucrânia, bem como pelo impacto negativo da diminuição das receitas da antiga carteira de títulos do DEPObank, em resultado da avaliação do justo valor efetuada na data de fecho.

A margem financeira normalizada, que deve ser considerada juntamente com o custo dos derivados de cobertura utilizados para financiar e cobrir ativos em zloty e derivados de negociação, utilizados para exposições de coberturas a taxas de juro e moedas, ascendeu a 73,5 milhões de euros (em comparação com 35,6 milhões de euros em 2021) e apresentou uma tendência muito positiva graças às sinergias de financiamento previstas no plano de integração com o DEPObank.

O Grupo procurou também melhorar as taxas de rendibilidade na área relativa às obrigações de dívida, através de novas aquisições de obrigações de dívida emitidas pela República Italiana, operando através de uma política de investimento destinada a repor a dimensão da carteira e a duração relativa nos níveis anteriores ao fecho, quando eram, respetivamente, superiores a 6 mil milhões de euros e da ordem de cerca de três anos, em média. Além disso, a fim de ter em conta as novas tendências das taxas de juro, a atividade de investimento em 2022 foi mais orientada para os títulos de taxa variável.

As outras receitas normalizadas, que aumentaram cerca de 5,2 milhões de euros em relação a 2021, foram influenciadas positivamente pelos dividendos recebidos, bem como pelo rendibilidade de outras formas de empréstimo.

Os custos normalizados registaram uma redução significativa face a 2021, refletindo o controlo criterioso a que estão sujeitos, prerrogativa de todas as Unidades de negócio do Grupo, e os efeitos das iniciativas tomadas para a concretização das sinergias previstas no plano com vista ao aumento da eficiência operacional da Unidade de negócio.

Os custos acima referidos incluem as contribuições que o Banco paga anualmente para o Fundo de Garantia de Depósitos e para o Fundo de Resolução.

No que diz respeito ao Fundo de Garantia de Depósitos, note-se que a Diretiva 2014/49 da UE (Diretiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos - SGD) introduziu em 2015 um novo mecanismo de financiamento misto, baseado em contribuições ordinárias (*ex-ante*) e extraordinárias (*ex-post*) com base no montante dos depósitos cobertos e no grau de risco incorrido pelo respetivo banco membro.

A contribuição ordinária para o ano de 2022 ascendeu a 1415 milhares de euros, enquanto que para o ano de 2021 ascendeu a 1451 milhares de euros e para o ano de 2020 ascendeu a 1856 milhares de euros para o BFF e a 399 milhares de euros para o banco resultante da fusão DEPObank.

No que diz respeito ao Fundo de Resolução, recorde-se que o Regulamento (UE) n.º 806/2014 que rege o Mecanismo Único de Resolução, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016, criou o Fundo Único de Resolução Europeu (FUR), gerido pela nova autoridade europeia de resolução, o Conselho Único de Resolução. A partir dessa data, os Fundos de resolução nacionais (FRN) estabelecidos pela diretiva (UE) 2014/59 (Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias - BRRB) e implementados em 2015, passaram a fazer parte do novo Fundo de resolução europeu.

A quota de contribuição anual ordinária solicitada ao BFF Bank pelo Banco de Itália para o ano de 2022, com uma nota datada de 27 de abril de 2022 e pagamento efetuado em maio de 2022, ascendeu a 3607 milhares de euros, em comparação com 8688 milhares de euros em 2021 (2963 milhares de euros de quota relativa ao ex-BFF e 5725 milhares de euros de quota relativa ao DEPObank).

Apresenta-se de seguida uma representação dos resultados da Unidade de negócio do Centro Corporativo:

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
Margem financeira*)	**35,6**	**73,5**
Receitas líquidas de taxas e comissões	(1,2)	(0,8)
Outras receitas	15,2	20,4
Receitas líquidas totais	**49,5**	**93,2**
Gastos com pessoal	*(34,9)*	*(32,8)*
Outras despesas administrativas	*(37,5)*	*(28,0)*
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade líquidas relativas a ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(6,8)	(6,2)
Perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito e provisões líquidas para riscos e encargos	4,5	0,2
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**(25,1)**	**26,4**

(*) Incluindo o Lucro em transações comerciais de derivados utilizados para cobrir exposições a taxas de juro e divisas.

Por conseguinte, o lucro normalizado antes de impostos das operações continuadas ascendeu a 26,4 milhões de euros, um claro aumento em relação ao ano passado, em que se registou um prejuízo de 25,1 milhões de euros, graças à realização das sinergias de financiamento e de custos previstas no plano.

Principais rubricas da posição de balanço

Apresentam-se de seguida breves comentários sobre as principais rubricas da posição de balanço.

Caixa e equivalentes de caixa

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
a) Caixa	192	207	15
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos Bancos Centrais	360 142	489 810	129 668
c) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos	194 134	144 863	(49 271)
Total	**554 468**	**634 879**	**80 411**

A partir de 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto na 7ª atualização da circular 262/205 do Banco de Itália, a rubrica em questão, para além do numerário e dos depósitos à ordem nos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, inclui também as contas à ordem, bem como os empréstimos à ordem e os valores a receber (contas à ordem e depósitos à ordem) junto dos bancos.

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica inclui principalmente depósitos sem restrições no Banco de Itália, no montante de 490 milhões de euros, bem como contas correntes detidas pela empresa-mãe e pelas suas filiais em bancos terceiros, no montante de 145 milhões de euros. Concretamente, as «Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos» referem-se principalmente, a 134 milhões de euros, do BFF Bank, a 10 milhões de euros do BFF Polska Group, a 660 mil euros do BFF Finance Iberia e a 220 mil euros do *BFFTechlab*.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
a) Ativos financeiros detidos para negociação	4095	211	(3884)
c) Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	32 503	90 330	57 827
Total	**36 598**	**90 541**	**53 943**

A rubrica consiste essencialmente por i) Ativos financeiros detidos para negociação no valor de 211 mil euros, que inclui o justo valor positivo dos instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais do risco de taxa de juro a que o Grupo está exposto e ii) Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor no valor de 90,3 milhões de euros, que incluem essencialmente as «unidades de participação em OIC». Em particular, os «Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor» registaram um aumento significativo na sequência da subscrição de unidades de participação de um fundo de investimento, num total de 60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, parcialmente compensado por reembolsos relativos às unidades de participação de outros fundos detidos pela empresa-mãe.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Títulos de capital próprio	83 506	128 098	44 592
Total	**83 506**	**128 098**	**44 592**

A rubrica consiste, essencialmente, na participação no Banco de Itália, no valor de 125 milhões de euros, bem como em algumas ações e investimentos em capitais próprios no valor de 3 milhões de euros. No que diz respeito a investimentos menores em títulos de capital próprio, é de notar que a empresa-mãe vendeu uma parte das ações da «Visa» (por 1183 mil euros) e ações da «Ausilia S.r.l.» (por 306 mil euros) e, no decurso do último trimestre de 2022, adquiriu uma participação na sociedade «Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A.» no valor de 1 milhão de euros (1,17 %).

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Títulos de dívida pública - (HTC)	5 792 627	6 129 228	336 601
Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	404 099	478 203	74 104
Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	3 872 771	5 288 419	1 415 649
Total	**10 069 497**	**11 895 850**	**1 826 354**

O montante relativo à rubrica Títulos da dívida pública - (HTC) é composta integralmente por títulos da dívida pública classificados na carteira «Detida para cobrança» (HTC) e adquiridos para cobrir o risco de liquidez, num valor total de 6,1 mil milhões de euros.

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos» inclui a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos centrais - Reserva obrigatória» relativa ao depósito de reservas Obrigatórias, incluindo os montantes depositados em cumprimento das reservas obrigatórias dos bancos clientes, para os quais a empresa-mãe do BFF presta indiretamente o serviço, bem como os montantes depositados junto do Banco de España como CRM (*Coeficiente de Reservas Mínimas*) em relação às atividades de angariação de depósitos realizadas pela sucursal espanhola do Banco através da «Cuenta Facto», e junto do Banco Nacional da Polónia (Narodowy Bank Polski) para as atividades de angariação de depósitos levadas a cabo pela sucursal polaca através da «Lokata Facto». A rubrica também inclui «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Acordos de recompra invertidos», relativos a contratos regidos pelo Acordo principal global de recompra (GMRA - Global Master Repurchase Agreement), bem como «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Outros», decorrentes da prestação de atividades e serviços oferecidos.

No que diz respeito a «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes», a rubrica inclui principalmente valores a receber comerciais referentes a atividades de *factoring* e empréstimos feitos pelo Grupo BFF Polska. Note-se que, tal como indicado pelo Banco de Itália, os ativos por impostos ecobonus são reconhecidos em «Outros ativos» no montante de aproximadamente 221 milhões de euros.

Conforme referido anteriormente, a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» aumentou em 2022 também na sequência i) do reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») e ii) do aumento da percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 % bem como dos dias previstos para a respetiva cobrança de 1800 para 2100 dias: ambos os elementos tiveram um impacto de 148,7 milhões de euros.

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Atividades de *factoring* (aquisições a título definitivo, juros de mora e despesas de cobrança)	2 643 786	3 790 601	1 126 115
Contas comerciais a receber adquiridas abaixo do valor nominal	23 864	28 971	5108
Outras exposições	1 205 122	1 468 847	284 425
Total	**3 872 771**	**5 288 419**	**1,415 648**

Qualidade do crédito

No que diz respeito à qualidade do crédito, o total das exposições líquidas com imparidade aumentou 283,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 104,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Para analisar as suas exposições creditícias, com o objetivo de, entre outros, identificar quaisquer perdas por imparidade sobre ativos financeiros em conformidade com a norma IFRS 9, o Banking Group classifica as exposições como «Produtiva» e «Improdutiva».

As exposições improdutivas, cujo montante bruto global era de 307,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, com perdas por imparidade no total de 23,2 milhões de euros, dividem-se nas seguintes categorias.

Empréstimos improdutivos

Existem exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou, basicamente, em situações semelhantes, independentemente de quaisquer previsões de perdas reconhecidas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022, o total de empréstimos improdutivos do Banking Group, líquido de imparidades, ascendia a 86,4 milhões de euros. Entre estas exposições improdutivas, 79,7 milhões de euros (92,2 % do total) diziam respeito a autoridades regionais em dificuldades financeiras.

Os empréstimos improdutivos brutos ascendiam a 104,7 milhões de euros as correções relacionadas ascendiam a 18,3 milhões de euros.

Note-se que, no que se refere às exposições a Autoridades Locais (municípios e governos distritais), de acordo com a Circular n.º 272 do Banco de Itália, a parte sujeita ao procedimento de liquidação relevante, os créditos incluídos nos passivos da OSL, são classificados como improdutivos, apesar de todos os créditos poderem ser cobrados ao abrigo da lei no final do processo de insolvência.

Posições com probabilidade reduzida de pagamento

A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento» reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade, excluindo ações como a execução de garantias, de o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações). Por conseguinte, não é necessário aguardar por um sinal claro de anomalia (por exemplo, falhar o reembolso) quando há fatores que indicam uma situação de risco de incumprimento para o devedor.

A 31 de dezembro de 2022, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» totalizavam 16,4 milhões de euros e as correções relacionadas corresponderam a 4,3 milhões de euros, ou seja, um montante líquido de 12,1 milhões de euros.

Exposições vencidas objeto de imparidade

As exposições vencidas objeto de imparidade consistem em posições face a entidades com uma situação de incumprimento, em que o montante global das posições em risco vencidas e/ou em atraso foi superior, durante pelo menos 90 dias consecutivos, *(i)* ao limiar de materialidade relativa (limite relativo de 1 % dado pelo rácio entre o montante total vencido e/ou em atraso e o montante total de todas as posições em risco de crédito sobre o mesmo devedor) e (ii) ao limiar de materialidade absoluta (limite absoluto igual a 100 € para as posições em risco sobre retalho e 500 € para as posições em risco não retalhistas). No que se refere aos devedores cedidos da Administração Pública, no âmbito das operações de *factoring* sem recurso, a contagem dos 90 dias consecutivos de atraso começa geralmente a partir do 181.º dia de atraso em relação à data de vencimento da fatura cedida.

Em 31 de dezembro de 2022, o total das exposições líquidas vencidas ascendia a 185,3 milhões de euros para todo o Banking Group.

As exposições brutas do Banking Group totalizaram 186,0 milhões de euros e as correções relevantes ascenderam a cerca de 0,7 milhões de euros.

O aumento do nível de exposições vencidas objeto de imparidade em comparação com 31 de dezembro de 2021 pode ser atribuído à adoção de critérios de interpretação novos e mais rigorosos sobre a definição de incumprimento, publicados pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022. No entanto, este alinhamento não é sintomático de um aumento do perfil de risco de crédito real da carteira.

O quadro seguinte apresenta o montante dos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, com indicação de eventuais correções, desagregados por «Exposições produtivas» e «Ativos objeto de imparidade».

(Montantes em milhares de euros)

Tipo	31.12.2021			31.12.2022		
	Montante bruto	Perdas/ ganhos por imparidade	Valor líquido	Montante bruto	Amortizações / reduções	Perdas/ganhos de valor líquidos por imparidade
Exposições objeto de imparidade adquiridas produtivas (Fase 3)	118 965	(20 176)	98 789	301 329	(23 240)	278 090
Exposições objeto de imparidade adquiridas improdutivas (Fase 3)	5493	(206)	5287	5678	(6)	5672
Exposições produtivas (Fases 1 e 2)	3 770 502	(1806)	3 768 696	5 005 907	(1249)	5 004 658
Total	**3 894 960**	**(22 189)**	**3 872 771**	**5 312 914**	**(24 495)**	**5 288 419**

Além disso, para além de classificar as posições como produtivas e improdutivas, o Banking Group também mensura as posições em risco tal como reestruturadas em conformidade com as Normas técnicas de implementação pertinentes.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e ativos intangíveis

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	36 452	54 349	17 897
Ativos intangíveis	67 547	70 155	2608
- dos quais goodwill	*30 874*	*30 957*	83
Total	**103 999**	**124 504**	**20 505**

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» ascendia a um total de 54 349 mil euros. Deste montante, 27 764 mil euros eram relativos ao BFF Bank, 24 312 mil euros ao BFF Immobiliare, 1 305 mil euros ao Grupo BFF Polska, 963 mil euros ao BFF Finance Iberia e 5 mil euros ao *BFFTechlab*.

O montante inclui essencialmente: i) terrenos no valor de 22 575 mil euros, incluindo 6325 mil euros relativos ao BFF Bank e 16 250 mil euros relativos à aquisição da área de construção localizada em Milão pela subsidiária BFF Immobiliare, para efeitos de construção da futura sede do BFF Bank; ii) edifícios (incluindo manutenção extraordinária capitalizada) no valor de 17 424 milhares de euros, incluindo o edifício em Roma - Via Elio Chianesi 110/d propriedade do DEPObank, e o imóvel na Via Domenichino 5; iii) ativos sob direito de uso relativos à aplicação da IFRS 16 a locações no valor de 12 505 mil euros.

Os ativos intangíveis consistem, em grande parte, no *goodwill* resultante da aquisição do BFF Polska Group em 2016 e da antiga IOS Finance (agora fundida na BFF Finance Iberia) em 2019, totalizando, respetivamente, 22 146 mil euros e 8728 mil euros, e do *BFFTechLab* no último trimestre de 2022, totalizando 83 mil euros, bem como as Relações com Clientes reconhecidas na sequência da aquisição do DEPObank.

O valor residual de ativos intangíveis diz respeito a investimentos em novos programas plurianuais e em software.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo, com o apoio de um perito independente, conforme exigido pela IAS 36, realizou a avaliação anual sobre a quantia escriturada do *goodwill* reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas, sem identificar qualquer evento desencadeador que pudesse ter impactos no seu valor; no que diz respeito às «Relações com Clientes», verificou-se, em vez disso, que era necessário reconhecer uma perda por imparidade de cerca de 1,1 milhões de euros.

Derivados de cobertura, investimentos em capitais próprios e passivos financeiros detidos para negociação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Ativos derivados de cobertura	13	0	(13)
Investimentos em capitais próprios	13 484	13 656	172
Passivos financeiros detidos para negociação	2725	950	(1775)
Passivos derivados de cobertura	4814	14 314	9499

As rubricas Ativos e passivos derivados de cobertura incluem, respetivamente, os justos valores positivos e negativos a 31 de dezembro de 2022 relacionados com a utilização de contratos de *swap* cambial para cobertura de empréstimos desembolsados em zloty a subsidiárias polacas ao abrigo de acordos existentes entre empresas e o financiamento da Unidade de negócio Serviços de Transação em moedas diferentes do euro.

A rubrica Investimentos em capitais próprios refere-se aos capitais próprios em duas sociedades de advogados nas quais o BFF Polska é um sócio comanditário, bem como ao investimento em capitais próprios na Unione Fiduciaria de 26,46 % do seu capital, decorrente das demonstrações financeiras do DEPObank. Note-se que os investimentos acima mencionados são avaliados utilizando o método da equivalência patrimonial (e não na sua totalidade).

A rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" inclui o justo valor negativo a 31 de dezembro de 2022 dos instrumentos derivados classificados como ativos para negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais de risco da taxa de juro a que o Grupo está exposto.

Ativos e passivos por impostos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Ativos por impostos	**100 519**	**60 707**	**(39 812)**
correntes	41 390	514	(40 876)
diferidos	59 129	60 194	1065
Passivos por impostos	**100 684**	**136 003**	**35 318**
correntes	5027	30 998	25 971
diferidos	95 657	105 005	9349

Em 31 de dezembro, os ativos e passivos por impostos correntes ascendem a 514 mil euros e 30 998 mil euros, respetivamente, e incluem o saldo líquido das posições fiscais do Grupo relativamente às administrações fiscais, de acordo com o disposto na IAS 12.

As principais componentes dos ativos por impostos diferidos incluem a parte de quantias dedutíveis em anos futuros de correções a empréstimos concedidos e valores a receber, o acréscimo para obrigações de benefícios a funcionários diferidos e a depreciação e amortização, cujo reconhecimento é diferido para efeitos de imposto.

Recorde-se que, em 2021, o valor fiscal e o valor contabilístico relativos ao *goodwill* de Pagamentos Bancários decorrente do DEPObank foram alinhados (ver o que está descrito na rubrica específica 100 «Ativos intangíveis» da Posição de balanço de ativos financeiros) na sequência do pagamento de um imposto alternativo igual a 2,4 milhões de euros, resultando num efeito positivo líquido de 23,7 milhões de euros nos impostos sobre o rendimento do exercício. Além disso, a rubrica também inclui a quota-parte dos ativos por impostos diferidos decorrentes das demonstrações financeiras do DEPObank relativas ao *goodwill* e à perda fiscal realizada no final de 2020.

Os passivos por impostos diferidos dizem sobretudo respeito às taxas sobre os juros de mora do BFF Bank, reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base de acréscimo, mas que farão parte do lucro tributável em anos futuros após a sua cobrança, em conformidade com o artigo 109.º, n.º 7, do Decreto Presidencial n.º 917 de 1986.

Outros ativos e passivos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Outros ativos	214 614	394 182	179 567
Outros passivos	460 856	401 369	(59 486)

As rubricas de Outros ativos e passivos incluem as rubricas transitórias e as rubricas a liquidar com saldo devedor e credor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem as liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de referência.

Outros ativos incluem também ativos por impostos de ecobonus adquiridos através de operações de *factoring* sem recurso no valor de 221,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Montantes devidos a bancos	795 053	1 166 365	371 312
Montantes devidos a clientes	9 029 014	10 789 422	1 760 407
- dos quais a instituições financeiras	*0*	*0*	0
Títulos emitidos	186 286	38 976	(147 310)
Total	**10 010 353**	**11 994 763**	**1 984 410**

A rubrica «Montantes devidos a bancos» consiste principalmente em «contas correntes e depósitos à ordem», resultantes sobretudo de operações de serviços de pagamento, e inclui os saldos das contas dos clientes bancários.

Os «Valores a pagar a clientes» referem-se sobretudo a «contas correntes e depósitos à ordem» relacionados com saldos de contas operacionais, ou seja, contas abertas para clientes (por exemplo, fundos, sociedades de gestão de ativos, clientes empresariais e outras instituições) relacionadas com a atividade principal do banco de custódia.

A rubrica inclui também contas de depósito em linha («conto facto») oferecidas em Itália, Espanha e Alemanha, Países Baixos, Irlanda e Polónia, num total de 1,3 mil milhões de euros entre depósitos restritos e depósitos sem restrições, em comparação com 230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Os títulos de dívida emitidos são compostos por obrigações emitidas pela empresa-mãe, com um valor nominal total de 38,6 milhões de euros (181,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas nas demonstrações financeiras no montante de 38,9 milhões de euros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A diminuição em relação a 31 de dezembro de 2021 é atribuível ao resgate, em 2 de março de 2022, do instrumento subordinado de nível 2 no montante de 100 milhões de euros emitido em 2017 e, em 29 de junho de 2022, das obrigações (ISIN XS1639097747) emitidas por um montante original de 200 milhões de euros em junho de 2017 e pendentes na data de resgate no montante de 42,3 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica inclui apenas a obrigação prioritária não garantida (ISIN XS2068241400), com uma notação «Ba1» atribuída pela agência de notação Moody's, emitida em outubro de 2019, para um montante nominal remanescente de 38,6 milhões de euros, com vencimento em maio de 2023. As obrigações pagam um cupão anual de 1,75 %.

Provisões para riscos e encargos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Compromissos e outras garantias concedidos	294	251	(43)
Benefícios dos empregados	6133	7861	1728
Outras provisões	15 533	24 900	9367
Total	**21 960**	**33 012**	**11 052**

Em 31 de dezembro de 2022 «Provisões para riscos e encargos» incluem principalmente dotações para «Pensões e obrigações similares» e dotações para «Outras Provisões» para cobrir responsabilidades contingentes que as empresas do Grupo possa incorrer.

Principais rubricas da demonstração de resultados

O Grupo realizou um lucro de 232 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 197 milhões de euros realizados no final do ano anterior. Normalizando ambos os resultados, ou seja, eliminando todas as rubricas não recorrentes que afetaram os resultados de ambos os períodos e ajustando o resultado de 2021 para incluir os dois primeiros meses do DEPObank (isto é necessário para incluir os meses de janeiro e fevereiro, meses em que o DEPObank ainda não tinha sido adquirido e fundido), o resultado normalizado para 2022 situa-se em 146,0 milhões de euros, em comparação com 125,3 milhões de euros realizados em 2021.

Rendimento total

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Juros de mora de contas comerciais a receber sem recurso	136 452	178 817	42 365
Rendimentos de juros sobre títulos	10 268	42 787	32 519
Outros rendimentos de juros	83 595	133 202	49 607
Juros e rendimentos similares	**230 315**	**354 805**	**124 491**
Despesas com juros	(39 546)	(92 988)	(53 442)
Receitas líquidas de taxas e comissões	**80 779**	**90656**	**9877**
Dividendos e rendimentos similares	3676	9795	6119
Rendimento de negociação líquido	6634	12 622	5988
Rendimento de cobertura líquido			
Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:			
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		166	166
b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		0	0
c) passivos financeiros	(12 650)	0	12 650
Lucros sobre outros ativos e passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados			
b) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	2733	5154	2422
Rendimento total	**271 941**	**380 210**	**108 269**

A margem financeira em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 261,8 milhões de euros, acima dos 190,8 milhões de euros do ano passado (valores normalizados de 232,5 milhões de euros e 194,6 milhões de euros, respetivamente) e beneficiou de:

1) as iniciativas postas em prática para alcançar as sinergias de financiamento previstas no plano de negócios (com efeito, a partir do 2.º trimestre de 2021, o BFF concentrou-se em i) utilizar o financiamento disponibilizado pelas Unidades de Negócio de Serviços de Pagamentos e de Títulos para financiar os seus empréstimos e diversificar ainda mais as suas fontes de financiamento, encerrando as mais caras, mantendo ainda uma certa diversificação de fontes de financiamento, ii) eliminar os efeitos económicos das taxas negativas esperadas dos depósitos do BCE);
2) o aumento do valor dos empréstimos aos clientes (graças ao crescimento do *Factoring* e Empréstimos);
3) o valor mais elevado dos títulos HTC na carteira;
4) o efeito combinado do aumento da percentagem estimada de recuperação dos juros de mora de 45 % para 50 % e o aumento dos dias previstos para a cobrança relativa.

O valor das receitas líquidas de taxas e comissões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 90,7 milhões de euros, acima dos 80,8 milhões de euros em 2021, mas não muito inferior aos 94,3 milhões de euros normalizados em 2021, e foi afetado negativamente pela saída da Arca em 1 de novembro de 2022.

O produto bancário total em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 380,2 milhões de euros, 348,5 milhões de euros normalizados, acima dos 271,9 milhões de euros do ano anterior (303,2 milhões de euros normalizados), principalmente devido ao crescimento da margem financeira.

Por último, recorde-se que o reconhecimento das comissões de maturidade e dos juros de mora sobre as contas comerciais a receber adquiridas sem recurso na demonstração de resultados reflete o retorno efetivo da aplicação do critério do «custo amortizado» para a mensuração de contas comerciais a receber sem recurso, em conformidade com a IFRS 9. Tal pressupõe que os rendimentos sejam registados em relação ao retorno decorrente dos fluxos de caixa esperados. Note-se que, em 2022, a rubrica foi influenciada pelo aumento da percentagem de recuperação estimada dos juros de mora de 45 % para 50 %, bem como dos dias previstos para a respetiva cobrança de 1800 para 2100 dias, num montante global positivo de 29,3 milhões de euros.

No que se refere aos empréstimos concedidos e valores a receber reconhecidos nas demonstrações financeiras da casa-mãe do BFF Bank e da subsidiária espanhola BFF Finance Iberia, a atualização da série cronológica confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.
Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Esta prorrogação foi também implementada para ter em conta impactos externos que influenciaram a antiguidade da provisão, como os abrandamentos de pagamentos devido à crise pandémica da Covid-19, o bloqueio relativo dos tribunais e a suspensão das ações executivas na área da saúde, que influenciaram a suspensão dos prazos das atividades jurídicas e processuais e, consequentemente, o calendário de cobrança.
Ambas as alterações acima mencionadas foram contabilizadas no final do ano e geraram um montante total «pontual» de 29,3 milhões de euros.

Despesas administrativas

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Gastos com pessoal	73 234	74 352	1 118
Outras despesas administrativas	97 132	96 251	(881)
Total de despesas administrativas	**170 366**	**170 603**	**237**

As despesas administrativas em 31 de dezembro de 2022 ascenderam a cerca de 170,6 milhões de euros, 159,5 milhões de euros normalizados, e mantiveram-se constantes em relação a 170,4 milhões de euros (que não incluem os dois primeiros meses de custos do DEPObank), mas desceram em relação aos 169,1 milhões de euros normalizados em 2021, graças às iniciativas implementadas para realizar as sinergias de custos estabelecidas no plano.

Outras receitas operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica «Outras receitas operacionais, líquidas», o Grupo registou um montante igual a 119,4 milhões de euros relativo ao efeito pontual do reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») e na mesma rubrica em 2021, foi reconhecido o montante definitivo de *badwill* resultante da operação de fusão com o DEPObank, no valor total de 76,9 milhões de euros.
Esta rubrica, líquida de rubricas não recorrentes, apresentou, por conseguinte, valores normalizados de 30,7 milhões de euros em 2022 e 28,2 milhões de euros em 2021.

4. Objetivos e políticas do Grupo em matéria de assunção, gestão e cobertura de riscos

Divulgação sobre o pressuposto de entidade em continuidade

Em conformidade com a IAS 1, parágrafo 24, o Banking Group avalia a sua capacidade para continuar as atividades, tendo em conta a tendência dos seus principais indicadores essenciais e a informação disponível sobre o futuro, abrangendo pelo menos 12 meses após a data de relato.

Tendo em conta as considerações anteriores, associadas à revisão histórica e futura dos seus proventos e da sua capacidade para aceder a recursos financeiros, o Grupo continuará as suas atividades operacionais com base no princípio da continuidade. Consequentemente, as presentes demonstrações financeiras são elaboradas com base nesse pressuposto.

Uma análise do desempenho dos últimos anos revela uma tendência positiva contínua. Os dados podem ser resumidos da seguinte forma:

- tendência de crescimento em termos de capitais próprios;
- adequação dos fundos próprios em relação aos riscos associados a atividades de concessão de empréstimos;
- recursos financeiros suficientes disponíveis;
- perspetivas comerciais positivas associadas à tendência de procura;
- elevada qualidade do crédito.

Abaixo poderá encontrar um resumo da informação quantitativa pertinente.

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022
Margem financeira	195,3	261,8
Rendimento total	271,9	380,2
EBTDA (bruto de provisões)	206,5	349,8
Lucro	**197,4**	232,0
RCP (Rendibilidade dos capitais próprios) (%)	**34,5 %**	30,6 %
R.O.T.E. (Rendibilidade de capitais próprios tangíveis) (%)	39,2 %	33,7 %
Margem financeira/Juros e rendimentos similares (%)	84,8 %	73,8 %
Empréstimos improdutivos (líquidos de imparidade)/Empréstimos e valores a receber de clientes (%)	1,9 %	1,6 %
Fundos próprios/Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes (%)	49,1 %	42,4 %
Rácio de alavancagem	**3,5 %**	4,6 %
Capital próprio	**571,6**	758,8
Fundos Próprios	**481,1**	611,9

Gestão do risco e conformidade com os regulamentos de supervisão prudencial

Os regulamentos de supervisão prudencial são regidos sobretudo pela Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e pela Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» do Banco de Itália, datadas de 17 de dezembro de 2013, que adotam o regulamento harmonizado para bancos e sociedades de investimento contido no Regulamento CE RRFP (Regulamento Requisitos Fundos Próprios) e na diretiva europeia DRFP IV (Diretiva Requisitos de Fundos Próprios) de 26 de junho de 2013.

Estes regulamentos incluem normas estabelecidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (quadro 3 de Basileia), cuja aplicação, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária, é da responsabilidade do Banco de Itália, e definem as formas como foram exercidos os poderes concedidos por regulamentos da UE às autoridades nacionais.

As circulares acima referidas descrevem um quadro regulamentar completo, orgânico e racional, integrado nas disposições da UE diretamente aplicáveis, que é complementado com o lançamento das medidas de execução contidas nas normas técnicas regulamentares e pela implementação de normas técnicas adotadas pela Comissão Europeia com base na proposta da EBA.

O regulamento aplicável a 31 de dezembro de 2022 assenta em três pilares.

Pilar I - Adequação do capital para fazer face aos riscos típicos associados a operações financeiras

Do ponto de vista operacional, a absorção de riscos é calculada utilizando vários métodos:

- «Abordagem normalizada» para risco de crédito;
- «Abordagem da exposição original» para o risco de contraparte;
- «Abordagem de base» para risco operacional;
- «Abordagem normalizada» para risco do mercado.

Pilar II - O Relatório ICAAP/ILAAP

Em conformidade com as disposições de supervisão prudencial, e de modo a permitir que a Autoridade de supervisão realize uma avaliação rigorosa e abrangente das características qualitativas fundamentais dos capitais próprios e do processo de planeamento financeiro, a posição de risco e o consequente cálculo do total de fundos próprios internos e das reservas de liquidez pertinentes, o Banco, como empresa-mãe do Banking Group, elaborou o «Relatório ICAAP/ILAAP 2022» relativo aos processos internos para determinar a adequação de fundos próprios e de sistemas de governação e gestão do risco de liquidez.

Pilar III - Divulgação ao público

Nos termos do artigo 433.º do RRFP, os bancos devem publicar as divulgações exigidas pelos regulamentos da UE pelo menos anualmente, a par da data de publicação das demonstrações financeiras. As disposições do Pilar III estabelecem obrigações específicas de divulgação periódica relativas à adequação de capital, posição de risco e características gerais dos sistemas associados para a identificação, mensuração e gestão desses riscos. O BFF Banking Group efetua a divulgação pública de acordo com as disposições em vigor, numa base consolidada. Para esse efeito, o Conselho de Administração do BFF aprovou um procedimento específico intitulado «Divulgação ao público (Pilar III)».

Nos termos deste procedimento, a divulgação deve ser:

- aprovada pelo Conselho de Administração antes de ser relevado ao público;
- publicada no sítio Web **www.bff.com** pelo menos uma vez por ano, dentro do prazo para a publicação das demonstrações financeiras, e por conseguinte, dentro de 21 dias da data de aprovação das demonstrações financeiras por parte da assembleia de acionistas.

Relativamente às disposições da Circular n.º 285 do Banco de Itália, de 17 de dezembro de 2013, e posteriores atualizações, o BFF Group irá publicar, uma vez por ano, no respetivo sítio Web **www.bff.com**, dentro dos prazos estabelecidos para a publicação das demonstrações financeiras, um documento de relatório por país, que contém informações inerentes à atividade, volume de negócios e ao número de efetivos nos diferentes países em que o Grupo está presente.

A informação a publicar encontra-se definida pelo Anexo A, primeira parte, título III, capítulo 2 da Circular acima.

Divulgação relativa à calendarização de provisões e vencimento passado

Com o objetivo de adotar uma abordagem cada vez mais prudente na classificação e cobertura dos NPE, a Comissão Europeia aprovou, em abril de 2019, uma atualização do Regulamento (UE) 575/2013 (RRFP) relativo à cobertura mínima dos empréstimos improdutivos. Para efeitos de avaliação das disposições prudenciais, a legislação em questão prevê que os empréstimos desembolsados e classificados como objeto de imparidade após 26 de abril de 2019 estejam sujeitos a "calendarização de provisões". As exposições desembolsadas anterior e posteriormente classificadas como exposições improdutivas não serão sujeitas às disposições contidas na alteração ao Regulamento n.º 575 (RRFP). Esta atualização exige que os bancos mantenham um nível de provisão adequado, deduzindo do respetivo CET 1 quaisquer diferenças positivas entre as provisões prudenciais (identificadas através da ponderação do valor bruto de exposições improdutivas garantidas e sem garantia em determinadas percentagens) e alterando fundos e outros ativos (provisões, avaliação prudente, outras deduções de CET1).

Esta regra baseia-se no princípio de que a definição prudencial de incumprimento (ou seja, vencido, probabilidade reduzida de pagamento e improdutivo) define efetivamente um estado de deterioração da qualidade de crédito da exposição, não prevendo qualquer discrição e não assegurando que determinados casos não representativos de um agravamento do risco de crédito (como para a maioria das exposições do Grupo) sejam tratados de forma diferente.

Graças aos processos de gestão de crédito estabelecidos pelo Grupo BFF, a partir de 31 de dezembro de 2022, o impacto na CET 1 decorrente da aplicação da calendarização de provisões foi limitado a cerca de 389 mil euros, em comparação com 2021, quando ascendeu a 106 mil euros.

Relativamente à classificação à NPE, note-se que em 27 de junho de 2019 o Banco de Itália introduziu algumas alterações à Circular n.º 272 relativa à qualidade de crédito e às regras sobre a nova definição de incumprimento e, em 15 de fevereiro de 2021, atualizou a sua nota contendo as orientações da Entidade de Supervisão sobre a aplicação do Regulamento Delegado (UE) n.º 171/2018 sobre o limiar de materialidade das obrigações de crédito vencidas, nos termos do art. n.º 178, n.º 2, alínea d) do RRFP (RD), e mais genericamente sobre a aplicação dos regulamentos RD. Por último, o Grupo alinhou-se com os novos critérios de interpretação sobre a definição de incumprimento, publicados pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022.

Além disso, note-se que o Grupo implementou uma série de ações e intervenções destinadas a melhorar ainda mais o processo de seleção e gestão do crédito, iniciativas que permitiram evitar impactos negativos específicos da nova legislação sobre o modelo empresarial.

Por último, note-se que o BFF está também a proceder às mais cuidadosas avaliações quanto à oportunidade de enveredar pela via da adoção do método baseado em notações internas (IRB) para o risco de crédito. Trata-se de uma metodologia que, sobretudo no que respeita às exposições à Administração Pública, permitiria i) representar de forma mais adequada o baixo perfil de risco real do Grupo BFF, uma vez que, para além da definição de incumprimento - e probabilidade de incumprimento (PD) - que pode ser adotada, os processos de recuperação do Grupo BFF evidenciariam a Perda em caso de incumprimento (ou seja LGD), que se sabe ser substancialmente nula, bem como ii) adotar abordagens mais representativas do risco efetivo no contexto das atividades de crédito decorrentes da compra de contas comerciais a receber, como a adoção do Facility Level Approach (FLA), que até à data apenas tem sido permitido para bancos e grupos que utilizam modelos internos.

Monitorização e controlo da liquidez

Apesar do atual cenário macroeconómico, caracterizado pela continuação da pandemia COVID-19 e por fortes tensões geopolíticas, o Grupo sempre pôde contar com um nível adequado de liquidez, respeitando largamente os requisitos regulamentares e posicionando-se em valores em linha com os níveis internos dos indicadores de comunicação (LCR, NSFR).

O Grupo adota mecanismos sólidos de supervisão para acompanhar e reger a posição de liquidez e realiza (i) quando considerado necessário, análises de stress mais frequentes e mais detalhadas, bem como com impactos crescentes e variáveis, (ii) mantém uma parte importante dos ativos livremente disponíveis para satisfazer necessidades de liquidez imprevistas, verificando o seu nível de adequação em relação a fluxos de caixa futuros, (iii) acompanha os mercados através dos bancos com quem mantém relações, e (iv) acompanha as alterações nas tendências de cobrança dos devedores, particularmente da Administração Pública. Neste contexto, também através do acompanhamento de indicadores mais específicos, o Grupo não identificou tensões de liquidez particulares, graças à sua capacidade de gerir potenciais situações de stress decorrentes da sua estrutura de financiamento e das alavancas que pode ativar, se necessário.

Além disso, o Grupo atualiza anualmente o seu Plano de Financiamento de Contingência («PFC»), que é aprovado pelo Conselho de Administração do BFF Bank e implementado pelas Subsidiárias. O documento foi atualizado em janeiro de 2023. Este documento apresenta indicadores e limiares relacionados a fim de desencadear as ações apropriadas e os processos de escalada e decisão, com vista a prevenir e gerir uma possível crise de liquidez.

Principais questões contabilísticas tratadas durante a epidemia e o conflito Rússia/Ucrânia

No que diz respeito às principais ações contabilísticas destinadas a representar corretamente os efeitos das rubricas nas demonstrações financeiras, destaca-se o seguinte.

A atualização anual dos parâmetros de risco (PD e LGD) tem em consideração a evolução dos efeitos da COVID-19 nas estimativas das perdas de crédito esperadas e, a partir de março de 2022, os efeitos do conflito Rússia/Ucrânia.

As previsões do cenário de referência, alto crescimento e recessão moderada fornecidas pelo fornecedor externo de informações foram atualizadas em junho de 2022 e fornecem as taxas de incumprimento previstas para os 20 trimestres seguintes à data de atualização. Em fevereiro de 2022, a eclosão do conflito Rússia/Ucrânia alterou significativamente o cenário geopolítico com consequências diretas na macroeconomia europeia e mundial. A Função de gestão do risco, tal como faz todos os trimestres do ano, realizou uma análise de sensibilidade a 31 de dezembro de 2022 entre os cenários macroeconómicos para o quarto trimestre do ano, fornecidos pelo fornecedor de informação externo, e os cenários macroeconómicos atualizados a 30 de junho de 2022. A análise mostra que 2023 será caracterizado por um declínio do crescimento do PIB e por um forte impulso inflacionista gerado pelo conflito Rússia/Ucrânia, que reduz, por um lado, os investimentos das empresas e, por outro, o rendimento disponível dos consumidores. No entanto, o mercado de trabalho não parece estar a sofrer tensões significativas, graças à recuperação das contratações após a Covid-19. O abrandamento económico não será suficiente para causar despedimentos generalizados e o mercado de trabalho continuará a beneficiar de um considerável excesso de procura. Por conseguinte, a estabilidade do mercado de trabalho será um dos principais fatores que poderão impedir a economia de entrar num ciclo recessivo. A análise comparativa dos cenários mostra que o PIB estimado em dezembro de 2022 é pior do que o atualmente utilizado no modelo e, por conseguinte, a Função de Gestão do Risco está a avaliar os impactos dessa alteração no modelo de estimativa dos parâmetros de risco, a fim de compreender a sua magnitude, tendo também em consideração que o Modelo de Negócio do Grupo e - nesta área específica - o custo relativo do risco são menos sensíveis às tendências do PIB do que as exposições de crédito concentradas na área das empresas/retalho.

Além disso, a Função de Gestão do Risco comparou as estimativas macroeconómicas divulgadas pelo fornecedor externo de informações com as do Banco Central Europeu (BCE), observando, também neste caso, uma deterioração do PIB em 2023. As mesmas análises serão igualmente realizadas no final do primeiro trimestre de 2023, a fim de avaliar a possibilidade de atualizar antecipadamente os parâmetros de risco.

Em 31 de dezembro de 2022, a recém-adquirida *BFF Techlab* foi consolidada linha a linha. Adicionalmente, foi concluído o processo de afetação do preço de compra («PPA»), que resultou no reconhecimento de um *goodwill* ao nível do Grupo consolidado de 83 mil euros. Para mais informações, consultar a Parte G «Concentrações de atividades empresariais» das Notas.

Com base nos resultados do teste anual de imparidade realizado para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não reconheceu qualquer perda por imparidade no montante do *goodwill* registado nas demonstrações financeiras relativo à afetação do custo de aquisição do Grupo BFF Polska, BFF Iberia e *BFFTechlab*.

Em 31 de dezembro de 2022, por último, foi efetuado o teste de imparidade ao ativo intangível «Contratos do Clientes» da Unidade de negócios Serviços de Títulos, resultante da finalização da PPA subsequente à fusão do DEPObank em 2021, e face às alterações significativas que se verificam na composição da carteira de clientes, considerou-se adequado o reconhecimento de uma perda por imparidade por via dos resultados. Para mais informações, consultar a Parte B das Notas na rubrica «Ativos Intangíveis».

5. Sistema de controlo interno

Para garantir uma gestão sólida e prudente, o BFF Group combina a rendibilidade do negócio com uma assunção consciente dos riscos e com uma conduta operacional inspirada por critérios de equidade.

Por conseguinte, em conformidade com os regulamentos legais e de supervisão e de acordo com as instruções do Código de Governo Societário para empresas cotadas em bolsa, o BFF Group criou um sistema de controlo interno adequado para identificar, mensurar e verificar continuamente os riscos típicos das suas atividades empresariais.

O Diretor Executivo é o administrador responsável pelo sistema de Controlo interno do Banking Group, conforme previsto no Código de governo societário.

Em seguida, encontra-se a descrição do quadro organizacional do sistema de controlo interno do Grupo, baseado nos três níveis de controlo seguintes, e as principais atividades desenvolvidas pelas funções de controlo durante o primeiro semestre do ano:

- **Os controlos de primeiro nível** (controlos de linha) visam assegurar que as transações são corretamente realizadas e que são realizadas pelas mesmas estruturas operacionais que executam as transações, contando ainda com o apoio de procedimentos de TI e com o acompanhamento constante pelas chefias das estruturas operacionais em questão.
- **Os controlos de segundo nível** visam assegurar a correta implementação do processo de gestão de riscos e a conformidade com o quadro regulamentar, incluindo o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. As funções responsáveis por esses controlos, a Gestão do Risco e *Compliance* e CBC, são distintas das funções empresariais e contribuem para a definição das políticas de governação do risco e do processo de gestão do risco. A Função de Gestão do Risco e a Função de *Compliance* e CBC- organizacional e funcionalmente autónomas e distintas - reportam ao Presidente da Comissão Executiva e são independentes da função de auditoria interna, uma vez que esta realiza auditorias sobre elas. As funções e respetivas responsabilidades são regidas pelos regulamentos internos pertinentes das mesmas funções.
- **Os controlos de terceiro nível** e **auditoria interna** são realizados pela função de auditoria interna do Grupo, que responde diretamente perante o Conselho de Administração.

Funções de Controlo

Gestão do Risco

Em termos de controlos de segundo nível, a função assegura a coerência dos sistemas de medição e controlo do risco com os processos e metodologias das atividades da empresa, através da coordenação com as estruturas pertinentes da empresa; supervisiona a realização do processo interno de determinação da adequação dos fundos próprios e dos sistemas de gestão e governação do risco de liquidez ("ICAAP/ILAAP"); acompanha os controlos sobre a gestão de riscos, de modo a definir métodos de medição desses riscos; auxilia os órgãos sociais a conceber o Quadro de apetência pelo risco (QAR); verifica se estão a ser respeitados os limites atribuídos às várias funções operacionais; e verifica se as operações das áreas individuais estão em consonância com os objetivos de risco e retorno atribuídos

Em particular, durante o primeiro semestre do ano, a Função trabalhou principalmente no processo ICAAP/ILAAP, na revisão dos limiares e métricas de gestão do risco, na atualização do Plano de Financiamento de Contingência e do Plano de Recuperação e, por último, no relatório sobre os riscos operacionais e de segurança nos serviços de pagamento. Além disso, a partir de 1 de março de 2022, foi criada uma Área de validação e monitorização de crédito no âmbito da função de gestão do risco do Grupo, com o objetivo de reforçar os controlos internos e garantir uma maior independência das atividades de validação em relação a

atividades de desenvolvimento. Como parte do processo de imparidade, a Função trabalhou na reavaliação dos parâmetros de risco da IFRS 9 com o objetivo de os tornar mais consistentes com as características específicas do Modelo de Negócio do Grupo. Por último, em 2022, o Grupo começou a efetuar uma série de avaliações cuidadosas sobre a possibilidade de adotar o método IRB (*Internal Rating Based*) para o risco de crédito, nas quais a Função de Gestão do Risco está envolvida em vários tópicos.

Compliance e Combate ao branqueamento de capitais (CBC)

Esta função supervisiona, de acordo com uma abordagem baseada no risco, a gestão do risco de incumprimento dos regulamentos, no que diz respeito a todas as atividades abrangidas pelo quadro regulamentar da empresa-mãe e do Grupo - também através das suas pessoas de referência/funções locais nas suas filiais e/ou sucursais - verificando continuamente se os processos e procedimentos internos são adequados para prevenir esse risco; a função também tem o dever de prevenir e combater as transações de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, identificando, além disso, numa base contínua, os regulamentos aplicáveis nessa área.

Durante o ano, a Função avaliou o impacto do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia no BFF Banking Group, atualizando regularmente todas as estruturas relevantes sobre a situação: i) regime de sanções previsto a nível da UE para as partes/entidades envolvidas no conflito e ii) chamadas de atenção das autoridades competentes.

O acompanhamento do risco de incumprimento, de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo prosseguiu de forma regular, de acordo com o programa anual de atividades do serviço aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022.

A Função também continuou a atualizar o conjunto de regras internas - incluindo, por exemplo, a Política de Gestão do Risco de Não Conformidade e a Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Terrorismo - e prestou apoio contínuo às unidades organizacionais na interpretação das disposições regulamentares e na sua aplicação às operações da empresa.

Além disso, as atividades prosseguiram com o objetivo de reforçar os mecanismos de supervisão aplicados pela empresa-mãe e pelas filiais através da implementação de ações corretivas e de ações de adaptação identificadas pela mesma Função.

Função de Auditoria Interna

As auditorias internas são realizadas pela função de *Auditoria Interna* do Grupo, reportando diretamente ao Conselho de administração. A função de Auditoria interna realiza controlos independentes, não apenas na empresa-mãe, mas também na subsidiária BFF Finance Iberia ao abrigo de um acordo específico de prestação de serviços; também realiza atividades de gestão e coordenação para a Função de Auditoria Interna da subsidiária BFF Polska. O regulamento aprovado pelo Conselho de Administração especifica que a função de Auditoria interna, no âmbito dos controlos de terceiro nível, avalia o funcionamento global do sistema de controlo interno e comunica aos órgãos sociais quaisquer possíveis melhorias.

A direção da função de Auditoria interna dispõe da autonomia necessária e é independente das estruturas operacionais, em conformidade com o regulamento do Banco de Itália relativo aos controlos internos, o Código de Governo Societário e os regulamentos internos.

Em 2022, a função de Auditoria Interna realizou auditorias em conformidade com o Plano de Auditoria plurianual 2022-2024, elaborado de acordo com uma abordagem baseada no risco, aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2022, dando seguimento às recomendações emitidas e comunicando trimestralmente o trabalho realizado aos órgãos de governação e de controlo do Banco, através do seu painel de controlo.

Mais especificamente, foram efetuadas auditorias às estruturas internas da empresa-mãe, às sucursais estrangeiras, à filial BFF Finance Iberia e à BFF Polska e respetivas filiais. Além disso, essa função realizou as auditorias previstas pelos regulamentos aplicáveis às atividades do Grupo, incluindo as relativas às políticas de remunerações e incentivos, os processos ICAAP e ILAAP, o Plano de Recuperação e os aspetos de fiabilidade, segurança e adequação do sistema de TI. A função também redigiu os relatórios necessários estabelecidos pelos regulamentos bancários representados pelo «Relatório Anual de Auditoria Interna» e pelo «Relatório de Auditoria sobre funções críticas ou importantes externalizadas» (CIF).

O diretor da Função de Auditoria interna também é responsável pelo sistema de denúncia de irregularidades.

Outras Funções e Organismos de Controlo

Por último, de acordo com as disposições e nos termos da lei, o pessoal que comunica ao Responsável de relato financeiro avalia a eficácia da supervisão prestada pelo Sistema de controlo interno relativamente ao Risco de relato financeiro. Concretamente, realiza avaliações e acompanhamento a nível do Grupo, avaliando a adequação da cobertura do risco potencial através da realização contínua de testes de adequação e eficácia dos controlos-chave, identificando possíveis pontos de melhoria no Sistema de Controlo Interno na área da contabilidade. Neste contexto, o Responsável de relato financeiro e o Presidente da Comissão Executiva da empresa-mãe certificam, conjuntamente, os seguintes aspetos através de relatórios específicos anexos às demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, bem como os relatórios intercalares: a adequação dos procedimentos contabilísticos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anuais, consolidadas e intercalares; a conformidade de documentação com as normas internacionais de relato financeiro aplicáveis aprovadas pela União Europeia; se os livros e registos contabilísticos são adequados para apresentar de forma verídica e legítima a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo a nível consolidado e ao nível das subsidiárias individuais incluídas no âmbito da consolidação; e a fiabilidade dos conteúdos, em relação a determinados aspetos, do Relatório relativo às operações e relatórios intercalares do administrador.

Entidade de supervisão nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001

O Banco dispõe de um Modelo de organização, gestão e controlo (doravante designado por «Modelo») nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001, de 8 de junho de 2001, (doravante também designado por «Decreto»), elaborado em conformidade com os requisitos do referido Decreto, assim como das diretrizes da ASSIFACT e ABI. A última revisão do Modelo, aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2022, foi efetuada para incorporar dois novos tipos de infrações introduzidos pela Lei n.º 22 de 9 de março de 2022 «Disposições relativas às infrações contra o património cultural», tais como i) «Crimes contra o património cultural», nos termos do Art. 25-septiesdecies do Decreto 231 e ii) os crimes de «Reciclagem de bens culturais e devastação e saque de bens culturais e paisagísticos» de acordo com o art. 25-duodevicies do Decreto.

O Modelo inclui uma Parte geral que apresenta uma descrição resumida do quadro regulamentar de referência, as principais características e funcionalidades do Modelo identificadas no âmbito das operações definidas como «sensíveis» para efeitos do Decreto, a estrutura e composição da Entidade de Supervisão, bem como a descrição do sistema de sanções para impedir o incumprimento das disposições contidas no Modelo. Inclui também Partes de especificações que incluem: i) a matriz de operações em risco de cometer uma infração penal, destinada a identificar as infrações penais que podem ser potencialmente cometidas no âmbito das operações da empresa-mãe; ii) os Protocolos dos Departamentos e Unidades Organizacionais da empresa-mãe, que detalham as operações, auditorias e mecanismos de reporte destinados a assegurar que o sistema organizacional e de controlo da empresa-mãe - incluindo as sucursais estrangeiras em Espanha, Portugal, Polónia e Grécia - cumpre as regras do Decreto; iii) Quadro de Fluxos de Informação à Entidade de Supervisão («Fluxos de Informação para a Entidade de Supervisão»).

O Banco adotou igualmente um Código de Ética, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de novembro de 2021. Este documento define o conjunto de valores éticos adotados pelo Grupo e que asseguram, entre outros aspetos, a prevenção de infrações penais nos termos do Decreto.

A empresa-mãe garante que todos os funcionários recebem formação adequada, especialmente no caso de atualizações dos regulamentos relativos aos tópicos definidos no Decreto.

A atividade da Entidade de Supervisão desenvolvida no decurso de 2022 teve como principal objetivo verificar a adequação do Modelo, verificar os fluxos de informação recebidos periodicamente das estruturas organizacionais, analisar temas ligados aos riscos informáticos em relação ao atual clima geopolítico, atualizar a atividade da Função de *Compliance* e CBC em relação à preparação de um Modelo *ad hoc* para as filiais italianas BFF Immobiliare Srl e *BFFTechlab* Srl e definir as auditorias sob a responsabilidade da Função de Auditoria Interna com 231 perfis de responsabilidade (Abuso de Mercado, Privacidade).

Além disso, a Entidade de Supervisão decidiu iniciar uma revisão da qualidade do Modelo em 2023, com o apoio de um consultor externo qualificado, a fim de verificar o seu alinhamento com as melhores práticas do mercado, e também em relação à evolução e ao crescimento do Banco nos últimos anos.

A Entidade de Supervisão informou o Conselho de Administração sobre o seu trabalho durante o ano de 2022. Concretamente, salientou que não tinha recebido, direta ou indiretamente, qualquer relato relevante para a correta aplicação do Modelo.

No que diz respeito à responsabilidade administrativa do Grupo, importa realçar o seguinte:

- a subsidiária espanhola BFF Finance Iberia adotou o seu próprio Modelo organizacional em conformidade com o artigo 31.º-A do Código Penal espanhol, de estrutura semelhante ao Modelo do Banco, e uma Entidade de Supervisão independente e unipessoal;
- a subsidiária polaca BFF Polska e respetivas subsidiárias adotaram diretrizes específicas para reger questões «de combate à corrupção», com a identificação de uma entidade unipessoal pertinente, representada pela função de *Compliance* e Combate ao branqueamento de capitais (CBC) do BFF Polska.

6. Outras informações

Transações com partes relacionadas

Relativamente às relações com partes relacionadas e associadas, o Conselho de Administração do BFF S.p.A., aprovou, no dia 11 de novembro de 2016, com efeitos sujeitos ao início da negociação no Mercato Telematico Azionario gerido pela «Borsa Italiana» (e, portanto, a partir de 7 de abril de 2017), as «Políticas relativas aos controlos internos adotados pelo BFF Group para gestão de conflitos de interesses» (a chamada «Política para a gestão de conflitos de interesses») e o «Regulamento do BFF Group para a gestão de transações com partes em possível situação de conflito de interesses» (o «Regulamento RPT»), implementando as disposições em matéria de supervisão da Circular n.º 263 do Banco de Itália, de 27 de dezembro de 2006, título V, capítulo 5, e o Regulamento Consob relativo às transações com partes relacionadas, adotado por meio da resolução n.º 17221, de 12 de março de 2010, com a última redação que lhe foi dada pela resolução n.º 17389 de 23 de junho de 2010, após um parecer favorável emitido pelo Conselho dos revisores oficiais de contas e pelo Conselho de partes relacionadas.

Em 22 de dezembro de 2020, o Banco aprovou a atualização da política para gestão de conflitos de interesses e do Regulamento do RPT, aa fim de atualizar as novas referências regulamentares resultantes da integração da Circular n.º 263 nas Disposições em matéria de Supervisão para os bancos.

A 30 de junho de 2021, o Banco aprovou a atualização da política de gestão de conflitos de interesses, o Regulamento RPT e o Regulamento do Comité RPT, a fim de os atualizar em conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento Consob n.º 17221/2010 com a resolução n.º 21624, de 10 de dezembro de 2020, que entrou em vigor a 1 de julho de 2021.

Em 27 de outubro de 2022, o Banco aprovou a atualização apenas do Regulamento RPT de forma a incluir, no Art. 7.5.1, entre as operações "ordinárias" efetuadas pelas subsidiárias do Banco, as efetuadas pela *BFFTechlab* S.r.l. e BFF Immobiliare S.r.l., detidas a 100 % pelo Banco.

A política de gestão de conflitos de interesses rege os processos de controlo destinados a assegurar a correta mensuração, acompanhamento e gestão dos riscos assumidos pelo Grupo em relação às Partes Relacionadas.

O Regulamento RPT visa supervisionar o risco de que a proximidade, se existente, dessas partes aos centros de decisão do Banking Group possa comprometer a objetividade e a imparcialidade das decisões tomadas relativas às transações que envolvam essas partes, introduzindo possíveis distorções no processo de afetação de recursos, a exposição da empresa-mãe a riscos não devidamente mensurados ou supervisionados e potenciais perdas para acionistas e partes interessadas.

O Regulamento para a gestão de transações com partes que possam estar em conflito de interesses e a Política do Grupo para gerir conflitos de interesses são comunicados ao público através do sítio Web da empresa-mãe na secção *Governance* > *Procedures and Regulations* > *Related-Party Transactions* (Governação > Procedimentos e Regulamentos > Transações com partes relacionadas).

A informação relativa às transações com partes relacionadas é fornecida na Parte H nas Notas sobre as Demonstrações Financeiras.

Derrogação das obrigações de publicação de documentos de informação nos termos do artigo 70.º, n.º 8, e do artigo 71.º, n.º 1-A dos Regulamentos dos emitentes

A empresa-mãe cumpriu as disposições do artigo 70.º, n.º 8, e do artigo 71.º, n.º 1-A dos Regulamentos dos emitentes adotados pela Resolução Consob n.º 11971, de 14 de maio de 1999, com a última redação que lhe foi dada, e, por conseguinte, derrogou-se das obrigações de publicação de documentos de informação exigidos em caso de fusões, cisões, aumentos de capital por meio de contribuição em espécie, aquisições e alienações.

Divulgação da conformidade com os códigos de conduta nos termos do artigo 89.º-*A* dos Regulamentos dos emitentes

O Banco subscreveu o novo Código de Governo Societário (antigo Código de Conduta) para as empresas cotadas em bolsa, tal como definido pela Comissão do Governo Societário estabelecida pelas associações empresariais (ABI, ANIA, Assonime, Confindustria), a associação de investidores profissionais (Assogestioni) e a Borsa Italiana, aprovado a 31 de janeiro de 2020 e em vigor a 1 de janeiro de 2021.

Já em dezembro de 2020, o Banco adotou o novo Código de Governo Societário, atualizando os seus regulamentos internos de modo a incorporar - nos termos representados no Relatório sobre o Governo Societário de 2021 - as novas características introduzidas por esse Código.

Investigação e desenvolvimento

Os projetos iniciados no Grupo em 2022 visam principalmente o desenvolvimento comercial, a eficiência dos processos internos e o reforço dos sistemas informáticos.

Mais concretamente, foram realizados os projetos importantes indicados de seguida:

- O lançamento de novos serviços de *factoring*, a nível do Grupo, destinados tanto aos clientes existentes como a uma expansão gradual da atividade com as PME. Um projeto plurianual para a criação de uma nova e inovadora plataforma do Grupo de apoio à atividade principal de *factoring* e empréstimos, através da revisão e da reestruturação dos processos subjacentes e de investimentos em sistemas de informação e nos processos existentes, com vista à gestão de novos tipos de serviços complementares ao *factoring* sem recurso solicitados pelos clientes nos vários países.
- Desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para a gestão da conformidade regulamentar, com vista à introdução de mecanismos de automatização (RPA) nos processos administrativos e de *back office*, de modo a aumentar a eficiência dos tempos de processamento e a aumentar os controlos automáticos, mitigando os riscos operacionais associados ao processamento manual e melhorando também os níveis de serviço ao cliente.

Transações pouco habituais ou atípicas

O banco não realizou quaisquer transações pouco habituais ou atípicas, tal como referido na Comunicação Consob n.º 6064293, de 28 de julho de 2006, durante o período de relato.

Obrigações e notações

Em 31 de dezembro de 2022, as notações atribuídas ao BFF em 2022 pela agência Moody's tinham mudado em relação a 31 de dezembro de 2021:

- A avaliação de Perfil de Risco de Crédito Individual (BCA) é «ba2»;
- A notação do emitente a longo prazo é «Ba2», com perspetiva «Estável»;
- A notação de depósitos bancários a longo prazo é «Baa3», com perspetiva «Negativa»;
- A notação dos depósitos bancários a curto prazo é «P-3».

Em 18 de novembro de 2022, a agência Moody's i) confirmou a notação do emitente, o BCA e o BCA ajustado do BFF em «ba2», ii) confirmou a perspetiva Estável das notações do emitente a longo prazo e da dívida prioritária não garantida e iii) baixou as notações dos depósitos bancários a longo prazo do BFF para «Baa3» de «Baa2» com uma perspetiva Negativa (anteriormente estável) e a notação dos depósitos bancários a curto prazo para «P-3» de «P-2».

A confirmação pela Moody's do BCA do BFF de «ba2» reflete várias alterações positivas no perfil de crédito do Banco após a conclusão da aquisição do DEPObank. Simultaneamente, a Moody's confirmou a notação do emitente a longo prazo e a notação da dívida prioritária não garantida de «Ba2», em conformidade com a qualidade de crédito do BFF e a gravidade das perdas, que se mantiveram inalteradas. A ação de notação dos depósitos, que passou de «Baa2» para «Baa3», reflete a mecânica da metodologia de Perda em caso de falha (LGF) avançada da Moody's aplicada à estrutura de responsabilidades do BFF.

Em 12 de janeiro de 2022, na sequência da emissão de obrigações de Nível 1 adicional no montante de 150 milhões de euros destinadas a investidores institucionais, a Moody's atribuiu à emissão uma notação B2.

Para mais informações, consulte o comunicado de imprensa da Moody's publicado no sítio Web da agência e o sítio *Investors > Debt > Ratings* do sítio Web do Grupo.

Acontecimentos posteriores à data de relato

Perda da qualificação como Pequena/Média empresa nos termos do artigo 1.º, n.º 1, letra w-*quater*. 1) do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 («Lei consolidada das finanças»)

A partir de 1 de janeiro de 2023, a empresa-mãe BFF Bank S.p.A. perdeu a sua qualificação como Pequena/Média Empresa («PME») nos termos do Art. 1.º, n.º 1, letra w-*quater*. 1) do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 («Lei consolidada das finanças»), nos termos do art. 2.º-*ter* do regulamento adotado pela resolução Consob n.º 11971 de 14 de maio de 1999 («Regulamento dos Emitentes»), uma vez que tinham decorrido dois anos desde a data de entrada em vigor da Lei n.º 120/2020, que converteu o Decreto-lei italiano n.º 76/2020, que identifica um volume de negócios máximo de 300 milhões de euros para os emitentes serem qualificados como PME.

Note-se que o Banco foi classificado como PME apenas com base no critério do volume de negócios consolidado, uma vez que o valor médio da capitalização bolsista já era superior ao limiar regulamentar de 500 milhões de euros.

Por conseguinte, o Banco deixará de constar da lista das PME emitentes cotadas publicada pela Consob no seu sítio Web. Além disso, a perda da qualificação como PME implica a aplicação de um limiar adicional relevante para efeitos das obrigações de informação sobre investimentos significativos em ações, nos termos do artigo. 120.º da Lei consolidada das finanças, igual a 3 % do capital social.

Autorização de recompra de ações próprias

Em 1 de fevereiro de 2023, o BFF Bank S.p.A. recebeu, após ter iniciado o procedimento regulamentar comunicado ao mercado em 25 de novembro de 2022, a autorização do Banco de Itália nos termos dos Artigos 27.º e seguintes do Regulamento Delegado (UE) n.º 241, de 7 de janeiro de 2014, adotado pela Comissão Europeia, e Artigo 78.º do Regulamento (UE) n.º 575, de 26 de junho de 2013, para recompra de ações próprias do Banco, em execução da autorização concedida nos termos do Artigo 2387.º do Código Civil italiano pela Assembleia Ordinária de Acionistas de 31 de março de 2022, até ao montante máximo de 2,8 milhões de euros. A recompra de ações próprias tinha sido realizada na íntegra à data da redação do presente documento e o respetivo montante já tinha sido deduzido dos fundos próprios em 31 de dezembro de 2022.

A recompra de ações próprias, tal como já foi divulgado ao mercado, terá como objetivo dotar o Banco de instrumentos financeiros suficientes para satisfazer as exigências dos sistemas de remuneração e de incentivos, de acordo com a atual «Política de remuneração e de incentivos do Banking Group».

Em 20 de fevereiro de 2023, o programa de recompra de ações próprias foi concluído. No período entre 13 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2023, a empresa-mãe recomprou 291 888 ações ordinárias, correspondentes a 0,16 % do total das ações em circulação e que constituem o capital social (igual a 185 604 558 ações), por um valor equivalente total de 2 794 383,98 euros.

7. Capital social, estrutura acionista e outros indicadores de desempenho

Capital social

Em 2022, o capital social aumentou de 185 312 690 ações, correspondentes a 142 690 771,22 € em 31 de dezembro de 2021, para 185 545 952 ações, correspondentes a 142 870 382,96 € (à data da aprovação do presente documento), em resultado da execução parcial do aumento de capital livre delegado no período compreendido entre 13 de janeiro de 2022 e 29 de dezembro de 2022, através da emissão de novas ações ordinárias do BFF no valor de 233 973 [4]por um valor nominal igual a 180 159,21 € e afetas ao pessoal do Grupo BFF para necessidades relacionadas com políticas de remuneração e incentivos (Plano de Gestão por Objetivos 2020 e Plano de Opções de Compra de Ações 2016).

Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha 570 728 ações próprias, representando 0,31 % do capital social nessa data, contra 974 461 em 31 de dezembro de 2021.

Durante o ano de 2022, o Banco não readquiriu ações próprias, tendo sido atribuídas 403 733 ações na sequência do exercício de opções de compra de ações e do pagamento de remunerações variáveis em instrumentos financeiros, das quais 267 325 ao Presidente da Comissão Executiva, 85 622 a outros beneficiários dos funcionários e 50 786 a beneficiários não pertencentes aos funcionários.

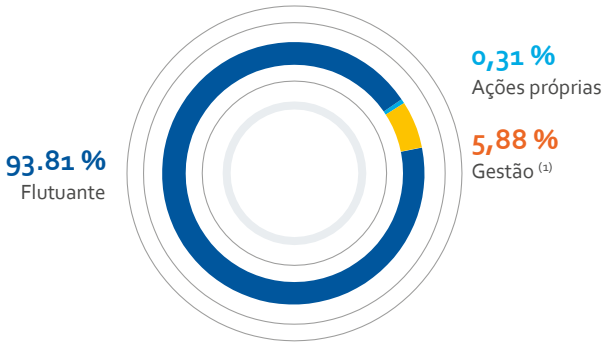
(4 Na sequência da deliberação da Assembleia Extraordinária de Acionistas de 2 de abril de 2020 - aumentar o capital social do Banco sem contrapartida, de forma divisível e em várias parcelas, nos termos do Art. 2349.º do Código Civil italiano, num montante total não superior a 5 254 563,16 euros, através da emissão de até 6 824 108 ações ordinárias para fins relacionados com as políticas de remuneração e incentivos do Grupo, incluindo o «Plano de Opções de Compra de Ações do de 2020 do Banca Farmafactoring Banking Group» (o Aumento de Capital de 2020) - o referido Aumento de Capital de 2020 foi parcialmente executado através da emissão de 233 262 novas ações ordinárias no período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

Estrutura acionista

A composição da estrutura acionista do BFF a 31 de dezembro de 2022 reflete o resultado do procedimento de venda no mercado através de um processo de venda acelerado (*Accelerated Book-Building*) concluído a 9 de março de 2022 de cerca de 14 milhões de ações ordinárias do BFF detidas pela Equinova UK HoldCo Limited (ver secção «Principais acontecimentos do Grupo»), e os aumentos de capital social para servir os planos de opções de compra de ações que ocorreram durante o ano e foram divulgados ao mercado.

Por conseguinte, a 31 de dezembro de 2022, o free float do Banco, já superior a 80 % a 31 de dezembro de 2021, tinha atingido quase 100 % do capital social, confirmando a sua posição como uma das poucas empresas cotadas em Itália verdadeiramente orientadas para os acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022, os Administradores e as suas Pessoas Estreitamente Associadas detinham 5,88 % do capital social, contra 5,59 % em 31 de dezembro de 2021. As ações próprias detidas pelo Banco - 570 728 - correspondem a 0,31 % do capital social.



Número total de ações emitidas: 185 545 952
Fonte: Formulários 120A - 120B - 120D e comunicações internas de negociação. A percentagem é calculada com base no número total de ações emitidas em 31/12/2022.

(1) Em 12/31/2022 o Presidente da Comissão Executiva Massimiliano Belingheri e as pessoas estreitamente relacionadas com ele (Bray Cross Ltd. e Scalve S.à. r.l., The Bomi Trust e Bomi S.a.r.l.) detinham 10,63 milhões de ações do BFF, o que corresponde a uma quota de 5,73 % do capital social. A quota remanescente da gestão refere-se às ações do BFF detidas pelos 4 vice-presidentes em funções nessa data e pelas respetivas pessoas estreitamente relacionadas.

No que diz respeito às opções concedidas ao abrigo do Plano de Opções de Compra de Ações de 2016, em 31 de dezembro de 2022, tinham sido concedidas 1 086 788 opções, das quais 854 788 adquiridas, mas ainda não exercidas e 232 000 ainda não exercíveis. O número de opções pendentes e ainda não exercidas em 31 de dezembro de 2021 era de 2 524 684.

No que se refere ao plano de opções de compra de ações de 2020, foram concedidas 8 384 500 opções, exercíveis a partir de 2023, enquanto no que se refere ao plano de opções de compra de ações de 2022 foram concedidas 6 698 000 opções em 31 de dezembro de 2022, das quais 2 547 000 sem envolver numerário e 4 151000 sob a forma de ações fantasma, exercíveis a partir de 2025.

Resoluções da assembleia de acionistas

Em 31 de março de 2022, a Assembleia ordinária de acionistas do Banco decidiu:

- distribuir aos acionistas parte dos lucros líquidos relativos ao exercício no valor de 125 280 399 euros, equivalente a aproximadamente 0,679 euros antes de impostos, por cada uma das 185 315 280 ações ordinárias não executadas à data do cupão (n.º 5) de 19 de abril de 2022 (ex data).
- acrescentar membros ao Conselho de Administração, confirmando:
  1. a nomeação da administradora Monica Magrì, já cooptada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2022;
  2. a nomeação da administradora já cooptada pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2022, Anna Kunkl, que permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023;
- acrescentar um membro ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nomeando Francesca Sandrolini como sua Presidente, cuja candidatura foi apresentada pelo escritório de advogados Trevisan & Associati em nome de um grupo de acionistas;
- para aprovar:
  - â a «Política de Remuneração e Incentivos para 2022 dos membros dos Órgãos de Supervisão Estratégica, Gestão e Controlo e do Pessoal do BFF Banking Group» incluída na primeira secção do Relatório Anual relativa à Política de Remuneração e às Remunerações Pagas, nos termos do artigo 123..º-*ter*, n.º 3-A do Decreto Legislativo italiano n.º 58/1998, conforme alterado;
  - â políticas para determinar a indemnização em caso de cessação antecipada de funções ou de cessação do contrato de trabalho, incluindo limites a essa indemnização;
  - â a segunda secção do relatório anual sobre a política de remuneração e as compensações pagas nos termos do artigo 123.º-*ter*, n.º 6 do Decreto Legislativo italiano n.º 58/1998;
  - â o Plano de Incentivos do BFF Banking Group 2022;
  - â a revogação da anterior autorização de recompra e alienação de ações próprias concedida pela Assembleia Geral de 25 de março de 2020 para a parte não executada até a data de 31 de março de 2022, e, portanto, sem prejuízo das transações entretanto realizadas, e autorizar o Conselho de Administração - nos termos e para os efeitos do Artigo 2357.º do Código Civil italiano - recomprar um máximo de 8 294 520 ações ordinárias do BFF, tendo em conta as ações já em stock, para os fins indicados em «Recompra de ações próprias»;

Mais recentemente, em 22 de junho de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco deliberou:

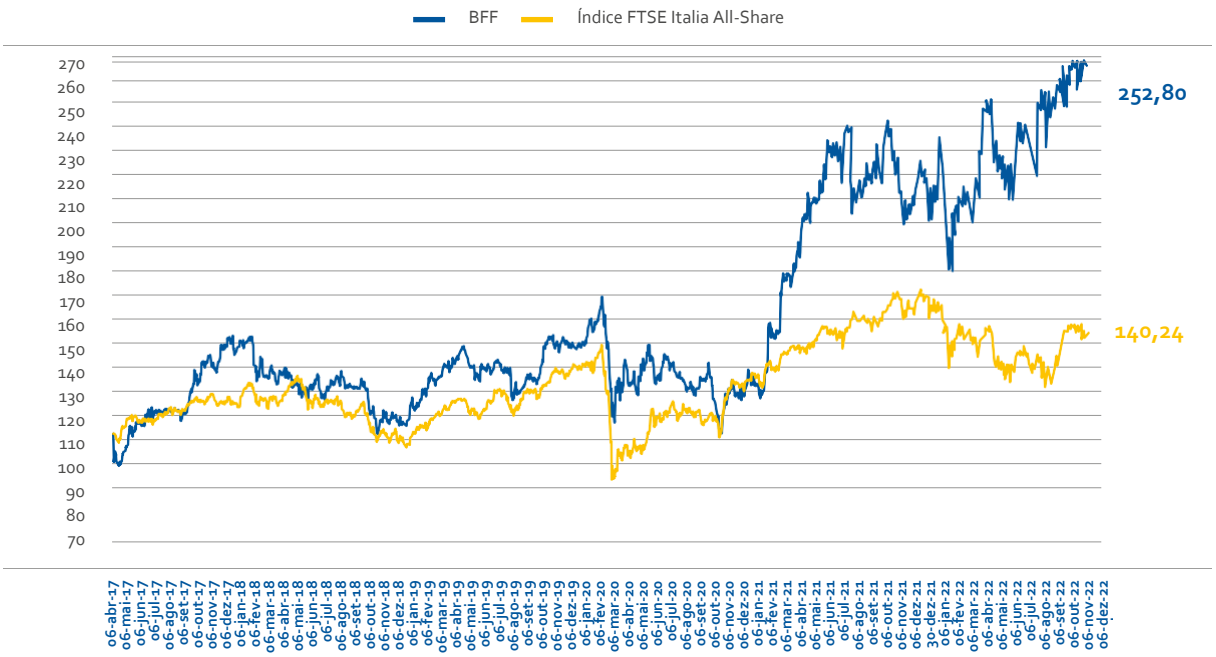
- acrescentar um membro ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nomeando Nicoletta Paracchini como Presidente da entidade de supervisão, cuja candidatura foi apresentada pela sociedade de advogados Trevisan & Associati em nome de um grupo de acionistas;
- nomear a Sra. Francesca Masotti como Auditora Suplente e confirmar o Sr. Carlo Carrera - anteriormente Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas - no cargo de Auditor Suplente.

Desempenho das ações

As ações do BFF Bank (código ISIN: IT0005244402 - *ticker* da bolsa de valores italiana: BFF) tem sido transacionada no mercado Euronext Milan da Borsa Italiana desde 7 de abril de 2017, no setor «Finanças» e no super setor «Serviços Financeiros».

O preço das ações do BFF em 30 de dezembro de 2022 era de 7,41 €, um aumento de 58 % em relação à cotação de colocação das ações no mercado de OPI no valor de 4,70 €. Desde a admissão à cotação até 30 de dezembro de 2022, o Banco distribuiu um dividendo bruto total de 2,993 € por ação. Tendo em conta os dividendos distribuídos, e assumindo que serão reinvestidos na ação BFF no ex-coupon, o retorno total para os acionistas em 30 de dezembro de 2022 em comparação com o preço de colocação da OPI foi de 153 %. O retorno total do índice FTSE Italia All-Share foi de 40 %.

Retorno total desde a OPI, com dividendos reinvestidos*



(*) Em 31 de dezembro de 2022, a ação BFF faz parte dos seguintes índices FTSE: FTSE Italia All-Share Financials; FTSE Italia All-Share Financial Services; FTSE Italia All Share Mid Cap; FTSE Italy SMID CapTradable Plus; FTSE Italia MIB Storico; FTSE Italia PIR PMI; FTSE Italia PIR PMI Cap; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small Net; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small; FTSE RAFI Developed ex US Mid Small 1500; FTSE RAFI Developed Mid Small ex US 1500; FTSE Italy Small Cap Index - Specialty Finance; e os seguintes índices STOXX e iSTOXX: STOXX Europe Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; EURO STOXX Total Market Value; STOXX Europe Total Market Small Net Return; EURO STOXX Total Market Price; STOXX Global Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; STOXX All Europe Total Market Price; EURO STOXX Total Market Small; iSTOXX Europe Value Factor Net Return; iSTOXX Europe Size Factor Net Return; STOXX Europe ex UK Total Market Small Price; STOXX Italy 45 Price Index; iSTOXX PPF Responsible SDG Net Return; iSTOXX PPF Responsible SDG Gross Return; STOXX Developed Markets Total Market Gross Return; EURO STOXX Total MarketValue Small; STOXX ItalyTotal Market Price.A ação BFF também faz parte de um conjunto de índices MSCI (incluindo o MSCI Europe ex UK Small Cap; MSCI Europe Small Cap Special Tax Gross Return; MSCI ACWI Value Small USD e MSCI AC Europe IMI), Bloomberg (incluindo Bloomberg Italy Large, Mid & Small Cap Price Return; Bloomberg World ex US Small Cap Growth Price Total Return e Bloomberg Eurozone Developed Markets Large, Mid & Small Cap Price Return), S&P (incluindo S&P Developed Net Zero 2050 Carbon Budget (2022 Vintage); S&P Global BMI; S&P Developed Ex-U.S. SmallCap e S&P Pan Europe BMI) e Solactive (incluindo os índices Solactive Global SuperDividend e Solactive ISS ESG Screened Europe Small Cap).

8. Perspetivas de negócio

De acordo com o plano estratégico quinquenal, aprovado pelo Conselho de Administração do BFF em 29 de maio de 2019 («BFF 2023» ou o «Plano»), os objetivos do Grupo para 2023 - confirmados pelas finanças atualizadas para 2021-2023 estabelecidas no plano de negócios na sequência da conclusão da transação com o DEPObank em 1 de março de 2021 e a aprovação dos orçamentos combinados para 2021, 2022 e 2023 - são:

1. Continuar a desenvolver a atividade principal atual, ou seja, *factoring*, Serviços de Títulos e pagamentos, melhorar ainda mais a eficiência operacional e reforçar a posição de liderança em Itália e no estrangeiro.
2. Manter o foco na limitação dos custos de financiamento, aproveitando o que já foi alcançado em 2021 em termos de sinergias resultantes da operação do DEPObank.
3. Consolidar a atividade existente e/ou expandir para outros nichos de mercado através de aquisições.

Face ao exposto, e perante uma redução gradual dos efeitos da pandemia e apesar da crise Rússia/ Ucrânia, o Grupo espera, tal como já se verificou em 2022, uma recuperação em termos de volumes de negócio e de operações, com crescimento da margem de intermediação, também devido ao efeito das sinergias da integração com o DEPObank.

No que diz respeito ao risco de crédito, a natureza dos empréstimos concedidos torna o risco de perdas nos Ativos Financeiros extremamente baixo, tendo em conta o modelo de negócio existente.

Note-se também que a emissão do instrumento elegível no nível 1 permite ao Grupo otimizar o limite de concentração em grandes exposições e alavancagem.

Por último, refira-se que no passado dia 9 de fevereiro, durante a Apresentação a Analistas dos resultados de 2022, o BFF Bank anunciou que tinha aumentado o seu objetivo em termos de lucro a realizar em 2023, último ano do Plano de Negócios, passando o intervalo dos anteriores 170-180 milhões de euros para os atuais 180-190 milhões de euros, essencialmente para ter em conta os impactos decorrentes de alterações de estimativas e o reconhecimento das percentagens de cobrança relativas aos «40 euros» e juros de mora e, para estes últimos, o *timing* relativo esperado para a cobrança, e apesar da perda do cliente Arca e de um período caracterizado por elementos negativos e de instabilidade, como a Guerra na Ucrânia e o choque energético, a subida mais acentuada das taxas de juro das últimas décadas, o nível de inflação mais elevado desde os anos 80, as restrições decretadas na política monetária e o fim do período de «taxas negativas», a volatilidade dos *spreads* soberanos e o desempenho negativo dos mercados acionistas.

9. Afetação do lucro do Banking Group

A 31 de dezembro de 2022, o lucro do Banking Group ascendia a 232,047,605 euros. Este resultado inclui, conforme descrito anteriormente, algumas rubricas não recorrentes, que líquidos dos respetivos impactos fiscais ascendem a 86,0 milhões de euros: +87,2 milhões de euros relativos ao reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»), +20,1 milhões de euros relativos ao efeito combinado do aumento da percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 % e do aumento dos dias esperados para a respetiva cobrança, -7,2 milhões de euros relativos a provisões extraordinárias contra um risco provável de decisão negativa, -2. 7 milhões relativos ao efeito fiscal sobre os dividendos intragrupo, -2,2 milhões relativos à anulação de um crédito fiscal (DTA) na Polónia, -9,2 milhões relativos a outras rubricas não recorrentes (custos com opções de compra de ações, custos não recorrentes, custos com projetos especiais, ganhos de capital com a alienação de imóveis, amortização de contratos com clientes, contribuições extraordinárias para o «FITD» e variações da diferença cambial coberta pela reserva de transposição).

Em consonância com a política de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, que permite pagamento aos acionistas de parte dos lucros líquidos consolidados normalizados do Grupo referentes ao exercício e não necessários para manter um Rácio do capital total mínimo de 15 % (calculado tendo em conta o âmbito do Banking Group, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária e/ou do RRFP), a intenção é de distribuir:

i) 47,410 euros para a reserva legal (para elevar a reserva a 20 % do Capital Social a partir de hoje);

ii) 85 970 465 euros para Resultados transitados;

iii) 146 029 730 euros aos acionistas, dos quais 77 479 836 euros a distribuir em abril de 2023 e 68 549 894 euros já distribuídos em agosto de 2022 sob a forma de um dividendo intercalar.

Em relação à distribuição de lucros do BFF Bank S.p.A., a proposta que será apresentada à Assembleia de Acionistas do Banco em 13 de abril de 2023 é a que se apresenta abaixo.

10. Proposta à Assembleia de Acionistas

Senhores(as) Acionistas,

O Conselho de Administração convocou-os para esta assembleia ordinária, quinta-feira, 13 de abril de 2023, às 9:00 da manhã. (a «**Assembleia de Acionistas**») na sede social do BFF Bank S.p.A. (o «**Banco**» ou «**BFF**») em Milão, na Via Domenichino n.º 5 (a «**Sede Social**»), em convocatória única, para aprovar, entre outros, a proposta de distribuição dos resultados do exercício.

As demonstrações financeiras da empresa-mãe, a 31 de dezembro de 2022, a aprovar pela Assembleia de Acionistas, apresentam um lucro de 261 438 215 euros, que se propõe que seja distribuído da seguinte forma:

i) 47,410 euros para a reserva legal (para elevar a reserva a 20 % do Capital Social a partir de hoje);

ii) 115.361.074 euros para Resultados transitados;

iii) 146 029 730 euros aos acionistas, dos quais 77 479 836 euros a distribuir em abril de 2023 e 68 549 894 euros já distribuídos em agosto de 2022 sob a forma de um dividendo intercalar.

Por conseguinte, os acionistas receberão um dividendo de cerca de 0,419 euros por cada uma das 185 623 140 ações.

Além disso, continuaram a ser admitidos à negociação no Mercado de Instrumentos Derivados (IDEM) contratos de opção do tipo americano, tendo como ativo subjacente ações do BFF. À luz do exposto e em conformidade com o estabelecido nas Instruções para a Regulação dos Mercados organizados e geridos pela Borsa Italiana (**Título IA.2, Secção IA.2.1, art. IA.2.1.3**), para a data de pagamento de dividendos a serem pagos pelas empresas emissoras de ações no índice FTSE MIB ou contratos derivados subjacentes sobre ações negociadas no mercado IDEM, a data de referência tem de coincidir com o primeiro dia de negociação subsequente à terceira sexta-feira de cada mês civil.

Por conseguinte, à luz do que precede, o mês para o pagamento de qualquer dividendo retirado dos resultados do exercício de 2022 será abril de 2023, com a data do cupão (n.º 7) de 24 de abril de 2023 (a data ex-cupão). Nos termos do artigo 83.º-*terdecies* do Decreto Legislativo italiano n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998, com a redação que lhe foi conferida (**(Lei Consolidada das Finanças**), é estabelecido o direito ao pagamento de dividendos com base nas contas do intermediário nos termos do artigo 83.º-*quater*, n.º 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data a que se reportam as contas, 25 de abril de 2023 («data de registo»). O pagamento de tal dividendo, bruto das retenções exigidas por lei, está previsto para 26 de abril de 2023 («data de pagamento»).

* * *

Por conseguinte, submetemos à vossa aprovação a seguinte proposta de resolução:

«A Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A., depois de analisar o relatório ilustrativo do Conselho de Administração, **decidiu**

i) distribuir aos acionistas uma parte do lucro do exercício no valor de 77 479 836 euros, equivalente a aproximadamente 0,419 € antes de impostos, por cada uma das 185 623 140 ações ordinárias em circulação à data do cupão (n.º 7) de 24 de abril de 2023 (ex data). O referido dividendo inclui uma parte imputável a qualquer ação própria detida pela Empresa à data de registo. Nos termos do artigo 83.º-*terdecies* do Decreto Legislativo italiano n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998, (Lei Consolidada das Finanças), é estabelecido o direito ao pagamento de dividendos com base nas contas do intermediário nos termos do artigo 83.º-quater, *n.º* 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data a que se reportam as contas, 25 de abril de 2023 (data de registo);

ii) afetar 47 410 euros à reserva legal;

iii) afetar o restante valor dos lucros relativos ao exercício, equivalente a 115 361 074 euros, a Resultados transitados;

iv) pagar o dividendo acima mencionado a partir de 26 de abril de 2023 (data de pagamento). O pagamento será efetuado através de intermediários autorizados com os quais foram registadas ações no âmbito do sistema Monte Titoli.

Conselho de Administração
O PRESIDENTE
Salvatore Messina

02

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Posição de balanço consolidada

(Montantes expressos em euros)

Ativos		31.12.2022	31.12.2021
10.	Caixa e equivalentes de caixa	634 879 242	554 467 803
20.	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	90 540 554	36 598 343
	a) ativos financeiros detidos para negociação	*210 963*	*4 094 816*
	c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	*90 329 591*	*32 503 527*
30.	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	128 097 995	83 505 780
40.	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 895 850 418	10 069 496 866
	a) empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	*478 203 260*	*404 099 101*
	b) empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	*11 417 647 158*	*9 665 397 765*
50.	Derivados de cobertura	-	13 098
70.	Investimentos em capitais próprios	13 655 906	13 483 781
90.	Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	54 349 168	36 451 859
100.	Ativos intangíveis	70 154 575	67 547 298
	dos quais		
	- goodwill	*30 956 911*	*30 874 236*
110.	Ativos por impostos	60 707 458	100 518 550
	a) correntes	*513 588*	*41 389 440*
	b) diferidos	*60 193 870*	*59 129 110*
130.	Outros ativos	394 181 565	214 613 950
TOTAL DE ATIVOS		**13 342 416 883**	**11 176 697 328**

(Montantes expressos em euros)

Passivos e capital próprio		31.12.2022	31.12.2021
10.	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 994 762 826	10 010 352 805
	a) dívidas a bancos	*1 166 365 115*	*795 053 359*
	b) dívidas a clientes	*10 789 421 645*	*9 029 014 284*
	c) títulos de dívida emitidos	*38 976 066*	*186 285 162*
20.	Passivos financeiros detidos para negociação	949 790	2 724 511
40.	Derivados de cobertura	14 313 592	4 814 350
60.	Passivos por impostos	136 002 627	100 684 173
	a) correntes	*30 997 504*	*5 027 559*
	b) diferidos	*105 005 123*	*95 656 614*
80.	Outros passivos	401 369 354	460 855 826
90.	Benefícios pós-emprego	3 238 366	3 709 582
100.	Provisão para riscos e encargos:	33 012 775	21 959 653
	a) compromissos e garantias concedidas	*251 282*	*293 721*
	b) pensões e obrigações similares	*7 861 441*	*6 132 998*
	c) outras provisões para riscos e encargos	*24 900 052*	*15 532 934*
120.	Reservas de avaliação	6 852 891	5 268 845
140.	Instrumentos de capital próprio	150 000 000	-
150.	Reservas	233 153 339	166 903 826
155.	Dividendo intercalar	(68 549,894)	-
160.	Reserva de prémios de emissão	66 277 204	66 492 997
170.	Capital social	142 870 383	142 690 771
180.	Ações próprias	(3 883 976)	(7 132 434)
200.	Lucros (perdas) do período	232 047 606	197 372 423
TOTAL DE PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO		**13 342 416 883**	**11 176 697 328**

Demonstração de resultados consolidada

(Montantes expressos em euros)

Rubricas		2022	2021(*)
10.	Juros e rendimentos similares	354 805 437	230 314 704
	dos quais: proveitos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo	*321 564 757*	*201 786 632*
20.	Juros e encargos similares (**)	(92 987 816)	(39 545 723)
30.	**Margem financeira**	**261 817 621**	**190 768 981**
40.	Rendimento de encargos e comissões	127 594 743	109 277 422
50.	Despesas com encargos e comissões	(36 939,094)	(28 498 392)
60.	**Receitas líquidas de taxas e comissões**	**90 655 649**	**80 779 030**
70.	Dividendos e rendimentos similares	9 794 598	3 675 911
80.	Lucros (perdas) em transações comerciais	12 622 171	6 633,662
100.	Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:	165 940	(12 649 882)
	a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	*165 940*	*(6)*
	c) passivos financeiros	-	*(12 649 876)*
110.	Lucros sobre outros ativos e passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados	5 154 401	2 733 566
	b) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	*5 154 401*	*2 733 566*
120.	**Rendimento total**	**380 210 380**	**271 941 267**
130.	Perdas/ganhos por imparidade líquidos para riscos de crédito associados a:	(5 905 199)	196 904
	a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	*(5 905 199)*	*343 493*
	b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	-	*(146 589)*
150.	**Rendimento líquido das atividades bancárias**	**374 305 181**	**272 138 171**
180.	**Rendimento líquido das atividades bancárias e de seguros**	**374 305 181**	**272 138 171**
190.	Despesas administrativas:	(170 602 997)	(170 365 575)
	a) gastos com o pessoal	*(74 351 758)*	*(73 233 590)*
	b) outras despesas administrativas	*(96 251 239)*	*(97 131985)*
200.	Provisões líquidas para riscos e encargos	(10 535 096)	2 265 324
	a) compromissos e garantias concedidas	*65 131*	*233 720*
	b) outras provisões líquidas	*(10 600 227)*	*2 031 604*
210.	Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	(5 005 378)	(5 132 422)
220.	Amortização e perdas líquidas por imparidade de ativos intangíveis	(7 641 714)	(4 950 500)
230.	Outras receitas operacionais líquidas	150 393 890	102 508 187
240.	**Custos operacionais**	**(43 391 294)**	**(75 674 985)**
250.	Lucros em investimentos em capitais próprios	287857	195 391
290.	**Lucros antes de impostos das operações continuadas**	**331 201 744**	**196 658 577**
300.	Impostos sobre o rendimento nas operações continuadas	(99 154 138)	713 846
310.	**Lucros após impostos das operações continuadas**	**232 047 606**	**197 372 423**
330.	**Lucros (perdas) do exercício**	**232 047 606**	**197 372 423**
350.	**Lucro do exercício atribuível aos proprietários da empresa-mãe**	**232 047 606**	**197 372 423**
	Resultados básicos por ação	**1,25**	**1,06**
	Resultados diluídos por ação	**1,18**	**1,01**

(*) Note-se que:

- a demonstração de resultados comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não inclui os balanços dos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano do DEPObank resultante da fusão;
- em 31 de dezembro de 2022, os encargos financeiros imputáveis ao exercício incorridos em operações com derivados foram reclassificados da rubrica 90 «Lucros (perdas) na cobertura» para a rubrica 20 «Juros e encargos similares». Para efeitos comparativos, a reclassificação também foi efetuada com base nos valores a 31 de dezembro de 2021;
- Em 31 de dezembro de 2022, as provisões relativas a custos com pensões e obrigações semelhantes para com os funcionários foram reclassificadas da rubrica 170 b) «Provisões líquidas para riscos e encargos - outras provisões líquidas» para a rubrica 160 a) «Gastos com pessoal», em conformidade com o disposto na Circular 262 de 2005 do Banco de Itália, atualizada. Consequentemente, para efeitos comparativos, a reclassificação foi igualmente efetuada nos valores de 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral

(Montantes expressos em euros)

Rubricas		2022	2021
10.	Lucros (perdas) do exercício	232 047 606	197 372 423
	Outros componentes líquidos de impostos que não podem ser reclassificados para os lucros ou perdas		
20.	Instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
30.	Passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito)		
40.	Cobertura de instrumentos de capital próprio escriturados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
50.	Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
60.	Ativos intangíveis		
70.	Planos de benefícios definidos	524 946	(34 331)
80.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
90.	Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios		
	Outros componentes do rendimento líquidos de impostos reclassificados para os lucros ou perdas		
100.	Cobertura de investimentos estrangeiros		
110.	Diferenças cambiais	580 380	(1 196 618)
120.	Coberturas de fluxos de caixa		
130.	Instrumentos de cobertura (elementos não designados)		
140.	Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	834 057	211 224
150.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
160.	Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios		4 832 475
170.	**Total de outros rendimentos integrais líquidos de impostos**	**1 939 383**	**3 812 750**
180.	**Rendimento integral (Rubricas 10+170)**	**233 986 989**	**201 185173**
190.	Rendimento integral imputável a interesses minoritários		
200.	**Rendimento integral imputável a proprietários da empresa-mãe**	**233 986 989**	**201 185173**

Demonstração de alterações no capital próprio consolidado

2022	Saldos em 31.12.2021	Alteração dos saldos iniciais	Saldos em 01.01.2022	Distribuição de lucros do exercício anterior	
				Reservas	Dividendos e outras dotações
Capital social:					
a) ações ordinárias	142 690 771		142 690 771		
b) outras ações					
Reserva de prémios de emissão	66 492 997		66 492 997		
Reservas:					
a) relacionadas com os resultados	158 260 237		158 260 237	72 092 024	
b) outras	8 643 589		8 643 589		
Reservas de avaliação	5 268 845		5 268 845		
Instrumentos de capital próprio					
Dividendo intercalar					
Ações próprias	(7 132 434)		(7 132 434)		
Lucro do exercício	197 372 423		197 372 423	(72 092 024)	(125 280 399)
Capital próprio imputável aos proprietários da empresa-mãe	571 596 428		571 596 428		(125 280 399)
Interesses minoritários					

2021	Saldos em 31.12.2020	Alteração dos saldos iniciais	Saldos em 01.01.2021	Distribuição de lucros do exercício anterior	
				Reservas	Dividendos e outras dotações
Capital social:					
a) ações ordinárias	131 400 994		131 400 994		
b) outras ações					
Reserva de prémios de emissão	693 106		693 106		
Reservas:					
a) relacionadas com os resultados	234 058 930		234 058 930	87 841 192	
b) outras	7 414 381		7 414 381		
Reservas de avaliação	1 456 095		1 456 095		
Instrumentos de capital próprio					
Ações próprias	(3 517 312)		(3 517 312)		
Lucro do exercício	91 072 580		91 072 580	(87 841 192)	(3 231 388)
Capital próprio imputável aos proprietários da empresa-mãe	462 578 775		462 578 775		(3 231 388)
Interesses minoritários					

(Montantes expressos em euros)

Alteração nas reservas	Alterações durante o exercício – Transações de capital próprio: Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Dividendo intercalar	Distribuição extraordinária de dividendos	Alterações nos instrumentos de capitais próprios	Derivados sobre ações próprias	Opções de compra de ações	Alterações nos interesses de capital próprio	Rendimento integral 2022	Capital próprio imputável aos proprietários da empresa-mãe em 31.12.2022	Capital próprio imputável a interesses minoritários em 31.12.2022
	179 612									142 870 383	
(215 793)										66 277 204	
(7 617 807)										222 734 454	
(293 899)							2 069 195			10 418 885	
(355 337)									1 939 383	6 852 891	
					150 000 000					150 000 000	
			(68 549 894)							(68 549 894)	
3 248 458										(3 883 976)	
									232 047 606	232 047 606	
(5 234 378)	179 612	-	(68 549 894)		- 150 000 000		2 069 195		233 986 989	758 767 553	

(Montantes expressos em euros)

Alteração nas reservas	Alterações durante o exercício – Transações de capital: Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Distribuição extraordinária de dividendos	Alterações nos instrumentos de capitais próprios	Derivados sobre ações próprias	Opções de compra de ações	Alterações nos interesses de capital próprio	Rendimentos integrais 2021	Capital próprio imputável aos proprietários da empresa-	Capital próprio imputável a interesses minoritários em 12.31.2021
	11 289 777								142 690 771	
	65 799 891								66 492 997	
1 635 534			(165 275 418)						158 260 237	
1 421 236						(192 028)			8 643 589	
								3 812 750	5 268 845	
									-	
2 363 892		(5 979 014)							(7 132 434)	
								197 372 423	197 372 423	
5 420 662	77 089 668	(5 979 014)	(165 275 418)	-		(192 028)		201 185 173	571 596 428	

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Método indireto

(Montantes expressos em euros)

	Quantidad	
	31.12.2022	31.12.2021
A. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
1. Operações	**371 082 993**	**199 314 609**
- lucros/perdas líquidos do exercício (+/-)	232 047 606	197 372 423
- ganhos/perdas em ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos/passivos financeiros mensurados ao justo valor por via de resultados (-/+)	530 806	(7 263 471)
- ganhos/perdas em operações de cobertura (-/+)	14 313 592	(2 576 529)
- perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito (+/-)	5 905 199	(196 903)
- depreciações, amortizações e perdas líquidas por imparidade relativas a ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e ativos intangíveis (+/-)	12 647 092	10 082 922
- dotações líquidas para provisões para riscos e encargos e outros custos/rendimentos (+/-)	10 535 096	(276 976)
- prémios líquidos não cobrados (-)		
- outros rendimentos/despesas de atividades de seguros não cobrados (-/+)		
- impostos, direitos e créditos fiscais não pagos (+/-)	99 154 138	2 368 535
- perdas por imparidade líquidas/reversões de perdas por imparidade em operações descontinuadas, líquido de efeito fiscal (+/-)		
- outras correções (+/-)	(4 050 536)	(195 391)
2. Fluxos de caixa consumidos pelos ativos financeiros	**(2 080 465 626)**	**(4 700 768 927)**
- ativos financeiros detidos para negociação	3 353 047	(11 358 287)
- ativos financeiros designados ao justo valor		
- outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	(52 671 663)	(32 503 527)
- ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	(45 426 272)	(83 341 856)
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(1 832 258 751)	(4 305 041 315)
- outros ativos	(153 461 987)	(268 523 943)
3. Fluxos de caixa gerados pelos passivos financeiros	**1 866 942 586**	**5 034 680 576**
- passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	1 984 407 578	4 596 116 101
- passivos financeiros detidos para negociação	(1 774 721)	2 724 511
- passivos financeiros escriturados ao justo valor		
- outros passivos	(115 690 271)	435 839 964
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**157 559 952**	**533 226 258**

(CONT.)

(Montantes expressos em euros)

	Montante	
	31.12.2022	**31.12.2021**
B. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
1. Liquidez gerada por	-	**3 675 199**
- alienação de investimentos em capitais próprios		(712)
- dividendos cobrados sobre investimentos em capitais próprios		3 675 911
- alienação de ativos fixos tangíveis		
- alienação de ativos intangíveis		
- alienação de sucursais comerciais		
2. Liquidez consumida por	**(33 318 220)**	**(74 713 267)**
- aquisição de investimentos em capitais próprios	(172 125)	(13 396 767)
- aquisições de ativos fixos tangíveis	(22 897 104)	(26 705 613)
- aquisição de ativos intangíveis	(10 248 991)	(34 610 887)
- aquisição de sucursais comerciais		
Fluxos de caixa líquidos consumidos por atividades de investimento	**(33 318 220)**	**(71 038 068)**
C. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
- emissão/recompra de ações próprias		(5 979 014)
- emissão/aquisição de instrumentos de capital próprio	150 000 000	77 164 253
- distribuição de dividendos e outros fins	(193 830 293)	(168 506 806)
- alienação/aquisição de interesses de propriedade em filiais		
Fluxos de caixa gerados/consumidos por atividades de investimento	**(43 830 293)**	**(97 321 567)**
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS GERADOS/CONSUMIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	**80 411 439**	**364 866 623**

Reconciliação

(Montantes expressos em euros)

Rubricas das demonstrações financeiras	**31.12.2022**	**31.12.2021**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	554 467 803	189 601 179
Fluxo de caixa total gerado durante o exercício	80 411 439	364 866 623
Caixa e equivalentes de caixa: efeitos de alterações nas taxas de câmbio		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**634 879 242**	**554 467 803**

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Senhores(as) Acionistas,
As Notas anexas estão organizadas da seguinte forma:

Parte A - Políticas contabilísticas
Parte B - Informações sobre a Posição de balanço consolidada
Parte C - Informação Consolidada sobre a Demonstração de Resultados
Parte D - Rendimento Integral
Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco
Parte F - Informação sobre Capitais Próprios Consolidados
Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócios
Parte H - Transações com partes relacionadas
Parte I - Pagamentos com base em ações
Parte L - Relato por segmentos
Parte M - Relato por locações

Parte A - Políticas contabilísticas

A.1 GERAL

Secção 1 - Demonstração de conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IASs/IFRS) emitidas pelo IASB, aprovadas pela Comissão Europeia, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 1606, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das IAS/ IFRS e interpretações associadas (interpretações IFRIC), aprovadas pela Comissão Europeia e em vigor no final do período de relato.

A aplicação das IFRS é levada a cabo observando o «quadro sistemático» para a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas (o Quadro), com especial referência ao princípio fundamental de prevalência da substância sobre a forma jurídica e ao conceito de relevância ou importância da informação.

Secção 2 - Fundamento de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as instruções fornecidas pela Circular n.º 262 do Banco de Itália, de 22 de dezembro de 2005, "Demonstrações financeiras dos bancos: organização e elaboração", tal como posteriormente alterada.

As demonstrações financeiras consolidadas são constituídas pela Posição de balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório de Gestão sobre as Operações.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º, n.º 2, do Decreto Legislativo italiano n.º 38, de 28 de fevereiro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas são denominadas em euros, quando não especificado de outra forma, e também mostram as comparações correspondentes com o exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nos princípios gerais de prudência e no princípio da continuidade das operações e de especialização económica, uma vez que, relativamente às operações e às situações financeiras do Grupo, e após a análise dos riscos a que está exposto, os administradores não identificaram qualquer situação que pudesse levantar dúvidas quanto à capacidade do Grupo de cumprir as suas obrigações num futuro próximo.

Normas, alterações e interpretações em vigor a partir de 2022

Durante 2022, as seguintes normas, alterações e interpretações aprovadas pela Comissão Europeia entraram em vigor e são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022:

- alterações à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis;
- alterações à IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- alterações à IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais;

- melhorias anuais às IFRS do ciclo 2018-2020 (Reg. UE 2021/1080), especificamente alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Na medida do aplicável, estas normas, alterações e interpretações não tiveram impacto na situação financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2022, nos resultados das operações e fluxos de caixa no final do exercício.

Normas, alterações e interpretações em vigor a partir de 2023 ou alteradas e ainda não adotadas

Na data das presentes demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas ou alterações foram adotadas e são aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2023:

- IFRS 17 - Contratos de Seguro (Reg. UE 2021/2036);
- alterações à IAS 8 - Políticas contabilísticas. Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (Reg. UE 2022/357);
- alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e à Declaração de Práticas IFRS 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Reg. UE 2022/357).

Por último, o IASB emitiu as seguintes normas e interpretações ou alterações, cuja aplicação está, no entanto, ainda sujeita à conclusão do processo de aprovação pelos organismos competentes da União Europeia, que ainda não foi concluído:

- alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Classificação do passivo em corrente e não corrente - Diferimento da data de entrada em vigor (janeiro de 2020 e julho de 2020, respetivamente);
- alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (maio de 2021);
- alterações à IFRS 17 Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9: Informação comparativa (dezembro de 2021).

Os possíveis efeitos da adoção futura destas normas, interpretações e alterações, na medida em que sejam aplicáveis e relevantes para o Grupo, são razoavelmente estimados como sendo imateriais.

Secção 3 – Âmbito e base de consolidação

Os critérios adotados pelo BFF Banking Group para definir o âmbito de consolidação e os princípios pertinentes encontram-se descritos abaixo.

Subsidiárias

As subsidiárias são empresas com as quais o BFF Banking Group tem uma relação de controlo. O BFF Banking Group controla uma empresa quando está exposto às rendibilidades variáveis geradas por esta e quando está em condições de afetar essas rendibilidades através do poder que exerce sobre a empresa. Regra geral, considera-se que existe controlo efetivo quando são detidos, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto, tendo também em conta possíveis direitos de voto exercíveis ou convertíveis.

Todas as subsidiárias são consolidadas numa base de linha a linha a partir da data em que o controlo é transferido para o BFF Banking Group. Em contrapartida, estas ficam excluídas do âmbito da consolidação quando esse controlo cessa.

As demonstrações financeiras e as notas das empresas que são consolidadas numa base de linha a linha são elaboradas em conformidade com as IAS/IFRS utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Os critérios adotados para a consolidação linha a linha são os seguintes:

- os ativos e passivos, os rendimentos e custos das entidades que estão totalmente consolidadas são reconhecidos linha a linha, atribuindo a interesses minoritários, se aplicável, a respetiva quota do capital próprio e resultados referentes ao período, que são divulgados separadamente nos capitais próprios e na demonstração de resultados;
- os ganhos e perdas, incluindo os efeitos fiscais associados, resultantes de transações entre empresas consolidadas numa base de linha a linha e ainda não realizados relativos a terceiros, são eliminados, exceto no que se refere às perdas, que não são eliminadas quando a transação apresenta prova de que o ativo transferido está sujeito a imparidade.
  Os valores recíprocos a receber e a pagar, os rendimentos e as despesas, bem como os rendimentos e custos financeiros, também são eliminados;
- as demonstrações financeiras de subsidiárias expressas numa moeda funcional que não o Euro são transpostas para euros, tal como de seguida: ativos e passivos, à taxa de câmbio registada no final do período de relato; rubricas da demonstração de resultados, às taxas de câmbio médias para o exercício;
- as diferenças cambiais resultantes da transposição das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, resultantes da aplicação da taxa no fim do período no que se refere a ativos e passivos e a taxa média do período no que se refere a rubricas da demonstração de resultados, são reconhecidas nas reservas de reavaliação em capitais próprios, tal como acontece com as diferenças cambiais nos capitais próprios das subsidiárias. Todas as diferenças cambiais são reconhecidas nos resultados no período de alienação do investimento.

As aquisições de empresas são contabilizadas aplicando o «método de aquisição» nos termos da IFRS 3, com a redação que lhe é conferida pelo Regulamento n.º 495/2009, que exige que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos identificáveis assumidos (incluindo passivos contingentes) sejam mensurados ao justo valor à data de aquisição.

O montante, caso aplicável, pelo qual a contrapartida prestada (representada ao justo valor dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos de capital próprio emitidos) excede o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como «goodwill»; quando o preço é inferior, a diferença é imputada à demonstração de resultados.

O «método de aquisição» é aplicado com efeitos a partir da data de aquisição, ou seja, o momento em que o controlo da adquirida é efetivamente obtido. Consequentemente, as receitas e despesas de uma subsidiária adquirida durante o período de relato são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas com efeito a partir da data da sua aquisição. Da mesma forma, as receitas e despesas de uma subsidiária que tenha sido alienada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas até à data em que o controlo deixa de ser exercido.

1. Participações em empresas dentro do âmbito de consolidação

A 31 de dezembro de 2022, o BFF Banking Group incluía a Empresa-mãe BFF Bank S.p.A. e as seguintes empresas:

Nome da empresa	Sede social e escritório de operações	Tipo de relação[1]	Relação de propriedade		Direitos de voto %[2]
			Detida por	Investimento %	
1. BFF Immobiliare S.r.l.	Milão Via Domenichino, 5	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
2. BFF Techlab S.r.l.	Brescia Via C. Zima, 4	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
3. BFF Finance Iberia. S.A.U.	Madrid Paseo de la Castellana, 81	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
4. BFF Polska S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Bank S.p.A.	100 %	100 %
5. BFF Medfinance S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
6. BFF Česká republika s.r.o.	Praga - Roztylská 1860/1	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
7. BFF Central Europe s.r.o.	Bratislava Mostova, 2	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
8. Debt-Rnt sp. Z O.O.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
9. Komunalny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	Varsóvia Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
10. MEDICO Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	Varsóvia Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100 %	100 %
11. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	BFF Polska S.A.	99 %	99 %
12. Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	Debt-Rnt sp. Z O.O.	99 %	99 %

Legenda:

(1) Tipo de relação:
1 = detém a maioria dos direitos de voto nas assembleias ordinárias de acionistas
2 = influência dominante na assembleia ordinária de acionistas
3 = acordos com outros acionistas
4 = outras formas de controlo

(2) Direitos de voto nas assembleias ordinárias de acionistas, distinguindo entre direitos de voto efetivos e potenciais ou percentagem de ações.

Relativamente aos pontos 9 e 10, os direitos de voto dizem respeito ao direito de voto dos investidores na Assembleia.

As empresas indicadas nos pontos 11 e 12 acima são sociedades em comandita simples e são consolidadas de acordo com o método de equivalência patrimonial uma vez que os respetivos valores de ativos totais não são significativos.

A 19 de janeiro de 2022, foi criada a empresa BFF Immobiliare S.r.l., uma subsidiária totalmente detida do BFF Bank S.p.A. Esta empresa foi constituída com o objetivo de finalizar a operação Casa BFF, que envolveu a aquisição de uma área edificável e a posterior construção de um edifício de escritórios que se tornará a nova

sede social do Grupo BFF e acolherá todo o pessoal do Banco presente na cidade de Milão, atualmente repartido por três edifícios diferentes.

O BFF Bank também detém uma participação de 26,46 % na Unione Fiduciaria S.p.A., que é consolidada com o método de equivalência patrimonial (e não na sua totalidade), uma vez que é uma empresa sujeita a influência significativa.

A 3 de outubro de 2022, o BFF Bank finalizou a aquisição da empresa de TI «MC3 Informatica S.r.l.» que, a partir da mesma data, alterou a sua denominação social para BFF Techlab S.r.l.

Os critérios de medição são adotados com base no pressuposto da continuidade e cumprem os princípios da especialização dos exercícios, pertinência e relevância da informação contabilística e a prevalência da substância económica sobre a forma jurídica.

Secção 4 - Acontecimentos após o período de relato

Autorização de recompra de ações próprias

Em 1 de fevereiro de 2023, o BFF Bank S.p.A. recebeu, após ter iniciado o procedimento regulamentar comunicado ao mercado em 25 de novembro de 2022, a autorização do Banco de Itália nos termos dos Artigos 27.º e seguintes do Regulamento Delegado (UE) n.º 241, de 7 de janeiro de 2014, adotado pela Comissão Europeia, e Artigo 78.º do Regulamento (UE) n.º 575, de 26 de junho de 2013, para recompra de ações próprias do Banco, em execução da autorização concedida nos termos do Artigo 2387.º do Código Civil italiano pela Assembleia Ordinária de Acionistas de 31 de março de 2022, até ao montante máximo de 2,8 milhões de euros. A recompra de ações próprias tinha sido realizada na íntegra à data da redação do presente documento e o respetivo montante já tinha sido deduzido dos fundos próprios em 31 de dezembro de 2022.

A recompra de ações próprias, tal como já foi divulgado ao mercado, terá como objetivo dotar a empresa-mãe de instrumentos financeiros suficientes para satisfazer as exigências dos sistemas de remuneração e de incentivos, de acordo com a atual «Política de remuneração e de incentivos do Banking Group».

Em 20 de fevereiro de 2023, o programa de recompra de ações próprias foi concluído. No período entre 13 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2023, a empresa-mãe adquiriu 291 888 ações ordinárias, correspondentes a 0,16 % do total das ações em circulação e que constituem o capital social (igual a 185 604 558 ações), por um valor equivalente total de 2 794 383,98 milhões de euros.

Secção 5 - Outras questões

Riscos, incertezas e impactos da epidemia Covid-19 e do conflito Rússia/Ucrânia

Entre os acontecimentos significativos de 2022 contam-se as tensões no ambiente geopolítico mundial decorrentes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que está a ter graves repercussões na situação macroeconómica europeia e mundial.

Também em termos prospetivos, o conflito representa um fator de instabilidade que, em geral, pode afetar significativamente o panorama macroeconómico dos países onde o BFF opera e as suas perspetivas de crescimento. Consequentemente, ao nível consolidado, o Grupo implementou uma monitorização contínua dos riscos a que o BFF Group poderia, eventualmente, estar exposto e efetuou as necessárias análises de impacto no negócio, cujos resultados se resumem a seguir.

- No que se refere ao risco de crédito decorrente do impacto nas empresas financiadas que têm operações comerciais significativas com a Rússia, a Bielorrússia ou a Ucrânia ou que estão mais expostas a alterações nos preços dos produtos de base, o Grupo efetuou uma avaliação específica, identificando apenas determinadas contrapartes que poderiam ser potencialmente afetadas por aumentos dos preços dos produtos de base. Neste contexto, foi instituída uma monitorização adicional. Além disso, não foram identificados clientes com operações comerciais significativas com a Rússia, a Bielorrússia ou a Ucrânia.
- No que se refere à negociação de títulos, o Grupo não detém títulos emitidos por emitentes particularmente expostos aos riscos decorrentes da atual conjuntura geopolítica e de conflitos.
- No que respeita à rendibilidade , note-se que as comissões do banco de custódia são calculadas com base nos fundos AuM, pelo que a desvalorização destes títulos na carteiras dos fundos teve um impacto insignificante em comparação, por exemplo, com as volatilidades normais do mercado.
- No que diz respeito aos riscos operacionais relacionados com ciberataques, note-se que o Grupo não registou quaisquer ataques desta natureza e, além disso, não existem operações nos países afetados pelo conflito.

Além disso, a Função de *Compliance* e CBC, com o envolvimento e o apoio das funções competentes, i) acompanha continuamente os desenvolvimentos regulamentares no que respeita ao regime restritivo e sancionatório aplicado a nível da UE aos indivíduos, entidades e bancos da Rússia e da Bielorrússia envolvidos no conflito; ii) divulga alertas de informações às várias Unidades de negócio sempre que existam atualizações e iii) apoia as várias Unidades de negócio na análise do cumprimento de requisitos operacionais específicos.

Em 2022, registou-se igualmente emergência e a propagação contínuas da COVID-19 (a seguir designada por «coronavírus»).

No que diz respeito às operações do Grupo, note-se que os impactos para 2022 do conflito Rússia/Ucrânia e da contínua emergência e disseminação da COVID-19 foram contidos também graças ao desenvolvimento da atividade, tal como discutido na parte relativa aos aspetos comerciais.

Tendo em conta o modelo de negócio do Grupo e a natureza das suas contrapartes de risco, nem a epidemia da COVID-19 nem o conflito Rússia/Ucrânia implicaram alterações ao modelo para determinação das perdas de crédito esperadas. No entanto, foram tomadas medidas a partir do segundo trimestre de 2020 que levaram o Grupo a atualizar os cenários macroeconómicos de modo a incluir os efeitos da pandemia nas estimativas de perdas de crédito previstas e, nos primeiros meses de 2022, foram iniciadas discussões com o fornecedor de informação externo para acompanhar a evolução dos parâmetros de risco à luz da evolução do conflito, a fim de compreender qualquer impacto na determinação das perdas de crédito previstas (para mais pormenores, ver o parágrafo «IFRS 9 - Atualização para refletir a

crise financeira devido à COVID-19 e ao conflito Rússia/Ucrânia»). São fornecidas informações sobre as seguintes questões e medidas tomadas em 2022:

- Continuidade operacional: a empresa-mãe tem acompanhado continuamente a situação e as suas operações têm sido garantidas sem quaisquer questões críticas. Neste contexto, tem sido dada particular atenção aos riscos operacionais e aos riscos decorrentes do conflito, tomando medidas adequadas para garantir as operações. Até à data, não têm havido quaisquer problemas ao nível da continuidade operacional. De facto, a estrutura de TI já foi reforçada no ano passado.
  O pessoal está agora totalmente operacional, a trabalhar tanto à distância como presencialmente, e está equipado com as ferramentas necessárias para o teletrabalho. Os serviços prestados pelos fornecedores e subcontratados não sofreram qualquer deterioração em termos de qualidade ou quantidade, nem o serviço foi perturbado. Qualquer deterioração na qualidade do serviço - que em qualquer caso não é capaz de comprometer as operações do Grupo - está, de facto, sujeita a acompanhamento e avaliação/ resolução numa aplicação interna específica.
- Aspetos comerciais: no que respeita à Unidade de negócio *Factoring* e Empréstimo, é de salientar a recuperação significativa dos volumes de *factoring* sem recurso e/ou de financiamento a clientes, fruto do esforço comercial e do gradual regresso à normalidade dos países onde o Grupo opera.

  No que respeita à Unidade de negócio de Serviços de Títulos, o desenvolvimento da atividade permitiu contrabalançar a debilidade dos mercados financeiros afetados pela crise Rússia/Ucrânia e pela consequente crise energética: de salientar o segmento dos FIA, com múltiplas iniciativas concluídas com êxito, nomeadamente através da aquisição de fundos a outras entidades de custódia concorrentes.

  No que respeita à Unidade de negócio Pagamento, é de salientar, por fim, o bom desempenho de quase todos os segmentos, com destaque para o da liquidação por cartões e com exceção dos cheques e faturas, que continuam a apresentar uma tendência decrescente.
- Liquidez: apesar do atual cenário macroeconómico, caracterizado pela continuação da pandemia COVID-19 e do conflito Rússia/Ucrânia, o Grupo manteve as medidas necessárias para acompanhar e controlar a posição de liquidez. O Grupo:

  (i) quando considerado necessário, reserva-se o direito de realizar análises de stresse mais frequentes e mais detalhadas, bem como com impactos crescentes e variáveis;

  (ii) mantém uma parte significativa dos ativos livremente disponíveis para fazer face a necessidades de liquidez imprevistas;

  (iii) monitoriza os mercados, inclusive através de comparação contínua com operadores de mercado e bancos relacionados; e

  (iv) continua a acompanhar de perto as tendências de cobrança dos devedores da Administração Pública.
- Requisitos de capital: não existe um impacto particular nos Fundos Próprios e nos requisitos regulamentares em resultado da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica; no final do ano, os rácios de capital estavam ainda muito acima dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulador.
  Por outro lado, as consequências da COVID e do conflito Rússia/Ucrânia não afetaram particularmente os contratos de locação (IFRS 16), os ganhos atuariais/as perdas relacionadas com os benefícios pós-emprego (IAS 19) e as condições de aquisição dos pagamentos com base em ações (IFRS 2).

Nova «Definição de incumprimento»

Em 23 de setembro de 2022, o Banco de Itália emitiu uma nova e mais rigorosa «Definição de incumprimento», que resultou num aumento dos empréstimos concedidos vencidos líquidos, embora o risco de crédito do Grupo tenha permanecido inalterado graças ao facto de quase todas as exposições serem à Administração Pública.

Tendo em conta o contexto deste novo quadro regulamentar, o Grupo está a considerar a implementação de um novo modelo interno para o cálculo do risco de crédito (AIRB), que permitiria impactos menores sobre os empréstimos concedidos vencidos e a receber em comparação com o modelo padrão atual.

Alterações contratuais devidas à COVID-19
Em conformidade com as orientações da Autoridade Bancária Europeia de 2 de dezembro de 2020 - «*Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2020/02, relativas a moratórias legislativas e não legislativas sobre reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise COVID-19*», o Grupo, através de acordos contratuais, concedeu a algumas das suas contrapartes moratórias de caráter estritamente voluntário. As alterações diziam respeito unicamente ao diferimento dos montantes de capital, sem quaisquer alterações às taxas de juro. Além disso, não foi prevista qualquer redução das exposições de crédito do Grupo, quer em termos de capital quer de juros. As alterações foram consideradas não substanciais e, por conseguinte, não resultaram no desreconhecimento das posições sujeitas a moratórias.

Em 31 de dezembro de 2022, 1,92 milhões de euros em exposições beneficiaram de moratórias, representadas principalmente por clientes empresariais (aproximadamente 45 %), entidades do setor público (aproximadamente 22 %) e clientes de retalho (aproximadamente 33 %) com sede na Polónia, Eslováquia e Chéquia.

Revisão legal de contas

A Assembleia de Acionistas do Banca Farmafactoring S.p.A. (agora BFF Bank S.p.A.) realizada a 2 de abril de 2020, nomeou a empresa de auditoria KPMG S.p.A. para realizar uma auditoria às demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021 a 2029, nos termos do artigo 2409.º-a do Código Civil italiano e do Decreto Legislativo n.º 39/2010.

A.2 - PRINCIPAIS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Segue-se uma descrição das políticas de contabilidade adotadas para elaborar as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com a IAS 1 e as instruções contidas na Circular do Banco de Itália n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, tal como alterada.

Estas políticas contabilísticas incluem os principais critérios para o reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos principais ativos e passivos, bem como para o reconhecimento de receitas e custos, juntamente com outras informações.

Ativos financeiros

A IFRS 9 divide os ativos financeiros em três categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados;
- Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral;
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados

Critérios de classificação

Esta categoria inclui outros ativos financeiros para além dos classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral ou como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Especificamente, esta rubrica inclui:

- ativos financeiros detidos para negociação;
- ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor, representados pelos ativos financeiros que não cumprem os requisitos de mensuração ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral. Tratam-se de ativos financeiros cujas condições contratuais não preveem apenas o pagamento do capital e dos juros sobre o capital em dívida, ou que não são detidos em associação com um modelo de negócio de «Detido para cobrança», ou cujo objetivo é um modelo de negócio «Detido para cobrança e alienação»;
- ativos financeiros escriturados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros definidos desta forma no momento do reconhecimento inicial e em que os requisitos são satisfeitos. Nesses casos, no reconhecimento, uma entidade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro como sendo mensurado ao justo valor por via dos resultados se e apenas se ao fazê-lo eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de reconhecimento.

Esta rubrica inclui, portanto:

- instrumentos de dívida e empréstimos concedidos que estão incluídos num outro modelo/modelo comercial (portanto, não relacionados com os modelos comerciais «detido para cobrança» (HTC) e «detido para cobrança e alienação» (HTC&S) ou que não superam com sucesso o teste das características contratuais (teste SPPI);
- instrumentos de capital próprio - que não podem ser qualificados como de controlo ou associados - para os quais a designação ao justo valor por via de outro rendimento integral não tenha sido efetuada aquando do reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em OIC.

A rubrica também inclui derivados, reconhecidos entre os ativos financeiros detidos para negociação, que são apresentados como ativos se o justo valor for positivo.

Em conformidade com as regras gerais da IFRS 9 relativas à reclassificação de ativos financeiros (exceto para títulos de capital próprio, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes, os ativos financeiros podem ser reclassificados da categoria de ativos mensurados ao justo valor por via dos resultados para uma das outras duas categorias permitidas pela IFRS 9 (ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral). O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Neste caso, a taxa de juro efetiva do ativo reclassificado é determinada com base no seu justo valor à data de reclassificação. Essa data é considerada como a data de reconhecimento inicial, para a atribuição da fase de risco de crédito para efeitos de imparidade.

Critérios de reconhecimento

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros tem lugar na data de liquidação dos instrumentos de dívida e instrumentos de capital próprio, na data de desembolso dos empréstimos, e na data de subscrição dos derivados.

Os ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados são inicialmente registados ao justo valor, normalmente representado pelo preço da transação, sem considerar os custos ou receitas da transação diretamente imputáveis ao próprio instrumento.

Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados são mensurados ao justo valor. Os efeitos da aplicação deste critério de mensuração são imputados à declaração de resultados.

Para determinar o justo valor de instrumentos financeiros listados num mercado ativo, são utilizados os preços de mercado. Na ausência de um mercado ativo, são utilizados os modelos de estimativa e avaliação comummente adotados. Estes têm em conta todos os fatores de risco relacionados com os instrumentos e baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo: a avaliação de instrumentos cotados com características semelhantes, cálculos de fluxos de caixa descontados, modelos de preços de opções, os valores registados de transações recentes comparáveis, etc.

Para instrumentos de capital e derivados não cotados num mercado ativo, o critério de custo é utilizado para estimar o justo valor apenas numa base residual e num número limitado de circunstâncias, nomeadamente se nenhum dos métodos de avaliação acima referidos puder ser aplicado ou se existir uma vasta gama de avaliações possíveis do justo valor, dentro das quais o custo é a estimativa mais significativa.

Critérios de desreconhecimento

Os ativos financeiros ou partes de ativos financeiros são desreconhecidos se e só se a alienação implicar a transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados.

Especificamente, os ativos financeiros vendidos são desreconhecidos quando a entidade mantém os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo, mas assume uma obrigação simultânea de pagar esses fluxos de caixa e apenas esses fluxos de caixa a terceiros, sem atrasos significativos.

2 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral;

Critérios de classificação

De acordo com a norma IFRS 9, um ativo financeiro é incluído nesta categoria se forem satisfeitas as duas condições seguintes:

a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da cobrança de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros (modelo de negócio HTC&S); e

b) Os prazos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital principal e juros sobre o montante de capital principal em dívida (superação do teste SPPI).

Em particular, esta rubrica inclui:

- instrumentos de dívida que estão incluídos num Modelo de Negócios de «Deter para Cobrança e Alienação» e que superam o teste das características contratuais (teste SPPI);
- instrumentos de capital próprio, que não podem ser qualificados como de controlo, associados ou conjuntamente controlados e que não são detidos para negociação, relativamente aos quais foi exercida a opção de designação ao justo valor por via de outro rendimento integral.

Além disso, os instrumentos de capitais próprios para os quais o Banco decidiu usar a opção FVOCI (justo valor por via de outro rendimento integral) também são mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral. A opção FVOCI prevê o reconhecimento em «outro rendimento integral» de todos os componentes de rendimento relativos a esses instrumentos, sem qualquer impacto (mesmo em caso de alienações) sobre os resultados.

O Grupo decidiu utilizar a opção FVOCI para os instrumentos de capitais próprios detidos, cujo montante não é significativo.

Modelo de negócio HTC&S

Os ativos financeiros classificados no âmbito do modelo de negócio HTC&S (Held-to-collect & Sell) são detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais e para alienação de ativos financeiros. As alienações são, portanto, mais frequentes e significativas em comparação com um modelo de negócio «deter para cobrança». Tal deve-se ao facto de a alienação de ativos financeiros estar intrinsecamente associada à consecução do objetivo do modelo de negócio, em vez de apenas ser secundária.

Estes ativos podem ser detidos por um período de tempo indeterminado e podem satisfazer a necessidade de acesso a liquidez ou responder a oscilações nas taxas de juro, nas taxas de câmbio ou nos preços.

Por conseguinte, contrariamente ao caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (HTC), a IFRS 9 não requer a definição de limiares em termos de frequência e significância das alienações para o modelo de negócios HTC&S.

Neste contexto, assumindo uma abordagem prudente, o Grupo definiu um rácio de volume de negócios anual máximo para a carteira de títulos, permitindo distinguir este modelo de negócio do Outro modelo (isto é, ativos detidos para negociação), calculado como o rácio do valor total de alienações relativamente ao stock médio relativo ao exercício [(stock inicial + stock final)/2].

Relativamente à reclassificação de ativos financeiros (excluindo títulos de capital próprio, que não são elegíveis para reclassificação), a IFRS 9 permite que uma entidade reclassifique os seus ativos financeiros noutras categorias de ativos financeiros se, e apenas se, o modelo de negócio para gestão desses ativos se alterar.

Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes de acordo com a norma, os ativos financeiros podem ser reclassificados de FVOCI para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (custo amortizado ou FVPL).

O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Mais concretamente, se um ativo financeiro for reclassificado ao custo amortizado, o respetivo justo valor à data de reclassificação é corrigido de modo a refletir os resultados acumulados reconhecidos na reserva de avaliação. Pelo contrário, se um ativo financeiro for reclassificado ao FVPL (justo valor por via dos resultados), os resultados acumulados anteriormente reconhecidos na reserva de avaliação são reclassificados de «capitais próprios» para «resultados do período».

Não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros. Nesses casos, que devem ser muito pouco frequentes, os ativos financeiros podem ser reclassificados de FVOCI para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (custo amortizado ou FVPL). O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos prospetivamente a contar dessa data com os seguintes impactos:

- se um ativo financeiro for reclassificado ao custo amortizado, o respetivo justo valor à data de reclassificação é corrigido de modo a refletir os resultados acumulados reconhecidos na reserva de reavaliação;
- pelo contrário, se um ativo financeiro for reclassificado ao FVPL (justo valor por via dos resultados), os resultados acumulados anteriormente reconhecidos na reserva de reavaliação são reclassificados de «capitais próprios» para «resultados do período».

Critérios de reconhecimento

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros tem lugar na data de liquidação dos instrumentos de dívida e de capital próprio.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos são mensurados ao justo valor, incluindo custos de transação ou rendimentos diretamente imputáveis ao instrumento.

Critérios de mensuração

Relativamente aos títulos de dívida, estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, com os juros reconhecidos ao custo amortizado na demonstração de resultados sob a rubrica 10 «Juros e rendimentos similares». Os ganhos e perdas resultantes da variação do justo valor são registados no capital próprio na rubrica 120 «Reservas de reavaliação», com exceção da imparidade, que é registada na rubrica 130 «Perdas/ganhos por imparidade líquidos para riscos de crédito associados a ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

Os ganhos e perdas são reconhecidos em reservas de avaliação até à alienação do ativo financeiro, momento em que os ganhos ou perdas acumulados são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica 100 «Lucros (perdas) na alienação ou recompra de ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

As alterações ao justo valor reconhecidas na rubrica 120 «Reservas de avaliação» também são relatadas na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os instrumentos de capitais próprios (ações) não transacionados num mercado ativo, cujo justo valor não possa ser determinado rapidamente devido à falta de fiabilidade da informação necessária para a mensuração do justo valor, são mensurados ao respetivo último justo valor mensurado de forma fiável.

Os instrumentos de capital classificados nesta categoria são avaliados ao justo valor e os montantes reconhecidos como contrapartida no capital próprio (outro rendimento integral) não devem ser transferidos para a demonstração de resultados, nem mesmo em caso de alienação. Os únicos componentes dos instrumentos de capitais próprios abrangidos que são reconhecidos nas demonstrações de resultados são os dividendos pertinentes.

Para efeitos da IFRS 9, a imparidade de ativos financeiros incluídos nestas categorias é reconhecida em três fases diferentes com base no nível de risco de crédito pertinente.

Mais concretamente, para instrumentos de Fase 1 (ativos financeiros não sujeitos a imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e instrumentos que não registem um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial), as perdas de crédito esperadas a 12 meses são reconhecidas na data de reconhecimento inicial e em cada data de relato subsequente.

Quando se trate de instrumentos de Fase 2 (ativos que registem um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas não sujeitos a imparidade de crédito) e de instrumentos de Fase 3 (exposições sujeitas a imparidade de crédito), pelo contrário, são reconhecidas as perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida.

No que se refere aos instrumentos de dívida, quaisquer circunstâncias que indiquem que o mutuário ou emitente esteja em dificuldades financeiras, tais como que prejudiquem a cobrança de capital principal ou de juros, constituem evidências de uma perda por imparidade.

Se houver evidência objetiva de imparidade, a perda acumulada que foi inicialmente reconhecida no capital próprio na rubrica 120 «Reservas de avaliação» é transferida para a demonstração de resultados na rubrica 130 «Perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito associado a ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral:
b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral». A quantia transferida para a demonstração de resultados é igual à diferença entre a quantia escriturada do ativo (valor aquando do reconhecimento inicial líquido de quaisquer perdas por imparidade anteriores já reconhecidas na demonstração de resultados) e o respetivo justo valor atual.

Se o justo valor de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder ser objetivamente atribuível a um evento relacionado com a melhoria da qualidade de crédito do devedor, que ocorra num período subsequente ao reconhecimento da imparidade na demonstração de resultados, o ganho por imparidade é reconhecido e o montante do ganho é reconhecido na mesma rubrica da demonstração de resultados. Isto não se aplica a títulos de capital próprio, que não são sujeitos a um teste de imparidade.

Após a reposição, a quantia escriturada não pode, em caso algum, exceder a mensuração ao custo amortizado, caso as perdas por imparidade não tenham sido reconhecidas.

As perdas/ganhos por imparidade são reconhecidos de acordo com os critérios de afetação por fases e com os seguintes parâmetros de risco: probabilidade de incumprimento (PD), perda em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD) - definidos em conformidade com o parágrafo subsequente «Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros».

Os instrumentos de capital próprio não são testados em termos de imparidade.

Critérios de desreconhecimento

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados são desreconhecidos quando os direitos contratuais expiram e quando, após a alienação, praticamente todos os riscos e vantagens relativos ao ativo financeiro vendido são transferidos. Por outro lado, se os riscos e vantagens resultantes dos ativos financeiros alienados forem substancialmente retidos, estes continuarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, embora a legitima titularidade destes ativos tenha sido efetivamente transferida.

3 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Critérios de classificação

De acordo com a norma IFRS 9, um ativo financeiro é incluído nesta categoria se forem satisfeitas as duas condições seguintes:

a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio HTC); e

b) Os prazos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital principal e juros sobre o montante de capital principal em dívida (superação do teste SPPI).

Com base nas demonstrações contabilísticas previstas pela Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, tal como alterada, esta rubrica da demonstração financeira deverá incluir:

- Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos nas diferentes formas técnicas;
- empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, nas várias formas técnicas, que incluem também os títulos de dívida classificados no modelo de negócio HTC e que passaram no teste SPPI.

Os empréstimos concedidos e valores a receber de bancos referem-se essencialmente às contas correntes ordinárias das empresas do Grupo e aos empréstimos com contrapartes bancárias nas várias formas técnicas.

Os empréstimos concedidos e valores a receber de clientes são compostos sobretudo por instrumentos de dívida, valores a receber de devedores relativos a atividades de factoring e juros de mora, calculados com base nos valores a receber adquiridos numa base sem recurso, em conformidade com a legislação em vigor (Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 «Aplicação da Diretiva 2000/35/CE que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais»), bem como empréstimos concedidos a clientes sob as várias formas técnicas.

Os valores a receber pelo BFF resultantes de transações de *factoring* dizem quase exclusivamente respeito a transações de aquisição sem recurso que envolvem a transferência integral de todos os riscos e vantagens associados aos valores a receber.

Modelo de negócio HTC

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em obter fluxos de caixa contratuais recebendo pagamentos durante o tempo de vida do instrumento.

Nem todos os ativos deverão ser necessariamente detidos até à maturidade. A IFRS 9 apresenta os seguintes exemplos de casos em que a venda de ativos financeiros pode estar em consonância com o modelo de negócio HTC:

- As vendas são imputáveis ao risco de crédito acrescido de um ativo financeiro;
- As vendas são pouco frequentes (ainda que significativas em termos de valor) ou insignificantes a nível individual e na forma agregada (mesmo se frequentes);
- As vendas ocorrem próximo da maturidade do ativo financeiro e os rendimentos provenientes das vendas são próximos do montante dos fluxos de caixa contratuais remanescentes.

O Grupo identificou limiares de significância em termos de frequência e volumes de vendas, necessários para analisar se o modelo de negócio HTC foi mantido.

Por conseguinte, no caso de alienações (em consonância com o modelo de negócio em questão), por força da prática do mercado comum, foi definida a percentagem de significância relativa aos volumes de vendas anuais, determinada como a soma do valor das alienações realizadas durante o exercício/a quantia escriturada da carteira HTC no início do exercício.

Relativamente à frequência das alienações, o BFF Banking Group definiu um limiar mensal, conforme especificado no Quadro de Apetência pelo Risco (QAR), que é o quadro que define - em consonância com a capacidade de risco, o modelo de negócio e o plano estratégico - a apetência pelo risco, a tolerância em termos de risco, os limites de risco, as políticas de governação do risco e os processos pertinentes necessários para a sua definição e implementação, incluindo a nível do Grupo.

Relativamente à reclassificação de ativos financeiros, a IFRS 9 permite que uma entidade reclassifique os seus ativos financeiros noutras categorias de ativos financeiros se, e apenas se, o modelo de negócio para gestão desses ativos se alterar.

Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes de acordo com a norma, os ativos financeiros podem ser reclassificados do custo amortizado para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (FVOCI ou FVPL).

O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Os ganhos ou perdas resultantes da diferença entre o custo amortizado de um ativo financeiro e o respetivo justo valor são reconhecidos na demonstração de resultados no caso de uma reclassificação para FVPL, ou nos capitais próprios, no âmbito da reserva de avaliação pertinente, no caso de uma reclassificação para FVOCI.

Critérios de reconhecimento

Relativamente aos valores a receber resultantes de transações de *factoring*, estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que normalmente corresponde à retribuição paga, incluindo custos e rendimentos da transação, que são diretamente imputáveis à aquisição ou provisão do ativo financeiro, embora não ainda liquidados.

Especificamente, os valores a receber sem recurso:

a) adquiridos sem recurso, com transferência substancial de todos os riscos e benefícios, bem como dos fluxos de caixa, são inicialmente reconhecidos ao justo valor, representado pelo valor nominal do valor a receber, líquido de encargos e comissões cobradas ao cedente;

b) se comprados por quantias inferiores à quantia nominal, são reconhecidos pela quantia efetivamente paga no momento da compra.

Relativamente aos ativos financeiros relacionados com empréstimos concedidos originados pelo Grupo, estes são reconhecidos inicialmente à data do empréstimo. Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor incluindo os montantes desembolsados, incluindo os custos de transação ou rendimentos diretamente atribuíveis ao instrumento. No que diz respeito aos empréstimos concedidos em particular, a data de desembolso é normalmente a data à qual o contrato é assinado. Se não for esse o caso, aquando da celebração do contrato será incluído um compromisso de desembolso de fundos, a liquidar na data em que o empréstimo é levantado.

Os títulos de dívida HTC possuem pagamentos fixos e determináveis e uma maturidade fixa e podem ser utilizados para acordos de recompra, empréstimos concedidos ou outras operações de refinanciamento temporário. Esses ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data de liquidação. Esta quantia normalmente corresponde à retribuição paga, incluindo os custos e rendimentos da transação.

Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, igual ao valor original, deduzido do reembolso de capital principal e de perdas por imparidade, e acrescido de qualquer ganho por imparidade e amortização, calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva, tendo em conta a diferença entre a quantia desembolsada e a quantia a reembolsar aquando do vencimento, relativo a custos/rendimentos suplementares diretamente imputáveis ao valor a receber individual.

Concretamente, os valores a receber sem recurso adquiridos no âmbito das atividades de *factoring* levadas a cabo por empresas do Grupo são mensurados ao custo amortizado, determinados com base no valor presente de futuros fluxos de caixa previstos, referentes ao capital principal e aos juros de mora corridos desde a data de vencimento do valor a receber e considerados como recuperáveis.

Dada a sua natureza, a nova data de vencimento desses valores a receber é a respetiva data prevista de cobrança, determinada no momento da fixação do preço e formalizada com o cedente no contrato de cessão.

Os rendimentos de juros (incluindo juros de mora) são reconhecidos na demonstração de resultados apenas se for provável que sejam gerados fluxos de caixa positivos para a entidade e se o respetivo montante puder ser estimado de forma fidedigna. No caso em apreço, em consonância com o «Banco de Itália/Consob/Ivass Documento n.º 7 de 9 de novembro de 2016» relativo ao «Tratamento de juros de mora nas demonstrações financeiras nos termos do Decreto Legislativo italiano 231/2002 relativo a aquisições sem recurso de valores a receber», o BFF e a BFF Finance Iberia também incluíram a estimativa dos juros de mora recuperáveis no cálculo do custo amortizado, tendo em conta que:

- o modelo de negócio e a estrutura organizacional preveem que a recuperação sistemática dos juros de mora sobre os créditos produtivos a receber adquiridos sem recurso seja um elemento estrutural das atividades normais de gestão desses créditos;
- os referidos juros de mora, devido ao seu impacto sobre a composição de resultados, não constituem um elemento suplementar de transações de aquisição sem recurso, e foram considerados para uma análise completa dos perfis de rendibilidade prospetiva.

Além disso, o BFF Bank e o BFF Finance Iberia possuem séries cronológicas de dados relativos a percentagens e prazos de cobrança - adquiridos por meio de ferramentas de análise adequadas - que lhes permite considerar que a estimativa de juros de mora incluída no cálculo do custo amortizado é suficientemente fiável e cumpre os requisitos de reconhecimento estabelecidos pela IFRS 15. Estas séries cronológicas são atualizadas anualmente aquando da elaboração das demonstrações financeiras, a fim de determinar as percentagens de cobrança estimadas e os prazos a utilizar para calcular os juros de mora. A alteração nas cobranças é depois analisada trimestralmente para confirmar as referidas percentagens nos relatórios periódicos.

No que respeita aos valores a receber reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa-mãe BFF Bank e da subsidiária espanhola BFF Finance Iberia, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Esta prorrogação foi também implementada para ter em conta impactos externos que influenciaram a antiguidade da provisão, tais como prazos de pagamento mais lentos devido à crise pandémica da Covid-19, o bloqueio relativo dos tribunais e a suspensão das ações executivas na área da saúde, que influenciaram a suspensão dos prazos das atividades jurídicas e processuais e, por conseguinte, o tempo de cobrança.

Relativamente ao BFF Polska Group, os juros de mora vencidos sobre créditos comerciais vencidos são principalmente reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que os juros serão cobrados, com base em acordos alcançados com as contrapartes devedoras ou em decisões judiciais.

No que diz respeito ao tratamento nas Demonstrações Financeiras consolidadas do direito de receber a indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»), o Grupo decidiu alterar a estimativa contabilística. Em especial, a partir de 2018, em conformidade com a Diretiva 2011/7/UE do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, que fixa um montante mínimo de 40 euros a título de indemnização pelas despesas de cobrança de dívidas (indemnização que, em todo o caso, pode ser aumentada, uma vez que a diretiva prevê que os custos razoáveis incorridos para o efeito também podem ser cobrados), o Grupo começou a solicitar 40 euros aos devedores por cada fatura caducada, a título de reembolso fixo das despesas de cobrança de dívidas incorridas, em conformidade com a diretiva.

A interpretação do BFF foi confirmada pelo recente acórdão ganho pelo BFF no Tribunal de Justiça da União Europeia, em 20 de outubro de 2022, que constitui a interpretação vinculativa também para as decisões nacionais de todos os Estados-Membros, e confirmou o direito de recuperar, pelo menos, 40 euros por cada fatura vencida em relação à Administração Pública, independentemente do montante e de um determinado número de faturas fazer parte de um único acordo de pagamento.

Até 2021, os empréstimos concedidos e valores a receber reconhecidos nas Demonstrações Financeiras consolidadas contra o direito de cobrar o valor da indemnização por custos de cobrança de dívidas (doravante, «40 euros» ou simplesmente «indemnização») foram ajustados na totalidade, dentro da mesma rubrica da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos financeiros ao custo amortizado - empréstimos e valores a receber de clientes». O rédito foi reconhecido na demonstração de resultados, na rubrica «Outras receitas operacionais», quando essa indemnização foi efetivamente recebida: De facto, a correção foi desreconhecida e os montantes recebidos foram creditados na demonstração de resultados. O montante cobrado e reconhecido na demonstração de resultados contribuiu para a determinação do lucro tributável sobre o qual foram calculados os impostos correntes do exercício. Com base no modelo contabilístico aplicado até 2021, não foram reconhecidos impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Até à data, com base nas ferramentas de análise já utilizadas, que permitiram definir uma série cronológica de cobrança de «40 euros», o Grupo está em condições de estimar com fiabilidade o montante recebido relativamente a esta indemnização [em particular, esta estimativa aplica-se ao âmbito do BFF Bank, ou seja, a Itália, aos países onde opera sob o regime FOS e às sucursais em Portugal e na Grécia], à subsidiária espanhola BFF Finance Iberia e à subsidiária indireta BFF Central Europe.

Note-se que, tal como acontece com os juros de mora e os juros compostos, os direitos a receber os «40 euros» também são considerados desde 2018 nos acordos de regularização com os devedores para garantir a sua recuperação. Os acordos com os devedores consideram a totalidade do montante devido, como um montante único que serve de base à liquidação e ao qual se aplicam as percentagens de desconto dos juros de mora. Como confirmação deste facto, com base nas análises efetuadas, o resultado das análises realizadas sobre a série cronológica dos juros de mora foi igualmente confirmado para os direitos de cobrança dos «40 euros», ou seja, que os recebimentos registados atingiram uma percentagem média significativamente superior a 50 % do direito original, tal como salientado pela análise anual sobre a série cronológica de cobrança, apresentada ao Conselho de Administração na sua reunião de 27 de janeiro de 2023.

Por conseguinte, a partir das Demonstrações Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, a empresa-mãe decidiu contabilizar esta indemnização com base num regime de acréscimo, baseado na percentagem de cobrança identificada nas séries

cronológicas e as análises efetuadas em conformidade com as já aplicadas ao modelo de cálculo dos juros de mora.

A evolução das percentagens de cobrança ao longo dos anos, constituindo a série cronológica considerada é, como acima se salienta, significativamente superior a 50 % pelo que, por razões de prudência, esta percentagem foi utilizada como estimativa do montante relativo à referida indemnização que será cobrado no futuro e que foi reconhecido na rubrica 40 «Ativos Financeiros ao custo amortizado - empréstimos concedidos e valores a receber de clientes».

Consequentemente, de acordo com o princípio da especialização do exercício, os «40 euros» serão considerados acrescidos com base no número de faturas vencidas no período de referência multiplicado por 40 euros e subsequentemente multiplicado por uma percentagem de realização de 50 % e não seguirão a mensuração ao custo amortizado a que, em vez disso, estão sujeitos os juros de mora.

Em termos fiscais, a acumulação de receitas decorrentes do direito de cobrar os «40 euros» faz parte diretamente do lucro tributável, tal como previsto no artigo. 109.º, n.º 1 do TUIR (isto é, Imposto sobre o Rendimento Consolidado Italiano) («*As receitas, as despesas e os outros elementos positivos e negativos, para os quais as regras anteriores da presente secção não estabelecem o contrário, contribuem para a formação do lucro do exercício; todavia, as receitas, as despesas e os outros elementos para os quais, durante o exercício de especialização, a existência não é ainda certa ou o montante não é ainda objetivamente determinável, contribuirão para a formação dessas receitas no exercício em que essas condições se verificam.*»), contrariamente ao estabelecido para os juros de mora, cujo tratamento fiscal está sujeito ao n.º 7 do mesmo artigo do TUIR («*Em derrogação do n.º 1, os juros de mora contribuem para a formação do rendimento no exercício em que são recebidos ou pagos*»). Não são reconhecidos impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o definido na IAS 8, esta decisão é vista como uma alteração de estimativas contabilísticas, cujo impacto deve ser reconhecido na demonstração de resultados de forma prospetiva e não retroativa. Por conseguinte, esta alteração tem impacto nas Demonstrações Financeiras consolidadas de 2022 e seguintes, mas não conduz a qualquer revisão das Demonstrações Financeiras consolidadas anteriores.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo (no âmbito descrito acima) reconheceu um efeito pontual, bruto do efeito fiscal, relativo a 50 % da provisão de «40 euros» que consiste em todas as contas a receber acumuladas para a indemnização em questão no montante de 119,4 milhões de euros (87,2 milhões de euros líquidos do efeito fiscal) e, a partir de 1 de janeiro de 2023, calculará e reconhecerá nas demonstrações financeiras consolidadas de forma recorrente uma receita igual a 50 % de cada valor a receber individual de «40 euros» acumulado face a cada nova fatura vencida na data de relato.

Após o reconhecimento inicial ao justo valor, os títulos HTC são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. O montante resultante da aplicação deste método é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica 10 «Juros e rendimentos similares».

O Grupo realiza a análise da carteira de valores a receber e de títulos HTC de modo a identificar quaisquer imparidades nos respetivos ativos financeiros. A IFRS 9 introduziu o conceito de «perdas de crédito esperadas» para os ativos financeiros incluídos na presente rubrica da demonstração financeira. As perdas de crédito esperadas são uma estimativa da probabilidade ponderada de perdas de crédito durante o tempo de vida previsto do instrumento financeiro. De acordo com este conceito, não têm necessariamente de ocorrer perdas antes do seu reconhecimento nas demonstrações financeiras; por conseguinte, regra geral, todos os ativos financeiros implicarão o reconhecimento de uma provisão.

A abordagem adotada é representada pelo modelo geral de deterioração, que prevê uma classificação em 3 fases. Estas fases refletem a deterioração da qualidade do crédito dos instrumentos financeiros incluídos no âmbito de aplicação da IFRS 9.

A cada data de relato anual ou intercalar, a entidade avalia se terá ocorrido uma alteração significativa no risco de crédito face ao reconhecimento inicial. Em caso positivo, tal irá resultar numa mudança de fase: o modelo é simétrico, e os ativos podem ser movimentados entre as diferentes fases.

Para ativos classificados na Fase 1, a provisão para perdas relativa a cada ativo financeiro individual é determinada com base nas perdas de crédito esperadas no período de 12 meses (insuficiências dos fluxos de caixa contratuais estimadas tendo em conta o potencial incumprimento nos 12 meses seguintes), ao passo que para os ativos classificados nas Fases 2 e 3 os cálculos se baseiam nas perdas de crédito esperadas ao longo do tempo de vida (insuficiências dos fluxos de caixa contratuais estimadas tendo em conta o potencial incumprimento ao longo da vida residual do instrumento financeiro).

Se existirem evidências objetivas de imparidade e o ativo estiver classificado na Fase 3, as perdas são mensuradas como a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, deduzidas utilizando a taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

O montante das perdas é determinado com base numa avaliação individual e, posteriormente, atribuído individualmente a cada posição, tendo em consideração informação prospetiva (*forward-looking*) e possíveis cenários de recuperação alternativos. Os ativos sujeitos a imparidade de crédito incluem instrumentos financeiros aos quais foi atribuído o estatuto de «crédito mal parado, com probabilidade reduzida de pagamento» ou «vencido/a descoberto» há mais de 90 dias, em conformidade com as regras do Banco de Itália, que estão em consonância com as disposições das IFRS e da regulamentação Europeia. Os fluxos de caixa estimados têm em conta o prazo de recuperação estimado e o valor realizável estimado de quaisquer garantias.

Aquando do reconhecimento da imparidade, a quantia escriturada do ativo é reduzida em conformidade e a perda é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 130 «Perdas/ganhos por imparidade líquidos para riscos de crédito associados a: a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado».

Se, num período subsequente, o montante de uma perda por imparidade diminuir e essa diminuição puder ser objetivamente atribuível a um evento relacionado com a melhoria da qualidade de crédito do devedor que ocorra após o reconhecimento da imparidade, é reconhecido um ganho por imparidade. Após o ganho, a quantia escriturada não pode, em caso algum, exceder a mensuração ao custo amortizado, caso as perdas por imparidade não tenham sido reconhecidas. O montante do ganho é reconhecido na mesma rubrica da demonstração de resultados.

As perdas e ganhos por imparidade são reconhecidos de acordo com os critérios de afetação de fases e com os seguintes parâmetros de risco: probabilidade de incumprimento (PD), perda em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD) - definidos em conformidade com o parágrafo subsequente «Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros».

Critérios de desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais a fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou se a entidade transferir o ativo financeiro e essa transferência cumprir os critérios de elegibilidade para desreconhecimento.

Os valores a receber alienados apenas são desreconhecidos se todos os riscos e vantagens relativos aos mesmos tiverem sido transferidos.

Por outro lado, se os riscos e benefícios forem retidos, as contas a receber vendidas continuarão a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo que o título legal desses ativos seja efetivamente transferido.

4 - Operações de cobertura

Critérios de reconhecimento

Em conformidade com a IFRS 9, o Grupo decidiu continuar a aplicar a norma IAS 39 «Operações de cobertura» mesmo depois da entrada em vigor da IFRS 9.

As «operações de cobertura» envolvem a designação de um instrumento financeiro capaz de compensar em parte ou na totalidade os ganhos ou perdas resultantes de uma alteração do justo valor ou dos fluxos de caixa do instrumento coberto. A intenção de cobertura deve ser formalmente declarada, não deve ser retroativa e deve estar em consonância com a estratégia de cobertura de risco adotada pela direção do BFF Banking Group. Nos termos da IAS 39, os derivados só podem ser contabilizados como instrumentos de cobertura em determinadas condições, ou seja, quando a relação de cobertura é:

- claramente definida e documentada;
- mensurável;
- atualmente eficaz.

Os instrumentos financeiros derivados designados como coberturas são inicialmente reconhecidos ao justo valor.

As operações de cobertura são designadas para compensar possíveis perdas atribuíveis a tipos de riscos específicos.

Os possíveis tipos de coberturas são os seguintes:

- Coberturas ao justo valor: destinam-se a cobrir a exposição a alterações no justo valor de uma rubrica da posição de balanço;
- Coberturas de fluxos de caixa: destinam-se a cobrir a exposição a alterações nos fluxos de caixa futuros associados a determinadas rubricas da posição de balanço;
- Coberturas de um investimento líquido numa operação estrangeira.

As coberturas podem ser realizadas utilizando contratos derivados (incluindo a compra de opções) e instrumentos financeiros não derivados (para cobrir apenas o risco cambial). No balanço, os instrumentos derivados de cobertura são classificados na rubrica 50 «Derivados de cobertura» entre os ativos ou na rubrica 40 «Derivados de cobertura» entre os passivos, respetivamente, dependendo do facto de o respetivo justo valor ser positivo ou negativo à data de relato anual ou intercalar.

Critérios de mensuração

Os instrumentos financeiros derivados designados como coberturas são mensurados ao respetivo justo valor.

Quando um instrumento financeiro é classificado como uma cobertura, o Grupo, tal como indicado acima, documenta formalmente a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, verificando tanto no início da relação como ao longo da sua duração, que a cobertura pelo derivado é efetiva na compensação de alterações do justo valor ou dos fluxos de caixa do elemento coberto. Uma cobertura é considerada efetiva se, tanto no início como durante o período de vida, as alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa do elemento coberto forem compensadas por alterações no justo valor do derivado de cobertura.

Consequentemente, a eficácia é avaliada comparando as alterações acima mencionadas, tendo em conta o objetivo pretendido pela entidade ao entrar na cobertura. Uma cobertura é efetiva (dentro dos limites estabelecidos pelo intervalo de 80-125 %) quando as alterações esperadas e efetivas no justo valor ou nos fluxos de caixa do instrumento financeiro de cobertura compensam quase inteiramente as alterações no elemento coberto.

A eficácia é avaliada a cada data de relato anual ou intercalar, utilizando:

- testes prospetivos, que comprovam a aplicação da contabilização de cobertura, uma vez que estes confirmam a eficácia prevista da cobertura;
- testes retrospetivos, que indicam o nível de eficácia da cobertura alcançado no período a que estes se referem, mensurando em que medida os resultados reais divergiram face aos de uma cobertura perfeita.

O tratamento contabilístico dos resultados decorrentes das alterações do justo valor varia de acordo com o tipo de cobertura:

- Coberturas ao justo valor: as alterações no justo valor do elemento coberto atribuíveis exclusivamente ao risco coberto são reconhecidas na demonstração de resultados, tal como acontece com as alterações no justo valor do instrumento derivado de cobertura; quaisquer diferenças, se existirem, que representam a ineficácia parcial da cobertura, correspondem consequentemente aos resultados líquidos;
- Coberturas de fluxos de caixa: as alterações no justo valor do derivado são reconhecidas nos capitais próprios, no referente à parte efetiva da cobertura, e são reconhecidas nos resultados apenas quando, relativamente ao elemento coberto, exista uma variabilidade nos fluxos de caixa que tem de ser compensada, ou no referente à parte não efetiva da cobertura;
- Coberturas de um investimento líquido numa operação estrangeira: aplica-se o mesmo método de contabilização utilizado para as coberturas de fluxos de caixa.

A afetação de resultados às rubricas pertinentes da demonstração de resultados é efetuada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- As diferenças vencidas sobre instrumentos derivados de cobertura do risco da taxa de juro (além do juro das posições sujeitas a cobertura) são afetadas à rubrica 10 «Juros e rendimentos similares», ou à rubrica 20, «Encargos similares de juros», consoante o sinal da diferença, ou seja, se é positivo ou negativo;
- As variações negativas ou positivas do justo valor resultantes da mensuração do justo valor relativos aos instrumentos derivados de cobertura ou das posições cobertas são imputadas à rubrica 90 «Resultado líquido de cobertura (encargos»);
- Os resultados no justo valor provenientes da mensuração de derivados de cobertura designados sob a forma de uma cobertura de fluxos de caixa, relativos à parte efetiva, são afetados a uma reserva de avaliação de capital próprio especial designada «Reserva de cobertura de fluxos de caixa», líquida do efeito de imposto diferido. No que se refere à parte não efetiva, estas alterações são registadas na demonstração de resultados da rubrica 90, «Rendimento líquido de cobertura (encargos»).

Critérios de desreconhecimento

O tratamento contabilístico das operações de cobertura é interrompido nos seguintes casos: a) uma cobertura realizada através de um derivado cessa ou deixa de ser altamente eficaz; b) o elemento coberto foi vendido ou resgatado; c) a operação de cobertura é revogada antecipadamente; ou d) o derivado venceu, foi alienado, liquidado ou exercido.

Se a eficácia da cobertura não for confirmada, a parte do contrato de derivado que já não fornecer uma cobertura (*over-hedging*) é reclassificada como detida para negociação. Se a interrupção da relação de cobertura se dever à alienação ou liquidação do instrumento de cobertura, o elemento coberto deixa de o ser e é novamente mensurado de acordo com os critérios aplicáveis à carteira a que pertence.

Os ativos e passivos financeiros de cobertura são desreconhecidos quando deixam de existir direitos contratuais [por exemplo, expiração do contrato, encerramento antecipado exercido de acordo com as cláusulas contratuais - o chamado efeito financeiro (*unwinding*)] para receber fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, dos ativos/passivos sujeitos a cobertura, e/ou do derivado designado sob a forma de cobertura ou quando os ativos/passivos financeiros são alienados, deste modo transferindo substancialmente todos os riscos e vantagens associados aos mesmos.

5 - Investimentos em capitais próprios

Critérios de reconhecimento

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados nas demonstrações financeiras pelo custo, igual ao justo valor da retribuição paga, ajustado por imparidade.

Esta rubrica inclui interesses em associadas e empreendimentos conjuntos. As empresas são consideradas empreendimentos conjuntos se o controlo for partilhado entre o Grupo e uma ou mais partes numa base contratual ou quando o consentimento unânime de todas as partes que partilham o controlo for necessário para decisões relativas a atividades significativas. As empresas em que o Banco detém 20 % ou mais dos direitos de voto e as empresas para as quais as escolhas administrativas, financeiras e de gestão são consideradas como estando sujeitas a uma influência significativa são consideradas associadas devido às ligações legais e factuais.

Ao estabelecer a existência de controlo sobre empreendimentos conjuntos e de influência significativa sobre associadas, não há situações a relatar em que tenha sido necessário realizar avaliações particulares ou estabelecer pressupostos significativos.

Critérios de mensuração

O Grupo utiliza o método de equivalência patrimonial para mensurar estes investimentos, corrigindo o valor inicial de modo a refletir as alterações nos ativos líquidos significativos do Grupo desde a data de compra. Em cada data de relato, para investimentos em capitais próprios, é verificada a existências de evidências objetivas de que a quantia escriturada dos ativos pode não ser totalmente recuperável. O processo de teste de imparidade requer a verificação em termos de indicadores de imparidade e a determinação das perdas por imparidade, quando aplicável.

Os indicadores de imparidade podem ser essencialmente divididos em duas categorias:

- indicadores qualitativos, tais como perdas ou um desvio significativo face às metas orçamentadas ou aos planos a longo prazo anunciados ao mercado, o anúncio/início de processos de insolvência ou planos de reestruturação, ou uma descida de notação de mais de dois níveis por uma empresa especializada;
- indicadores quantitativos, representados por uma redução do justo valor abaixo da quantia escriturada, por uma quantia escriturada do investimento em capitais próprios nas demonstrações financeiras separadas que exceda a quantia escriturada nas demonstrações financeiras consolidadas dos ativos líquidos e do *goodwill* da subsidiária ou pela distribuição por uma subsidiária de um dividendo superior ao seu rendimento total.

A presença de indicadores de imparidade implica o reconhecimento de uma perda por imparidade na medida em que a quantia recuperável é inferior à quantia escriturada. A quantia recuperável é a maior entre o justo valor menos os custos de venda e o valor de uso.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa esperados do ativo. Reflete a estimativa dos fluxos de caixa esperados do ativo, a estimativa de possíveis alterações no montante e/ou na calendarização dos fluxos de caixa, o valor temporal do dinheiro, o preço para remunerar o risco do ativo e outros fatores que possam influenciar a avaliação dos fluxos de caixa esperados do ativo pelos participantes no mercado.

Critérios de desreconhecimento

Os investimentos em capitais próprios são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes dos ativos expiram, ou quando o investimento é alienado com uma transferência substancial de todos os riscos e vantagens relacionados.

6 - Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Critérios de classificação

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento incluem os terrenos, as propriedades instrumentais, as instalações técnicas, o mobiliário, os acessórios e o equipamento de qualquer tipo.

Incluem também os direitos de uso adquiridos com locações e relacionados com o uso de uma rubrica de propriedade, equipamento e propriedade de investimento (para locatários), ativos concedidos numa locação operacional (para locadores), bem como melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos próprios e direitos de uso em rubricas de ativos fixos tangíveis e propriedade de investimento derivados de acordos de locação.

As melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos de terceiros derivados de acordos de locação nos termos da IFRS 16, dos quais se esperam benefícios futuros, são reconhecidas:

- se forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «90. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», na categoria mais apropriada;
- se não forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «90. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», como um aumento dos direitos de utilização, reconhecido com base nas disposições da IFRS 16, a que se referem.

As melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos de terceiros que não os acima mencionados são reconhecidas:

- se forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «90. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», na categoria mais apropriada;
- se não forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «130. Outros ativos».

Propriedades instrumentais são as propriedades detidas (ou propriedades detidas ao abrigo de uma locação financeira) utilizadas na produção e prestação de serviços ou para fins administrativos, com uma vida útil superior a um ano.

Critérios de reconhecimento

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são inicialmente reconhecidos ao custo, que inclui todos os custos necessários para colocar o ativo em condições de ser utilizado para a sua utilização prevista (custos de transação, honorários profissionais, custos diretos de entrega incorridos para levar o ativo para o local atribuído, custos de instalação, custos de desmantelamento).

Os custos incorridos posteriormente são acrescentados à quantia escriturada do ativo ou reconhecidos como um ativo separado apenas quando for provável que existam benefícios económicos futuros superiores aos inicialmente previstos e que o custo possa ser mensurado de forma fidedigna (por exemplo, custos de manutenção extraordinários). Outras despesas incorridas posteriormente (por exemplo, custos de manutenção ordinários) são reconhecidas, no período incorrido, na demonstração de resultados na rubrica 190 b) «Outras despesas administrativas», se estas forem referentes a ativos utilizados nas atividades comerciais do Grupo.

Esta rubrica também inclui ativos utilizados pelo Grupo na qualidade de locatário em acordos de locação - «Ativos sob direito de uso» (RoU) (IFRS 16).

À data de entrada em vigor, o Grupo, na qualidade de locatário, deve reconhecer o «ativo sob direito de uso» ao custo, que deverá incluir: a) o montante da mensuração inicial do passivo de locação; b) quaisquer pagamentos de locação efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos; c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário, isto é, custos incrementais de obtenção de uma locação que não seriam incorridos se a locação não fosse obtida, exceto no referente aos custos incorridos por um fabricante ou comerciante locador em associação a uma locação; e d) uma estimativa dos custos a incorrer pelo locatário no desmantelamento e remoção do ativo subjacente, restituição do local em que o ativo está situado ou devolver o ativo subjacente ao estado exigido pelos termos e condições da locação, exceto se esses custos forem incorridos para produzir existências».

O ativo sob direito de uso referente a locações vincendas à data de aplicação inicial da IFRS 16 foi reconhecido ao abrigo da «Abordagem retrospetiva alterada».

O Grupo não considera o IVA como um componente de pagamentos de locação para efeitos de cálculo das medidas da IFRS 16 (Ativo sob direito de uso e passivo de locação, para o qual se deve consultar a linha da rubrica «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado»).

Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são escriturados pelo custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se as houver.

Relativamente ao Banking Group, esses ativos são depreciados numa base linear ao longo dos respetivos períodos de vida útil estimados, entendido como o período durante o qual é expectável que um ativo ou bem contribua para as operações da empresa, adotando o método da linha reta como o critério de depreciação. A estimativa do período de vida útil é apresentada abaixo:

- edifícios: 33 anos;
- mobiliário: 9 anos;
- equipamentos: 5 anos;
- máquinas: 3 anos;
- outros: 4 anos.

Os terrenos e edifícios são tratados separadamente para efeitos contabilísticos, mesmo se adquiridos conjuntamente. Os terrenos não são sujeitos a depreciação uma vez que, por norma, possuem um período de vida útil indeterminado.

A vida útil estimada dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento é revista no final de cada período de relato anual ou intercalar, tendo em conta as condições de utilização dos ativos, as condições de manutenção, a obsolescência esperada, etc., e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a despesa de depreciação para o período corrente e para os períodos subsequentes é ajustada.

Os ativos artísticos não são depreciados, uma vez que o seu período de vida útil não pode ser estimado e o seu valor normalmente não diminui com o tempo.

À data em que as Normas Internacionais de Contabilidade (1 de janeiro de 2005), os edifícios propriedade do Grupo e utilizados nas suas atividades empresariais foram mensurados ao justo valor, tendo-se tornado a nova quantia escriturada dos ativos a partir dessa data.

Se existirem evidências objetivas de que um ativo foi sujeito a imparidade, a quantia escriturada do ativo é comparada com a quantia recuperável, igual ao justo valor mais alto deduzido dos custos de alienação e do respetivo valor de uso, isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros previsivelmente derivados do ativo. Quaisquer correções à quantia escriturada do ativo são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica 210 «amortizações e perdas de imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento».

Se uma perda por imparidade for revertida, a nova quantia escriturada não pode exceder a quantia escriturada líquida que teria sido atribuída ao ativo se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

Em cada data de relato anual ou intercalar, o Grupo avalia se existe qualquer indicação de imparidade das suas rubricas de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Se for identificada uma perda, a quantia escriturada é comparada com a quantia recuperável, entendida como a mais alta entre o justo valor e o valor de uso.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento representados pelo direito de uso de ativos objeto de contratos de locação

Segundo a IFRS 16, uma locação é um contrato ou parte de um contrato que transfere o direito de utilizar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contrapartida. Uma locação financeira transfere essencialmente para o locatário (utilizador) todos os riscos e vantagens decorrentes da propriedade do ativo. Caso contrário, o contrato é classificado como uma locação operacional. O início de uma locação é a data a partir da qual o locatário está autorizado a exercer o seu direito de utilizar o ativo em regime de locação. Coincide com a data do reconhecimento inicial da locação e inclui mesmo períodos sem renda, ou seja, períodos contratuais em que o locatário utiliza o ativo gratuitamente. No início de um contrato, o locatário reconhece:

- um ativo que consiste no direito de uso do ativo subjacente ao contrato de locação. O ativo é reconhecido ao custo, calculado como a soma de:
  - â o passivo de locação;
  - â pagamentos de locação efetuados na ou antes da data efetiva de início da locação (líquidos dos incentivos de locação já recebidos);
  - â custos diretos iniciais, e
  - â quaisquer custos (estimados) para alienar ou restaurar o ativo subjacente à locação;
- um passivo financeiro decorrente do contrato de locação (passivo de locação) correspondente ao valor atual dos pagamentos devidos pela locação. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juro implícita, se determinável; caso contrário, é utilizada a taxa de juro de financiamento marginal do locatário.

Sempre que um contrato de locação contenha «componentes que não são de locação» (por exemplo, a prestação de serviços, como manutenção de rotina, a contabilizar de acordo com a IFRS 15), o locatário deve contabilizar separadamente as «componentes de locação» e as «componentes que não são de locação» e distribuir o preço do contrato entre as várias componentes com base nos respetivos preços.

O locatário pode optar por reconhecer os pagamentos de locação:

- diretamente, transpondo-os diretamente para demonstração de resultados, numa base linear durante todo o período de vigência do contrato de locação;
- de acordo com outro método sistemático representativo da forma como os benefícios económicos são recebidos, no caso de locações a curto prazo (com uma duração igual ou inferior a 12 meses) que não incluam uma opção de compra do ativo em regime de locação por parte do locatário e de locações em que o ativo subjacente seja de baixo valor.

O prazo de locação é determinado tendo em conta:

- os períodos abrangidos por uma opção de prorrogação, em que o exercício da opção de prorrogação é razoavelmente certo;
- os períodos abrangidos por uma opção de rescisão da locação, se o exercício da opção de rescisão for razoavelmente certo.

Durante o período de vigência do contrato de locação, o locatário deve:

- mensurar o direito de uso no ativo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas determinadas e contabilizadas de acordo com as disposições da IAS 36 - Imparidade de Ativos, ajustadas para ter em conta qualquer reexpressão dos passivos da locação;
- aumentar o passivo decorrente da operação de locação após a acumulação de despesas com juros calculados à taxa de juro implícita da locação, ou, em alternativa, à taxa de financiamento marginal e reduzi-la para pagamentos de capital principal e juros.

Em caso de alterações nos pagamentos da locação, o passivo deve ser reexpresso; o impacto da reexpressão do passivo é contabilizado como uma contrapartida do ativo sob direito de uso.

Critérios de desreconhecimento

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são desreconhecidos quando são alienados ou quando já não se esperam benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Os ativos sob direito de uso decorrentes de contratos de locação são desreconhecidos no final da locação.

7 - Ativos intangíveis

Critérios de classificação

Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física que se espera que sejam utilizados durante mais de um exercício, controlados pelo Grupo e dos quais é provável que surjam benefícios económicos futuros.

Caso alguma das características supracitadas não esteja presente, o custo para adquirir e gerar internamente o ativo é registado sob a forma de um custo no período em que este foi incorrido.

Os ativos intangíveis são compostos sobretudo por *software* para utilização a longo prazo e *goodwill*, resultantes de contratos ou de novas aquisições.

Critérios de reconhecimento

Os ativos intangíveis são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intercalares ao custo de aquisição, incluindo custos diretos incorridos para colocar em uso o ativo e acrescidos de quaisquer custos incorridos posteriormente para aumentar as funções económicas iniciais, deduzidas quaisquer amortizações acumuladas e perdas por imparidade, se existentes.

Os ativos intangíveis também incluem *goodwill*, sendo a diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida, representativa da capacidade do investimento para produzir lucros futuros. Se esta diferença for negativa (*badwill*) ou se o investimento não for capaz de produzir lucros futuros, a diferença é imediatamente reconhecida na demonstração de resultados.

O *goodwill* reconhecido deriva da aquisição do BFF Polska em 2016, da IOS Finance em 2019 (fundida na BFF Iberia em 31 de dezembro de 2019) e da MC3 Informatica S.r.l. em 2022 (que alterou a sua denominação social para BFF Techlab S.r.l.).

Critérios de mensuração

Os ativos intangíveis com uma vida útil definida são sistematicamente amortizados numa base linear de acordo com as suas vidas úteis previstas. As vidas úteis são normalmente estimadas da seguinte forma para todo o Banking Group:

- *software*: máximo de 4 anos;
- outros ativos intangíveis: máximo de 10 anos.

Se existirem evidências objetivas de que um ativo foi sujeito a imparidade, a quantia escriturada do ativo é comparada com a quantia recuperável, igual ao justo valor mais alto deduzido dos custos de alienação e do respetivo valor de uso, isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros previsivelmente derivados do ativo. Qualquer imparidade do ativo é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 220 «Amortização e perdas líquidas por imparidade de ativos intangíveis (+/-)».

Se for reconhecido um ganho por imparidade, a nova quantia escriturada não pode exceder a quantia escriturada que teria sido atribuída ao ativo se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

Os ativos intangíveis incluem *goodwill*. O *goodwill* pode ser reconhecido, numa concentração de atividades empresariais, quando a diferença positiva entre a contrapartida transferida e qualquer reconhecimento ao justo valor dos interesses minoritários e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos é representativa da capacidade do investimento para produzir lucros futuros.

Os ativos com uma vida útil indefinida, como o *goodwill*, não são sistematicamente amortizados, mas são sujeitos a um teste de imparidade periódico quando as demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intercalares são elaboradas.

O Grupo tem uma política («Teste de Imparidade do *Goodwill*») que define o conteúdo do teste, em relação ao que é prescrito pelas IFRS, explicando também os chamados «eventos desencadeadores», ou seja, os indicadores com uma fonte de informação externa/interna que são monitorizados pelo menos de seis em seis meses e que desencadeiam testes de imparidade em investimentos em capitais próprios e *goodwill*. O teste de imparidade também pode ser realizado a pedido específico das Autoridades em caso de eventos particularmente excecionais (por exemplo, o caso da pandemia da COVID-19).

Por conseguinte, é efetuado anualmente um teste de imparidade sobre o *goodwill* (ou sempre que existam evidências de imparidade). Para este fim, identifica-se a unidade geradora de caixa à qual deve ser atribuída o *goodwill*.

O montante de qualquer imparidade é determinado com base na diferença entre a quantia escriturada e a quantia recuperável, se inferior, e é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica 270 «Imparidade do *goodwill*». A quantia recuperável é definida como o valor mais elevado do justo valor da unidade geradora de caixa deduzidos os custos de alienação e o seu valor de uso, que é o valor presente dos fluxos de caixa que se espera obter de uma unidade geradora de caixa durante os anos em que está em funcionamento e decorrentes da sua alienação no final da respetiva vida útil, ou considerando o método atual de múltiplo de mercado. Não é permitido o reconhecimento de quaisquer ganhos sujeitos a imparidade subsequentes.

Com base nos resultados do teste anual de imparidade realizado para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não reconheceu qualquer perda por imparidade no montante do *goodwill* registado nas demonstrações financeiras consolidadas relativas à alocação do preço de compra do BFF Polska Group, IOS Finance e MC3 Informatica S.r.l.

A este respeito, note-se que, em 31 de dezembro de 2022, a recém-adquirida BFF Techlab S.r.l. (antiga MC3 Informatica S.r.l.) foi consolidada linha a linha e, adicionalmente, foi concluído o processo de afetação do preço de compra («PPA»), que resultou no reconhecimento de um *goodwill* ao nível consolidado de 83 mil euros. Para mais informações, consultar a Parte G «Concentrações de atividades empresariais» das Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 foi realizado o teste de imparidade ao ativo intangível «Relações com Clientes» da Unidade de negócio de Serviços de Títulos, resultante da finalização da PPA subsequente à fusão do DEPObank em 2021, e face às alterações significativas que se verificam na composição da carteira de clientes. Os resultados desta atividade levaram ao reconhecimento de uma perda parcial por imparidade na quantia escriturada por via dos resultados. Para mais informações consultar a Parte B das Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas na rubrica «Ativos Intangíveis».

Critérios de desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido após a sua alienação ou quando já não forem expectáveis benefícios económicos futuros provenientes do seu uso ou venda, e qualquer diferença entre os proventos da venda ou a quantia recuperável e a quantia escriturada é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 280 «Ganhos (perdas) na alienação de investimentos».

9 - Impostos correntes e diferidos

Os impostos sobre o rendimento são calculados em conformidade com a legislação fiscal em vigor nos diferentes países em que o Grupo opera.

A carga fiscal consiste no montante total dos impostos sobre o rendimento correntes e diferidos, incluídos no cálculo do resultado do exercício.

Os ativos e passivos fiscais correntes incluem o saldo líquido das posições fiscais do Grupo relativamente às autoridades fiscais. Em particular, estes elementos incluem o saldo líquido dos passivos por impostos correntes do ano, calculado de acordo com uma estimativa prudencial do encargo fiscal devido para o exercício, determinado com base no código fiscal corrente, e os ativos por impostos correntes representados por pré-pagamentos efetuados no decurso do exercício. Os impostos correntes correspondem à quantia de impostos sobre o rendimento devidos para o exercício.

Os passivos por impostos diferidos correspondem ao montante dos impostos sobre o rendimento devidos em períodos futuros e referem-se a diferenças temporárias tributáveis que surgiram durante o exercício ou em exercícios anteriores. Os ativos por impostos diferidos correspondem ao montante dos impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros e referem-se a diferenças temporárias dedutíveis que surgiram durante o exercício ou em exercícios anteriores.

A quantia do imposto de um ativo ou de um passivo é o valor atribuído ao ativo ou passivo em questão de acordo com a legislação fiscal em vigor. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido em todas as diferenças temporárias tributáveis em conformidade com a IAS 12. Um ativo por impostos diferidos é reconhecido em todas as diferenças temporárias dedutíveis em conformidade com a IAS 12, apenas na medida em que é provável que venham a existir rendimentos tributáveis futuros face aos quais é possível compensar a diferença temporária dedutível.

Os ativos por impostos diferidos são registados na rubrica 110 b) dos ativos. Os passivos por impostos diferidos são registados na rubrica 60 b) dos passivos. Os ativos e passivos por impostos diferidos são constantemente acompanhados e são registados aplicando as taxas de tributação que é expectável serem aplicadas no período em que o ativo por impostos será realizado, ou em que o passivo por impostos será extinto, com base nas taxas de tributação e na lei fiscal estabelecidas pelas disposições em vigor.

A contrapartida contabilística referente a ativos e passivos por impostos correntes e diferidos normalmente é composta pela demonstração de resultados, rubrica 300 «Impostos sobre o rendimento sobre lucros (perdas) de operações continuadas».

Nos casos em que os ativos e passivos por impostos diferidos são referentes a transações que estão diretamente relacionadas com capitais próprios sem afetar os resultados (tais como as correções resultantes da adoção pela primeira vez da IFRS, e as mensurações de instrumentos financeiros ao justo valor por via de outro rendimento integral ou derivados de cobertura de fluxos de caixa), estes são reconhecidos através dos capitais próprios, afetando quaisquer reservas pertinentes (por exemplo, reservas de avaliação).

A dimensão da provisão para impostos é ajustada de modo a satisfazer encargos que possam surgir de quaisquer avaliações já transmitidas ou, em qualquer caso, de disputas pendentes com a autoridade tributária.

10 - Provisões para riscos e encargos

Critérios de registo/classificação

As provisões para riscos e encargos cobrem custos e despesas de uma determinada natureza, cuja existência é certa ou provável, que, no final do exercício, são incertas relativamente à quantia ou à calendarização.

Os acréscimos às provisões para riscos e encargos apenas são reconhecidos quando:

- tenha surgido uma obrigação presente em resultado de um acontecimento passado;
- após a sua manifestação, a obrigação é onerosa;
- possa ser feita uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Provisões para riscos e encargos relativos a compromissos e garantias concedidos

Esta rubrica inclui provisões para risco de crédito destinadas a compromissos e garantias de empréstimo concedidos que se enquadram no âmbito das regras de imparidade constantes na IFRS 9. Neste caso, o Grupo adota os mesmos métodos para afetar rubricas às três fases de risco de crédito e calcular as perdas de crédito esperadas como as descritas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral.

Benefícios pós-emprego e obrigações similares

Os benefícios pós-emprego são constituídos na implementação de acordos de empresa e são qualificados como planos de benefícios definidos. Os passivos relacionados com esses planos e o custo relativo do serviço corrente são determinados com base em pressupostos atuariais, aplicando o método atuarial do Método da Unidade de Crédito Projetada, que envolve a projeção de desembolsos futuros com base em análises estatísticas históricas e na curva demográfica, bem como o desconto financeiro de tais fluxos com base numa taxa de juro de mercado. As contribuições efetuadas em cada exercício são consideradas como unidades separadas, reconhecidas e avaliadas individualmente para determinar a obrigação final. A taxa de desconto é determinada com base nas rendibilidades do mercado relativas às datas de avaliação das principais obrigações societárias, tendo em conta a duração média residual do passivo. O valor presente da obrigação à data de relato também é corrigido pelo justo valor de quaisquer ativos ao serviço do plano.

Os ganhos e perdas atuariais (ou alterações no valor presente da obrigação decorrentes de alterações nos pressupostos atuariais e correções baseados na experiência passada) são apresentados na demonstração do rendimento integral.

Conforme exigido pela IAS 19, as provisões para riscos e encargos incluem a mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.

A mensuração dessas obrigações nas demonstrações financeiras é efetuada, se necessário, com base em cálculos atuariais, determinando o encargo à data de mensuração com base em pressupostos demográficos e financeiros.

Outras provisões

As provisões para riscos e encargos são passivos com um montante ou maturidade incertos reconhecidos nas demonstrações financeiras na medida em que:

- existe uma obrigação presente (legal ou implícita) devido a um evento passado;
- é provável um desembolso de recursos financeiros para cumprir a obrigação;

- é possível estimar com fiabilidade o provável desembolso futuro.

Tais provisões incluem montantes reservados para presumíveis perdas em processos judiciais contra o Grupo.

Quando o elemento tempo é relevante, as provisões são descontadas utilizando as taxas de mercado atuais. A provisão e os aumentos devidos ao fator tempo são reconhecidos na demonstração de resultados. Em particular, quando o valor atual da provisão tiver sido reconhecido, o aumento da quantia escriturada da provisão registada nas demonstrações financeiras em cada ano para refletir a passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

As provisões reconhecidas, bem como os passivos contingentes, são revistos em cada data de relato anual ou intercalar e corrigidos de modo a refletir a melhor estimativa atual. Se já não for provável a necessidade de utilizar recursos para cumprir a obrigação, a provisão é revertida com uma contrapartida na demonstração de resultados.

As provisões para riscos e encargos também incluem as provisões para risco de crédito destinadas a compromissos de empréstimo e garantias concedidos que se enquadram no âmbito das regras de imparidade constantes na IFRS 9. Ao abrigo da IFRS 9, as perdas de crédito esperadas sobre compromissos e garantias concedidos serão determinadas com base no risco de crédito inicial do compromisso, com início na data em que esse compromisso foi assumido. Regra geral, neste caso, o Grupo adota os mesmos métodos para afetar rubricas às três fases de risco de crédito e calcular as perdas de crédito esperadas como as descritas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral.

A provisão para perdas relevante será reconhecida sob a forma de um passivo do balanço na rubrica 100: «Provisões para riscos e encargos: a) compromissos e garantias concedidos».

Critérios de desreconhecimento

O desreconhecimento ocorre quando se extinguiram a obrigação ou o passivo contingente que geraram o reconhecimento de uma provisão.

11 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Critérios de classificação

Um instrumento financeiro emitido é classificado como um passivo quando, com base na substância do acordo contratual, existe uma obrigação contratual de fornecer dinheiro ou outro ativo financeiro a outra parte.

Esta rubrica inclui elementos como «Dívidas a bancos», «Dívidas a clientes» e «Títulos de dívida emitidos». Os instrumentos financeiros (além dos passivos negociáveis e dos mensurados ao justo valor) que representam as diferentes formas de financiamento de terceiros são afetados a essas rubricas.

Além disso, os valores a pagar incorridos pelo Grupo na qualidade de locatário ao abrigo de locações também estão incluídos.

As despesas com juros são registadas na demonstração de resultados na rubrica 20 «Juros e encargos similares».

Critérios de reconhecimento

Esses passivos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data de liquidação. Esta quantia normalmente corresponde à retribuição recebida deduzida dos custos da transação diretamente imputáveis ao passivo financeiro. Os títulos estruturados são desagregados nos respetivos elementos básicos, que são registados separadamente, quando os componentes de derivado implícitos nos mesmos são de natureza económica, os riscos presentes são diferentes dos existentes nos títulos subjacentes e podem ser configurados como derivados autónomos.

Este elemento da linha inclui também os valores a pagar relativos a ativos utilizados pelo Grupo na qualidade de locatário ao abrigo de locações - o chamado «Passivo da locação» (IFRS 16), que inclui os seguintes pagamentos relativos ao direito de uso do ativo subjacente: a) pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebíveis; b) pagamentos de locação variáveis dependentes de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa conforme na data de entrada em vigor; c) montantes que se espera que sejam passíveis de pagamento pelo Grupo ao abrigo de garantias de valor residual; d) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer essa opção; e e) pagamento de penalizações por rescisão da locação, caso o prazo de locação reflita o exercício por parte do locatário de uma opção para rescindir a locação.

Os juros são registados na demonstração de resultados na rubrica 20 «Juros e encargos similares».

Critérios de mensuração

As quantias de dívidas a bancos e a clientes e títulos de dívida emitidos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juro efetivo.

Os títulos de dívida emitidos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juro efetivo.

Durante o período de uso do ativo, a quantia escriturada do Passivo de locação é acrescida pelos gastos com juros acumulados e reduzida pelos pagamentos efetuados ao locador.

Critérios de desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é extinta ou no seguimento de uma alteração substancial nas cláusulas contratuais do passivo.

O desreconhecimento de títulos de dívida emitidos também ocorre no caso de recompra de títulos emitidos previamente, mesmo se estes se destinarem a revenda subsequente. Os resultados sobre o reconhecimento da recompra como uma extinção são reconhecidos na demonstração de resultados quando o preço de recompra das obrigações é superior ou inferior à respetiva quantia escriturada. As alienações subsequentes de obrigações próprias no mercado são tratadas como a colocação de nova dívida.

12 - Passivos financeiros detidos para negociação

Critérios de reconhecimento

Os critérios de reconhecimento e mensuração são semelhantes aos descritos para «Ativos financeiros classificados como detidos para negociação».

Critérios de classificação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem contratos derivados detidos para negociação com valores negativos e passivos relacionados com descobertos técnicos sobre títulos.

Todos os passivos negociáveis são avaliados ao valor justo com a atribuição do resultado da mensuração à demonstração de resultados.

Critérios de desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é extinta ou no seguimento de uma alteração substancial nas cláusulas contratuais do passivo.

14 - Transações em moeda estrangeira

Critérios de reconhecimento

As transações em moeda estrangeira são convertidas no reconhecimento inicial para a moeda funcional aplicando a taxa de câmbio em vigor na data da transação à quantia em moeda estrangeira.

Critérios de mensuração

Em cada data de relato, as rubricas da posição de balanço em moeda estrangeira são avaliadas da seguinte forma:

- as rubricas monetárias são convertidas à taxa de câmbio corrente à data de fecho;
- as rubricas não monetárias mensuradas pelo custo histórico são convertidas à taxa de câmbio na data da transação;
- as rubricas não monetários mensuradas ao justo valor são convertidas usando a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de elementos monetários ou da conversão de elementos monetários a taxas diferentes das da conversão inicial, ou da conversão das demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas na Demonstração de Resultados do período em que ocorrem, enquanto que as relativas a elementos não monetários são registadas no Capital Próprio ou na Demonstração de Resultados de acordo com o método de registo dos lucros ou perdas que incluem este componente.

Os custos e receitas em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio quando são contabilizados, ou, quando no processo de acumulação, à taxa de câmbio em vigor à data de relato.

16 - Outras informações

Ações próprias

As ações próprias detidas são deduzidas do capital próprio pelo valor pelo qual foram recompradas no mercado. De modo semelhante, os respetivos custos originais e os ganhos e perdas resultantes da sua venda subsequente devem ser reconhecidos como alterações nos capitais próprios.

No momento da atribuição a funcionários ou administradores, a Reserva de ações próprias é reduzida num montante calculado ao preço médio de aquisição das várias parcelas, com uma contrapartida nas reservas de instrumentos financeiros reconhecida nas demonstrações financeiras, com base em acordos de remuneração variável e na reserva «prémio de emissão».

Benefícios pós-emprego

Em resultado do quadro legislativo introduzido pela Lei italiana n.º 296 de 2006, os benefícios pós-emprego adquiridos acumulados até 31 de dezembro de 2022 (que permanecem na Empresa), ao abrigo da rubrica 90 do passivo, são calculados através da estimativa da duração remanescente da relação laboral, para pessoas individuais ou grupos homogéneos, com base em pressupostos demográficos:

- projetando os benefícios pós-emprego acumulados, utilizando pressupostos demográficos, para estimar o momento da cessação do emprego;
- descontando ao valor presente, à data de mensuração, a quantia de benefícios vencidos em 31 de dezembro de 2022, com base em pressupostos financeiros.

A IAS 19 (revista) exige que os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos em «outro rendimento integral» no ano/período em vencem. Uma vez que os benefícios pós-emprego que vencem a partir de 1 de janeiro de 2007 devem ser transferidos para o Instituto de Segurança Social italiano (INPS) ou para fundos de complemento de pensões, estes são elegíveis como «planos de contribuição definida», visto que a obrigação da entidade patronal cessa assim que o pagamento é efetuado e a contribuição é registada na demonstração de resultados num regime de acréscimo.

Os custos de serviço do plano são registados nas despesas com pessoal, rubrica 190 «Despesas administrativas: a) gastos com o pessoal», como o total líquido de contribuições pago, contribuições vencidas em períodos anteriores e ainda não registadas, e rendimentos esperados de ativos de serviço do plano. Os resultados atuariais, tal como previsto pela IAS 19, são registados numa reserva de reavaliação no capital próprio.

Critério de reconhecimento do rédito

O critério geral para o reconhecimento de componentes do rédito é o método da especialização económica, tendo também em conta a correlação entre custos e receitas.

Receitas

As receitas são fluxos brutos de benefícios económicos derivados do desempenho de atividades empresariais ordinárias, quando tais fluxos causam aumentos no capital próprio que não sejam aumentos derivados de contribuições dos acionistas.

As receitas decorrentes de obrigações contratuais com clientes só são reconhecidas nas demonstrações financeiras se todos os critérios seguintes forem cumpridos:

a. as partes do contrato aprovaram o contrato e comprometeram-se a cumprir as respetivas obrigações;
b. a entidade é capaz de identificar os direitos de cada uma das partes no que respeita aos bens ou serviços a transferir;
c. a entidade é capaz de identificar as condições de pagamento dos bens ou serviços a serem transferidos;
d. o contrato tem substância comercial (ou o risco, a calendarização ou o montante dos fluxos de caixa futuros da entidade estão destinados a mudar na sequência do contrato);
e. é provável que a entidade receba a contrapartida a que terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos para o cliente. Ao avaliar a probabilidade de receber a quantia da contrapartida, a entidade deve ter em conta apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar a quantia da contrapartida quando esta for devida.

Rendimentos e despesas de juros

Os rendimentos e despesas de juros e rendimentos e despesas similares referem-se a juros decorrentes da atividade de *factoring*, caixa e equivalentes de caixa e ativos e passivos financeiros não derivados detidos para negociação, mensurados ao justo valor por via de outro rendimentos integral e mensurados ao custo amortizado.

Os rendimentos e as despesas de juros são reconhecidos na demonstração de resultados para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

No que se refere ao BFF Bank e ao BFF Finance Iberia, mais especificamente:

- Os encargos e comissões cobrados ao cedente para a compra de valores a receber sem recurso são reconhecidos como receitas da transação e, portanto, fazem parte do retorno efetivo sobre o valor a receber reconhecido ao custo amortizado.
- De acordo com a IFRS 15, o rédito deve ser reconhecido apenas quando a sua quantia puder ser estimada de forma fidedigna e no momento em que o «controlo» total sobre os bens ou serviços permutados for transferido. No caso em questão, de acordo com o «Banco de Itália/Consob/Ivass Documento n.º 7 de 9 de novembro de 2016» sobre o «Tratamento de juros de mora nas demonstrações financeiras nos termos do Decreto Legislativo n.º 231/2002 relativo a aquisições sem recurso de valores a receber produtivos», o BFF e o BFF Finance Iberia incluíram também a estimativa dos juros de mora recuperáveis, incluindo os reclamados às autoridades fiscais. Na realidade, o BFF e o BFF Finance Iberia possuem séries cronológicas de dados relativos a percentagens e prazos de cobrança - adquiridos por meio de ferramentas de análise adequadas - que lhes permitem considerar que a estimativa de juros de mora incluída no cálculo do custo amortizado é suficientemente fiável e cumpre os requisitos de reconhecimento estabelecidos pela IFRS 15. Estas séries cronológicas são atualizadas anualmente aquando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a fim de determinar as percentagens de cobrança estimadas e os prazos a utilizar para o cálculo dos juros de mora. A alteração nas cobranças é depois analisada trimestralmente a fim de monitorizar as tendências relativas e verificar a estabilidade do modelo.

Relativamente aos juros de mora totais estimados que se espera cobrar pelo BFF e BFF Finance Iberia, as séries cronológicas foram atualizadas com montantes de cobrança relativos ao exercício de 2022. Este facto confirmou uma percentagem de recuperação estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Esta prorrogação foi também implementada para ter em conta impactos externos que influenciaram a antiguidade da provisão, tais como prazos de pagamento mais lentos devido à crise pandémica da Covid-19, o bloqueio relativo dos tribunais e a suspensão das ações executivas na área da saúde, que influenciaram a suspensão dos prazos das atividades jurídicas e processuais e, por conseguinte, o tempo de cobrança.

No que se refere aos juros de mora sobre os ativos por impostos, dada a natureza particular desses juros e da contraparte, bem como os elementos de prova precisos obtidos, considera-se que estão reunidas as condições para reconhecer esses juros na íntegra.

No que respeita ao BFF Polska Group, com exceção apenas do BFF Central Europe s.r.o., apesar da importância negligenciável da componente de juros de mora sobre o total dos empréstimos concedidos e dos valores a receber, como parte das atividades destinadas a completar a integração dos processos do Grupo, que incluem também a sincronização das séries cronológicas de dados e dos instrumentos de análise com os utilizados pela Empresa-mãe, os juros de mora acumulados sobre créditos comerciais vencidos são reconhecidos principalmente quando é razoavelmente certo que serão cobrados, com base nos acordos alcançados com as contrapartes devedoras ou no que foi acordado em processos judiciais. No que diz respeito ao

BFF Central Europe, importa salientar que é utilizado o método da mensuração ao custo amortizado, e a maioria das receitas reconhecidas dizem respeito a comissões recebidas. Todas as receitas adicionais associadas a juros de mora são reconhecidas apenas em casos específicos, para os quais existe uma certeza razoável de recuperação e para os quais foi definida uma percentagem estimada de recuperação com base na experiência.

Os rendimentos de juros sobre títulos de dívida em carteira e as despesas com juros sobre títulos emitidos pelo BFF Banking Group são reconhecidos ao custo amortizado, isto é, aplicando ao valor nominal dos títulos a taxa de juro efetiva de rendibilidade (TJR), determinada como a diferença entre a taxa de juro de cupão e o preço de compra do mesmo título e tendo em consideração qualquer desconto na emissão.
O juro assim calculado é reconhecido na demonstração de resultados e de forma proporcional ao longo da duração do ativo ou passivo financeiro.

Os encargos e comissões relativos a valores a receber geridos em nome de cedentes são reconhecidos em duas fases sucessivas associadas à calendarização e à natureza do serviço prestado:

- quando os valores a receber são confiados para gestão (encargos e comissões sobre despesas de aceitação e gestão);
- quando os valores a receber são cobrados (encargos e comissões de cobrança).

Encargos e comissões

Os encargos e as comissões, que resultam sobretudo das atividades realizadas pelas unidades de negócios de Serviços de Títulos e Pagamentos e atividades de gestão de cobrança de dívidas por conta de terceiros, são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado. Estes são sobretudo receitas associadas a encargos periódicos que poderiam incluir a prestação de múltiplos serviços, encargos de transação e receitas extraordinárias.

Os encargos e as comissões considerados no custo amortizado a fim de determinar a taxa de juro efetiva são excluídos, uma vez que são reconhecidos como juros.

A partir do final de 2020, quando os custos legais incorridos para a cobrança dos valores a receber adquiridos sem recurso são reconhecidos, o Grupo reconhece receitas iguais à respetiva percentagem estimada de cobrança com base em séries cronológicas desenvolvidas internamente. De facto, os custos legais acima mencionados são em parte recuperados dos clientes, quer quando os processos de falência são concluídos ou quando os acordos de liquidação são finalizados e, por conseguinte, não têm um impacto total nas demonstrações financeiras consolidadas. Por conseguinte, este tratamento contabilístico resulta num maior alinhamento entre custos e receitas, num regime de acréscimo.

Dividendos

Os dividendos são reconhecidos na demonstração de resultados quando a sua distribuição é aprovada.

Custos e outros rendimentos integrais

Os custos são reconhecidos quando são incorridos em conformidade com o critério de correlação entre custos e receitas decorrentes, direta e conjuntamente, das mesmas transações ou eventos. Os custos que não podem ser associados a receitas são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Os custos diretamente ligados a instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e que podem ser determinados a partir da sua origem, independentemente do momento em que são pagos, são reconhecidos na demonstração de resultados aplicando a taxa de juro efetiva.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados no exercício em que são identificadas.

Acordos de pagamento com base em ações

Os planos de remuneração do pessoal com base em ações (planos de opções de compra de ações) são registados nas contas de acordo com as disposições da IFRS 2. Estes são registados cobrando na demonstração de resultados, com o aumento correspondente em capitais próprios, um custo definido com base no justo valor dos instrumentos financeiros afetados à data de atribuição e dividido ao longo do período de concessão do plano. O justo valor de quaisquer opções é calculado utilizando um modelo que considera - além de informação como o preço de exercício e a duração da opção, o preço atual das ações e a respetiva volatilidade esperada, os dividendos esperados e a taxa de juro sem risco – as características específicas do plano atual. No modelo de valoração, a opção e a probabilidade de realização das condições nas quais as opções foram atribuídas são avaliadas separadamente. A combinação dos dois valores fornece o justo valor do instrumento atribuído.

Qualquer redução do número de instrumentos financeiros atribuídos deve ser contabilizada como o cancelamento de parte destes. Este desreconhecimento não terá impacto na demonstração de resultados, mas terá lugar com uma contrapartida na reserva de resultados transitados.

Em conformidade com as disposições estabelecidas na Primeira Parte, Título IV, Capítulo 2, Secção III, parágrafo 2.1. 3 da Circular n.º 285 do Banco de Itália, Artigo 8.4.º da «Política de remuneração e de incentivos para membros dos órgãos com funções de supervisão estratégica, gestão e controlo, e pessoal do BFF Banking Group» estabelece que, pelo menos, 50 % da remuneração variável do chamado «Pessoal Chave» (Responsáveis pela Assunção de Riscos) tem de ser paga em instrumentos financeiros, nomeadamente:

(i) em ações do BFF e instrumentos relacionados, incluindo o plano de opções de compra de ações; e

(ii) nos casos em que seja possível, os restantes instrumentos identificados no Regulamento Delegado (UE) n.º 527, de 12 de março de 2014.

A definição de «remuneração variável» inclui pagamentos que, por vários motivos, estão associados a e dependem das atividades/do desempenho dos beneficiários ou de outros parâmetros (por exemplo, tempo de serviço) e que podem ser devidos no futuro por parte do BFF aos Responsáveis pela assunção de riscos,

i) ambos nos termos do sistema de incentivos baseado em objetivos da empresa e individuais (chamado «MBO»).

ii) e de modo a satisfazer quaisquer obrigações de pagamento nos termos de acordos de não concorrência («ANC»), caso no futuro algum dos Responsáveis pela assunção de riscos que assinaram os referidos acordos abandone o Grupo.

Plano de Opções de Compra de Ações do Banca Farmafactoring Banking Group para 2016

A 5 de dezembro de 2016, a Assembleia Ordinária de Acionistas da Empresa-mãe aprovou a adoção de um plano de opções de compra de ações para funcionários e membros dos órgãos sociais. O plano apresenta as seguintes características:

- *Finalidade*: o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida. A 31 de dezembro de 2022, o número de opções de compra de ações atribuídas e não exercidas ascendia a 1 086 788. Para 854 788 destas foi atingida a maturidade do período de aquisição, pelo que são exercíveis;
- *Beneficiários*: a identificação dos beneficiários e a concessão de opções são decididas pelos seguintes elementos:
  a) O Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Remunerações, no que se refere a administradores, executivos de topo e executivos que reportam diretamente ao Presidente da Comissão Executiva;
  b) O Presidente da Comissão Executiva, dentro dos limites dos poderes que lhe incumbem, no que se refere a outros beneficiários cuja remuneração se enquadre no âmbito das suas obrigações;
- *Tipo de exercício*: exercício ordinário ou escritural. Em 28 de março de 2019, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou a introdução de um método alternativo para exercício de opções ao abrigo do plano, adicional à opção ordinária (designado «escritural»). De acordo com a nova opção de exercício, aos beneficiários autorizados que a tenham solicitado pode ser afetado um número de ações determinado com base no valor de mercado das ações à data do exercício, sem que estes estejam obrigados a pagar o preço de exercício.

Plano de Opções de Compra de Ações do Banca Farmafactoring Banking Group para 2020

Em 2 de abril de 2020, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo Plano de Opção de Compra de Ações («Plano 2020») para funcionários e diretores que ocupam cargos executivos na empresa-mãe e em/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- *Finalidade:* o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida;
- *Beneficiários*: os beneficiários são identificados pelo Conselho de Administração e/ou pelo Diretor Executivo, a seu exclusivo critério - dentro dos limites previstos pela legislação aplicável e pelo plano - entre os funcionários e/ou Diretores com cargos executivos na empresa-mãe e/ou nas suas subsidiárias;
- *Tipo de exercício*: exercício ordinário ou escritural.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de opções atribuídas ascendia a 8 384 500, das quais nenhuma ainda exercível.

Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022 do BFF Banking Group

Em 31 de março de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo «Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022» para os funcionários e administradores que ocupam cargos executivos na empresa-mãe e em/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características.

- *Assunto*: o plano prevê a atribuição de um máximo de 9 700 000 opções divididas em três parcelas. As opções podem ser de dois tipos: (i) Opções da Classe A, que conferem o direito a receber novas ações ordinárias emitidas pela Empresa, «liquidadas de capital próprio», e (ii) Opções da Classe B, que conferem o direito a receber ações fantasma, a serem convertidas em dinheiro de acordo com as disposições do plano, «liquidadas em dinheiro».

- *Condições de aquisição (exercício)*: as opções concedidas ao abrigo de cada parcela são adquiridas após a conclusão do período de três anos a partir da data de concessão relevante. A aquisição também está sujeita ao cumprimento das seguintes condições: (i) manutenção do vínculo laboral com o Grupo e/ou cargo no Conselho de Administração e ausência de comunicação de renúncia ou destituição; e (ii) cumprimento de KPIs (isto é, indicadores de desempenho da empresa), sem prejuízo das disposições de diferimento e *lock-up* aplicáveis aos funcionários mais significativos (isto é, Responsáveis pela Assunção de Riscos) do Banco e das demais previsões detalhadas do plano, já divulgadas ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de opções atribuídas ascendia a 6 698 000 (das quais 2 547 000 sem dinheiro e 4 151 000 ações fantasma), das quais nenhuma ainda exercível.

Autorização de recompra e alienação de ações próprias e revogação, para a parte ainda não executada, da autorização concedida pela Assembleia de Acionistas em 25 de março de 2021

A Assembleia Ordinária de Acionistas da empresa-mãe, de 31 de março de 2022, após exame do Relatório ilustrativo relevante pelo Conselho de Administração, decidiu revogar a anterior autorização, concedida pela Assembleia de Acionistas de 25 de março de 2021, para a parte ainda não executada e autorizar o Conselho de Administração a proceder à recompra de ações ordinárias do BFF, numa ou mais ocasiões e por um período de 18 meses a partir da data da Assembleia de Acionistas, na prossecução dos objetivos definidos no referido Relatório ilustrativo; o número máximo de ações a adquirir é de 8 294 520, representativas de 5 % de 185 315 280 ações sem valor nominal que representam a totalidade do capital social subscrito e realizado da empresa-mãe em 10 de março de 2022, no montante de 142 692 765,52 euros (tendo em conta as ações próprias já em stock).

Utilização de estimativas e pressupostos na elaboração do relato financeiro

Como parte da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo teve de efetuar avaliações e estimativas que influenciam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, custos e receitas reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As avaliações significativas da empresa-mãe na aplicação das políticas contabilísticas e as principais fontes de incerteza das estimativas permanecem inalteradas em relação àquelas já ilustradas nas últimas demonstrações financeiras anuais da empresa-mãe e do Grupo, encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Em conformidade com as IFRS, a elaboração de estimativas pela administração constitui um pré-requisito para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022. Este processo envolve a utilização de informação disponível e avaliações subjetivas, também baseadas no histórico de experiência, de modo a formular pressupostos razoáveis para a análise de operações. Estas estimativas e pressupostos podem variar de um período para o seguinte, pelo que não se pode excluir que, em períodos subsequentes, incluindo à luz da atual situação de emergência da Covid-19 («Coronavírus») e do conflito Rússia/Ucrânia, os valores atuais reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 possam diferir - mesmo significativamente - devido a uma alteração nas avaliações subjetivas.

As estimativas e os pressupostos são revistos periodicamente. Quaisquer alterações resultantes dessas revisões são reconhecidas no período em que a revisão é efetuada, desde que essa revisão apenas envolva esse período. Caso a revisão envolva períodos atuais e futuros, a alteração é reconhecida no período em que a revisão é efetuada, bem como nos períodos futuros relacionados.

O risco de incerteza nas estimativas está essencialmente relacionado com:

- O grau de recuperabilidade e os prazos de cobrança estimados para os juros de mora acumulados sobre as contas comerciais a receber adquiridas sem recurso e as indemnizações fixas («40 euros»), devidas ao Grupo, com base numa análise dos dados históricos plurianuais da empresa;
- Perdas por imparidade em empréstimos concedidos e valores a receber e outros ativos financeiros em geral;
- O justo valor de instrumentos financeiros utilizados para efeitos de divulgação financeira;
- O justo valor de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos determinado com modelos de mensuração;
- Despesas registadas com base em valores provisórios que não são definitivas à data em que estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas;
- Benefícios a funcionários com base em pressupostos atuariais e provisões para riscos e encargos;
- A recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- Qualquer imparidade de investimentos de capital próprio, *goodwill* e ativos intangíveis: face aos resultados em 31 de dezembro de 2022, não existem eventos desencadeadores que possam ter impacto na valorização dos investimentos de capital próprio e do *goodwill* registados em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos intangíveis de Relações com Clientes da Unidade de negócios Serviços de Títulos, para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade de acordo com o teste de imparidade realizado por um perito independente na sequência de alterações significativas na composição da carteira de clientes; para mais detalhes, consultar a rubrica «Ativos Intangíveis» na posição de balanço de ativos financeiros.

Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros

Em cada data de relato, em conformidade com a IFRS 9, os ativos financeiros diferentes dos mensurados ao justo valor por via dos resultados são testados de modo a avaliar se existem evidências de que a quantia escriturada dos ativos pode não ser totalmente recuperável. É realizada uma análise semelhante para compromissos de empréstimo e garantias concedidos que se enquadram no âmbito sujeito a imparidade, em conformidade com a IFRS 9. Caso existam evidências nesse sentido (chamadas «evidências de imparidade»), os ativos financeiros em questão - em consonância com os ativos remanescentes da mesma contraparte - são considerados sujeitos a imparidade e classificados na Fase 3. O Grupo deve reconhecer correções iguais às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para estas exposições, que consistem em ativos financeiros classificados como empréstimos improdutivos, probabilidade reduzida de pagamento, e exposições vencidas e/ou em atraso, de acordo com a Circular n.º 262 do Banco de Itália/2005.

O modelo de imparidade caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- A afetação das transações existentes na carteira a diferentes fases, com base numa avaliação do aumento do nível de risco de exposição/contraparte, considerando os «critérios de afetação de fases»;
- A utilização de parâmetros de risco assentes em vários períodos (por exemplo, a PD, LGD e EAD ao longo da vida) para quantificar perdas de crédito esperadas (ECL) para instrumentos financeiros sujeitos a um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Encontram-se abaixo os critérios de afetação de fases, bem como os critérios para determinação dos parâmetros que o BFF utiliza como base para mensurar as perdas de crédito esperadas, ou seja, probabilidade de incumprimento (PD), perda em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD).

Critérios de Afetação de Fases

No caso de ativos financeiros para os quais não existam evidências de imparidade (instrumentos financeiros produtivos), o Grupo deve avaliar se existe algum indício de que o risco de crédito da transação individual tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Essa avaliação acarreta as seguintes consequências em termos de classificação (ou, mais propriamente, de afetação de fases) e mensuração:

- Caso não exista um indício do género, o ativo financeiro é classificado na Fase 1. Neste caso, de acordo com as IFRS e mesmo na ausência de perdas por imparidade notórias, o Grupo deve reconhecer as perdas de crédito esperadas a 12 meses sobre o instrumento financeiro específico. Estas correções devem ser revistas em cada data de relato subsequente, de modo a avaliar regularmente se estão em consonância com as estimativas de perdas atualizadas constantemente, bem como para refletir a alteração no horizonte de previsão relativo às perdas de crédito esperadas caso exista um indício de que o risco de crédito «aumentou significativamente».
- Caso exista um indício do género, o ativo financeiro é classificado na Fase 2. Neste caso, de acordo com as IFRS e mesmo na ausência de perdas por imparidade aparentes, o Grupo deve reconhecer correções iguais às perdas de crédito esperadas ao longo do tempo de vida. Estas correções devem ser revistas em cada data de relato subsequente, de modo a avaliar regularmente se estão em consonância com as estimativas de perdas atualizadas constantemente, bem como para refletir a alteração no horizonte de previsão relativo às perdas de crédito esperadas caso já não exista um indício de que o risco de crédito «aumentou significativamente».

Por conseguinte, a afetação de um ativo à Fase 1 e não à Fase 2 não está associada ao risco absoluto (em termos de probabilidade de incumprimento), mas sim à ocorrência da alteração (positiva ou negativa) do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Para afetar posições em risco sujeitas a imparidade a fases, o Grupo adotou o método seguinte, que se resume em três critérios fundamentais:

- critério quantitativo: definição de um limiar «delta rating» para a transferência para a fase 2;
- critério qualitativo: uso de fatores desencadeadores lógicos da transferência, isto é, identificação de eventos que desencadeiam transferências entre fases.
- expedientes práticos: utilização da Isenção de Baixo Risco de Crédito (LCRE) e 30 dias de não pagamento.

O **critério qualitativo** prevalece sobre o critério quantitativo e estabelece que as seguintes posições são afetadas à fase 2:

- posições com medidas de reestruturação;
- Na lista de vigilância: ou posições sob controlo relativamente às quais tenha sido feita uma avaliação de um aumento significativo do risco de crédito.

Relativamente ao **critério quantitativo**:

- é definido um limiar relativo, que tem como finalidade mensurar a degradação da notação de risco (à data de relato relativamente à data inicial) para cada transação. Se o número de degradações for superior ao estabelecido pelo limiar (diferenciado de acordo com a escala de classificação principal utilizada), a posição é atribuída à Fase 2. O limiar relativo depende do número de classes de notação consideradas para cada segmento e é igual a 1 para os segmentos em que se aplicam as matrizes externas de Instituições financeiras e Soberanas (que têm 7 classes de notação), ao passo que é igual a 2 nos casos das contrapartes que pertencem aos segmentos para os quais é utilizada a matriz Societária (que tem 21 classes de notação).

Por último, no que respeita aos **expedientes práticos:**

- a «Isenção de Baixo Risco de Crédito» isenta as transações referentes a contrapartes com notação de grau de investimento à data da análise da verificação de deterioração significativa, utilizando um limiar relativo. As posições definidas como de «baixo risco de crédito» não estão sujeitas ao controlo de uma descida de notação entre a data de análise e a data inicial da transação. Na ausência de fatores desencadeadores qualitativos, estas posições são afetadas diretamente à Fase 1. Esta exceção aplica-se às contrapartes referentes à Administração Pública e aos Municípios, às formas técnicas de Acordos de Recompra, devido à sua natureza garantida e às contas recíprocas de muito curto prazo. É excluída para as contrapartes privadas;
- a nível da transação individual, o número de dias vencidos é calculado comparando a data de análise (data de relato) com a «data de vencimento inicial prevista» (VIP). Se os dias vencidos forem superiores a 30, a transação individual será classificada na Fase 2.

Para as contrapartes sem notação na carteira, a atribuição de fases é efetuada aplicando apenas critérios qualitativos, e o indicador da lista de vigilância foi introduzido precisamente para ultrapassar a falta de notação e, por conseguinte, a aplicação de critérios quantitativos.

Critérios de Imparidade

Os principais conceitos introduzidos pela IFRS 9 e exigidos para efeitos de cálculo de imparidades são os seguintes:

- um modelo prospetivo (*forward-looking*), que permite o reconhecimento imediato de todas as perdas esperadas ao longo da vida do instrumento. De acordo com a IFRS 9, as perdas devem ser reconhecidas com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos;
- as perdas de crédito esperadas (ECL) são recalculadas em cada data de relato de modo a refletir quaisquer alterações no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro;
- as perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas incorporando informação de momento específico (*point-in-time*) e prospetiva (*forward-looking*), bem como fatores macroeconómicos;
- introdução de um estatuto adicional relativamente à classificação binária de contrapartes «produtivas» e «improdutivas», para ter em conta o aumento no risco de crédito.

O modelo de cálculo das ECL requer uma avaliação quantitativa de fluxos de caixa futuros e parte do pressuposto de que estas são estimadas de forma fidedigna. Isto requer a identificação de determinados elementos, nomeadamente:

- modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e pressupostos sobre a distribuição *forward* de eventos de incumprimento, para o cálculo da PD assente em vários períodos utilizados para determinar as perdas de créditos esperadas ao longo da vida;
- um modelo de perda em caso de incumprimento (LGD) em vários períodos;
- um modelo de exposição determinístico e estocástico em caso de incumprimento (EAD) que permite definir uma distribuição em vários períodos, bem como num prazo de 12 meses.

Além disso, na data de relato, as perdas de crédito esperadas serão descontadas utilizando a taxa de juro efetiva («EIR») da transação à data do reconhecimento inicial.

A partir de setembro de 2022, o Grupo aperfeiçoou a sua metodologia de parâmetros de risco (PD e LGD) para a atividade de *factoring*, tornando-a mais consentânea às características específicas da atividade. Segue-se uma descrição das decisões metodológicas do Grupo para efeitos de mensuração dos parâmetros e medidas acima.

Probabilidade de Incumprimento (PD)

O parâmetro PD em vários períodos é interpretado pelo Grupo através da estimativa de uma estrutura a prazo da probabilidade de incumprimento a partir de uma recalibração das matrizes PD internas fornecidas pelas agências de notação em taxas de incumprimento internas a longo prazo (Long Run Average Default Rate ou Central Tendency), estas últimas devidamente diferenciadas de acordo com os fatores de risco relevantes. As estimativas de PD incluem os efeitos decorrentes da introdução da Nova Definição de Incumprimento nos termos do artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021. A PD em vários períodos também incorpora correções de conversão de momento específico («Point-In-Time») e informação prospetiva («forward-looking»).

O requisito prospetivo (*forward-looking*) significa que a cada uma das transações existentes na carteira que envolva a mesma contraparte é atribuída uma probabilidade de incumprimento com início na data de relato. Para tal, o Grupo define a PD como a probabilidade, ao longo de um horizonte temporal específico, de uma contraparte ser classificada como "em incumprimento".

O Grupo adotou um modelo baseado sobretudo em fontes de informação externas (por exemplo, Agências de notação financeira). As matrizes consideradas para as contrapartes objeto de notação dizem respeito aos segmentos Soberano, Empresas e Instituições Financeiras. Com referência à carteira do Grupo:

- a matriz Soberana estava associada a contrapartes públicas;
- as matrizes «Empresas» e «Instituições Financeiras» estavam associadas a contrapartes não públicas (segmentos «Empresas» e «Instituições Financeiras», respetivamente).

Após a identificação das matrizes acima referidas, foi adotada a seguinte abordagem para estimar a PD:

1. **estimativa da PD TTC a 12 meses** através da recalibração das matrizes de migração externa ECAI para a carteira de empréstimos do BFF Bank S.p.A. e do BFF Finance Iberia S.A. Esta abordagem permite aperfeiçoar as estimativas da PD, tornando-as mais conformes com as características da atividade da empresa. Para a carteira de títulos e para as exposições em risco referentes à BFF Polska S.A. e às suas subsidiárias, as matrizes de migração externa da ECAI são adotadas como a melhor abordagem metodológica, uma vez que, no primeiro caso, por se tratar de instrumentos financeiros semelhantes a obrigações, a utilização das matrizes da ECAI já é, por si só, representativa do nível de risco relativo e, no segundo caso, as notações dos segmentos privados («Corporativo», «Empresas públicas» e «Retalho») são obtidas ao nível de cada contraparte e, por conseguinte, fornecem uma estimativa mais precisa. A recalibração foi efetuada através da determinação de uma Tendência Central diferenciada para cada aglomerado, identificada, para a estimação, através das séries temporais de taxas internas de incumprimento, ajustadas para ter em conta a nova definição de incumprimento;
2. **Estimativa da PD TTC vitalícia** através do método *Markov* baseada em pressupostos de uniformidade e ausência de memória, que permite estimar a matriz de transição até ao ano «n», elevando a matriz a 1 ano para o nª potência;
3. **Estimativa da PIT e da PD prospetiva** através do fator PIT (taxa de incumprimento a 1 ano prevista no modelo) e tendo em conta a informação Prospetiva fornecida pelas previsões sobre as taxas de incumprimento. Os cenários macroeconómicos para a definição das taxas de previsão são fornecidos por um fornecedor externo de informações, ponderados pela probabilidade relativa de ocorrência. O fornecedor externo fornece cenários específicos por **área geográfica** e **segmento de negócio**, com referência ao tipo de carteira a que devem ser aplicados.

No que se refere à metodologia de cálculo subjacente à criação destes cenários, é tido em conta o seguinte:

- fatores específicos observáveis atualmente de contrapartes em aglomerações identificadas (por exemplo, notação atual, perspetivas/estado da lista de vigilância);
- futuros desenvolvimentos em matéria de fatores macroeconómicos (por exemplo, a taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego, variações do «spread» de crédito).

Concretamente, foram utilizadas as seguintes técnicas estatísticas:

- sistemas de equações dinâmicas que representam componentes agregados de fornecimento e procura;
- reavaliações periódicas de equações para verificar a solidez do modelo e a precisão da predição;
- utilização de técnicas econométricas para séries cronológicas e dados de painel para o processo de estimativa;
- implementação de simulações Monte Carlo para gerar desvios face ao cenário de referência e produzir distribuições de probabilidade empíricas.

Foram escolhidos três cenários para apurar a PD PIT e FLI:

- cenário de referência: trata-se de um cenário probabilístico que corresponde à previsão média;
- cenário de alto crescimento (subida): trata-se do cenário probabilístico de melhoria;
- cenário de recessão moderada (descida): trata-se do pior cenário probabilístico.

Foi associada uma probabilidade de ocorrência a cada cenário para obter um valor de probabilidade de incumprimento (PD) ponderado de momento específico (*Point-In-Time*) e prospetivo (*forward-looking*).

Após a obtenção das taxas de incumprimento esperadas, a abordagem metodológica escolhida consiste em aplicar fatores de majoração, iguais aos impactos sobre as taxas de incumprimento previstos para os cenários definidos (abordagem do fator de majoração), às PD estimadas em vários períodos ao longo do ciclo (TTC condicionadas).

Para cada classe de notação, o resultado são três curvas de PD *forward* a que serão aplicados o cenário de referência, o cenário de alto crescimento e o cenário de recessão moderada.

Para conferir continuidade às curvas e eliminar irregularidades devido a impactos excessivamente agressivos, o Grupo aplica um algoritmo de suavização utilizando a atenuação exponencial às PD *forward*. Por conseguinte, o Grupo identifica ponderadores em função do tempo a aplicar à curva TTC da PD e à curva recalculada após aplicação dos impactos.

Perdas em caso de Incumprimento (LGD)

Aquando da quantificação das perdas esperadas, o parâmetro LGD (Loss Given Default) mensura as perdas previstas em caso de incumprimento da contraparte. Por conseguinte, as LGD são um componente significativo para apurar as perdas esperadas de acordo com a IFRS 9, quer em termos de posições classificadas na Fase 1 (horizonte temporal a um ano), e para as sujeitas a um aumento significativo no risco de crédito e foram, por conseguinte, classificadas na Fase 2 e avaliadas ao longo da vida.

A fim de estimar o parâmetro LGD, uma vez que não estão disponíveis modelos internos, o Grupo decidiu utilizar as grelhas LGD obtidas a partir de uma ferramenta de cálculo específica fornecida pelo fornecedor de informações externo.

O Grupo atribui um valor LGD a cada transação com base na segmentação da carteira apropriada, tendo em consideração os seguintes fatores de risco: a probabilidade de incumprimento associada à contraparte, o setor económico de referência e fatores específicos da transação (por exemplo, tipo de financiamento e posicionamento do financiamento no seio da estrutura de capital). Além disso, apenas para a carteira de factoring sem recurso do BFF Bank S.p.A. e BFF Finance Iberia S.A., dadas as características específicas do processo de recuperação para essa forma técnica em comparação com as de outros tipos de produtos, o Grupo refinou a análise da estimativa do parâmetro LGD calibrando as grelhas externas em taxas internas de recuperação a longo prazo.

Esta escolha foi justificada por *(i)* a presença de uma profundidade de série cronológica suficientemente robusta para a estimativa de um modelo de perda em caso de incumprimento (LGD); *(ii)* o desejo de corrigir as estimativas de perda em caso de incumprimento (LGD) da ECAI com base nas recuperações, na maioria dos casos completas, historicamente registada pelo Grupo. A metodologia de calibração baseia-se no cálculo de uma Tendência Central diferenciada por macro-segmento de clientes e na subsequente recalibração das grelhas externas com recurso à otimização condicionada dos modelos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS).

Exposição em caso de incumprimento (EAD)

Aquando da definição e modelação os parâmetros a utilizar em múltiplos períodos para mensurar o risco de crédito, o Grupo também considera a «Exposição em caso de incumprimento (Exposure at default).

De modo semelhante ao que já foi definido nos modelos de Basileia, para calcular as perdas de crédito esperadas (ECL) utilizando parâmetros de risco de crédito, a EAD ao abrigo da IFRS 9 permite a definição da exposição que um credor terá no momento de incumprimento num momento específico ao longo da vida do instrumento financeiro.

Por conseguinte, o parâmetro EAD tem de estar em consonância com o horizonte de previsão ao longo do tempo de vida previsto pelo modelo de imparidade, para permitir o apuramento da tolerância também para transações para as quais a norma exige o reconhecimento ao longo do tempo de vida.

O Grupo identificou os seguintes fatores para o cálculo da EAD ao longo do tempo de vida:

- tipo de exposição;
- data de vencimento.

A partir destes fatores de distinção para a modelação da Exposição em caso de incumprimento, foram definidos os seguintes casos:

- exposições com um plano de reembolso determinístico (fluxos de caixa);
- exposições sem um plano de reembolso (sem fluxos de caixa).

Relativamente às exposições com planos de reembolso determinísticos, a EAD ao longo do tempo de vida é definida utilizando o plano de reembolso e os respetivos fluxos de caixa efetivos. Por conseguinte, a modelação estocástica não é necessária para estas transações.

Por outro lado, no que diz respeito às exposições com fluxos de caixa desconhecidos e/ou data de vencimento (ou exposições sem plano de reembolso), estas são desagregadas através de duas metodologias de estimativa para determinar a data de vencimento:

1. uma metodologia qualitativa, com base na qual a data de vencimento é determinada com base nas condições do contrato ou na análise efetuada pela U.O. de avaliação de crédito;
2. uma metodologia quantitativa aplicada se não for possível aplicar a metodologia qualitativa que estima a duração comportamental das contas individuais.

IFRS 9 - Atualização para refletir a crise financeira devida à COVID-19 e ao conflito Rússia/Ucrânia

A atualização anual dos parâmetros de risco (PD e LGD) tem em consideração a evolução dos efeitos da COVID-19 dentro das estimativas das perdas de crédito esperadas e, a partir de março de 2022, os efeitos do conflito Rússia/Ucrânia. As previsões do cenário de referência, alto crescimento e recessão moderada fornecidas pelo fornecedor externo de informações foram atualizadas em junho de 2022 e fornecem as taxas de incumprimento previstas para os 20 trimestres seguintes à data de atualização. Em fevereiro de 2022, a eclosão do conflito Rússia/Ucrânia alterou significativamente o cenário geopolítico com consequências diretas na macroeconomia europeia e mundial. A Função de Gestão do Risco, como faz todos os anos, realizou uma análise de sensibilidade a 31 de dezembro de 2022 entre os cenários macroeconómicos para o terceiro trimestre do ano, fornecidos pelo fornecedor de informações externo, e os cenários macroeconómicos atualizados a 30 de junho de 2022. A análise mostra que 2023 será caracterizado por um declínio do crescimento do PIB e por um forte impulso inflacionista gerado pelo conflito Rússia/Ucrânia, que reduz, por um lado, os investimentos das empresas e, por outro, o rendimento disponível dos consumidores. No entanto, o mercado de trabalho não parece estar a sofrer tensões significativas, graças à recuperação das contratações após a COVID-19. O abrandamento económico não será suficiente para causar despedimentos generalizados e o mercado de trabalho continuará a beneficiar de um considerável excesso de procura. Por conseguinte, a estabilidade do mercado de trabalho será um dos principais fatores que poderão impedir a economia de entrar num ciclo recessivo. A análise comparativa dos cenários mostra que o PIB estimado em dezembro de 2022 é pior do que o atualmente utilizado no modelo e, por conseguinte, a Função de Gestão do Risco está a avaliar os impactos dessa alteração no modelo de estimativa dos parâmetros de risco, a fim de compreender a sua magnitude, tendo também em consideração que o Modelo de Negócio do Grupo e - nesta área específica - o custo relativo do risco são menos sensíveis às tendências do PIB do que as exposições de crédito concentradas na área das empresas/retalho.

Além disso, a Função de Gestão do Risco comparou as estimativas macroeconómicas divulgadas pelo fornecedor externo de informações com as do Banco Central Europeu (BCE), observando, também neste caso, uma deterioração do PIB em 2023.

As mesmas análises serão igualmente realizadas no final do primeiro trimestre de 2023, a fim de avaliar a possibilidade de atualizar antecipadamente os parâmetros de risco.

IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais

A transferência de controlo de uma empresa (ou de um conjunto integrado de atividades e ativos, conduzido e gerido pela mesma parte) constitui uma concentração de atividades empresariais.

Em conformidade com a IFRS 3, cada concentração de atividades empresariais exige a identificação de um adquirente. Este último tem de ser identificado na entidade que obtém o controlo de outra entidade ou grupo de empresas.

A aquisição e, portanto, a primeira consolidação da adquirida, têm de ser contabilizadas na data em que o adquirente obtém o controlo efetivo da empresa ou dos ativos adquiridos. Quando a aquisição ocorre por meio de uma transação de permuta simples, geralmente a data de permuta coincide com a data de aquisição. No entanto, é sempre necessário verificar a existência de quaisquer acordos entre as partes que possam envolver uma transferência de controlo antes da data de permuta.

A contrapartida transferida numa concentração de atividades empresariais deve ser mensurada como a soma do justo valor, à data da troca, dos ativos vendidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo adquirente em troca do controlo.

Nas transações que preveem o pagamento em dinheiro (ou quando é expectável o pagamento através de instrumentos financeiros semelhantes a dinheiro), o preço é a contrapartida acordada, possivelmente descontada se for esperado um pagamento em prestações num período mais longo do que a curto prazo. Se o pagamento for efetuado através de um instrumento que não em dinheiro, portanto, através da emissão de instrumentos de capital próprio, o preço é igual ao justo valor do meio de pagamento líquido dos custos diretamente atribuíveis à transação de emissão de capital.

As correções sujeitas a eventos futuros são incluídas na contrapartida da concentração de atividades empresariais à data de aquisição se previstas pelos acordos e apenas se forem prováveis, determináveis de forma fiável e realizadas no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição do controlo, enquanto a compensação pela redução do valor dos ativos utilizados não é considerada como já considerada, quer no justo valor dos instrumentos de capital próprio, quer como uma redução do prémio ou um aumento do desconto na emissão inicial no caso da emissão de instrumentos de dívida.

Os custos relacionados com a aquisição são as despesas incorridas pelo adquirente para completar a concentração de atividades empresariais.

O adquirente deve contabilizar os custos relacionados com a aquisição sob a forma de despesas nos períodos em que estes custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos de emissão de ações ou instrumentos de dívida que devem ser reconhecidos de acordo com a IAS 32 e a IFRS 9.

As concentrações de atividades empresariais são contabilizadas utilizando o «método de aquisição», que requer que os ativos identificáveis adquiridos (incluindo quaisquer ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente pela adquirida) e os passivos assumidos (incluindo passivos contingentes) sejam mensurados aos seus justos valores à data de aquisição.

Além disso, para cada concentração de atividades empresariais, qualquer participação minoritária na empresa adquirida pode ser reconhecida ao justo valor (com o consequente aumento da contrapartida transferida) ou proporcionalmente à parte da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis das empresas adquiridas.

O excesso entre a contrapartida transferida (representada pelo justo valor dos ativos transferidos, dos passivos incorridos ou dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo adquirente), eventualmente complementado pelo valor dos interesses minoritários (determinado conforme acima estabelecido) e o justo valor dos interesses já detidos pelo adquirente, e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos devem ser reconhecidos como *goodwill*. Contudo, se estes últimos forem superiores à soma da contrapartida, dos interesses minoritários e do justo valor das ações já detidas, a diferença deve ser imputada à demonstração de resultados.

A contabilização de uma concentração de atividades empresariais pode ser efetuada numa base provisória no final do exercício em que a concentração é efetivada, mas tem de ser aperfeiçoada no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição.

As transações destinadas a controlar uma ou mais empresas que não constituem uma atividade comercial ou um controlo temporário ou, por último, se a concentração de atividades empresariais for realizada para fins de reorganização, portanto entre duas ou mais empresas ou atividades comerciais que já fazem parte do BFF, e que não envolvam uma mudança nas estruturas de controlo independentemente da percentagem de direitos minoritários antes e depois da operação (as chamadas concentrações de atividades empresariais sujeitas a controlo comum) não constituem concentrações de atividades empresariais.

A.4 DIVULGAÇÃO DO JUSTO VALOR

Informação qualitativa

As normas IAS/IFRS exigem que os instrumentos financeiros classificados como «Ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados», «Ativos financeiros ao justo valor por via de outro rendimento integral» e «Passivos financeiros detidos para negociação» sejam mensurados ao justo valor.

O justo valor é o preço que seria recebido por uma venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo numa transação normal entre operadores de mercado (por outras palavras, não uma liquidação forçada ou venda abaixo do custo) na data da mensuração. O justo valor é um critério de mensuração do mercado não específico da entidade. Uma entidade precisa de avaliar o justo valor de um ativo ou passivo adotando os pressupostos que os operadores de mercado utilizariam ao determinar o preço do ativo ou passivo, assumindo que os operadores de mercado agem com vista a satisfazer os seus próprios interesses económicos da melhor forma possível.

Na determinação do justo valor de um instrumento financeiro, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de critérios em termos de fiabilidade do justo valor de acordo com o grau de discrição aplicado pelas entidades, dando prioridade à utilização de parâmetros de mercado observáveis que reflitam os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam na avaliação (fixação do preço) de um ativo/passivo. São identificados três níveis de «input» diferentes:

- Nível 1: «inputs» representados por preços (inalterados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que podem ser acedidos à data de mensuração;
- Nível 2: «inputs» que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são direta (como no caso dos preços) ou indiretamente (isto é, como derivados dos preços) observáveis para os ativos ou passivos a serem mensurados;
- Nível 3: «inputs» não observáveis para o ativo ou passivo.

A escolha entre os métodos acima mencionados não é opcional, uma vez que devem ser aplicados por ordem hierárquica. É dada prioridade absoluta aos preços oficiais disponíveis nos mercados ativos para os ativos e passivos a mensurar (Nível 1) ou para os ativos e passivos mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas em parâmetros de mercado observáveis que não os preços do instrumento financeiro (Nível 2), e é dada uma menor prioridade aos ativos e passivos cujo justo valor é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em parâmetros que não são observáveis no mercado e que são, portanto, mais discricionários (Nível 3).

Em conformidade com as regras acima descritas, o preço de mercado registado no final do período de relato é utilizado para instrumentos cotados em mercados ativos (Nível 1). O justo valor de instrumentos financeiros não listados em mercados ativos foi determinado utilizando técnicas de avaliação baseadas sobretudo no desconto de fluxos de caixa. As técnicas de avaliação utilizadas incorporam todos os fatores considerados pelo mercado aquando da fixação do preço e baseiam-se sobretudo nos «inputs» do mercado observáveis (Nível 2).

Concretamente:

- As obrigações são mensuradas descontando os fluxos de caixa futuros previstos no plano contratual do título, utilizando as taxas de mercado ajustadas ao risco de contraparte;
- Os contratos derivados, que consistem em *swaps* de taxa de juro *overnight* (OIS), são mensurados com base em modelos de avaliação de mercado que utilizam as taxas de mercado como parâmetros predominantes, ajustados ao risco de contraparte. Quando relevante, este risco inclui tanto as alterações na qualidade de crédito da contraparte como as alterações na qualidade de crédito (risco de crédito próprio);

- no caso dos capitais próprios, existe uma hierarquia e uma ordem de aplicação de métodos de mensuração que considera, antes de mais, quaisquer transações no título registadas durante um período de tempo suficientemente curto em comparação com o período de avaliação, transações comparáveis de empresas que operam no mesmo setor e a aplicação de métodos de avaliação analítico-financeiros, baseados em rendimentos e baseados em capitais próprios. O método de mensuração de um instrumento financeiro é adotado numa base contínua, e só é alterado se houver variações significativas no mercado ou nas condições subjetivas do emitente do instrumento financeiro. O Banco não detém quaisquer instrumentos financeiros de Nível 3, exceto os de valor imaterial.

A.4.1 Níveis 2 e 3 de justo valor: técnicas de mensuração e *inputs* utilizados

As técnicas de avaliação utilizadas são adaptadas às características específicas dos ativos e passivos a avaliar. A escolha dos *inputs* visa maximizar a utilização dos que podem ser observados diretamente no mercado, minimizando a utilização de estimativas internas.

Relativamente aos instrumentos financeiros de Nível 2, representados sobretudo por SWAPS e empréstimos concedidos a clientes e a bancos mensurados ao custo amortizado, as avaliações em 31 de dezembro de 2022 basearam-se em taxas de juro e fatores de volatilidade derivados do mercado. Tendo em conta as transações limitadas do Grupo no segmento de derivados do mercado de balcão e as suas transações, sobretudo com as contrapartes mais relevantes, baseadas em acordos de garantia de atenuação do risco, as correções efetuadas na mensuração dos instrumentos de Nível 2 para incorporar o risco de contraparte não foram significativas.

Em relação às unidades de participação em OIC de Nível 2, o valor é determinado utilizando o valor oficial líquido do ativo.

O único instrumento classificado como de Nível 3 é o montante devido pelo regime voluntário do Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos.

A.4.2 Processos e sensibilidade da mensuração

Em 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado acima, o único instrumento financeiro classificado como Nível 3 é o valor devido pelo esquema voluntário do Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos. Foi adotada a mais recente estimativa do justo valor recebida pelo Fundo e preparada por uma grande empresa de consultoria.

A.4.3 Hierarquia do justo valor

A 31 de dezembro de 2022, tal como em 2021, não havia quaisquer transferências entre o Nível 1, o Nível 2 e o Nível 3.

A.4.5 Hierarquia do justo valor

A.4.5.1 Ativos e passivos valorizados ao justo valor numa base recorrente: desagregação por níveis de justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/passivos financeiros mensurados ao justo valor	31.12.2022			31.12.2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	7	90 429	104	9	36 487	104
a) ativos financeiros detidos para negociação	7	204		9	4087	
b) ativos financeiros escriturados ao justo valor						
c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor		90 225	104		32 399	104
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	225	127 873		167	83 339	
3. Derivados de cobertura					13	
4. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento						
5. Ativos intangíveis						
Total	**232**	**218 303**	**104**	**176**	**119 838**	**104**
1. Passivos financeiros detidos para negociação		950			2725	
2. Passivos financeiros escriturados ao justo valor						
3. Derivados de cobertura		14 314			4814	
Total		**15 263**			**7539**	

A.4.5.2 Alterações anuais em ativos mensurados ao justo valor numa base recorrente (Nível 3)

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados:				Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Derivados de cobertura	Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	Ativos intangíveis
	Total	dos quais: a) ativos financeiros detidos para negociação	dos quais: b) ativos financeiros escriturados ao justo valor	dos quais: c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor				
1. Saldos iniciais					104			
2. Aumentos								
2.1. Aquisições								
2.2. Ganhos reconhecidos em:								
2.2.1 Lucros ou perdas								
- dos quais ganhos								
2.2.2 Capital próprio		X	X	X				
2.3. Transferências para outros níveis								
2.4 Outros aumentos								
3. Reduções								
3.1. Vendas								
3.2 Resgates								
3.3. Perdas reconhecidas em:								
3.3.1 Lucros ou perdas								
- dos quais perdas								
3.3.2 Capital próprio		X	X	X				
3.4. Transferências para outros níveis								
3.5 Outras reduções								
4. Saldos finais					104			

A.4.5.4 Ativos e passivos não mensurados ao justo valor ou mensurados ao justo valor numa base não recorrente: desagregação por níveis de justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Ativos e passivos não mensurados ao justo valor ou mensurados ao justo valor numa base não recorrente	31.12.2022				31.12.2021			
	QE	N1	N2	N3	QE	N1	N2	N3
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 895 850	5 946 465		5 766 623	10 069 497	5 839 220		4 276 876
2. Propriedades de investimento								
3. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas								
Total	**11 895 850**	**5 946 465**		**5 766 623**	**10 069 497**	**5 839 220**		**4 276 876**
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 994 763	38 648		11 955 787	10 010 353	188 861		9 824 068
2) Passivos associados a ativos detidos para venda								
Total	**11 994 763**	**38 648**		**11 955 787**	**10 010 353**	**188 861**		**9 824 068**

Legenda:
QE = Quantia Escriturada
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

A.5 INFORMAÇÃO SOBRE O «1º DIA DE RESULTADOS»

O Grupo não detém nem deteve quaisquer ativos financeiros a que esta informação seja aplicável, nos termos da IFRS 7, parágrafo 28.

Parte B - Informações sobre a Posição de balanço consolidada

Todos os montantes indicados nas tabelas são expressos em milhares de euros.

ATIVOS

Secção 1 - Caixa e equivalentes de caixa - Rubrica 10

634 879 mil euros

1.1 Caixa e equivalentes de caixa: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
a) Caixa	207	192
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos Bancos Centrais	489 810	360 142
c) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos	144 863	194 134
Total	**634 879**	**554 468**

A partir de 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto na 7ªatualização da circular 262 do Banco de Itália/2005, a rubrica em questão, para além do numerário e dos depósitos à ordem nos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, inclui também as contas à ordem, bem como os empréstimos à ordem e os valores a receber (contas à ordem e depósitos à ordem) dos bancos.

A partir de 31 de dezembro de 2022, esta rubrica inclui principalmente depósitos sem limitações no Banco de Itália, no montante de 490 milhões de euros (em comparação com 360 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), bem como contas correntes detidas pelo Banco e pelas suas subsidiárias em bancos terceiros no final de 2022, no montante de 145 milhões de euros. Concretamente, as «Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos» referem-se principalmente, a 134 milhões de euros, do BFF Bank, a 10 milhões de euros do BFF Polska Group, a 660 mil euros do BFF Finance Iberia e a 220 mil euros do BFF Techlab.

Secção 2 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados - Rubrica 20

90 541 mil euros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

- Ativos financeiros detidos para negociação no valor de 211 mil euros, que inclui sobretudo o justo valor positivo de instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais de risco de taxa de juro a que o Grupo está exposto;
- Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor, no valor de 90 330 mil euros, que

incluem principalmente as «Unidades de participação em OIC» geridas em parte pelo «Fundo de Investimento SGR italiano» e, em menor medida, pelo «Fundo Atlante» e, a partir de 2022, um fundo com unidades de participação subscritas pela empresa-mãe por um valor de 60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O valor das unidades OIC reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas foi atualizado de acordo com o último valor oficial líquido do ativo disponível disponibilizado por estes fundos.

2.1 Ativos financeiros detidos para negociação: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
A. Posição de balanço de ativos financeiros						
1. Títulos de dívida						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida	6			8		
2. Títulos de capital próprio	1			1		
3. Unidades de participação em OIC						
4. Empréstimos concedidos						
4.1 Acordos de recompra invertidos						
4.2 Outros						
Total (A)	7			9		
B. Derivados						
1. Derivados financeiros						
1.1 detidos para negociação		204			4086	
1.2 ligados à opção de justo valor						
1.3 outros						
2. Derivados de crédito						
2.1 detidos para negociação						
2.2 ligados à opção de justo valor						
2.3 outros						
Total (B)		204			4086	
Total (A+B)	7	204		9	4086	

Legenda:
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

2.1 Ativos financeiros detidos para negociação: desagregação por mutuário/emitente/contraparte

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
A. Posição de balanço de ativos financeiros		
1. Títulos de dívida	**6**	**8**
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública	3	4
c) Bancos	3	4
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
2. Títulos de capital próprio	1	1
a) Bancos		
b) Outras sociedades financeiras:		
das quais: companhias de seguros		
c) Sociedades não financeiras	1	1
d) Outros emitentes		
3. Unidades de participação em OIC		
4. Empréstimos concedidos		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
Total (A)	**7**	**9**
B. Derivados	204	4086
a) Contrapartes centrais		
b) Outros	204	4086
Total (B)	**204**	**4086**
Total (A+B)	**211**	**4095**

2.5 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
1. Títulos de dívida						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
2. Títulos de capital próprio			104			104
3. Unidades de participação em OIC		90 226			32 399	
4. Empréstimos concedidos						
4.1 Acordos de recompra invertidos						
4.2 Outros						
Total		**90 226**	**104**		**32 399**	**104**

Legenda:
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

2.6 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor: desagregação por mutuário/ emitente

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Títulos de capital próprio		
dos quais: bancos		
dos quais: outras sociedades financeiras	104	104
dos quais: outras sociedades não financeiras		
2. Títulos de dívida		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
3. Unidades de participação em OIC	90 226	32 399
4. Empréstimos concedidos		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
Total	90 330	32 503

Secção 3 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral - Rubrica 30

128 098 mil euros

A 31 de dezembro de 2022, esta rubrica incluía:

- a participação no Banco de Itália no valor de 125 milhões de euros;
- outros pequenos investimentos no valor aproximado de 3 milhões de euros.

Em comparação com o ano passado, a rubrica aumentou significativamente em resultado da aquisição de um investimento adicional no Banco de Itália (de 80 milhões de euros em 2021 para 125 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), elevando o investimento em capital próprio da empresa-mãe de 1,07 % para 1,67 %.

No que diz respeito a investimentos menores em títulos de capital próprio, é de notar que a empresa-mãe vendeu uma parte das ações da «Visa» (por 1183 mil euros) e ações da «Ausilia S.r.l.» (por 306 mil euros) e, no decurso do último trimestre de 2022, adquiriu uma participação na sociedade «Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A.» no valor de 1 milhão de euros (1,17 %).

3.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
1. Títulos de dívida						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
2. Títulos de capital próprio	225	127 873		167	83 339	
3. Empréstimos concedidos						
Total	**225**	**127 873**		**167**	**83 339**	

Legenda:
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

3.2 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação por mutuário/emitente

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Títulos de dívida		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
2. Títulos de capital próprio	**128 098**	**83 506**
a) Bancos	125 432	80 374
b) Outros emitentes:	**2666**	**3132**
- outras sociedades financeiras	1379	2844
das quais: companhias de seguros		
- sociedades não financeiras	287	288
- outros	1000	
3. Empréstimos concedidos		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
Total	**128 098**	**83 506**

Secção 4 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Rubrica 40

11 895 850 milhões de euros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

- Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos no valor de 478 203 mil euros;
- Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes no valor de 11 417 647 mil euros, que, com base nas orientações da nova IFRS 9, a partir de 1 de janeiro de 2018 inclui também a carteira de títulos «Deter para cobrança» (HTC) no valor de 6 129 228 milhões de euros.

Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos

478 203 mil euros

4.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes a receber de bancos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022						Total 31.12.2021					
	Quantia Escriturada			Justo valor			Quantia Escriturada			Justo valor		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3
A. Empréstimos concedidos e valores a receber de Bancos Centrais	**185 349**				**185 349**		**156 038**				**156 038**	
1. Depósitos a prazo	11 714			X	X	X	153			X	X	X
2. Reserva obrigatória	173 635			X	X	X	155 885			X	X	X
3. Acordos de recompra invertidos				X	X	X				X	X	X
4. Outros				X	X	X				X	X	X
B. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	**292 854**				**292 854**		**248 061**				**248 061**	
1. Empréstimos concedidos	292 854						248 061					
1.1 Contas correntes				X	X	X				X	X	X
1.2. Depósitos a prazo	2910			X	X	X	2643			X	X	X
1.3. Outros empréstimos concedidos:	289 943			X	X	X	245 418			X	X	X
- Acordos de recompra invertidos	183 994			X	X	X	160 438			X	X	X
- Empréstimos concedidos para locações				X	X	X				X	X	X
- Outros	105 950			X	X	X	84 980			X	X	X
2. Títulos de dívida												
2.1. Títulos estruturados												
2.2. Outros títulos de dívida												
Total	**478 203**				**478 203**		**404 099**				**404 099**	

Legenda:
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

Tal como mencionado acima, a partir de 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto na 7.ª atualização da Circular n.º 262/205 do Banco de Itália, todos os depósitos à ordem nos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, bem como as contas correntes e os empréstimos à ordem e valores a receber (contas correntes e depósitos à ordem) junto de bancos foram reclassificados para a rubrica 10 «Caixa e equivalentes de caixa» da Posição de balanço.

Por conseguinte, em 31 de dezembro de 2022, a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de Bancos Centrais - Reserva Obrigatória», no montante de 174 milhões de euros, inclui também os montantes depositados em cumprimento das reservas obrigatórias dos bancos clientes, para os quais o BFF, a empresa-mãe, presta o serviço indiretamente, enquanto a rubrica «Depósitos a prazo» inclui o saldo do montante depositado junto do banco nacional da Polónia (*Narodowy Bank Polski*) para o financiamento efetuado pela sucursal polaca através do «Lokata Facto», no montante de 11 714 mil euros.

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - depósitos a prazo» refere-se, no montante de 2910 mil euros, ao montante depositado no *Banco de España* como CRM (*Coeficiente de Reservas Mínimas*), relativo ao financiamento efetuado pela sucursal espanhola do Banco através da «Cuenta Facto».

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Acordos de recompra invertidos, no montante de 184 milhões de euros, refere-se a contratos regidos por Acordos principais globais de recompra (GMRA) com outros bancos.

Os «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Outros» consistem principalmente em contas comerciais a receber, ou seja, contas comerciais a receber relativas a transações ligadas à prestação de serviços e, em particular, a posições diárias relacionadas com a prestação de serviços de liquidação por meio de cartões de pagamento.

A rubrica não inclui quaisquer ativos sujeitos a imparidade.

Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes

11 417 647 milhões de euros, incluindo títulos «Detidos para cobrança» no valor de 6 129 228 milhões de euros

A partir de 1 de janeiro de 2018, a rubrica «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» inclui títulos de dívida na carteira Deter para cobrança (HTC), para além de empréstimos a clientes, de acordo com as atualizações da Circular n.º 262 do Banco de Itália, em conformidade com a nova IFRS 9.

Esta rubrica inclui principalmente empréstimos a clientes no valor de 5288,4 milhões de euros (sobretudo montantes devidos por devedores relacionados com atividades de *factoring*) e 6129,2 milhões de euros em títulos de dívida da carteira HTC.

Os empréstimos concedidos e valores a receber de clientes do BFF Banking Group são mensurados ao custo amortizado, determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

As contas comerciais a receber sem recurso pertencentes ao BFF Bank e ao BFF Finance Iberia incluem capital principal e juros de mora corridos desde a data de vencimento da conta comercial a receber. Para o apuramento do custo amortizado, incluindo os juros de mora reconhecidos com base no princípio da especialização económica, o BFF Bank atualiza anualmente as séries cronológicas de dados relativos às percentagens de cobrança de juros de mora e aos prazos, altura em que são elaboradas as demonstrações financeiras. Após esta análise, em 31 de dezembro de 2022, com base na série cronológica, o Banco decidiu alterar a sua abordagem para estimar os juros de mora a incluir no custo amortizado, assumindo assim uma percentagem de cobrança de 50 % em vez dos anteriores 45 %, e alterando o prazo médio de cobrança de 1800 para 2100 dias devido aos impactos da crise provocada pela pandemia COVID-19, que influenciou a suspensão dos prazos das atividades processuais.

Relativamente às contas comerciais a receber adquiridas pelo BFF Finance Iberia, a percentagem média de cobrança relativa a juros de mora tende a ser próxima dos 100 % e, em média, os prazos de cobrança são inferiores ao registados para

contas comerciais a receber do Sistema Nacional de Saúde italiano. No entanto, foi tomada a decisão sensata de, também para 2022, equacionar utilizar os mesmos parâmetros que os utilizados pelo BFF Bank, ou seja, uma taxa de recuperação de 50 % com prazos médios de cobrança de 2100 dias.

No que respeita ao BFF Polska Group, com exceção apenas do BFF Central Europe s.r.o., apesar da importância negligenciável da componente de juros de mora sobre o total dos empréstimos concedidos e dos valores a receber, como parte das atividades destinadas a completar a integração dos processos do Grupo, que incluem também a sincronização das séries cronológicas de dados e dos instrumentos de análise com os utilizados pela Empresa-mãe, os juros de mora acumulados sobre créditos comerciais vencidos são reconhecidos principalmente quando é razoavelmente certo que serão cobrados, com base nos acordos alcançados com as contrapartes devedoras ou no que foi acordado em processos judiciais. No que diz respeito ao BFF Central Europe, importa salientar que é utilizado o método da mensuração ao custo amortizado, e a maioria das receitas reconhecidas dizem respeito a comissões recebidas. Todas as receitas adicionais associadas a juros de mora são reconhecidas apenas em casos específicos, para os quais existe uma certeza razoável de recuperação e para os quais foi definida uma percentagem de recuperação com base na experiência.

O montante cumulativo de juros de mora devidos ao BFF Bank (incluindo sucursais e países geridos em conformidade com os regulamentos relativos à livre prestação de serviços) e ao BFF Finance Iberia, mas ainda não cobrados por contas comerciais a receber sem recurso (a chamada Provisão para juros de mora), ascendeu a 756 milhões de euros, dos quais apenas 346 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados do período e em períodos anteriores.

O montante líquido total das exposições sujeitas a imparidade pelo BFF Banking Group é de 283,8 milhões de euros. Deste montante, 86,4 milhões de euros dizem respeito a empréstimos improdutivos (incluindo 79,7 milhões de euros relativos a municípios e governos distritais em dificuldades financeiras, dos quais 5,7 milhões de euros foram já adquiridos objeto de imparidade) e 12,1 milhões de euros a exposições com probabilidade reduzida de pagamento. As exposições vencidas ascenderam a 185,3 milhões de euros, dos quais 97 % relativos a contrapartes públicas. O valor manteve-se alinhado com o registado a 30 de setembro de 2022, data em que aumentaram em resultado das interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de Incumprimento» (ou «Nova DoD», Orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) emitido pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022.

Esta rubrica inclui igualmente as despesas de cobrança (40 euros). O Decreto Legislativo italiano n.º 231 de 10/9/2002, que transpõe a Diretiva 2000/35/CE que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, estabelece, no que se refere à indemnização por despesas de cobrança, que *«É devido ao credor, sem que seja necessária a constituição de incumprimento, um montante fixo de 40 euros a título de indemnização por perdas e danos, sem prejuízo da prova de danos superiores, que podem incluir despesas de assistência à cobrança de dívida».*

A interpretação do BFF foi confirmada pelo recente acórdão ganho pela empresa-mãe no Tribunal de Justiça da União Europeia, em 20 de outubro de 2022, que constitui a interpretação vinculativa também para as decisões nacionais de todos os Estados-Membros, e confirmou o direito de recuperar pelo menos 40 euros por cada fatura vencida em relação à Administração Pública, independentemente do montante e de um determinado número de faturas fazer parte de um único acordo de pagamento.

Por conseguinte, a empresa-mãe acompanhou as cobranças das despesas de cobrança para desenvolver uma série cronológica que tem atualmente uma profundidade de 4 anos. Tendo em conta a jurisprudência recente, a tendência de aumento da cobrança e as percentagens crescentes de cobrança alinhadas com as dos juros de mora, foi tomada a decisão de incluir este tipo de receitas nas demonstrações financeiras, modificando o método de estimativa das receitas, contabilizando 50 % no momento do acréscimo e reconhecendo simultaneamente o respetivo valor a receber.

O valor cumulativo das despesas de cobrança a que o Grupo tem direito e que ainda não foram cobradas relativamente a contas comerciais a receber adquiridas a título definitivo («provisão de 40 euros») ascendeu a 240,3 milhões de euros, dos quais apenas 119,4 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados do exercício, em resultado da transição da contabilidade de caixa para a contabilidade de exercício.

Os títulos de dívida classificados na carteira HTC, no valor de 6129 milhões de euros, são mensurados ao custo amortizado. Os juros pertinentes são, por conseguinte, reconhecidos na demonstração de resultados utilizando a taxa de rendimento efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022, esta carteira é composta exclusivamente por títulos de dívida pública adquiridos para cobrir o risco de liquidez e otimizar o custo do dinheiro. Esta apresenta um valor nominal total de 6125 milhões de euros e um justo valor de 5946 milhões de euros, com um desvio negativo (antes de impostos) de cerca de 183 milhões de euros em relação à quantia escriturada à mesma data, não reconhecida nas demonstrações financeiras.

4.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de empréstimos concedidos a clientes

11 417 647 milhões de euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022						Total 31.12.2021					
	Quantia Escriturada			*Justo valor*			Quantia Escriturada			*Justo valor*		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3
1. Empréstimos concedidos	**5 004 658**	**278 090**	**5672**			**5 288 419**	**3 768 697**	**98 788**	**5287**			**3 872 777**
1.1 Contas correntes	3444	391		X	X	X	20 498	1141		X	X	X
1.2 Reposição inversa «reverse repos»	67 897			X	X	X	127 452			X	X	X
1.3 Hipotecas				X	X	X				X	X	X
1.4 Cartões de crédito e empréstimos concedidos pessoais, incluindo empréstimos com garantia salarial	173			X	X	X	468			X	X	X
1.5 Locações financeiras	1619			X	X	X	2851			X	X	X
1.6. *Factoring*	3 250 809	237 384	5672	X	X	X	2 418 616	77 352	5287	X	X	X
1.7 Outros empréstimos concedidos	1 680 716	40 315		X	X	X	1 198 811	20 295		X	X	X
2. Títulos de dívida	**6 129 228**			**5 946 465**			**5 792 627**			**5 839 220**		
2.1. Títulos estruturados												
2.2. Outros títulos de dívida	6 129 228			5 946 465			5 792 627					
Total	**11 133 885**	**278 090**	**5672**	**5 946 465**		**5 288 419**	**9 561 323**	**98 788**	**5287**	**5 839 220**		**3 872 777**

Legenda:
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

- A *factoring* de exposição produtivo realizado ascendeu a um total de 3 250 809 euros para o BFF Banking Group. Este incluía contas comerciais a receber sem recurso adquiridas como «produtivas», registadas sob o nome do devedor atribuído, com as condições de desreconhecimento, e mensurados ao custo amortizado, no valor total de 2 507 838 euros para o BFF Bank e 570 385 mil euros para a subsidiária BFF Finance Iberia.
  As contas comerciais a receber sem recurso são adquiridas sobretudo já vencidas, e a respetiva parte em capital é considerada cobrável. O direito aos juros de mora acrescidos e corridos sobre os mesmos e o direito às despesas de cobrança no seu vencimento são adquiridos aquando da compra.

  As contas comerciais a receber adquiridas abaixo do valor nominal totalizaram 25 562 mil euros relativos a juros de mora e 3410 mil euros relativos a despesas de cobrança.

  O *factoring* produtivo sem recurso do BFF Polska Group totalizava 172 585 mil euros.

- Outros empréstimos produtivos a receber de clientes ascendiam a 1 680 716 mil euros. Estes incluíam sobretudo:

  â juros de mora acrescidos no valor aproximado de 198 252 mil euros, dos quais 176 306 mil euros relativos ao BFF Bank e 21 946 mil euros relativos à subsidiária espanhola. Esta quantia já foi reconhecida na demonstração de resultados no exercício em curso e em exercícios anteriores e apenas se refere a juros de mora acrescidos sobre o capital principal já cobrados. Por conseguinte, dos 346,0 milhões de euros de juros de mora reconhecidos na demonstração de resultados, e referentes à provisão existente em 31 de dezembro de 2022, 198,3 milhões de euros referem-se à rubrica sob análise, ao passo que os restantes 136 milhões de euros foram reconhecidos na rubrica *factoring* e 11,8 milhões de euros em outros empréstimos vencidos;

  â despesas de cobrança no valor de 108 902 mil euros, dos quais 84 304 mil euros relativos ao BFF Bank, 23 480 mil euros referentes à subsidiária espanhola e 1118 mil euros relativos ao BFF Central Europe; este montante, juntamente com os 7543 mil euros classificados em empréstimos com imparidade, já foram transferidos para a demonstração de resultados e referem-se a despesas de cobrança já acumuladas sobre contas a receber adquiridas a título definitivo;

  â depósitos de títulos de aproximadamente 242,2 milhões de euros para atividades de liquidação relacionadas com as transações típicas das áreas de negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos Bancários;

  â depósitos de títulos para transações realizadas com a Cassa Compensazione e Garanzia no valor de 268,3

  milhões de euros; â atividades de financiamento do BFF Polska Group no valor de 855 094 mil euros.

- Acordos de recompra invertidos no valor de 67 897 mil euros. Estes são exposições decorrentes de contratos com clientes regulados pelo Acordo principal global de recompra (GMRA).

- Os serviços de crédito em conta corrente no valor de 20 498 mil euros destinam-se à utilização de linhas de crédito concedidas a empresas de gestão de ativos e fundos que utilizam os serviços do banco de custódia (como parte dos serviços oferecidos pela unidade de negócios Serviços de Títulos) ou por clientes empresariais a quem são prestados serviços de cobrança e pagamento (como parte dos serviços prestados pelo Departamento de Pagamentos Bancários).

- As locações financeiras produtivas do BFF Polska Group totalizaram 1619 mil euros.

- Os ativos líquidos sujeitos a imparidade do BFF Banking Group ascenderam a um total de 283 762 mil euros. Estes incluem:

  â Os empréstimos improdutivos são exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou em situações basicamente semelhantes, independentemente de quaisquer projeções de perdas feitas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de empréstimos improdutivos do Banking Group, líquido de imparidades, ascendeu a 86 372 mil euros, dos quais 5672 mil euros adquiridos já sujeitos a imparidade. Os empréstimos improdutivos líquidos relativos a municípios italianos e governos distritais em dificuldades financeiras ascenderam a 79 662 mil euros, representando 92,2 % do total.
Os empréstimos improdutivos brutos ascendiam a 104 663 mil euros. A respetiva imparidade perfez um total de 18 290 mil euros. A parte da provisão para juros de mora relativa a exposições improdutivas, reconhecida no momento da alteração nas estimativas em 2014, era igual a 997 mil euros, integralmente sujeito a imparidade. Ao ter em conta também esta quantia, os empréstimos improdutivos brutos ascenderam a 105 660 mil euros e as correções relevantes totalizaram 19 287 mil euros.
Relativamente à empresa-mãe, em 31 de dezembro de 2022, o total de empréstimos improdutivos, líquido de quaisquer perdas por imparidade estimadas, ascendeu a 80 271 mil euros, dos quais 79 662 mil euros relativos aos municípios e governos distritais italianos em dificuldades financeiras; este caso é classificado como improdutivo em conformidade com as indicações fornecidas pela Autoridade de Supervisão, não obstante o facto de o BFF Banking Group ter legalmente direito a receber 100 % do capital principal e juros de mora no final do processo de insolvência.
Concretamente, o montante de 5672 mil euros diz respeito a empréstimos concedidos e valores a receber de entidades locais (municípios, distritos) que já se encontravam em dificuldades financeiras no momento da compra e que foram adquiridos em condições especiais.
As posições remanescentes referentes ao BFF Bank estão sujeitas a imparidade com base em avaliações subjetivas resultantes de pareceres jurídicos. Os empréstimos improdutivos brutos relativos ao BFF Polska Group totalizavam 21 151 mil euros. Após perdas de imparidade estimadas em 15 811 mil euros, ascendem a 5340 mil euros.

- As exposições com probabilidade reduzida de pagamento do BFF Banking Group referem-se sobretudo a posições do BFF Polska Group. Estas exposições refletem o parecer feito pelo intermediário sobre a improbabilidade de - excluindo ações como a aplicação de garantias - o devedor cumprir integralmente (relativamente ao capital e/ou juros) as suas obrigações de crédito.
  Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações).
  Em 31 de dezembro de 2022, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» ascendiam a 16 374 mil euros, dos quais 14 439 mil euros imputáveis ao BFF Polska Group, 1593 mil euros ao banco e 342 000 mil euros ao BFF Finance Iberia. O valor líquido total é de 12 132 mil euros, referindo-se principalmente ao BFF Polska Group.
- As exposições vencidas líquidas do BFF Banking Group ascenderam a 185 257 mil euros. Referem-se à empresa-mãe no valor de 170 890 mil euros, à subsidiária espanhola no valor de 13 556 mil euros e ao BFF Polska Group no valor de 811 000 mil euros. 97,4 % destas exposições dizem respeito a contrapartes públicas. O valor manteve-se alinhado com o registado a 30 de setembro de 2022, data em que as contas comerciais a receber classificadas como vencidas aumentaram em resultado das interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de Incumprimento» (ou «Nova DoD», Orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) emitido pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022. No entanto, não se verificou um aumento do perfil de risco efetivo da carteira de empréstimos.

No que diz respeito às atividades do BFF Polska Group, foram concedidas moratórias voluntárias num montante total de 1926 mil euros, representadas principalmente por clientes empresariais (aproximadamente 45 %), entidades do setor público (aproximadamente 22 %) e clientes retalhistas (aproximadamente 33 %). Os principais produtos afetados são as exposições de crédito decorrentes de montantes, representando aproximadamente 64 %, empréstimos, 25 % de empréstimos (MEDLekarz - empréstimos a práticas médicas), 7 % de operações de *factoring* e uns residuais 4 % relativos a operações de locação financeira. Em comparação com 31 de dezembro de 2021, registou-se uma diminuição de cerca de 200 mil euros.

Justo valor

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» da demonstração financeira refere-se sobretudo a contas comerciais a receber sem recurso, para os quais não existe um mercado ativo e líquido. Existem, nomeadamente, contas comerciais vencidas a receber de organismos da administração pública para as quais não pode ser determinado facilmente um preço numa transação hipoteticamente independente, em parte devido à dificuldade em avaliar razoavelmente o risco de liquidez que seria aceite pelo mercado para essas transações.

Consequentemente, a quantia escriturada (determinada com base no custo amortizado e tendo em conta qualquer imparidade individual e coletiva), em relação à natureza, tipo, duração desses ativos e projeções de cobrança relacionadas, foi considerada como sendo substancialmente representativa do justo valor dessas contas comerciais a receber à data de relato.

4.3 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por mutuário/emitente de empréstimos concedidos a clientes

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito
1. Títulos de dívida	**6 129 228**			**5 792 627**		
a) Organismos de administração pública	6 129 228			5 792 627		
b) Outras sociedades financeiras						
das quais: companhias de seguros						
c) Sociedades não financeiras						
2. Empréstimos concedidos a:	**5 004 658**	**278 090**	**5672**	**3 768 696**	**98 789**	**5287**
a) Organismos de administração pública	4 243 798	254 674	5672	3 347 055	77 501	5287
b) Outras sociedades financeiras	516 352	391		220 300	1141	
das quais: companhias de seguros	1					
c) Sociedades não financeiras	191 446	19 393		165 660	19 767	
d) Agregados familiares	53 061	3632		35 681	380	
Total	**11 133 885**	**278 090**	**5672**	**9 561 323**	**98 789**	**5287**

4.4 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: montante bruto e correções totais

(Montantes em milhares de euros)

	Valor bruto					Total de correções				Anulações (*write-offs*)
	Fase 1	dos quais: Instrumentos com baixo risco de crédito	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	parciais totais(*)
Títulos de dívida	6 130 036					809				
Empréstimos concedidos	4 335 758		1 148 361	301 329	5678	690	569	23 240	6	
Total 31.12.2022	**10 465 795**		**1 148 361**	**301 329**	**5678**	**1498**	**569**	**23 240**	**6**	
Total 31.12.2021	**9 106 742**		**861 118**	**118 965**	**5493**	**1975**	**463**	**20 176**	**206**	

(*) Valor fornecido para fins informativos.

4.4a Empréstimos concedidos a custo amortizado sujeitos às medidas de apoio à Covid-19: valor bruto e total de correções

(Montantes em milhares de euros)

	Valor bruto					Total de correções				Anulações (*) (*write-offs*) totais parciais (*)
	Fase 1	dos quais: Instrumentos com baixo risco de crédito	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	
1. Empréstimos concedidos em conformidade com a GL	1381		119	426						
2. Empréstimos concedidos sujeitos a medidas de moratória em vigor que deixaram de estar em conformidade com as GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação										
3. Empréstimos concedidos sujeitos a outras medidas de reestruturação										
4. Novos financiamentos										
Total 31.12.2022	**1381**		**119**	**426**						
Total 31.12.2021	**1601**		**232**	**287**						

(*) Valor fornecido para fins informativos

Secção 5 - Derivados de cobertura - Rubrica 50

A rubrica é igual a zero

5.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo de cobertura e nível

(Montantes em milhares de euros)

	Justo valor 31.12.2022			VN 31.12.2022	Justo valor 31.12.2021			VN 31.12.2021
	N1	N2	N3		N1	N2	N3	
A. Derivados financeiros								
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa						13		17 403
3) Investimentos estrangeiros								
B. Derivados de crédito								
2) Fluxos de caixa								
Total						13		17 403

Legenda:
VN = valor nocional
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

A rubrica inclui o justo valor positivo relativo a coberturas de *swap* de taxa de juro com nocional em zlótis definido com o objetivo de cobrir os empréstimos desembolsados em zlótis às subsidiárias polacas ao abrigo dos atuais acordos entre empresas. Esta rubrica em 31 de dezembro de 2022 é igual a zero.

5.2 Derivados de cobertura: desagregação por carteiras cobertas e tipo de cobertura

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica em questão era igual a zero.

Secção 7 - Investimentos em capitais próprios - Rubrica 70

13 656 mil euros

A quantia refere-se a investimentos em capitais próprios em duas sociedades de advogados nas quais o BFF Polska é um sócio comanditário, bem como ao investimento em capitais próprios na Unione Fiduciaria de 26,46 % do seu capital.

Note-se que os investimentos acima mencionados são consolidados utilizando o método de equivalência patrimonial (e não na sua totalidade).

7.1 Investimentos em capitais próprios: informações sobre relações de investimento

Nome	Sede social	Escritório de operações	Tipo de relação	Relação de propriedade		Direitos de voto %
				Detido por	Investimento %	
A. Empresas controladas conjuntamente						
B. Empresas sobre as quais é exercida uma influência significativa						
1. Unione Fiduciaria	Milão (Itália)	Milão (Itália)	Direito de voto na Assembleia de Acionistas	BFF Bank S.p.A.	26,46 %	26,46 %
2. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź (Polónia)	Łódź (Polónia)	Outras formas de controlo	BFF Polska S.A.	99 %	99 %
3. Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź (Polónia)	Łódź (Polónia)	Outras formas de controlo	Debt-Rnt sp. Z O.O	99 %	99 %

7.4 Participações não significativas: informações contabilísticas

(Montantes em milhares de euros)

Nome	Quantia escriturada de investimentos em capitais próprios	Total de ativos	Total de passivos	Total do rédito	Lucros (perdas) após impostos de operações continuadas	Lucros (perdas) de operações após impostos	Lucros (perdas) do exercício (1)	Outros componentes abrangentes de rendimentos, (despesas), após impostos (2)	Rendimento integral (3) = (1) + (2)
A. Empresas controladas conjuntamente									
B. Empresas sobre as quais é exercida uma influência significativa									
1. Unione Fiduciaria S.p.A.	13 571	78 824	78 793	20 317	31		31		31
C. Empresas inteiramente controladas									
1. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	4 340		220	734	114		114		114
2. Restrukturyzacyjna Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	81	80	4	8	(6)		(6)		(6)

7.5 Investimentos em capitais próprios: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
A. Saldo inicial	13 484	88
B. Aumentos	174	13 397
B.1 Aquisições		
B.2 Ganhos por imparidade		
B.3 Reavaliações	174	4832
B.4 Outras alterações		8565
C. Reduções	(2)	(1)
C.1 Vendas		
C.2 Perdas por imparidade		
C.3 Imparidade		
C.4 Outras alterações	(2)	(1)
D. Saldo final	13 656	13 484
E. Total de reavaliações		
F. Total de correções		

Secção 9 - Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento - Rubrica 90

54 349 mil euros

9.1 Ativos fixos tangíveis com utilização funcional: desagregação dos ativos mensurados ao custo

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Ativos detidos	41 844	20 161
a) terrenos	22 575	6324
b) edifícios	17 424	11 017
c) mobiliário	199	252
d) sistemas eletrónicos	1070	1516
e) outros	576	1052
2. Ativos sob direito de uso	12 505	16 290
a) terrenos		
b) edifícios	11 822	15 290
c) mobiliário		
d) sistemas eletrónicos		
e) outros	683	1000
Total	**54 349**	**36 452**
dos quais: obtidos da aplicação de garantias recebidas		

9.6 Ativos fixos tangíveis de uso funcional: variações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Terrenos	Edifícios	Mobiliário	Sistema eletrónico	Outros	Total
A. Saldos iniciais brutos	**6325**	**34 932**	**2881**	**11 338**	**6868**	**62 345**
A.1 Total das perdas líquidas por imparidade		(8625)	(2629)	(9822)	(4815)	(25 892)
A.2 Saldos iniciais líquidos	6325	26 307	252	1516	2053	36 453
B. Aumentos:	**16 250**	**11 681**	**81**	**458**	**593**	**29 063**
B.1 Aquisições			5	453	48	**506**
B.2 Custos de melhoramento capitalizados						
B.3 Reversões de perdas por imparidade						
B.4 Aumentos no justo valor por via de:						
a) capital próprio						
b) lucros ou perdas						
B.5 Ganhos cambiais						
B.6 Transferências de propriedades de investimento			X	X	X	
B.7 Outros aumentos	16 250	11 681	76	5	545	**28 557**
C. Reduções:		**(8742)**	**(134)**	**(902)**	**(1388)**	**(11 166)**
C.1 Vendas					(3)	(3)
C.2 Depreciação		(3148)	(134)	(906)	(741)	(4930)
C.3 Perdas por imparidade						
reconhecidas em:						
a) capital próprio						
b) lucros ou perdas						
C.4 Reduções ao justo valor por via de:						
a) capital próprio						
b) lucros ou perdas						
C.5 Perdas cambiais		(9)			(4)	**(13)**
C.6 Transferências para:						
a) propriedades de investimento			X	X	X	
b) ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas						
C.7 Outras reduções		(5585)		4	(640)	(6220)
D. Saldos finais líquidos	**22 575**	**29 246**	**199**	**1070**	**1259**	**54 349**
D.1 Total das perdas líquidas por imparidade		(7722)	(2787)	(10 745)	(5642)	**(26 896)**
D.2 Saldo final bruto	22 575	36 968	2987	11 815	6900	81 245
E. Mensuração ao custo	**22 575**	**36 968**	**2987**	**11 815**	**6900**	**81 245**

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» ascendia a um total de 54 349 mil euros. Deste montante, 27 7634 mil euros eram relativos ao BFF Bank, 24 312 mil euros ao BFF Immobiliare, 1305 mil euros ao BFF Polska Group, 963 mil euros ao BFF Finance Iberia e 5 mil euros ao BFF Techlab.

A 31 de dezembro de 2022 a rubrica relativa ao BFF Bank era composta sobretudo por:

- Terrenos no valor de 22 575 mil euros, dos quais 6325 mil euros relativos ao imóvel propriedade do BFF Bank e 16 250 mil euros relativos à aquisição pela subsidiária BFF Immobiliare de uma área de construção localizada em Milão para a construção da futura sede do BFF Bank;
- Edifícios (incluindo manutenção extraordinária capitalizada) no valor de 17 424 mil euros, incluindo também o imóvel de Roma na Via Elio Chianesi 110/d, propriedade do DEPObank, bem como o imóvel na Via Domenichino 5;
- Ativos sob direito de uso relativos à aplicação da IFRS 16 sobre locações no valor de 12 505 mil euros, dos quais 11 822 mil euros relativos a ativos em regime de locação pela Empresa-mãe e respetivas subsidiárias. Para informações adicionais sobre esta questão, consultar a secção M relativa às Notas anexas.

No decurso de 2022, a empresa-mãe vendeu o imóvel em Roma na via Bertoloni, realizando ganhos de capital brutos do efeito fiscal de 317 mil euros.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, no que se refere ao âmbito do BFF, os terrenos e edifícios detidos em Milão (Via Domenichino 5) foram reconhecidos separadamente com base numa avaliação levada a cabo pela mesma empresa que determinou o seu valor.

Secção 10 - Ativos intangíveis - Rubrica 100

70 155 mil euros (dos quais 30 957 mil euros relativos a *goodwill*)

10.1 Ativos intangíveis: desagregação por tipo de ativo

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2022		Total 31.12.2021	
	Vida útil definida	Vida útil indefinida	Vida útil definida	Vida útil indefinida
A.1 *Goodwill*	X	30 957	X	30 874
A.2 Outros ativos intangíveis	39 198		36 673	
dos quais: *software*	11 849		7593	
A.2.1 Ativos mensurados ao custo:				
a) Ativos intangíveis gerados internamente				
b) Outros ativos	39 198		36 673	
A.2.2 Ativos mensurados ao justo valor:				
a) Ativos intangíveis gerados internamente				
b) Outros ativos				
Total	**39 198**	**30 957**	**36 673**	**30 874**

A rubrica é composta essencialmente pelo valor do *goodwill* resultante da aquisição do BFF Polska Group em 2016 de 22 146 mil euros, da antiga IOS Finance (atualmente fundida na BFF Finance Iberia) em 2019 de 8728 mil euros e da BFF Techlab no último trimestre de 2022 de 83 mil euros, bem como dos Contratos de Cliente no valor de 21 828 mil euros, um dos quais sujeito a uma perda por imparidade de acordo com o teste de imparidade realizado por um perito independente no valor de cerca de 1102 mil euros.

Para mais informações, consultar a Parte G «Concentrações de atividades empresariais» das Notas anexas às demonstrações financeiras.

No que respeita ao *goodwill* com uma vida útil indefinida reconhecida nas demonstrações financeiras e em conformidade com o descrito na IAS 36, em 2022 foi realizado um teste de imparidade sobre o *goodwill* reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, relativo ao BFF Polska Group, BFF Iberia (anteriormente IOS Finance) e BFF Techlab (anteriormente MC3 - Informática) a fim de determinar a quantia recuperável.

Teste de imparidade ao *goodwill* reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas relativo ao BFF Polska Group e ao BFF Iberia (anteriormente IOS Finance)

O teste de imparidade ao *goodwill* destina-se a identificar a probabilidade de a quantia recuperável da unidade geradora de caixa ou do grupo de unidades geradoras de caixa a que está imputada não ser inferior à sua quantia escriturada, sendo a quantia recuperável a mais elevada entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de venda (IAS 36.18). O *goodwill* não constitui um ativo separável do resto da empresa e, por conseguinte, o teste de imparidade destina-se a verificar se o valor de toda a empresa (excluindo os ativos não diretamente funcionais para o desempenho da empresa, ou «ativos excedentários») é superior à quantia escriturada geral.

Especificamente, a quantia recuperável é estimada fazendo referência ao «Valor em uso» com base no orçamento de 2023, para as duas UGC referentes à BFF Polska e à BFF Finance Iberia (doravante também a «UGC Polska» e a «UGC Iberia»), e fazendo referência ao justo valor com base em múltiplos de mercado para a nova UGC BFF Techlab. Além disso, também para as UGC Iberia e Polska, foi estimado o justo valor relativo.

O valor de uso estimado baseia-se, para as duas UGC Polska e Iberia, nos fluxos de caixa esperados no orçamento de 2023. O processo de estimativa requer a realização de análises apropriadas sobre a diferença entre os valores preliminares e o orçamento para compreender a razão subjacente a estas diferenças. Os fluxos previstos foram utilizados para as avaliações, uma vez verificada a razoabilidade das projeções, realizada pela:

a) análise da natureza das variações entre o orçamento e a previsão (utilizada para a elaboração do orçamento) e a incorporação de variações (permanentes) nas projeções efetuadas, e

b) verificação de que as projeções consolidadas se enquadram no intervalo expresso pelos analistas de capitais próprios.

A análise das projeções dos analistas de capitais próprios a nível consolidado evidencia que os analistas projetam um crescimento significativo para o BFF a partir de 2023 (ano de referência do orçamento). Isto demonstra que a abordagem de usar apenas o orçamento para estimar a quantia recuperável é particularmente prudente.

Para a UGC BFF Techlab, adquirida em outubro de 2022, tratando-se de um negócio essencialmente cativo, a fim de dar maior ênfase aos indicadores de mercado externo em conformidade com o estabelecido na IAS 36, a empresa-mãe optou por uma abordagem para estimar a quantia recuperável baseada na determinação do justo valor com base em múltiplos de mercado.

Em particular, no que diz respeito às duas rubricas de *goodwill* da UGC Polska e da UGC Iberia, no decurso de 2022 foram adotados o método do Modelo de Atualização dos Dividendos e a fórmula de avaliação, com base nos quais o valor de uso de cada unidade geradora de caixa (UGC) é igual ao valor presente dos dividendos esperados no período de previsão explícito (exercício orçamental) e ao valor terminal obtido projetando em termos de perenidade à taxa de capitalização (coe-g) o dividendo sustentável para além do período de previsão explícito.

A fórmula de avaliação utiliza um nível de dividendos distribuíveis compatível com uma absorção em termos de capital regulamentar igual a 12,50 % dos Ativos Ponderados pelo Risco. A fórmula não tem prudentemente em conta a distribuição de eventuais excedentes de capital regulamentar.

Para estimar o custo de oportunidade do capital próprio («coe») foi utilizado o Modelo de Avaliação dos Ativos Financeiros, ajustado para considerar a dimensão reduzida do BFF Banking Group e das suas UGC, com base no qual:

- Coe = *Sem risco*$_t$ +β x (Prémio por risco do capital próprio) + Prémio de dimensão,
- Sem risco = para considerar os efeitos da guerra Rússia/Ucrânia, como sugerido pela Autoridade de Avaliação Italiana, e para incorporar a tendência de subida das taxas de juro, em descontinuidade parcial com o método utilizado no ano anterior, a taxa sem risco foi estimada com base no rendimento até à maturidade da taxa do governo a dez anos do país em que a UGC opera, correspondente à média de 6 meses à data de 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 foi considerada a média de 1 ano) dos rendimentos até à maturidade da referência em títulos do governo a dez anos da fonte Datastream,
- β = coeficiente que expressa o risco de um título, estimado para as UGC como sendo igual a 1,22x e baseado nos rendimentos históricos mensais a 5 anos dos títulos de empresas comparáveis e nos respetivos índices do mercado local (uma vez que se verificou que as estimativas beta baseadas noutros horizontes temporais eram menos significativas). As empresas comparáveis são as empresas europeias inquiridas pelo fornecedor RBICS FactSet como operando no subsetor a que o BFF Banking Group pertence e correspondentes ao subsetor das Agências de Cobrança e Serviços de *Factoring* de Empréstimos. Foram consideradas apenas as empresas com receitas no subsector superiores a 20 % do volume de negócios total

- Prémio de risco de capital próprio = prémio de risco de mercado. Com o novo cenário de taxas, o Grupo optou por tomar como medida do prémio de risco do capital próprio o prémio de risco histórico estimado pelo Credit Suisse (Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2022) dos diferentes países da UE, ponderado pelo peso de cada país, tal como calculado pela agência da UE ORECE (Organismo dos Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas) no documento datado de 06.09.2022 «*WACC parameter calculations according to the European Commission's WACC Notice of 6th November 2019 (*WACC *parameters Report* 2022)». Este prémio de risco está alinhado em 5,7 %.
- Prémio por dimensão = prémio de risco por dimensão reduzida e alinhado com o prémio por risco histórico inquirido pelos académicos Fama e franceses desde 1970. Esta estimativa a 31 de dezembro de 2022 é igual a 1,9 %.

A taxa de crescimento «g» foi prudentemente assumida como sendo igual a 0 %.

Em continuidade com o ano anterior, as empresas comparáveis selecionadas foram as empresas europeias inquiridas pelo fornecedor RBICS (FactSet) como operando no subsetor a que o BFF Banking Group pertence e correspondentes ao subsetor das Agências de Cobrança e Serviços de *Factoring* de Empréstimos. A amostra do ano passado foi integrada com as empresas inquiridas este ano que operam no mesmo subsetor.

Assim sendo, no que diz respeito à UGC BFF Polska, o valor estimado de uso (incluindo dividendo de 2022) que surgiu é de 158,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (em comparação com 266,3 milhões de euros no final do ano anterior). Não foram identificadas perdas por imparidade na comparação deste valor com a quantia escriturada (de 125,2 milhões de euros).

De acordo com a IAS 36, foi efetuada uma análise de sensibilidade para identificar a alteração nas variáveis-chave que torna a quantia recuperável igual à quantia escriturada nas demonstrações financeiras consolidadas das diferentes UGCs.

Esta análise mostra que, em relação à UGC Polska, uma alteração ascendente nos custos de modo a diminuir as margens (= lucro líquido/rendimento total) em 11,60 % e uma redução do rendimento total de 22,33 % resultaria no alinhamento da quantia recuperável com a quantia escriturada.

No que diz respeito à UGC Ibéria, o valor de uso relativo estimado que foi obtido é de 133,17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 (em comparação com 149,7 milhões de euros no final do ano anterior). Também neste caso, não foram identificadas perdas por imparidade na comparação deste valor com a quantia escriturada (de 35,6 milhões de euros).

A análise de sensibilidade realizada a fim de identificar a alteração nas variáveis-chave que torna a quantia recuperável igual à quantia escriturada nas demonstrações financeiras consolidadas das diferentes UGCs mostrou que, no que diz respeito à UGC Ibéria, uma redução nas margens (ou lucro líquido/rendimento total) de 30,70 % e uma diminuição no rendimento total de 71,53 % resultaria no alinhamento da quantia recuperável com a quantia escriturada. Os aumentos no custo do capital próprio e a diminuição da taxa de crescimento do rendimento necessária para identificar um valor alinhado com a quantia escriturada não foram significativos.

Afetação do Preço de Compra (PPA, Purchase Price Allocation) da concentração de atividades empresariais com a BFF Techlab S.r.l. e respetivo teste de imparidade

Antes de proceder ao teste de imparidade da recém-adquirida BFF Techlab, de acordo com a IFRS 3 - revista, a empresa-mãe concluiu a afetação do preço de compra («PPA») da antiga MC3 Informatica S.r.l (atualmente «BFF Techlab S.r.l») em 31 de dezembro de 2022.

Especificamente, a norma estabelece que uma concentração de atividades empresariais pode ser reconhecida numa base provisória até ao final do exercício em que a concentração é efetuada, mas deve ser finalizada no prazo de 12 meses a contar da

data de aquisição. A IFRS 3 estabelece que a contrapartida transferida numa concentração de atividades empresariais deve ser mensurada ao justo valor, calculada como a soma dos justos valores à data de aquisição dos ativos transferidos pela adquirente, dos passivos incorridos pela adquirente para com os antigos proprietários da adquirida e dos juros de capital próprio emitidos pela adquirente. Exemplos de potenciais formas de retribuição incluem dinheiro, outros ativos, uma atividade empresarial ou uma subsidiária da adquirente, retribuição contingente, instrumentos de capital próprio ordinários ou preferenciais, opções, garantias e interesses de membros de entidades mutualistas. No caso da BFF Techlab, a contrapartida da concentração de atividades empresariais, no montante de 384,2 mil euros, não se alterou pelo facto de o resultado do exercício de 2022 não contribuir para a formação do preço, conforme estabelecido no acordo de aquisição.

Portanto, a adquirente deve determinar a quantia de *goodwill* como a extensão da diferença entre as quantias (a) e (b), conforme definido abaixo:

a) Soma dos seguintes elementos:

â a contrapartida da concentração de atividades empresariais, mensurada em conformidade com a IFRS 3;

â a quantia de quaisquer interesses não controlados na atividade empresarial adquirida, determinada em conformidade com a IFRS 3; â em concentrações de atividades empresariais levadas a cabo em múltiplas fases, o justo valor à data de aquisição dos interesses anteriormente detidos pela adquirente na entidade adquirida;

b) o valor líquido das quantias, à data de aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e passivos.

Como parte do processo de PPA, para a concentração de atividades empresariais, o dia 3 de outubro de 2022 foi identificado como a data de aquisição do controlo da subsidiária pela empresa-mãe. Esta data refere-se aos valores dos ativos da antiga MC-3 em 30 de setembro de 2022 (último dia útil antes da data de aquisição).

A comparação entre a contrapartida da concentração de atividades empresariais de 384,2 milhões de euros e o valor dos ativos líquidos de 301,5 milhões de euros, conforme reconhecido na posição de balanço ao justo valor em 30 de setembro de 2022 (data considerada) da antiga MC-3, gerou uma diferença de 82,7 milhões de euros a alocar ao *goodwill* nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

Para mais informações, consultar a Parte G «Concentrações de atividades empresariais» das Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

No que respeita ao teste de imparidade, tratando-se de um negócio essencialmente cativo, a fim de dar maior ênfase aos indicadores do mercado externo em conformidade com o estabelecido na IAS 36, a empresa-mãe optou por uma abordagem para estimar a quantia recuperável baseada na determinação do justo valor com base em múltiplos de mercado.

O justo valor foi estimado com base em múltiplos de empresas comparáveis cotadas em bolsa e, para o efeito, foram selecionadas 28 empresas italianas cotadas em bolsa que operam com o mesmo código ATECO que a BFF Techlab (código 6201 - produção de software não relacionado com a edição) a partir da base de dados AIDA.

Em vez de utilizar médias/medianas simples de múltiplos de empresas comparáveis, foi utilizado um mapa de valor. Dada a natureza industrial das atividades (e menos financeira do que a atividade do BFF Banking Group), foram tomadas as seguintes medidas:

- foi utilizado um mapa de valor de ativos que considera o Valor da Empresa (*Enterprise Value - EV*) (soma da capitalização bolsista, dos interesses minoritários e da situação financeira líquida) que considera o múltiplo Valor da Empresa/Vendas de Consenso(*Consensus Sales*) 2022 expresso com base na margem EBITDA esperada para 2022;
- pressuposto da mediana do múltiplo EV/Consensus EBITDA 2022.

Os dados necessários para a construção dos múltiplos provêm da Datastream (os dados de previsões para 2022 provêm do IBES).

A regressão considerou a variável associada à Margem EBITDA 2022, bem como outra variável representada pela dimensão, representada pelo logaritmo natural do volume de negócios.

A regressão final utilizada foi:

$$\textit{Valor da Empresa / Vendas de Consenso}_{2022} = \alpha + \beta \times (\text{EBITDA 2022 /}\textit{Vendas}\text{ 2022})$$

$$\textit{Valor da Empresa} = \textit{Capitalização de}\ \text{mercado}_{i,26.01.2023} + \textit{Consenso}\ \text{Dívida Líquida 2022} + \textit{Últimas minoritárias reportadas}$$

A aplicação do mapa de valor à UGC BFF Techlab devolve um Valor da Empresa de 556 mil euros e um correspondente valor de Capital Próprio, devido à presença de caixa, de 842 mil euros. Este valor é superior ao capital próprio «*goodwill* alocado *cum*» (igual a 387 mil euros), pelo que não há necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade.

Mensuração do justo valor do Contrato de Cliente reconhecido nas demonstrações financeiras e relativo à Unidade de negócio de Serviços de Títulos.

No que diz respeito ao Contrato de Cliente da Unidade de negócios Serviços de Títulos surgida durante a PPA, relacionada com a concentração de atividades empresariais com o DEPObank, a rescisão recebida do cliente Arca Fondi SGR (recebida em novembro de 2021 a partir de 2023) constituiu um evento desencadeador nos termos das IFRS. Por conseguinte, já em 2021, o seu justo valor foi estimado.

Em particular, o acontecimento em questão teve como consequência:

(i) a necessidade de repetir a medição em 31 de dezembro de 2021 (em conformidade com a IAS 36),

(ii) a necessidade de avaliar se a vida útil remanescente (de acordo com a IAS 38) do intangível (que durante a PPA foi assumida como sendo igual a 10,5 anos) tinha mudado.

Conforme consta das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, a partir desse ano a estimativa do valor de uso que surgiu foi alinhada com os resultados da PPA e, portanto, a estabilidade do valor dos ativos intangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras consolidadas foi confirmada.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a IAS 36, a empresa-mãe repetiu o teste de imparidade para verificar se o contrato de cliente em questão tinha mantido o seu valor.

Em particular, no que respeita à avaliação efetuada em 2021, em 31 de dezembro de 2022:

a) foi confirmada a utilização de uma taxa que não tem em conta o risco decorrente de uma elevada concentração de clientes;

b) foi considerada a receita (receitas líquidas de taxas e comissões) estimada para 2023 em relação aos clientes existentes em 31 de dezembro de 2022;

c) foi utilizada uma vida residual igual à da PPA, reduzida pelo tempo decorrido desde a data de avaliação;

d) foi considerada a mesma margem das relações com clientes assumida para a PPA;

e) foi utilizado um custo de oportunidade do capital próprio estimado em 11,26 %. Para estimar o custo de oportunidade do capital próprio (custo do capital próprio - «coe») foi utilizado o Modelo de avaliação dos ativos financeiros, ajustado para considerar a dimensão reduzida do BFF Banking Group e das suas UGC, com base no qual:

Coe = Sem risco$_t$ *+ β x (Prémio por risco do capital próprio) + Prémio défice dimensão*

Sem risco t = para considerar os efeitos da guerra Rússia/Ucrânia, como sugerido pela ESMA e pela Autoridade de Avaliação Italiana, e para incorporar a tendência de subida das taxas de juro, em descontinuidade parcial com o método utilizado no ano anterior, a taxa sem risco foi estimada com base no rendimento até à maturidade da taxa do governo italiano a dez anos, correspondente à média de 6 meses à data de 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 foi considerada a média de 1 ano) dos rendimentos até à maturidade da referência em títulos do governo a dez anos da fonte Datastream.

β = coeficiente que exprime o risco de um título, estimado para as UGC como sendo igual a 0,97x e baseado, em continuidade com o método aplicado no ano anterior, nos rendimentos históricos mensais a 5 anos dos títulos de empresas comparáveis (a operar no setor dos Serviços de Títulos) e nos respetivos índices do mercado local.

Prémio de risco de capital próprio = prémio de risco de mercado. Com o novo cenário de taxas, o Grupo optou por tomar como medida do prémio de risco do capital próprio o prémio de risco histórico estimado pelo Credit Suisse (Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2022) dos diferentes países da UE, ponderado pelo peso de cada país, tal como calculado pela agência da UE ORECE (Organismo dos Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas) no documento datado de 06.09.2022 «WACC parameter calculations according to the European Commission's WACC Notice of 6th November 2019 (WACC parameters Report 2022)». Este prémio de risco está alinhado em 5,7 %.

Prémio por dimensão = prémio de risco por dimensão reduzida e alinhado com o prémio por risco histórico inquirido pelos académicos Fama e franceses desde 1970. Esta estimativa em 31 de dezembro de 2022 é de 1,9 %.

Assim sendo, o justo valor estimado da Relação com Clientes em 31 de dezembro de 2022 era de 9,6 milhões de euros, inferior à quantia escriturada do ativo intangível na mesma data, tornando-se assim necessário registar uma perda por imparidade (de 1,1 milhões de euros) de forma a ajustar a quantia escriturada aos resultados do teste de imparidade.

Por último, para além do *goodwill* e dos contratos com clientes, a rubrica inclui também outros ativos intangíveis com vida útil definida, que dizem respeito a investimentos em novos programas de *software* plurianuais, amortizados numa base de linha reta ao longo das respetivas vidas úteis estimadas (não superior a 4 anos para a totalidade do Banking Group).

10.2 Ativos intangíveis: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Goodwill	Outros ativos intangíveis: gerados internamente		Outros ativos intangíveis: outros		Total
		DEF	INDEF	DEF	INDEF	
A. Saldo inicial	**30 874**			**42 607**		**73 481**
A.1 Total das perdas líquidas por imparidade				(5934)		(5934)
A.2 Saldos iniciais líquidos	**30 874**			**36 673**		**67 547**
B. Aumentos	**83**			**14 201**		**14 284**
B.1 Aquisições	83			14 042		14 125
B.2 Aumentos em ativos gerados internamente	X					
B.3 Reversões de perdas por imparidade	X					
B.4 Aumentos no justo valor						
- ao capital próprio	X					
- aos lucros ou perdas	X					
B.5 Ganhos cambiais						
B.6 Outros aumentos				159		159
C. Reduções				**(11 676)**		**(11 676)**
C.1 Vendas						
C.2 Amortizações e perdas por imparidade líquidas						
- Amortização	X			(10 452)		(10 452)
- Perdas por imparidade				(1102)		(1102)
+ capitais próprios dos acionistas	X					
+ lucros ou perdas				(1102)		(1102)
C.3 Reduções ao justo valor						
- ao capital próprio	X					
- aos lucros ou perdas	X					
C.4 Transferências para ativos não correntes detidos para venda						
C.5 Perdas cambiais				(46)		(46)
C.6 Outras alterações				(76)		(76)
D. Saldos finais líquidos	**30 957**			**39 198**		**70 155**
D.1 Total das perdas líquidas por imparidade				(5780)		(5780)
E. Saldos finais brutos	**30 957**			**44 978**		75 935
F. Mensuração ao custo	**30 957**			**44 978**		**75 935**

Legenda:
DEF = vida útil definida
INDEF = vida útil indefinida

Secção 11 - Ativo e passivo por impostos– Rubrica 110 de ativos e rubrica 60 de passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos por impostos correntes ascendem a 60 707 mil euros e 136 003 mil euros, respetivamente, e incluem o saldo líquido das posições fiscais do Grupo relativamente às administrações fiscais, de acordo com o disposto na IAS 12. Em particular, estes elementos incluem o saldo líquido dos passivos por impostos correntes do ano, calculado de acordo com uma estimativa prudencial do encargo fiscal devido para o exercício, determinado com base no código fiscal corrente, e os ativos por impostos correntes representados por pré-pagamentos efetuados no decurso do exercício. Os impostos correntes correspondem à quantia de impostos sobre o rendimento devidos para o exercício.

Recorde-se que, em 2021, o valor fiscal e o valor contabilístico relativos ao *goodwill* de Pagamentos Bancários decorrente do DEPObank foram alinhados (ver o que está descrito na rubrica específica 100 «Ativos intangíveis» da Posição de balanço de ativos financeiros) na sequência do pagamento de um imposto alternativo igual a 2,4 milhões de euros, resultando num efeito positivo líquido de 23,7 milhões de euros nos impostos sobre o rendimento do exercício. Além disso, a rubrica também inclui a quota-parte dos ativos por impostos diferidos decorrentes das demonstrações financeiras do DEPObank relativas ao *goodwill* e à perda fiscal realizada no final de 2020.

11.1 Ativos por impostos diferidos: desagregação

60 194 mil euros

As principais componentes dos ativos por impostos diferidos incluem a parte de quantias dedutíveis em anos futuros de correções a empréstimos concedidos e valores a receber, o acréscimo para obrigações de benefícios a funcionários diferidos e a depreciação e amortização, cujo reconhecimento é diferido para efeitos de imposto.

11.2 Passivos por impostos diferidos: desagregação

105 005 mil euros

Os passivos por impostos diferidos dizem sobretudo respeito às taxas sobre os juros de mora do BFF Bank, reconhecidos nas demonstrações financeiras num regime de acréscimo, mas que farão parte do lucro tributável em anos futuros posteriormente à cobrança, em conformidade com o artigo 109.º, n.º 7, do Decreto Presidencial italiano n.º 917 de 1986, bem como à provisão para perdas por imparidade de anos anteriores.

11.3 Alterações nos ativos por impostos diferidos (por via dos resultados)

59 792 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Saldo inicial	**58 678**	**10 657**
2. Aumentos		
2.1 Ativos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) reversões de perdas por imparidade		
d) outros	10 560	32 310
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos		36 072
3. Reduções		
3.1 Ativos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	(8844)	(19 808)
b) imparidade por elementos não recuperáveis		
c) alterações nas políticas contabilísticas		
d) outros	(547)	(553)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
a) transformação em créditos fiscais ao abrigo da Lei italiana no. 214/2011		
b) outros	(55)	
4. Saldo final	**59 792**	**58 678**

11.4 Alteração nos ativos por impostos diferidos ao abrigo da Lei italiana n.º 214/2011

15 187 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Saldo inicial	**17 400**	**496**
2. Aumentos		**18 918**
3. Reduções		
3.1 Reversões	(2212)	(2014)
3.2 Transformação em créditos fiscais		
a) decorrente de perdas no exercício		
b) decorrente de perdas fiscais		
3.3 Outras reduções		
4. Saldo final	**15 187**	**17 400**

11.5 Alteração nos passivos por impostos diferidos (por via dos resultados)

104 717 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Saldo inicial	**96 256**	**78 341**
2. Aumentos		
2.1 Passivos de impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	11 528	30 487
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos		5019
3. Reduções		
3.1 Passivos de impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	(3067)	(17 591)
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
4. Saldo final	**104 717**	**96 256**

11.6 Alteração nos ativos por impostos diferidos (registados nos capitais próprios)

402 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Saldo inicial	**451**	**586**
2. Aumentos		
2.1 Ativos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	261	657
3. Reduções		
3.1 Ativos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões		
b) imparidade por elementos não recuperáveis		
c) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
d) outros	(308)	(792)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
4. Saldo final	**402**	**451**

11.7 Alteração nos passivos por impostos diferidos (registados nos capitais próprios)

287 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Saldo inicial	**(600)**	**(468)**
2. Aumentos		
2.1 Passivos de impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		17 726
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	970	120
3. Reduções		
3.1 Impostos diferidos passivos cancelados durante o exercício		
a) reversões		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	(83)	(17 710)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		(267)
4. Saldo final	**287**	**(600)**

Secção 13 - Outros ativos - Rubrica 130

13.1 Outros ativos: desagregação

394 182 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos de títulos	4126	3883
Faturas emitidas e a emitir	13 067	16 046
Fluxos de pagamento a creditar	86 970	110 638
Outras exposições	52 698	39 051
Rendimento acumulado e despesas pré-pagas	15 847	27 318
Ativos por impostos Ecobonus	221 474	17 678
Total	**394 182**	**214 614**

Os «Fluxos de pagamento a creditar» referem-se a contas provisórias com saldo devedor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de relato das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

«Rendimento acumulado e despesas pré-pagas» refere-se sobretudo ao diferimento de custos relativos a despesas administrativas.

«Outros ativos de exposições» referem-se principalmente a contas não comerciais a receber de diversos devedores, elementos pendentes e encargos legais a recuperar.

Os ativos por impostos Ecobonus referem-se a ativos por impostos adquiridos com operações de *factoring* sem recurso e resultantes de incentivos fiscais existentes. Tal como estabelecido pela regulamentação fiscal em vigor, os ativos por impostos em questão são utilizados para compensar o pagamento de impostos e contribuições e são classificados na rubrica 130 «Outros ativos» do Ativo, de acordo com o que foi definido pelo Banco de Itália.

Em comparação com o ano anterior, esta rubrica aumentou significativamente em consequência das aquisições significativas de ativos por impostos ecobonus efetuadas pela Empresa-mãe no decurso de 2022.

PASSIVO

Secção 1 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - Rubrica 10

11 994 763 milhões de euros

Desde 1 de janeiro de 2018 (e com base nas diretrizes fornecidas pela IFRS 9) esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

- montantes devidos a bancos no valor de 1 166 365 milhões de euros;
- montantes devidos a clientes no valor de 10 789 422 milhões de euros;
- títulos de dívida emitidos no valor de 38 976 mil euros.

Montantes devidos a bancos

1 166 365 milhões de euros

1.1 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de dívidas a bancos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021			
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
1. Montantes devidos a bancos centrais	4141	x	x	x	3888	X	X	X
2. Montantes devidos a bancos	1 162 225	x	x	x	791 164	x	x	x
2.1 Contas correntes e depósitos à ordem	717 032	X	X	X	639 787	X	x	x
2.2. Depósitos a prazo	444 571	X	X	X	150 832	x	x	x
2.3 Empréstimos concedidos	6	x	x	x		X	x	x
2.3.1 Acordos de recompra - valores a pagar		x	x	x		x	x	x
2.3.2 Outros	6	x	x	x		X	x	x
2.4 Dívidas por compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio		x	x	x		x	x	x
2.5 Passivo de locação		x	x	x		X	x	x
2.6 Outros valores a pagar	616	x	x	x	545	x	x	x
Total	**1 166 365**				**795 053**			

Legenda:
QE = Quantia Escriturada
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

Esta rubrica consiste sobretudo em «contas correntes e depósitos à ordem», no valor de 717 milhões de euros, provenientes sobretudo de operações de serviços de pagamento, e inclui os saldos das contas dos clientes bancários.

A rubrica também inclui «Depósitos a prazo», que estão sobretudo relacionados com depósitos necessários para os serviços prestados aos bancos clientes, tais como o cumprimento indireto dos requisitos de reservas obrigatórias.

Montantes devidos a clientes

10 789 422 milhões de euros

1.2 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes devidos a clientes

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021			
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
1. Contas correntes e depósitos à ordem	4 134 113	X	X	X	6 839 795	X	X	X
2. Depósitos a prazo	1 263 096	X	X	X	154 942	X	X	X
3. Empréstimos concedidos	4 631 902	X	X	X	1 294 867	X	X	X
3.1 Acordos de recompra	4 441 292	X	X	X	1 118 527	X	X	X
3.2 outros	190 610	X	X	X	176 340	X	X	X
4. Passivo relacionado com compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio		X	X	X		X	X	X
5. Passivo de locação	13 181	X	X	X	17 001	X	X	X
6) Passivos diversos	747 130	X	X	X	722 409	X	X	X
Total	**10 789 422**				**9 029 014**			

Legenda:
QE = Quantia Escriturada
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2 N3
= Nível 3

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica consistia sobretudo em «contas correntes e depósitos à ordem», num montante de 4134 milhões de euros, relativos a saldos de contas operacionais, ou seja, contas abertas para os clientes empresariais de referência (por exemplo, fundos, sociedades de gestão de ativos, clientes empresariais e outras instituições) relacionadas com a atividade principal do banco de custódia, e empréstimos concedidos de «acordos de recompra», num montante de 4441 milhões de euros.

A rubrica inclui 1 283 120 milhões de euros relativos às contas de depósito online («conto facto») disponibilizadas em Itália, Espanha e Alemanha, Países Baixos, Irlanda e Polónia (depósitos restritos e contas correntes), face aos 230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

«Outros passivos» referem-se sobretudo a cobranças de exposições geridas a pagar a clientes, bem como cheques de caixa pendentes emitidos como parte do serviço que permite aos bancos afiliados disponibilizar instrumentos de crédito emitidos pelo BFF Bank como banco de custódia aos seus clientes, com base num acordo de mandato.

Os passivos de locação, que perfazem um total de 13 milhões de euros a nível do Grupo, dizem respeito ao reconhecimento de passivos de locação resultantes de ativos sob direito de uso, incluídos na rubrica de linha 90 «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» na Posição de balanço de ativos financeiros, no seguimento da aplicação da nova IFRS 16, em vigor a 1 de janeiro de 2019.

O montante corresponde principalmente ao efeito da aplicação da norma às locações dos imóveis arrendados pelo Grupo, e os contratos de locação têm uma duração entre 3 e 6 anos. Para mais informações, ver a Parte M - «Relato por locações» das Notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Títulos emitidos

38 976 mil euros

1.3 Passivos financeiros ao custo amortizado: desagregação por tipo de títulos emitidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de títulos/ Valores	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021			
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
A. Títulos								
1. obrigações	38 976	38 648			186 285	188 861		
1.1 estruturadas								
1.2 outras	38 976	38 648			186 285	188 861		
2. outros títulos								
2.1 estruturados								
2.2 outros								
Total	**38 976**	**38 648**			**186 285**	**188 861**		

Legenda:
QE = Quantia Escriturada
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

Os títulos de dívida emitidos são compostos por obrigações emitidas pela empresa-mãe, com um valor nominal total de 38,6 milhões de euros (181,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas no valor de 38,9 milhões de euros ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As principais alterações registadas durante o exercício são as seguintes:

- reembolso da obrigação subordinada não garantida e não objeto de notação de nível 2 no valor de 100 milhões de euros (ISIN XS1572408380) emitida pelo BFF Bank em março de 2017 através do exercício da opção de compra reservado ao emitente no quinto ano (março de 2022).
- o reembolso no vencimento de obrigações prioritárias não garantidas e não objeto de notação (ISIN XS1639097747) no valor de 42,8 milhões de euros emitidas pelo BFF Bank em junho de 2017.

Em resultado do exposto, em 31 de dezembro de 2022, a rubrica inclui as obrigações prioritárias não garantidas no valor de 300 milhões de euros (ISIN XS2068241400), com notação «Ba1» atribuída pela agência de rating Moody's, emitidas pelo BFF Bank em outubro de 2019, no montante nominal remanescente de 38,6 milhões de euros, com vencimento em maio de 2023. As obrigações pagam um cupão anual de 1,75 %.

Secção 2 - Passivos financeiros detidos para negociação - Rubrica 20

950 mil euros

2.1 Passivos financeiros detidos para negociação: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022					Total 31.12.2021				
	VN	Justo valor			Justo valor (*)	VN	Justo valor			Justo valor (*)
		N1	N2	N3			N1	N2	N3	
A. Posição de balanço de passivos financeiros										
1. Montantes devidos a bancos										
2. Montantes devidos a clientes										
3. Títulos de dívida										
3.1. Obrigações										
3.1.1 Estruturadas					X					X
3.1.2 Outras obrigações					X					X
3.2. Outros títulos										
3.2.1 Estruturados					X					X
3.2.2 Outros					X					X
Total (A)										
B. Derivados										
1. Derivados financeiros										
1.1 Detidos para negociação	X		950		X	X		2725		X
1.2 Ligados à opção de justo valor	X				X	X				X
1.3 Outros	X				X	X				X
2. Derivados de crédito										
2.1 Detidos para negociação	X				X	X				X
2.2 Ligados à opção de justo valor	X				X	X				X
2.3 Outros	X				X	X				X
Total (B)	**X**		**950**		**X**	**X**		**2725**		**X**
Total (A+B)	**X**		**950**		**X**	**X**		**2725**		**X**

Legenda:
VN = Valor nominal
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

Esta rubrica inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2022 dos instrumentos derivados classificados como ativos para negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais de risco da taxa de juro a que o Grupo está exposto.

Secção 4 - Derivados de cobertura - Rubrica 40

14 314 mil euros

4.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo de cobertura e nível

(Montantes em milhares de euros)

	JV 31.12.2022			VN 31.12.2022	JV 31.12.2021			VN 31.12.2021
	N1	N2	N3		N1	N2	N3	
A. Derivados financeiros		**14 314**		**23 452**		**4814**		**671 505**
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa		14 314		23 452		4814		671 505
3) Investimentos estrangeiros								
B. Derivados de crédito								
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa								
Total		**14 314**		**23 452**		**4814**		**671 505**

Legenda:
JV = Justo valor
VN = Valor nominal
N1 = Nível 1
N2 = Nível 2
N3 = Nível 3

A rubrica inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2022 relativo a coberturas de *swap* de taxa de juro com nocional em zlótis definido com o objetivo de cobrir os empréstimos desembolsados em zlótis às subsidiárias polacas ao abrigo dos atuais acordos entre empresas.

4.2 Derivados de cobertura: desagregação por carteiras cobertas e tipo de cobertura

(Montantes em milhares de euros)

Transações/ Tipo de cobertura	*Justo valor*						Fluxos financeiros			Estrangeiro Investimentos	
	Micro cobertura						Macro cobertura	Micro cobertura		Macro cobertura	
	Títulos de dívida e taxas de juro	Títulos de capital próprio e índices de ações	Divisas e ouro	Crédito	Mercadorias (*Commodities*)	outros					
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral					X	X	X			X	X
2. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			X		X	X	X	14 314		X	X
3. Carteira	X		X	X	X	X	X		X	X	X
4. Outras transações							X			X	
Total de ativos								**14 314**		**X**	
1. Passivos financeiros			X				X			X	X
2. Carteira	X		X	X	X	X		X			X
											Total de passivos
1. Transações esperadas			X	X	X	X	X	X	X		X
2. Carteira de ativos e passivos financeiros	X		X	X	X	X	X	X			

Secção 6 - Passivos por impostos - Rubrica 60

136 003 mil euros

Ver «Secção 11 - Ativos e passivos fiscais - Rubrica 110» da posição de balanço de ativos financeiros.

Secção 8 - Outros passivos - Rubrica 80

401 369 mil euros

8.1 Outros passivos: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Dívidas comerciais a pagar	11 155	18 499
Faturas a receber	28 612	20 647
Pagamentos às autoridades fiscais	11 006	5654
Pagamentos a organismos de segurança social e assistência social	2244	2351
Pagamentos a funcionários	23 712	28 115
Cobranças com afetação pendente	58 076	77 911
Fluxos de pagamento recebidos a cobrar	201 922	202 697
Passivos diversos	57 765	96 969
Despesas acrescidas e rendimentos diferidos	6876	8013
Total	**401 369**	**460 856**

As «dívidas comerciais a pagar» e as «faturas a receber» referem-se a valores a pagar por compras de bens e serviços, que se mantiveram alinhados com o valor registado no exercício anterior.

As «cobranças com afetação pendente» referem-se a pagamentos recebidos até 31 de dezembro de 2022, mas ainda pendentes, uma vez que não foram liquidados e registados até essa data.

Os «passivos diversos» incluem partes de cobranças a transferir, impostos de selo a pagar, pagamentos a administradores e outros elementos pendentes.

Os «fluxos de pagamento recebidos a cobrar» referem-se a contas provisórias com um saldo credor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem liquidações suspensas que foram efetuadas nos primeiros dias úteis após a data de relato das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Secção 9 - Benefícios pós-emprego - Rubrica 90

3238 mil euros

9.1 Benefícios pós-emprego: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
A. Saldo inicial	**3710**	**667**
B. Aumentos	2362	4899
B.1 Dotação para o exercício	2227	1601
B.2 Outras alterações	135	3298
C. Reduções	(2834)	(1856)
C.1 Liquidações	(136)	(280)
C.2 Outras alterações	(2698)	(1576)
D. Saldo final	**3238**	**3710**
Total	**3238**	**3710**

O passivo registado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, principalmente em relação aos benefícios pós-emprego da empresa-mãe, é igual ao valor presente da obrigação estimado por um atuário independente com base em pressupostos demográficos e económicos.

Os pressupostos atuariais utilizados para determinar o passivo em 31 de dezembro de 2022 são apresentados abaixo.

Pressupostos atuariais

Taxa de desconto anual

A base financeira utilizada para apurar o valor presente da obrigação foi determinada, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, por referência ao Índice iBoxx Eurozone Corporate AA 7-10 (em linha com a duração das rubricas mensuradas).

Taxa de aumento anual dos benefícios pós-emprego

Em conformidade com o artigo 2120.º do Código Civil italiano, essa taxa é igual a 75 % da inflação acrescida de 1,5 pontos percentuais.

Os pressupostos demográficos utilizados foram os seguintes:

- Falecimento: tabelas de mortalidade RG48 publicadas pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano (Ragioneria Generale dello Stato);
- Incapacidade: tabelas INPS 2000 discriminadas por idade e sexo;
- Reforma: 100 % após alcançar os requisitos AGO, conforme atualizado pelo Decreto-lei n.º 4/2019.

Frequência anual de rotatividade e adiantamentos

– Executivos: 1 % de frequência de adiantamento e 0,50 % de frequência de rotatividade.

– Gestores: 2,5 % de frequência de adiantamento e 3,0 % de frequência de rotatividade.

– Funcionários: 2,5 % de frequência de adiantamento e 3,0 % de frequência de rotatividade.

Secção 10 - Provisões para riscos e encargos - Rubrica 100

33 013 mil euros

10.1 Provisões para riscos e encargos: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Componentes	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Provisões para riscos de crédito relativas a compromissos e garantias financeiras concedidos	251	294
2. Provisões para outros compromissos e garantias concedidos		
3. Pensões e obrigações similares	7861	6133
4. Outras provisões para riscos e encargos		
4.1 Litígios jurídicos e fiscais		
4.2 Gastos com o pessoal		
4.3 Outros	24 900	15 533
Total	**33 013**	**21 960**

Desde 1 de janeiro de 2018, esta rubrica também inclui provisões para risco de crédito associado a compromissos/garantias financeiras concedidos pelo BFF Polska aos seus clientes, com base nos requisitos de imparidade previstos pela nova IFRS 9.

O aumento significativo diz respeito a provisões extraordinárias contra o risco provável de uma decisão negativa no montante de 10 milhões de euros.

10.2 Provisões para riscos e encargos: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Provisões para outros compromissos e garantias concedidos	Fundos de pensões/ reforma	Outras provisões para riscos e encargos	Total
A. Saldo inicial	**294**	**6133**	**15 533**	**21 960**
B. Aumentos	**393**	**3541**	**10 835**	**14 770**
B.1 Dotação para o exercício	253	2357	10 520	13 130
B.2 Alterações devido à passagem do tempo		1185		1185
B.3 Alterações devido a variações na taxa de desconto				
B.4 Outras alterações	140		316	455
C. Reduções	**(436)**	**(1813)**	**(1468)**	**(3717)**
C.1 Uso no exercício	(436)	(1167)	(1368)	(2970)
C.2 Alterações devido a variações na taxa de desconto				
C.3 Outras alterações		(646)	(100)	(745)
D. Saldo final	**251**	**7861**	**24 900**	**33 012**

10.3 Provisões para risco de crédito em compromissos e garantias financeiras concedidos

(Montantes em milhares de euros)

	Provisões para risco de crédito em compromissos e garantias financeiras concedidos				Total
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade	
Compromissos de empréstimo	234				234
Garantias financeiras concedidas	17				17
Total	**251**				**251**

10.5 Fundos de pensões com benefício definido

O fundo de pensões refere-se essencialmente ao acordo de não concorrência celebrado com os gestores do BFF Banking Group, no valor de 3,7 milhões de euros (incluindo a parte afeta à reserva de capital próprio da empresa-mãe no valor de cerca de 380 mil euros) e às provisões relativas ao regime de retenção de incentivos e pagamentos diferidos previsto para determinados funcionários do BFF Bank, no valor de 4,2 milhões de euros. Ambas as obrigações para com o pessoal são demonstradas ao seu valor atual estimado por um atuário independente com base em pressupostos demográficos e económicos.

A 31 de dezembro de 2022, a provisão em questão inclui também a provisão para o compromisso assumido pelo DEPObank com alguns funcionários que abandonaram o banco, no valor de 155 mil euros.

Concretamente, o sistema que envolve o diferimento de uma parte dos bónus anuais prevê, para os responsáveis pela assunção de riscos, restrições a médio prazo, de acordo com as quais 30 % do bónus anual será pago ao fim de 3 anos, desde que a empresa-mãe alcance metas específicas relativas à sua rendibilidade, os requisitos de capital regulamentares estabelecidos pelos regulamentos existentes, bem como o emprego contínuo do funcionário na empresa-mãe. Em conformidade com as disposições da IAS 19, os acréscimos foram quantificados com base num cálculo atuarial efetuado externamente por uma empresa especializada. As obrigações da empresa-mãe foram apuradas utilizando o «Método da Unidade de Crédito Projetada», que trata cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional do direito do benefício e mensura cada unidade separadamente para apurar a obrigação final, em conformidade com os parágrafos 67 a 69 da IAS 19. Este método atuarial implica uma valoração destinada a determinar o valor presente médio das obrigações do Banco.

Os pressupostos técnicos e demográficos utilizados estão indicados abaixo.

10.6 Provisões para riscos e encargos - Outras provisões

Outras provisões no valor de 24,9 milhões de euros referem-se a:

- passivos litigiosos para os quais o Banco estimou um risco provável de perda de aproximadamente 23,2 milhões de euros;
- provisões relacionadas com possíveis perdas por erros operacionais, de acordo com o contrato com os clientes, no montante de aproximadamente 1,7 milhões de euros.

Os principais pressupostos apresentados pela empresa externa ao efetuar o desconto são os seguintes:

Acordo de não concorrência

A taxa de desconto anual utilizada para determinar o valor atual da obrigação foi deduzida, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, do Índice iBoxx Corporate AA com duração superior a 10, tal como comunicada em 31 de dezembro de 2022 e igual a 3,77 %. Para este efeito, foi escolhido o rendimento com uma duração comparável à do coletivo a ser valorizado.

Falecimento	Tabelas de mortalidade RG48 publicadas pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano
Reforma	100 % após alcançar os requisitos AGO
Frequência da demissão voluntária	10,60 %
Frequência de reembolso	0,00 %
Frequência de levantamento (se previsto)	3,00 %
Frequência de revogação de mandato para a Comissão Executiva	0,00 %
Aumento da remuneração anual de Executivos	2,00 %
Aumento da remuneração anual de Supervisores	2,00 %
Taxa de contribuição	27,40 %
Taxa de inflação	2,30 %

Bónus diferidos

Taxa de desconto

A base financeira utilizada para calcular o valor presente da obrigação foi determinada, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, por referência ao Índice iBoxx Eurozone Corporate AA (em linha com a duração do plano). A taxa de desconto utilizada foi igual a 3,34 %.

Mortalidade e incapacidade

Para uma estimativa do fenómeno da mortalidade, foi utilizada a tabela de sobrevivência RG48 usada pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano para a estimativa das despesas de reforma da população italiana. Para a probabilidade de incapacidade total e permanente, foram utilizadas as tabelas adotadas no modelo INPS para as previsões de 2010.

Frequência de demissões e despedimentos

Igual a 3,7 % (MBO diferido de 2021) e igual a zero (MBO diferido de 2020)

Secção 13 - Capitais próprios do Grupo – Rubricas 120, 130, 140, 150, 160, 170 e 180

758 768 mil euros

13.1 «Capital social» e «Ações próprias»: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Tipo	31.12.2022	31.12.2021
1. Capital social	**142 870**	**142 691**
1.1 Ações ordinárias	142 870	142 691
2. Ações próprias	**(3884)**	**(7132)**

Relativamente à recompra de ações próprias e à divulgação nos termos do artigo 78.º, parágrafo 1.º-Ado Regulamento dos Emitentes, faz-se referência à informação fornecida no Relatório relativo às Operações dos Administradores, na secção relativa às «Ações próprias».

13.2 Capital social - Número de ações da empresa-mãe: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Tipo	Ordinárias	Outros
A. Ações no início do exercício	**185 312 690**	
- integralmente realizadas	185 312 690	
- não integralmente realizadas		
A.1 Ações próprias (-)	(974 461)	
A.2 Ações não executadas: saldo inicial	**184 338 229**	
B. Aumentos	636 995	
B.1 Novas emissões		
– a título de contrapartida:		
- concentrações de atividades empresariais		
- conversões de obrigações		
- exercício de garantias		
- outros		
– sem contrapartida:		
- a funcionários	233 262	
- a administradores		
- outros		
B.2 Alienação de ações próprias		
B.3 Outras alterações	403 733	
C. Reduções		
C.1 Cancelamento		
C.2 Recompra de ações próprias		
C.3 Alienação de empresas		
C.4 Outras alterações		
D. Ações não executadas: saldo final	**184 975 224**	
D.1 Ações próprias (+)	(570 728)	
D.2 Ações existentes no final do exercício		
- integralmente realizadas	185 545 952	
- não integralmente realizadas		

13.4 Reserva de resultados transitados: outras informações

Em conformidade com os termos do artigo 2427.º, parágrafo 7.º-*A* do Código Civil italiano, os quadros seguintes apresentam uma desagregação dos componentes individuais de capitais próprios de acordo com a respetiva possibilidade de uso, o montante disponível para distribuição e o uso passado nos exercícios anteriores (o período de três anos prévio à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas).

(Montantes em milhares de euros)

	31.12.2022	Possibilidade de uso (a)	Montante disponível	Resumo do uso nos três últimos exercícios (*)	
				Para cobrir perdas	Por outros motivos
Capital social	**142 870**				
Reservas	**233 153**				
- Reserva legal (**)	29 759	*B*			
- Reserva extraordinária	89	*A, B, C*	89		
- Resultados transitados (***)	189 674	*A, B, C*	189 674		303 089
- Opção de compra de ações e reservas de instrumentos financeiros	10 630	*A*			
- Outras reservas	3002				
Reservas de avaliação	**6853**				
- Títulos HTCS	1045				
- Outros	5808				
Reserva de ações próprias	**(3884)**				
Reserva de prémios de emissão	**66 276**	*A, B, C*	66 276		
Total de capital social e de reservas	**445 269**		**256 039**		**303 089**

(a) Possibilidade de uso: *A*= para aumentos do capital social; *B* = para absorção de perdas; *C* = para distribuição aos acionistas.

(*) Os montantes utilizados durante os últimos três exercícios, num total de 303 089 mil euros, incluem principalmente 5306 mil euros para o exercício de opções de compra de ações por determinados beneficiários efetuado durante 2020, 2021 e 2022, 3195 mil euros (líquidos do efeito fiscal) para o pagamento do cupão de juros e 801 mil euros (líquidos do efeito fiscal) para despesas de estruturação relacionadas com o instrumento financeiro de Nível 1 Adicional (AT1), bem como os montantes utilizados durante os últimos três exercícios relativos ao pagamento de dividendos distribuídos de acordo com as deliberações das assembleias de acionistas no montante de 293 787 mil euros.

(**) Incluindo 26 196 mil euros em suspensão de impostos nos termos do artigo 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104/2020.

(***) Incluindo 50 387 mil euros em suspensão de impostos nos termos do artigo 110.º do Decreto Legislativo italiano 104/2020.

As alterações nas reservas que compõem o capital próprio são apresentadas abaixo:

(Montantes em milhares de euros)

	Reserva legal	Resultados transitados	Outros	Total
A. Saldo inicial	**27 417**	**127 542**	**11 945**	**166 904**
B. Aumentos	**2342**	**68 540**	**3537**	**74 419**
B.1 Afetação dos lucros	2342	68 540		70 882
B.2 Outras alterações			3537	3537
C. Reduções		**(6408)**	**(1762)**	**(8170)**
C.1 Usos				
- cobertura de perdas				
- distribuição				
- transferência para o capital social				
C.2 Outras alterações		(6408)	(1762)	(8170)
D. Saldo final	**29 759**	**189 674**	**13 720**	**233 153**

Resultados transitados

O aumento no valor de 68,5 milhões de euros deve-se principalmente à afetação do lucro do exercício anterior, líquido de 125,3 milhões de euros de dividendos distribuídos em abril de 2022.

Os montantes utilizados dos resultados transitados estão sobretudo relacionados com o pagamento do cupão de juros do novo instrumento de Nível 1 Adicional no valor de 3195 mil euros (líquidos do efeito fiscal).

Outras reservas

As alterações dizem respeito, em grande medida, aos seguintes eventos ocorridos durante o ano:

- aumentos para provisões mais elevadas de 700 mil euros relacionados com as partes da remuneração variável do «Pessoal-chave» (Responsáveis pela assunção de riscos), em conformidade com as disposições estabelecidas na Primeira parte, título IV, capítulo 2, secção III, parágrafos 2.1, 3 da Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália, com a última redação que lhe foi conferida, de acordo com a qual uma parte tem de ser paga em instrumentos financeiros;
- Aumento para atribuições no decurso de 2022 relacionadas com o plano de opções de compra de ações não executadas

no valor de aproximadamente 2,8 milhões de euros, e

- Redução relativa a exercícios de opções de compra de ações ou concessões de ações relacionadas com o regime de incentivos da empresa-mãe e com o acordo de não concorrência no montante de aproximadamente 1,7 milhões de euros.

Restrição da suspensão de impostos

Como já foi referido anteriormente, em 2021, a empresa-mãe aproveitou o mecanismo proporcionado pelo art. 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104, de 14 de agosto de 2020, e procedeu ao reajustamento entre a quantia escriturada e a quantia do imposto da rubrica de *goodwill* presente nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2020 do DEPObank, que foi fundido no BFF Bank em 5 de março de 2021. Esta transação, que foi aprovada pelo Conselho de Administração da empresa-mãe em 30 de junho de 2021, implicou i) o ajustamento da rubrica de *goodwill* igual a cerca de 79 milhões de euros, ii) o pagamento resultante do imposto substituto igual a 2,4 milhões de euros e iii) a necessidade de aplicar uma restrição da suspensão de impostos sobre as reservas de 76,6 milhões de euros, igual à diferença entre o montante ajustado e o imposto substituto, tal como estabelecido no parágrafo 8 do artigo 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104/2020.

Considerando que a operação foi realizada após a aprovação das demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício, a 31 de dezembro de 2020, do DEPObank e a sua fusão no BFF Bank, a restrição da suspensão de impostos é aplicada sob a forma de uma «Ação condicionada nos termos do parágrafo 8 do art. 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104/2020» sobre as seguintes reservas:

- «Resultados transitados» no valor de 50 387 mil euros;
- «Reserva legal» no valor de 26 196 mil euros.

13.5 Instrumentos de capital próprio: composição e alterações anuais

Em 19 de janeiro de 2022, foi finalizada a emissão, ao par, de um instrumento de Nível 1 Adicional Perpétuo NC2027 (ISIN XS2404266848) no montante de 150 milhões de euros, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano a ser pago semestralmente.

Em julho de 2022, como mencionado acima, a empresa-mãe pagou o primeiro cupão de juros de 3195 mil euros (líquidos do efeito fiscal).

Outras informações

1. Compromissos e garantias financeiras concedidos

(Montantes em milhares de euros)

	Montante nominal de compromissos e garantias financeiras concedidos				Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade		
1. Compromissos de empréstimo	**425 679**				**425 679**	**1 405 488**
a) Bancos Centrais						
b) Organismos de administração pública	51				50 827	54 231
c) Bancos						
d) Outras sociedades financeiras	356				356 101	*1 190 638*
e) Sociedades não financeiras	19				18 751	160 618
f) Agregados familiares						2
2) Garantias financeiras concedidas	**45**				**45**	**49**
a) Bancos Centrais						
b) Organismos de administração pública						
c) Bancos						
d) Outras sociedades financeiras	*45*				*45*	*49*
e) Sociedades não financeiras						
f) Agregados familiares						

3. Ativos dados em garantia de passivos e compromissos próprios

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras	Montante 31.12.2022	Montante 31.12.2021
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados		
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	4 538 043	1 232 860
4. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
dos quais: Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento detidos como inventários		

Os «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado» são compostos por títulos de dívida pública utilizados como garantias em operações com o BCE e «repos».

5. Gestão de ativos e negociação por conta de outrem

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviço	Montantes
1. Execução de ordens por conta de clientes	
a) Aquisições	
1. liquidadas	
2. não liquidadas	
b) Vendas	
1. liquidadas	
2. não liquidadas	
2. Gestão de carteiras	
a) individual	
b) coletiva	
3. Guarda e administração de títulos	**292 894**
a) Títulos de terceiros depositados: relativos a atividades dos bancos de custódia (excluindo a gestão de carteiras)	22 002
1. títulos emitidos por empresas consolidadas	2
2. outros títulos	22 000
b) títulos de terceiros depositados (excluindo a gestão da carteira): outros	122 342
1. títulos emitidos por empresas consolidadas	13
2. Outros títulos	122 330
c) títulos de terceiros depositados junto de terceiros	142 411
d) títulos detidos depositados junto de terceiros	6139
4. Outras transações	

Parte C - Demonstração de resultados consolidada

Todos os montantes indicados nas tabelas são expressos em milhares de euros.

Secção 1 - Juros - Rubricas 10 e 20

1.1 Juros e rendimentos similares: desagregação

354 805 mil euros (dos quais rendimentos de juros calculados utilizando o método da taxa de juro efetiva: 321 565 mil euros)

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Formulários técnicos	Títulos de dívida	Empréstimos concedidos	Outras transações	Total 2022	Total 2021
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados:					
1.1. Ativos financeiros detidos para negociação	1			1	1
1.2. Ativos financeiros designados ao justo valor					
1.3 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor					
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral			X		
3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:					
3.1 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos		10 095	X	10 095	6147
3.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	42 787	276 824	X	319 611	206 157
4. Derivados de cobertura	X	X			154
5. Outros ativos	X	X	2328	2328	417
6. Passivos financeiros	X	X	X	22 771	17 439
Total	**42 787**	**286 919**	**2328**	**354 805**	**230 315**
dos quais: rendimentos de juros sobre ativos financeiros objeto de imparidade					
dos quais: rendimentos de juros sobre locações financeiras	X	144	X	144	154

1.2 Juros e rendimentos similares: outras informações

Os rendimentos de juros relativos a «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos» referem-se sobretudo a saldos credores temporários na conta da Empresa-mãe e das suas subsidiárias, rendimentos acumulados sobre o montante de cheques bancários emitidos em nome de clientes bancários e rendimentos de juros sobre a média dos depósitos negativos de contas correntes recíprocas detidas por clientes bancários.

Os rendimentos de juros relativos a «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» por empréstimos ascenderam a 276,8 milhões de euros e são compostos sobretudo por comissões de vencimento cobradas aos cedentes para a aquisição de contas comerciais a receber sem recurso e juros de mora para o exercício, relativos ao BFF Bank e ao BFF Finance Iberia.

No que respeita aos valores a receber reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa-mãe BFF Bank e da subsidiária espanhola BFF Finance Iberia, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Para informação mais detalhada, consultar a rubrica 40 b) da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos mensurados ao custo amortizado - empréstimos concedidos e valores a receber de clientes».

O montante também inclui rendimentos de juros calculados ao custo amortizado, gerados pela carteira do BFF Polska Group, num valor total de 91,7 milhões de euros.

Os rendimentos de juros relativos a empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, perfazendo um total aproximado de 42,7 milhões de euros, derivam de títulos de dívida pública adquiridos pelo BFF Bank para cobrir o risco de liquidez e otimizar o custo do dinheiro relativos à carteira HTC («Detida para cobrança»). O aumento significativo está relacionado com o aumento das taxas de mercado, que conduziu a rendimentos mais elevados dos títulos de taxa variável detidos pela empresa-mãe.

Por último, a rubrica inclui rendimentos de juros acumulados sobre passivos financeiros no valor de 22,7 milhões de euros, devido às taxas de juro negativas no mercado, até ao primeiro semestre de 2022.

1.3 Juros e encargos similares: desagregação

92 988 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Formulários técnicos	Dívida	Títulos	Outras transações	Total 2022	Total 2021
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
1.1 Montantes devidos a bancos centrais	2486	X	X	2486	**3277**
1.2 Montantes devidos a bancos	11 690	X	X	11 690	**5135**
1.3 Montantes devidos a clientes	36 858	X	X	36 858	**8132**
1.4 Títulos emitidos	X	3496	X	3496	**13 667**
2. Passivos financeiros detidos para negociação					
3. Passivos financeiros escriturados ao justo valor					
4. Outros passivos e provisões	X	X	9	9	**8**
5. Derivados de cobertura	X	X	34 719	34 719	**4547**
6. Ativos financeiros	X	X	X	3731	**4780**
Total	**51 033**	**3496**	**34 727**	**92 988**	**39 546**
dos quais: despesas com juros relativos a passivos de locação	440	X	X	**440**	**438**

As despesas com juros aumentaram de 39,5 milhões de euros em 2021 para 92,9 milhões de euros no exercício em curso. Este aumento significativo está ligado principalmente ao aumento das despesas financeiras relacionadas com transações de derivados de cobertura que, além disso, foram reclassificadas da rubrica 90 «Lucros (perdas) na cobertura» para a rubrica em questão, em conformidade com o disposto na Circular n.º 262/2005 do Banco de Itália, bem como ao aumento das despesas com juros sobre os saldos de clientes bancários e empresariais devido à inversão e ao aumento das taxas de juro no mercado, a partir do segundo semestre de 2022.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a bancos centrais» referem-se aos juros acumulados sobre os montantes depositados na conta no Banco de Itália.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a bancos» referem-se principalmente aos juros acumulados sobre contas correntes detidas no BFF Bank e em nome de uma contraparte bancária.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a clientes» referem-se principalmente aos juros das contas de depósito online do BFF Bank («Conto Facto» em Itália, «Cuenta Facto» oferecida em Espanha pela sucursal espanhola do BFF Bank e «Lokata Facto» oferecida pela sucursal na Polónia), aos juros acumulados sobre os saldos das contas de clientes empresariais e aos juros relativos aos contratos regidos pelo Acordo principal global de recompra (GMRA), tendo como contraparte a Cassa di Compensazione Garanzia.

Por último, a rubrica inclui também despesas com juros relativas a «Títulos emitidos» no montante de aproximadamente 3,5 milhões de euros, que diminuíram devido ao encerramento ou vencimento de algumas obrigações. Para informação mais detalhada sobre as transações relativas a obrigações não executadas, consultar a rubrica 10 c) da Posição de balanço de passivos financeiros «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado».

Secção 2 - Encargos e comissões - Rubricas 40 e 50

2.1 Rendimento de encargos e comissões: desagregação

127 595 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviço/Montantes	Total 2022	Total 2021
a) Instrumentos financeiros		
1. Colocação de títulos		
1.1 Com firme compromisso e/ou com base num compromisso irrevogável		
1.2 Sem compromisso irrevogável		
2. Receção e transmissão de ordens e execução de ordens por conta de clientes		
2.1 Receção e transmissão de ordens de um ou mais instrumentos financeiros		
2.2 Execução de ordens por conta de clientes		
3. Outras comissões relacionadas com atividades associadas a instrumentos financeiros		
das quais: negociação por conta própria		
das quais: gestão da carteira individual		
b) Financiamento às empresas		
1. Consultoria em fusões e aquisições		
2. Serviços de tesouraria		
3. Outras comissões relacionadas com serviços de financiamento às empresas		
c) Atividades de consultoria relacionadas com investimentos	55	59
d) Compensação e liquidação		
e) Gestão coletiva de carteiras		
f) Guarda e administração	50 089	45 224
1. Banco de custódia	39 546	36 895
2. Outras comissões relacionadas com atividades de guarda e administração	10 542	8329
g) Serviços administrativos centrais para a gestão coletiva de carteiras		
h) Atividades fiduciárias		
i) Serviços de pagamento	73 696	57 985
1. Contas correntes		120
2. Cartões de crédito	1408	1806
3. Cartões de débito e outros cartões de pagamento	7892	5704
4. Transferências bancárias e outras ordens de pagamento	23 385	15 779
5. Outras comissões relacionadas com serviços de pagamento	41 011	34 577
i) Distribuição de serviços de terceiros		
1. Gestão coletiva de carteiras		
2. Produtos de seguros		
3. Outros produtos		
das quais: gestão da carteira individual		
k) Financiamento estruturado		
l) Atividades de serviço para operações de titularização		
m) Compromissos de empréstimos		
n) Garantias financeiras concedidas	160	606
das quais: derivados de crédito		
o) Operações de empréstimo		
das quais: para operações de *factoring*		
p) Negociação de divisas		
q) Mercadorias (*Commodities*)		
r) Outro rendimento de encargos e comissões	3595	5402
dos quais: para a gestão de sistemas de negociação multilateral		
dos quais: para a gestão de sistemas de negociação organizados		
Total	127 595	109 277

A rubrica inclui sobretudo encargos e comissões relacionados com os mandatos de gestão e cobrança de valores a receber derivados do *factoring* e da gestão de contas a receber comerciais, bem como encargos e comissões para serviços bancários de custódia e de pagamento, derivados da fusão com o antigo DEPObank.

2.2 Despesas com encargos e comissões: desagregação

36 939 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Serviços/Montantes	Total 2022	Total 2021
a) Instrumentos financeiros		
dos quais: negociação de instrumentos financeiros		
dos quais: colocação de instrumentos financeiros		
dos quais: gestão da carteira individual		
Detidos		
Delegados a terceiros		
b) Compensação e liquidação	2009	1613
c) Guarda e administração	5515	4561
d) Serviços de cobrança e pagamento	25 696	19 661
dos quais: cartões de crédito, cartões de débito e outros cartões de pagamento	4428	4046
e) Atividades de serviço para operações de titularização		
f) Compromissos para receber fundos		
g) Garantias financeiras recebidas	46	34
das quais: derivados de crédito		
h) Oferta de instrumentos financeiros, produtos e serviços fora do local		
i) Negociação de divisas	3	3
j) Outras despesas com encargos e comissões	3671	2626
Total	**36 939**	**28 498**

A rubrica inclui sobretudo os encargos de guarda e administração para a atividade do banco de custódia e os pagos a subcontratados pela utilização de infraestruturas relacionadas com serviços de pagamento.

Secção 3 - Dividendos e rendimentos similares - rubrica 70

3.1 Dividendos e rendimentos similares: desagregação

9795 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Rendimentos	Total 2022		Total 2021	
	Dividendos	Rendimentos similares	Dividendos	Rendimentos similares
A. Ativos financeiros detidos para negociação	18		5	
B. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	4087			
C. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	5690		3671	
D. Investimentos em capitais próprios				
Total	9795	-	3676	-

No que diz respeito a 2022, a rubrica incluiu principalmente dividendos recebidos em março de 2022 do Banco de Itália, no montante de 5,7 milhões de euros, cuja parte subscrita pela Empresa-mãe BFF Bank está classificada na rubrica 30 dos Ativos «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral», e dividendos recebidos em 2022 do Fondo Italiano di Investimento, no montante de cerca de 4 milhões de euros, cujas unidades de participação em OIC estão classificadas na rubrica 20 dos Ativos «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados».

Secção 4 - Lucro líquido de negociação -Rubrica 80

4.1 Lucro líquido de negociação: desagregação

12 622 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Componentes de rendimento	Ganhos de capital (A)	Lucros na negociação (B)	Perdas (C)	Perdas na negociação (D)	Lucro líquido [(A+B)-(C+D)]
1. Ativos financeiros detidos para negociação		**627**	**1**		**626**
1.1 Títulos de dívida		627	1		626
1.2 Títulos de capital próprio					
1.3 Unidades de participação em OIC					
1.4 Empréstimos concedidos					
1.5 Outros					
2. Passivos financeiros detidos para negociação					
2.1 Títulos de dívida					
2.2 Passivos					
2.3 Outros					
3. Ativos e passivos financeiros: diferenças cambiais	**X**	**X**	**X**	**X**	**11 996**
4. Derivados					
4.1 Derivados financeiros:					
- Sobre títulos de dívida e taxas de juro					
- Sobre títulos de capital próprio e índices de ações					
- Sobre divisas e ouro	X	X	X	X	
- Outros					
4.2 Derivados de empréstimos					
dos quais: cobertura natural relativa à opção de justo valor	X	X	X	X	
Total		**627**	**1**		**12 622**

O lucro líquido de negociação decorre principalmente do efeito das diferenças de taxa de câmbio relacionadas com a negociação de divisas funcional à gestão de tesouraria, em particular aos depósitos bancários e de clientes em moeda estrangeira.

Secção 5 - Lucros (perdas) na cobertura - Rubrica 90

A rubrica é igual a zero

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de rendimento/Montantes	Total 2022	Total 2021
A. Rendimentos relativos a:		
A.1 Derivados de cobertura ao justo valor		
A.2 Ativos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
A.3 Passivos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
A.4 Derivados de cobertura de fluxos de caixa		
A.5 Ativos e passivos denominados em divisas	9145	42 394
Total de rendimentos de cobertura (A)	**9145**	**42 394**
B. Encargos relativos a:		
B.1 Derivados de cobertura ao justo valor		
B.2 Ativos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
B.3 Passivos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
B.4 Derivados de cobertura de fluxos de caixa		
B.5 Ativos e passivos denominados em divisas	(9145)	(42 394)
Total de encargos de cobertura (B)	**(9145)**	**(42 394)**
C. Lucros (perdas) na cobertura (A-B)	**-**	**-**
dos quais: resultado de cobertura de posições líquidas	-	

A despesa financeira decorrente das transações de derivados de cobertura foi transferida da rubrica da demonstração de resultados em causa para a rubrica 20 - «Juros e encargos similares», em linha com o estabelecido na Circular n.º 262/2005 do Banco de Itália. Para mais pormenores, consultar a rubrica 20 da demonstração de resultados «Juros e encargos similares».

Secção 6 - Lucros (perdas) em alienações/recompras - Rubrica 100

166 mil euros

6.1 Lucros (perdas) em alienações/recompras: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Componentes de rendimentos	Total 2022			Total 2021		
	Lucros	Perdas	Lucros/perdas líquidos	Lucros	Perdas	Lucros/perdas líquidos
Ativos financeiros						
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
1.1 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos						
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	204	(38)	166			
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
2.1 Títulos de dívida						
2.2 Empréstimos concedidos						
Total de ativos (A)	**204**	**(38)**	**166**			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
1. Montantes devidos a bancos						
2. Montantes devidos a clientes						
3. Títulos emitidos					(12 650)	(12 650)
Total de passivos (B)					**(12 650)**	**(12 650)**

Em 2022, a rubrica em questão ascendia a 166 mil euros e representa o saldo líquido das vendas dos três títulos classificados na rubrica 40 b) do ativo «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» (dois USD e um BTP Italia pelo valor nominal de 150 milhões de USD e 170 milhões de euros, respetivamente).

Note-se que as vendas ocorreram sempre em conformidade com as condições impostas pelo modelo de negócio HTC, que o Grupo adotou na primeira aplicação da IFRS 9 em 2018.

Por último, recorde-se que a perda sobre títulos emitidos no valor de 12,6 milhões de EUR em 31 de dezembro de 2021 foi registada na sequência da operação de recompra de caixa executada no final de junho de 2021.

Para mais pormenores, consultar o ponto 10 c) da Posição de balanço de passivos financeiros «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - Títulos emitidos».

Secção 7 - Lucros (perdas) noutros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados - Rubrica 110

5154 mil euros

7.2 Alteração líquida no valor de outros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados: desagregação de outros ativos e passivos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Componentes de rendimento	Ganhos de capital	Ganhos realizados	Perdas de capital	Perdas na alienação	Lucros/perdas líquidos
	(A)	(B)	(C)	(D)	[(A+B)-(C+D)]
1. Ativos financeiros	**5154**				**5154**
1.1 Títulos de dívida					
1.2 Títulos de capital próprio					
1.3 Unidades de participação em OIC	5154				5154
1.4 Empréstimos concedidos					
2. Ativos financeiros em moeda estrangeira: diferenças cambiais	X	X	X	X	
Total	**5154**				**5154**

A rubrica refere-se à reavaliação das unidades de participação em OIC detidas pela empresa-mãe no último valor líquido do ativo disponibilizado pelos fundos de investimento relevantes.

Secção 8 - Perdas/ganhos líquidos por imparidade - Rubrica 130

5905 mil euros

8.1 Perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito associados a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Componentes de rendimento	Perdas por imparidade						Ganhos por imparidade				Total 2022	Total 2021
	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
			Anulações (write-offs)	Outros	*Anulações (write-offs)*	Outros						
A. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	**(8)**						**5**				**(3)**	**6**
- Empréstimos concedidos	(8)						5				(3)	6
- Títulos de dívida												
B. Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	**(11)**	**(104)**	**(133)**	**(6323)**			**364**		**104**	**200**	**(5902)**	**338**
- Empréstimos concedidos	(11)	(104)	(133)	(6323)			348		104	200	(5917)	(852)
- Títulos de dívida							15				15	1190
Total	**(19)**	**(104)**	**(133)**	**(6323)**			**369**		**104**	**200**	**(5905)**	**343**

As correções de imparidades de fase 3 referem-se sobretudo a alterações em posições específicas do BFF Polska Group.

8.1 a Perdas líquidas por imparidade para risco de crédito relativo a empréstimos mensurados ao custo amortizado sujeitos a medidas de apoio à COVID-19: desagregação

Esta rubrica não é significativa.

8.2 Perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito associado a ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Componentes de rendimento	Perdas por imparidade (1) (2)			Ganhos por imparidade		Total 2022	Total 2021
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3		Fase 1 e Fase 2	Fase 3		
		Anulações (*write-offs*)	Anulações (*write-offs*)				
A. Títulos de dívida						-	(147)
B. Empréstimos concedidos							
- A clientes							
- A bancos							
dos quais: ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito							
Total						-	(147)

Secção 12 - Despesas administrativas - Rubrica 190

170 603 mil euros

12.1 Gastos com o pessoal: desagregação

74 352 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de despesa/Setores	Total 2022	Total 2021
1) Funcionários	**71 036**	**69 370**
a) vencimentos e salários	48 160	49 579
b) contribuições para a Segurança Social	12 772	12 099
c) benefícios pós-emprego		29
d) gastos com pensões	5	8
e) provisão para benefícios pós-emprego	1979	1424
f) provisão para pensões e obrigações similares:		
- planos de contribuição definida		231
- planos de benefícios definidos		
g) pagamentos a fundos de pensões complementares externos:		
- planos de contribuição definida		
- planos de benefícios definidos	353	328
h) gastos relacionados com pagamentos com base em ações	4441	1652
i) outros benefícios a funcionários	3324	4020
2) Outro pessoal em serviço	333	219
3) Administradores e revisores oficiais de contas	2983	3645
4) Gastos com reforma antecipada		
Total	**74 352**	**73 234**

A rubrica «gastos com o pessoal» inclui, para além do montante das despesas e contribuições pagas aos funcionários, incluindo as provisões do sistema de incentivos do Grupo, as despesas relativas às opções de compra de ações para determinados funcionários do Grupo para 2022, num montante de cerca de 4,4 milhões de euros antes de impostos, compensadas pela respetiva reserva de capital próprio.

12.2 Número médio de funcionários desagregado por categoria

(Montantes em unidades de trabalho)

Categorias	Número médio 2022	Número médio 2021
Executivos de topo/Executivos	29	28
Administradores/diretores intermédios/profissionais	396	284
Especialistas	410	478
Total	**835**	**790**

O número de efetivos apresentado no quadro anterior refere-se ao pessoal FTE e foi calculado com base nas instruções da Circular n.º 262 do Banco de Itália.
Note-se que, em 31 de dezembro de 2021, o número de funcionários indicado no quadro acima é calculado tendo em conta o pessoal do DEPObank resultante da fusão, a partir de 1 de março de 2021.

Estes números não incluem membros do pessoal a trabalhar no Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspòlnik sp.k. e no Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.

12.4 Outros benefícios a funcionários

O montante em questão, de 3,3 milhões de euros, refere-se principalmente a despesas incorridas para fins de formação, vales-refeição, donativos e seguros para os funcionários do Grupo.

12.5 Outras despesas administrativas: desagregação

96 251 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Encargos legais	3483	2684
Serviços de processamento de dados	15 878	16 189
Serviços externos de gestão de crédito	641	771
Comissões da entidade de supervisão	41	42
Encargos legais para empréstimos concedidos e valores a receber sob gestão	258	227
Despesas notariais	358	527
Despesas notariais a recuperar	1584	963
Despesas de entretenimento e donativos	3369	2347
Despesas de manutenção	5924	5807
IVA não dedutível	8790	9021
Outros impostos	7380	6986
Serviços de consultadoria	19 354	16 013
Despesas operacionais da sede	2990	2412
Fundo de resolução e FITD	5734	12 970
Outras despesas	20 468	20 172
Total	**96 251**	**97 132**

As restantes despesas administrativas para 2022 ascenderam a 96,3 milhões de EUR, em comparação com 97,1 milhões de EUR para 2021.

Além disso, no que diz respeito às contribuições para o Sistema de garantia de depósitos, foi registado um custo de cerca de 5,7 milhões de euros antes de impostos para 2022. Este custo estava composto por:

- 3,6 milhões de euros como contribuição anual ordinária para o *Fundo de Resolução*;
- 2,1 milhões de euros como contribuição anual para o *Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos (FITD)*, dos quais 713 mil euros relativos à contribuição extraordinária.

Estes montantes são reconhecidos na rubrica «Outras despesas administrativas», tal como indicado na nota do Banco de Itália, de 19 de janeiro de 2016 – «Contribuições para Fundos de resolução: tratamento nas demonstrações financeiras e no relato regulamentar».

«Outras despesas administrativas» incluem maioritariamente serviços terceirizados em 2022, que se encontram listados abaixo.

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2022
Encargos pagos a empresas externas para apoio à Auditoria Interna	171
Encargos pagos a empresas externas para processamento de dados	4098
Encargos pagos a empresas externas para verificações de solvência	641

Secção 13 - Provisões líquidas para riscos e encargos - Rubrica 200

10 535 mil euros

13.1 Provisões líquidas para riscos de crédito relativas a compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas: desagregação

-65 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Provisão para riscos relativos a compromissos e garantias	(65)	(234)
Total	**(65)**	**(234)**

13.3 Provisões líquidas para riscos e encargos: desagregação

10 600 mil euros

Os acréscimos às provisões, em comparação com o ano anterior, apresentam a seguinte desagregação:

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Litígio contra a empresa-mãe	10 437	(2037)
Perdas operacionais	163	(5)
Total	**10 600**	**(2032)**

O aumento significativo diz respeito a provisões extraordinárias contra o risco provável de uma decisão negativa no montante de 10 milhões de euros.

Secção 14 - Depreciações e perdas/reversões líquidas por imparidade de perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento - Rubrica 210

5005 mil euros

14.1 Depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativo/Componentes de rendimento	Depreciação (a)	Perdas por imparidade (b)	Reversões de perdas por imparidade (c)	Resultado líquido (a+b-c)
A. Ativos fixos tangíveis				
1. Utilizados na atividade	5005			**5005**
- Detidos	2332			**2332**
- Ativos sob direito de uso	2674			**2674**
2. Detidos para investimento				
- Detidos				
- Ativos sob direitos de uso				
3. Inventários	x			
Total	**5005**			**5005**

A partir de 2019, na sequência da aplicação da IFRS 16, a rubrica «Depreciação e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» inclui também a depreciação de ativos sob direito de uso no montante de 2674 mil euros, cuja contraprestação é reconhecida em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

Secção 15 - Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis - Rubrica 220

7642 mil euros

15.1 Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativo/Componentes de rendimento	Amortização (a)	Ganhos por imparidade (b)	Reversões de perdas por imparidade (c)	Resultado líquido (a+b-c)
A. Ativos intangíveis				
A.1 Detidos				
- Originados internamente pela empresa				
- Outros	6540	1102		**7642**
A.2 Ativos sob direitos de uso				
Total	**6540**	**1102**		**7642**

A rubrica refere-se às amortizações do exercício relativas a ativos intangíveis com vida útil finita, que incluem os «Contratos de clientes», um dos quais foi objeto de uma perda por imparidade de 1,1 milhões de euros na sequência do teste de imparidade.

Para mais pormenores, consultar a rubrica 100 da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos intangíveis».

Secção 16 - Outras receitas líquidas operacionais - Rubrica 230

150 354 mil euros

16.1 Outras despesas operacionais: desagregação

-3930 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Despesas do exercício anterior	(2187)	(2656)
Arredondamentos e provisões	(93)	(9)
Outros encargos	(756)	(23)
Despesas com o sistema de garantia de depósitos		
Despesas com impostos de registo	(893)	(319)
Total	**(3930)**	**(3008)**

16.2 Outras receitas operacionais: desagregação

154 324 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Recuperação de encargos legais para aquisições de contas comerciais a receber sem recurso	1410	1198
Recuperação de encargos legais	127	218
Outras recuperações	1457	1384
Rendimentos do exercício anterior	5562	9314
Recuperação de despesas notariais do cedente	1647	977
Outros rendimentos	144 121	92 424
Total	**154 324**	**105 515**

Em 2022, a rubrica inclui um efeito pontual relativo a 50 % da provisão «40 euros», que consiste na totalidade dos valores a receber acumulados para a indemnização em questão, no montante de 119,4 milhões de euros. Para mais informações, consultar a Parte A «Políticas contabilísticas».

Recorde-se que, em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica incluía o montante definitivo de *badwill* de 76,9 milhões de euros resultante da operação de fusão com o DEPObank em março de 2021.

Secção 17 - Lucros em investimentos em capitais próprios - Rubrica 250

17.1 Lucros em investimentos em capitais próprios: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de rendimento/Montantes	Total 2022	Total 2021
1) Empresas sujeitas a controlo conjunto		
A. Rendimento		
1. Reavaliações		
2) Ganhos em alienações		
3. Ganhos por imparidade		
4. Outros rendimentos		
B. Despesas		
1) Imparidade		
2. Perdas por imparidade		
3. Perdas em alienações		
4. Outros encargos		
Lucros/perdas líquidos		
1) Empresas sujeitas a influência significativa		
A. Rendimento		
1. Reavaliações		
2) Ganhos em alienações		
3. Ganhos por imparidade		
4. Outros rendimentos	288	195
B. Despesas		
1) Imparidade		
2. Perdas por imparidade		
3. Perdas em alienações		
4. Outros encargos		
Lucros/perdas líquidos	**288**	**195**
Total	**288**	**195**

Secção 21 - Impostos sobre o rendimento em operações continuadas - Rubrica 300

-714 mil euros

21.1 Impostos sobre o rendimento em operações continuadas: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Componentes de rendimento/Setores	Total 2022	Total 2021
1. Impostos correntes (-)	86 509	20 606
2. Correção nos impostos correntes de exercícios anteriores (+/-)	3447	
3. Redução nos impostos correntes do exercício (+)		
3. A Redução nos impostos correntes do exercício devido ao crédito de imposto ao abrigo da Lei n.º 214/2011 italiana (+)		
4. Alteração nos ativos por impostos diferidos (+/-)	(765)	(12 566)
5. Alteração nos passivos fiscais diferidos (+/-)	9962	(8754)
6. Impostos para o exercício (-) (-1+/-2+3+ 3 *bis* +/-4+/-5)	**99 154**	**(714)**

21.2 Reconciliação da carga fiscal teórica com a carga fiscal efetiva

A reconciliação entre a carga fiscal teórica e a carga fiscal efetiva reconhecida nas demonstrações financeiras da Empresa-mãe e das subsidiárias italianas (quando aplicável) é apresentada abaixo.

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	IRES	IRAP
Lucro tributável usado para efeitos de cálculos do imposto	345 006	165 981
Carga fiscal teórica: 24-27,5 % IRES - 3,90-5,57 % IRAP	**94 876**	**9243**
Diferenças não dedutíveis permanentes	(88 564)	987
IRAP dedutível	(64)	
Diferenças temporárias tributáveis em exercícios futuros	(41 997)	
Diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros	16 421	1255
Reversão de diferenças temporárias de exercícios anteriores	(9929)	(5267)
Lucro tributável	**220 873**	**162 956**
Impostos correntes para o exercício: 24-27,5 % IRES - 3,90-5,57 % IRAP	**60 740**	**9075**

Secção 25 - Resultados por ação

25.1 Número médio de ações ordinárias com capital diluído

(Montantes em unidades)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Número médio de ações não executadas	185 545 952	185 312 690
Número médio de ações potencialmente diluidoras	11 447 560	10 175 223
Número médio de ações diluídas	196 993 512	195 487 913

25.2 Outras informações

(Montantes em unidades, salvo indicação em contrário)

Desagregação	Total 2022	Total 2021
Lucro do exercício (em euros)	232 047 606	197 372 423
Número médio de ações não executadas	185 545 952	185 312 690
Número médio de ações potencialmente diluidoras	11 447 560	10 175 223
Número médio de ações diluídas	196 993 512	195 487 913
Resultados básicos por ação (em unidades de euro)	**1,25**	**1,06**
Resultados diluídos por ação (em unidades de euro)	**1,18**	**1,01**

Parte D - Rendimento integral consolidado

Demonstração de Rendimento Integral

(Montantes expressos em euros)

	Rubricas	2022	2021
10.	**Lucro do exercício**	232 047 606	197 372 423
	Outros componentes de rendimento não reclassificados para os resultados		
20.	Instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral:		
	a) alterações ao justo valor		
	b) transferências para outras rubricas de capital próprio		
30.	Passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito):		
	a) alterações ao justo valor		
	b) transferências para outras rubricas de capital próprio		
40.	Cobertura de instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral:		
	a) alterações ao justo valor (instrumento sujeito a cobertura)		
	b) alterações ao justo valor (instrumento de cobertura)		
50.	Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
60.	Ativos intangíveis		
70.	Planos de benefícios definidos	724 064	(47 353)
80.	Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
90.	Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios		
100.	Impostos sobre o rendimento de outro rendimento integral não reclassificados para os resultados	(199 118)	13 022
	Outros componentes reclassificados para os resultados		
110.	Cobertura de investimentos estrangeiros:		
	a) alterações ao justo valor		
	b) reclassificação por via dos resultados		
	c) outras alterações		
120.	Diferenças cambiais:		
	a) alterações ao valor		
	b) reclassificação por via dos resultados		
	c) outras alterações	224 653	(1 406 716)
130.	Coberturas de fluxos de caixa:		
	a) alterações ao justo valor		
	b) reclassificação por via dos resultados		
	c) outras alterações		
	das quais: resultado de posições líquidas		
140.	Instrumentos de cobertura (elementos não designados):		

(Montantes expressos em euros)

	Rubricas	2022	2021
	a) alterações ao valor		
	b) reclassificação por via dos resultados		
	c) outras alterações		
150.	Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral:		
	a) alterações ao justo valor	1 246 162	315 589
	b) reclassificação por via dos resultados		
	- correções para risco de crédito		
	- lucros/perdas nas alienações		
	c) outras alterações		
160.	Ativos não correntes e grupos de ativos detidos para venda:		
	a) alterações ao justo valor		
	b) reclassificação por via dos resultados		
	c) outras alterações		
170.	Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios:		
	a) alterações ao justo valor		7 220 193
	b) reclassificação por via dos resultados		
	- correções por imparidade		
	- lucros/perdas nas alienações		
	c) outras alterações		
180.	Impostos sobre o rendimento relativos a outros componentes reclassificados para os resultados	(56 379)	(2 281 985)
190.	**Total de outro rendimento integral**	**1 939 383**	**3 812 750**
200.	**Rendimento integral (Rubricas 10+190)**	**233 986 989**	**201 185 173**
210.	**Rendimento integral imputável a interesses minoritários**		
220.	**Rendimento integral imputável a proprietários da Empresa-mãe**	**233 986 989**	**201 185 173**

Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco

Introdução

O BFF Banking Group adotou ferramentas adequadas de governo societário e mecanismos adequados de gestão e controlo com vista a mitigar os riscos a que está exposto. Estas medidas fazem parte do governo da organização e do sistema de controlo interno, que visam garantir práticas de gestão assentes na eficiência, eficácia e equidade, cobrindo todos os tipos de risco empresarial, em consonância com as características, dimensões e complexidade das atividades comerciais levadas a cabo pelo Grupo.

Nesta perspetiva, o Grupo formalizou as respetivas políticas de gestão de riscos e procede à sua revisão periódica para garantir a sua eficácia ao longo do tempo, além de controlar constantemente o funcionamento dos processos de gestão e controlo dos riscos.

Essas políticas definem:

- O governo dos riscos e as responsabilidades das Unidades organizacionais envolvidas no processo de gestão;
- O mapeamento dos riscos a que o Grupo está exposto, os métodos de mensuração e de teste de esforço, bem como os fluxos de informação que resumem as atividades de acompanhamento;
- O processo de avaliação anual da adequação do capital interno e do sistema de governo e gestão do risco de liquidez;
- As atividades para a avaliação da adequação do capital prospetivo, associada ao processo de planeamento estratégico.

Os órgãos de governo societário do Banco, na qualidade de Empresa-mãe do BFF Banking Group, definem o modelo de governo e gestão do risco ao nível do Grupo, tendo em consideração os tipos específicos de operações e os perfis de risco relacionados que caracterizam todas as entidades do Grupo, com o intuito de criar uma política integrada e coerente de gestão do risco.

É neste enquadramento que os órgãos de governo societário da Empresa-mãe realizam as funções a si confiadas não apenas no que se refere às respetivas atividades comerciais específicas, mas também tendo em conta as operações do Grupo como um todo, bem como os riscos a que este está exposto e envolvendo, se apropriado, os órgãos de governo das subsidiárias nas decisões relativas a procedimentos e políticas de gestão do risco.

Ao nível do Grupo, a Função de Gestão do Risco colabora no processo de definição e implementação de políticas de gestão do risco por meio de um processo adequado de gestão do risco. O diretor da função não está envolvido nas atividades de exploração que tem de acompanhar, uma vez que as suas incumbências e responsabilidades são regidas por Regulamentos internos específicos.

Além de outras tarefas, a Função de Gestão do Risco é responsável por:

- Colaborar com os órgãos de governo societário na definição do sistema global de gestão do risco e na totalidade do quadro de referência para a assunção e controlo de riscos do Grupo (Quadro de apetência pelo risco);
- Estabelecer processos adequados de gestão do risco através da adoção e manutenção de sistemas adequados de gestão do risco, de modo a cartografar, mensurar, controlar ou mitigar todos os riscos relevantes;

- Fornecer uma avaliação do capital absorvido, também sob condições de esforço, bem como da relativa adequação do capital presente e prospetivo, definindo processos e procedimentos adequados a cada tipo de risco presente e futuro, que tenha em conta alterações nas estratégias e no contexto;
- Supervisionar a implementação do processo de gestão do risco e garantir que este está a ser respeitado;
- Acompanhar a adequação e a eficácia das ações levadas a cabo para solucionar qualquer debilidade detetada no sistema de gestão do risco;
- Apresentar relatórios periódicos aos órgãos de governo societário relativos às atividades realizadas e dotá-los de suporte de consultadoria sobre questões relativas à gestão do risco.

A Função de Gestão do Risco comunica perante o Presidente da Comissão Executiva, a pessoa responsável pelo sistema de controlo interno do Banking Group. Esta é independente da Função de Auditoria interna e está sujeita ao seu controlo.

Secção 1 - Riscos de consolidação contabilística

Informação quantitativa

A. Qualidade do crédito

A.1 Exposições de crédito produtivas e objeto de imparidade: montantes, correções, tendências e distribuição económica

A.1.1 Desagregação de ativos financeiros por carteira e qualidade do crédito (quantias escrituradas)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Empréstimos improdutivos	Exposições com probabilidade reduzida de pagamento	Exposições vencidas objeto de imparidade	Outras posições objeto de imparidade	Exposições produtivas	Total
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	86 372	12 132	185 257	2 192 825	9 419 264	11 895 850
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
3. Ativos financeiros designados ao justo valor						
4. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor						
5. Ativos financeiros detidos para venda						
Total 31.12.2022	**86 372**	**12 132**	**185 257**	**2 192 825**	**9 419 264**	**11 895 850**
Total 31.12.2021	**72 233**	**12 413**	**19 428**	**1 714 944**	**8 250 479**	**10 069 497**

A.1.2 Desagregação de ativos financeiros por carteira e qualidade do crédito (montantes brutos e líquidos)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Objeto de imparidade				Produtivas			Total (exposição líquida)
	Exposição bruta	Total de correções	Exposição líquida	Total de anulações (*write-offs*) parciais (*)	Exposição bruta	Total de correções	Exposição líquida	
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	307 008	23 246	283 762		11 614 156	2067	11 612 089	11 896
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral								
3. Ativos financeiros designados ao justo valor					X	X		
4. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor					X	X		
5. Ativos financeiros detidos para venda								
Total 31.12.2022	**307 008**	**23 246**	**283 762**	**-**	**11 614 156**	**2067**	**11 612 089**	**11 895 850**
Total 31.12.2021	**124 458**	**20 383**	**104 075**	**-**	**9 967 860**	**2439**	**9 965 422**	**10 069 497**

(*) Valor fornecido para fins informativos.

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Ativos com má qualidade de crédito evidente		Outros ativos
	Perdas de capital cumulativas	Exposição líquida	Exposição líquida
1. Ativos financeiros detidos para negociação			211
2. Derivados de cobertura			
Total 31.12.2022			**211**
Total 31.12.2021			**4107**

B. Divulgação sobre entidades estruturadas (que não sociedades de titularização)

B.2 Entidades estruturadas não consolidadas para efeitos contabilísticos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas das demonstrações financeiras/ Tipo de entidade estruturada	Carteira de contabilização de ativos	Total de ativos	Carteira de contabilização de passivos	Total de passivos (B)	Quantia escriturada	Exposição máxima ao risco de perda	Diferença entre a exposição ao risco de perda e a quantia escriturada
		(A)			(C = B-A)	(D)	(E = D-C)
OIC	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	90 226			90 226	138 348	48 122

Secção 2 - Riscos de consolidação prudencial

1.1 - Risco de crédito

Informação qualitativa

1. Aspetos gerais

A atividade principal do Banking Group neste domínio é o *factoring*, que, em Itália, é regido pelo Código Civil italiano (Livro IV, título I, capítulo V, artigos 1260- 1267) e pela Lei n.º 52, de 21 de fevereiro de 1991, e alterações subsequentes, e que consiste numa multiplicidade de serviços financeiros que podem ser estruturados de várias formas, sobretudo através da venda de créditos comerciais. O Grupo oferece sobretudo serviços de *factoring* sem recurso com devedores pertencentes à administração pública, para além de outros produtos de empréstimo sempre com foco na administração pública. A partir de março de 2021, com a integração do DEPObank, o Grupo começou a conceder crédito como uma atividade instrumental, para além de atividades específicas de tesouraria (geridas através da concessão de limites de exploração) e serviços de títulos (geridos sobretudo através da concessão de facilidades de descoberto na conta).

Além disso, para efeitos de diversificação da sua atividade e da presença geográfica, o Banking Group inclui as empresas do BFF Polska Group, que prestam sobretudo serviços financeiros a empresas que operam no setor dos cuidados de saúde e a organismos da administração pública nos países em que estas operam.

À data, o *factoring* sem recurso representa cerca de 66 % de todas as exposições sobre clientes do Grupo, excluindo a componente de títulos.

Em relação às medidas em resposta à COVID-19, o Grupo segue as disposições aplicáveis contidas nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia («Orientações relativas ao relato e divulgação de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise da COVID-19 – EBA/GL/2020/07»).

Impactos da pandemia de COVID-19
À luz do modelo de negócio do BFF Banking Group e da natureza das suas contrapartes, a epidemia de COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas de mensuração e controlo dos riscos.

Impactos da crise Ucrânia-Rússia
Na sequência da crise entre a Rússia e a Ucrânia, que culminou na intervenção militar iniciada pela Rússia a 24 de fevereiro de 2022, e das contramedidas resultantes aplicadas pela comunidade internacional e pelas partes no setor financeiro internacional (por exemplo, sanções contra pessoas singulares ou coletivas russas, limitações às transações com partes russas e/ou relativas a instrumentos financeiros emitidos por partes russas e/ou denominados em moeda russa), o BFF Group efetuou uma revisão detalhada das posições e transações de risco que poderiam ser direta ou indiretamente afetadas pelas restrições às transações acima mencionadas, tomando, sempre que necessário, as medidas adequadas para cumprir integralmente as disposições regulamentares e/ou para evitar situações que possam ser consideradas de risco. As várias funções empresariais da empresa-mãe (por exemplo, Área CFO, Gestão do Risco, Conformidade e CBC) informaram o Conselho de Administração da Empresa-mãe sobre a avaliação da gestão dos potenciais impactos no Grupo resultantes desta situação e as medidas tomadas. Na primeira parte de abril, o BFF Bank também respondeu ao inquérito conduzido pelo Banco de Itália sobre uma primeira avaliação do impacto que os desenvolvimentos desfavoráveis relacionados com a atual crise poderiam ter no sistema bancário. Os resultados da análise revelaram que o Grupo BFF não está diretamente exposto aos mercados russo e ucraniano e que não existem empresas clientes russas, empresas clientes controladas por empresas russas, beneficiários efetivos ou representantes legais de nacionalidade russa na carteira de clientes do BFF ou das suas subsidiárias no estrangeiro. No que se refere às posições detidas em RUB (rublos) e à eventual exposição ao risco de taxa de câmbio na sequência da forte flutuação da taxa de câmbio da moeda em questão, as posições ativas e passivas denominadas nessa moeda detidas pelo BFF são de montante global muito limitado, relativas exclusivamente a saldos de contas bancárias (saldos de contas bancárias junto do BFF de contrapartes da Linha de Negócio de Serviços de Transação, transferidos para contas detidas pelo BFF junto do Bank of New York, tesoureiro do BFF nessa moeda, e do Euroclear Bank, banco de liquidação internacional, estando as operações à vista, depósitos a prazo e *swaps* de divisas nessa moeda suspensos desde o início da crise) e substancialmente equilibradas.

Após o início da crise entre a Rússia e a Ucrânia, assistiu-se também a uma intensificação da ciberguerra a nível mundial, visando principalmente as redes de infraestruturas. A este respeito, o BFF Group aumentou o nível de atenção do SOC (centro de operações de segurança) e reforçou as regras de defesa do perímetro, bem como continuou a acompanhar a situação através de fontes fiáveis, como o CERTFin. No que respeita à continuidade operacional e às cópias de segurança, as recentes atualizações e testes do Plano de Recuperação de Desastres confirmaram a resiliência do BFF Group. São organizadas internamente campanhas de sensibilização sobre *phishing* e eventos de segurança. Por último, foram contactados os principais subcontratantes e fornecedores, a fim de verificar se também eles tinham aumentado o seu nível de atenção em matéria de cibersegurança e receber mais registos dos sistemas de defesa para efetuar uma monitorização mais extensiva através do SIEM (gestão de informações e eventos de segurança). Até à data, não foram registados quaisquer ataques ou perturbações na sequência da crise na Ucrânia por parte do BFF ou dos seus subcontratantes ou fornecedores.

2. Políticas de gestão do risco de crédito

2.1 Aspetos organizacionais

A avaliação de uma transação, para os diferentes produtos oferecidos pelo Banking Group, é realizada analisando uma série de fatores que vão desde o grau de fragmentação do risco até às características da relação comercial subjacentes à qualidade do crédito e à capacidade de reembolso do cliente/devedor.

As orientações e procedimentos de acompanhamento e controlo do risco de crédito encontram-se estabelecidos no «Regulamento de crédito» atual, aprovado pelo Conselho de administração em 30 de junho de 2021, e pelo «Regulamento de crédito» das subsidiárias. O regulamento interno fornece uma medida organizacional adicional para enfrentar o risco de crédito com vista a acompanhar a qualidade do crédito, que descreve o processo de controlo do crédito sobre o devedor e é parte integrante do «Regulamento de crédito» supracitado.

O risco de crédito é, por conseguinte, acompanhado a vários níveis no âmbito do quadro dos múltiplos processos operacionais.

2.2 Sistemas de gestão, mensuração e controlo

O sistema de gestão, mensuração e controlo relativo ao risco de crédito foi criado para assegurar o controlo sobre os principais tipos de risco pertencentes à categoria de risco de crédito.

Para o efeito, importa realçar que, conforme referido anteriormente, a atividade essencial levada a cabo pelo Grupo consiste na aquisição de contas comerciais a receber sem recurso devidas por devedores pertencentes a organismos da administração pública e que, no que se refere a exposições relacionadas com operações do banco de custódia, estas são sobretudo direcionadas para os bancos.

Com base no anteriormente exposto, em especial, o risco de crédito está associado à possibilidade de que uma alteração inesperada na solvabilidade de uma contraparte, a que o Grupo está exposto, possa gerar uma descida correspondente no valor da situação de crédito. Este pode ser decomposto da seguinte forma:

- Risco de crédito no sentido estrito: o risco de incumprimento por contrapartes a que o Grupo está exposto, que é legitimamente limitado tendo em consideração a natureza das contrapartes do Grupo, cuja maioria não está sujeita a processos de falência ou outros procedimentos que poderiam afetar a sua solvência material;
- Risco de diluição: o risco de que os montantes devidos pelo devedor cedido sejam reduzidos devido a provisões ou compensações resultantes de rendimentos e/ou litígios relativos à qualidade do produto ou serviço ou qualquer outra questão;
- Risco de «factorabilidade»: o risco relacionado com a natureza e as características da relação comercial sujeita a *factoring*/venda, afetando a capacidade de autoliquidação da conta a receber comercial vendida (por exemplo, risco de pagamentos diretos do devedor ao cedente potencialmente insolvente);
- Risco de atraso de pagamento: o risco de um atraso nos prazos de cobrança das contas a receber comerciais vendidas face aos esperados pelo Grupo.

À luz dos riscos descritos em detalhe acima, o Grupo dispõe de regulamentos internos que descrevem as fases que os regulamentos do setor identificam como componentes do processo de crédito:

- Verificação dos antecedentes;
- Decisão;
- Desembolso;
- Acompanhamento e revisão;
- Litígio.

O *factoring* sem recurso, pela sua própria natureza, representa o serviço que está mais exposto ao risco de crédito. Por esse motivo, a verificação dos antecedentes para o pedido da linha de crédito é realizada com o máximo cuidado.

No que diz respeito à concessão de crédito às contrapartes que utilizam o serviço do banco de custódia, o risco de crédito é muito baixo, uma vez que se concentra principalmente em contrapartes bancárias, sociedades de gestão de ativos e fundos.

O Grupo também presta marginalmente estes dois tipos de serviços: «apenas gestão de empréstimos e valores a receber» e «*factoring* com recurso».

No serviço «apenas gestão de empréstimos e valores a receber», o risco de crédito é consideravelmente reduzido porque está limitado à exposição do Grupo ao cliente relativamente ao pagamento dos encargos e comissões acordados, ou seja, o reembolso de encargos legais incorridos. A concessão de uma linha de crédito «apenas gestão de empréstimos e valores a receber» segue os procedimentos normais utilizados no processo de crédito, embora a linha de crédito possa ser aprovada por um organismo unipessoal.

O *factoring* com recurso é uma atividade marginal para o BFF Banking Group, uma vez que o *factoring* apenas está incluído na carteira de produtos do BFF Polska S.A.

No que se refere em concreto ao BFF Polska, importa registar que a empresa opera na Polónia, bem como na Eslováquia e na Chéquia através das suas subsidiárias.

O BFF Polska S.A. opera sobretudo em três setores:

- Financiamento do capital de exploração de fornecedores à administração pública;
- Financiamento de contas a receber comerciais correntes e futuras no setor público e dos cuidados de saúde;
- Financiamento de investimento nos setores público e dos cuidados de saúde.

Ainda relativamente aos tipos de investimento específicos por parte do BFF Polska S.A. e respetivas subsidiárias, a gestão do risco de crédito do Grupo visa criar uma carteira sólida e equilibrada de ativos financeiros para reduzir ao mínimo o risco de exposições objeto de imparidade e, ao mesmo tempo, gerar a margem de lucro e o valor da carteira de empréstimos previstos. Regra geral, os clientes do Banking Group possuem uma notação de crédito adequada e, se necessário, são exigidas garantias adequadas para mitigar o risco de perdas financeiras resultantes do incumprimento de clientes.

No que diz respeito à atribuição de limites de exploração e/ou limites máximos de «intermediação», não há nenhum pedido específico dos clientes e a avaliação é iniciada por iniciativa da Unidade Organizacional (UO) Financeira e do Tesouro ou das unidades organizacionais relevantes.

No âmbito da gestão de contrapartes que prestam serviços de intermediação a retalho, foram estabelecidos limites de exploração específicos, destinados a acompanhar e controlar as operações destas entidades. Em alguns casos,

foram solicitadas garantias para mitigar o risco assumido para estas atividades. A exposição ao risco de crédito dos clientes é constantemente acompanhada. A qualidade do crédito de entidades do setor público é analisada no quadro do risco de atraso de reembolso dos passivos.

A avaliação do risco de crédito é parte integrante de uma análise global da adequação dos fundos próprios do Grupo em relação aos riscos associados à concessão de empréstimos.

Com isto em mente, o Grupo utiliza a abordagem «normalizada» para mensurar o risco de crédito, tal como regida pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (RRFP) e adotada pela Circular n.º 285 «*Disposições de supervisão para bancos*» e pela Circular n.º 286 «*Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos*» e respetivas alterações subsequentes, do Banco de Itália, datadas de 17 de dezembro de 2013. Esta abordagem inclui a classificação de exposições em diferentes classes («carteiras»), dependendo do tipo de contraparte, bem como a aplicação de rácios ponderados diversificados a cada carteira.

Especificamente, o BFF Banking Group aplica os seguintes fatores principais de ponderação, previstos pelo RRFP:

- 0 % para exposições sobre organismos do governo e bancos centrais com escritórios num Estado-Membro da União Europeia e financiados na moeda local, bem como para exposições sobre outros organismos da administração pública, em conformidade com requisitos específicos das disposições de supervisão pertinentes. Esta categoria inclui também exposições a entidades do setor público espanhol e outras autoridades locais, tal como previsto nas listas da EBA «*Governos regionais e autoridades locais da UE tratadas como exposições a governos centrais em conformidade com o artigo 115.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 575/2013*» e «*Entidades do setor público da UE tratadas em circunstâncias excecionais como exposições ao governo central, governo regional ou autoridade local em cuja jurisdição se encontram estabelecidas em conformidade com o artigo 116, n.º 4 do Regulamento (UE) 575/2013*";
- 20 % para *i)* exposições sobre organismos das administrações regionais e autoridades locais com escritórios num Estado-Membro da União Europeia denominadas e financiadas na moeda local, *ii)* exposições sobre entidades do setor público de países com Qualidade do crédito Nível 1, *iii)* exposições sobre entidades do setor público e intermediários supervisionados com uma duração original de três meses ou menos;
- 50 % para exposições a organismos da administração pública de países com Qualidade do crédito Nível 2, que incluem a exposição a entidades do setor público polaco e eslovaco;
- 100 % para *i)* exposições a organismos da administração pública de países com Qualidade do crédito Nível 3, 4 e 5 (incluindo Itália, Portugal e Grécia – tenha em atenção que, em 3 de maio de 2019, a DBRS subiu a notação da Grécia de «B+» para «BB-», melhorando consequentemente a qualidade do crédito do nível 5 para o 4, mas mantendo a percentagem de absorção de capital inalterada em 100 %) e *ii)* exposições a organismos da administração pública de países em que os organismos estatais não são alvo de notação e não se encontram disponíveis níveis de qualidade do crédito (incluindo a República Checa e a Croácia);
- 50 % ou 100 % para montantes devidos de intermediários supervisionados, de acordo com o nível de qualidade do crédito do país em que têm estabelecidos os seus escritórios;
- 75 % para exposições sobre o mercado de retalho e exposições sobre PME;
- 100 % para exposições sobre devedores privados (ou seja, empresas), Fundos e sociedades de gestão de ativos; para devedores privados com notação, são aplicadas ponderações diferentes com base nas notações de crédito emitidas pela S&P Global Ratings;
- 100 % para ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, investimentos em capitais próprios, organismos de investimento coletivo e outros;
- 150 % para exposições improdutivas, se as correções de valor específicas forem 20 % menos do que a porção não caucionada, antes de quaisquer correções;
- 100 % para exposições improdutivas, se as correções de valor específicas forem 20 % ou mais do que a porção não caucionada, antes de quaisquer correções;
- 250 % para ativos por impostos diferidos não deduzidos dos fundos próprios.

O BFF Banking Group mantém constantemente, sob a forma de um requisito de capital para risco de crédito, um montante de capital regulamentar igual a, pelo menos, 8 % das exposições ponderadas para risco de crédito. O Montante ponderado pelo risco é determinado através da soma dos ativos ponderados pelo risco de várias classes.

Com base no método descrito anteriormente, os requisitos de capital para o risco de crédito e de contraparte do BFF Banking Group, em 31 de dezembro de 2022, são de 160,2 milhões de euros.

Além disso, o processo de gestão do risco de crédito cumpre os regulamentos externos (RRFP, Circulares n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» do Banco de Itália e respetivas alterações subsequentes) relativos à concentração de riscos.

Concretamente:

- «Grande exposição» significa qualquer posição de risco igual ou superior a 10 % do capital elegível, tal como definido no RRFP (igual ao capital de Nível 1);
- Para grupos bancários, cada posição de risco não pode ser superior a 25 % do capital elegível.

Considerando o facto de que a exposição do Grupo é composta sobretudo por valores a receber adquiridos numa base sem recurso e a receber de entidades individuais da administração pública, o risco da carteira é considerado limitado, uma vez que o desreconhecimento de valores a receber implica a afetação da exposição a um maior número de contrapartes (ou seja, os devedores cedidos), que, no caso de determinadas exposições, são alvo de tratamento preferencial em termos de ponderação para grandes exposições.

Avaliação da qualidade do crédito

O Grupo realiza um teste de imparidade sobre a carteira de empréstimos, destinado a identificar qualquer imparidade nos seus ativos, em linha com as disposições das normas aplicáveis e com os critérios prudenciais exigidos pelos regulamentos de supervisão e pelas políticas internas adotadas pelo BFF Banking Group.

Esta avaliação assenta na distinção entre estas duas categorias de exposição:

- *Exposições sujeitas a correções genéricas («imparidade coletiva»)*
- *Exposições sujeitas a correções específicas.*

Note-se que a IFRS 9 entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018. Esta norma substitui o conceito de «perdas incorridas» previsto pela IAS 39 pelo de «perdas de crédito esperadas».

A abordagem adotada pelo Grupo baseia-se num modelo prospetivo que pode exigir o reconhecimento de perdas de crédito esperadas ao longo da vida da exposição com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos. Neste contexto, foi adotada uma abordagem baseada na utilização de parâmetros de risco de crédito (Probabilidade de incumprimento – PD, Perda em caso de incumprimento – LGD, Exposição em caso de incumprimento – EAD) redefinida com base numa perspetiva assente em vários períodos.

Mais concretamente, de acordo com a IFRS 9, a imparidade de exposições é reconhecida em três fases, cada uma com diferentes métodos de cálculo das perdas a registar.

Relativamente à Fase 1, as perdas de crédito esperadas são mensuradas ao longo de um período de 12 meses. Relativamente à Fase 2 (incluindo ativos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial), as perdas de crédito esperadas são mensuradas ao longo da totalidade da vida do instrumento (perdas esperadas ao longo da vida). A Fase 3 inclui todos os ativos financeiros que apresentam uma imparidade objetiva à data de relato (exposições improdutivas).

2.3 Métodos de mensuração das perdas de crédito esperadas

Exposições sujeitas a perdas por imparidade coletivas («imparidade coletiva»)

O modelo de imparidade caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- A afetação das transações existentes na carteira a diferentes rubricas, com base na avaliação do aumento do nível de risco de exposição/contraparte;
- A utilização de parâmetros de risco assentes em vários períodos (por exemplo, a PD, LGD e EAD ao longo da vida) para quantificar perdas de crédito esperadas (ECL) para instrumentos financeiros sujeitos a um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Para efeitos de cálculo da imparidade, a IFRS 9 estabelece requisitos gerais para o cálculo de ECLs e a conceção de critérios de afetação de fase, sem fornecer orientações específicas sobre a abordagem de modelação. Por conseguinte, ao analisar os dados fornecidos como *input*, a avaliação e a conceção do projeto para a conversão para a IFRS 9 permitiram desenvolver um quadro metodológico para acomodar as peculiaridades da atividade do Grupo em consonância com os ativos que detém, bem como com a informação disponível, em conformidade com as orientações fornecidas na norma.

Os principais conceitos introduzidos pela IFRS 9 e exigidos para efeitos de cálculo da imparidade comparativamente às normas anteriores são os seguintes:

- Um modelo prospetivo (*forward-looking*) que permita o reconhecimento imediato de todas as perdas de crédito esperadas ao longo da vida da exposição, substituindo, assim, o critério de «perdas incorridas». De acordo com a anterior, as perdas por imparidade apenas eram reconhecidas quando existissem provas da sua existência (com base na identificação de um evento desencadeador).
  De acordo com a IFRS 9, as perdas devem ser reconhecidas com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos;
- As perdas de crédito esperadas (ECL) são recalculadas em cada data de relato de modo a refletir quaisquer alterações no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro;
- Utilização de informação prospetiva e de fatores macroeconómicos para determinar as ECL;
- introdução de um estatuto adicional relativamente à classificação binária de contrapartes «produtivas» e «improdutivas», para ter em conta o aumento no risco de crédito.

O modelo de cálculo das ECL requer uma avaliação quantitativa de fluxos de caixa futuros e parte do pressuposto de que estas são estimadas de forma fidedigna. Isto requer a identificação de determinados elementos, nomeadamente:

- Modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e pressupostos sobre a distribuição *forward* de eventos de incumprimento, para o cálculo da PD assente em vários períodos utilizados para determinar as perdas de créditos esperadas ao longo da vida;
- modelo de perda em caso de incumprimento (LGD);
- Um modelo de exposição determinístico e estocástico em caso de incumprimento (EAD) que permite definir uma distribuição em vários períodos, bem como num prazo de 12 meses.

Os parâmetros de risco que devem ser modelados de modo a estar em conformidade com a base racional de consideração da totalidade do tempo de vida do instrumento financeiro são os seguintes:

- PD em vários períodos;
- LGD em vários períodos;
- EAD em vários períodos.

Além disso, em conformidade com a IFRS 9, o cálculo da ECL deve incluir correções do Momento específico (*Point-in-Time*) (PIT) e informação prospetiva (*forward-looking*) (FLI).

Exposições sujeitas a perdas por imparidade individuais («imparidade individual»)

Conforme exigido pela IFRS 9 e em linha com as disposições de supervisão atuais, o Grupo realizou uma avaliação dos ativos classificados como objeto de imparidade de modo a identificar qualquer imparidade objetiva de posições individuais.

Importa realçar que, relativamente a exposições vencidas, embora classificadas como ativos financeiros objeto de imparidade e, por conseguinte, sujeitas a imparidade específica, foram realizadas as mesmas avaliações aplicáveis a exposições produtivas referidas nesta secção. Esta decisão é apoiada pelo facto de, dada a atividade central do Grupo, as posições objeto de imparidade vencidas, identificadas de acordo com critérios objetivos, não representarem necessariamente real deterioração. Contudo, esta abordagem não dispensa as funções competentes de efetuarem uma avaliação analítica/precisa («avaliação caso a caso») das posições classificadas como vencidas se a correção de valor calculada não for adequada.

As exposições objeto de imparidade do BFF Banking Group são compostas por empréstimos improdutivos (NPL), exposições com probabilidade reduzida de pagamento e vencidas, num valor total de 283 762 mil euros – líquido de imparidades individuais – e têm a seguinte desagregação:

- empréstimos improdutivos no valor de 86 372 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras no valor de 104 663 mil euros com uma correção no valor de 18 290 mil euros);
- exposições com probabilidade reduzida de pagamento no valor de 12 132 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras igual a 16 374 mil euros com correções iguais a 4241 mil euros);
- exposições vencidas objeto de imparidade no valor de 185 257 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras no valor de 185 971 mil euros com uma correção no valor de 714 mil euros).

Relativamente às políticas de imparidade adotadas, o BFF Polska Group e o BFF Finance Iberia apresentam relatórios periódicos específicos à Empresa-mãe, para que as funções correspondentes da empresa-mãe possam relatar sobre as atividades realizadas nesta área e verificar a exatidão das conclusões.

Alterações devido à COVID-19

Avaliação do aumento significativo do risco de crédito (SICR)

À luz do modelo de negócio do BFF Group e da natureza das suas contrapartes de risco, a epidemia de COVID-19 não implicou alterações ao modelo do aumento significativo do risco de crédito (SICR). Contudo, também em conformidade com as orientações da Autoridade Bancária Europeia de 2 de dezembro de 2020 «*Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2020/02, relativas a moratórias legislativas e não legislativas sobre reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise COVID-19*», o Grupo concedeu a algumas das suas contrapartes sediadas na Polónia moratórias de caráter estritamente voluntário. Para informação mais detalhada sobre o montante concedido e o tipo de contrapartes envolvidas, consultar o parágrafo 4 «Ativos financeiros sujeitos a negociações comerciais e exposições reestruturadas».

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O modelo para determinar os parâmetros de risco também se manteve inalterado após a propagação da COVID-19.

No entanto, a atualização anual dos parâmetros de risco (PD e LGD) permite ter em conta a evolução dos efeitos da COVID-19 dentro das estimativas das perdas esperadas.

Para o efeito, a 30 de junho de 2022, o Banco atualizou os cenários macroeconómicos fornecidos pelo fornecedor externo de informações. Estes cenários são elaborados tendo em conta a evolução da taxa de desemprego e do «Spread» de Alto Rendimento, num contexto geopolítico caracterizado pelos efeitos em curso da COVID-19 e pelas tensões do conflito Rússia-Ucrânia, que alterou significativamente o cenário macroeconómico desde fevereiro de 2022.

A Função de Gestão do Risco, como faz todos os anos, realizou uma análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022 entre os cenários macroeconómicos para o quarto trimestre do ano, fornecidos pelo fornecedor de externo de informações, e os cenários macroeconómicos atualizados em 30 de junho de 2022. A análise mostra que 2023 será caracterizado por um declínio do crescimento do PIB e por um forte impulso inflacionista gerado pelo conflito Rússia/Ucrânia, que reduz, por um lado, os investimentos das empresas e, por outro, o rendimento disponível dos consumidores. No entanto, o mercado de trabalho não parece estar a sofrer tensões significativas, graças à recuperação das contratações após a COVID-19. O abrandamento económico não será suficiente para causar despedimentos generalizados e o mercado de trabalho continuará a beneficiar de um considerável excesso de procura. Por conseguinte, a estabilidade do mercado de trabalho será um dos principais fatores que poderão impedir a economia de entrar num ciclo recessivo. A análise comparativa dos cenários mostra que o PIB estimado em dezembro de 2022 é pior do que o atualmente utilizado no modelo e, por conseguinte, a Função de Gestão do Risco está a avaliar os impactos dessa alteração no modelo de estimativa dos parâmetros de risco, a fim de compreender a sua magnitude, tendo também em consideração que o Modelo de Negócio do Grupo e - nesta área específica - o custo relativo do risco são menos sensíveis às tendências do PIB do que as exposições de crédito concentradas na área das empresas/retalho.

Além disso, a Função de Gestão do Risco comparou as estimativas macroeconómicas divulgadas pelo fornecedor externo de informações com as do Banco Central Europeu (BCE), observando, também neste caso, uma deterioração do PIB em 2023.

As mesmas análises serão igualmente realizadas no final do primeiro trimestre de 2023, a fim de avaliar a possibilidade de atualizar antecipadamente os parâmetros de risco.

2.4 Técnicas de redução do risco de crédito

De modo a tornar as exposições sem recurso compatíveis com o princípio de desreconhecimento, as cláusulas de redução do risco que poderiam de alguma forma invalidar a transferência efetiva de riscos e vantagens foram eliminadas dos respetivos contratos.

No que se refere a exposições a contrapartes às quais são oferecidos serviços de tesouraria e de segurança, as técnicas de redução do risco incluem também acordos de compensação (ISDA) e de gestão de garantias (CSA) em consonância com os regulamentos EMIR. Para acordos de recompra para os quais o Banco assinou contratos específicos do tipo Acordo principal global de recompra (GMRA), o risco de crédito é transferido da contraparte para o subjacente do acordo de recompra.

3. Exposições de crédito objeto de imparidade

Em conformidade com a Circular n.º 272 do Banco de Itália, os «ativos objeto de imparidade» líquidos do BFF Banking Group perfaziam um valor total de 238 762 mil euros. Incluem os seguintes elementos:

- ***Empréstimos improdutivos*** que consistem em exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou em situações basicamente semelhantes, independentemente de quaisquer projeções de perdas feitas pelo Grupo.
  Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de empréstimos improdutivos do Banking Group, líquido de imparidades, ascendeu a 86 372 mil euros, dos quais 5672 mil euros adquiridos já sujeitos a imparidade. Os empréstimos improdutivos líquidos relativos a municípios italianos e governos distritais em dificuldades financeiras ascenderam a 79 662 mil euros, representando 92,2 % do total.
  Os empréstimos improdutivos brutos ascendiam a 104 663 mil euros. A respetiva imparidade perfez um total de 18 290 mil euros. A parte da provisão para juros de mora relativa a exposições improdutivas, reconhecida no momento da alteração nas estimativas em 2014, era igual a 997 mil euros, integralmente sujeito a imparidade. Ao ter em conta também esta quantia, os empréstimos improdutivos brutos ascenderam a 105 660 mil euros e as correções relevantes totalizaram 19 287 mil euros.
  Relativamente à empresa-mãe, em 31 de dezembro de 2022, o total de empréstimos improdutivos, líquido de quaisquer perdas por imparidade estimadas, ascendeu a 80 271 mil euros, dos quais 79 662 mil euros relativos aos municípios e governos distritais italianos em dificuldades financeiras; este caso é classificado como improdutivo em conformidade com as indicações fornecidas pela Autoridade de Supervisão, não obstante o facto de o BFF Banking Group ter legalmente direito a receber 100 % do capital principal e juros de mora no final do processo de insolvência.
  Concretamente, o montante de 5672 mil euros diz respeito a empréstimos concedidos e valores a receber de entidades locais (municípios, distritos) que já se encontravam em dificuldades financeiras no momento da compra e que foram adquiridos em condições especiais.
  As posições remanescentes referentes ao BFF Bank estão sujeitas a imparidade com base em avaliações subjetivas resultantes de pareceres jurídicos. Os empréstimos improdutivos brutos relativos ao BFF Polska Group totalizavam 21 151 mil euros. Após perdas de imparidade estimadas em 15 811 mil euros, ascendem a 5340 mil euros.
- As exposições com ***probabilidade reduzida de pagamento*** do BFF Banking Group referem-se sobretudo a posições do BFF Polska Group. Estas exposições refletem o parecer feito pelo intermediário sobre a improbabilidade de - excluindo ações como a aplicação de garantias - o devedor cumprir integralmente (relativamente ao capital e/ou juros) as suas obrigações de crédito.
  Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações).
  Em 31 de dezembro de 2022, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» ascendiam a 16 374 mil euros, dos quais 14 439 mil euros imputáveis ao BFF Polska Group, 1593 mil euros ao banco e 342 000 mil euros ao BFF Finance Iberia. O valor líquido total é de 12 132 mil euros, referindo-se principalmente ao BFF Polska Group.
- ***As exposições*** vencidas líquidas do BFF Banking Group ascenderam a 185 257 mil euros. Referem-se à empresa-mãe no valor de 170 890 mil euros, à subsidiária espanhola no valor de 13 556 mil euros e ao BFF Polska Group no valor de 811 000 mil euros. 97,4 % destas exposições dizem respeito a contrapartes públicas. O valor manteve-se alinhado com o registado a 30 de setembro de 2022, data em que as contas comerciais a receber classificadas como vencidas aumentaram em resultado das interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de Incumprimento» (ou «Nova DoD», Orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) emitido pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022. No entanto, não se verificou um aumento do perfil de risco efetivo da carteira de empréstimos.

4. Ativos financeiros sujeitos a negociações comerciais e exposições reestruturadas

Em conformidade com as orientações da Autoridade Bancária Europeia de 2 de dezembro de 2020 - «*Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2020/02, relativas a moratórias legislativas e não legislativas sobre reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise COVID-19*», o Grupo, através de acordos contratuais, concedeu a algumas das suas contrapartes moratórias de caráter estritamente voluntário. As alterações diziam respeito unicamente ao diferimento dos montantes de capital, sem quaisquer alterações às taxas de juro. Além disso, não foi prevista qualquer redução das exposições de crédito do Grupo, quer em termos de capital quer de juros. As alterações foram consideradas não substanciais e, por conseguinte, não resultaram no desreconhecimento da posição de balanço de posições sujeitas a moratórias.

No que diz respeito às atividades do BFF Polska Group, foram concedidas moratórias voluntárias num montante total de 1926 mil euros, representadas principalmente por clientes empresariais (aproximadamente 45 %), entidades do setor público (aproximadamente 22 %) e clientes retalhistas (aproximadamente 33 %). Os principais produtos afetados são as exposições de crédito decorrentes de montantes, representando aproximadamente 64 %, empréstimos, 25 % de empréstimos (MEDLekarz - empréstimos a práticas médicas), 7 % de operações de *factoring* e uns residuais 4 % relativos a operações de locação financeira. Em comparação com 31 de dezembro de 2021, registou-se uma diminuição de cerca de 200 mil euros.

Informação quantitativa

A. Qualidade do crédito

A.1 Exposições de crédito produtivas e objeto de imparidade: montantes, correções, tendências e desagregação económica

A.1.1 Consolidação prudencial - Ativos financeiros desagregados por montantes vencidos (quantias escrituradas)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/fases de risco	Fase 1			Fase 2			Fase 3			Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	410 514	236 577	508 144	494	14 622	1 022 474	5386	9308	215 827			5672
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral												
3. Ativos financeiros detidos para venda												
Total 31.12.2022	**410 514**	**236 577**	**508 144**	**494**	**14 622**	**1 022 474**	**5386**	**9308**	**215 827**			**5672**
Total 31.12.2021	**260 397**	**133 584**	**489 832**	**10**	**15 583**	**815 538**	**81**	**431**	**85 351**			**5287**

A.1.2 Consolidação prudencial - Ativos financeiros, compromissos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas: tendência do total de correções e do total de provisões

Descrição/fases de risco	Total de correções											
	Ativos de Fase 1						Ativos de Fase 2					
	Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos e Bancos Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	ativos detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva	Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos e Bancos Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	ativos detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais objeto de imparidade coletiva
Correções totais iniciais		1975				1975		463				
Aumentos em ativos financeiros adquiridos ou originados												
Desreconhecimentos que não anulações (*write-offs*)												
Perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito (+/-)	27	(477)				(450)		106				106
Alterações contratuais sem desreconhecimentos												
Alterações nos métodos de estimativa												
Anulações (*write-offs*) não reconhecidas diretamente nos resultados												
Outras alterações												
Total de correções finais	27	1498				1525		569				569
Recuperações de receitas de ativos financeiros sujeitos a anulação (*write-offs*)												
Anulações (*write-offs*) reconhecidas diretamente nos resultados												

(Montantes em milhares de euros)

Total de perdas por											Total de provisões para compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas				Total
Ativos de Fase 3						Ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de									
Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos e Bancos Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento	Ativos financeiros detidos para	dos quais: objeto de imparidade	dos quais objeto de imparidade	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro	Ativos financeiros detidos para	dos quais: objeto de imparidade	dos quais objeto de imparidade	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Compromissos e empréstimos garantias financeir concedida adquiridos o originados objeto o imparida	
	20 176			20 176		206			206		294				23 115
						X	X	X	X	X					
	3063			3063							(42)				2676
	23 240			23 240		6			6		251				25 591
	133			133											133

A.1.3 Consolidação prudencial - Ativos financeiros, compromissos de empréstimo para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas: transferências entre as várias fases de risco de crédito (montantes brutos e nominais)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/fases de risco	Valores brutos/montante nominal					
	Transferências entre a Fase 1 e a Fase 2		Transferências entre a Fase 2 e a Fase 3		Transferências entre a Fase 1 e a Fase 3	
	Da Fase 1 para a Fase 2	Da Fase 2 para a Fase 1	Da Fase 2 para a Fase 3	Da Fase 3 para a Fase 2	Da Fase 1 para a Fase 3	Da Fase 3 para a Fase 1
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	20 685	11 646	1966	5091	13 720	1944
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
3. Ativos financeiros detidos para venda						
4. Compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas					592	
Total 31.12.2022	**20 685**	**11 646**	**1966**	**5091**	**14 312**	**1944**
Total 31.12.2021	**4356**	**23 143**	**21 420**	**3512**	**9999**	**11 367**

A.1.4 Consolidação prudencial - Posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito junto de bancos: brutas e líquidas

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/ montantes		Exposição bruta				Exposição bruta	Total de perdas por imparidade e total de provisões				Exposição líquida	Total
		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Anulações (*write-offs*) parciais (*)
A. Posição de balanço de exposição de crédito	**1 112 915**	1 029 215	83 700			39	32	7			1 112 876	
A.1 À vista	**634 702**	629 707	4995			29	27	2			634 673	
a) Objeto de imparidade		X					X					
b) Produtivas	634 702	629 707	4995	X		29	27	2	X		634 673	
A.2 Outras	**478 213**	399 508	78 705			10	5	5			478 203	
a) Empréstimos improdutivos		X					X					
- das quais: exposições reestruturadas		X					X					
b) Posições com probabilidade reduzida de pagamento		X					X					
- das quais: exposições reestruturadas		X					X					
c) Exposições vencidas objeto de imparidade		X					X					
- das quais: exposições reestruturadas		X					X					
d) Exposições vencidas, mas produtivas				X			-		X			
- das quais: exposições reestruturadas				X					X			
e) Outras exposições produtivas	478 213	399 508	78 705	X		10	5	5	X		478 203	
- das quais: exposições reestruturadas				X					X			
Total (A)	**1 112 915**	**1 029 215**	**83 700**			**39**	**32**	**7**			**1 112 876**	
B. Posição fora de balanço de exposição financeira	**204**										204	
a) Objeto de imparidade		X					X					
b) Outros	204			X					X		**204**	
Total (B)	**204**										**204**	
Total (A+B)	**1 113 119**	**1 029 215**	**83 700**	**-**		**39**	**32**	**7**	**-**		**1 113 080**	**-**

(*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

A.1.5 Consolidação prudencial - Posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes: brutas e líquidas

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/ montantes	Exposição bruta					Total das perdas por imparidade e total de provisões					Exposição líquida	Total
		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Anulações (*write-offs*) parciais (*)
A. Posição de balanço de exposição de crédito												
a) Empréstimos improdutivos	104 663	X		98 984	5678	18 290	X		18 284	6	86 372	
- das quais: exposições reestruturadas	489	X		489		196	X		196		293	
b) Posições com probabilidade reduzida de pagamento	16 374	X		16 374		4241	X		4241		12 132	
- das quais: exposições reestruturadas	10 886	X		10 886		1091	X		1091		9795	
c) Exposições vencidas objeto de imparidade	185 971	X		185 971		714	X		714		185 257	
- das quais: exposições reestruturadas	380	X		380		114	X		114		265	
d) Exposições vencidas, mas produtivas	2 193 072	1 155 336	1 037 736	X		247	100	147	X		2 192 825	
- das quais: exposições reestruturadas				X					X			
e) Outras exposições produtivas	8 942 871	8 910 951	31 920	X		1811	1393	418	X		8 941 060	
- das quais: exposições reestruturadas	5960		5960	X		176		176	X		5784	
TOTAL (A)	**11 442 951**	**10 066 287**	**1 069 656**	**301 329**	**5678**	**25 303**	**1493**	**564**	**23 240**	**6**	**11 417 647**	**-**
B. Posição fora de balanço de exposição financeira												
a) Objeto de imparidade		X					X					
b) Produtivas	425 724	425 724		X		232	232		X		425 492	
Total (B)	**425 724**	**425 724**				**232**	**232**				**425 492**	
Total (A+B)	**11 868 675**	**10 492 011**	**1 069 656**	**301 329**	**5678**	**25 536**	**1725**	**564**	**23 240**	**6**	**11 843 139**	**-**

(*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

A.1.5a Empréstimos sujeitos às medidas de apoio da COVID-19: transferências entre várias fases de risco de crédito (montantes brutos)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/fases de risco	Montantes brutos/valor nominal					
	Transferências entre a Fase 1 e a Fase 2		Transferências entre a Fase 2 e a Fase 3		Transferências entre a Fase 1 e a Fase 3	
	Da Fase 1 para a Fase 2	Da Fase 2 para a Fase 1	Da Fase 2 para a Fase 3	Da Fase 3 para a Fase 2	Da Fase 1 para a Fase 3	Da Fase 3 para a Fase 1
A. Empréstimos mensurados ao custo amortizado	**46**	**72**	**32**	**4**	**85**	**3**
A.1 sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL	46	72	32	4	85	3
A.2 sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito						
A.3 sujeitos a outras medidas de reestruturação						
A.4 novos empréstimos						
B. Empréstimos mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
B.1 sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL						
B.2 sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito						
B.3 sujeitos a outras medidas de reestruturação						
B.4 novos empréstimos						
Total 31.12.2022	**46**	**72**	**32**	**4**	**85**	**3**
Total 31.12.2021	**101**	**63**	**223**	**-**	**31**	**2**

A.1.7 Consolidação prudencial - Posição de balanço de exposições junto de clientes: tendência nas exposições brutas objeto de imparidade

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Empréstimos improdutivos	Posições com probabilidade reduzida de pagamento	Exposições vencidas objeto de imparidade
A. Exposição bruta inicial	87 467	17 505	19 486
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos	-	-	-
B. Aumentos	**21 411**	**3304**	**171 324**
B.1 influxos provenientes de exposições produtivas	13 685	3113	170 147
B.2 transferências provenientes de ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			
B.3 transferências provenientes de outras exposições objeto de imparidade	2131		
B.4 Alterações contratuais sem desreconhecimentos			
B.5 Outros aumentos	5595	191	1177
C. Reduções	**4215**	**4435**	**4839**
C.1 Exfluxos para exposições produtivas	2842		3399
C.2 anulações (*write-offs*)			
C.3 cobranças	1373	2385	
C.4 cobranças resultantes de alienações			
C.5 Perdas na alienação			
C.6 transferências para outras exposições objeto de imparidade		2050	82
C.7 alterações contratuais sem desreconhecimentos			
C.8 outras reduções			1358
D. Exposição bruta final	**104 663**	**16 374**	**185 971**
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos			

A.1.7a Posição de balanço de exposições junto de clientes sujeitos a medidas de apoio à COVID-19: montantes brutos e líquidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/valores		Exposição bruta				Total de correções				Exposição líquida	Total de Anulações (*write-offs*) parciais (*)
		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
A. Empréstimos improdutivos:	**233**			**233**							
a) Sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL	**233**			233							
b) Sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito											
c) Sujeitos a outras medidas de reestruturação											
d) Novos empréstimos											
B. Empréstimos com probabilidade reduzida de pagamento:	150			150							
a) Sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL	150			150							
b) Sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito											
c) Sujeitos a outras medidas de reestruturação											
d) Novos empréstimos											
C. Empréstimos vencidos objeto de imparidade:	**47**			47							
a) Sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL	47			47							
b) Sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito											
c) Sujeitos a outras medidas de reestruturação											
d) Novos empréstimos											
D. Empréstimos produtivos vencidos:	**763**	**760**	**3**								
a) Sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL	763	760	**3**								
b) Sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito											
c) Sujeitos a outras medidas de reestruturação											
d) Novos empréstimos											
E. Outros empréstimos produtivos vencidos:	**733**	**617**	**116**								
a) Sujeitos a reestruturação em conformidade com a GL	733	617	116								
b) Sujeitos a medidas moratórias em vigor já não conformes com a GL e não avaliados como sendo objeto de reestruturação de crédito											
c) Sujeitos a outras medidas de reestruturação											
d) Novos empréstimos											
Total (A+B+C+D+E)	**1926**	**1378**	**119**	**430**							

(*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

A.1.7 A Consolidação prudencial - Posição de balanço de exposições financeiras junto de clientes: alterações nas exposições reestruturadas brutas desagregadas por qualidade do crédito

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Qualidade	Exposições reestruturadas: objeto de imparidade	Exposições reestruturadas: produtivas
A. Exposição bruta inicial	**11 544**	**786**
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos	-	
B. Aumentos	**209**	**5960**
B.1 influxos provenientes de exposições produtivas não reestruturadas		5939
B.2 influxos provenientes de exposições produtivas reestruturadas		X
B.3 influxos provenientes de exposições improdutivas reestruturadas	X	20
B.4 influxos provenientes de exposições objeto de imparidade, não reestruturadas		
B.5 Outros aumentos	209	
C. Reduções		**786**
C.1 transferências para exposições produtivas não sujeitas a medidas de reestruturação	X	15
C.2 transferências para exposições produtivas reestruturadas		X
C.3 transferências para exposições improdutivas reestruturadas	X	86
C.4 anulações (*write-offs*)		
C.5 cobranças		450
C.6 cobranças resultantes de alienações		
C.7 perdas na alienação		
C.8 outras reduções		235
D. Exposição bruta final	**11 754**	**5960**
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos	-	-

A.1.9 Consolidação prudencial - Posição de balanço de exposições de crédito objeto de imparidade junto de clientes: tendência das correções totais

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Empréstimos improdutivos		Posições com probabilidade reduzida de pagamento		Exposições vencidas objeto de imparidade	
	Total	das quais: exposições reestruturadas	Total	das quais: exposições reestruturadas	Total	das quais: exposições reestruturadas
A. Total de correções iniciais	15 234	905	5092	384	58	23
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos		-			-	
B. Aumentos	**5183**	**177**	**411**	**707**	**684**	**98**
B.1 correções de ativos adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		X		X		X
B.2 outras correções	2940	150				
B.3 perdas na alienação						
B.4 transferências de outras categorias de exposições objeto de imparidade	31	27			569	33
B.5 alterações contratuais sem desreconhecimento						
B.6 outros aumentos	2213		411	707	115	65
C. Reduções	**2127**	**886**	**1262**		**27**	**6**
C.1 ganhos de justo valor						
C.2 ganhos por imparidade na cobrança	485	1			6	
C.3 ganhos na alienação						
C.4 anulações (*write-offs*)						
C.5 transferências para outras categorias de exposições objeto de imparidade	1642	884			22	6
C.6 alterações contratuais sem desreconhecimento						
C.7 outras reduções			1262			
D. Total de correções finais	**18 290**	**196**	**4241**	**1091**	**714**	**114**
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos	-	-	-	-	-	-

A.2 Notação de exposições com base em notações internas e externas

A.2.1 Consolidação prudencial - ~Exposições de crédito, compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas, desagregados por classes de notação externas (montantes brutos)

(Montantes em milhares de euros)

Exposições	Classes de notação externas						Não objeto de notação	Total
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6		
A. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	**30 208**	**1 803 930**	**9 150 982**	**126 288**			**809 755**	**11 921 163**
-Fase 1	28 191	1 558 729	8 057 247	89 667			731 961	10 465 795
-Fase 2	2017	231 583	846 268	36 621			31 872	1 148 361
-Fase 3		13 618	241 789				45 922	301 329
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			5678					5678
B. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral								
-Fase 1								
-Fase 2								
-Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
C. Ativos financeiros detidos para venda								
-Fase 1								
-Fase 2								
-Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
Total (A+B+C)	**30 208**	**1 803 930**	**9 150 982**	**126 288**	**-**	**-**	**809 755,**	**11 921 163**
D. Compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas		**50 827**	**1884**				**373 013**	**425 724**
-Fase 1		50 827	1884				373 013	425 724
-Fase 2								
-Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
Total D	**-**	**50 827**	**1884**	**-**	**-**	**-**	**373 013**	**425 724**
Total (A+B+C+D)	**30 208, 1 854 757, 9 152 867**			**126 288**	**-**	**- 1 182 768, 12 346 888**		

As notações fornecidas pela agência de notação DBRS (a ECAI de referência) foram utilizadas para atribuir notações de qualidade do crédito aos devedores. Abaixo é apresentada uma conciliação entre as classes de risco e as notações fornecidas pela DBRS.

Classe de qualidade de crédito	ECAI
	DBRS Ratings Limited
1	de AAA para AAL
2	de AH para AL
3	de BBBH para BBBL
4	de BBH para BBL
5	de BH para BL
6	CCC

Para os devedores privados com notação, foram utilizadas as notações fornecidas pela S&P Global Ratings. Abaixo é apresentada uma conciliação entre as classes de risco e as notações fornecidas pela DBRS.

Classe de qualidade de crédito	ECAI
	S&P Global Ratings
1	≥ AA-
2	entre A+ e A-
3	entre BBB+ e BBB-
4	entre BB+ e BB-
5	entre B+ e B-
6	≤ CCC+

A.3 Desagregação de exposições de crédito garantidas por tipo de garantia

A.3.1 Consolidação prudencial - Posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito garantidas junto de bancos

	Exposição bruta	Exposição líquida	Cauções (1)			
			Imobiliário - hipotecas	Imóveis em locação financeira	Títulos	Outras cauções
1. Posição de balanço de exposições de crédito garantidas:	**183 995**	**183 994**			**181 972**	
1.1 totalmente garantidas	183 995	183 994			181 972	
- das quais objeto de imparidade						
1.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						
2. Posição fora de balanço de exposições de crédito garantidas:						
2.1 totalmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						
2.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						

(Montantes em milhares de euros)

	Garantias pessoais (2)								Total (1)+(2)
	Derivados de crédito				Créditos de endosso				
	Notas de ligação de crédito	Outros derivados							
		Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	Organismos de administração pública	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	
									181 972
									181 972

A.3.2 Consolidação prudencial - Posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito garantidas junto de clientes

	Exposição bruta	Exposição líquida	Cauções (1)			
			Imobiliário - hipotecas	Imóveis em locação financeira	Títulos	Outras cauções
1) Posição de balanço de exposições de crédito garantidas:	**69 709**	**69 622**	**98**		**66 488**	**1619**
1.1 totalmente garantidas	69 709	69 622	98		66 488	1619
- das quais objeto de imparidade	182	98	98			
1.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						
2) Posição fora de balanço de exposições de crédito garantidas:	**1884**	**1884**			**1884**	
2.1 totalmente garantidas	1884	1884			1884	
- das quais objeto de imparidade						
2.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						

(Montantes em milhares de euros)

Garantias pessoais (2)									Total (1)+(2)
Derivados de crédito					Créditos de endosso				
Notas de ligação de crédito	Outros derivados				Organismos de administração pública	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	
	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades					
								9	**68 213**
								9	68 213
									98
									1884
									1884

B. Desagregação e concentração de exposições de crédito

B.1 Consolidação prudencial - Desagregação por setor da posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Contrapartes financeiras	Organismos de administração pública Sociedades financeiras				Sociedades (das quais: companhias de seguros)		Sociedades não financeiras		Agregados familiares	
Exposição líquida		Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
A. Posição de balanço de exposição de crédito										
A.1 Empréstimos improdutivos	79 861	427					5334	13 190	1178	4673
- das quais: exposições reestruturadas							262	120	31	76
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento			391	531			11 380	2279	361	1431
- das quais: exposições reestruturadas			391	531			9358	386	46	174
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	180 485	314					2679	95	2093	306
- das quais: exposições reestruturadas							211	65	54	49
A.4 Exposições produtivas	10 373 026	1094	516 352	59	1		191 446	729	53 061	176
- das quais: exposições reestruturadas							5765	175	19	1
Total A	**10 633 372**	**1834**	**516 743**	**590**	**1**		**210 839**	**16 293**	**56 693**	**6586**
B. Posição fora de balanço de exposição de crédito										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas	50 826	1	355 938	208			24 446	40		
Total B	**50 826**	**1**	**355 938**	**208**			**24 446**	**40**	**-**	**-**
Total (A+B) 31.12.2022	**10 684 198**	**1835**	**872 681**	**798**	**1**		**235 285**	**16 333**	**56 693**	**6586**
Total (A+B) 31.12.2021	**9 276 700**	**1455**	**1 412 106**	**1978**	**-**		**345 773**	**18 385**	**36 062**	**1274**

B.2 Consolidação prudencial - Distribuição territorial da posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito junto de clientes

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		América		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
A. Posição de balanço de exposição de crédito										
A.1 Empréstimos improdutivos	80 271	2090	6101	16 201						
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento	819	774	11 314	3467						
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	170 782	317	14 474	398						
A.4 Exposições produtivas	9 101 941	1114	2 031 944	943						
Total A	**9 353 813**	**4295**	**2 063 834**	**21 009**						
B. Posição fora de balanço de exposição de crédito										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas	376 856	225	54 354	24						
Total B	**376 856**	**225**	**54 354**	**24**						
Total (A+B) 31/12/2022	**9 730 669**	**4520**	**2 118 188**	**21 033**						
Total (A+B) 31/12/2021	**9 035 259**	**5187**	**1 843 619**	**17 870**	**132 417**	**32**				

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Noroeste de Itália		Nordeste de Itália		Região Centro de Itália		Sul de Itália e ilhas	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
A. Posição de balanço de exposição de crédito								
A.1 Empréstimos improdutivos	415	629	196	31	2301	1148	77 360	282
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento	391	563			330	159	97	52
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	2885	16	8376	2	24 864	82	134 658	217
A.4 Exposições produtivas	219 591	54	186 601	9	7 636 370	893	1 059 381	159
Total A	**223 283**	**1262**	**195 173**	**41**	**7 663 865**	**2282**	**1 271 496**	**710**
B. Posição fora de balanço de exposição de crédito								
B.1 Exposições objeto de imparidade								
B.2 Exposições produtivas	262 583	190	26 482	18	87 791	17		
Total B	**262 583**	**190**	**26 482**	**18**	**87 791**	**17**		
Total (A+B) 31/12/2022	**485 865**	**1452**	**221 655**	**60**	**7 751 656**	**2299**	**1 271 496**	**710**
Total (A+B) 31/12/2021	**1 269 253**	**2451**	**153 568**	**43**	**6 668 577**	**2170**	**1 003 209**	**522**

B.3 Consolidação prudencial - Distribuição territorial da posição de balanço e fora de balanço de exposições de crédito junto de bancos

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		América		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
A. Posição de balanço de exposição de crédito										
A.1 Empréstimos improdutivos										
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento										
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade										
A.4 Exposições produtivas	986 148	15	121 656	23	4507		564			
Total A	**986 148**	**15**	**121 656**	**23**	**4507**		**564**			
B. Posição fora de balanço de exposição financeira										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas	10		194							
Total B	**10**		**194**							
Total (A+B) 31/12/2022	**985 157**	**15**	**121 851**	**23**	**4507**		**564**			
Total (A+B) 31/12/2021	**794 313**	**30**	**157 184**	**63**	**10 466**		**512**			

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Noroeste de Itália		Nordeste de Itália		Região Centro de Itália		Sul de Itália e ilhas	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
A. Posição de balanço de exposição de crédito								
A.1 Empréstimos improdutivos								
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento								
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade								
A.4 Exposições produtivas	70 835	4	64 076	4	832 096	5	19 141	2
Total A	**70 835**	**4**	**64 076**	**4**	**832 096**	**5**	**19 141**	**2**
B. Posição fora de balanço de exposição de crédito								
B.1 Exposições objeto de imparidade								
B.2 Exposições produtivas	10							
Total B	**10**							
Total (A+B) 31/12/2022	**70 845**	**4**	**64 076**	**4**	**832 096**	**5**	**19 141**	**2**
Total (A+B) 31/12/2021	**98 150**	**9**	**38 577**	**4**	**644 573**	**14**	**13 012**	**3**

B.4 Grandes exposições

Em 31 de dezembro de 2022, existiam 11 «grandes exposições», ou seja, exposições iguais ou superiores a 10 % do capital elegível.

O montante nominal não ponderado dessas posições era de 13 257 691 mil euros, ao passo que o montante ponderado era de 284 899 mil euros.

No entanto, nenhuma destas posições excedia o limite de concentração individual de 25 % do capital elegível.

D. Transações de alienação

Informação quantitativa

D.1. Consolidação prudencial - Ativos financeiros vendidos e totalmente reconhecidos e passivos financeiros associados: quantia escriturada

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos financeiros vendidos e totalmente reconhecidos				Passivos financeiros associados		
	Quantia escriturada	dos quais: sujeitos a transações de titularização	dos quais: sujeitos a acordos de venda com cláusula de recompra	dos quais com imparidade	Quantia escriturada	dos quais: sujeitos a transações de titularização	dos quais: sujeitos a acordos de venda com cláusula de recompra
A. Ativos financeiros detidos para negociação							
1. Títulos de dívida				X			
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos				X			
4. Derivados				X			
B. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos							
C. Ativos financeiros designados ao justo valor							
1. Títulos de dívida							
2. Empréstimos concedidos							
D. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos							
E. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado							
1. Títulos de dívida	4 382 848		4 382 848		4 221 778		4 221 778
2. Empréstimos concedidos							
Total (31/12/2022)	**4 382 848**		**4 382 848**		**4 221 778**		**4 221 778**
Total (31/12/2021)	**1 080 959**		**1 070 465**		**1 070 721**		**1 070 721**

E. Consolidação prudencial - modelos de avaliação do risco de crédito

1.2 Risco de mercado

1.2.1 Risco da taxa de juro e risco de preço - carteira de negociação regulamentar

1. Carteira de negociação regulamentar: distribuição por maturidade (data de reapreçamento) da posição de balanço de ativos e passivos financeiros e de derivados financeiros

Informação qualitativa

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
1. Posição de balanço de ativos financeiros								
					1	**1**	**3**	
1.1 Títulos de dívida					1	1	3	
- com opção de reembolso antecipado								
- outros					1	1	3	
1.2 Outros ativos								
2. Posição de balanço de passivos financeiros								
2.1 Acordos de recompra - valores a pagar								
2.2 Outros passivos								
3. Derivados financeiros								
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								

A. Aspetos gerais

Impactos da pandemia de COVID-19

À luz do modelo de negócio do BFF Banking Group e da natureza das suas contrapartes, a epidemia de COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas de mensuração e controlo dos riscos.

Risco da taxa de juro e risco de preço - carteira bancária

Informação qualitativa

A. Aspetos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco de taxa de juro e o risco de preço

O risco da taxa de juro da carteira de atividades bancárias é o risco de uma diminuição do valor da carteira devido a potenciais alterações das taxas de juro. A principal fonte deste tipo de risco da taxa de juro é o risco de reapreçamento, ou seja, o risco decorrente de discrepâncias temporais entre o vencimento e o reapreçamento de ativos e passivos, cujos aspetos principais são os seguintes:

- risco da curva de rendimento, o risco derivado da exposição das posições do Grupo a alterações nas inclinações e na forma da curva de rendimento;
- risco de base, risco derivado da correlação imperfeita nas alterações nas taxas a pagar e a receber em diferentes instrumentos que também podem ter características de reapreçamento semelhantes.

A exposição ao risco de taxa de juro é expressa sob duas perspetivas diferentes: a volatilidade do valor económico e a volatilidade dos lucros (e, em particular, a margem de juros).

Concretamente:

- a mensuração em termos de valor económico permite quantificar os efeitos a longo prazo das alterações nas taxas de juro. Com efeito, esta mensuração exprime plenamente os efeitos da alteração acima referida nas rubricas sensíveis às variações nas taxas de juro e, por conseguinte, fornece indicações funcionais às decisões estratégicas e aos níveis de capitalização considerados adequados num horizonte temporal de longo prazo;
- a mensuração em termos de desempenho económico permite quantificar os efeitos a curto prazo sobre a margem de juros do Grupo decorrentes das alterações nas taxas de juro e, por conseguinte, sobre a adequação dos fundos próprios.

Por conseguinte, o Grupo efetua as seguintes mensurações:

- *sensibilidade à mudança* através da classificação das rubricas sensíveis às alterações das taxas de juro em intervalos de tempo, com base nas datas de reapreçamento para as rubricas com taxa indexada e na data de vencimento para as rubricas com taxa fixa. A fim de quantificar a exposição ao risco de taxa de juro, os ativos e passivos são multiplicados por fatores de ponderação, obtidos como o produto de uma variação hipotética das taxas e uma aproximação da duração modificada para cada período individual. Esta mensuração é efetuada pelo menos trimestralmente. Através da sensibilidade à mudança, determina-se uma estimativa da alteração do valor atual do capital de forma simplificada, adotando a metodologia estabelecida pelo regulamento de supervisão. A este respeito, especifica-se que esta mensuração é referida para o controlo do capital interno a deter para cobrir o risco de taxa de juro;
- as alterações na taxa de juro ao longo de um período igual aos 12 meses e 3 anos seguintes, respetivamente, na sequência de uma alteração assumida na curva da taxa de juro (os choques aplicados são os mesmos que os utilizados para a alteração do valor económico). Esta mensuração é efetuada pelo menos trimestralmente, adotando a metodologia simplificada estabelecida pelas disposições, com exceção do tratamento das rubricas à vista, que são mensuradas com uma metodologia mais complexa que tem em conta a reavaliação efetiva das rubricas individuais.

Note-se que a exposição ao risco de taxa de juro expressa em termos de sensibilidade ao valor económico é medida em relação aos ativos e passivos da carteira de serviços bancários (isto exclui, portanto, posições na carteira de negociação - Outros).

Este método é aplicado diariamente com base nas alterações anuais verificadas nas taxas de juro registadas ao longo de um período de observação de seis anos, considerando, em alternativa, o 1.º percentil (descida) ou o 99.º percentil (subida), tal como estabelecido na Circular n.º 285/2012 do Banco de Itália, com a última redação que lhe foi conferida. O capital interno é determinado pelo resultado no pior cenário obtido entre os dois cenários do 1.º/99.º percentil.

O Banco também mede a exposição ao risco de taxa de juro utilizando cenários adicionais de choque de taxa de juro. Concretamente:

- os cenários paralelos ± 200 bps, para a determinação do índice de risco, dado pelo rácio de «exposição ao risco de taxa de juro/fundos próprios»;
- os seis cenários de choque de taxas de juro exigidos pelas Orientações da EBA, utilizados para calcular o capital interno sob stress e para determinar o limite operacional definido pelo rácio de «exposição ao risco de taxa de juro/Nível 1». Para respeitar o limite, é considerado o cenário com o pior resultado.

O Grupo conta com a opção proporcionada pelas atualizações regulamentares da Circular n.º 285/2013 no que diz respeito ao aperfeiçoamento das metodologias simplificadas no que se refere às rubricas de valores a pagar à vista resultantes das atividades de Serviços de Transações, ao passo que para as rubricas de valores a receber à vista se aplica o estabelecido na regulamentação (portanto, são todos classificados no segmento «à ordem»). Os modelos comportamentais utilizados têm em conta a identificação da parte central do financiamento, ou seja, o montante que pode representar uma fonte estável de financiamento apesar da curta duração contratual, mesmo na presença de alterações significativas no contexto das taxas de juro. No que se refere ao *Factoring*, por outro lado, é aplicada uma curva de cobrança previsional.

Informação quantitativa

1) Carteira de atividades bancárias: distribuição por vencimento (data de reapreçamento) da posição de balanço de ativos e passivos financeiros e de derivados financeiros

Divisa de denominação:
EUROS

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
1. Posição de balanço de ativos financeiros	**3 888 261**	**2 086 882**	**4 382 307**	**109 861**	**666 260**	**537 828**	**1069**	
1.1 Títulos de dívida		660 460	4 305 294	99 560	620 127	443 788		
- com opção de reembolso antecipado								
- outros		660 460	4 305 294	99 560	620 127	443 788		
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	618 851	445 879						
1.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	3 269 410	980 543	77 013	10 301	46 134	94 040	1069	
- conta corrente	1512							
- outros empréstimos	3 267 898	980 543	77 013	10 301	46 134	94 040	1069	
- com opção de reembolso antecipado		43	33	36	61			
- outros	3 267 898	980 500	76 981	10 266	46 073	94 040	1069	
2. Posição de balanço de passivos financeiros	**4 608 244**	**5 055 916**	**477 642**	**171 696**	**104 537**	**2899**		
2.1 Montantes devidos a clientes	3 954 831	4 630 331	438 666	171 696	104 537	2899		
- conta corrente	3 674 701	188 596	438 222	170 844	99 190			
- outros valores a pagar	280 129	4 441 735	444	852	5347	2899		
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	280 129	4 441 735	444	852	5347	2899		
2.2 Montantes devidos a bancos	653 413	425 586						
- conta corrente	633 806							
- outros valores a pagar	19 607	425 586						
2.3 Títulos de dívida			38 976					
- com opção de reembolso antecipado								
- outros			38 976					
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros		**938 764**						
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente		938 764						
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados		938 764						
+ posições longas		427 425						
+ posições curtas		511 339						
4. Posição fora de balanço de outras transações financeiras	**9 689 628**	**9 689 628**						
+ posições longas	9 687 743	1884						
+ posições curtas	1884	9 687 743						

Divisa de denominação: OUTRAS *(Montantes em milhares de euros)*

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
1. Posição de balanço de ativos financeiros	**63 315**	**613 770**	**117 944**	**29 709**	**26 020**	**7296**		
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos								
1.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	15 170	613 770	117 944	29 709	26 020	7296		
- conta corrente	2323							
- outros empréstimos	12 847	613 770	117 944	29 709	26 020	7296		
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	12 847	613 770	117 944	29 709	26 020	7296		
2. Posição de balanço de passivos financeiros	**558 057**	**271 032**	**58 760**	**13 599**	**15 115**			
2.1 Montantes devidos a clientes	470 693	271 032	58 760	13 599	15 115			
- conta corrente	467 151	271 032	58 760	13 599	15 115			
- outros valores a pagar	3543							
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	3543							
2.2 Montantes devidos a bancos	87 364							
- conta corrente	86 564							
- outros valores a pagar	799							
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
3. Derivados financeiros		**955 372**						
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente		955 372						
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados		955 372						
+ posições longas		511 904						
+ posições curtas		443 468						
4. Posição fora de balanço de outras transações								
+ posições longas								
+ posições curtas								

Risco cambial

Informação qualitativa

A. Aspetos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco da taxa de câmbio

A exposição ao risco cambial, determinada com base na posição cambial líquida utilizando um método baseado nos regulamentos de supervisão, é controlada em tempo real pelo Departamento de Finanças e Administração e gerida em conformidade com os limites estabelecidos por regras internas específicas.

As posições expostas ao risco cambial só podem ser mantidas dentro de limites muito limitados de exposição global máxima, bem como para uma moeda única e RA.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de cobertura realizados através de instrumentos derivados ascendiam a 14,3 milhões de euros, relacionados com as principais divisas em que o financiamento e os empréstimos do Grupo são expressos e que incluem transações destinadas a cobrir a participação em zlótis polacos detida no BFF Polska Group.

B. Cobertura do risco cambial

O risco cambial é mitigado pelo recurso a instrumentos derivados lineares sem componentes opcionais, tais como os «swaps» de divisas, que permitem ao Grupo efetuar uma gestão otimizada dos seus investimentos em capitais próprios e empréstimos concedidos em divisas diferentes do euro em que o Grupo opera, também através das suas subsidiárias.

Informação quantitativa

A carteira de ativos do Grupo é expressa em divisas que não o euro; consequentemente, foi adotada uma metodologia para a mensuração e gestão deste risco. O risco cambial é acompanhado pela Função de Gestão do Risco, em linha com os requisitos dos regulamentos europeus (Regulamento UE n.º 575/2013 - RRFP).

1. Desagregação por divisa dos ativos, passivos e derivados

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	Divisas					
	Dólar americano	Libras	Iene	Dólar canadiano	Francos suíços	Outras divisas
A. Ativos financeiros	(18 247)	(5542)	(836)	(999)	(752)	(833 058)
A.1 Instrumentos de dívida						
A.2 Instrumentos de capital próprio	(1379)					
A.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	(16 505)	(3919)	(836)	(999)	(752)	(25 135)
A.4 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	(363)	(1623)	(0)	(0)	(0)	(807 923)
A.5 Outros ativos financeiros						
B. Outros ativos	(2)	(3)	(1)	(11)	(2)	(16)
C. Passivos financeiros	**277 911**	**63 589**	**68 190**	**25 720**	**31 198**	**449 955**
C.1 Montantes devidos a bancos	42 941	12 574	1739	4956	9854	15 299
C.2 Depósitos de clientes	234 970	51 015	66 451	20 764	21 343	434 656
C.3 Instrumentos de dívida						
C.4 Outros passivos financeiros						
D. Outros passivos		4				
E. Derivados financeiros	(264 067)	(60 418)	(80 311)	(25 021)	(30 493)	(495 061)
- Opções						
+ posições longas						
+ posições curtas						
- Outros derivados	(264 067)	(60 418)	(80 311)	(25 021)	(30 493)	(495 061)
+ posições longas	(263 137)	(59 469)	(73 836)	(25 021)	(30 474)	(59 966)
+ posições curtas	(929)	(948)	(6475)	0	(20)	(435 095)
Total de ativos	**(281 386)**	**(65 015)**	**(74 673)**	**(26 031)**	**(31 228)**	**(893 040)**
Total de passivos	**278 840**	**64 542**	**74 665**	**25 720**	**31 217**	**885 050**
Diferença (+/-)	(2546)	(473)	(7)	(311)	(11)	(7990)

1.3 Instrumentos derivados e políticas de cobertura

1.3.1 Derivados para negociação

A. Derivados financeiros

A.1 Derivados financeiros para negociação: valores nocionais de fim de período

As transações cambiais efetuadas principalmente através do recurso a *swaps* de divisas são realizadas pelo Grupo para otimizar a gestão da liquidez decorrente dos financiamentos expressos numa divisa diferente do euro e são funcionais à atividade com que o Grupo gere o risco cambial decorrente do investimento em zlótis polacos detido no BFF Polska Group e dos empréstimos expressos numa divisa diferente do euro, nomeadamente em zlótis polacos, coroa checa e kuna croata. Note-se que o BFF Bank não detém produtos financeiros inovadores ou complexos, pelo que o Grupo recorre a instrumentos lineares sem componentes opcionais, tais como os *swaps* de divisas.

(Montantes em milhares de euros)

	31.12.2022				31.12.2021			
	Mercado de balcão			Mercados organizados	Mercado de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Títulos de dívida e taxas de juro								
a) Opções								
b) *Swaps*								
c) *Forwards*								
d) Futuros								
e) Outros								
2. Títulos de capital próprio e índices de ações			**12**				**12**	
a) Opções			12				12	
b) *Swaps*								
c) *Forwards*								
d) Futuros								
e) Outros								
3. Divisas e ouro			**389 958**				**935 711**	
a) Opções								
b) *Swaps*								
c) *Forwards*			389 958				935 711	
d) Futuros								
e) Outros								
4. Mercadorias (*Commodities*)								
5. Outros								
Total			**389 970**				**935 723**	

A.2 Derivados financeiros para negociação: justo valor bruto positivo e negativo - desagregação por produtos

(Montantes em milhares de euros)

	31.12.2022				31.12.2021			
	Mercado de balcão			Mercados organizados	Mercado de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Justo valor positivo								
a) Opções								
b) *Swaps* de taxas de juro								
c) *Swaps* de divisas cruzadas								
d) *Swaps* de capitais próprios								
e) *Forwards*			204				4086	
f) Futuros								
g) Outros								
Total			**204**				**4086**	
2. Justo valor negativo								
a) Opções								
b) *Swaps* de taxas de juro								
c) *Swaps* de divisas cruzadas								
d) *Swaps* de capitais próprios								
e) *Forwards*			950				2725	
f) Futuros								
g) Outros								
Total			**950**				**2725**	

A.3 Derivados financeiros do mercado de balcão - valores nocionais, justo valor bruto positivo e negativo por contrapartes

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contra partes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
Contratos não abrangidos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
2) Títulos de capital próprio e índices de ações				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
3) Divisas e ouro		**391 111**		
- valor nocional	X	389 958		
- justo valor positivo	X	204		
- justo valor negativo	X	950		
4) Mercadorias (*commodities*)				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
5) Outros				
- valor nocional	X			12
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
Contratos abrangidos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
2) Títulos de capital próprio e índices de ações				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
3) Divisas e ouro				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			

(cont.)

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
- justo valor negativo	X			
4) Mercadorias (*commodities*)				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
5) Outros				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			

A.4 Vida residual de derivados financeiros do mercado de balcão: valores nocionais

(Montantes em milhares de euros)

Ativo subjacente/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A. Carteira de negociação regulamentar				
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro				
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital próprio e índices de ações		12		12
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	389 958			389 958
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias (*commodities*)				
A.5 Outros derivados financeiros				
Total 31.12.2022	**389 958**			**389 970**
Total 31.12.2021	**935 723**			**935 723**

1.3.2 Coberturas de contabilização

Informação qualitativa

O Grupo opera em derivados de cobertura através de instrumentos lineares sem componentes opcionais, como os *swaps* de divisas, que permitem garantir uma gestão otimizada dos financiamentos e dos empréstimos concedidos em divisas diferentes do euro em que o Grupo opera, também através das suas subsidiárias, financiados através de soluções financeiras intragrupo em moedas como o zlóti e a coroa checa.

Informação quantitativa

Derivados financeiros detidos para cobertura

A.1 Derivados financeiros detidos para cobertura: montantes nocionais de fim de período

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes/Derivados tipos	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021			
	Mercado de balcão			Mercados organizados	Mercado de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Títulos de dívida e taxas de juro								
a) Opções								
b) *Swaps*								
c) *Forwards*								
d) Futuros								
e) Outros								
2. Títulos de capital próprio e índices de ações								
a) Opções								
b) *Swaps*								
c) *Forwards*								
d) Futuros								
e) Outros								
3. Divisas e ouro			**255 298**				**688 908**	
a) Opções								
b) *Swaps*								
c) *Forwards*			255 298				688 908	
d) Futuros								
e) Outros								
4. Mercadorias (*Commodities*)								
5. Outros subjacentes								
Total			**255 298**				**688 908**	

A.2 Derivados financeiros para cobertura: justo valor bruto positivo e negativo - desagregação por produtos

(Montantes em milhares de euros)

Tipos de derivados	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021			
	Mercado de balcão			Mercados organizados	Mercado de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Justo valor positivo								
a) Opções								
b) *Swaps* de taxas de juro								
c) *Swaps* de divisas cruzadas								
d) *Swaps* de capitais próprios								
e) *Forwards*							13	
f) Futuros								
g) Outros								
Total							**13**	
1. Justo valor negativo								
a) Opções								
b) *Swaps* de taxas de juro								
c) *Swaps* de divisas cruzadas								
d) *Swaps* de capitais próprios								
e) *Forwards*								
f) Futuros								
g) Outros								
c) Forwards			14 314				4814	
d) Futuros								
e) Outros								
Total			**14 314**				**4814**	

A.3 Derivados financeiros para cobertura do mercado de balcão: valores nocionais, justo valor bruto positivo e negativo por contrapartes

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contra partes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
Contratos não abrangidos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
2) Títulos de capital próprio e índices de ações				
- montante nocional	X	255 298		
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X	14 314		
3) Divisas e ouro				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
4) Mercadorias (*commodities*)				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
5) Outros				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
Contratos abrangidos por acordos de compensação				
1) Títulos de dívida e taxas de juro				
- montante nocional				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				
2) Títulos de capital próprio e índices de ações				
- montante nocional				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				
3) Divisas e ouro				
- montante nocional				
- justo valor positivo				

(cont.)

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
- justo valor negativo				
4) Mercadorias (*commodities*)				
- montante nocional				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				
5) Outros				
- montante nocional				
- justo valor positivo				
- justo valor negativo				

A.4 Vida residual dos derivados financeiros para cobertura do mercado de balcão: valores nocionais

(Montantes em milhares de euros)

Ativo subjacente/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros relativos a títulos de dívida e taxas de juro				
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital e índices de ações				
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	255 298			255 298
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias (*commodities*)				
A.5 Outros derivados financeiros				
Total 31.12.2022	**255 298**			**255 298**
Total 31.12.2021	**688 908**			**688 908**

1.4 Risco de liquidez

Informação qualitativa

A. Aspetos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de o Grupo ser incapaz de cumprir as suas obrigações no momento da maturidade e/ou de ter de suportar custos de não financiamento no mercado em relação a uma posição financeira líquida desequilibrada devido à incapacidade de angariar fundos ou devido à presença de limites na alienação de ativos, forçando o Grupo a abrandar ou a suspender o desenvolvimento dos seus negócios, ou suportar custos de financiamento excessivos para cumprir as suas obrigações, com impactos negativos significativos na rendibilidade das suas atividades.

Na definição de risco de liquidez, é feita uma distinção entre os riscos a curto prazo («risco de liquidez») e a longo prazo («risco de financiamento» ou «risco de liquidez estrutural»):

- «risco de liquidez», o risco atual ou potencial de que a entidade seja incapaz de gerir eficazmente os seus requisitos de liquidez a curto prazo;

- «risco de financiamento», o risco de a entidade não dispor de fontes estáveis de fundos a médio e longo prazo, com o consequente risco atual ou potencial de não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras, sem um aumento excessivo dos custos de financiamento.

Conforme exigido pelas disposições do regulamento de supervisão prudencial emitido pelo Banco de Itália, o Grupo adotou uma Política de Gestão de Risco do Grupo e um Regulamento de Tesouraria e Finanças do Grupo, com vista a acompanhar o risco de liquidez e identificar os princípios de governo e controlo, bem como as unidades organizacionais responsáveis pela gestão operacional e estrutural do risco de liquidez.

A política de governo, descrita na «Política de Gestão do Risco de Liquidez do Grupo», que incorpora as últimas atualizações regulamentares (ver Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália), é aprovada pelo Conselho de Administração e definida de forma coerente com:

- os objetivos estratégicos do Grupo;
- o risco/objetivos de recompensa definidos no Quadro de apetência pelo risco;
- os processos de acompanhamento e as estratégias a adotar em caso de estado de tensão ou de crise de liquidez, tal como definidos no documento «Plano de Financiamento de Contingência».

O estabelecido na «Política de Gestão do Risco de Liquidez do Grupo» acima referida é consistente com o estabelecido na «Política de Gestão do Risco do Grupo», na qual os âmbitos e responsabilidades das estruturas da empresa são definidos em pormenor a nível global para todos os riscos, incluindo o risco de liquidez.

No âmbito do Quadro de apetência pelo risco foram definidas métricas de liquidez específicas, tanto regulamentares, Rácio de Cobertura da Liquidez - LCR e Rácio de Financiamento Estável Líquido - NSFR, como internas, «saldo acumulado mínimo sobre o total de ativos», calculado como o valor semanal mais baixo no trimestre de referência do rácio do saldo acumulado mínimo registado nos prazos dentro de um mês para o total de ativos do último grupo disponível, a fim de melhor representar a realidade operacional do Grupo.

Para assegurar a implementação dos processos de gestão e controlo do risco de liquidez, o Grupo adotou um modelo de governo baseado nos seguintes princípios:

- Separação de processos para a gestão da liquidez e de processos para o controlo do risco de liquidez;
- Desenvolvimento de processos de gestão e controlo do risco de liquidez, consistentes com a estrutura hierárquica e através de um processo de delegação de competências;
- Partilha de decisões e responsabilidades claras entre os órgãos de gestão, de controlo e operacionais;
- Harmonização dos processos de acompanhamento e gestão do risco de liquidez com os requisitos de supervisão prudencial.

O processo de gestão de liquidez (gestão de liquidez e controlo dos riscos relevantes) do BFF Group está centralizado na Empresa-mãe. Neste modelo de governo, a Empresa-mãe define a estratégia do Grupo e as orientações que devem ser aplicadas às subsidiárias, assegurando simultaneamente a gestão e o controlo da posição de liquidez a nível consolidado. As subsidiárias participam na gestão da liquidez e no controlo do risco com as funções locais, cada uma tendo em conta a natureza específica da sua atividade principal, mas sempre em conformidade com as orientações definidas pela Empresa-mãe. O sistema de governo e gestão do risco de liquidez operacional e estrutural assenta nos princípios gerais que todas as empresas do Grupo devem prosseguir, alinhados com as indicações da Autoridade de Supervisão.

O risco de liquidez também inclui o risco intradiário decorrente do desfasamento temporal entre exfluxos (liquidados nas cessações diárias ou quando são recebidas ordens dos clientes) e os influxos (liquidados em diferentes cessações intradiárias), o que pode impossibilitar o Grupo de cumprir as suas obrigações de pagamento quando estas são exigidas devido a uma falta temporária de fundos. Para cobrir o risco de liquidez intradiária, são definidas regras para a manutenção de uma carteira mínima de títulos elegíveis necessária para satisfazer os requisitos de refinanciamento intradiário e periódico dos bancos centrais.

O acompanhamento da liquidez, que é realizado de acordo com o limiar máximo de tolerância em termos de risco e, portanto, também com a natureza, os objetivos e a complexidade operacional do Grupo, visa assegurar a capacidade de cumprir os compromissos de pagamento em numerário esperados ou imprevistos.
A empresa-mãe efetua igualmente testes de esforço de risco de liquidez para avaliar os impactos prospetivos dos cenários de *stress* nas condições de solvência do Grupo.
A Função de Gestão do Risco identifica os cenários que podem ter impacto no perfil de risco de liquidez atual ou prospetivo do Grupo. A título de exemplo, descrevem-se os seguintes diferentes fatores, que são tidos em consideração na definição de cenários de *stress*:

- os cenários de mercado referem-se a eventos de *stress* exógenos ao Grupo, tais como situações de incerteza nos mercados financeiros e/ou políticos que conduzam a dificuldades de acesso ao mercado;
- cenários específicos dos bancos, que dizem respeito a eventos de *stress* endógenos ao Grupo, tipicamente associados a uma perda de reputação com uma possível deterioração da solvabilidade;
- cenários combinados, ou os cenários de mercado e idiossincráticos desenvolvidos num quadro único para avaliar o efeito global do *stress* no Grupo.

A posição de liquidez do Grupo, que é saudável e constantemente acompanhada, tem-se mantido sólida graças à extensa disponibilidade de reservas líquidas provenientes de financiamentos, pelo que os indicadores de liquidez de curto e médio/prazo - Rácio de Cobertura da Liquidez (LCR) e Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) - em 31 de dezembro de 2022, apresentam valores de 220,058 % e 162,372 %, respetivamente, muito acima dos limites regulamentares.

Impactos da pandemia de COVID-19

À luz do modelo de negócio, a epidemia da COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas para mensurar e controlar os riscos.

Informação quantitativa

1. Desagregação temporal por vencimento contratual residual dos ativos e passivos financeiros

Divisa de denominação: EUROS *(Montantes em milhares de euros)*

Rubricas/Períodos de tempo	À vista	Mais de 1 a 7 dias	Mais de 7 a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	Mais de 1 a 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Duração não definida
Posição de balanço de ativos financeiros										
A.1 Títulos de dívida pública	44		484		589 084	260 214	362 639	1 769 501	3 281 002	
A.2 Outros títulos de dívida								4500	2	
A.3 Unidades de participação em OIC	90 225									
A.4 Empréstimos concedidos	3 308 521	107 803	198 637	386 548	567 072	77 889	10 548	48 739	111 569	173 636
- bancos	136 203	40 168	110 382		121 702					173 636
- clientes	3 172 318	67 634	88 255	386 548	445 370	77 889	10 548	48 739	111 569	
Posição de balanço de passivos financeiros										
B.1 Depósitos e contas correntes	4 307 007	132 447	3752	4556	493 771	443 369	174 632	99 190		
- bancos	634 163	128 966			315 265					
- clientes	3 672 844	3482	3752	4556	178 506	443 369	174 632	99 190		
B.2 Instrumentos de dívida						39 242				
B.3 Outros passivos	941 557	4 441 290	5	13	428	448	869	5347	2899	
Posição fora de balanço de transações										
C.1 Derivados financeiros com permuta de capital										
- posições longas		161 789	72 548	193 087						
- posições curtas		335 051	89 432	86 857						
C.2 Derivados financeiros sem permuta de capital										
- posições longas										
- posições curtas										
C.3 Depósitos e empréstimos a receber										
- posições longas	9 687 743									
- posições curtas		9 687 743								
C.4 Compromissos de empréstimos										
- posições longas		1884								
- posições curtas	1884									
C.5 Garantias financeiras concedidas							45			
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com permuta de capital										
- posições longas										
- posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem permuta de capital										
- posições longas										
- posições curtas										

Divisa de denominação: OUTRAS DIVISAS *(Montantes em milhares de euros)*

Rubricas/Períodos de tempo	À vista	Mais de 1 a 7 dias	Mais de 7 a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	Mais de 1 a 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Duração não definida
Posição de balanço de ativos financeiros										
A.1 Títulos de dívida pública										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Unidades de participação em OIC										
A.4 Empréstimos	56 463	45 501	2671	2728	10 716	19 389	33 040	150 241	537 256	
- bancos	40 813									
- clientes	15 650	45 501	2671	2728	10 716	19 389	33 040	150 241	537 256	
Posição de balanço de passivos financeiros										
B.1 Depósitos e contas correntes	551 367	32 125	30 795	48 893	163 935	61 173	14 546	15 115		
- bancos	87 364									
- clientes	464 004	32 125	30 795	48 893	163 935	61 173	14 546	15 115		
B.2 Instrumentos de dívida										
B.3 Outros passivos										
Posição fora de balanço de transações										
C.1 Derivados financeiros com permuta de capital										
- posições longas		336 009	89 277	86 618						
- posições curtas		162 524	75 850	205 093						
C.2 Derivados financeiros sem permuta de capital										
- posições longas										
- posições curtas										
C.3 Depósitos e empréstimos a receber										
- posições longas										
- posições curtas										
C.4 Compromissos de empréstimos										
- posições longas										
- posições curtas										
C.5 Garantias financeiras concedidas										
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com permuta de capital										
- posições longas										
- posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem permuta de capital										
- posições longas										
- posições curtas										

1.4 Riscos operacionais

Informação qualitativa

A. Aspetos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas por inadequação ou falhas de procedimentos, recursos humanos e sistemas internos ou como resultado de eventos externos. Esta categoria inclui, entre outras rubricas, as perdas causadas por fraude, erro humano, interrupção do negócio, falha de sistema, quebra de contratos e desastres naturais; o risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e reputacionais.

No que diz respeito ao Banking Group, a exposição a esta categoria de risco é gerada predominantemente por falhas nos processos de trabalho, na organização, erros de governo – humanos, mau funcionamento dos programas informáticos, medidas de organização e controlo inadequadas – bem como por qualquer perda em termos de recursos humanos em posições-chave da gestão societária. A exposição a riscos operacionais derivados de fontes externas parece ser de importância negligenciável, em parte devido às ferramentas de redução adotadas para fazer face a tais acontecimentos adversos (como, por exemplo: o plano de continuidade do negócio, os processos de armazenamento de dados, as ferramentas de *back-up*, as apólices de seguro, etc.).

O processo adotado pelo Grupo para a gestão e o controlo dos riscos operacionais assenta no princípio da promoção de uma cultura corporativa de gestão do risco e na definição de normas e incentivos adequados, com o objetivo de fomentar a adoção de comportamentos profissionais e responsáveis a todos os níveis operacionais, bem como na conceção, implementação e gestão de um sistema integrado de gestão do risco operacional adequado à natureza, atividades, dimensão e perfil de risco.

O modelo de avaliação do risco operacional adotado pelo Grupo é composto por cinco fases: i) identificação, ii) mensuração, iii) acompanhamento, iv) gestão e v) relato.

A fase de identificação dos riscos operacionais envolve a recolha de informações sobre riscos operacionais através do tratamento coerente e coordenado de todas as fontes de informações relevantes. O objetivo consiste em estabelecer uma base de informações completa. As informações necessárias são dados relativos a perdas internas acompanhados de todas as informações relevantes para efeitos de gestão e avaliações subjetivas adquiridas através de processos de autoavaliação e controlo do risco. Esta informação é recolhida com base em modelos de classificação específicos, concebidos para assegurar uma representação uniforme dos dados. A fase de identificação é composta pelos seguintes processos:

- Identificação de riscos operacionais dentro dos procedimentos da empresa (mapa de riscos operacionais para controlos): esta atividade consiste em identificar o risco operacional através de uma análise aprofundada dos processos organizacionais da empresa e do mapeamento de potenciais riscos. A abordagem de avaliação é expressa pelo proprietário da atividade/do processo - especificado nos procedimentos - através de uma análise predominantemente qualitativa, que permite identificar as atividades em risco, os controlos, o nível de risco associado a cada atividade em risco mapeada nos procedimentos operacionais e, por conseguinte, as ações a tomar para tornar o processo o mais estreitamente possível acompanhado;
- Recolha de dados sobre perdas (LDC): o sistema de mensuração e gestão do risco operacional definido pela Função de Gestão do Risco da Empresa-Mãe também permite ao Grupo dispor de uma base de dados de perdas operacionais geradas por eventos de risco (Tipo de Evento), útil para identificar fatores de risco, ações de mitigação e estratégias de retenção e transferência, bem como para o possível desenvolvimento ao longo do tempo de sistemas internos de medição do risco operacional;
- Autoavaliação do Risco (RSA): o Grupo efetua uma avaliação global anual do nível de exposição a Riscos Operacionais utilizando o processo RSA. A Autoavaliação do Risco (RSA) é uma autoavaliação anual da exposição prospetiva ao risco operacional inerente aos processos empresariais, destinada a melhorar a

perceção do risco pelas figuras-chave (Peritos de Negócios) que regem a execução destes processos, tendo em conta a evolução esperada da atividade e as medidas organizacionais e de controlo já em vigor;

- Identificação dos riscos operacionais relacionados com o risco em matéria de TI: além disso, anualmente, a fim de determinar a exposição ao risco das TIC, o Banco definiu um modelo específico de avaliação do risco em matéria de TI que está de acordo com a legislação nacional e europeia que responde às necessidades de identificação dos riscos específicos inerentes à esfera das TIC, internos ou dependentes dos subcontratados, e de melhor qualificação dos riscos operacionais através da avaliação dos elementos específicos envolvidos no processamento automático da informação:
- Identificação de riscos operacionais relacionados com a introdução de novos produtos, atividades, processos e sistemas relevantes. O Grupo avalia também os riscos operacionais relacionados com a introdução de novos produtos, atividades, processos e sistemas relevantes e reduz o consequente risco operacional que possa surgir através do envolvimento preventivo das Funções de Controlo Societário e da definição de políticas e regulamentos específicos sobre diversos temas e tópicos.
- Identificação de riscos operacionais associados às Principais Transações (MT): o risco resultante de uma MT é avaliado através da avaliação da consistência do perfil de risco da MT com a apetência pelo risco definida no Quadro de Apetência pelo Risco (QAR).

A fase de mensuração consiste no cálculo dos requisitos de capital relativos ao risco operacional, utilizando o Método do Indicador Básico (BIA, sigla em inglês), segundo o qual os requisitos de capital são calculados aplicando um coeficiente regulamentar a um indicador do volume da atividade de negócio (Indicador Relevante). Além disso, para uma melhor avaliação da exposição ao risco, o Banco implementou um processo de avaliação do risco operacional quantitativo (OpVaR) que acompanha o risco operacional do Grupo calculado até ao percentil 99,9.

A fase de acompanhamento consiste na adoção de um sistema de controlo articulado que prevê a análise das causas de eventos de perda e o acompanhamento da tendência de eventos de perda, em termos de avaliação da tendência de perdas derivadas dos processos LDC e RSA. No âmbito do quadro de medidas adotadas relativamente à exposição ao risco operacional, os riscos específicos indicados de seguida também são alvo de acompanhamento pelo Grupo:

- Risco de branqueamento de capitais: o risco de que as contrapartes financeiras e comerciais do Banco, fornecedores, parceiros, sócios e consultores possam ser parte integrante em transações que possivelmente possam facilitar o branqueamento de capitais oriundos de atividades ilegais ou criminosas.
- Risco de *compliance*, risco de penalizações legais e administrativas, perdas financeiras significativas e danos reputacionais devido ao incumprimento das leis e regulamentos, mas também das normas internas e de conduta aplicáveis às atividades societárias. Relativamente a este tipo de risco, é realizada uma atualização periódica da metodologia de avaliação pertinente. A referida metodologia é desenvolvida para todas as atividades que se enquadrem no quadro regulamentar da empresa-mãe, de acordo com uma abordagem baseada no risco. Concretamente, no que se refere às disposições pertinentes que não preveem o estabelecimento de medidas de controlo especializadas (isto é, privacidade e saúde e segurança no trabalho), a Função de *Compliance* presta apoio em termos de consultadoria às funções da empresa-mãe (ex-ante) e avalia a adequação das medidas organizacionais e das atividades de controlo adotadas (ex-post). Relativamente às leis e regulamentos acompanhados por funções especializadas, a Função de *Compliance* leva a cabo um controlo indireto colaborando com as funções especializadas na definição de métodos de avaliação do risco de *compliance*, além de cartografar os riscos e as medidas de controlo correspondentes (Matriz de controlo do risco de *compliance*).

A fase de gestão do risco operacional procura avaliar continuamente as estratégias de controlo e de redução do risco, decidindo, com base na natureza e na dimensão do risco e em relação à propensão para o risco expressa pelos gestores de topo, se o aceita e, portanto, o assume, por parte do responsável pelo processo, se o recusa e, portanto, reduz as atividades, se implementa políticas de mitigação ou se o transfere para terceiros

através de apólices de seguro. Adicionalmente, de forma a controlar os riscos acima mencionados, o Grupo adota Modelos de Organização específicos para a gestão dos riscos de branqueamento de capitais, saúde e segurança no trabalho e segurança do serviço de informação e pagamento.

Finalmente, a fase de relato visa assegurar uma comunicação oportuna e adequada em apoio às decisões de gestão dos órgãos sociais e funções organizacionais.

Impactos da pandemia de COVID-19

À luz do modelo de negócio, a epidemia da COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas para mensurar e controlar os riscos.

Secção 4 - Riscos das outras empresas

Informação qualitativa

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as rubricas da posição de balanço agregado do BFF Bank S.p.A., BFF Finance Iberia, BFF Polska Group, BFF Immobiliare e BFF Techlab.

Estas empresas não apresentam outros fatores de risco relevantes para além dos mencionados nos parágrafos anteriores.

Parte F - Informações sobre os capitais próprios

Em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), o âmbito prudencial de consolidação coincide com o âmbito contabilístico e estabelece o BFF Bank S.p.A. como a empresa-mãe.

Secção 1 - Capitais próprios

A. Informação qualitativa

Os capitais próprios do Banking Group incluem o capital social agregado, reservas, reservas de reavaliação e resultados do período das empresas do Grupo.

B. Informação quantitativa

B.1 Capitais próprios: desagregação por tipo de empresa

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas dos capitais próprios	Consolidação prudencial	Companhias de seguros	Outras empresas	Eliminações e correções de consolidação	Total
1. Capital social	142 870				142 870
2. Reserva de prémios de emissão	66 277				66 277
3. Reservas	233 153				233 153
3.5 Dividendos provisórios (-)	(68 550)				(68 550)
4. Instrumentos de capital próprio	150 000				150 000
5. (Ações próprias)	(3884)				(3884)
6. Reservas de avaliação:	6853				6853
-Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral					
- Cobertura de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral					
Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) ao justo valor por via de outro rendimento integral	1045				1045
-Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento					
-Ativos intangíveis					
-Cobertura de investimentos estrangeiros					
-Coberturas de fluxos de caixa					
-Instrumentos de cobertura (elementos não designados)					
-Diferenças cambiais	(3139)				(3139)
-Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas					
- Passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito)					
-Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos	335				335
- Porção das reservas de avaliação para investimentos contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial					
-Leis especiais de reavaliação	8612				8612
7. Lucros (+/-) do exercício imputáveis aos proprietários da empresa-mãe e a interesses minoritários	232 048				232 048
Total	**758 768**				**758 768**

B.2 Reservas de avaliação dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Consolidação prudencial		Companhias de seguros		Outras empresas		Eliminações e correções de consolidação		Total 31.12.2022	
	Reserva positiva	Reserva negativa	Reserva positiva	Reserva negativa	Reserva positiva	Reserva negativa	Reserva positiva	Reserva negativa	Reserva positiva	Reserva negativa
1. Títulos de dívida										
2. Títulos de capital próprio	1045								1045	
3. Empréstimos concedidos										
Total	**1045**								**1045**	
Total 31.12.2021	**211**								**211**	

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral (HTC&S) são reconhecidos ao justo valor. No final do exercício, a quantia escriturada dos títulos deve ser comparada com as variações do justo valor do exercício anterior, sendo qualquer diferença reconhecida nas reservas de avaliação da posição de balanço.

A 31 de dezembro de 2022, esta reserva refere-se a interesses minoritários detidos pela Empresa-mãe e mensurados ao justo valor em determinadas sociedades financeiras e não financeiras, num montante total de cerca de 3 milhões de euros.

Para mais pormenores, consultar o quadro específico na parte B da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

B.3 Reservas de avaliação dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Títulos de dívida	Títulos de capital próprio	Empréstimo
1. Saldos iniciais		**211**	
2. Alterações positivas			
2.1 Aumentos no justo valor		136	
2.2 Correções para risco de crédito		X	
2.3 Transferência para a demonstração de resultados de reservas negativas após alienação		X	
2.4 Transferências para outras rubricas de capital próprio (títulos de capital próprio)			
2.5 Outras alterações		2876	
3. Alterações negativas			
3.1 Reduções ao justo valor			
3.2 Correções para risco de crédito			
3.3 Reclassificação de reservas positivas por via dos resultados: após alienação		X	
3.4 Transferências para outras rubricas de capital próprio (títulos de capital próprio)			
3.5 Outras alterações		(2179)	
4. Saldos finais		**1045**	

B.4 Reservas atuariais em planos de benefícios definidos: alterações anuais

A IAS 19 prevê o registo dos ganhos e perdas atuariais na demonstração do rendimento integral para o exercício aplicável.

Os resultados da avaliação atuarial refletem o impacto das disposições da Lei italiana 296/2006 e o cálculo, para efeitos da IAS 19, refere-se apenas aos benefícios pós-emprego acumulados não transferidos para fundos de pensões complementares ou para o Fundo de Tesouraria do INPS.

Em 31 de dezembro de 2022, esta reserva atuarial é negativa, no montante de 335 mil euros.

Secção 2: Fundos próprios e rácios regulamentares

Âmbito de aplicação do regulamento

A partir de 1 de janeiro de 2014, os fundos próprios são calculados, de acordo com a Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e com a Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos», do Banco de Itália, ambas datadas de 17 de dezembro de 2013, com base no Regulamento (UE) n.º 575/2013, relativo aos novos regulamentos harmonizados para bancos e sociedades de investimento, incluídos no Regulamento Requisitos Fundos Próprios da UE (RRFP) e na Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios da UE (DRFP IV), de 26 de junho de 2013.

Estes regulamentos incluem normas estabelecidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (quadro 3 de Basileia), cuja aplicação, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária, é da responsabilidade do Banco de Itália, e definem as formas como foram exercidos os poderes concedidos por regulamentos da UE às autoridades nacionais.

De acordo com as disposições do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (RRFP), o âmbito de consolidação a 31 de dezembro de 2022 prevê que o BFF S.p.A. seja a empresa-mãe.

Fundos próprios

Informação qualitativa

Os fundos próprios representam a primeira linha de defesa contra riscos associados à complexidade das atividades financeiras e constituem o principal parâmetro de referência para a avaliação da adequação de capital do Grupo.

A finalidade dos regulamentos de supervisão prudencial consiste em assegurar que todos os intermediários de crédito tenham uma capitalização mínima obrigatória em relação aos riscos assumidos.

O Grupo avalia constantemente a sua estrutura de capital, desenvolvendo e empregando técnicas de acompanhamento e gestão dos riscos regulados, também através de uma Comissão de risco e de controlo criada no seio do Conselho de Administração.

Os fundos próprios são a soma dos fundos próprios principais de Nível 1 (CET1), dos capitais adicionais de Nível 1 (AT1) e Nível 2 (T2), líquidos de elementos a deduzir e dos filtros prudenciais da IAS/IFRS.

Os principais componentes dos fundos próprios do Grupo são calculados em fundos próprios principais de Nível 1 (CET1), e são os seguintes:

- Capital social realizado;
- Reservas (reserva legal, reserva extraordinária, resultados transitados, reserva de opções de compra de ações e reserva de justo valor);
- Qualquer parte não distribuída do lucro do período;
- Reservas de avaliação (Reserva de transição IAS/IFRS 9, reserva atuarial e reserva de reavaliação de títulos HTC&S);
- Todos os interesses minoritários elegíveis para inclusão no cálculo do CET1.

Os ativos intangíveis, incluindo qualquer *goodwill*, bem como certas categorias de ativos por impostos, devem ser deduzidos destas rubricas de acordo com os requisitos do RRFP II.

O capital de Nível 1 adicional (AT1) inclui os instrumentos de Nível 1 emitidos durante o ano.

Em 2022, os fundos próprios foram influenciados principalmente por:

- a emissão no primeiro trimestre de 2022 pela Empresa-mãe, com vista a otimizar o financiamento e a estrutura de capital do Grupo, de um instrumento subordinado de Nível 1 Adicional Perpétuo NC 2027 com um montante nominal de 150 milhões de euros, e o exercício da opção de compra para o resgate do instrumento subordinado Nível 2 10YNC5 emitido em março de 2017 com um montante nominal de 100 milhões de euros.
- a inclusão da porção do lucro do período referente principalmente à contabilidade de exercício dos direitos a receber custos de cobrança e a modificação da taxa de cobrança de juros de mora de 45 % para 50 %.

Informação quantitativa

Os fundos próprios do Banking Group, nos termos da Lei Consolidada da Atividade Bancária, são apresentados como se segue.

(Montantes em milhares de euros)

RUBRICAS/QUANTIAS	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
A. Capitais próprios comuns de nível 1 (CET1) antes da aplicação de filtros prudenciais	**525 293**	**446 316**
dos quais instrumentos CET1 sujeitos a disposições transitórias		
B. Filtros prudenciais CET1 (+/-)	(234)	(128)
C. CET1 bruto de elementos a deduzir e efeitos das regras transitórias (A +/- B)	525 059	446 188
D. Elementos a deduzir de CET1	(63 160)	(63 355)
E. Período transitório - Impacto no CET1 (+/-), incluindo interesses minoritários sujeitos a disposições transitórias		
F. Capitais próprios totais comuns de nível 1 (CET1) (C - D +/-E)	**461 900**	**382 833**
G. Nível 1 (Nível 1 adicional - AT1) incluindo elementos a deduzir e efeitos das regras transitórias	**150 000**	
dos quais instrumentos AT1 sujeitos a disposições transitórias		
H. Elementos a deduzir de AT1		
I. Período transitório - Impacto em AT1 (+/-), incluindo instrumentos emitidos por subsidiárias e incluídos em AT1 devido a disposições transitórias		
L. Total de Nível 1 adicional (AT1) (G - H +/- I)	**150 000**	
M. Nível 2 (T2) incluindo os elementos a deduzir e os efeitos das regras transitórias		*98 224*
dos quais instrumentos T2 sujeitos a disposições transitórias		
N. Elementos a deduzir de T2		
O. Período transitório - Impacto em T2 (+/-), incluindo instrumentos emitidos por subsidiárias e incluídos em T2 devido a disposições transitórias		
P. Total do capital de nível 2 (T2) (M - N +/- O)		*98 224*
Q. Total de fundos próprios (F + L + P)	**611 900**	**481 057**

2.3 Adequação do capital

Informação qualitativa

O cumprimento dos limites de adequação de capital do Grupo referentes ao Rácio de Capital CET1, Rácio de Capital de nível 1 e Rácio de Capital Total é constantemente acompanhado pelos órgãos sociais competentes.

O Rácio de Capital CET1 é o rácio entre os fundos próprios principais de nível 1 e os ativos ponderados pelo risco.

O rácio de capital de nível 1 é o rácio entre o capital de nível 1 e os ativos ponderados pelo risco.

O rácio de capital total é o rácio entre os fundos próprios totais e os ativos ponderados pelo risco.

Em conformidade com as disposições da Circular n.º 262 do Banco de Itália, de 22 de dezembro de 2005, intitulada «Demonstrações financeiras dos bancos: organização e elaboração», a quantidade de ativos ponderados pelo risco foi determinada como o produto do total dos requisitos prudenciais de fundos próprios e 12,5 (inverso do rácio mínimo obrigatório igual a 8 %).

A exposição total do Grupo aos riscos, a 31 de dezembro de 2022, em relação à sua atividade, é adequada de acordo com o nível de capitalização e com o perfil de risco identificado.

Relativamente ao Banking Group, o Rácio de Capital CET1 é de 16,9 % e o Rácio de Capital de Nível 1 e Total são de 22,3 %.

Pilar I - Adequação do capital para fazer face aos riscos típicos associados a operações financeiras

Do ponto de vista operacional, a absorção de riscos é calculada utilizando vários métodos:

- «Abordagem normalizada» para risco de crédito;
- «Abordagem normalizada» para risco da contraparte;
- «Abordagem de base» para risco operacional;
- «Abordagem normalizada» para risco do mercado.

Risco de crédito

Este risco encontra-se descrito em pormenor na Parte E deste documento.

Risco de contraparte

O risco de contraparte representa um tipo específico de risco de crédito, caracterizado pelo facto de a exposição, devido à natureza financeira do contrato celebrado entre as partes, ser incerta e poder variar ao longo do tempo em função da evolução dos fatores de mercado subjacentes.

No caso do BFF, o risco de contraparte pode ser gerado por acordos de recompra e derivados. O risco de contraparte é mensurado utilizando o método da exposição original.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas por inadequação ou falha de procedimentos, recursos humanos e sistemas internos ou como resultado de eventos externos. Esta categoria inclui, entre outras rubricas, as perdas causadas por fraude, erro humano, interrupção do negócio, falha de sistema, quebra de contratos e desastres naturais; o risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e reputacionais.

Assim, o risco operacional refere-se a vários tipos de eventos que não seriam significativos, a não ser que sejam analisados em conjunto e quantificados para toda a categoria de risco.

O Grupo mensura o risco operacional utilizando a abordagem «de base»: o requisito de capital próprio é determinado aplicando um coeficiente de 15 % à média trienal do indicador relevante, calculada com base nos elementos das demonstrações financeiras dos últimos três anos, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Dando continuidade à trajetória de desenvolvimento do quadro de Gestão de Risco Operacional do Grupo, lançada nos últimos anos, em 2018, a Empresa-mãe centrou a sua atenção no fortalecimento dos componentes de identificação e avaliação prospetiva (*forward-looking*), bem como na introdução de um modelo interno de gestão estatística para quantificar a exposição ao risco operacional. Tal foi feito com o objetivo de verificar se o método utilizado para fins regulamentares avaliou adequadamente o capital em função do risco assumido e presumível. As ações desenvolvidas no âmbito do BFF, do BFF Finance Iberia e do BFF Polska Group (e respetivas filiais) centraram-se na evolução metodológica do processo de Autoavaliação de Risco, de forma a utilizar o resultado deste processo para quantificar a exposição ao risco operacional em termos económicos e de capital. Os resultados obtidos no processo de avaliação prospetiva (*forward-looking*) do risco operacional foram também utilizados para quantificar a adequação do capital interno ao risco operacional para efeitos do ICAAP. As perdas operacionais referentes a 2022 foram significativamente inferiores ao requisito de capital em termos de risco operacional e ao requisito calculado a nível operacional no ICAAP 2020.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco associado a posições detidas para negociação, ou seja, posições detidas intencionalmente para venda a curto prazo, adquiridas com o objetivo de aproveitar as diferenças entre o preço de compra e venda, ou outras variações nos preços ou nas taxas de juro.

O regulamento identifica e regula o tratamento dos vários tipos de risco de mercado com referência à carteira de negociação regulamentar. O Grupo mensura o risco de mercado utilizando a abordagem «normalizada».

Pilar II - O Relatório ICAAP/ILAAP

Os regulamentos de supervisão exigem que os intermediários adotem estratégias e processos de controlo para determinar a adequação do capital atual e futuro. Compete à Autoridade de supervisão verificar a fiabilidade e a exatidão dos resultados obtidos e, se necessário, tomar as medidas corretivas adequadas.

O BFF Banking Group apresenta anualmente o «Relatório ICAAP/ILAAP» ao Banco de Itália, fornecendo assim uma atualização sobre os processos internos para determinar a adequação de fundos próprios e de sistemas de governo e gestão do risco de liquidez do Grupo. Em conformidade com as disposições de supervisão prudencial, o Grupo elaborou o «Relatório ICAAP/ILAAP» aprovado pelo Conselho de Administração do BFF em 29 de abril de 2022. O Relatório foi elaborado em conformidade com os requisitos previstos na Circular n.º 285 do Banco de Itália.

Em relação ao «Processo de Revisão e Avaliação da Supervisão» (SREP), o Grupo deve cumprir um rácio de CET1 de 9,00 %, um rácio de Nível 1 de 10,50 % e um Rácio de Capital Total de 12,50 %.

Informação quantitativa

O quadro seguinte apresenta os requisitos de capital, à data de relato, relativos ao âmbito de consolidação do Banking Group nos termos da Lei consolidada da atividade bancária.

(Montantes em milhares de euros)

Categorias/montantes	Montantes não ponderados		Montantes ponderados / requisitos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
A. ATIVOS DE RISCO				
A.1 Risco de crédito e de contraparte				
1. Metodologia normalizada	13 070 543	11 261 862	2 002 716	1 525 292
2. Metodologia baseada em notações internas				
2.1 De base				
2.2 Avançada				
3. Titularizações				
B. REQUISITOS DE CAPITAL REGULAMENTAR				
B.1 Risco de crédito e de contraparte			160 217	122 023
B.2 Risco de correção da avaliação de crédito			25	1207
B.3 Riscos de liquidação				
B.4 Riscos de mercado				
1. Metodologia normalizada				262
2. Modelos internos				
3. Risco de concentração				
B.5 Risco operacional				
1. Abordagem de base			58 933	50 199
2. Metodologia normalizada				
3. Método avançado				
B.6 Outros fatores de cálculo				
B.7 Total de requisitos prudenciais			**219 176**	**173 691**
C. ATIVOS DE RISCO E RÁCIOS REGULAMENTARES				
C.1 Ativos ponderados pelo risco			2 739 701	2 171 141
C.2 CET 1/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital CET1) (%)			**16,86 %**	**17,63 %**
C.3 Capital de nível 1/Ativos ponderados pelo risco (rácio de capital de nível 1) (%)			**22,33 %**	**17,63 %**
C.4 Total de fundos próprios/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital total) (%)			**22,33 %**	**22,16 %**

Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócios

Secção 1 - Transações concluídas durante o exercício

Em 3 de outubro de 2022, o BFF Bank adquiriu a empresa MC3 Informatica S.r.l., que a partir da mesma data alterou a sua denominação social para BFF Techlab S.r.l. Esta nova transação deu origem a um laboratório de inovação tecnológica do Grupo. A nova subsidiária BFF Techlab nasceu da aquisição pelo BFF Bank de 100 % do capital social da MC3 Informatica Srl, empresa de consultoria informática que ao longo dos últimos anos tem apoiado a empresa-mãe na implementação do atual sistema central de *factoring* e na definição de outras arquiteturas aplicacionais.

A transação foi concluída com o pagamento de um preço de 384,2 mil euros.

A BFF Techlab é uma empresa criada em 1997 por um grupo de profissionais com uma vasta experiência no domínio da análise de conceção e da programação e, graças ao seu *know-how* na área da inteligência artificial, oferece aos seus clientes serviços de conceção e desenvolvimento de sistemas operativos, gerindo todas as fases do processo: conceção e análise, codificação e verificação de aplicações.

Em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições da IFRS 3 revista («Concentrações de atividades empresariais»), a empresa-mãe realizou a Afetação do Preço de Compra definitiva da empresa recém-adquirida (PPA) à luz das investigações realizadas tanto na fase de diligência devida e preliminar realizada antes da aquisição, como com base nas avaliações posteriores realizadas após a aquisição da empresa.

Concretamente, o reconhecimento de concentrações de atividades empresariais é regido pelas IFRS emitidas pelo IASB e aprovadas pela Comissão Europeia, e especificamente pela IFRS 3 «Concentrações de atividades empresariais».

Em conformidade com a IFRS 3, cada concentração de atividades empresariais exige a identificação de um adquirente. Este último tem de ser identificado na entidade que obtém o controlo de outra entidade ou grupo de empresas. A aquisição e, portanto, a primeira consolidação da adquirida, é contabilizada na data em que o adquirente obtém o controlo efetivo da empresa ou dos ativos adquiridos. Quando a aquisição ocorre por meio de uma transação de permuta simples, geralmente a data de permuta coincide com a data de aquisição. No entanto, é sempre necessário verificar a existência de quaisquer acordos entre as partes que possam envolver uma transferência de controlo antes da data de permuta. A contrapartida transferida numa concentração de atividades empresariais é mensurada como a soma do justo valor, à data de permuta, dos ativos vendidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo adquirente em troca do controlo.

As concentrações de atividades empresariais são contabilizadas utilizando o «método de aquisição», que requer que os ativos identificáveis adquiridos (incluindo quaisquer ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente pela adquirida) e os passivos assumidos (incluindo passivos contingentes) sejam mensurados aos seus justos valores à data de aquisição.

A contabilização de uma concentração de atividades empresariais pode ser efetuada numa base provisória no final do exercício em que a concentração é efetivada, mas tem de ser aperfeiçoada no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição.

Tal como definido acima, regra geral, a IFRS 3 requer que as concentrações de atividades empresariais sejam contabilizadas utilizando o método de aquisição. Para aplicar este método, o BFF Bank passou pelas seguintes fases:

- identificação do adquirente;
- determinação da data de aquisição;
- reconhecimento e mensuração ao justo valor, dos ativos adquiridos identificáveis, dos passivos assumidos e de quaisquer interesses minoritários na adquirida;
- determinação da contrapartida pela concentração de atividades empresariais;
- reconhecimento e mensuração do *goodwill* ou dos ganhos resultantes de um negócio favorável.

Além disso, nos termos do parágrafo 8 da IFRS 3, a adquirente deve identificar a data de aquisição, ou a data em que obtém efetivamente o controlo sobre a empresa adquirida. A data em que a adquirente obtém o controlo sobre a empresa adquirida é geralmente a data de encerramento do contrato, ou a data em que a adquirente transfere legalmente a contrapartida, adquire os ativos e assume os passivos da adquirida.

No caso em apreço, o contrato de compra e venda da antiga MC3 Informatica foi celebrado em 3 de outubro de 2022, data que, na ausência de outros acordos escritos entre as partes, foi identificada como o momento em que a empresa-mãe adquiriu o controlo. Consequentemente, para efeitos da concentração de atividades, 30 de setembro de 2022 (último dia útil anterior à data de aquisição) foi considerada a data de referência da PPA.

A comparação entre o custo de aquisição de 384,2 mil euros e o capital próprio a 30 de setembro de 2022 da antiga MC-3, igual a 301,5 mil euros, gerou uma diferença de 82,7 mil euros a afetar ao *goodwill*.

As demonstrações financeiras da BFF Techlab em 30 de setembro de 2022 são apresentadas abaixo, preparadas de acordo com os princípios GAAP italianos e comparadas com a mensuração do justo valor na mesma data:

(Montantes em milhares de euros)

	Quantias escrituradas em 30 de setembro de 2022	Mensuração ao justo valor
Posição de balanço - Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	*0,4*	*0,4*
Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	*355,5*	*355,5*
Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	*217,2*	*217,2*
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	*5,6*	*5,6*
Ativos por impostos	*11,8*	*11,8*
Outros ativos	*9,9*	*9,9*
Total de ativos	***600,4***	***600,4***
Posição de balanço - Passivos		
Pagamentos a funcionários	*188,3*	*188,3*
Passivos por impostos	14,9	14,9
Outros passivos	95,7	95,7
Total de passivos	**298,9**	**298,9**
Total dos ativos líquidos adquiridos	**301,5**	**301,5**
Custo de aquisição		**384,2**
Goodwill		**82,7**

De acordo com o disposto na IFRS 3 revista, o preço de aquisição deve ser imputado aos ativos (tanto a ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento como a ativos intangíveis) e passivos das demonstrações financeiras consolidadas do BFF que não estejam já reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras da subsidiária. Qualquer montante residual remanescente após a mensuração das rubricas individuais da demonstração financeira pelo justo valor é reconhecido indistintamente como «*Goodwill*» em «Ativos Intangíveis».

Consequentemente, esta diferença positiva de 82,7 mil euros foi reconhecida no *goodwill*, também em resultado da competência técnica e do *know-how* adquiridos pela administração da empresa recém-adquirida.

Parte H - Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas, conforme definido pela IAS 24, incluem:

- A empresa-mãe;
- Subsidiárias;
- Administradores e pessoal com responsabilidades chave de gestão e familiares próximos.

O quadro seguinte apresenta os rendimentos e os valores da posição de balanço de transações com partes relacionadas realizadas pelo Grupo em 31 de dezembro de 2022, desagregadas por tipo de parte relacionada de acordo com a IAS 24, e a percentagem da respetiva rubrica da demonstração financeira.

(Montantes em milhares de euros)

Empresa-mãe	Administradores e pessoal com responsabilidades chave de gestão (1)	Outras partes relacionadas	Total de partes relacionadas	Rubrica das demonstrações financeiras	% da rubrica das demonstrações financeiras	Rubrica de demonstração de fluxos de caixa	% da rubrica de demonstração de fluxos de caixa
Impacto das transações na posição de balanço							
Investimentos em capitais próprios							
Em 31 de dezembro de 2022		13 570	13 570	13 656	99,4 %	(172)	N/A
Montantes devidos a clientes							
Em 31 de dezembro de 2022	(386)		(386)	(10 789 422)	0,0 %	1 984 408	0,0 %
Provisão para riscos e encargos: a) pensões e obrigações similares							
Em 31 de dezembro de 2022	(1057)		(1057)	(7861)	13,4 %	(115 690)	0,9 %
Outros passivos							
Em 31 de dezembro de 2022	(577)		(577)	(401 369)	0,1 %	(115 690)	0,5 %
Reservas							
Em 31 de dezembro de 2022	(5190)		(5190)	(233 153)	2,2 %	(115 690)	4,5 %
Impacto das transações na demonstração de resultados							
Juros e encargos similares							
2022	(575)		(575)	(92 988)	0,6 %		
Despesas administrativas: a) gastos com o pessoal							
2022	(9629)		(9629)	(74 352)	13,0 %		

(1) Incluindo membros do Conselho de Administração.

A 31 de dezembro de 2022, os direitos de opção relacionados com o plano de opções de compra de ações não executadas eram de 16 169 288 opções outorgadas: se o preço das ações duplicasse (por exemplo, até 15 euros), a diluição seria de 2,21 %.

Concretamente, em 31 de dezembro de 2022, em relação ao plano de opções de compra de ações de 2016 (segundo o qual tinha sido atribuído um total de 8 358 640 direitos de opção), o número de opções atribuídas e não exercidas ascendia a 1 086 788 (2 534 684 a 31 de dezembro de 2021). Para 854 788 destes (1 581 684 em 31 de dezembro de 2021), foi atingida a maturidade do período de aquisição.

Em relação ao plano de opções sobre ações para 2020, foram atribuídas 8 384 500 opções até 31 de dezembro de 2022 (em comparação com 8 615 000 opções atribuídas até 31 de dezembro de 2021), exercíveis a partir de 2023.

Por último, no que diz respeito ao plano de opções de compra de ações para 2022, foram concedidas 6 698 000 opções em 31 de dezembro de 2022, das quais 2 547 000 sem envolver numerário e 4 151 000 sob a forma de ações fantasma, exercíveis a partir de 2025.

Com o objetivo de otimizar as atividades de financiamento do Grupo, a Empresa-mãe celebrou contratos de empréstimo entre empresas com subsidiárias, regulamentados em condições normais de mercado.

Mais concretamente, os saldos das posições entre as empresas a 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

- BFF Finance Iberia (através da sucursal espanhola do BFF Bank): 526,9 milhões de euros.
  - BFF Polska: 2872 milhões de PLN, dos quais 1305,5 milhões de PLN através da sucursal polaca do BFF Bank, o que equivale a 12,3 milhões de euros.
  - BFF Central Europe: 221,3 milhões de euros.
  - BFF MedFinance: 401,5 milhões de PLN, dos quais 331,5 milhões de PLN através da sucursal polaca do BFF Bank. - BFF Česká Republika: 44 milhões de CZK.
  - BFF Immobiliare: 27,3 milhões de euros.

O BFF Bank tem em vigor os seguintes acordos de licença:

- Com o BFF Finance Iberia, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF Bank (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a cerca de 955 mil euros.
- Com o BFF Central Europe, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a cerca de 652 mil euros.
- Com o BFF Ceska Republika, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties* que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a cerca de 4 mil euros.

Existe um acordo Intragrupo de Serviço e de partilha de custos que se centra na prestação de serviços e na otimização da partilha de custos entre todas as empresas do Grupo e as sucursais da Empresa-mãe, entre o BFF Bank e:

- as suas sucursais no estrangeiro por um montante de cerca de 452 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- BFF Polska S.A. por cerca de 591 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- BFF Finance Iberia S.A.U. por cerca de 298 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- BFF Medfinance S.A. por um montante de cerca de 80 mil euros a 31 de dezembro de 2022;
- Kancelaria Karnowski por um montante de cerca de 71 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- BFF Central Europe s.r.o. por um montante, em 31 de dezembro de 2022, igual a 85 mil euros;
- BFF Česká Republika s.r.o. por um montante, em 31 de dezembro de 2022, igual a 20 mil euros.

Em 2016, o BFF Finance Iberia adquiriu à Empresa-mãe exposições no setor da saúde italiano por cerca de 82 milhões de euros. No final do período de relato, já tinham sido cobrados dessas exposições cerca de 80,9 milhões de euros com um saldo por liquidar de cerca de 0,9 milhões de euros.

Importa referir que o BFF Bank fornece o seguinte:

- Atividades de gestão do risco para a subsidiária BFF Finance Iberia, no valor de 12 mil euros por ano;
- Atividades de auditoria interna para a subsidiária BFF Finance Iberia, no valor de 6400 euros por ano;
- Serviços de apoio administrativo à Fondazione Farmafatoring, no valor de 15 mil euros por ano;
- Serviços de administração, auditoria interna, *compliance*, gestão de riscos, secretariado de assuntos empresariais e informáticos para a subsidiária BFF Immobiliare S.r.l., no valor de 44 mil euros por ano.
- Serviços de administração, auditoria interna, *compliance*, gestão de risco, secretariado de assuntos corporativos e informática para a subsidiária BFF Techlab S.r.l., no valor de 33 mil euros por ano.

O Grupo também celebrou acordos com os seus acionistas relativamente a serviços de *factoring* e à gestão e cobrança de exposições em condições normais de mercado.

Por último, importa referir que as condições das contas de depósito relativas a administradores do Grupo e outras partes relacionadas correspondem às registadas no prospeto relevante no momento da abertura das contas de depósito.

Parte I - Pagamentos com base em ações

A. Informação qualitativa

Plano de opções de compra de ações de 2016

A 5 de dezembro de 2016, a Assembleia Ordinária de Acionistas da Empresa-mãe aprovou a adoção de um plano de opções de compra de ações para funcionários e membros dos órgãos sociais. O plano apresenta as seguintes características:

- *Finalidade*: o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida;
- *Beneficiários*: a identificação dos beneficiários e a concessão de opções são decididas pelos seguintes elementos:
  a) O Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Remunerações, no que se refere a administradores, executivos de topo e executivos que reportam diretamente ao Presidente da Comissão Executiva;
  b) O Presidente da Comissão Executiva, dentro dos limites dos poderes que lhe incumbem, no que se refere a outros beneficiários cuja remuneração se enquadre no âmbito das suas obrigações;
- *Tipo de exercício*: exercício ordinário ou escritural. Em 28 de março de 2019, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou a introdução de um método alternativo para exercício de opções ao abrigo do plano, adicional à opção ordinária (designado «escritural»). De acordo com a nova opção de exercício, aos beneficiários autorizados que a tenham solicitado pode ser afetado um número de ações determinado com base no valor de mercado das ações à data do exercício, sem que estes estejam obrigados a pagar o preço de exercício.

De acordo com os regulamentos em vigor, as opções atribuídas ao abrigo do Plano de 2016 contribuem para a determinação da remuneração variável paga através da utilização de instrumentos financeiros; por conseguinte, o plano está sujeito a todas as restrições estabelecidas na política de remuneração e incentivos dos membros dos órgãos estratégicos de administração, fiscalização e controlo e do pessoal do Banking Group, nos termos da lei.

As condições de aquisição de direitos das opções incluídas no plano são as seguintes:

- As opções atribuídas em cada parcela serão liberadas a partir do décimo segundo mês seguinte ao da concessão, sob reserva de uma série de condições especificadas no plano, e assumindo:
  (a) A manutenção da relação de trabalho com o Grupo e/ou do cargo exercido no Conselho de Administração; e
  (b) Níveis de capital e de recursos de liquidez adequados para cobrir as atividades desenvolvidas e o cumprimento de outros parâmetros, também de natureza regulamentar.

Note-se que o plano está sujeito a condições de redução (*malus*) e de recuperação (*clawback*): as opções estão sujeitas a mecanismos de correção *ex post* [redução (*malus*) e/ou recuperação (*clawback*)] que, quando ocorrem as circunstâncias pré-estabelecidas, resultam na perda e/ou na restituição dos direitos atribuídos pelo plano.

A 31 de dezembro de 2022, o número de opções de compra de ações atribuídas e não exercidas ascendia a 1 086 788. Para 854 788 destas foi atingida a maturidade do período de aquisição, pelo que são exercíveis.

Plano de Opção de Compra de Ações de 2020

Em 2 de abril de 2020, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo Plano de Opções de Compra de Ações («Plano de 2020») para funcionários e administradores que ocupam cargos executivos na Empresa e/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- *Finalidade*: o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida;
- *Destinatários*: os beneficiários são identificados pelo Conselho de Administração e/ou pelo CEO, a seu exclusivo critério - dentro dos limites previstos pela legislação aplicável e pelo plano - entre os funcionários e/ou Administradores com cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias;
- *Tipo de exercício*: exercício ordinário ou escritural.

As opções atribuídas dentro de cada tranche acumulam-se após a conclusão do período de aquisição de direitos, ou seja, após 3 anos a partir da data de atribuição relativa. A aquisição de direitos está sujeita ao cumprimento das seguintes condições: i) A manutenção da relação laboral com o Grupo e/ou do cargo exercido no Conselho de Administração e ausência de pré-aviso em caso de demissão ou despedimento; e ii) níveis de capital e de recursos de liquidez necessários para cobrir as atividades desenvolvidas e o cumprimento de outros parâmetros, também de natureza regulamentar.

Em 31 de dezembro de 2022, foram atribuídas 8 384 500 opções sem envolver numerário, exercíveis a partir de 2023.

Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022 do BFF Banking Group

Em 31 de março de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo «Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022» para os funcionários e administradores que ocupam cargos executivos na Empresa e em/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características.

- *Assunto*: o plano prevê a atribuição de um máximo de 9 700 000 opções divididas em três parcelas. As opções podem ser de dois tipos: (i) Opções da Classe A, que conferem o direito a receber novas ações ordinárias emitidas pela Empresa, «liquidadas de capital próprio», e (ii) Opções da Classe B, que conferem o direito a receber ações fantasma, a serem convertidas em dinheiro de acordo com as disposições do plano, «liquidadas em dinheiro».
- *Condições de aquisição (exercício)*: as opções concedidas ao abrigo de cada parcela são adquiridas após a conclusão do período de três anos a partir da data de concessão relevante. A aquisição também está sujeita ao cumprimento das seguintes condições: (i) manutenção do vínculo laboral com o Grupo e/ou cargo no Conselho de Administração e ausência de comunicação de renúncia ou destituição; e (ii) cumprimento de KPIs (isto é, indicadores de desempenho da empresa), sem prejuízo das disposições de diferimento e *lock-up* aplicáveis aos funcionários mais significativos (isto é, Responsáveis pela Assunção de Riscos) do Banco e das demais previsões detalhadas do plano, já divulgadas ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022, tinham sido concedidas 6 698 000 opções, das quais 2 547 000 sem envolver numerário e 4 151 000 sob a forma de ações fantasma, exercíveis a partir de 2025.

Parte L - Relato por segmentos

Em consonância com as áreas de negócio identificadas a fim de acompanhar e analisar os resultados do Grupo, a informação do segmento do Grupo está dividida em secções representativas das três Unidades de negócio que oferecem produtos/serviços aos clientes:

- Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos, que oferece produtos tais como *factoring* sem recurso, empréstimos e gestão de crédito sobretudo a fornecedores do setor público e organismos da administração pública.
- Unidade de negócio de Serviços de Títulos, que se ocupa com os serviços bancários de custódia para fundos de investimento e serviços relacionados, tais como custódia global, contabilização de fundos e agentes de transferência para gestores e bancos nacionais e para vários fundos de investimento, tais como fundos de pensões, fundos mutualistas e fundos alternativos.
- A Unidade de negócio de Pagamentos, que se ocupa do processamento de pagamentos, pagamentos e cheques empresariais e faturas e tem como clientes bancos italianos de média e pequena dimensão, empresas de média e grande dimensão e orgulha-se de uma parceria com a Nexi.

Para comentários e detalhes sobre as rubricas listadas, consultar as secções específicas contidas no capítulo sobre Resultados operacionais.

Unidade de negócio de Factoring e Empréstimos

Volume de negócios adquirido / Empréstimos desembolsados durante o ano / Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	AF'21	AF'22
Volume de negócios adquirido / Empréstimos desembolsados durante o ano	**5781**	**7783**
Itália	3014	4505
Espanha	1616	1879
Polónia	687	663
Eslováquia	29	28
Portugal	304	481
Grécia	91	167
França	35	55
Croácia	2	2
Chéquia	2	2
Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	**3745**	**5221**
Itália	2105	2852
Espanha	330	629
Polónia	790	806
Eslováquia	231	240
Portugal	207	239
Grécia	70	131
França	10	13
Croácia	1	1
Chéquia	2	2

Demonstração de Resultados	AF'21	AF'22
Receitas líquidas totais	161,9	170,1
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas/reversões líquidas por imparidade de perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(38,8)	(43,8)
Perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito (+/-)	(0,7)	(5,8)
Provisões líquidas para riscos e encargos	0,3	(0,5)
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**122,8**	**120,0**

Unidade de negócio de Serviços de Títulos

Montantes geridos, clientes servidos, transações executadas e depósitos	AF'21	AF'22
Banco de custódia (AuD, milhões de euros)	83 573	49 524
Custódia global (AuC, milhões de euros)	172 625	153 065
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	6092	3167
Demonstração de Resultados	**AF'21**	**AF'22**
Receitas líquidas totais	57,8	52,5
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(28,8)	(24,7)
Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**29,0**	**27,8**

Unidade de negócio de Pagamentos

Transações executadas e depósitos	AF'21	AF'22
Processamento interbancário (n.º de trans. milhões)	312	331
Liquidações (n.º de transações, milhões de euros)	191	257
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	2408	2852
Demonstração de Resultados	**AF'21**	**AF'22**
Receitas líquidas totais	62,1	63,3
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(30,9)	(32,1)
Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
Lucros antes de impostos das operações continuadas	**31,1**	**31,3**

Parte M - Relato por locações

A 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a nova norma IFRS 16 com a nova definição e o novo modelo de contabilização para «locações». Esta norma baseia-se na transmissão do direito de uso de um ativo em regime de locação e aplica-se a todas as locações com exceção das locações com um prazo de locação de 12 meses ou menos, ou as locações cujo ativo subjacente tenha um valor contratual inferior a 5 mil euros.

Com base neste modelo contabilístico, o «direito de uso» é reconhecido na posição de balanço como um ativo, e os futuros pagamentos referentes a esse mesmo ativo em regime de locação serão introduzidos sob a forma de um passivo. Qualquer depreciação relacionada com o ativo sob direito de uso, bem como quaisquer gastos com juros, são reconhecidos na demonstração de resultados.

A aplicação da IFRS 16 alterou substancialmente a contabilização para locatários, uma vez que elimina a classificação de locações de um locatário como locações operacionais ou locações financeiras.

Nomeadamente, os locatários estão obrigados a cumprir as seguintes disposições principais:

- O ativo identificado é classificado como um ativo sob direito de uso e apresentado na posição de balanço como se fosse detido. Também deve ser reconhecido o passivo financeiro pertinente;
- À data de entrada em vigor, um locatário deve mensurar o passivo financeiro ao valor presente dos pagamentos de locação acordados pelas partes para utilização do ativo ao longo do período de validade do contrato que é razoavelmente determinado. A mensuração inicial do direito de uso deve ser equivalente ao valor do passivo financeiro, subtraindo algumas rubricas específicas, por exemplo, as relativas a custo diretos incorridos na obtenção da locação;
- Relativamente à mensuração subsequente do ativo e durante o prazo de locação, o ativo é sujeito a uma depreciação numa base sistemática, ao passo que o passivo financeiro inclui quaisquer gastos com juros, calculados com base na taxa de juro implícita na locação, nos casos em que é expressamente indicada, ou com base no custo de financiamento para o período, bem como quaisquer pagamentos de locação periódicos.

Secção 1 - Locatário

Informação qualitativa

Ao longo de 2018, o BFF Banking Group lançou um projeto destinado a compreender e definir o impacto em termos qualitativos e quantitativos da adoção pela primeira vez da nova IFRS 16. Na sequência deste projeto, foi definido um novo modelo de contabilização para utilização em relação a todas as locações, excetuando as locações em que o ativo subjacente tenha pouco valor (menos de 5000 euros) ou que possuam um prazo de locação curto (12 meses ou menos).

Para efeitos da adoção pela primeira vez (FTA - *first time adoption*) da norma, a 29 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração decidiu que o BFF e todas as empresas pertencentes ao BFF Banking Group deveriam adotar a «Abordagem retrospetiva alterada». Consequentemente, o Grupo não necessita de aplicar a norma retrospetivamente (portanto, considerando informação comparativa complexa), e o montante relativo a ativos sob direito de uso em «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» é igual ao montante do passivo financeiro.

Informação quantitativa

Os ativos sob direito de uso do Grupo BFF Banking contabilizados como «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» a 31 de dezembro de 2022 são apresentados de seguida.

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos sob direito de uso 31.12.2022	Ativos sob direito de uso 31.12.2021
BFF	10 675	13 793
BFF Finance Iberia	772	1011
BFF Polska Group	1058	1486
Total BFF Banking Group	**12 505**	**16 290**

Para mais detalhes sobre os impactos contabilísticos relacionados com os Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, consultar a secção específica da Parte B das Notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Secção 2 - Locador

Tenha em atenção que esta secção se refere apenas às atividades do BFF Polska Group.

Informação quantitativa

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Períodos de tempo	Pagamentos de locação a receber	Pagamentos de locação a receber
Até 1 ano	313	312
Mais de 1 a 2 anos	280	312
Mais de 2 a 3 anos	241	286
Mais de 3 a 4 anos	185	264
Mais de 4 a 5 anos	25	209
Mais de 5 anos	12	113
Total de pagamentos de locação a receber	**1057**	**1497**
RECONCILIAÇÃO COM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ganhos financeiros ainda não acumulados (-)		
Valor residual não garantido (-)		
Empréstimos concedidos para locações	**1619**	**2851**

Outras informações

Honorários de auditoria aos auditores independentes e a outras sociedades da sua rede.

A tabela seguinte, elaborada de acordo com o artigo 149.º-*duodidades* do Regulamento dos Emitentes do CONSOB (Resolução n.º 11971, de 14 de maio de 1999, alterada e complementada posteriormente), mostra os honorários referentes ao exercício de 2021 por serviços de auditoria e serviços não relacionados com a auditoria prestados pela sociedade de revisores oficiais de contas e outras empresas da sua rede. Tais honorários representam os custos incorridos e registados nas demonstrações financeiras consolidadas, líquidos do reembolso das despesas e do IVA não dedutível e da contribuição do CONSOB.

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviços	BFF Bank S.p.A.				Empresas do Grupo			
	KPMG S.p.A.		Rede KPMG S.p.A.		KPMG S.p.A.		Rede KPMG S.p.A.	
	Itália	Fora de Itália	Itália	Fora de Itália	Itália	Fora de Itália	Itália	Fora de Itália
Revisão legal de contas	189	92			22	271		
Serviços de certificação (*)	58							
Serviços de consultadoria fiscal				16				
Outros serviços (**)	595		94	15				
Total	**842**	**92**	**94**	**31**	**22**	**271**		

(*) Os montantes referem-se às certificações relativas à Divulgação não financeira. (**) Os montantes referem-se a procedimentos de auditoria acordados e a atividades de diligência devida.

1493

03

Certificação pelo Responsável de Relato Financeiro

CERTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO FINANCEIRO CONSOLIDADO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 81.º-*TER* DO REGULAMENTO CONSOB N.º 11971 DE 14 DE MAIO DE 1999, E SUCESSIVOS ADITAMENTOS E ALTERAÇÕES

1. Os abaixo assinados

   - Massimiliano Belingheri, agindo na qualidade de Presidente da Comissão Executiva;
   - Giuseppe Manno, na qualidade de Responsável de Relato Financeiro do BFF Bank S.p.A.,

   certificam, pelo presente, tendo em conta o disposto no artigo 154.º-Anúmeros 3 e 4, do decreto-lei n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998:

   -a adequação no que respeita às características do Grupo, e

   -a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos utilizados para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022.

2. A adequação e efetiva aplicação do processo administrativo e contabilístico utilizado na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022 foram verificadas com base no método definido internamente adotado pelo BFF Bank S.p.A., de acordo com o *modelo de Controlo Interno – Enquadramento Integrado emitido pelo «Committee of Sponsoring Organizations of Tradeway Commission» [Comité das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway] (COSO)* das normas de referência para o sistema de auditoria interna geralmente aceites a nível internacional.

3. Além disso, os abaixo assinados certificam que:

   3.1 as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022:

   a) foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis e aprovadas pela Comunidade Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;

   b) correspondem aos resultados dos livros e registos contabilísticos;

   c) são adequadas para apresentar de forma verídica e legítima a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do emitente e de todas as empresas incluídas no âmbito de consolidação.

   3.2 o Relatório relativo às Operações inclui uma análise fidedigna dos acontecimentos importantes e do respetivo impacto sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas a que estão expostos. Além disso, o Relatório relativo às Operações inclui uma análise fidedigna das informações relativas às principais transações com partes relacionadas.

Milão, 8 de março de 2023

Massimiliano Belingheri
Presidente da Comissão

[rubrica]

Giuseppe Manno
Responsável de Relato

[rubrica]

04

Relatório dos Auditores Independentes

KPMG S.p.A.
Revisione e organizzazione contabile
Via Vittor Pisani, 25
20124 MILANO MI
Telefone +39 02 6763.1
E-mail it-fmauditaly@kpmg.it
PEC kpmgspa@pec.kpmg.it

(As demonstrações financeiras consolidadas traduzidas do BFF Banking Group constituem uma versão não oficial que não está em conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão. Este relatório dos auditores independentes foi traduzido para inglês exclusivamente para efeitos de conveniência dos leitores internacionais. Consequentemente, apenas a versão original italiana é autorizada).

Relatório dos auditores independentes nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 39 de 27 de janeiro de 2010 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537 de 16 de abril de 2014

Aos acionistas do BFF Bank S.p.A.

Relatório da auditoria às demonstrações financeiras consolidadas

Parecer

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras do BFF Banking Group (o «grupo»), que incluem o balanço a 31 de dezembro de 2022, a demonstração de resultados, a demonstração de rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo de políticas contabilísticas significativas.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verídica e legítima a situação financeira do BFF Banking Group a 31 de dezembro de 2022, bem como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício findo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia e os regulamentos italianos de aplicação do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 38/05 e do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 136/15.

Fundamento para o parecer

Conduzimos a auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA Itália). As nossas responsabilidades ao abrigo dessas normas são descritas com mais pormenor na secção «*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas*» do nosso relatório. Somos independentes do BFF Bank S.p.A. (a «empresa-mãe») de acordo com as regras e normas de ética e independência aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras em Itália. Somos da opinião de que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para servirem de base ao nosso parecer sem ressalvas.

Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são aquelas que, segundo a nossa apreciação profissional, foram as mais significativas na auditoria às demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente. Estas questões foram tratadas como um todo no contexto da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas, e na formulação do nosso parecer sobre as mesmas, e não proferimos um parecer separado sobre as mesmas.

A KPMG S.p.A. é uma sociedade anónima italiano e membro da rede KPMG de entidades independentes afiliadas à KPMG International Limited, uma sociedade inglesa.

Ancona Bari Bergamo
Bolonha Bolzano Brescia
Catânia Como Florença Génova
Lecce Milão Nápoles Novara
Pádua Palermo Parma Perugia
Pescara Roma Turim Treviso
Trieste Varese Verona

Sociedade anónima
Capital social
10.415.500,00 i.r.
Registo Comercial Milão Monza Brianza Lodi
e Código Fiscal N.º 00709600159
R.E.A. Milão N.º 512867
Número IVA 00709600159
VAT number IT00709600159
Sede social: Via Vittor Pisani, 25
20124 Milão MI ITÁLIA

Reconhecimento de juros de mora sobre empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.3 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.16 «Outras informações - Critério de reconhecimento do rédito»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da situação financeira - Ativos»: secção 4 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte C - Demonstração de resultados»: parágrafo 1.2 «Rendimentos de juros e rendimentos similares: outras informações»

Questão-chave da auditoria	Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria
Na mensuração dos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes adquiridos sem recurso, o grupo inclui os juros de mora estimados que são considerados recuperáveis, em conformidade com o Documento n.º 7 sobre o tratamento dos juros de mora nos termos do Decreto-Lei n.º 231/2002 relativo a empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso emitido conjuntamente pelo Banco de Itália, Consob (a Comissão italiana para as empresas cotadas em bolsa e a bolsa de valores) e IVASS (a entidade de supervisão italiana para os seguros privados) em 9 de novembro de 2016. Concentrámo-nos nesta questão porque: • a quantia escriturada de juros de mora não cobrados é significativa; • os parâmetros utilizados para estimar essa compensação exigem a utilização de valores históricos estatisticamente fiáveis, com base nos fluxos de caixa e nos prazos de cobrança observados à data de relato; • exige a apreciação por parte dos administradores. A complexidade do processo de estimativa dos administradores aumentou em resultado das incertezas geopolíticas causadas pelo conflito na Ucrânia e da persistência da emergência da COVID-19 em 2022. Estas incertezas agravaram fortemente as condições económicas atuais e as perspetivas de cenários macroeconómicos futuros e tiveram um forte impacto no mercado energético, nas cadeias de abastecimento, na pressão inflacionista e no seu efeito nas políticas monetárias, levando os bancos centrais a aumentar as taxas de juro nas principais economias. Pelas razões expostas, somos da opinião que o reconhecimento dos juros de mora de empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso é uma questão-chave da auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram: • obter uma compreensão dos processos e do ambiente informático da empresa-mãe em relação à estimativa dos juros de mora; • analisar os modelos de estimativa de juros de mora utilizados e verificar a razoabilidade dos principais pressupostos e variáveis neles incluídos; • avaliar a adequação das divulgações sobre os juros de mora.

Reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação («40 euros»)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.3 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da situação financeira - Ativos»: secção 4 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte C - Informações sobre a demonstração de resultados»: secções 16.2 "Outras receitas operacionais: desagregação"

Questão-chave da auditoria	Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria
Em conformidade com a Diretiva 2011/7/EU do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, que estabelece que o credor tem o direito de obter do devedor, no mínimo, um montante fixo de 40 euros a título de indemnização pelos custos de recuperação, desde 2018, o grupo reclama aos seus devedores 40 euros por cada fatura vencida a título de indemnização de montante fixo por custos de recuperação. Na sua recente decisão de 20 de outubro de 2022, o Tribunal de Justiça da União Europeia confirmou o direito do grupo a recuperar 40 euros por cada fatura. O grupo estimou a recuperabilidade dos juros de mora com base nas tendências históricas das cobranças, a fim de obter uma estimativa fiável da compensação a cobrar. Por conseguinte, a partir das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, decidiu reconhecer a compensação acima referida numa base de acréscimo, com base na percentagem de cobrança inferida a partir de valores históricos e das análises efetuadas. Tal está em conformidade com o modelo já adotado para o reconhecimento de juros de mora. À data de relato, o grupo reconheceu compensações acrescidas no valor de 119 milhões de euros (87 milhões de euros sem impostos). Concentrámo-nos nesta questão porque: • o impacto da alteração na estimativa é significativo; • os parâmetros utilizados para estimar essa compensação exigem a utilização de valores históricos estatisticamente fiáveis, com base nos fluxos de caixa e nos prazos de cobrança observados à data de relato; • exige a apreciação por parte dos administradores. Pelas razões acima expostas, consideramos que o reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros) numa base de acréscimo é uma questão fundamental de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram: • compreender os processos e o ambiente informático da empresa-mãe em relação à estimativa dos juros de mora e à indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros); • analisar os modelos utilizados para estimar os juros de mora e a indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros) e verificar a razoabilidade dos principais pressupostos e variáveis neles incluídos; • verificar, com base numa amostra, a exatidão dos registos contabilísticos; • avaliação da adequação das informações sobre o reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros).

Mensuração de ativos intangíveis com vidas úteis finitas e indefinidas

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.7 «Ativos intangíveis»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte B - Notas à demonstração da posição financeira - Ativos»: secção 10 «Ativos intangíveis»

Notas às demonstrações financeiras consolidadas «Parte C - Informações sobre a demonstração de resultados»: secção 15 «Amortização e perdas líquidas por imparidade em ativos intangíveis»

Questão-chave da auditoria	Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria
Como resultado de certas combinações de negócios realizadas em anos anteriores, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 incluem ativos intangíveis com uma vida útil indefinida de 30,9 milhões de euros, que incluem principalmente *goodwill* de 22,1 milhões de euros, 8,7 milhões de euros e 0,08 milhões de euros decorrentes das aquisições do BFF Polska Group, da antiga IOS Finance (agora fundida no BFF Finance Iberia) e da MC3 Informatica S.r.l., respetivamente, esta última realizada em 2022. Além disso, durante 2021, para além da concentração de atividades empresariais com o DEPOBank S.p.A. e da conclusão do procedimento de PPA, o grupo reconheceu um ativo intangível com uma vida útil finita de 25,7 milhões de euros relativo a contratos com clientes. Os contratos com clientes ascendem a 21,8 milhões de euros nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022. As amortizações e perdas líquidas por imparidade relacionadas com ativos intangíveis com uma vida útil definida reconhecida nos resultados durante o ano totalizam 3,9 milhões de euros e incluem uma amortização de 2,8 milhões de euros e perdas por imparidade de 1,1 milhões de euros reconhecidas em resultado do teste de imparidade. Conforme divulgado nas notas, de acordo com a IFRS 3, os administradores atribuíram os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida a certas unidades geradoras de caixa («UGC») que identificaram. Os administradores testaram a imparidade das quantias escrituradas à data de relato, comparando a quantia escriturada das UGC às quais os ativos intangíveis com uma vida útil definida e indefinida foram atribuídos à sua quantia recuperável. Estimaram a quantia recuperável com base no valor de uso calculado utilizando o modelo de fluxos de caixa descontados.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente: • compreender o processo adotado para preparar os testes de imparidade aprovados pelos administradores da empresa-mãe; • obter uma compreensão do processo utilizado para elaborar o plano a longo prazo do grupo, aprovado pelos administradores da empresa-mãe; • verificar quaisquer discrepâncias entre os valores históricos do exercício anterior e os do plano de negócios, a fim de verificar a exatidão do processo de previsão; • analisar os critérios utilizados para identificar as UGC e rastrear as quantias escrituradas dos ativos e passivos afetados às demonstrações financeiras consolidadas; • avaliar os principais pressupostos utilizados pelos administradores para determinar o valor das UGC em uso. A nossa avaliação incluiu a verificação da coerência do método adotado com o utilizado nos exercícios anteriores e a comparação dos principais pressupostos utilizados com a informação adquirida externamente, quando disponível; • verificar a análise de sensibilidade apresentada nas notas em relação aos pressupostos-chave utilizados para testar o *goodwill* em caso de imparidade; • avaliar a adequação das divulgações sobre ativos intangíveis com uma vida útil definida e indefinida e os respetivos testes de imparidade.

Questão-chave da auditoria	Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria
Os testes de imparidade requerem avaliações complexas e uma capacidade elevada de apreciação, especialmente em relação: • aos fluxos de caixa esperados, calculados ao ter em conta os fluxos de caixa históricos, o desempenho económico geral e do setor do grupo e as previsões dos administradores sobre o seu desempenho futuro; • aos parâmetros financeiros a utilizar para descontar os fluxos de caixa. A complexidade do processo de estimativa dos administradores aumentou em resultado das incertezas geopolíticas causadas pelo conflito na Ucrânia e da persistência da emergência da COVID-19 em 2022. Estas incertezas agravaram fortemente as condições económicas atuais e as perspetivas de cenários macroeconómicos futuros e tiveram um forte impacto no mercado energético, nas cadeias de abastecimento, na pressão inflacionista e no seu efeito nas políticas monetárias, levando os bancos centrais a aumentar as taxas de juro nas principais economias. Pelas razões expostas, somos da opinião que a mensuração de ativos intangíveis com uma vida útil definida é uma questão-chave da auditoria.	

Responsabilidades dos administradores e do conselho dos revisores oficiais de contas («Collegio Sindacale») da empresa-mãe para as demonstrações financeiras consolidadas

Os administradores são responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras consolidadas que dão uma visão verdadeira e justa em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia e os regulamentos italianos de aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/05 e o artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/15 e, nos termos estabelecidos pela lei italiana, para o controlo interno que determinarem ser necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade do grupo para assegurar a continuidade das operações e, pela utilização adequada do princípio da continuidade das operações na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e pela adequação das divulgações relacionadas. A utilização deste princípio de contabilidade é apropriada, a menos que os administradores sejam da opinião que existem condições para liquidar a empresa-mãe ou cessar as operações, ou que não têm outra alternativa realista senão fazê-lo.

O *Collegio Sindacale* é responsável por supervisionar, dentro dos termos estabelecidos pela lei italiana, o processo de informação financeira do grupo.

Responsabilidades dos auditores na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os nossos objetivos consistem em obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, consideradas em conjunto, estão isentas de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro, bem como emitir um relatório de auditoria que contenha o nosso parecer. Uma garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a ISA Itália detetará sempre uma distorção material, caso exista.

As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, for razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria em conformidade com a ISA Itália, exercemos uma apreciação profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causadas por fraude ou erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, e obtemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas para fundamentar o nosso parecer. O risco de não deteção de uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de uma distorção material resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou a anulação dos controlos internos;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de conceber procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e das divulgações conexas feitas pelos administradores;
- retiramos conclusões sobre a adequação do uso, por parte dos administradores, do princípio da continuidade das operações e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do grupo para assegurar a continuidade das operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório de auditoria para as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou, se essas divulgações forem inadequadas, alterar o nosso parecer. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtidas até à data do nosso relatório de auditoria. Contudo, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o grupo deixe de conseguir manter a continuidade das operações;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo gerais das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e eventos subjacentes de uma forma que permita uma apresentação justa;
- obtemos provas de auditoria adequadas suficientes relativamente às informações financeiras das entidades ou atividades empresariais dentro do grupo para emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e realização da auditoria do grupo. Permanecemos os responsáveis finais pelo nosso parecer de auditoria.

Comunicamos com os responsáveis pela governação, identificados ao nível adequado de acordo com o exigido pela ISA Itália, relativamente, entre outras questões, ao âmbito e calendário previstos para a auditoria e às conclusões significativas da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Também fornecemos aos responsáveis pela governação uma declaração de que cumprimos as regras e normas de ética e independência aplicáveis em Itália e comunicamos-lhes todas as relações e outras questões que possam razoavelmente ser consideradas como afetando a nossa independência e, quando aplicável, as medidas tomadas para eliminar essas ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Das questões comunicadas com os responsáveis pela governação, determinamos as que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício em curso e que são, portanto, as questões-chave da auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório de auditoria.

Outras informações exigidas pelo artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/14

A 2 de abril de 2020, os acionistas da empresa-mãe nomearam-nos para realizar a revisão legal das suas demonstrações financeiras separadas e consolidadas em e para o período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2029.

Declaramos que não prestamos serviços proibidos não relacionados com a auditoria referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/14 e que permanecemos independentes da empresa-mãe na realização da revisão legal de contas.

Confirmamos que o parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas aqui expresso é coerente com o relatório adicional ao *Collegio Sindacale*, na sua qualidade de comissão de auditoria, elaborado em conformidade com o artigo 11.º do Regulamento acima mencionado.

Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

Parecer sobre o cumprimento das disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão

Os administradores da empresa-mãe são responsáveis pela aplicação das disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação sobre a especificação de um formato eletrónico único de comunicação (ESEF) às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 a incluir no relatório financeiro anual.

Realizámos os procedimentos exigidos pela Norma de Auditoria (SA Itália) N.º 700B a fim de emitir um parecer sobre a conformidade das demonstrações financeiras consolidadas com o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas em formato XHTML e foram marcadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão.

Devido a determinadas limitações técnicas, alguma informação incluída nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, quando extraída do formato XHTML para uma instância XBRL, pode não ser reproduzida de forma idêntica à informação correspondente apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas em formato XHTML.

Parecer nos termos do artigo 14.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Legislativo n.º 39/10 e do artigo 123.º-A, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98

Os administradores da empresa-mãe são responsáveis pela elaboração dos relatórios do grupo sobre as operações e sobre o governo societário e estrutura de propriedade a 31 de dezembro de 2022 e pela coerência de tais relatórios com as respetivas demonstrações financeiras separadas e a sua conformidade com a lei aplicável.

Realizámos os procedimentos exigidos pela Norma de Auditoria (SA Itália) N.º 720B para emitirmos um parecer sobre a coerência do relatório e as informações específicas apresentadas no relatório sobre o governo societário e estrutura de propriedade referido no artigo 123.º-A, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98 com as demonstrações financeiras consolidadas do grupo em 31 de dezembro de 2022 e a sua conformidade com a lei aplicável, bem como declarar se identificámos distorções materiais.

Na nossa opinião, o relatório relativo às operações e as informações específicas incluídas no relatório de governo societário e estrutura de propriedade acima referido são consistentes com as demonstrações financeiras consolidadas do grupo em 31 de dezembro de 2022 e foram elaborados em conformidade com a lei aplicável.

Relativamente à declaração acima referida exigida pelo artigo 14.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Legislativo n.º 39/10, com base no nosso conhecimento e entendimento da entidade e do seu ambiente obtidos durante a nossa auditoria, nada temos a relatar.

Declaração nos termos do artigo 4.º do Regulamento Consob que implementa o Decreto Legislativo n.º 254/16

Os administradores do BFF Bank S.p.A. são responsáveis pela preparação de uma demonstração não financeira consolidada nos termos do Decreto Legislativo n.º 254/16. Verificámos que os administradores tinham aprovado essa demonstração não financeira consolidada. Em conformidade com o artigo 3.º, n.º 10 do Decreto Legislativo n.º 254/16, atestamos a conformidade da demonstração não financeira separadamente.

Milão, 23 de março de

2023

KPMG S.p.A.

(assinado no original)

Roberto Spiller
Diretor de Auditoria

BFF

Design gráfico e layout
Red Point Srl

Tradução a partir do texto original em italiano
Studio Tre SpA

Impressão
Arti Grafiche Baratelli

Valerio Adami, Paracelso, 1997

92x73 cm, acrílico sobre tela

Coleção Fondazione Farmafactoring

Consolidated Financial Statements

2022

BFF

The works of art reproduced in this report were created by the artist Valerio Adami, and they are part of Farmafactoring Foundation's contemporary art collection.

The entire collection of about 250 works from the post-war period to the early 2000s created by artists such as Valerio Adami, Enrico Baj, Alberto Burri, Hsiao Chin, Mario Schifano, Arnaldo Pomodoro and Joe Tilson is permanently on display at BFF's Italian offices in Milan and Rome.

The first half of 2021 saw the distribution of the art book, in English, published by Skira editore Milan Genève Paris, ***"Art Factor. The Pop Legacy in Post-War Italian Art"***, which recounts the Italian journey towards Pop Art through the works of Valerio Adami, Franco Angeli, Enrico Baj, Lucio Del Pezzo, Gianfranco Pardi, Mario Schifano and Emilio Tadini.

The art volume represents the first step in a more extensive project involving the promotion of the collection abroad, in a travelling exhibit throughout Europe, which will end in 2023.

www.art-factor.eu

This document, prepared in PDF format only to facilitate the reading of the Financial Statements, represents a supplementary version to the official one compliant with Directive 2004/109/EC ("Transparency Directive") and Delegated Regulation (EU) 2019/815 ("European Single Electronic Format - ESEF Regulation") published on the website at www.bff.com.

BFF Bank S.p.A.
Parent of the BFF Banking Group
Registered Office in Milan - Via Domenichino 5
Share Capital €142,851,591.88 (fully paid-in)
Milan Company Register no.,
Tax Code and VAT no. 07960110158

Consolidated Financial Statements

2022

BFF

Contents

Group Structure 4

Corporate bodies at December 31, 2022 7

Letter from the Chairman of the Board of Directors 10

01 Report on Operations 15

1. Evolution of BFF: Sustainable leader in specialized finance 16
2. Operational context and significant events 25
3. Operating performance 36
4. Group's Objectives and Policies on the Assumption, Management and Hedging of Risks 70
5. Internal Control System 74
6. Other information 78
7. Share capital, Shareholder structure and other performance indicators 82
8. Business outlook 86
9. Allocation of the Banking Group's Profit 87
10. Proposal to the Shareholders' Meeting 88

02 Consolidated Financial Statements 90

Consolidated Statement of Financial Position 92

Consolidated Income Statement 94

Consolidated Statement of Comprehensive Income 95

Consolidated Statement of Changes in Equity 96

Consolidated Statement of Cash Flow 98

Consolidated notes 100

Part A - Accounting policies 101

Part B - Information on the Consolidated Statement of Financial Position 154

Part C - Information on the Consolidated Income Statement 206

Part D - Consolidated Comprehensive Income 227

Part E - Information on risks and related hedging policies 229

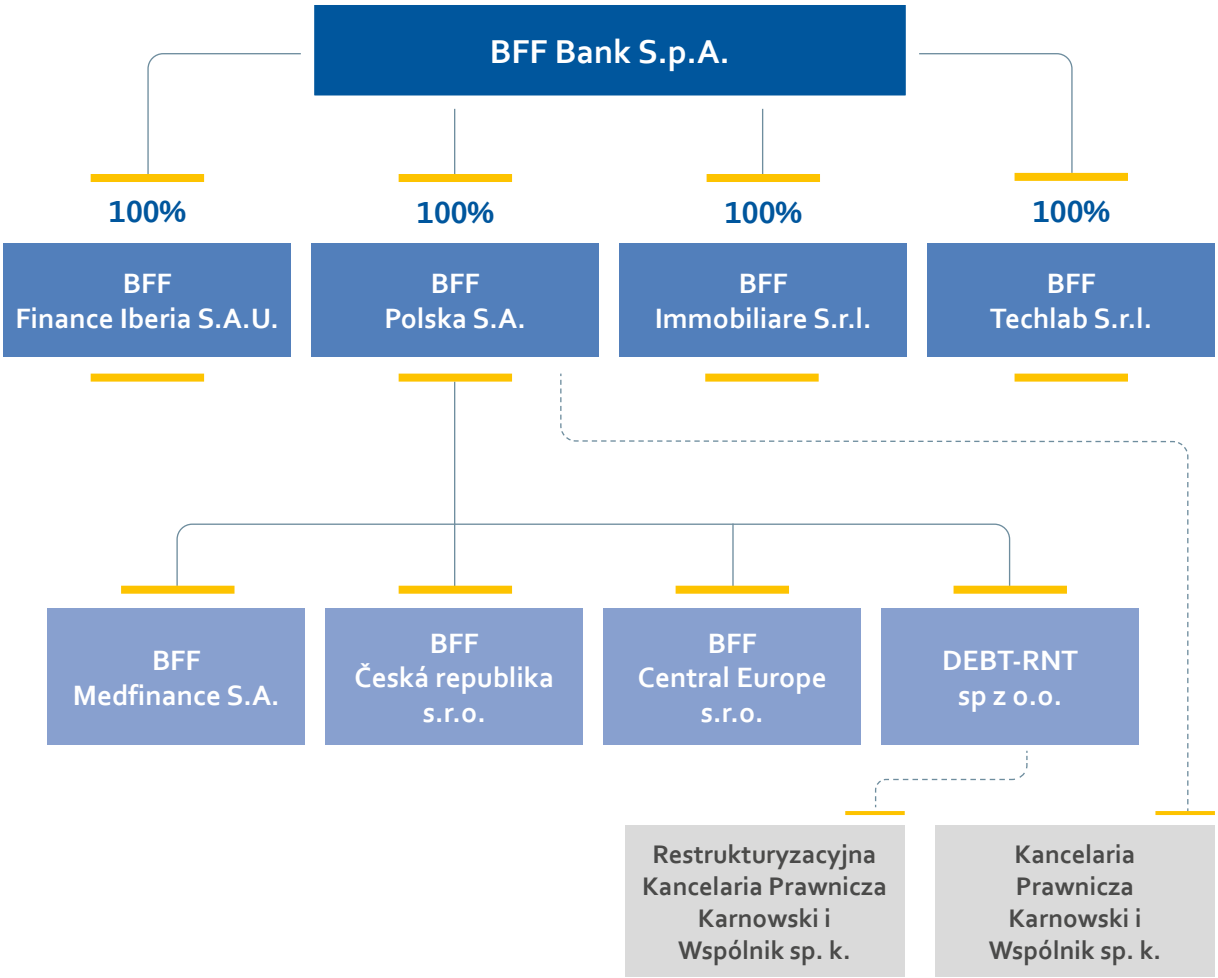
Part F - Information on Consolidated Equity 286

Part G - Business combinations of companies or business units 295
Part H - Transactions with related parties 298
Part I - Share-Based Payments 301
Part L - Segment reporting 303
Part M - Lease reporting 306
Other information 309

03 Certification by the Financial Reporting Officer 311

04 Report of the Independent Auditors 314

Group Structure



At December 31, 2022, BFF Banking Group included the Parent BFF Bank S.p.A. and the following companies:

Company name	Registered and operating office	Relationship type (1)	Ownership relationship		Voting rights % (2)
			Held by	Holding %	
1. BFF Immobiliare S.r.l.	Milan Via Domenichino, 5	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
2. BFF Techlab S.r.l.	Brescia Via Carlo Zima, 4	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
3. BFF Finance Iberia. S.A.U.	Madrid Paseo de la Castellana, 81	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
4. BFF Polska S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
5. BFF Medfinance S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
6. BFF Central Europe s.r.o.	Bratislava Mostova, 2	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
7. BFF Česká republika s.r.o.	Prague Roztylská, 1860/1	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
8. Debt-Rnt sp. Z O.O.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
9. Komunalny Fundusz Inwestycyjng Zamknięty	Warsaw Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100%	100%
10. MEDICO Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	Warsaw Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100%	100%
11. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	BFF Polska S.A.	99%	99%
12. Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspolnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	Debt-Rnt sp. Z O.O.	99%	99%

Key:

(1) Type of relationship:

1 = having the majority of voting rights at ordinary shareholders' meetings
2 = dominant influence at the ordinary shareholders' meeting
3 = arrangements with other shareholders
4 = other forms of control

(2) Voting rights at ordinary shareholders' meetings, distinguishing between actual and potential voting rights or percentage of shares.

As far as points 9 and 10 are concerned, voting rights refer to the investors' right to vote at the Meeting.

The companies in points 11 and 12 above are limited partnerships and are consolidated according to the equity method since their total asset figures are not significant.

On January 19, 2022, the company BFF Immobiliare S.r.l., a wholly owned subsidiary of BFF Bank S.p.A., was established. This company was established with a view to finalizing the Casa BFF operation, which involved the purchase of a buildable area and the subsequent development of an office building which will become the new registered office of the BFF Group and will house all of the Bank's personnel present in the city of Milan, who are currently divided between three different buildings.
BFF Bank also holds a 26.46% stake in Unione Fiduciaria S.p.A., which is consolidated with the equity method (and not in its entirety), as it is a company subject to significant influence.

On October 3, 2022, BFF Bank finalized the acquisition of the IT company "MC3 Informatica S.r.l." which as of the same date changed its company name to BFF Techlab S.r.l. This transaction is consistent with the growth path outlined in the 2023 Business Plan, and will allow for the vertical integration of all development activities linked to the management and evolution of the Group's information system, favoring cost synergies and boosting operational efficiency.
The measurement criteria are adopted with a view to a going concern and comply with the principles of accruals, relevance and materiality of accounting information and the precedence of economic substance over legal form.

Corporate Bodies at December 31, 2022

BOARD OF DIRECTORS

Chairman	Salvatore Messina	
Chief Executive Officer	Massimiliano Belingheri	
Vice Chairman	Federico Fornari Luswergh	
Directors	Anna Kunkl (*) Michaela Aumann Piotr Henryk Stępniak	Domenico Gammaldi Monica Magrì (**) Giovanna Villa

The Board of Directors will remain in office until the Shareholders' Meeting that will approve the financial statements at December 31, 2023.

ROLE OF MEMBERS OF THE BOARD OF DIRECTORS AND INDEPENDENCE REQUIREMENTS

NAME	OFFICE IN BFF	EXECUTIVE	NON-EXECUTIVE	INDEPENDENCE
Salvatore Messina	Chairman		✓	
Federico Fornari Luswergh	Vice Chairman		✓	
Massimiliano Belingheri	Chief Executive Officer	✓		
Anna Kunkl	Director		✓	✓
Michaela Aumann	Director		✓	✓
Piotr Henryk Stepniak	Director		✓	
Domenico Gammaldi	Director		✓	✓
Monica Magrì	Director		✓	✓
Giovanna Villa	Director		✓	✓

The composition of BFF's Board of Directors meets the diversity and gender criteria recommended by the Corporate Governance Code as set out in the Corporate By-laws, the Board of Directors' Regulations and the Board of Directors' Diversity Policy, most recently approved by the Board on July 28, 2021.

(*) Appointed by co-option by the Board of Directors on March 1, 2022, to replace Ms. Amélie Scaramozzino, who resigned as of February 24, 2022, whose appointment was confirmed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.

(**) Appointed by co-option by the Board of Directors on February 10, 2022, to replace Ms. Barbara Poggiali, who resigned on February 3, 2022, whose appointment was confirmed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.

BOARD OF STATUTORY AUDITORS

Chairwoman	Nicoletta Paracchini
Standing Auditors	Fabrizio Riccardo Di Giusto Paolo Carbone
Alternate Auditors	Carlo Carrera Francesca Masotti

The Board of Statutory Auditors will remain in office until the Shareholders' Meeting that will approve the financial statements at December 31, 2023.

INDEPENDENT AUDITORS

KPMG S.p.A.

FINANCIAL REPORTING OFFICER

Giuseppe Manno

Composition of the Committees at December 31, 2022

REMUNERATION COMMITTEE

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Giovanna Villa	Independent Director	Chairperson
Domenico Gammaldi	Independent Director	Committee Member
Piotr Henryk Stepniak	Non-Executive Director	Committee Member

COMMITTEE FOR THE EVALUATION OF TRANSACTIONS WITH RELATED PARTIES AND ASSOCIATED ENTITIES

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Anna Kunkl	Independent Director	Chairperson
Giovanna Villa	Independent Director	Committee Member
Michaela Aumann	Independent Director	Committee Member

NOMINATIONS COMMITTEE

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Domenico Gammaldi	Independent Director	Chairperson
Monica Magrì	Independent Director	Committee Member
Federico Fornari Luswergh	Non-Executive Director	Committee Member

CONTROL AND RISKS COMMITTEE(*)

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Michaela Aumann	Independent Director	Chairperson
Domenico Gammaldi	Independent Director	Committee Member
Federico Fornari Luswergh	Non-Executive Director	Committee Member

(*) As of 2020, the Board of Directors assigned the following responsibilities in the Environment, Social and Governance ("ESG") area to the Control and Risk Committee: investigative, advisory and propositional functions, and more generally support to the Board of Directors on sustainability issues, including the periodic review of updates on the progress of sustainability measures and the consequent impact on the NFS.

Letter from the Chairman of the Board of Directors

Dear Shareholders,

the events of the last twelve months have in general brought to light the need to evaluate and seek out new balances.

In the first part of the year, our country had managed to curb the original violent spread of the pandemic that began in 2020, but in February the invasion of Ukraine threw the entire planet into a state of global uncertainty, characterized by rising energy costs, soaring inflation and stricter lending conditions.
The crises are also multiplying at regional and local level, and a situation packed with risks has started, requiring an immediate resumption of international collaboration.
However the Russia-Ukraine conflict ends, it will have - and has already started to have - a bitter and lasting effect on development processes, growth, public debt and inflation all over the world.

The most authoritative scholars have noted that never, prior to these last few years, has the planet found itself facing such radical choices, representing veritable turning points that will be capable of reshaping the future of the next generations.
These ongoing crises are converging and combining, giving rise to a global framework of stark change, with new developments in international logistics and the search for new energy balances at its heart, also in order to take the necessary steps for the ecological transition.

Setting aside what has been described above about the new global order, in terms of financial stability it is worth noting that economic activity slowed on the whole in the second half of 2022.

The risk of a recession, especially in manufacturing countries such as Germany and Italy, is concrete, although the most recent economic indicators point to a short and not very deep recession.

The global economic cycle remains highly conditioned by inflation and difficulties in energy and food procurement caused by the ongoing conflict in Ukraine, which has only been exacerbated by the drought and the economic slowdown in China.

Conditions in the global markets have deteriorated since last spring, and the risks for financial stability have increased in Italy as well, although the banking system, households and businesses are more solid overall than in previous periods of turbulence. In particular, banks are benefiting from the recovery in net interest income and improved credit quality, with all-time lows in their NPL ratios.
As for other Eurozone countries, the increase in risks is primarily caused by continuing geopolitical instability, inflationary pressure and more restrictive lending conditions.

Public finance conditions benefited from the 2021 and 2022 economic recovery.
In this framework, it will be important to maintain control over public expenditure and achieve a significant and stable increase in growth potential, also leveraging the effective and prompt implementation of the National Recovery and Resilience Program (NRRP).

The risks for financial stability linked to the situation of households remain limited, although outlooks dimmed in the second half of the year due to continued high inflation.
The financial conditions of businesses are impacted by slowing economic activity, higher energy prices and rising interest rates.
The situation of banks is solid overall, although weaker macroeconomic conditions, inflationary pressures and certain effects of higher interest rates could negatively affect intermediary financial statements.
The degree of liquidity has remained high relative to prior periods.

In any event, the global economy has entered an undecided phase, with some positive factors leading to forecasts of progressive normalization: energy prices have fallen considerably, inflation has started to decline in major countries and the central banks have completed the majority of their interest rate hikes.
In recent months, our production system demonstrated its great capacity for resistance: exports are showing their resilience, and the job market is showing positive signs of stability, so that the feared risk of a recession must be seen with the required prudence. In the third quarter of last year, employment and hours worked stabilized at the high levels of the period prior to the pandemic crisis. Growth in permanent jobs continued. Demand for labor started rising again to a limited extent in the October-November period. Although wages are recovering, trends remained moderate.

While this phase of uncertainty is certainly having repercussions on business competitiveness, it is also worth recalling that in the past we witnessed virtuous investment and technological improvement processes that helped to overcome moments of difficulty.
To do this, businesses will need to look to international megatrends such as, first and foremost, technological innovation and the environmental transition.
Households, which in 2022 faced declining buying power caused by high inflation thanks to the considerable savings accumulated during the pandemic, will necessarily have to reduce demand in 2023.
The actions of the government should be guided by the goal of increasing productivity, combined with the management of the energy emergency, and the implementation of the National Recovery and Resilience Program, which constitutes the greatest opportunity to really reignite the economy and embark upon a path of sustainable growth and structural transformation of our economic and productive system.
Italy cannot avoid this challenge, which is also an opportunity, not only due to the extremely high costs that a country like ours would be forced to bear in the case of inaction, but also because we are one of the top manufacturing countries in the world, and we can make a significant contribution to a more sustainable economy.

Looking at our operating sectors, the year 2022 was once again rich with gratification, with record consolidated net profit and an upward revision of the adjusted net profit target for the year 2023.

In market conditions characterized by high uncertainty and volatility, factoring is positioned as one of the preferred financial solutions of companies for managing business risk and optimizing working capital.
BFF has managed to take advantage of the many opportunities generated by the economic context, confirming its pan-European leadership as an operator supporting suppliers of the healthcare system and the Public Administration, and recording strong growth in its loan portfolio to €5.4 billion: a new all-time high for the Group.

Underlying this achievement is the ability to rapidly respond to changes in the reference context and the evolution of customer needs, also through new solutions aimed at strengthening market share.

This is also the meaning of the birth of *BFFTechlab*, born from the acquisition of MC3 Informatica, our traditional partner in the implementation of the core-factoring system, which will enable us to vertically integrate all development activities linked to the management and continuous evolution of the Group's IT system, in order to boost the speed of response to market stimuli, constantly improve the customer experience and expand our competitive advantage.

It is precisely our mission of remaining close to our customers that was recognized in 2022 with the renewal and strengthening of current collaborations with our largest customers, a sign of the profound relationship of trust we have built over the years.

At the same time, the current context is forcing the Bank to meet significant challenges, to which it will need to respond rapidly and flexibly: current interest rate growth is requiring significant strategic and commercial considerations to protect our and our customers' profitability; the regulatory context constitutes a further element for attention, which will require the Bank to continue to adapt its operating processes and risk management policies.
We continue to be a Group with high asset quality and a very solid capital position, with a Common Equity Tier 1 ratio of 16.9% and a Total Capital Ratio of 22.3%.
2022 also marks the transition to the half-yearly dividend distribution, in April based on the results for the financial year, and in August based on the results for the first half of the year, further accelerating the return of capital to shareholders.
At year-end, the total return from the IPO placement was 153%, compared to the total return of 40% of the FTSE Italia All-Share Index.

The year that just closed was also positive for the payments sector. BFF marked the entry of a range of new important customers belonging to the Italian banking and financial landscape, reinforced its partnerships and enhanced its value added services.
In 2023, we will find ourselves facing new challenges, in light of the continuous evolutions that the sector is experiencing at European and global level: we expect an increasing spread of Instant Payments, following amendments to European regulations, and we are striving to support them; we will continue to aim for payment sector innovation and digitalization by focusing, for example, on the proper and effective transition to T2-T2s Consolidation; we will continue to support our customers by acting as a service bank to optimize investments.

In Securities Services, the 2022 results were certainly influenced by both equity and bond market performance. However, in the course of the year that just ended, our Bank expanded the offer of value added services, standing out as a reference benchmark due to its offer quality and innovation.
In 2022, we increasingly consolidated our market share in the Closed-End Pension Funds segment, which today makes us the top custodian in Italy, with a market share of 37.4%.
Looking at the year that has just begun, we would like to continue to work on value added and lending services to offer our customers the best level of personalization and innovation, while also keeping pace with continuous regulatory developments. We intend to continue to grow in the alternative funds area by taking advantage of the significant opportunities afforded by the market, and as far as pension funds are concerned by consolidating and boosting our market leadership.

We are carefully monitoring the future issue of the decree on Pension Funds, which will also guide these entities in their choice of a custodian. The potential in this area is very significant, and would enable BFF to become the reference custodian in this sector as well. Looking beyond the core business of BFF, the parent continues to be committed to supporting culture, in line with the Group's social and sustainability policies.

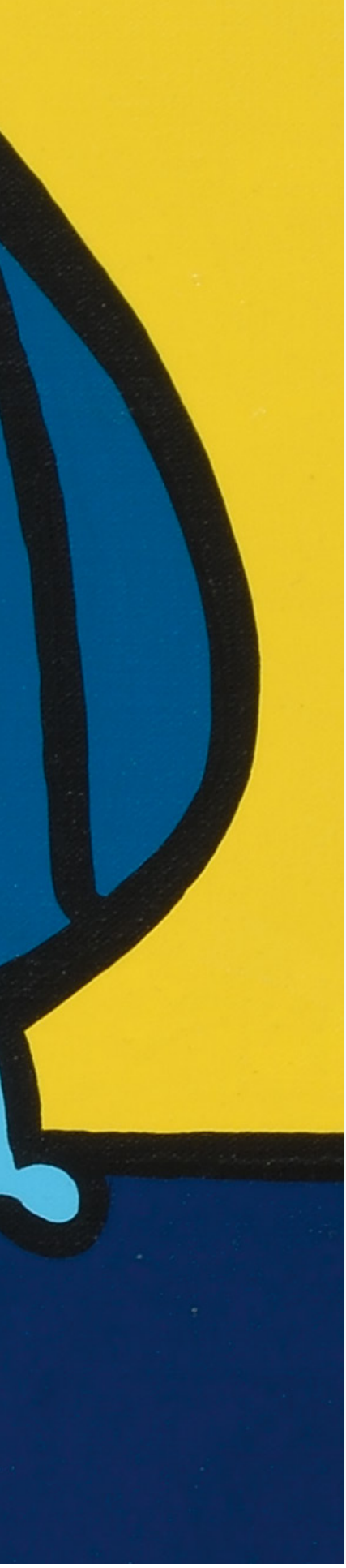
From this perspective, it purchased a 1.25% stake in Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani [Institute of the Italian Encyclopedia founded by Giovanni Treccani]. This initiative enables our Group to enhance its cultural policies, engaging alongside one of the major Italian centers for the production and dissemination of knowledge.
At the same time, the continuous blossoming of BFF's artistic and cultural initiatives is a point of pride for us, and responds to a sense of responsibility, which leads us to return part of the assets in our possession back to the general public.

In keeping with this approach, we decided to exhibit the works of Italian contemporary art that the parent has been collecting since the 1980s. The international tour already mentioned in the last annual report, and which we would like to conclude in 2024 at "Casa BFF", the Group's new head office in Milan, is continuing, with the creation of a museum space planned in order to host a permanent exhibition of the works.
Our desire is to share and return to the environment around us part of the wealth we generate, with a view to responsibility to the common good, values which inspire us, and which also gave rise to our other sustainability initiatives, which we will describe in the Non-Financial Disclosure.

In light of all of this, again this year we can look with satisfaction at the future of BFF, whose growth is the fruit of the work and commitment of its human resources, its management and its directors. To them, I express my most heartfelt thanks.

Salvatore Messina

Chairman of the Board of Directors of BFF Bank S.p.A.



01

Report
on Operations

1. Evolution of BFF: Sustainable leader in specialized finance

1985-2009

BFF is born and establishes itself in the market

Founded by a group of **pharmaceutical companies** to respond to their needs of managing and collecting trade receivables from the healthcare system, BFF immediately became a ***leader in the market***.

2010-2014

Resilient during the crisis, the process of internationalization and transformation begins

Expansion into **new European countries**: in **Spain** in 2010; in **Portugal** in 2014.

BFF products and services are offered to **all suppliers of public bodies,** always in line with the needs of their customers.

It becomes a bank in 2013.

2015-2020

Listing and European leadership

BFF grows in **Central and Eastern Europe** through a major acquisition in Poland (2016), and is listed on the **Italian stock exchange** (2017).

The international offer is also present in **Greece, Croatia** and **France**.

The business in Spain is consolidated with the acquisition of **IOS Finance** (2019).

TODAY

Leader in specialized finance

BFF is the only pan-European platform - **present in nine countries** - specialized in the management and non-recourse purchase of trade receivables from the Public Administration and national health systems.
In 2021 the merger with DEPObank extends the scope of activity and expertise to **Securities Services and banking payment services, for which it is a leader in Italy.**

LEADER IN MARKETS WITH ABUNDANT GROWTH OPPORTUNITIES
STABLE CUSTOMER BASE WITH HIGH CREDITWORTHINESS
SPECIALIZED IN MARKETS WITH HIGH ENTRY BARRIERS
PROVEN STRATEGY EXECUTION CAPABILITY
HIGH CAPITAL GENERATION AND DIVERSIFICATION IN ASSETS WITH LOW CAPITAL ABSORPTION
AMPLE AVAILABILITY OF LOW-COST FUNDING
A MANAGEMENT TEAM WITH SIGNIFICANT EXPERIENCE
Positioned to excel and ensure sustainable results

BFF 2023: a bank *like no other*

BFF is the largest specialized finance operator in Italy, as well as one of the leaders in Europe in the management and non-recourse factoring of trade receivables due from Public Administrations, Securities Services and payment services.

	SECTOR LEADER	CUSTOMERS
Factoring & Lending	#1 in public sector factoring in **EUROPE**	Suppliers of Public Entities Large multinationals Hospitals and Municipalities
Securities Services	#1 Independent custodian bank in **ITALY**	Domestic asset managers and banks Pension Funds, Mutual Funds and Investment Funds Social Insurance Funds, Foundations, Social Security Institutions
Payment Services	#1 in intermediary services in **ITALY**	Banks, Payment Institutions and IMELs Corporates Partnership with Nexi

OFFER	OPPORTUNITY
Non-Recourse Factoring Financing for the public sector and healthcare Credit Management	> €400 billion in trade receivables per year < 10% market penetration
Custodian Global custody Fund accounting Transfer agent	Long-term growth in assets under management and administration in Italy
Payment intermediary Corporate payments Cheques and bills	Epochal transition from cash payments to digital payments in Italy

ORGANIC GROWTH

Business Model

The Group operates in Italy, Croatia, France, Greece, Spain and Portugal, where it engages in non-recourse factoring and credit management activities with respect to the Public Administration. It also has operations in Poland, the Czech Republic and Slovakia, offering a diversified range of financial services designed for ensuring access to credit as well as providing liquidity and solvency support to the private system of companies that interface with the Public Administration.

As well as providing the Factoring & Lending services mentioned above the Group is a leader in Italy in Securities Services and banking payment services. It provides these services to more than 400 clients including investment funds, banks, payment and money institutions, large corporations and Public Administrations.

BFF manages operational complexity, facilitates cost reduction and eliminates risks for customers, including through:

FACTORING & LENDING

- **The optimization of liquidity** and the management of working capital of private businesses operating with the Public Administration.
- **Planning and maintenance of a target collection time,** irrespective of the actual payment times of the Public Administrations.
- **Improvement in financial statements ratios,** thanks to the possibility of definitively deconsolidating exposure to public agencies.
- **Reduction in operating costs,** thanks to revolving agreements for the assignment of trade receivables and an integrated business model that combines non-recourse factoring and credit management services to guarantee the best possible performance on loans and receivables.
- **Direct funding of public bodies** in Central and Eastern Europe, with vendor finance solutions and loans for medium/long-term investments.
- **Multi-country operations,** for a better and more efficient management of country risk and the exposure of multinationals to the nine European countries that the Group operates in.

The business model described above is based on core values, such as:

- honesty,
- transparency,
- respect for people,
- enhancement of resources,

ensuring leadership in innovation and execution in BFF's target markets.

SECURITIES SERVICES

- **The structural reduction of costs** for the customer thanks to outsourcing services that guarantee constant adaptation to and compliance with the regulatory framework without the financial burden that usually follows.
- A single interlocutor - "**one stop shop**" - for all back office services for better **cost efficiency and management**.
- **Rapid, customized solutions** thanks to a superior flexibility and agility in managing customer needs.

PAYMENTS

- **Operational simplification for PSPs*** thanks to a single interbank account, which can be monitored in real time, to join all Italian and European payment services at the same time.

** Payment Service Providers*

Our Mission

Be the leaders in innovation, customer service and execution in our reference markets, with a low risk profile and high operational efficiency, aligned with the best corporate governance practices for public companies.

Our Vision

Be a leader in specialty finance niches in Europe, leveraging on our leadership position in financial services to the suppliers of the Public Administrations.

Our Values

People

We value our people and invest in them, promoting merit and inclusion.

Integrity

We operate with honesty and transparency.

Excellence

We ensure timely execution and completion to our clients.

COURTESY TRANSLATION

Sustainability in the BFF Banking Group business model

BFF Banking Group - aware of the growing importance of ESG factors - turns its gaze every day to topics linked to sustainability, in order to screen the impacts that the Bank's business and conduct generate in terms of environmental, social and good governance aspects.

Since 2019, BFF has prepared a Consolidated Non-Financial Disclosure, which supplements the Group's financial statements with the main non-financial data and information.

The Group has identified and evaluated the impacts within its everyday operations and through discussions with its stakeholders, also in compliance with the new GRI reporting standard, relating to the definition of the material topics which need to be addressed in the 2022 Consolidated Non-Financial Disclosure.

The new analysis, which represents an initial application of double materiality, governed by soon to be implemented European regulations (CSRD - Corporate Sustainability Reporting Directive), considered, unlike what was done in the past, both an assessment of the impacts generated by the Group and the financial implications for it, to be enacted already starting from the 2022 Consolidated Non-Financial Disclosure.

The Board of Directors - supported by the Control and Risks Committee and the ESG Committee - supervised the process and reviewed and approved the material topics identified.

ESG targets achieved in the course of 2022

In line with the objectives declared during the publication of the 2021 Consolidated Non-Financial Disclosure, BFF continued on its path towards the integration of ESG factors into its strategy, with actions aimed at creating long-term value for the benefit of its internal and external stakeholders.

On July 28, 2022, BFF Bank's Board of Directors established and approved the Regulation of the ESG Committee, as a managerial body with proposal and advisory functions in favor of the Chief Executive Officer regarding assessments and decisions concerning sustainability issues, connected to the Bank's and the Group's business operations and its dynamics of interaction with all stakeholders.
More specifically, the Committee has investigative duties vis-à-vis sustainability matters to be submitted to the CEO, supporting the latter in managing all social responsibility issues and ensuring the Group's positioning on these matters in the various reference areas.

The establishment of a Sustainability Committee:

- Testifies to the importance BFF attaches to integrating sustainability issues into its business operations, and to promoting a culture of sustainability within the organization.
- Enables the cross-sectoral management and integration of sustainability issues within the business, ensuring the commitment and participation of all functions.
- Allows the effective, homogeneous and coordinated management of sustainability-related processes and initiatives.
- Enables the development of a defined and shared governance for the identification of strategic management priorities, so that they are measurable and verifiable for all functions.

In the course of 2022, BFF embarked upon a path to engage in dialog with the main ESG ("Environment, Social, Governance") rating agencies with a view to continuously improving its performance in the most accredited ESG ratings.
This approach which led to an upgrade in the following ESG risk ratings represents further encouragement for BFF to continue on its path of sustainable growth.

On September 5, 2022, the rating agency Sustainalytics, as part of an independent assessment relating to the entire BFF Group, assigned BFF an ESG (Environmental, Social, Governance) risk rating of 18.1 and recorded an evident improvement over the past, placing the company in the "Low Risk" category.

The rating assigned by Sustainalytics contributes towards increasing transparency and the visibility of BFF's sustainable growth path, and measures the company's exposure to the material ESG risks specific to the sector, as well as the level and quality of the management of such risks.

Therefore, BFF has transitioned from "Medium Risk" to "Low Risk" and is in the 9th percentile of the "Regional Banks" sub-industry, in the 17th percentile of the "Banks" category and in the 19th percentile of the entire Sustainalytics universe. Furthermore, BFF came in second place in the reference sub-industry of companies with a market cap of USD 1.1-1.2 billion.

Lastly, on December 22, 2022, the Board of Directors approved the Diversity & Inclusion (D&I) Policy with a view to defining the principles inspiring the actions of BFF, aimed at:

i) promoting and constantly and progressively supporting diversity and inclusion within the Group and
ii) continuously favoring an inclusive work environment for all Bank and Group company employees.

The above is based on the assumption that diversity and inclusion are to be considered values that have concretely positive effects with respect to all Bank stakeholders.

BFF recognizes the above-mentioned values as veritable key resources aimed at innovation and the growth of the productivity and sustainability of the Bank and its Subsidiaries.

With regard to the goal connected with the further development of the Farmafactoring Foundation's activities, in 2022 it redefined its strategic impact, in line with community requirements.
In this context, the Foundation developed a new purpose: "To be a driver of sustainable and inclusive transformation in individual and community welfare and protection systems."

The purpose, validated by intense stakeholder engagement activity, meets a new need: to work in an integrated manner in the areas of health, social security and financial inclusion.

On its company intranet - which is available to the entire Group - BFF has created a new "Sustainability" section entirely dedicated to ESG topics (available in English and Italian) with the goal of spreading a culture which is attentive and sensitive to the use of resources. More specifically, some of the elements that have been made available in that section include: i) a tool for monitoring personal printer use over time, to obtain greater awareness of one's corresponding negative impact on the environment (consumption of CO2, use of natural resources and energy) and help the Group limit paper use as much as possible and ii) an area dedicated to sharing awareness messages and spreading best practices, which each employee can freely suggest to all colleagues.

2. Operational context and significant events

International Economic Landscape

The year 2022 was marked at geopolitical level by Russia's invasion of Ukraine, the ensuing tensions between Russia and Western countries and, at economic level, a surge in inflation across all of the major countries and the resulting generalized increase in interest rates.

Consumer prices were driven upwards especially by higher energy costs, caused by interruptions in global supply chains due to the pandemic and accentuated after the outbreak of the war in Ukraine, as well as the recovery in demand post-Covid and the strengthening job market. Indeed, unemployment rates fell to all-time lows in the United States as well as the Eurozone, causing an increase in core inflation (i.e., net of the more volatile food and energy components) to the highest levels seen in more than forty years in the USA and since the start of the single currency on the Old Continent.

In order to limit demand-pull inflation, the Central Banks made their orientation more restrictive, increasing official interest rates on multiple occasions. Specifically, the Federal Reserve raised its federal funds rates from 0.00%-0.25% to 4.25%-4.50%, and the ECB increased its rate on refinancing operations from 0.00% to 2.50%.

The inflationary shock triggered a decisive slowdown in the main economies and there is a high risk of a recession on the horizon. The cycle's leading indicators are moving in that sense.

However, energy prices have fallen considerably, after the peaks reached by gas in August and oil in June, foreshadowing a significant decline in inflation in 2023.

The European economy

THE MAIN MACROECONOMIC INDICATORS OF THE EUROPEAN UNION

Indicators	2020	2021	2022	2023
Real GDP (annual change)	-5.5%	5.4%	3.4%*	0.4%*
Inflation rate (annual change)	0.6%	2.7%	8.9%	6.4%*
Unemployment rate	7.6%	7.4%	6.7%	6.9%*
Balance of payments (% of GDP)	**1.9%**	**2.3%**	**1.0%(*)**	**1.3%***
Public Budget Balance (% of GDP)	**-6.9%**	**-4.8%**	**-3.4%***	**-3.5%***

(*) Consensus estimates from Bloomberg, updated at 2/20/2023.

In 2022, European economic growth slowed, impacted by higher energy and food prices. Industrial output remained stable, but orders declined and in the second half of the year manufacturers became pessimistic. Consumption halted, influenced by household confidence which had slipped to all-time lows as a result of surging inflation and although the unemployment rate had fallen to its lowest level ever, at 6.1%. The conditions were therefore created for a sharp economic slowdown in 2023. In this sense, consensus estimates point to a slowdown in GDP growth this year to 0.4%, from 3.4% in 2022.
Inflation in December reached 10.4%, from 5.3% in December 2021 and after reaching the record level of 11.5% in October, with the core figure (excluding the volatile components of food, energy, alcohol and tobacco) at 6.2% (from 3.0%).

In order to cope with growth in inflation well above its target (2%), the European Central Bank made monetary policy less accommodative, ending quantitative easing and starting the reversal of the interest rate cycle in July. All three reference rates were hiked by 2.5 percentage points: the rate on deposits was brought to 2.00%, that on main refinancing operations to 2.50% and that on marginal refinancing operations to 2.75%. As a result, traders decisively revised their expectations of European short-term rates upwards, with forward rates on the three-month Euribor rising from 0.06% basis points at the end of 2021 to 3.65% at the end of 2022 for the December 2023 maturity.

Soaring inflation, expectations for a tighter monetary policy and the sharp rise in US rates (by 236 basis points on the 10-year Treasury from the end of 2021 to the end of 2022) caused European bond yields to rise substantially on three- and ten-year German benchmark bonds, by 322 and 275 basis points respectively. Furthermore, the fear that the credit crunch enacted by the ECB could weigh down on interest expenditures drove up the spreads of higher debt countries, such as Italy and Greece. In particular, the yield differential between Btp and Bund on the ten-year maturity from the end of 2021 to the end of 2022 rose by 79 basis points to 214. The combination of a sharp rise in international interest rates and a somewhat higher risk premium for holding BTPs thus led to a sharp drop in the Italian bond market, which lost 14.8% (based on the overall MTS index) during the year, driven downwards by BTPs with maturities over 6 years (-24.4%).

The European public deficit reduction trend continued, benefiting from the increase in revenue generated by higher nominal growth and the phasing out of the measures temporarily taken in response to the pandemic, and despite the measures taken to contain the impact of rising energy prices on households and businesses and to help Ukrainians fleeing the war. Based on consensus estimates, the deficit is expected to decrease to 3.4% of GDP in 2022 (from 4.8% last year), to then rise slightly to 3.5% in 2023.

After the stimulus received in 2020-2021 to deal with the pandemic, public expenditure as a percentage of GDP should reduce to 49.8% in 2022 and to 49.7% in 2023 (according to European Commission estimates), from the peak of 52.8% reached in 2020 (and 51.5% in 2021). Moreover, thanks to the significant growth in nominal GDP, in 2022 the increase in public expenditure in the EU is expected to have been nearly 5%, and for the coming year the Commission expects an increase of 5.8%. In the countries in which BFF carries on business, it is estimated that the most sustained growth rates in 2022 were recorded in Poland (+16.5%) and Greece (+9.0%) and, in 2023, they are expected to be reached by Slovakia (+18.0%), Poland (+16.5%) and the Czech Republic (+10.1%).

PUBLIC EXPENDITURE OUTLOOKS IN THE COUNTRIES WHERE BFF OPERATES

Countries	2021 Public Expenditure (billion euros)	2021 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2021/ 2020	2022 Public Expenditure (billion euros)	2022 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2022/ 2021	2023 Public Expenditure (billion euros)	2023 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2023/ 2022
European Union (27 countries)	7,480	51.5	5.2%	7,847	49.8	4.9%	8,302	49.7	5.8%
France	1,476	59.0	3.8%	1,525	57.9	3.3%	1,613	58.1	5.8%
Italy	985	55.3	4.4%	1,031	54.1	4.6%	1,052	53.3	2.1%
Spain	611	50.6	5.1%	635	48.7	3.9%	657	47.9	3.6%
Poland	254	44.2	0.1%	296	44.1	16.5%	345	46.3	16.5%
Czech Republic	111	46.5	8.7%	120	45.2	8.6%	132	46.0	10.1%
Portugal	103	47.8	3.8%	108	45.9	5.8%	114	45.5	5.0%
Greece	104	57.4	5.6%	114	54.4	9.0%	117	52.4	2.7%
Slovakia	46	46.3	9.1%	48.5	45.0	6.3%	57.2	47.1	18.0%
Croatia	33	48.5	20.7%	35.7	47.2	8.5%	38.4	47.4	7.8%

Source: BFF calculations based on European Economic Forecast, Autumn 2022 and Eurostat data.

The trend of public expenditure on goods and services has to date been significantly more lively than that of overall public expenditure. The annual cumulative figures to the third quarter of the year (i.e., the sum of the data between the fourth quarter of 2021 and the third quarter of 2022) indeed show year on year growth of 7.2%. Looking at the countries in which BFF operates, growth is particularly consistent in Slovakia (+14.2%), the Czech Republic (+13.0%), Greece (+12.7%), Poland (+12.1%) and Croatia (+11.6%), while it is more limited in France (+4.9%), where however the weight on GDP is already relatively high (11.6%), albeit not higher than that observed overall in the European Union.

In Italy, public expenditure on goods and services in relation to GDP amounted to 8.8%, a decline of 2.8% compared to what was recorded overall by the EU; as the figure on intermediate consumption was basically aligned (at 6%), the difference lies in social benefits in kind, which account for roughly half (2.7%) of that observed in the European Union (5.6%). With the budget law approved at year end, the Italian government intends to bring public expenditure on goods and services to €170.9 billion in 2023 (from 166.9 in 2022), compared to 165.6 in the absence of financial measures.

THE TREND OF PUBLIC EXPENDITURES FOR GOODS AND SERVICES IN THE COUNTRIES WHERE BFF OPERATES

Countries	Intermediate Consumption Q3 2022(*) (billion euros)	Intermediate Consumption Q3 2022(*) (% of GDP)	Chg yoy	Social Benefits in Kind Q3 2022(*) (billion euros)	Social Benefits in Kind Q3 2022(*) (% of GDP)	Chg yoy	Public Expenditure for Goods and Services Q3 2022(*) (billion euros)	Public Expenditure for Goods and Services Q3 2022(*) (% of GDP)	Chg yoy
European Union (27 countries)	930.7	6.0	7.2%	859.3	5.6	7.2%	1,789.9	11.6	7.2%
France	136.1	5.2	8.2%	165.4	6.4	2.3%	301.4	11.6	4.9%
Italy	113.2	6.1	5.3%	50.3	2.7	7.3%	163.5	8.8	5.9%
Spain	74.7	5.8	6.8%	37.5	2.9	7.6%	112.2	8.6	7.1%
Poland	37.5	5.9	14.1%	12.0	1.9	6.4%	49.5	7.8	12.1%
Czech Republic	15.5	5.8	15.7%	9.1	3.4	8.7%	24.6	9.2	13.0%
Portugal	12.9	5.5	7.0%	4.6	2.0	11.7%	17.5	7.5	8.2%
Greece	11.5	5.8	14.4%	5.8	2.9	9.4%	17.3	8.7	12.7%
Slovakia	6.4	6.1	14.4%	3.7	3.5	13.8%	10.1	9.6	14.2%
Croatia	5.0	7.8	13.5%	1.4	2.1	5.3%	6.4	9.9	11.6%

Source: BFF calculations based on Eurostat data.

(*) Annual cumulative figures.

Public expenditure on goods and services includes intermediate consumption and social benefits in kind acquired in the market. Intermediate consumption is all goods and services destined to be transformed into production processes for the direct provision of health and welfare services and the provision of welfare and social security benefits in cash. The social benefits in kind acquired in the market regard goods and services produced by parties that are not part of Public Administrations and made available directly to households; spending on those goods and services regards the Healthcare (expense for pharmaceutical assistance and for healthcare services provided under agreement) and Social Protection functions for the acquisition of welfare services.

The factoring market in Europe

In the first half of 2022, with total turnover of €1,144 billion and accounting for 12.5% of GDP, **factoring in Europe** marked record annual growth of 21.5%, doubling the increase recorded in the first half of 2021 (11%). This trend is the result of multiple factors: a recovery in demand after the strong contraction caused by the pandemic, the need for liquidity to repay state loans, the impact of inflation on the nominal amount of business turnover and the volumes transferred and the effect of the Russia-Ukraine crisis on the formation of new financial requirements in Eastern European countries, connected to the financing of cost items caused by the management of migratory flows and humanitarian interventions.

The turnover recorded in June 2022 by the countries in which the BFF Group operates was more than €546 billion, marking average growth higher than the European trend.

This result was driven in absolute terms by France (€203.5 billion) and Italy (€139.8 billion), but also influenced in relative terms by the Czech Republic, Greece and Poland, which recorded an annual growth rate significantly higher than the average of European countries[1].

Specifically, looking at the factoring market in Italy, 2022 turnover amounted to €287 billion, recording year-on-year growth of 14.6%, against total outstanding loans at year-end of €69.5 billion, up by 5.9% compared to the end of 2021.

Restricting the analysis only to factoring for the public administration, in December 2022 there was a 30.3% reduction of turnover year-on-year, with a total value of €19.3 billion, equal to 6.8% of total factoring turnover.

The trend observed is linked to the growing complexity of the reference regulatory context, following the entry into force of the new definition of default set forth in the European Regulation relating to prudential requirements for credit institutions and investment firms, which privileges highly specialized operators and, at the same time, drives the assessment of alternative solutions in relation to the structured finance sector.

With reference to outstanding loans to public entities, there was a reduction of 1.7% compared to the previous year, for a total value of €8.5 billion in December 2022[2], due to lower turnover volumes and the increase in average payment days.

The composition of outstanding loans changed slightly compared to 2021, with healthcare sector receivables up from 34% to 36% and those claimed from the central and local administrations and other public entities declining from 66% to 64%.

1 Source: EUFederation - Half Year Figures June 30, 2022.
2 Source: Assifact - February 2023.

The Italian Securities Services market

BFF is the main independent player in Italy in the field of custodian banking, fund accounting, transfer agent and security custody and settlement services.

The performance of the Group's **Fund Services** and **Global Custody** businesses, which are highly correlated with each other, was influenced by the downward trend in the equivalent value of assets under management in Italy, which decreased by 14.6% to €2,216 billion during the year. This decrease was caused by the strong market downturn - in both the equity and bond markets - and took place although net inflows were positive by nearly €20 billion.

THE ITALIAN MANAGED SAVINGS INDUSTRY

Management	2022 Net inflows(*) (A)	(A)/Assets under management Dec. 2021	Net inflows Jan.-Sep.2022(*) (B)	(B)/Assets under management Dec. 2021	Assets under management Dec. 2022(*)	Assets under management Dec. 2022/ Dec. 2021	Assets under management Sep. 2022(*)	Assets under management Sep. 2022/ Dec. 2021	Assets under management Dec. 2021(*)
Collective management	**15,477**	**1.1%**	**14,646**	**1.1%**	**1,160,158**	**-14.1%**	**1,150,159**	**-14.9%**	**1,351,254**
Open funds	9,338	0.7%	10,028	0.8%	1,074,708	-15.5%	1,066,725	-16.2%	1,272,588
Italian-law funds			-566	-0.2%			223,413	-13.7%	258,969
Funds under foreign law			10,594	1.0%			843,312	-16.8%	1,013,619
Closed funds	6,139	7.8%	4,619	5.9%	85,449	8.6%	83,435	6.1%	78,666
Italian-law funds			1,299	2.0%			68,516	3.2%	66,409
Funds under foreign law			3,319	27.1%			14,919	21.7%	12,257
Portfolio management	**4,288**	**0.3%**	**-7,274**	**-0.6%**	**1,055,458**	**-15.1%**	**1,040,900**	**-16.3%**	**1,242,988**
Management of insurance products			-4,034	-0.5%			663,890	-17.5%	804,388
Management of retail assets	7,316	4.5%	5,336	3.3%	144,428	-12.0%	141,739	-13.6%	164,097
Management of social security assets			1,709	1.5%			99,191	-13.0%	114,017
Open pension funds			1,285	5.0%			22,255	-12.6%	25,475
Negotiated pension funds			1,355	2.4%			50,256	-9.8%	55,742
Pre-existing pension funds			17	0.1%			12,312	-13.5%	14,236
Pension funds			-214	-3.1%			5,487	-19.4%	6,806
Other forms of social security			-734	-6.2%			8,881	-24.5%	11,759
Other management			-10,285	-6.4%			136,080	-15.2%	160,486
Total managed savings	**19,765**	**0.8%**	**7,372**	**0.3%**	**2,215,616**	**-14.6%**	**2,191,059**	**-15.5%**	**2,594,242**

(*) Values in € million.

Source: BFF Bank calculation based on Assogestioni data.

In detail, net inflows grew by €9.3 billion for open-end funds, €6.1 billion for closed-end funds and €7.3 billion for retail asset management, while they declined by €3.0 billion for institutional portfolio management; moreover, as concerns the latter, the data at the end of September show that pension funds - and specifically negotiated pension funds, which are important for BFF's business - went against the trend, rising by €1.7 billion (with negotiated pension funds up by €1.4 billion).

In collective management, the increase in net inflows, on the basis of data for the first nine months of the year, was nearly entirely attributable to foreign funds (+€13.9 billion) and only to a modest extent (+€0.7 billion) to Italian funds.

Assets under management thus rose at the end of December to €1,075 billion for open-end funds (48.5% of the total), €85.4 billion for closed-end funds (3.9%), €144.4 billion for retail portfolio management (6.5%) and €911.0 billion for institutional portfolio management (41.1%). Specifically, at the end of September the assets of the negotiated pension funds amounted to €50.3 billion, equal to around half of the total of the social security assets under management.

The payment market in Italy

2022 represented another year of progress for digital payments. The payment cards market is the main driver of this expansion: pending consolidated figures for 2022, the first half of the year saw an increase in transactions using prepaid cards by +19% and using debit cards by +24%, while the category of credit cards - after a 2021 with still very limited growth due to the medium-term effects of Covid - benefited from the recovery in high-amount consumption for services, tourism and business travel, with growth of +21%.

Although to a lesser extent, cash withdrawal transactions using a card at ATMs grew for a total of €85 billion (+14%).

In physical stores, the contactless card is confirmed as the most utilized payment method, representing 64% of digital transactions (a percentage which rises to 69% if we also consider transactions using mobile phones, smartwatches and other NFC devices) and is up by 49% compared to the first half of 2021, for a total of €79 billion.

As concerns bank payments, according to the Bank of Italy's half-year report, there was an increase in SEPA instruments starting with bank transfers (+6.1% in the first half of 2022 compared to the first half of 2021) and SDDs (+6.5%); on the other hand, other forms of domestic collection, Ribas (cash order) or MAVs (payment against notice), were down slightly (-1.5%).
Other "traditional" payment instruments such as bank checks and drafts (-6.8%) and bills (-6.9%) were also down in the first half of 2022 compared to 2021.

From the perspective of payment initiatives, the entry into force of the T2-T2S Consolidation in March 2023 is challenging banks both operationally and in terms of investments, while instant payments, although starting to be accepted by many banks, are still struggling to become established as a leading payment service. Its mandatory application, determined in November 2022 by the European Commission, will continue to spread over the next two years.

The evolution and digitalization of the European Payment System continues to be the focus of attention of the European Commission and the European Central Bank (ECB), which are engaged in defining strategic lines for the coming years. Particular attention is being paid by both institutions to both the development of instant payments and the realization of a Digital Euro. The year 2022 also marked the beginning of the PSD revision process that will lead, probably by 2023-2024, to a new update of the Payments Directive ("PSD3"), which could open up the market even more to competition.

Key events in the Group

This section shows the main events that occurred in 2022.

On February 2, 2022, BFF announced the agreement with Fondazione Fiera Milano for the acquisition of the area where the Bank's new headquarters will be built.
The building will be completed in 2024 and will accommodate the more than 500 employees currently working in Milan in three different locations. The new headquarters, which will be called "**Casa BFF**", is part of a process of progressive renovation of the Group's working environments, as has already been done for the offices in Madrid (2020) and Poland, in Łódź (2019), at the Brama Miasta complex.
In preparation for the execution of the project, on January 19, 2022 **BFF Immobiliare S.r.l.** was established, a company which manages the development and enhancement of Casa BFF and, in the future, all of the Group's owned real estate assets.

On March 9, 2022, following the conclusion of the Accelerated Book-Building procedure on approximately 14 million BFF ordinary shares held by Equinova UK HoldCo Limited[3*], the parent's free float, already over 80% on December 31, 2021, reached nearly 100% of the share capital, thus making BFF **one of the few Italian listed companies with a broad shareholder base.**

On March 31, 2022 a Shareholders' Meeting was held that approved a **Long-Term Incentive Plan** that will contribute to the creation of future value by, among other things, strengthening retention and the pursuit of sustainability goals. The Shareholders' Meeting also approved the **Remuneration Policy Report**, and cast a favorable advisory vote on the **Remuneration Paid Report**.

On April 21, 2022, following the shareholders' resolution of March of the same year, BFF distributed a gross dividend per share of €0.679 for a total of €125,280,399.

2022 also marks the transition to the **half-yearly dividend distribution**, in August, based on the results of the first half of the year, further accelerating the return of capital to shareholders. Therefore a payment of €68,549,894 was made on August 24, 2022.

Moreover, during the year BFF optimized its capital structure in order to have greater flexibility, as well as a wider margin in terms of leverage and large exposure limits. Therefore:

- On January 19, 2022 the issue of a subordinated Additional Tier1 Perpetual NC 2027 instrument with a nominal amount of €150 million was finalized, and
- On March 2, 2022, the call option to redeem the Tier2 10YNC5 subordinated instrument issued in March 2017 with a nominal amount of €100 million was exercised.

On June 29, 2022, the residual amount of €42 million of the senior preferred bond of an original amount of €200 million, issued in 2017 and subject to cash buyback and subsequent repurchases as of June 2021, was repaid at maturity.

3 Equinova is the holding company of Advent International Corporation, Bain Capital Private Equity Europe LLP and Clessidra SGR S.p.A., which was the main shareholder of DEPObank (as of March 1, 2021 it held a 91.6% stake in its share capital).

In the second half of the year, in order to cool inflation, the European Central Bank initiated a restrictive monetary policy cycle, thus bringing the era of negative rates to an end. Between July and December, the official interest rates were raised four times (in July, September, October and December) for a total of 250 basis points and an additional 50 basis point hike was enacted in February 2023. In detail, key rates on deposits and on main and marginal refinancing operations were increased to 2.50%, 3.00% and 3.25%, respectively. Furthermore, on December 15 the ECB announced the launch of Quantitative Tightening, or the reduction in the asset portfolio starting from March 2023 at the pace of €15 billion per month (amount which the Frankfurt institution reserves the right to change starting in July).

On September 5, 2022, the rating agency Sustainalytics, as part of an independent assessment relating to the entire BFF Group, assigned BFF an ESG risk rating of 18.1. The Group thus transitioned from the "Medium Risk" category to the "Low Risk" category and is in the 9th percentile of the "Regional Banks" sub-industry, in the 17th percentile of the "Banks" category and in the 19th percentile of the entire Sustainalytics universe. Furthermore, BFF came in second place in the reference sub-industry of companies with a market cap of USD 1.1-1.2 billion.

On September 23, 2022, the Bank of Italy issued several more stringent interpretations about the new "Definition of Default" (or "New DoD", Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) which resulted in the registration as at September 30, 2022 of an increase in the level of impaired past due exposures, although not symptomatic of an increase in the actual credit risk profile of the portfolio.

On October 20, 2022, as a result of the ruling of the Court of Justice of the European Union, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, BFF obtained confirmation of its right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration.

Also in October 2022, ***BFF Techlab*** was born, from the acquisition by BFF of 100% of the share capital of MC3 Informatica Srl, a consulting firm which over the last few years has supported BFF in the implementation of the current core factoring system and in the definition of other application architectures. The transaction is consistent with the growth path outlined by the Bank in the 2023 Business Plan, as it allows for the vertical integration of all MC3's development activities related to the management and evolution of the Group's information system.

Following the exit of Arca and Anima, whose cancellations were communicated in 2021 and whose outgoing migrations were completed in the course of 2022, due to which there was a significant reduction in several activities within the Security Services BU, the bank initiated actions aimed at redefining the organizational structure, readjusting it to updated business needs. In particular, please note that a restructuring procedure is ongoing, which currently involves 23 positions.

Therefore, on November 4 the trade union Information and Consultation Procedure began, pursuant to Art. 22 of the Credit National Collective Labor Agreement, concerning the management of the resulting redundant employees. Please note that in January 2023, following what was described above, a collective dismissal procedure was initiated, pursuant to Arts. 4 and 24 of law no. 223 of July 23, 1991 on a reduced number of positions (from the 49 originally planned to 23 positions), as a result of voluntary departures and internal replacements. This procedure is still in the discussion phase with the trade unions.

On December 22, 2022, BFF entered the shareholding structure of the **Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.P.A.** by subscribing a 1.25% stake, as part of the share capital increase approved by the Company.

This transaction is one of BFF's sustainability and public commitment initiatives and strategies, and allows the Parent to support other prestigious representatives - public and private - of the country's cultural and economic fabric, engaging alongside one of the major Italian centers for the production and dissemination of culture.

Lastly, please note that with respect to the changes that took place in the corporate bodies:

1. following the resignation of Directors (i) Ms. Barbara Poggiali, on February 3, 2022, and (ii) Amélie Scaramozzino, on February 24, 2022, the parent's Board of Directors appointed via the urgent co-opting procedure - pursuant to Art. 2386 of the Italian Civil Code on February 10, 2022 and March 1, 2022, respectively - Ms. Monica Magrì and Ms. Anna Kunkl, to replace the outgoing Directors, subsequently confirmed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.
2. on February 18, 2022, Ms. Paola Carrara, Chairwoman of the Board of Statutory Auditors, resigned effective as of the earlier of (i) the date of the Shareholders' Meeting called to approve the Group's financial statements at December 31, 2021 and (ii) March 31, 2022.

Following the above-mentioned resignations, the parent's Board of Directors called the Ordinary Shareholders' Meeting to i) appoint new members to the Board of Statutory Auditors for the remainder of the 2021-2023 three-year period and ii) appoint the new Chairperson of that corporate body. On March 31, 2022, the Shareholders' Meeting approved the appointment of Ms. Francesca Sandrolini as Chairwoman of the Board of Statutory Auditors appointed on the basis of a "single" candidacy proposal submitted by Studio Legale Trevisan & Associati on behalf of a group of shareholders, as the provisions of the Articles of Association and the law requiring the use of the list voting mechanism did not apply.

On April 22, 2022, Ms. Francesca Sandrolini resigned from the position of Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors with immediate effect, for strictly personal reasons. As a result, pursuant to the law and the Articles of Association, starting from the same date, Ms. Mezzabotta - formerly Alternate Auditor of the Bank, elected from the only list presented at the Ordinary Shareholders' Meeting of March 25, 2021 - took over the position of Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors pursuant to the law and the Articles of Association following the resignation on the same date of Ms. Francesca Sandrolini, appointed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.

After she automatically took over as Standing Auditor, Ms. Mezzabotta also became Chairwoman. On May 6, 2022, Ms. Mezzabotta - as in the meantime she had been appointed as a standing auditor of the Board of Statutory Auditors of another listed issuer, and having reconsidered the number of significant roles held at that date - submitted her irrevocable resignation from the office of Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors with immediate effect.

Pursuant to law and the Articles of Association, on the same date Mr. Carlo Carrera, formerly Alternate Auditor also elected from the single list submitted to the Ordinary Shareholders' Meeting on March 25, 2021, took over the position of Standing Auditor and Chairman of the Board of Statutory Auditors.

After Mr. Carlo Carrera became Standing Auditor and Chairman of the Board of Statutory Auditors, this corporate body a) consisted of members of the same gender, and b) had no Alternate Auditor. Therefore, the Board of Directors called the Ordinary Shareholders' Meeting, as it was necessary to: i) add to the Board of Statutory Auditors, which did not respect gender balance, as it consisted of representatives of the same gender and, therefore, appoint a Standing Auditor to replace Mr. Carlo Carrera; ii) appoint the Chairperson of that control body and, at the same time, iii) appoint two Alternate Auditors, with the right to confirm Mr. Carlo Carrera in the role of Alternate Auditor.

Lastly, on June 22, 2022 the Ordinary Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A. completed the Board of Statutory Auditors by appointing Ms. Nicoletta Paracchini as Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors, and Ms. Francesca Masotti and Mr. Carlo Carrera as Alternate Auditors.

3. Operating performance

KEY HIGHLIGHTS

BFF Banking Group

- Profit for the year of €232.0 million and Normalized Profit of €146.0 million (+16.6% year on year).
- Growth in loans and receivables with customers of +45% year on year and Loan/Deposit ratio to 76%.
- Significant increase in interest rates in terms of loans not yet factored.

LPIs + "Recovery Costs" rights

- Increase in the late payment interest rate from 8% to 10.50% as of January 1, 2023.Additional increase starting from July 2023.
- Since December 31, 2022:

  (i) "lump-sum compensation for recovery costs("40 euros")" accounted for on an accruals basis based on the collection estimates consistent with those of late payment interest, and

  (ii) change in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50%.
- Positive one-off on capital for €100 million at December 31, 2022.

Capital & Dividends

- CET1 ratio at 16.9% and TCR at 22.3%. €201 million in excess capital with respect to the TCR target of 15%.
- 2022 Dividends of €146.0 million, €68.5 million already paid in August 2022, €77.5 million (roughly €0.42 per share) to be paid in April 2023, based on a shareholders' resolution.

  Additional Interim Dividend on 2023 profit to be paid in August 2023 on the basis of the results for the first half of 2023.
- >€615 million in dividends paid to shareholders from the 2017 IPO, roughly 77% of the IPO market cap.

INCOME STATEMENT BY BUSINESS UNIT

(€ million)

	FY 2022					FY 2021				
	Net Revenue	OPEX incl. D&A	Cost/ Income (%)	Provisions	PBT	Net Revenues	OPEX incl. D&A	Cost/ Income (%)	Provisions	PBT
Factoring & Lending P&L	170.1	(43.8)	*26%*	(6.3)	120.0	161.9	(38.8)	*24%*	(0.4)	122.8
+										
Securities Services P&L	52.5	(24.7)	*47%*	-	27.8	57.8	(28.8)	*50%*	-	29.0
+										
Payments P&L	63.3	(32.1)	*51%*	-	31.3	62.1	(30.9)	*50%*	-	31.1
+										
Corporate Center incl. synergies	93.2	(67.0)	-	0.2	26.4	49.5	(79.1)	-	4.5	(25.1)
=										
BFF Banking Group Adj. P&L	379.1	(167.6)	*44%*	(6.2)	205.4	331.4	(177.6)	*54%*	4.1	157.9
Adjustments*	151.5	(15.7)	-	(10.0)	125.8	43.0	(2.8)	-	(1.5)	38.7
BFF Banking Group reported P&L	530.6	(183.3)	*35%*	(16.2)	331.2	374.4	(180.4)	*48%*	2.7	196.7

(*) Non-recurring items in 2022 referred to: the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") for €119.4 million, the combined effect of the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% and the increase in expected days for the relative collection for €29.3 million, extraordinary provisions against a likely risk of a negative ruling for €10.0 million, other non-recurring items for €12.9 million (costs for stock options, non-recurring costs, costs for special projects, capital gain from disposal of real estate, amortization of customer contracts, extraordinary contributions to the "FITD" and changes in the foreign exchange difference covered by the translation reserve).

2021 non-recurring items refer: to the adjusted DEPObank PBT amounting to €5.1 million, expenses referring to the "Stock Option Plan" of €4.5 million, exchange gains covered by the translation reserve in equity of €0.2 million, badwill of €76.9 million, costs related to liability management initiatives amounting to €13.4 million, other transaction and restructuring costs of €10.2 million, expenses relating to the extraordinary contribution to the National Resolution Fund for €2.8 million and the amortization of DEPObank's customer contract amounting to €2.4 million.

The Consolidated Financial Statements as of December 31, 2022 show the statement of financial position and income statement of the BFF Banking Group, including, as of 2022, BFF Immobiliare S.r.l., a company incorporated on January 19, 2022, 100% owned by BFF Bank S.p.A. and established specifically for the completion of the "Casa BFF" transaction, which saw the purchase of a building area for the development of the new headquarters of the BFF Group and *BFF Techlab* S.r.l. (formerly MC3 Informatica S.r.l.), an IT consulting firm headquartered in Brescia which BFF acquired, as it allows for the vertical integration of all development activities related to the management and evolution of the information system in the Factoring & Lending Business Unit.

The merger with DEPObank produced accounting effects from March 1, 2021, and therefore it is only from that date that the accounting data of the two companies were consolidated.

Starting from that date, the Group's results include the dynamics of the sectors the Group operates in through the Business Units that offer services to customers (Factoring & Lending, Securities Services, Payments) and through the Corporate Center Business Unit that offers support to other BUs, manages the Group's funding (regulated internally by a transfer pricing mechanism), and the use of liquidity in excess of the needs of the Factoring and Lending Business Unit through investments in government bonds, repurchase agreements and deposits with the ECB.

In 2022 the Group focused on consolidating the newly acquired DEPObank businesses (Securities Services and Payments) and relaunching Factoring & Lending thanks to sales efforts and a gradual return to normalcy in the countries where the Group operates, despite the fact that they are still managing the long wave of the effects of the Covid-19 pandemic crisis that arose in the first quarter of 2020 and despite the weakness of the financial markets affected by the Russia/Ukraine crisis. Furthermore, the Group focused on continuously refining and monitoring initiatives to generate the synergies envisaged in the integration plan with DEPObank in terms of both funding and costs.

On the funding front, efforts were focused on using the funding made available by the Securities Services and Payments BUs to finance its loans and, with a view to diversifying funding sources as well as optimizing the cost of funding, on relaunching the funding of Lokata Facto in zloty and, towards the end of the half-year, of Cuenta Facto in euros.

BFF continued its policy of investing in HTC securities backed by Italian government bonds with medium-long term horizons aimed at restoring an average duration consistent with those recorded in the past. Specifically, also in relation to the expected dynamics of interest rates in the euro area, the activity was aimed at variable-rate instruments.

Lastly, note that the BFF Group has no commercial exposure to the Russian and Ukrainian markets and is committed to strictly monitoring the processing activities of the Payments business unit to ensure compliance with the restrictions imposed on Russia.

Financial performance

Profit for the year

In terms of overall profitability, the cumulative performance of the Group's BUs, influenced by the phenomena indicated above, led to a reported profit of €232.0 million, including the non-recurring items that influenced the profit for the year, the details of which are shown in the table below.

Normalized profit

Eliminating the non-recurring items that affected the profits at December 31, 2022 and December 31, 2021, and adding to these the two missing months of DEPObank (January and February), for comparative purposes only, the Group's normalized profit would stand at €146.0 million (up 16.6% year-on-year).

The main elements affecting the Group's normalized performance can be summarized as follows:

- higher net interest income essentially due to higher net yields on loans, also thanks to the initiatives implemented to realise the funding synergies envisaged in the plan, and for the higher value of HTC securities and loans to customers in the portfolio;
- commissions of the Securities Services and Payments BU down compared to 2021 despite commercial performance and also following negative market performance;
- lower costs thanks to careful monitoring and the initiatives taken to achieve the cost synergies envisaged in the plan.

All of this was achieved in a year characterized by:

- the war in Ukraine and an energy shock;
- the sharpest rise in interest rates of recent decades;
- the highest level of inflation since the 1980s;
- the restrictions enacted in monetary policy and the end of the period of "negative rates";
- the volatility of sovereign spreads;
- negative equity market performance.

The table below explains the transition from the reported profit to the normalized data.

(Values in € million)

Adjustments	12.31.2021	12.31.2022	YoY %
BFF Group - Reported profit	**197.4**	**232.0**	**+17.6%**
Pre-acquisition normalized profit of DEPObank	**5.1**		
Exchange differences covered by Translation Reserve in Equity	(0.1)	(1.7)	
Stock Options & Stock Grants	3.3	3.3	
Badwill & transaction and restructuring & M&A costs	(70.5)	3.9	
Liability Management one-off costs	9.5		
DEPObank Goodwill tax relief	(23.7)		
Extraordinary Resolution Fund and FITD	2.0	0.5	
Current taxation of dividend distributions from subsidiaries & write-off of a tax credit (DTA) in Poland		4.9	
Amortization of DEPObank's customer contracts	2.4	3.1	
Changes in asset values, including those relating to late payment interest and the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros")		(100.1)	
BFF Group - Normalised profit/loss	**125.3**	**146.0**	**+16.6%**

On the following pages, in order to provide a precise presentation of the performance of the various BUs, the comments will refer to normalized income statement data, eliminating the non-recurring elements that influenced the results at December 31, 2022 and December 31, 2021 and including the 2 missing months of DEPObank (January and February 2021).

In this regard, please note that in the course of 2021, the most significant non-recurring item was the badwill resulting from the merger with DEPObank amounting to €76.9 million, which impacted the income statement item Other operating income, net, and in 2022 the Group i) accounted for 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") and ii) increased the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% as well as the days expected for the relative collection from 1800 to 2100 days. These effects, identified as non-recurring in 2022 and amounting to €148.7 million, impacted the income statement items Other operating income, net and Interest and similar income and the statement of financial position item Loans and receivables with customers.

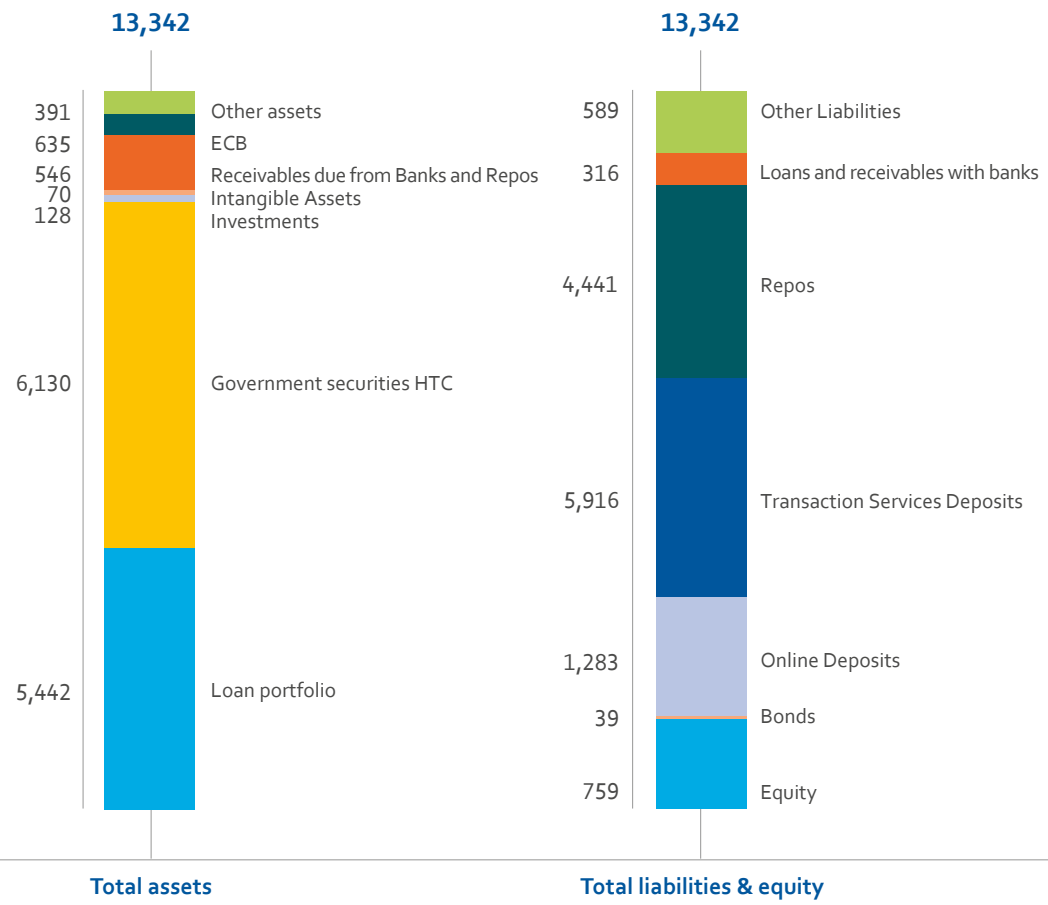
Group Statement of Financial Position

On the Statement of Financial Position front, as it did starting from the second quarter of 2021, during 2022 the Group continued to focus on optimizing the forms of funding generated by the businesses of the former DEPObank, rationalizing their levels and closing or limiting the most expensive historical forms of financing of BFF while maintaining a certain diversification.

On the other hand, the Group focused on better managing the forms of lending, resuming investments in government bonds and eliminating excess liquidity, with improved effects on both the Group's leverage and profitability.

The effect of all of this, which manifested itself from the first half of 2021, continuing also in 2022, was a statement of financial position that, despite the merger of the two banks, was basically aligned with that of the former DEPObank, especially thanks to the refinancing of the forms of funding of the BFF Group "pre-acquisition".

(€m)



Lending

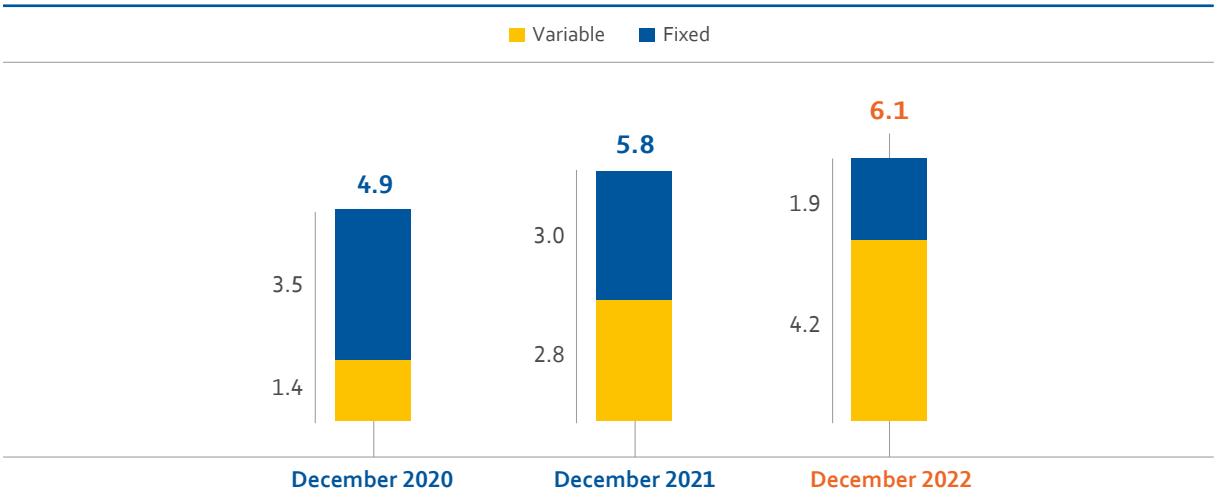
The Factoring & Lending Loan Portfolio was €5.4 billion, up by 45% compared to 2021: the international markets now account for roughly 38% of total loans and receivables with customers. The level reached by loans and receivables with customers marks an all-time high, also thanks to a favorable context and confirming the rebound in the post-pandemic period, and an increase compared to the previous year was recorded across all countries.

Loan Portfolio (€m)	12.31.2021(*)	12.31.2022(*)
Italy	2,123	3,383
Spain	330	629
Poland	790	806
Slovakia	231	240
Portugal	207	239
Greece	70	131
Other countries (Croatia, France and the Czech Republic)	13	15
Total	**3,763**	**5,442**

(*) *Including "Ecobonus" tax assets for €221 million (€18 million in 2021), accounted for under Other assets in the Statement of Financial Position, and "on statement of financial position" provisions relating to late payment interest and the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") for €466 million.*

The portfolio of government bonds reached €6.1 billion, €0.3 billion higher than at December 31, 2021. Indeed, in this area the Group continued with its investment policy to invest and optimize Group liquidity. Specifically, also in relation to the expected interest rate trend in the Euro Area, activities were focused on variable rate instruments.

HTC SECURITIES PORTFOLIO (billion euros)



Cash and cash equivalents were equal to €0.6 billion and Loans and receivables with Banks & Repos equal to €0.5 billion: in this area, ALM actions were taken to optimize the liquidity deposited with the ECB, also in relation to the evolution of monetary policy maneuvers enacted by the ECB starting from the second half of the year.

Funding

On the liabilities side, the rationalization of funding sources continued through the re-launch of online deposits, the new Additional Tier 1 bond issue, the call option redemption of the Tier 2 bond issue and the redemption at maturity of the senior unsecured preferred bond issue.

The Transaction Services department, with its Securities Services and Payments BUs, raised approximately €6.0 billion compared to €8.5 billion in 2021, with a decrease in the share of Securities Services of €2.9 billion (€6.1 billion v €3.2 billion) due to the loss of the customer Arca and a change in the funds' investment policies, and with an increase in the amount generated by Payments of around €0.5 billion (from €2.4 billion to €2.9 billion) thanks to the sales efforts with existing customers aimed at boosting liquidity.

The Group continued to offer the online deposit account solution aimed at retail and corporate customers and guaranteed by the Interbank Deposit Protection Fund in Italy with Conto Facto, in Spain, the Netherlands, Ireland and Germany with Cuenta Facto and lastly in Poland with Lokata Facto.

At December 31, 2022 total nominal takings of Conto Facto, Cuenta Facto and Lokata Facto amounted to a total of €1.3 billion, up by approximately €1 billion from December 31, 2021.

In particular, the growth recorded compared to December 31, 2021 benefited from the campaigns promoted across all geographical areas, and specifically in Poland already starting in early 2022 and in the rest of the Eurozone starting from the second half of the year.

With regard to capital market activities, on January 19, 2022 a subordinated Additional Tier 1 Perpetual NC2027 instrument in the amount of €150 million was issued at par with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis.

On March 2, 2022 the option for early redemption of the €100 million Tier 2 bonds was exercised following the authorization received from the Bank of Italy.

On June 29, 2022 the senior bond with a residual amount of €42.3 million were repaid at maturity.

With regard to the Group's senior preferred unsecured issues, note that, also as a result of additional marginal repurchases made during 2022 and the repayment at maturity mentioned above, securities outstanding as of December 31, 2022 amounted to €38.6 million, compared to €82 million as of December 2021.

In light of what is described above, the nominal amount of the bond issues outstanding at December 31, 2022 totals €188.6 million (inclusive of AT1), compared to €181.8 million in the previous year (inclusive of Tier 2).

Lastly, BFF has no loans to be refinanced with the European Central Bank (ECB), neither ordinary (OMA) nor extraordinary (PELTRO, TLTRO etc).

Equity, Own Funds and Equity Ratios

BFF Bank continues to maintain its capital soundness, also in consideration of the fact that the capital ratios and own funds do not include €146 million relating to the normalized profit for the year.

Recall that already at the time of the 2021 Financial Statements BFF Bank had committed to implement all possible initiatives to pay dividends twice a year from 2022; therefore, in August 2022 BFF Bank distributed an interim dividend of €68.5 million while in April 2023, it is preparing to distribute an additional €77.5 million, based on a shareholders' resolution, for a total amount equal to €146 million, as noted above.

Equity amounted to €759 million at December 31, 2022, up compared to €572 million at December 31, 2021.

BFF Banking Group's own funds at December 31, 2022 amounted to €612 million and included the €150 million unsecured and rated subordinated Additional Tier 1 bonds placed on January 19, 2022 and €86 million in undistributed profit for the year; the overall exposure to risks, in relation to the business carried out, is more than adequate in relation to the level of capitalization and the identified risk profile.

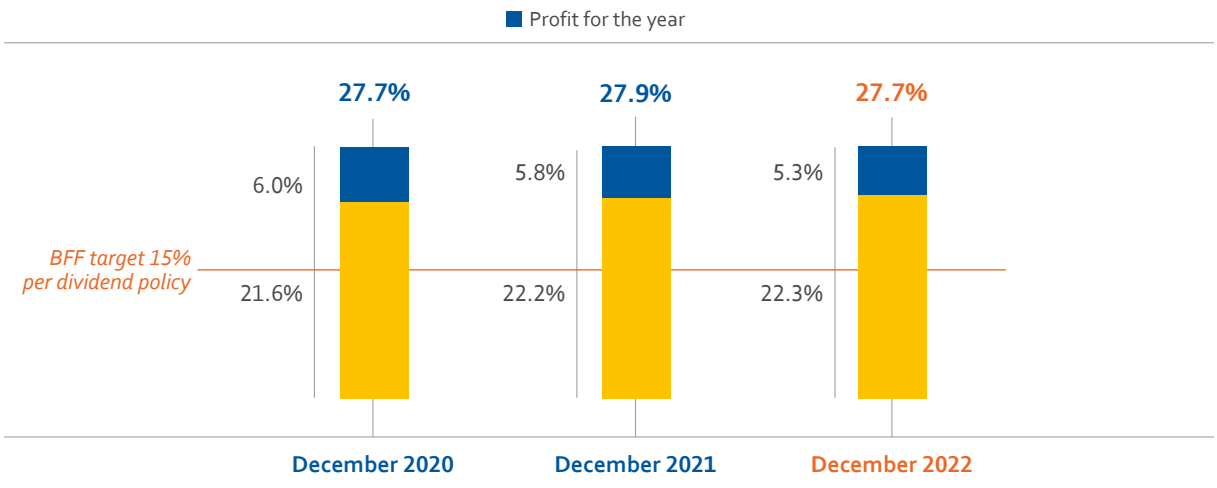
Indeed, the CET1, Tier 1 and Total capital ratios are 16.9%, 22.3% and 22.3%, respectively, with €201 million in capital in excess of the target TC ratio of 15%.

Furthermore, it is recalled that the Group did not need to apply the emergency measures made available by the ECB, the EBA or the European Commission's COVID-19 banking package.

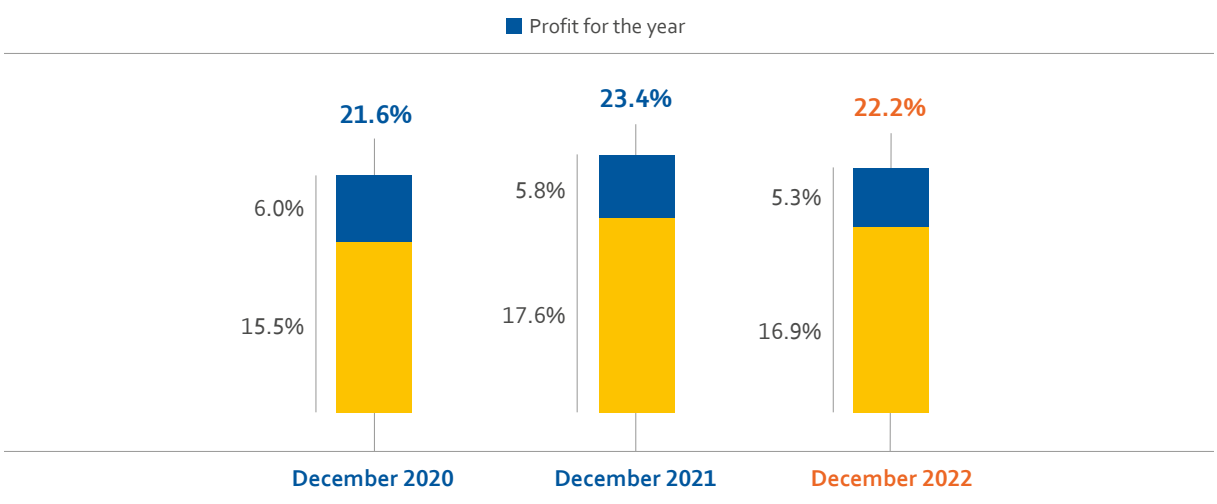
Finally, recall that on October 19, 2022 the Bank of Italy, as Resolution Authority, adopted the 2021 resolution plan for BFF Banking Group, identifying resolution as a crisis management strategy for the BFF Bank group.

TOTAL CAPITAL RATIO - BANKING GROUP EX TUB

RWAs	1,616	2,171	2,740
RWA density	39%	45%	42%

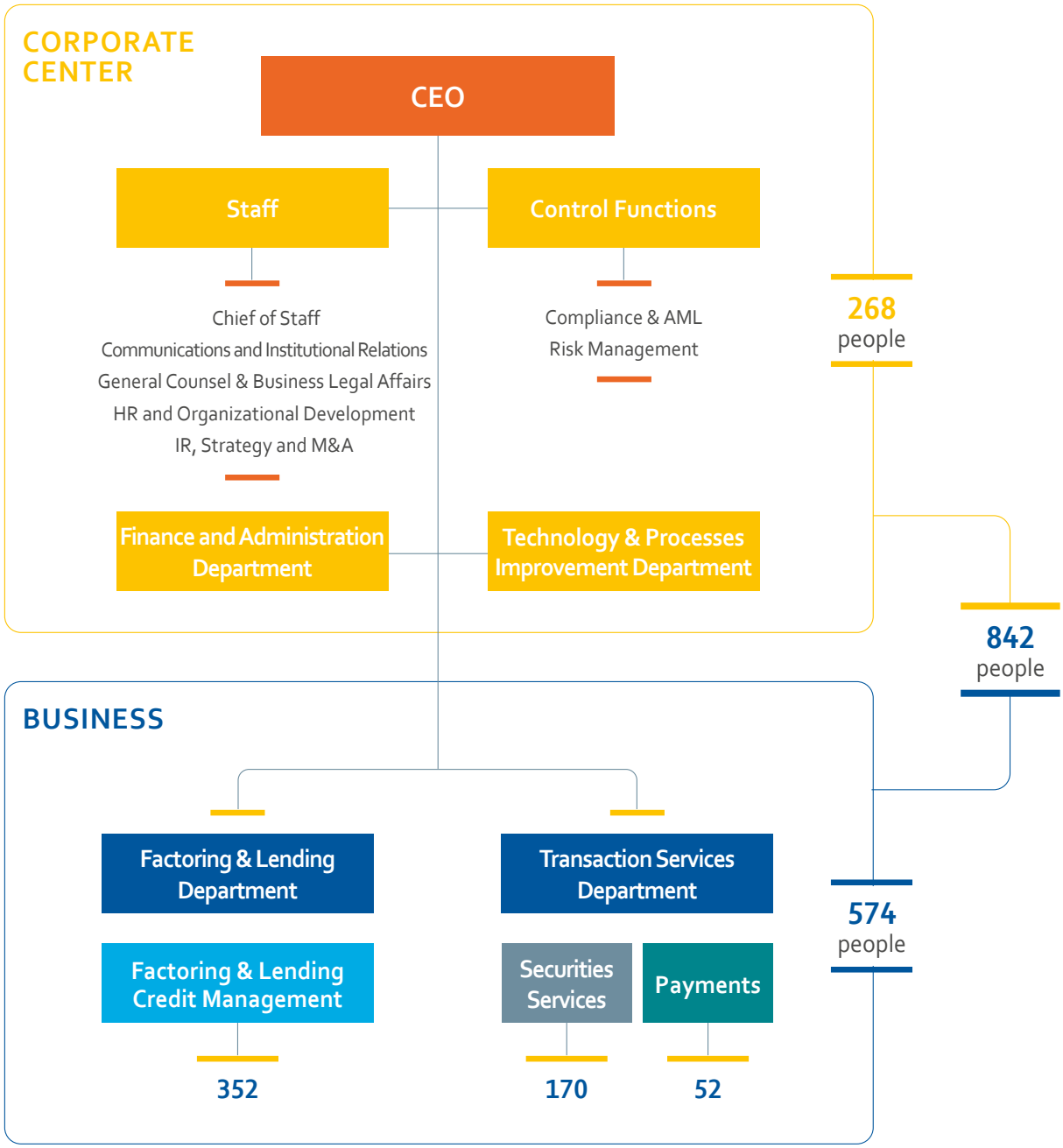


COMMON EQUITY TIER 1 RATIO - BANKING GROUP EX TUB



Organizational structure

As of December 31, 2022 the Group is organized along three business lines, **Factoring & Lending** (within the department of the same name), **Securities Services** and **Payments**, within the Transaction Services Department, supported by the **Corporate Center**.



Changes in the workforce

At December 31, 2022 the total number of BFF Banking Group employees amounted to 842 persons, of whom 71 joined the Group in 2022: 31 in Italy (including *BFF Techlab*), 1 in Greece, 6 in Spain, 2 in Portugal, 28 in Poland, 2 in Slovakia and 1 in the Czech Republic.

The distribution of personnel within the various countries shows a reduction in personnel of 20 resources, including 10 in Italy, following the loss of the customers Arca and Anima (as mentioned previously) and despite the entry into the Group of 8 resources relating to BFF Techlab, 4 in Spain and 5 in Poland.

Below is the breakdown by country:

12.31.2021	Italy	Spain	Poland	Slovakia	Czech Rep.	Greece	Portugal	Total
Senior Executives/Executives	21	1	3				1	26
Managers/Coordinators	93	15	38	4		3	1	154
Specialists/Professionals	466	41	147	12	3	5	8	682
HEADCOUNT 12.31.2021	**580**	**57**	**188**	**16**	**3**	**8**	**10**	**862**

12.31.2022	Italy	Spain	Poland	Slovakia	Czech Rep.	Greece	Portugal	Total
Senior Executives/Executives	24	1	3	0	0	0	1	29
Managers/Coordinators	97	13	42	5	0	3	2	162
Specialists/Professionals	449	39	138	10	2	6	7	651
HEADCOUNT 12.31.2022	**570**	**53**	**183**	**15**	**2**	**9**	**10**	**842**

The breakdown of the workforce by gender as at December 31, 2022 basically remained unchanged from December 31, 2021, with 55% women and 45% men.

Below is a breakdown by country as of December 31, 2022:

12.31.2021	Women		Men		Total
Italy	294	51%	286	49%	580
Spain	31	54%	26	46%	57
Poland	129	69%	59	31%	188
Slovakia	11	69%	5	31%	16
Czech Rep.	2	67%	1	33%	3
Greece	4	50%	4	50%	8
Portugal	3	30%	7	70%	10
Total Country	**474**	**55%**	**388**	**45%**	**862**

12.31.2022	Women		Men		Total
Italy	290	51%	280	49%	570
Spain	28	53%	25	47%	53
Poland	124	68%	59	32%	183
Slovakia	10	67%	5	33%	15
Czech Rep.	1	50%	1	50%	2
Greece	4	44%	5	56%	9
Portugal	3	30%	7	70%	10
Total Country	**460**	**55%**	**382**	**45%**	**842**

Factoring & Lending BU
Main KPIs and Economic Results

The Factoring & Lending BU carries out its lending and offers its services through products such as non-recourse factoring, lending and credit management to public administration bodies and private hospitals.

Currently, the Group carries out these activities in nine countries (Italy, Croatia, France, Greece, Poland, Portugal, Czech Republic, Slovakia and Spain), all of which have been deeply affected in recent years by the Covid-19 pandemic crisis and which to this day continue to deal with the long wave of its effects, together with the implications of the Russia/Ukraine conflict.

Despite the injections of liquidity made by national governments, and thanks to rising interest and inflation rates, which are causing companies to reconsider their working capital strategies, and strong commercial performance, compared to 2021 the main indicators of the Factoring & Lending BU showed strong signs of recovery.

The loan portfolio grew by 45% compared to the same period of the previous year (€5.4 billion vs. €3.8 billion) while volumes of loans and receivables acquired and disbursed were up significantly compared to last year (€7,783 million v €5,781 million) in nearly all countries (with the exception of Slovakia and Poland where, at constant exchange rates, volumes remained substantially constant), thanks to the strong commercial drive enacted within a favorable macroeconomic context, which confirmed a rebound with respect to the pandemic period.

DSO recorded by BFF on factoring activities showed an extension of collection times across almost all countries, with the exception of Portugal (following higher remittances, especially towards year-end, by the central government), Slovakia and Croatia and France (where the figure is however influenced by the size of the business).

DSO - days (BFF data, Acquisitions and Management, Public and Private):

	12.31.2021	12.31.2022
Italy	119	132
Spain	94	132
Portugal	299	175
Greece	210	248
Croatia	282	52
France	107	79
Slovakia	796	785

The provision for late payment interest and the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") as well as the relative amounts not transferred to the Income Statement continued to grow compared to 2021 (reaching respectively €756 and €240 million, and €410 million and €120 million), while the relative receipts amounted to €73 million and €12 million, respectively, despite, especially in Italy, the delay recorded in finalizing agreements with debtors.

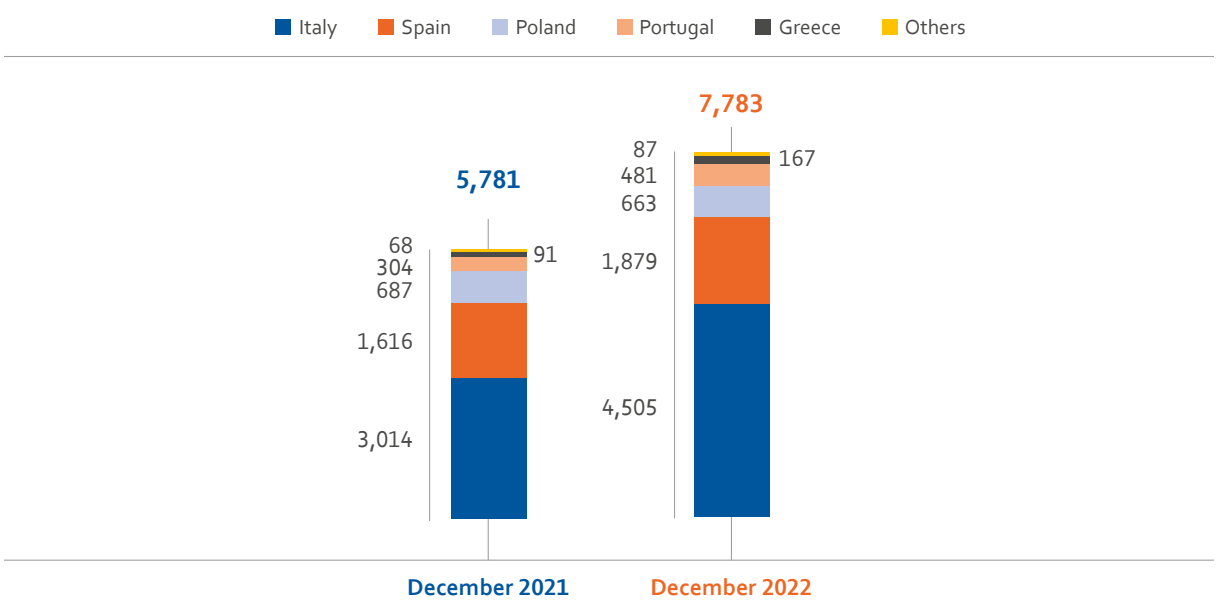
The gross yield on loans and receivables with customers remained constant compared to 2021, reaching 5.6% despite the growth in rates, impacted by the delay in customer repricing.

The cost of credit was confirmed at negligible levels, although up significantly compared to 2021. Despite the high standing of the customers served and the rigorous credit origination and monitoring process, in the course of 2022 there was an impact from changes to the curves representing the decay rates of macroeconomic scenarios, which were updated and affected collective impairment losses against a larger portfolio of loans to customers and some specific individual impairment losses in Poland.

(Values in € million)

	12.31.2021	12.31.2022
Acquired turnover/Loans disbursed during the year	5,781	7,783
Loan Portfolio	3,763	5,442
Late payment interest collected	67	73
Lump-sum indemnity ("40 euros") collected	6	12
Provision for late payment interest	713	756
Lump-sum indemnity provision	226	240
Provision for late payment interest "not transferred" to the income statement	*415*	*410*
Lump-sum indemnity provision "not transferred" to the income statement	226	*120*
Gross yield on loans and receivables with customers % (net of "40 euros")	5.6%	5.6%
Cost of risk %	0.02%	0.11%

FACTORING & LENDING VOLUMES BY COUNTRY



Normalized net interest income amounted to €153.7 million, compared to €148.9 million in 2021, and was positively affected by the "rescheduling/capital gains" spread and negatively by the temporal delay, with respect to funding, of the repricing of loans, the positive effects of which (both on the interest rate used for late payment interest and the price applied to customers) will instead be seen in the course of 2023 and 2024.

The "rescheduling/capital gains" spread included in net interest income, i.e. the differential between capital gains generated by the receipts of late payment interest exceeding 45% accounted for on an accruals basis and rescheduling, i.e., the effects related to the discounting of receivables not collected according to internal estimates and therefore reprojected forward over time, was positive when compared to the same period last year. The result benefited from an excellent final quarter, although still below pre-Covid levels.

Normalized other operating income, net benefited from an amount of receipts relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") double that recorded in 2021 (roughly 12 million in 2022 and around 6 million in 2021).

Normalized direct costs amounted to €43.8 million, up by roughly 13% compared to 2021 due to higher volumes, increased operations and higher legal costs.

Normalized net impairment losses for credit risk, although higher than in 2021 as a result of higher collective impairment losses (due to the larger portfolio in place) and individual impairment losses mainly in Poland on several positions with a private counterparty, continued to remain at limited levels thanks to the careful monitoring of credit, both in origination and management.

Normalized profit before tax from continuing operations therefore amounted to €120.0 million, down €2.8 million compared to the same period last year, due mainly to the phenomena described previously.

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
Net interest income	**148.9**	**153.7**
of which "rescheduling/capital gains" spread	*7.4*	*14.0*
Net fee and commission income	5.6	3.5
Other operating income, net	7.4	12.8
Total net revenue	**161.9**	**170.1**
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(38.8)	(43.8)
Net impairment losses/gains for credit risk and net provisions for risks and charges	(0.4)	(6.3)
Profit before tax from continuing operations	**122.8**	**120.0**

Securities Services BU
Main KPIs and Economic Results

Securities Services is the BU which deals with custodian banking for investment funds and related services such as global custody, fund accounting and transfer agents for national managers and various investment funds - such as pension funds, mutual funds and alternative funds - as well as banks and other financial institutions (i.e., stock brokerage firms): this business is focused on the Italian market.

During 2022 the BU witnessed good commercial performance. This continued to be possible thanks to the launch of strategic initiatives aimed at i) further expansion and improvement of the commercial experience (through new services such as settlement processing in the various markets, securities lending for medium to small-sized Pension Funds; expansion of the activities of Paying Agents to foreign currencies as well; ii) an expansion of the customer base (through the offer of custodian bank services to Pension Funds, Religious Bodies and Banking Foundations as well and participation in the calls for tenders of Pension Funds in addition to the offer of Paying Agent, Account and Custodian Bank services to Corporate customers) and iii) seizing the opportunities deriving from regulatory interventions (such as T2-T2S Consolidation, ECMs, CSDR, SHRD II, Spanish FT), which on one hand represent an opportunity to strengthen in the market the role of correspondent bank and reference partner as part of Global Custody, and on the other hand make it possible to offer new value added products and services which will be able to contribute to a further increase in BFF's revenues.

Business development mitigated the drop in revenues due to the weakness of the financial markets affected first by the effects of Covid-19 and then by the Russia/Ukraine crisis.

On the other hand, the second half of the year was characterized by the exit of two leading customers, the economic impact of which will be fully reflected in the course of 2023.

The main indicators of the Securities Services BU showed negative trends compared to 2021 although there is a considerable amount of new legislation that in the future will lead to further developments for the business, particularly as concerns contributions to supplementary pension funds for public administration employees and within mandatory services for Pension Funds.

The Custodian's Assets under Deposit (AuD) amounted to €49.5 billion, a decrease compared to 2021. The negative performance of the financial markets was only partly offset by the positive effects of initiatives related to the development of new business opportunities as well as a positive balance between inflows and outflows. In this context, BFF Bank still maintained its leading position in the Italian closed-end pension fund segment.

Global Custody's Assets under Custody (AuC) of €153.1 billion, down 11% from 2021 but with growth of 9% excluding the effects of Arca, were impacted by negative financial market performance.

The balance of customer deposits was influenced by the change in investment policies adopted by many funds (due to the new scenario for market interest rates, which have transitioned from negative to positive) and decreased compared to 2021 by €2.9 billion (of which €1 billion deriving from the loss of Arca), reaching €3.2 billion.

	12.31.2021	12.31.2022
Custodian Bank (AuD, €M)	83,573	49,524
Global Custody (AuC, €M)	172,625	153,065
Deposits - Final Balance (€M)	6,092	3,167

Normalized net interest income amounted to €8.8 million (compared to €10.8 million in 2021) and was negatively impacted by lower deposits and the trend in market interest rates, which became positive during the year.

The level of normalized Net fee and commission income was 8% lower than in the same period last year and was negatively impacted by the departure of Arca on November 1, 2022.

The amount of normalized Direct Costs decreased, as evidenced by the efficient monitoring of costs in place and the renegotiation of some contracts with suppliers, to be continued in 2023 as well.

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
Net interest income	**10.8**	**8.8**
Net fee and commission income	46.1	42.4
Other operating income, net	0.9	1.2
Total net revenue	**57.8**	**52.5**
Direct costs and Amortisation, depreciation and impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(28.8)	(24.7)
Net provisions for risks and charges	-	-
Profit before tax from continuing operations	**29.0**	**27.8**

Normalized profit before tax from continuing operations therefore amounted to €27.8 million, down €1.2 million compared to last year thanks mainly to the decrease in net interest income following lower deposits, the decrease in commissions from services and despite cost containment.

Payments BU
Main KPIs and Economic Results

The Payments BU is the business unit that deals with payment processing, corporate payments and checks and bills and has as customers medium-small Italian banks and medium-large companies and boasts a partnership with Nexi. The business is concentrated in the domestic market.

As the leading independent operator in Italy in the field of processing services dedicated to PSPs (Payment Service Providers: Banks, IMELs, Payment Institutions) and in structured collection and payment services for companies and the Public Administration, BFF is benefiting from a growing payments market thanks to the recovery in consumption and the progressive digitalization of payment instruments. For the time being, no negative effects can be seen from either rising inflation or the war in Ukraine.

Throughout 2022, the BU witnessed good business performance which had positive effects on the area of interbank processing, corporate payments and the settlements sector, while the decline continues for the checks and bills area (an area in structural decline and still trending in the market), in which in any event the negative effect of drops in volume was limited with dedicated repricing policies.

As seen in 2021, the market is showing the effects of the evolution and digitalization of the Payment System and the ongoing aggregation of banks, not to mention potential increased competitiveness in the Payments sector, also led by the ECB and the European Commission, along with the entry of many new operators into the payments market, such as Payment Institutions, IMELs, TPPs and Fintech operators. Precisely these last two phenomena have meant that during 2022 with the full implementation of PSD2 BFF saw growing demand for payment intermediation services, a trend which BFF expects to continue in 2023. The start of the Directive revision process may lead to a further enlargement of the market, developing more competition but also new opportunities.

The main indicators of the Payments BU, in terms of the number of transactions executed compared to 2021, showed positive trends.

The number of collection and transfer processing transactions grew by 6%, reaching 331 million. There was good growth in instant payments, although still very low numbers due to the difficulty of many small and medium-sized banks to find a space for this service.

The card settlement business grew by 35%, surpassing pre-Covid levels due to increased activity from bank customers and competitive pressure from the contactless segment.

The balance of deposits amounting to €2,852 million was up compared to €2,408 million in 2021 thanks to the commercial efforts made with existing customers in order to boost liquidity.

	12.31.2021	12.31.2022
Interbank processing (no. trans. #M)	312	331
Settlements (no. transactions #M)	191	257
Deposits - Final Balance (€M)	2,408	2,852

Normalized net interest income amounted to €6.6 million in 2022 (compared to €7.2 million in 2021).

The level of normalized Net Fee and Commission Income and Direct Costs was higher than in 2021 and amounted to €45.4 million and €32.1 million, respectively, primarily as a result of increased operations.

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
Net interest income	7.2	**6.6**
Net fee and commission income	43.8	45.4
Other operating income, net	11.1	11.3
Total net revenue	**62.1**	**63.3**
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(30.9)	(32.1)
Net provisions for risks and charges	-	-
Profit before tax from continuing operations	**31.1**	**31.3**

As a result, the normalized profit before tax from continuing operations was €31.3 million, up €0.2 million compared to 2021, mainly due to higher fees and commissions.

Corporate Center BU
Main KPIs and Economic Results

The Corporate Center BU manages the Group treasury and the reallocation of funding between the various BUs and any other forms of use. It incorporates all the staff and control functions as well as the Technology & Processes Improvement and Finance and Administration departments to support the business. Its results include everything not directly attributable to the other BUs. This is the area in which cost synergies were achieved due to the integration with DEPObank and where, through the internal transfer pricing mechanism, funding synergies were consolidated.

The Corporate Center BU handles, inter alia, the management of positions in currencies other than euros in order to contain open positions within overall values below regulatory limits so as to avoid, on an ongoing basis, the absorption of capital which could originate from funding and the lending of other BUs.

As concerns recourse to bonds and capital instruments, please note that:

- On January 19 the issue at par of an Additional Tier 1 Perpetual NC2027 instrument (ISIN XS2404266848) in the amount of €150 million was finalized, with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis and a Ba1 rating.
- On March 2, 2022, the call option was exercised and the €100 million subordinated Tier 2 instrument issued in 2017 was redeemed.
- On June 29, 2022, the Bond (ISIN XS1639097747) issued for an original amount of €200 million in June 2017 and outstanding at the redemption date in the amount of €42.3 million was redeemed at maturity.

In light of the above, the situation of bond issues as of December 31, 2022 is as follows:

ISIN code	Issue date	Maturity		Bond type	Nominal amount (€ million)	Coupon	Moody's *Ratings*
				Rated and listed bonds			
XS2068241400	23-Oct-19	23-May-23	3,5Y	*Senior Preferred Unsecured*	38.6	1.75%	Ba1
XS2404266848	19-Jan-22	Perpetual NC 2027 (*)		*Additional Tier 1*	150	5.875%	B2
TOTAL AMOUNT OF OUTSTANDING BONDS as of JUNE 30, 2022					**188.6**		

(*) First Call Option January 19, 2027 - July 19, 2027.

The BU Income Statement was affected by the rise in interest rates generated by the Russia/Ukraine conflict as well as the negative impact of lower revenue from the former DEPObank securities portfolio as a result of the fair value valuation carried out at the closing date.

Normalized net interest income, to be considered together with the cost of hedging derivatives used to finance and hedge assets in Zloty, and trading derivatives, used to hedge exposures to interest rates and currencies, amounted to €73.5 million (compared to €35.6 million in 2021) and showed a very positive trend thanks to the funding synergies envisaged in the integration plan with DEPObank.

The Group also aimed to improve yields in the area relative to government bonds through new purchases of government bonds issued by the Italian Republic, operating through an investment policy aimed at returning the size of the portfolio and the relative duration to pre-closing levels, when they were respectively higher than €6 billion and in the order of about three years on average. Moreover, in order to take into account the new interest rate trends, investment activity in 2022 was directed more towards variable-rate securities.

Normalized other revenue, which rose by around €5.2 million compared to 2021, was positively influenced by the dividends received as well as the return on other forms of lending.

Normalized costs showed a significant reduction compared to 2021, reflecting the careful control to which they are subject, the prerogative of all Group BUs, and the effects of the initiatives taken to achieve the synergies envisaged in the plan in order to increase the operational efficiency of the BU.

The above costs include the contributions the Bank pays annually to the Deposit Guarantee Fund and the Resolution Fund.

With regard to the Deposit Guarantee Fund, note that EU Directive 2014/49 (Deposit Guarantee Schemes Directive - DGS) introduced in 2015 a new mixed funding mechanism, based on ordinary (*ex-ante*) and extraordinary (*ex-post*) contributions on the basis of the amount of the covered deposits and the degree of risk incurred by the respective member bank.

The ordinary contribution for the year 2022 came to €1,415 thousand, while for the year 2021 it amounted to €1,451 thousand, and for the year 2020 it amounted to €1,856 thousand for BFF and €399 thousand for the merged bank DEPObank.

With regard to the Resolution Fund, recall that Regulation (EU) 806/2014 governing the Single Resolution Mechanism, which came into force on January 1, 2016, has established the European Single Resolution Fund (SRF), managed by the new European resolution authority, the Single Resolution Board. Starting from that date, the National Resolution Funds (NRF) set up by Directive (EU) 2014/59 (Bank Recovery and Resolution Directive - BRRD) and implemented in 2015, became part of the new European Resolution Fund.

The ordinary annual contribution quota requested from BFF Bank by the Bank of Italy for the year 2022 with a note dated April 27, 2022 and payment made in May 2022 amounted to €3,607 thousand compared to €8,688 thousand in 2021 (€2,963 thousand quota relating to the ex-BFF and €5,725 thousand quota relating to DEPObank).

Below is a representation of the results of the Corporate Center BU:

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
Net interest income(*)	**35.6**	**73.5**
Net fee and commission income	(1.2)	(0.8)
Other Revenue	15.2	20.4
Total Net Revenue	**49.5**	**93.2**
Personnel expenses	*(34.9)*	*(32.8)*
Other Administrative Expenses	*(37.5)*	*(28.0)*
Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(6.8)	(6.2)
Net impairment losses/gains for credit risk and net provisions for risks and charges	4.5	0.2
Profit before tax from continuing operations	**(25.1)**	**26.4**

(*) Including the Profit on trading in derivatives used to hedge exposures to interest rates and currencies.

Therefore, normalized profit before tax from continuing operations came to €26.4 million, a clear increase over last year when a loss of €25.1 million was recorded, thanks to the achievement of the funding and cost synergies envisaged in the plan.

Main items in the statement of financial position

Brief comments are provided below on the key items in the consolidated statement of financial position.

Cash and cash equivalents

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
a) Cash	192	207	15
b) Current accounts and sight deposits at Central Banks	360,142	489,810	129,668
c) Current accounts and sight deposits at banks	194,134	144,863	(49,271)
Total	**554,468**	**634,879**	**80,411**

Starting from December 31, 2021, in line with what is set forth in the 7th update of Bank of Italy circular 262/205, the item in question, aside from cash and sight deposits at Central Banks, with the exception of the mandatory reserve, also includes current accounts, as well as sight loans and receivables (current accounts and sight deposits) with banks.

As of December 31, 2022, this item mainly includes unrestricted deposits with the Bank of Italy, amounting to €490 million, as well as current accounts held by the parent and its subsidiaries at third-party banks, amounting to €145 million. Specifically, "Current accounts and sight deposits at banks" mainly refer for €134 million to BFF Bank, for €10 million to BFF Polska Group, for €660 thousand to BFF Finance Iberia and for €220 thousand to *BFF Techlab*.

Financial assets measured at fair value through profit or loss

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
a) Financial assets held for trading	4,095	211	(3,884)
c) Other financial assets mandatorily measured at fair value	32,503	90,330	57,827
Total	**36,598**	**90,541**	**53,943**

The item consists essentially of i) Financial assets held for trading of €211 thousand, which includes the positive fair value of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the Group is exposed to and ii) Other financial assets subject to mandatory fair value measurement of €90.3 million, which mainly include the "UCI units". In particular, "Other financial assets subject to mandatory fair value measurement" recorded a significant increase following the subscription of units of an investment fund for a total at December 31, 2022 of €60 million, partially offset by repayments relating to the units of other funds held by the parent.

Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Equity securities	83,506	128,098	44,592
Total	**83,506**	**128,098**	**44,592**

The item consists essentially of the stake in the Bank of Italy of €125 million, as well as some shares and equity investments for an amount of €3 million. With respect to minor investments in equity securities, please note that the parent has sold a portion of "Visa" shares (for €1,183 thousand) and "Ausilia S.r.l." shares (for €306 thousand) and, in the course of the final quarter of 2022, purchased a shareholding in the company "Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A." amounting to €1 million (1.17%).

Financial assets measured at amortized cost

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Government securities - (HTC)	5,792,627	6,129,228	336,601
Loans and receivables with banks	404,099	478,203	74,104
Loans and receivables with customers	3,872,771	5,288,419	1,415,649
Total	**10,069,497**	**11,895,850**	**1,826,354**

The amount relating to the item Government Securities - (HTC) consists entirely of government securities classified in the Held to Collect (HTC) portfolio and purchased to hedge liquidity risk, for a total value of €6.1 billion.

"Loans and receivables with banks" includes the item "Loans and receivables with central banks - Mandatory reserve" relating to the deposit of Mandatory reserves, including the amounts deposited in compliance with the reserve requirement of the client banks, for which the Parent BFF provides the service indirectly, as well as the amounts deposited with Banco de España as CRM (*Coeficiente de Reservas Mínimas*) in relation to the deposit-taking activities carried out by the Spanish branch of the Bank through "Cuenta Facto", and with the National Bank of Poland (Narodowy Bank Polski) for the deposit-taking activities carried out by the Polish branch through "Lokata Facto". The item also includes "Loans and receivables with banks - Reverse repurchase agreements" relating to contracts governed by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA) as well as "Loans and receivables with banks - Others" which derive from the provision of activities and services offered.

With regard to "Loans and receivables with customers", the item mainly includes trade receivables referring to factoring activities and loans made by BFF Polska Group. Note that, as indicated by the Bank of Italy, the ecobonus tax assets are recognized under "Other Assets" in the amount of approximately €221 million.

As noted previously, the item "Loans and receivables with customers" increased in 2022 also following i) the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") and ii) the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% as well as the days expected for the relative collection from 1800 to 2100 days: both elements had an impact of €148.7 million.

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Factoring activities (outright purchases, late payment interest and recovery expenses)	2,643,786	3,790,601	1,126,115
Trade receivables purchased below face value	23,864	28,971	5,108
Other exposures	1,205,122	1,468,847	284,425
Total	**3,872,771**	**5,288,419**	**1,415,648**

Credit quality

With regard to credit quality, total net impaired exposures increased by €283.8 million at December 31, 2022 compared to €104.1 million at December 31, 2021.

In order to analyze its credit exposures, aimed among other things at identifying any impairment losses on financial assets in accordance with IFRS 9, the Banking Group classifies exposures as Performing and Non-Performing.

Non-Performing exposures, whose overall gross amount was €307.0 million at December 31, 2022 with impairment losses totaling €23.2 million, are divided into the following categories.

Non-performing loans

These are exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections recognized by the Group.

At December 31, 2022, the total non-performing loans of the Banking Group, net of impairment, amounted to €86.4 million. Among these non-performing exposures, €79.7 million (92.2% of the total) concerned regional authorities in financial distress.

Gross non-performing loans amounted to €104.7 million and related adjustments amounted to €18.3 million.

Please note that, as for the exposures to Local Authorities (Municipalities and Provincial Governments), in accordance with the Bank of Italy Circular no. 272 the portion subject to the relevant settlement procedure, the claims included in OSL's liabilities, are classified as non-performing, even though all claims can be collected under the law at the end of the insolvency procedure.

Unlikely-to-pay positions

Unlikely to pay exposures reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood, excluding such actions as the enforcement of guarantees, that the debtor will fully fulfill (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments). Therefore, it is not necessary to wait for an explicit sign of anomaly (e.g., failure to repay) when there are factors that signal a default risk situation for the debtor.

At December 31, 2022, gross exposures classified as unlikely to pay totaled €16.4 million and related adjustments amounted to €4.3 million, a net amount of €12.1 million.

Impaired past due exposures

Impaired past due exposures consist of positions vis-à-vis entities with a past-due situation, where the overall amount of past-due and/or overdue exposures has been higher than, for at least 90 consecutive days, *(i)* the relative materiality threshold (relative limit of 1% given by the ratio between the total past-due and/or overdue amount and the total amount of all credit exposures to the same Debtor) and (ii) the absolute materiality threshold (absolute limit equal to €100 for retail exposures and €500 for non-retail exposures). With reference to the assigned debtors of the Public Administration with regard to non-recourse factoring transactions, the count of 90 consecutive days past due generally begins from the 181st day past due from the due date of the assigned invoice.

At December 31, 2022, total net past due exposures amounted to €185.3 million for the entire Banking Group.

The Banking Group's gross exposures totaled €186.0 million and relevant adjustments amounted to around €0.7 million.

The increase in the level of impaired past-due exposures compared to December 31, 2021 can be attributed to the adoption of new and more stringent interpretation criteria on the definition of default, published by the Bank of Italy on September 23, 2022. However, this alignment is not symptomatic of an increase in the portfolio's actual credit risk profile.

The following table shows the amount of loans and receivables with customers, with an indication of any adjustment, broken down into "Performing exposures" and "Impaired assets".

(Values in thousand euros)

Type	12.31.2021			12.31.2022		
	Gross value	Impairment losses/ gains	Net value	Gross amount	Write-downs/ write-backs	Impairment Net value losses/ gains
Purchased performing impaired exposures (Stage 3)	118,965	(20,176)	98,789	301,329	(23,240)	278,090
Purchased non-performing impaired exposures (Stage 3)	5,493	(206)	5,287	5,678	(6)	5,672
Performing exposures (Stage 1 and 2)	3,770,502	(1,806)	3,768,696	5,005,907	(1,249)	5,004,658
Total	**3,894,960**	**(22,189)**	**3,872,771**	**5,312,914**	**(24,495)**	**5,288,419**

Furthermore, besides classifying exposures as performing and non-performing, the Banking Group also measures exposures as forborne in compliance with relevant Implementing Technical Standards.

Property, equipment and investment property and intangible assets

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Property, equipment and investment property	36,452	54,349	17,897
Intangible assets	67,547	70,155	2,608
- of which goodwill	*30,874*	*30,957*	83
Total	**103,999**	**124,504**	**20,505**

At December 31, 2022, the item "Property, equipment and investment property" amounted to a total of €54,349 thousand. Of this amount, €27,764 thousand related to BFF Bank, €24,312 thousand related to BFF Immobiliare, €1,305 thousand to BFF Polska Group, €963 thousand to BFF Finance Iberia and €5 thousand related to *BFF Techlab*.

The amount includes primarily: i) land amounting to €22,575 thousand, including €6,325 thousand relating to BFF Bank and €16,250 thousand relating to the purchase of the building area located in Milan by the subsidiary BFF Immobiliare, for the purpose of building the future headquarters of BFF Bank; ii) buildings (including capitalized extraordinary maintenance) amounting to €17,424 thousand including the building in Rome - Via Elio Chianesi 110/d owned by DEPObank, and the property at Via Domenichino 5; iii) right-of-use assets relating to the application of IFRS 16 to leases amounting to €12,505 thousand.

Intangible assets largely consist of the goodwill arising from the acquisition of BFF Polska Group in 2016 and the former IOS Finance (now merged into BFF Finance Iberia) in 2019, totaling respectively €22,146 thousand and €8,728 thousand, and of *BFF TechLab* in the last quarter of 2022, totaling €83 thousand, as well as the Customer Relationships recognized following the acquisition of DEPObank.

The residual amount of intangible assets refers to investments in new multi-year programs and software.

At December 31, 2022, the Group, with the support of an independent expert, as required by IAS 36, performed the annual assessment on the carrying amount of goodwill recognized in the consolidated financial statements, without identifying any trigger event that could have impacts on its value; with respect to "Customer Relationships", it was instead found that it was necessary to recognize an impairment loss of roughly €1.1 million.

Hedging derivatives, equity investments and financial liabilities held for trading

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Hedging derivative assets	13	0	(13)
Equity investments	13,484	13,656	172
Financial liabilities held for trading	2,725	950	(1,775)
Hedging derivative liabilities	4,814	14,314	9,499

The items Hedging derivative assets and liabilities respectively include the positive and negative fair values as of December 31, 2022 related to the use of currency swap contracts to hedge loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under existing intercompany agreements and the Transaction Service BU's funding in currencies other than the euro.

The item Equity investments refers to the equity investment in two law firms in which BFF Polska is a limited partner, as well as the equity investment in Unione Fiduciaria of 26.46% of the capital thereof, deriving from the financial statements of DEPObank. Note that the aforementioned investments are measured using the equity method (and not in full).

The item Financial liabilities held for trading includes the negative fair value at December 31, 2022 of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the Group is exposed to.

Tax assets and liabilities

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Tax assets	**100,519**	**60,707**	**(39,812)**
current	41,390	514	(40,876)
deferred	59,129	60,194	1,065
Tax liabilities	**100,684**	**136,003**	**35,318**
current	5,027	30,998	25,971
deferred	95,657	105,005	9,349

As at December 31, current tax assets and liabilities amount to €514 thousand and €30,998 thousand, respectively, and include the net balance of the Group's tax positions with respect to tax authorities, in accordance with the provisions of IAS 12.

The main components of deferred tax assets include the portion of amounts deductible in future years of adjustments to loans and receivables, the accrual for deferred benefit employee obligations, and depreciation and amortization the recognition of which is deferred for tax purposes.

Recall that in 2021 the tax value and carrying amount relating to Banking Payments goodwill deriving from DEPObank were aligned (see what is described in the specific item 100 "Intangible Assets" of the Statement of Financial Position Assets) following the payment of substitute tax equal to €2.4 million, resulting in a net positive effect of €23.7 million on income taxes for the year. Furthermore, the item also includes the share of deferred tax assets deriving from the financial statements of DEPObank relating to goodwill and the tax loss realized at the end of 2020.

Deferred tax liabilities mainly refer to the taxes on BFF Bank's late payment interest, recognized in the financial statements on an accruals basis but which will form part of the taxable profit in future years subsequent to collection, in accordance with Article 109, paragraph 7, of Presidential Decree no. 917 of 1986.

Other assets and liabilities

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Other assets	214,614	394,182	179,567
Other liabilities	460,856	401,369	(59,486)

The Other assets and liabilities items include the transitory items and the items to be settled with a debit and credit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the date of reference.

Other assets also include ecobonus tax assets acquired through non-recourse factoring transactions of €221.5 million at December 31, 2022.

Financial liabilities measured at amortized cost

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Amounts due to banks	795,053	1,166,365	371,312
Amounts due to customers	9,029,014	10,789,422	1,760,407
- of which to financial institutions	*0*	*0*	0
Securities issued	186,286	38,976	(147,310)
Total	**10,010,353**	**11,994,763**	**1,984,410**

The item "Amounts due to banks" mainly consists of "current accounts and demand deposits", mainly deriving from payment service operations, and includes the balances of accounts of bank customers.

Payables to customers mainly refer to "current accounts and demand deposits" relating to balances on operational accounts, i.e. accounts opened for customers (e.g. funds, asset management companies, corporate customers and other institutions) related to the custodian bank core business.

The item also includes online deposit accounts ("conto facto") offered in Italy, Spain and Germany, the Netherlands, Ireland and Poland, for a total of €1.3 billion between restricted deposits and unrestricted deposits, compared to €230 million at December 31, 2021.

Debt securities issued consist of bonds issued by the parent, with a total face value of €38.6 million (€181.8 million at December 31, 2021), recognized in the financial statements in the amount of €38.9 million at amortized cost using the effective interest rate method.

The decrease with respect to December 31, 2021 is attributable to the redemption on March 2, 2022 of the subordinated Tier 2 instrument in the amount of €100 million issued in 2017 and on June 29, 2022 of the Bonds (ISIN XS1639097747) issued for an original amount of €200 million in June 2017 and outstanding at the redemption date in the amount of €42.3 million.

As of December 31, 2022, the item includes only the senior unsecured bond (ISIN XS2068241400), with a "Ba1" rating assigned by the Moody's rating agency, issued in October 2019, for a remaining nominal amount of €38.6 million, maturing in May 2023. The bonds pay an annual coupon of 1.75%.

Provisions for risks and charges

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Commitments and other guarantees provided	294	251	(43)
Employee benefits	6,133	7,861	1,728
Other provisions	15,533	24,900	9,367
Total	**21,960**	**33,012**	**11,052**

At December 31, 2022 "Provisions for risks and charges" mainly include allocations to "Pension and similar obligations" and allocations to "Other Provisions" to cover contingent liabilities that Group companies may incur.

Main items in the Income Statement

The Group realized a profit of €232 million for the year ended December 31, 2022, compared to €197 million realized at the end of the previous year. Normalizing both results, i.e. eliminating all non-recurring items that affected the results of both periods and adjusting the 2021 result to include the first two months of DEPObank (this is necessary to include the months of January and February, months in which DEPObank had not yet been acquired and merged), the normalized result for 2022 stands at €146.0 million compared to €125.3 million realized in 2021.

Total income

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Late payment interest on non-recourse trade receivables	136,452	178,817	42,365
Interest income on securities	10,268	42,787	32,519
Other interest income	83,595	133,202	49,607
Interest and similar income	**230,315**	**354,805**	**124,491**
Interest expenses	(39,546)	(92,988)	(53,442)
Net fee and commission income	**80,779**	**90,656**	**9,877**
Dividends and similar income	3,676	9,795	6,119
Net trading income	6,634	12,622	5,988
Net hedging income			
Profits (losses) on disposal or repurchase of:			
a) financial assets measured at amortized cost		166	166
b) financial assets measured at fair value through other comprehensive income		0	0
c) financial liabilities	(12,650)	0	12,650
Profits on other financial assets and liabilities at fair value through profit or loss			
b) other financial assets mandatorily measured at fair value	2,733	5,154	2,422
Total income	**271,941**	**380,210**	**108,269**

Net interest income as at December 31, 2022 amounted to €261.8 million, up from €190.8 million last year (normalized values of €232.5 million and €194.6 million, respectively) and benefited from:

1) the initiatives put in place to achieve the funding synergies envisaged in the business plan (in fact, starting from Q2 2021 BFF has focused on i) using the funding made available by the Payments and Securities Services BUs to finance its lending and to further diversify its funding sources by closing the more expensive ones, while still maintaining a certain diversification of funding sources, ii) eliminating the economic effects of the negative rates expected from ECB deposits);
2) the higher value of loans to customers (thanks to the growth in Factoring & Lending);
3) the higher value of HTC securities in the portfolio;
4) the combined effect of the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% and the increase in days expected for the relative collection.

The value of net fee and commission income for the year ended December 31, 2022 amounted to €90.7 million, up from €80.8 million in 2021 but not much lower than the normalized €94.3 million in 2021, and was negatively impacted by the exit of Arca on November 1, 2022.

Total banking income as at December 31, 2022 amounted to €380.2 million, €348.5 million normalized, up from €271.9 million for the previous year (€303.2 million normalized) mainly due to the growth in net interest income.

Finally, remember that the recognition of maturity commissions and late payment interest on purchased non-recourse trade receivables in the income statement reflects the effective return from the application of the "amortized cost" criterion for measuring non-recourse trade receivables purchased, in accordance with IFRS 9. This implies that the income is recognized in relation to the return deriving from the expected cash flows. Please note that, in 2022, the item was influenced by the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% as well as the days expected for the relative collection from 1800 to 2100 days, for a positive overall amount of €29.3 million.

As far as the loans and receivables recognized in the financial statements of the Parent BFF Bank and the Spanish subsidiary BFF Finance Iberia are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.
On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. This extension was also implemented to take into account external impacts that influenced the age of the provision, such as payment slowdowns due to the Covid-19 pandemic crisis, the relative blocking of courts and the suspension of enforcement actions in healthcare, which influenced the suspension of the terms of legal and procedural activities and therefore collection timing.
Both changes mentioned above were accounted for at year-end and generated a total "one off" amount of €29.3 million.

Administrative costs

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Personnel expenses	73,234	74,352	1,118
Other administrative expenses	97,132	96,251	(881)
Total administrative expenses	**170,366**	**170,603**	**237**

Administrative expenses as at December 31, 2022 amounted to approximately €170.6 million, €159.5 million normalized, and were constant with respect to €170.4 million (which does not include the first two months of costs of DEPObank) but down from €169.1 million normalized in 2021 thanks to the initiatives implemented to realize the cost synergies established in the plan.

Other operating income, net

At December 31, 2022, under "Other operating income, net", the Group recorded an amount equal to €119.4 million relating to the one-off effect of the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") and in the same item in 2021, the definitive amount of badwill resulting from the merger transaction with DEPObank, totaling €76.9 million, was recognized.
This item, net of non-recurring items, therefore showed normalized values of €30.7 million in 2022 and €28.2 million in 2021.

4. Group's Objectives and Policies on the Assumption, Management and Hedging of Risks

Disclosure regarding the going concern assumption

In accordance with IAS 1, paragraph 24, the Banking Group assesses its ability to continue as a going concern by taking into account the trend of its main core indicators and available information about the future, covering at least 12 months after the reporting date.

In view of the aforementioned considerations, associated with the historical and prospective review of its earnings and its ability to access financial resources, the Group will continue its operating activities on a going concern basis. Consequently, these financial statements are drawn up based on this assumption.

A performance review of the last few years shows a continuing positive trend. The data can be summarized as follows:

- growing trend in Equity;
- capital adequacy in relation to the risks connected with lending activities;
- sufficient availability of financial resources;
- positive commercial prospects related to the trend in demand;
- high credit quality.

A quantitative summary of this analysis can be found below.

Items	12.31.2021	12.31.2022
Net interest income	195.3	261.8
Total income	271.9	380.2
EBTDA (gross of provisions)	206.5	349.8
Profit	**197.4**	232.0
R.O.E. (Return On Equity) (%)	**34.5%**	30.6%
R.O.T.E. (Return on Tangible Equity) (%)	39.2%	33.7%
Net interest income/Interest and similar income (%)	84.8%	73.8%
NPLs (net of impairment)/Loans and receivables with customers (%)	1.9%	1.6%
Own funds/Loans and receivables with customers (%)	49.1%	42.4%
Leverage Ratio	**3.5%**	4.6%
Equity	**571.6**	758.8
Own Funds	**481.1**	611.9

Risk Management and Compliance with Prudential Supervision Regulations

The prudential supervision regulations are mainly governed by the Bank of Italy Circular no. 285 "Supervisory provisions for banks" and Circular no. 286 "Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries", both dated December 17, 2013, which adopt the harmonized regulation for banks and investment firms contained in the EC CRR regulation (Capital Requirements Regulation) and in the European Directive CRD IV (Capital Requirement Directive) of June 26, 2013.

These regulations include the standards set forth by the Basel Committee on Banking Supervision (Basel 3 framework), whose implementation, pursuant to the Consolidated Law on Banking, is the responsibility of the Bank of Italy, and define the ways in which the powers attributed by EU regulations to national authorities were exercised.

The above circulars outline a complete, organic and rational regulatory framework, integrated with the directly applicable EU provisions, which is completed with the issue of the implementation measures contained in the regulatory technical standards and implementing technical standards adopted by the European Commission based on the EBA's proposal.

The regulation applicable at December 31, 2022 is based on three pillars.

Pillar I - Capital adequacy to meet the typical risks associated with financial operations

From the standpoint of operations, the absorption of risks is calculated using various methods:

- "Standardized approach" for credit risk;
- "Original exposure approach" for counterparty risk;
- "Basic approach" for operational risk;
- "Standardized approach" for market risk.

Pillar II - The ICAAP/ILAAP Report

In accordance with prudential supervisory provisions, and in order to allow the Supervisory Authority to carry out an accurate and comprehensive assessment of the fundamental qualitative characteristics of the equity and financial planning process, the risk exposure and the consequent calculation of total internal capital and relevant liquidity reserves, the Bank - as Parent of the Banking Group - has prepared the "ICAAP/ILAAP 2022 Report" on internal processes for determining adequacy of capital and of liquidity risk governance and management systems.

Pillar III - Disclosure to the public

Pursuant to Article 433 of the CRR, banks shall publish the disclosures required by EU regulations at least on an annual basis, in conjunction with the date of publication of the financial statements. Pillar III provisions establish specific periodic disclosure obligations concerning capital adequacy, risk exposure and the general features of the related systems for the identification, measurement and management of such risks. BFF Banking Group draws up public disclosures in accordance with the provisions in effect, on a consolidated basis. To this end, the Board of Directors of BFF has approved a dedicated procedure named "Disclosure to the Public (Pillar III)".

Pursuant to this procedure, the disclosure should be:

- Approved by the Board of Directors before it is made public;
- Published on the website **www.bff.com** at least once a year by the deadline for the publication of the financial statements, and therefore within 21 days of the date of approval of the financial statements by the Shareholders' Meeting.

With regard to the provisions of the Bank of Italy Circular no. 285 of December 17, 2013, and subsequent updates, the BFF Group will publish on its website **www.bff.com**, once a year, within the deadlines established for the publication of the financial statements, a country-by-country reporting document, which contains information inherent to the business, turnover, and the number of staff in the various countries in which the Group is present.

The information to be published is defined by Appendix A, first part, Title III, Chapter 2 of the above Circular.

Disclosure regarding Calendar Provisioning and Past Due

With the aim of adopting an increasingly prudent approach to the classification and coverage of NPEs, in April 2019 the European Commission approved an update of EU Regulation 575/2013 (CRR) regarding the minimum coverage of non-performing loans. For the purposes of evaluating prudential provisions, the legislation in question provides that loans disbursed and classified as impaired after April 26, 2019 are subject to "calendar provisioning". Exposures disbursed earlier and subsequently classified as NPEs will not be subject to the provisions contained in the amendment to Regulation no. 575 (CRR). This update requires banks to maintain an adequate provision level, deducting from their CET 1 any positive difference between prudential provisions (identified by weighting the gross value of guaranteed and unsecured NPEs by certain percentages) and amending funds and other assets (provisions, prudent valuation, other deductions of CET1).

This rule is based on the principle that the prudential definition of default (i.e. past due, unlikely to pay and non-performing) effectively defines a state of deterioration of the credit quality of the exposure, not providing for any discretion and not ensuring that certain cases not representative of a worsening of credit risk (as for most Group exposures) are treated differently.

Thanks to the credit management processes established by the BFF Group, as of December 31, 2022 the impact on CET 1 deriving from the application of calendar provisioning was limited to roughly €389 thousand, compared to 2021 when it amounted to €106 thousand.

Regarding the classification to NPE, note that on June 27, 2019 the Bank of Italy introduced certain amendments to Circular No. 272 concerning credit quality and the rules on the new definition of default, and on February 15, 2021 it updated its note containing the guidelines of the Supervisory Body on the application of Delegated Regulation (EU) No. 171/2018 on the materiality threshold of overdue credit obligations pursuant to Art. 178, para. 2, letter d) CRR (RD), and more generally on the application of the RD regulations. Lastly, the Group aligned itself with the new interpretation criteria on the definition of default, published by the Bank of Italy on September 23, 2022.

Moreover, note that the Group has implemented a series of actions and interventions aimed at further improving the credit selection and management process, initiatives that have made it possible to avoid particular negative impacts of the new legislation on the business model.

Finally, note that BFF is also conducting the most careful assessments with respect to the opportunity to undertake the path of adopting the method based on internal ratings (IRB) for credit risk. This is a method that, especially with respect to exposures to the Public Administration, would allow i) a more adequate representation of the BFF Group's low actual risk profile, since, beyond the definition of default - and probability of default (PD) - that can be adopted, the BFF Group's recovery processes would show Loss Given Default (i.e. LGD), which is known to be substantially nil, as well as ii) to adopt approaches that are more representative of the actual risk in the context of credit activities arising from the purchase of trade receivables, such as the adoption of the Facility Level Approach (FLA), which to date has only been permitted for banks and groups using internal models.

Monitoring and control of Liquidity

Despite the current macroeconomic scenario, characterized by the continuation of the COVID-19 pandemic and strong geopolitical tensions, the Group has always been able to count on an adequate level of liquidity, largely respecting regulatory requirements and positioning itself on values in line with the internal levels of reporting indicators (LCR, NSFR).

The Group adopts solid oversight mechanisms for monitoring and governing the liquidity position and carries out (i) when deemed necessary, more frequent and more detailed stress analyses as well as with increasing and variable impacts, (ii) maintains an important share of assets freely available to meet unforeseen liquidity needs, verifying their level of adequacy with respect to future cash flows, (iii) monitors the markets through banks it has relationships with, and (iv) monitors changes in the collection trends of debtors, particularly of the Public Administration. In this context, also by monitoring more specific indicators, the Group did not identify particular liquidity tensions, thanks to its capacity to handle potential stress situations deriving from its funding structure and the levers it is able to activate if required.

Moreover, each year the Group updates its Contingency Funding Plan ("CFP"), which is approved by the BFF Bank Board of Directors and implemented by the Subsidiaries. The document was updated in January 2023. This document illustrates indicators and related thresholds in order to trigger the appropriate actions and escalation and decision processes, with a view to preventing and managing a possible liquidity crisis.

The main accounting issues dealt with during the epidemic and the Russia/Ukraine conflict

With regard to the main accounting actions aimed at a correct representation of the effects of the items in the financial statements, the following is noted.

The annual update of the risk parameters (PD and LGD) takes into consideration the evolution of the effects of COVID-19 within the estimates of expected credit losses, and starting from March 2022, the effects of the Russia/Ukraine conflict.

The Baseline, High Growth and Mild Recession forecasts supplied by the external infoprovider were updated in June 2022 and provide the forecast default rates for the 20 quarters following the updating date. In February 2022, the outbreak of the Russia/Ukraine conflict significantly changed the geo-political scenario with direct consequences on the European and global macro economy. The Risk Management Function, as it does every quarter of the year, performed a sensitivity analysis at December 31, 2022 between the macroeconomic scenarios for the fourth quarter of the year, provided by the external infoprovider, and the macroeconomic scenarios updated at June 30, 2022. The analysis shows that 2023 will be characterized by a decline in GDP growth and a strong inflationary drive generated by the Russia/Ukraine conflict, which reduces on one hand business investments and on the other the disposable income of consumers. However, the job market does not seem to be experiencing significant tensions, thanks to the recovery in hirings post-Covid-19. The economic slowdown will not be sufficient to cause widespread dismissals and the job market will continue to benefit from considerable excess demand. Therefore, job market stability will be one of the main factors that could prevent the economy from entering a recessive cycle. The comparative analysis of the scenarios shows that estimated GDP in December 2022 is worse than that currently in use in the model and therefore, the Risk Management Function is evaluating the impacts of that change on the model for estimating risk parameters in order to understand its magnitude, while also taking into consideration that the Group's Business Model and - in this specific area - the relative cost of risk are less sensitive to GDP trends than credit exposures concentrated in the corporate/retail area.

Moreover, the Risk Management Function compared the macroeconomic estimates released by the external infoprovider with those of the European Central Bank (ECB), observing, also in this case, a deterioration of GDP in 2023. The same analyses will be performed at the end of the first quarter of 2023 as well in order to evaluate the possibility of updating the risk parameters early.

At December 31, 2022, the newly acquired *BFF Techlab* was consolidated line-by-line. Furthermore, the purchase price allocation ("PPA") process was concluded, which resulted in the recognition of goodwill at consolidated Group level of €83 thousand. For more information refer to Part G "Business combinations" of the Notes.

On the basis of the outcomes of the annual impairment test performed to prepare the consolidated financial statements at December 31, 2022, the Group did not recognize any impairment loss on the amount of goodwill recorded in the financial statements relating to the allocation of the acquisition cost of the BFF Polska Group, BFF Iberia and *BFF Techlab*.

At December 31, 2022, lastly, the impairment test was performed on the "Customer Contracts" intangible asset of the Securities Services BU, resulting from the finalization of the PPA subsequent to the merger of DEPObank in 2021, and in light of the significant changes taking place in the customer portfolio composition, it was deemed appropriate to recognize an impairment loss through profit or loss. For more information refer to Part B of the Notes in item "Intangible Assets".

5. Internal Control System

To guarantee sound and prudent management, the BFF Group combines business profitability with a knowledgeable assumption of risks and with operational conduct inspired by criteria of fairness.

Therefore, in line with legal and supervisory regulations and consistent with the instructions of the Corporate Governance Code for listed companies, the BFF Group has set up an internal control system suitable to identify, measure and continuously verify the risks typical of its corporate activities.

The CEO is the director responsible for the Banking Group's Internal Control system, as envisaged by the Corporate Governance Code.

Described below are the organizational framework of the Group's internal control system, based on the following three control levels, and the main activities carried out by control functions during the first half of the year:

- **First-level controls** (line controls) aim to ensure that transactions are carried out correctly, and are performed by the same operating structures that execute the transactions, also with the support of IT procedures and constant monitoring by the heads of such operating structures.
- **Second-level controls** aim to ensure the correct implementation of the risk management process and compliance with the regulatory framework, including the risk of money laundering and terrorist financing. The functions responsible for such controls, Risk Management and Compliance & AML, are distinct from business functions and contribute to the definition of risk governance policies and the risk management process. The Risk Management Function and the Compliance and AML Function - organizationally and functionally autonomous and distinct - report to the Chief Executive Officer and are independent of the internal audit function, as it performs audits on them. The duties and respective responsibilities are governed within the pertinent internal regulations of the same functions.
- **Third-level controls** and **internal audit** activities are instead carried out by the Group's Internal Audit Function, reporting directly to the Board of Directors.

Control Functions

Risk Management

In terms of second-level controls, the function ensures the consistency of the risk measurement and control systems with the processes and methodologies of company activities by coordinating with the relevant company structures; oversees the realization of the internal process for determining adequacy of capital and liquidity risk governance and management systems ("ICAAP/ILAAP"); monitors the controls over the management of risks, in order to define methods to measure those risks; assists corporate bodies in designing the Risk Appetite Framework (RAF); verifies that the limits assigned to the various operating functions are being observed; and checks that the operations of the individual areas are consistent with the assigned risk and return objectives.

In particular, during the first half of the year the Function mainly worked on the ICAAP/ILAAP process, the review of the risk management thresholds and metrics, the update of the Contingency Funding Plan and the Recovery Plan, and finally the report on operational and security risks in payment services. Furthermore, as of March 1, 2022 a Validation & Credit Monitoring Area was established within the Group Risk Management Function with the aim of strengthening internal controls and ensuring greater independence of validation activities from

development activities. As part of the impairment process, the Function worked on re-estimating the IFRS 9 risk parameters with a view to making them more consistent with the specific features of the Group's Business Model. Lastly, in 2022 the Group started to conduct a series of careful assessments with regard to the possibility of adopting the internal rating based (IRB) method for credit risk, in which the Risk Management Function is involved with regard to a number of topics.

Compliance and Anti-Money Laundering (AML)

This function supervises, according to a risk-based approach, the management of the risk of non-compliance with regulations, with regard to all the activities falling within the regulatory framework for the parent and the Group - also through its reference persons/local functions at its subsidiaries and/or branches - continuously verifying whether internal processes and procedures are adequate in preventing such risk; the function also has the duty of preventing and combating money laundering and terrorist financing transactions, moreover identifying on an ongoing basis the regulations applicable in that area.

During the year the Function assessed the impact of the military conflict between Russia and Ukraine on the BFF Banking Group by regularly updating all relevant structures on the: i) sanctions regime as envisaged at EU level for parties/entities involved in the conflict and ii) calls for attention by the competent Authorities.

The monitoring of the risk of non-compliance, money laundering and financing of terrorism has continued on a regular basis in accordance with the annual program of the department's activities approved by the Board of Directors on March 31, 2022.

The Function also continued updating the body of internal rules - including for instance the Non-Compliance Risk Management Policy and the Anti-Money Laundering and Anti-Terrorism Policy - and provided support on an ongoing basis to the organizational units in the interpretation of regulatory provisions and their application with respect to company operations.

Furthermore, activities continued with the goal of strengthening the oversight mechanisms enacted by the Parent and the subsidiaries through the implementation of corrective actions and the adaptation actions identified by the same Function.

Internal Audit Function

Internal audits are carried out by the Group's *Internal Audit* function, directly reporting to the Board of Directors. The Internal Audit function carries out independent controls, not only at the Parent but also at the subsidiary BFF Finance Iberia under a specific service agreement; it also performs management and coordination activities for the Internal Audit Function of the subsidiary BFF Polska. The regulation approved by the Board of Directors specifies that the Internal Audit function, within the third-level controls, evaluates the overall functioning of the internal control system, bringing to the attention of the corporate bodies any possible improvements.

The Head of the Internal Audit function has the necessary autonomy and is independent of the operating structures, in compliance with Bank of Italy's regulation on Internal Controls, the Corporate Governance Code and internal regulations.

In 2022, the Internal Audit function performed audits in line with the multi-year 2022-2024 Audit Plan prepared according to a risk-based approach, approved by the Board of Directors in March 2022, following up on the recommendations issued and reporting quarterly on the work done to the Bank's governance and control bodies, through its dashboard.

More specifically, the audits were performed on the internal structures of the parent, on the foreign branches, on the subsidiary BFF Finance Iberia and on BFF Polska and its subsidiaries. Moreover, such function carried out the audits provided for by the regulations applicable to Group activities, including those relating to remuneration and incentive policies, ICAAP and ILAAP processes, the Recovery Plan and IT system reliability, security and adequacy aspects. The function also drafted the required reporting established by banking regulations represented by the "Annual Internal Audit Report" and the "Audit Report on outsourced critical or important functions" (CIF).

The manager of the Internal Audit Function is also responsible for the whistleblowing system.

Other Control Functions and Bodies

Finally, under the provisions and terms of the law, Staff reporting to the Financial Reporting Officer evaluate the effectiveness of the oversight being provided by the Internal Control System in regards to Financial Reporting Risk. In particular, it performs assessments and monitoring at a Group level, evaluating the adequacy of the coverage of the potential risk by performing adequacy and effectiveness tests on key controls on an ongoing basis, identifying possible points of improvement in the Internal Control System in the accounting area. In this context, the Financial Reporting Officer and the Chief Executive Officer of the Parent together certify the following aspects through specific reports attached to the annual separate and consolidated financial statements, and interim reporting: the suitability of the accounting procedures used in preparing the annual, consolidated and interim financial statements; compliance of documentation with applicable international financial reporting standards endorsed by the European Union; whether accounting books and records are suitable for providing a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the Group on a consolidated level and of the individual subsidiaries included under the scope of the consolidation; and the reliability of content, in relation to specific aspects, of the Director's report on operations and interim reporting.

Supervisory Body pursuant to Italian Legislative Decree 231/2001

The Bank has an Organization, Management and Control Model (hereinafter referred to as the "Model") prepared pursuant to Italian Legislative Decree 231 of June 8, 2001 (hereinafter also referred to as the "Decree"), drafted in compliance with the requirements of such Decree as well as the guidelines of ASSIFACT and ABI. The last revision of the Model, approved by the Board of Directors on December 22, 2022, was carried out in order to incorporate two new types of offense introduced by Law no. 22 of March 9, 2022 "Provisions on offenses against cultural heritage" such as i) "Crimes against cultural heritage" pursuant to Art. 25-septiesdecies of Decree 231 and ii) the crimes of "Recycling of cultural assets and devastation and sacking of cultural and landscape assets" pursuant to Art. 25-duodevicies of the Decree.

The Model includes a General Part, which provides a summary description of the reference regulatory framework, the key characteristics and features of the Model identified within the operations defined as "sensitive" for the purposes of the Decree, the structure and composition of the Supervisory Body as well as the description of the system of sanctions to prevent violation of the provisions contained in the Model. It also includes Special Parts comprising: i) the Matrix of operations at risk of committing a criminal offense, intended to identify the criminal offenses that may potentially be committed as part of the parent's operations; ii) the Protocols of the Departments and Organizational Units of the parent, which detail the operations, audits and reporting mechanisms intended to ensure that the parent's organizational and control system - including the foreign branches in Spain, Portugal, Poland and Greece - complies with the rules in the Decree; iii) Table of Information Flows to the Supervisory Body ("Information Flows to the SB").

The Bank also adopted a Code of Ethics, the most recent update of which was approved by the Board of Directors on November 26, 2021. This document defines the set of ethical values embraced by the Group and that ensure, among other things, the prevention of criminal offenses as per the Decree.

The parent makes sure that all employees receive adequate training, especially in the event of updates to regulations concerning the topics set out in the Decree.

The activity of the Supervisory Body carried out in the course of 2022 was aimed primarily at verifying the adequacy of the Model, checking the information flows received periodically from the organizational structures, analyzing topics linked to IT risks in relation to the current geopolitical climate, updating the activity of the Compliance & AML Function in relation to the preparation of an ad hoc Model for the Italian subsidiaries BFF Immobiliare Srl and *BFFTechlab* Srl and defining the audits under the responsibility of the Internal Audit Function with 231 liability profiles (Market Abuse, Privacy).

Furthermore, the Supervisory Body decided to initiate a quality review of the Model in 2023 with the support of a qualified outside consultant, in order to verify its alignment with best market practices, and also in relation to the evolution and growth of the Bank over the last few years.

The Supervisory Body reported to the Board of Directors on its work during 2022. Specifically, it noted that it had not directly or indirectly received any report relevant for the proper application of the Model.

As far as the Group's administrative liability is concerned, the following should be noted:

- the Spanish subsidiary BFF Finance Iberia adopted its own Organizational Model in accordance with Article 31-bis of the Spanish Penal Code, similar in its structure to the Bank's Model, and an independent, single-person Supervisory Body;
- the Polish subsidiary BFF Polska and its subsidiaries adopted specific guidelines to govern "anti- corruption" issues, with the identification of a relevant, single-person body, represented by BFF Polska's Compliance and AML function.

6. Other information

Transactions with related parties

With regard to relations with related parties and associated parties, on November 11, 2016 the Board of Directors of BFF SpA approved, with effect subject to the commencement of negotiations on the Mercato Telematico Azionario managed by Borsa Italiana - and therefore from April 7, 2017 - the "Policies on internal controls adopted by the BFF Group for the management of conflicts of interest" (so-called "Conflict of interest management policy") and the "BFF Group Regulation for the management of transactions with parties having conflicts of interest" (the "RPT Regulation") - in implementation of the supervisory provisions of Title V, Chapter 5 of Bank of Italy Circular no. 263 of December 27, 2006 ("Circular 263") and of the Consob Regulation on transactions with related parties, adopted by resolution no. 17221 of March 12, 2010, subsequently amended by resolution no. 17389 of June 23, 2010 - subject to a favorable opinion expressed by the Board of Statutory Auditors and the RPT Committee.

On December 22, 2020 the Bank approved the update of the conflict of interest management policy and the RPT Regulation in order to update the new regulatory references resulting from the integration of Circular no. 263 in the Supervisory Provisions for banks.

On June 30, 2021 the Bank approved the update of the conflict of interest management policy, the RPT Regulation and the RPT Committee Regulation in order to update them in compliance with the amendments made to Consob Regulation no. 17221/2010 with resolution no. 21624 of December 10, 2020, which entered into force on July 1, 2021.

On October 27, 2022, the Bank approved the update only of the RPT Regulation in order to include, in Art. 7.5.1, amongst the "ordinary" transactions carried out by the Bank's subsidiaries, those carried out by *BFF Techlab* S.r.l. and BFF Immobiliare S.r.l., which are wholly-owned by the Bank.

The Policy on the management of conflicts of interest governs the control processes aimed at ensuring the correct measurement, monitoring and management of the risks assumed by the Group with respect to Related Parties.

The RPT Regulation is aimed at overseeing the risk that proximity, if any, of such parties to the Banking Group's decision-making centers may compromise the objectivity and impartiality of the decisions taken on transactions involving those parties, with possible distortions in the resource allocation process, exposure of the parent to risks not adequately measured or supervised, and potential damage for shareholders and stakeholders.

The Regulation for the management of transactions with parties that may be in a conflict of interest and the Group Policy to manage conflicts of interest are communicated to the public via the parent's website under the section Governance > Procedures and Regulations > Related-Party Transactions.

Information on related party transactions is provided in Part H of the Notes to the Financial Statements.

Derogation from obligations to publish disclosure documents pursuant to Article 70, paragraph 8 and Article 71, paragraph 1- *bis* of the Issuers' Regulations

The parent complied with the provisions of Article 70, paragraph 8 and Article 71, paragraph 1-bis of the Issuers' Regulations adopted by Consob Resolution no. 11971 of May 14, 1999, as subsequently amended, and therefore derogated from the obligations to publish disclosure documents required in the event of mergers, demergers, capital increases by contribution in kind, acquisitions and disposals.

Disclosure of compliance with codes of conducts pursuant to Article 89-*bis* of the Issuers' Regulations

The Bank has signed on to the new Corporate Governance Code (formerly the Code of Conduct) for listed companies as defined by the Corporate Governance Committee established by the business associations (ABI, ANIA, Assonime, Confindustria), the association of professional investors (Assogestioni) and Borsa Italiana, approved on January 31, 2020 and in force as of January 1, 2021.

Already in December 2020, the Bank adopted the new Corporate Governance Code, by updating its internal regulations to incorporate - in the terms represented in the 2021 Report on Corporate Governance - the new features introduced by such Code.

Research and Development

The projects initiated within the Group during 2022 are mainly aimed at business development, the efficiency of internal processes and the reinforcement of IT systems.

More specifically, the following important projects were carried out:

- The launch of new factoring services, at Group level, both aimed at existing customers and at a gradual expansion of business with SMEs. A multi-year project for creating a new and innovative Group platform to support the core factoring & lending business by revising and restructuring the underlying processes and through investments in information systems and in existing processes aimed at managing new types of services ancillary to non-recourse factoring requested by customers in the various countries.
- Development of new technological solutions for regulatory compliance management, aimed at introducing automation mechanisms (RPA) in back office and administrative processes in order to boost the efficiency of processing times and increase automatic controls, mitigating operational risks linked to manual processing while also improving customer service levels.

Unusual or atypical transactions

The Bank did not carry out any unusual or atypical transactions, as reported in Consob Communication no. 6064293 of July 28, 2006, during the reporting period.

Bonds and ratings

As at December 31, 2022, the ratings assigned to BFF in 2022 by the agency Moody's had changed from December 31, 2021:

- BFF's Baseline Credit Assessment ("BCA") is "ba2",
- The long-term issuer rating is "Ba2", with Stable outlook,
- The long-term bank deposit rating is "Baa3" with Negative outlook,
- The short-term Bank Deposit rating is "P-3".

On November 18, 2022, the agency Moody's (i) confirmed the Issuer Rating, the BCA and the Adjusted BCA of BFF at "ba2", (ii) confirmed the Stable outlook on the long-term issuer and senior unsecured debt ratings and (iii) lowered the BFF long-term bank deposit rating to "Baa3" from "Baa2" with a Negative outlook (previously Stable) and the rating on short-term bank deposits to "P-3" from "P-2".

The confirmation by Moody's of the BFF BCA of "ba2" reflects several positive changes in the Bank's credit profile following the completion of the DEPObank acquisition. At the same time, Moody's confirmed the long-term Issuer rating and the senior unsecured debt rating of "Ba2" in line with the creditworthiness of BFF and the loss severity, which remained unchanged. The rating action on deposits, which changed to "Baa3" from the previous "Baa2", reflects the mechanics of the Moody's Advanced Loss Given Failure (LGF) methodology applied to the BFF liability structure.

On January 12, 2022, following the issuance of Additional Tier 1 bonds in the amount of €150 million intended for institutional investors, Moody's gave the issue a B2 rating.

For further information refer to the Moody's press release published on the agency's website and the *Investors > Debt > Ratings* section of the Group website.

Events after the reporting date

Loss of qualification as Small/Medium-Sized Enterprise pursuant to Art. 1, paragraph 1, letter w-*quater*. 1) of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 ("Consolidated Law on Finance")

As of January 1, 2023, the Parent BFF Bank S.p.A. lost its qualification as Small/Medium-Sized Enterprise ("SME") pursuant to Art. 1, paragraph 1, letter w-*quater*. 1) of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 ("Consolidated Law on Finance"), pursuant to Art. 2-*ter* of the regulation adopted by Consob resolution no. 11971 of May 14, 1999 ("Issuers' Regulations"), as two years had passed since the date of entry into force of Law no. 120/2020, which converted Italian Decree-Law no. 76/2020, which identifies a maximum turnover of €300 million for issuers to be qualified as SMEs.

Please note that the Bank was qualified as an SME on the basis only of the consolidated turnover criterion, as the average market capitalization value was already higher than the regulatory threshold of €500 million.

Therefore, the Bank will no longer be included on the list of listed issuer SMEs published by Consob on its website. Furthermore, the loss of the qualification of SME entails the application of an additional relevant threshold for the purposes of significant equity investment reporting obligations, pursuant to Art. 120 of the Consolidated Law on Finance, equal to 3% of the share capital.

Authorization to repurchase treasury shares

On February 1, 2023, BFF Bank S.p.A. received, after it initiated the regulatory procedure communicated to the market on November 25, 2022, the Bank of Italy's authorization pursuant to Arts. 27 et seq. of Delegated Regulation (EU) no. 241 of January 7, 2014, adopted by the European Commission, and Art. 78 of Regulation (EU) no. 575 of June 26, 2013, to repurchase treasury shares of the Bank, in execution of the authorization granted pursuant to Art. 2387 of the Italian Civil Code by the ordinary shareholders' meeting of March 31, 2022 up to the maximum amount of €2.8 million. The repurchase of treasury shares had been carried out in full at the date on which this document was drafted, and the relative amount had already been deducted from own funds at December 31, 2022.

The treasury share repurchase, as already disclosed to the market, will aim to equip the Bank with sufficient financial instruments in order to meet the requirements of the remuneration and incentive systems as per the current "Remuneration and incentive policy of the Banking Group".

On February 20, 2023, the treasury share repurchase program concluded. In the period between February 13, 2023 and February 17, 2023, the parent repurchased 291,888 ordinary shares, corresponding to 0.16% of the total shares outstanding and making up the share capital (equal to 185,604,558 shares), for a total equivalent value of €2,794,383.98.

7. Share capital, Shareholder structure and other performance indicators

Share capital

In 2022 the share capital increased from 185,312,690 shares, corresponding to €142,690,771.22 at December 31, 2021 to 185,545,952 shares, corresponding to €142,870,382.96 (at the date of the approval of this document), as a result of the partial execution of the delegated free capital increase in the period between January 13, 2022 and December 29, 2022 through the issuance of new BFF ordinary shares equal to 233,973 [4] for a nominal amount equal to €180,159.21 and assigned to BFF Group personnel for needs related to remuneration and incentive policies (2020 Management by Objectives and 2016 Stock Option Plan).

Treasury shares

At December 31, 2022, the Bank owned 570,728 treasury shares, accounting for 0.31% of share capital at that date, down from 974,461 on December 31, 2021.

During 2022, the Bank did not repurchase any treasury shares, while 403,733 shares were allotted following the exercise of stock options and the payment of variable remuneration in financial instruments, of which 267,325 to the Chief Executive Officer, 85,622 to other beneficiaries on staff and 50,786 to beneficiaries not on staff.

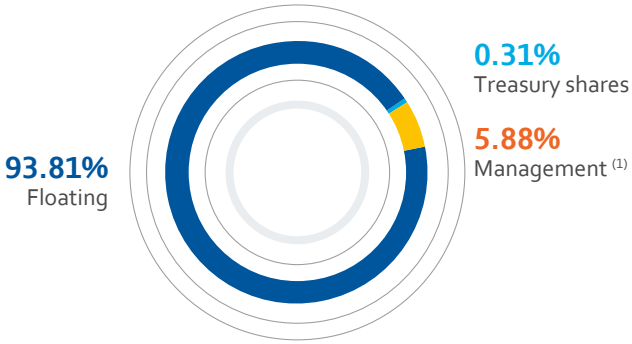
(4 Following the resolution of the Extraordinary Shareholders' Meeting of April 2, 2020 - to increase the share capital of the Bank without consideration, in a divisible manner and in several tranches, pursuant to Art. 2349 of the Italian Civil Code, for a total amount not exceeding €5,254,563.16, through the issue of up to 6,824,108 ordinary shares for the purposes connected with the Group's remuneration and incentive policies, including the "2020 Banca Farmafactoring Banking Group Stock Option Plan" (the 2020 Capital Increase) - said 2020 Capital Increase was partially implemented through the issue of 233,262 new ordinary shares in the period between January 1 and December 31, 2022.

Shareholder Structure

The composition of BFF's shareholding structure as at December 31, 2022 reflects the outcome of the sale procedure on the market through an Accelerated Book-Building concluded on March 9, 2022 of approximately 14 million ordinary shares of BFF held by Equinova UK HoldCo Limited (see the section "Key Events in the Group"), and the share capital increases to service the stock option plans that took place during the year and were disclosed to the market.

As of December 31, 2022, therefore, the Bank's free float, already over 80% as of December 31, 2021, had reached nearly 100% of the share capital, confirming its position as one of the few truly shareholder-driven listed businesses in Italy.

As of December 31, 2022, Management and their Closely Associated Persons held 5.88% of the share capital, up from 5.59% as of December 31, 2021. Treasury shares held by the Bank - 570,728 - amount to 0.31% of the share capital.



Total number of shares issued: 185,545,952
Source: Forms 120A - 120B - 120D and Internal Dealing communications. Percentage is calculated based on the total number of shares issued at 31/12/20222.

(1) As at 12/31/2022 the Chief Executive Officer Massimiliano Belingheri and his Closely Related Persons (Bray Cross Ltd. and Scalve S.à. r.l., The Bomi Trust and Bomi S.a.r.l.) held 10.63 million BFF shares, for a quota equal to 5.73% of the share capital. The remaining quota of the management refers to the BFF shares held by the 4 vice presidents in office at that date and by their respective Closely Related Persons.

With regard to the options granted under the 2016 Stock Option Plan, as at December 31, 2022, 1,086,788 options had been granted, of which 854,788 vested but not yet exercised and 232,000 not yet exercisable. The number of options outstanding and not yet exercised as at December 31, 2021 was 2,524,684.

With regard to the 2020 Stock Option Plan, 8,384,500 options were granted, exercisable starting in 2023, while with regard to the 2022 Stock Option Plan 6,698,000 options had been granted at December 31, 2022, of which 2,547,000 in cash-less form and 4,151,000 in phantom share form, exercisable starting in 2025.

Shareholders' Meeting Resolutions

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting of the Bank resolved:

- to distribute to Shareholders part of the profit for the year of €125,280,399, equal to approximately €0.679 before tax for each of the 185,315,280 ordinary shares outstanding at coupon date (no. 5) of April 19, 2022 (ex date);
- to add members to the Board of Directors, confirming:
  1. the appointment of the director Ms. Monica Magrì, already co-opted by the Board of Directors on February 10, 2022;
  2. the appointment of the director already co-opted by the Board of Directors on March 1, 2022, Ms. Anna Kunkl, who will remain in office until the Shareholders' Meeting called to approve the financial statements for the year 2023;
- to add a member to the Board of Statutory Auditors by appointing Francesca Sandrolini as its Chairwoman, whose candidature was submitted by the law firm Trevisan & Associati on behalf of a group of shareholders;
- to approve:
  - the "2022 Remuneration and Incentive Policy for the members of the Strategic Supervision, Management and Control Bodies and Personnel of the BFF Banking Group" included in the first section of the Annual Report on Remuneration Policy and Remuneration Paid, pursuant to Article 123-*ter*, paragraph 3-bis of Italian Legislative Decree no. 58/1998, as amended;
  - policies for determining compensation in the event of early termination of office or termination of employment, including limits on such compensation;
  - the second section of the Annual Report on the Remuneration Policy and Compensation Paid pursuant to Article 123-*ter*, paragraph 6 of Italian Legislative Decree no. 58/1998;
  - the BFF Banking Group 2022 Incentive Plan;
  - to revoke the previous authorization to repurchase and dispose of treasury shares granted by the Shareholders' Meeting of March 25, 2020 for the part not executed by the date of March 31, 2022, and therefore without prejudice to the transactions carried out in the meantime, and to authorize the Board of Directors - pursuant to and for the purposes of Art. 2357 of the Italian Civil Code - to repurchase a maximum of 8,294,520 ordinary shares of BFF, taking into account the shares already in stock, for the purposes indicated under "Repurchase of treasury shares".

Most recently, on June 22, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting of the Bank resolved:

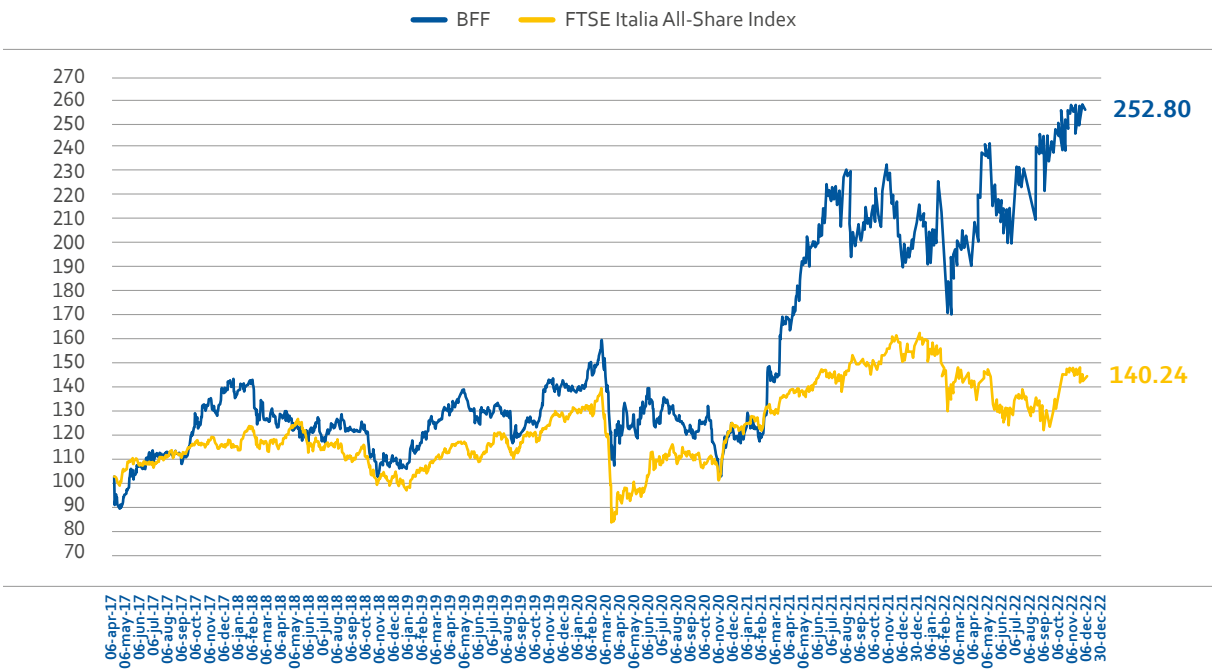
- to add a member to the Board of Statutory Auditors by appointing Nicoletta Paracchini as Chairwoman of the supervisory body, whose candidature was submitted by the law firm Trevisan & Associati on behalf of a group of shareholders;
- to appoint Ms. Francesca Masotti as Alternate Auditor, and to confirm Mr. Carlo Carrera - previously Chairman of the Board of Statutory Auditors - in the role of Alternate Auditor.

Share Performance

The BFF Bank stock (ISIN Code: IT0005244402 - Italian stock exchange ticker: BFF) has been traded on the Euronext Milan market of Borsa Italiana since April 7, 2017, "Finance" Industry and "Financial Services" Super Sector.

The BFF share price at December 30, 2022 was €7.41, up by 58% over the IPO share placement price of €4.70. From listing to December 30, 2022, the Bank distributed a total gross dividend of €2.993 per share. Taking into consideration the distributed dividends, and assuming them to be reinvested in the BFF share on ex-coupon, total return for shareholders at December 30, 2022 compared to the IPO placement price was 153%. The FTSE Italia All-Share Index total return was 40%.

Total Return since IPO, with reinvested dividends*



(*) *At December 31, 2022, the BFF share is part of the following FTSE indexes: FTSE Italia All-Share Financials; FTSE Italia All-Share Financial Services; FTSE Italia All Share Mid Cap; FTSE Italy SMID Cap Tradable Plus; FTSE Italia MIB Storico; FTSE Italia PIR PMI; FTSE Italia PIR PMI Cap; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small Net; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small; FTSE RAFI Developed ex US Mid Small 1500; FTSE RAFI Developed Mid Small ex US 1500; FTSE Italy Small Cap Index - Specialty Finance; and the following STOXX and iSTOXX indices: STOXX Europe Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; EURO STOXX Total Market Value; STOXX Europe Total Market Small Net Return; EURO STOXX Total Market Price; STOXX Global Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; STOXX All Europe Total Market Price; EURO STOXX Total Market Small; iSTOXX Europe Value Factor Net Return; iSTOXX Europe Size Factor Net Return; STOXX Europe ex UK Total Market Small Price; STOXX Italy 45 Price Index; iSTOXX PPF Responsible SDG Net Return; iSTOXX PPF Responsible SDG Gross Return; STOXX Developed Markets Total Market Gross Return; EURO STOXX Total Market Value Small; STOXX Italy Total Market Price. The BFF share is also part of a number of MSCI (including MSCI Europe ex UK Small Cap; MSCI Europe Small Cap Special Tax Gross Return; MSCI ACWI Value Small USD and MSCI AC Europe IMI), Bloomberg (including Bloomberg Italy Large, Mid & Small Cap Price Return; Bloomberg World ex US Small Cap Growth Price Total Return and Bloomberg Eurozone Developed Markets Large, Mid & Small Cap Price Return), S&P (including S&P Developed Net Zero 2050 Carbon Budget (2022 Vintage); S&P Global BMI; S&P Developed Ex-U.S. SmallCap and S&P Pan Europe BMI) and Solactive (including Solactive Global SuperDividend and Solactive ISS ESG Screened Europe Small Cap) indices.*

8. Business Outlook

As per the five-year strategic plan, approved by the BFF Board of Directors on May 29, 2019 ("BFF 2023" or the "Plan"), the Group's objectives for 2023 - confirmed by the updated 2021-2023 financials set forth in the business plan following the closing of the Transaction with DEPObank on March 1, 2021 and the approval of the combined budgets for 2021, 2022 and 2023 - are:

1. Continue to develop the current core business, i.e. factoring, Securities Services and payments, further improving operating efficiency and strengthening the leadership position in Italy and abroad.
2. Maintain the focus on limiting the cost of funding, leveraging what has already been achieved in 2021 in terms of synergies resulting from the DEPObank operation.
3. Consolidate the existing business and/or expand into other market niches via acquisitions.

In view of the above, and in the face of a gradual reduction in the pandemic effects and despite the Russia/Ukraine crisis, the Group expects, as already took place in 2022, a recovery in terms of business volumes and operations, with growth in intermediation margin, also due to the effect of the synergies of the integration with DEPObank.

With regard to the credit risk, the nature of the loans makes the risk of losses on Financial Assets extremely low, with regard to the existing business model.

Note also that the issuance of the eligible instrument in Tier 1 allows the Group to optimize the concentration limit on large exposures and leverage.

Lastly, please note that on February 9 during the Presentation to Analysts of the 2022 results, BFF Bank announced that it had increased its target in terms of profit to be realized in 2023, the last year of the Business Plan, bringing the range from the previous €170-180 million to the current €180-190 million, primarily to take into account the impacts deriving from changes in estimates and the recognition of the collection percentages relating to the "40 euros" and late payment interest and, for the latter, the relative timing expected for collection, and despite the loss of the customer Arca and a period characterized by negative elements and instability such as the War in Ukraine and the energy shock, the sharpest rise in interest rates of recent decades, the highest level of inflation since the 1980s, the restrictions enacted in monetary policy and the end of the period of "negative rates", the volatility of sovereign spreads and negative stock market performance.

9. Allocation of the Banking Group's Profit

At December 31, 2022 the Banking Group's profit amounted to €232,047,605. This result includes, as described above, some non-recurring items, which net of the relative tax impacts amount to €86.0 million: +€87.2 million relating to the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros"), +€20.1 million relating to the combined effect of the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% and the increase in expected days for the relative collection, -€7.2 million relating to extraordinary provisions against a likely risk of a negative ruling, -€2.7 million for the tax effect on intra-group dividends, -€2.2 million for the write-off of a tax receivable (DTA) in Poland, €-9.2 million in other non-recurring items (costs for stock options, non-recurring costs, costs for special projects, capital gain from disposal of real estate, amortization of customer contracts, extraordinary contributions to the "FITD" and changes in the foreign exchange difference covered by the translation reserve).

Consistent with the dividend policy approved by the Bank's Board of Directors, which allows paying Shareholders the portion of the Group's normalized consolidated profit for the year not necessary to maintain a minimum Total Capital Ratio of 15% (calculated by considering the scope of the Banking Group, pursuant to the Consolidated Law on Banking and/or the CRR), the intention is to allocate:

i) €47,410 to the legal reserve (to bring the reserve to 20% of the Share Capital as of today);

ii) €85,970,465 to Retained earnings;

iii) €146,029,730 to the Shareholders, of which 77,479,836 to be distributed in April 2023 and €68,549,894 already distributed in August 2022 in the form of an interim dividend.

In relation to the allocation of profits of BFF Bank S.p.A., the proposal that will be presented to the Shareholders' Meeting of the Bank on April 13, 2023 is set forth below.

10. Proposal to the Shareholders' Meeting

Shareholders,

The Board of Directors has called you to this ordinary meeting on Thursday, April 13, 2023 at 9:00 a.m. (the "**Shareholders' Meeting**") at the registered office of BFF Bank S.p.A. (the "**Bank**" or "**BFF**") in Milan at Via Domenichino no. 5 (the "**Registered Office**"), in single call, to approve, inter alia, the proposed allocation of profit for the year.

The parent's financial statements at December 31, 2022, to be approved by the Shareholders' Meeting, show a profit of €261,438,215, which it is proposed be allocated as follows:

i) €47,410 to the legal reserve (to bring the reserve to 20% of the Share Capital as of today);

ii) €115,361,074 to Retained earnings;

iii) €146,029,730 to the Shareholders, of which 77,479,836 to be distributed in April 2023 and €68,549,894 already distributed in August 2022 in the form of an interim dividend.

Therefore, the Shareholders will be due a dividend of roughly €0.419 for each of the 185,623,140 shares.

Furthermore, American type option contracts were still admitted to trading on the Derivative Instruments Market (IDEM) with BFF shares as their underlying asset. In light of the foregoing and in compliance with what is set forth in the Instructions to the Regulation of the Markets organized and managed by Borsa Italiana (**Title IA.2, Section IA.2.1, Art. IA.2.1.3**), for the payment date of dividends to be paid by companies issuing shares in the FTSE MIB index or underlying derivative contracts on shares traded in the IDEM market, the reference date needs to coincide with the first day of trading subsequent to the third Friday of each calendar month.

Therefore, in light of the foregoing, the month for the payment of any dividend drawn from the results of the year 2022 will be April 2023 with the coupon date (no. 7) of April 24, 2023 (the ex-coupon date). Pursuant to Article 83-*terdecies* of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 as amended (**Consolidated Law on Finance**), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-*quater*, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting day of April 25, 2023 ("record date"). The payment of such dividend, gross of the withholdings required by law, is planned for April 26, 2023 ("payment date").

* * *

Therefore, we submit for your approval the following resolution proposal:

"The Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A., having examined the illustrative report of the Board of Directors, **resolves**

i) to distribute to Shareholders part of the profit for the year of €77,479,836, equal to approximately €0.419 before tax for each of the 185,623,140 ordinary shares outstanding at coupon date (no. 7) of April 24, 2023 (ex date). Such dividend includes the portion attributable to any treasury share held by the Company at the record date. Pursuant to Article 83-*terdecies* of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (Consolidated Law on Finance), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-*quater*, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting day of April 25, 2023 (record date);

ii) to allocate €47,410 to the Legal Reserve;

iii) to allocate the remainder of the profit for the year, equal to €115,361,074, to Retained earnings;

iv) to pay the above-mentioned dividend as of April 26, 2023 (payment date). Payment will be made through authorized intermediaries with which shares have been registered in the Monte Titoli system.

For the Board of Directors
The CHAIRMAN
(Salvatore Messina)

02

Consolidated Financial Statements

Consolidated Statement of Financial Position

(Values in euro units)

Assets		12.31.2022	12.31.2021
10.	Cash and cash equivalents	634,879,242	554,467,803
20.	Financial assets measured at fair value through profit or loss	90,540,554	36,598,343
	a) financial assets held for trading	*210,963*	*4,094,816*
	c) other financial assets mandatorily measured at fair value	*90,329,591*	*32,503,527*
30.	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	128,097,995	83,505,780
40.	Financial assets measured at amortized cost	11,895,850,418	10,069,496,866
	a) loans and receivables with banks	*478,203,260*	*404,099,101*
	b) loans and receivables with customers	*11,417,647,158*	*9,665,397,765*
50.	Hedging derivatives	-	13,098
70.	Equity investments	13,655,906	13,483,781
90.	Property, equipment and investment property	54,349,168	36,451,859
100.	Intangible assets	70,154,575	67,547,298
	of which		
	- goodwill	*30,956,911*	*30,874,236*
110.	Tax assets	60,707,458	100,518,550
	a) current	*513,588*	*41,389,440*
	b) deferred	*60,193,870*	*59,129,110*
130.	Other assets	394,181,565	214,613,950
TOTAL ASSETS		**13,342,416,883**	**11,176,697,328**

(Values in euro units)

Liabilities and equity		12.31.2022	12.31.2021
10.	Financial liabilities measured at amortized cost	11,994,762,826	10,010,352,805
	a) due to banks	*1,166,365,115*	*795,053,359*
	b) due to customers	*10,789,421,645*	*9,029,014,284*
	c) debt securities issued	*38,976,066*	*186,285,162*
20.	Financial liabilities held for trading	949,790	2,724,511
40.	Hedging derivatives	14,313,592	4,814,350
60.	Tax liabilities	136,002,627	100,684,173
	a) current	*30,997,504*	*5,027,559*
	b) deferred	*105,005,123*	*95,656,614*
80.	Other liabilities	401,369,354	460,855,826
90.	Post-employment benefits	3,238,366	3,709,582
100.	Provision for risks and charges:	33,012,775	21,959,653
	a) commitments and guarantees given	*251,282*	*293,721*
	b) pensions and similar obligations	*7,861,441*	*6,132,998*
	c) other provisions for risks and charges	*24,900,052*	*15,532,934*
120.	Valuation reserves	6,852,891	5,268,845
140.	Equity instruments	150,000,000	-
150.	Reserves	233,153,339	166,903,826
155.	Interim dividend	(68,549,894)	-
160.	Share premium reserve	66,277,204	66,492,997
170.	Share capital	142,870,383	142,690,771
180.	Treasury shares	(3,883,976)	(7,132,434)
200.	Profit (loss) for the period	232,047,606	197,372,423
TOTAL LIABILITIES AND EQUITY		**13,342,416,883**	**11,176,697,328**

Consolidated Income Statement

(Values in euro units)

Items		2022	2021(*)
10.	Interest and similar income	354,805,437	230,314,704
	of which: interest income calculated according to the effective interest method	*321,564,757*	*201,786,632*
20.	Interest and similar expense (**)	(92,987,816)	(39,545,723)
30.	**Net interest income**	**261,817,621**	**190,768,981**
40.	Fee and commission income	127,594,743	109,277,422
50.	Fee and commission expense	(36,939,094)	(28,498,392)
60.	**Net fee and commission income**	**90,655,649**	**80,779,030**
70.	Dividends and similar income	9,794,598	3,675,911
80.	Profits (losses) on trading	12,622,171	6,633,662
100.	Profits (losses) on disposal or repurchase of:	165,940	(12,649,882)
	a) financial assets measured at amortized cost	*165,940*	*(6)*
	c) financial liabilities	-	*(12,649,876)*
110.	Profits on other financial assets and liabilities at fair value through profit or loss	5,154,401	2,733,566
	b) other financial assets subject to mandatory fair value measurement	*5,154,401*	*2,733,566*
120.	**Total income**	**380,210,380**	**271,941,267**
130.	Net impairment losses/gains for credit risks associated with:	(5,905,199)	196,904
	a) financial assets measured at amortized cost	*(5,905,199)*	*343,493*
	b) financial assets measured at fair value through other comprehensive income	-	*(146,589)*
150.	**Net income from banking activities**	**374,305,181**	**272,138,171**
180.	**Net income from banking and insurance activities**	**374,305,181**	**272,138,171**
190.	Administrative expenses:	(170,602,997)	(170,365,575)
	a) personnel expenses	*(74,351,758)*	*(73,233,590)*
	b) other administrative expenses	*(96,251,239)*	*(97,131,985)*
200.	Net provisions for risks and charges	(10,535,096)	2,265,324
	a) commitments and guarantees given	*65,131*	*233,720*
	b) other net provisions	*(10,600,227)*	*2,031,604*
210.	Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property	(5,005,378)	(5,132,422)
220.	Amortization and net impairment losses on intangible assets	(7,641,714)	(4,950,500)
230.	Other net operating income	150,393,890	102,508,187
240.	**Operating costs**	**(43,391,294)**	**(75,674,985)**
250.	Profits on equity investments	287,857	195,391
290.	**Profit before tax from continuing operations**	**331,201,744**	**196,658,577**
300.	Income taxes on continuing operations	(99,154,138)	713,846
310.	**Profit after tax from continuing operations**	**232,047,606**	**197,372,423**
330.	**Profit (Loss) for the year**	**232,047,606**	**197,372,423**
350.	**Profit for the year attributable to the owners of the parent**	**232,047,606**	**197,372,423**
	Basic earnings per share	**1.25**	**1.06**
	Diluted earnings per share	**1.18**	**1.01**

(*) Please note that:
- the comparative income statement for the year ended December 31, 2021 does not include the balances of the months of January and February of the same year of the merged DEPObank;
- at December 31, 2022, financial expenses attributable to the year incurred for transactions in derivatives were reclassified from item 90 "Profits (losses) on hedging" to item 20 "Interest and similar expense". For comparative purposes, the reclassification was also performed on the figures at December 31, 2021;
- at December 31, 2022, provisions relating to costs for pensions and similar obligations to employees were reclassified from item 170 b) "Net provisions for risks and charges - other net provisions" to item 160 a) "Personnel expenses", in line with what is set forth in Bank of Italy Circular 262 of 2005 as updated. As a result, for comparative purposes, the reclassification was also performed on the figures at December 31, 2021.

Consolidated Statement of Comprehensive Income

(Values in euro units)

Items		2022	2021
10.	Profit (loss) for the year	232,047,606	197,372,423
	Other components net of taxes that may not be reclassified to profit or loss		
20.	Equity instruments designated at fair value through other comprehensive income		
30.	Financial liabilities designated at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness)		
40.	Hedging of equity instruments carried at fair value through other comprehensive income		
50.	Property, equipment and investment property		
60.	Intangible assets		
70.	Defined-benefit plans	524,946	(34,331)
80.	Non-current assets held for sale and discontinued operations		
90.	Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		
	Other income components net of taxes reclassified to profit or loss		
100.	Hedging of foreign investments		
110.	Foreign exchange differences	580,380	(1,196,618)
120.	Cash flow hedges		
130.	Hedging instruments (undesignated elements)		
140.	Financial assets (other than equity instruments) measured at fair value through other comprehensive income	834,057	211,224
150.	Non-current assets held for sale and discontinued operations		
160.	Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		4,832,475
170.	**Total other comprehensive income net of tax**	**1,939,383**	**3,812,750**
180.	**Comprehensive income (Items 10+170)**	**233,986,989**	**201,185,173**
190.	Comprehensive income attributable to non-controlling interests		
200.	**Comprehensive income attributable to the owners of the parent**	**233,986,989**	**201,185,173**

Statement of Changes in Consolidated Equity

2022	Balances as at 12.31.2021	Change to opening balances	Balances as at 01.01.2022	Allocation of profit for the previous year	
				Reserves	Dividends and other allocations
Share capital:					
a) ordinary shares	142,690,771		142,690,771		
b) other shares					
Share premium reserve	66,492,997		66,492,997		
Reserves:					
a) earnings-related	158,260,237		158,260,237	72,092,024	
b) other	8,643,589		8,643,589		
Valuation reserves	5,268,845		5,268,845		
Equity instruments					
Interim dividend					
Treasury shares	(7,132,434)		(7,132,434)		
Profit for the year	197,372,423		197,372,423	(72,092,024)	(125,280,399)
Equity attributable to the owners of the parent	571,596,428		571,596,428		(125,280,399)
Non-controlling interests					

2021	Balances as at 12.31.2020	Change to opening balances	Balances as at 01.01.2021	Allocation of profit for the previous year	
				Reserves	Dividends and other allocations
Share capital:					
a) ordinary shares	131,400,994		131,400,994		
b) other shares					
Share premium reserve	693,106		693,106		
Reserves:					
a) earnings-related	234,058,930		234,058,930	87,841,192	
b) other	7,414,381		7,414,381		
Valuation reserves	1,456,095		1,456,095		
Equity instruments					
Treasury shares	(3,517,312)		(3,517,312)		
Profit for the year	91,072,580		91,072,580	(87,841,192)	(3,231,388)
Equity attributable to the owners of the parent	462,578,775		462,578,775		(3,231,388)
Non-controlling interests					

(Values in euro units)

Changes in the year											
Change in reserves	Equity transactions								Comprehensive income 2022	Equity attributable to the owners of the parent as at 12.31.2022	Equity attributable to non-controlling interests as at 12.31.2022
	Issue of new shares	Repurchase of treasury shares	Interim dividend	Extraordinary distribution of dividends	Changes in equity instruments	Derivatives on treasury shares	Stock options	Changes in equity interests			
	179,612									142,870,383	
(215,793)										66,277,204	
(7,617,807)										222,734,454	
(293,899)							2,069,195			10,418,885	
(355,337)									1,939,383	6,852,891	
					150,000,000					150,000,000	
			(68,549,894)							(68,549,894)	
3,248,458										(3,883,976)	
									232,047,606	232,047,606	
(5,234,378)	179,612	-	(68,549,894)	-	150,000,000		2,069,195		233,986,989	758,767,553	

(Values in euro units)

Changes in the year										
Change in reserves	Equity transactions							Comprehensive income 2021	Equity attributable to the owners of the parent as at 12.31.2021	Equity attributable to non-controlling interests as at 12.31.2021
	Issue of new shares	Repurchase of treasury shares	Extraordinary distribution of dividends	Changes in equity instruments	Derivatives on treasury shares	Stock options	Changes in equity interests			
	11,289,777								142,690,771	
	65,799,891								66,492,997	
1,635,534			(165,275,418)						158,260,237	
1,421,236						(192,028)			8,643,589	
								3,812,750	5,268,845	
									-	
2,363,892		(5,979,014)							(7,132,434)	
								197,372,423	197,372,423	
5,420,662	77,089,668	(5,979,014)	(165,275,418)	-		(192,028)		201,185,173	571,596,428	

Consolidated Statement of Cash Flow

Indirect method

(Values in euro units)

	Amount	
	12.31.2022	12.31.2021
A. OPERATING ACTIVITIES		
1. Operations	**371,082,993**	**199,314,609**
- Net profit/loss for the year (+/-)	232,047,606	197,372,423
- gains/losses on financial assets held for trading and other financial assets/liabilities measured at fair value through profit or loss (-/+)	530,806	(7,263,471)
- gain/losses on hedging operations (+/-)	14,313,592	(2,576,529)
- net impairment losses/gains for credit risk (+/-)	5,905,199	(196,903)
- depreciation, amortization and net impairment losses on property, equipment and investment property and intangible assets (+/-)	12,647,092	10,082,922
- net allocations to provisions for risks and charges and other costs/income (+/-)	10,535,096	(276,976)
- net premiums not collected (-)		
- other income/expenses from insurance activities not collected (-/+)		
- taxes, duties and unpaid tax credits (+/-)	99,154,138	2,368,535
- net impairment losses/reversals of impairment losses on discontinued operations, net of the tax effect (+/-)		
- other adjustments (+/-)	(4,050,536)	(195,391)
2. Cash flow absorbed by financial assets	**(2,080,465,626)**	**(4,700,768,927)**
- financial assets held for trading	3,353,047	(11,358,287)
- financial assets designated at fair value		
- other financial assets mandatorily measured at fair value	(52,671,663)	(32,503,527)
- financial assets measured at fair value through other comprehensive income	(45,426,272)	(83,341,856)
- financial assets measured at amortized cost	(1,832,258,751)	(4,305,041,315)
- other assets	(153,461,987)	(268,523,943)
3. Cash flow generated by financial liabilities	**1,866,942,586**	**5,034,680,576**
- financial liabilities measured at amortized cost	1,984,407,578	4,596,116,101
- financial liabilities held for trading	(1,774,721)	2,724,511
- financial liabilities carried at fair value		
- other liabilities	(115,690,271)	435,839,964
Net cash generated by operating activities	**157,559,952**	**533,226,258**

(CONT'D)

(Values in euro units)

	Amount	
	12.31.2022	12.31.2021
B. INVESTING ACTIVITIES		
1. Liquidity generated by	-	**3,675,199**
- sales of equity investments		(712)
- dividends collected on equity investments		3,675,911
- sales of property, plant and equipment		
- sales of intangible assets		
- sales of subsidiaries and business units		
2. Liquidity absorbed by	**(33,318,220)**	**(74,713,267)**
- purchases of equity investments	(172,125)	(13,396,767)
- purchases of property, plant and equipment	(22,897,104)	(26,705,613)
- purchases of intangible assets	(10,248,991)	(34,610,887)
- purchases of subsidiaries and business units		
Net cash absorbed by investing activities	**(33,318,220)**	**(71,038,068)**
C. FINANCING ACTIVITIES		
- issue/repurchase of treasury shares		(5,979,014)
- issue/purchase of equity instruments	150,000,000	77,164,253
- distribution of dividends and other purposes	(193,830,293)	(168,506,806)
- sale/purchase of ownership interests in subsidiaries		
Net cash generated/absorbed by financing activities	**(43,830,293)**	**(97,321,567)**
NET CASH GENERATED/ABSORBED DURING THE FINANCIAL YEAR	**80,411,439**	**364,866,623**

Reconciliation

(Values in euro units)

Financial statement items	12.31.2022	12.31.2021
Cash and cash equivalents at start of year	554,467,803	189,601,179
Total net cash generated during the year	80,411,439	364,866,623
Cash and cash equivalents: effect of changes in exchange rates		
Cash and cash equivalents at end of year	**634,879,242**	**554,467,803**

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

Shareholders,
The Notes are broken down into the following parts:

Part A - Accounting policies
Part B - Information on the Consolidated Statement of financial position
Part C - Consolidated Information on the Income Statement
Part D - Comprehensive Income
Part E - Information on risks and related hedging policies
Part F - Information on Consolidated Equity
Part G - Business combinations of companies or business units
Part H - Transactions with related parties
Part I - Share-Based Payments
Part L - Segment reporting
Part M - Lease Reporting

Part A - Accounting policies

A.1 GENERAL

Section 1 - Statement of compliance with International Financial Reporting Standards

The consolidated financial statements at December 31, 2022 have been prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IASs/IFRSs) issued by the IASB, endorsed by the European Commission, as provided for by Regulation (EC) No 1606 of July 19, 2002 governing the application of IASs/IFRSs and related interpretations (IFRIC interpretations), endorsed by the European Commission and in force at the end of the reporting period.

The application of IFRSs is done by observing the "systematic framework" for the preparation and presentation of consolidated financial statements (the Framework), with particular reference to the fundamental principle of substance over legal form and the concept of materiality or significance of the information.

Section 2 - Basis of presentation

The consolidated financial statements were prepared in accordance with the instructions provided by the Bank of Italy with Circular no. 262 of December 22, 2005 "Banks' financial statements: layout and preparation", as subsequently amended.

The consolidated financial statements consist of the Statement of Financial Position, the Income Statement, the Statement of Comprehensive Income, the Statement of Changes in Equity, the Statement of Cash Flows, the Notes to the Consolidated Financial Statements and the Directors' Report on Operations.

In accordance with the provisions of Article 5, paragraph 2, of Italian Legislative Decree no. 38 of February 28, 2005, the consolidated financial statements are denominated in euros, when not specified otherwise, and also show the corresponding comparisons with the previous year.

The consolidated financial statements were prepared based on the general principle of prudence and on an accruals and going concern basis, since, with reference to the operations and the financial position of the Group, and after examining the risks to which it is exposed, the Directors have not identified any issues that could raise doubts on the Group's ability to meet its obligations in the foreseeable future.

Standards, amendments and interpretations effective from 2022

During 2022, the following standards, amendments and interpretations endorsed by the European Commission came into force and are applicable to the consolidated financial statements for periods beginning on or after January 1, 2022:

- amendments to IAS 16 - Property, plant and equipment;
- amendments to IAS 37 - Provisions, contingent liabilities and contingent assets;
- amendments to IFRS 3 - Business combinations;

- annual improvements to IFRS 2018-2020 cycle (Reg. EU 2021/1080), specifically amendments to IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 and IAS 41.

To the extent applicable, these standards, amendments and interpretations had no impact on the Group's Consolidated financial position at December 31, 2022, results of operations and cash flows for the year then ended.

Standards, amendments and interpretations effective from 2023 or amended and not yet endorsed

As of the date of these consolidated financial statements, the following standards or amendments thereof have been endorsed and are applicable as of January 1, 2023:

- IFRS 17 - Insurance Contracts (Reg. EU 2021/2036);
- amendments to IAS 8 - Accounting policies. Changes in Accounting Estimates and Errors: Definition of Accounting Estimates (Reg. EU 2022/357);
- amendments to IAS 1 Presentation of Financial Statements and IFRS Practice Statement 2: Disclosure of accounting policies (Reg. EU 2022/357).

Finally, the IASB issued the following standards and interpretations or amendments, the application of which is however still subject to the completion of the endorsement process by the competent bodies of the European Union, which has not yet been concluded:

- amendments to IAS 1 - Presentation of Financial Statements: Classification of liabilities as current and non-current - Deferral of effective date (January 2020 and July 2020, respectively);
- amendments to IAS 12 Income Taxes: Deferred Taxes Related to Assets and Liabilities Arising from a Single Transaction (May 2021);
- amendments to IFRS 17 Initial application of IFRS 17 and IFRS 9: Comparative information (December 2021).

The possible effects of the future adoption of these standards, interpretations and amendments, to the extent applicable and relevant to the Group, are reasonably estimated to be immaterial.

Section 3 - Scope and basis of consolidation

The criteria adopted by BFF Banking Group to define the scope and the relevant consolidation principles are described below.

Subsidiaries

Subsidiaries are companies over which BFF Banking Group exercises control. BFF Banking Group controls a company when it is exposed to the variable returns generated by it and has the ability to affect such returns through its power over the company. Generally, control is deemed to exist when more than half of the voting rights are directly or indirectly held, taking also into account potentially exercisable or convertible voting rights.

All subsidiaries are consolidated on a line-by-line basis from the date on which control is transferred to BFF Banking Group. Conversely, they are excluded from the scope of consolidation when such control ceases.

The financial statements of the companies that are consolidated on a line-by-line basis are prepared in accordance with the IASs/IFRSs used for the preparation of the consolidated financial statements.

The criteria adopted for line-by-line consolidation are as follows:

- assets and liabilities, revenues and costs of the entities that are fully consolidated are recognized on a line-by-line basis, attributing to non-controlling interests, if applicable, their share of equity and profit (loss) for the period, which are disclosed separately in equity and in the income statement;
- gains and losses, including the related tax effects, arising from transactions between companies consolidated on a line-by-line basis and not yet realized with reference to third parties, are eliminated, except for losses, which are not eliminated when the transaction provides evidence that the transferred asset is impaired. Reciprocal amounts receivable and payable, revenues and expenses, as well as financial income and costs, are also eliminated;
- financial statements of subsidiaries with a functional currency other than the euro are translated into euro as follows: assets and liabilities, at the exchange rate recorded at the end of the reporting period; income statement items, at the average exchange rates for the year;
- exchange differences arising on translation of the financial statements of these subsidiaries, resulting from the application of the period-end rate for assets and liabilities and the average rate for the period for income statement items, are recognized in the revaluation reserves in equity, as are exchange differences on the subsidiaries' equity. All exchange differences are recognized in profit or loss in the period in which the investment is disposed of.

Acquisitions of companies are accounted for according to the "acquisition method" provided for in IFRS 3, as amended by Regulation No 495/2009, on the basis of which the identifiable assets acquired and the identifiable liabilities assumed (including contingent liabilities) are to be recognized at their respective acquisition date fair values.

The amount, if any, by which the consideration exchanged (represented by the fair value of the assets transferred, liabilities assumed and equity instruments issued) exceeds the fair value of the assets acquired and liabilities assumed is recognized as goodwill; where the price is lower, the difference is charged to the income statement.

The "acquisition method" is applied with effect from the acquisition date, i.e., the moment in which control of the acquiree is effectively obtained. Accordingly, the income and expenses of a subsidiary acquired during the reporting period are included in the consolidated financial statements with effect from its acquisition date. Likewise, the income and expenses of a subsidiary that has been sold are included in the consolidated financial statements until the date on which control ceases to be held.

1. Shares in companies within the scope of consolidation

At December 31, 2022, BFF Banking Group included the Parent BFF Bank S.p.A. and the following companies:

Company name	Registered and operating office	Relationship type(1)	Ownership relationship		Voting rights %(2)
			Held by	Holding %	
1. BFF Immobiliare S.r.l.	Milan Via Domenichino, 5	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
2. BFF Techlab S.r.l.	Brescia Via C. Zima, 4	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
3. BFF Finance Iberia. S.A.U.	Madrid Paseo de la Castellana, 81	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
4. BFF Polska S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Bank S.p.A.	100%	100%
5. BFF Medfinance S.A.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
6. BFF Česká republika s.r.o.	Prague - Roztylská 1860/1	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
7. BFF Central Europe s.r.o.	Bratislava Mostova, 2	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
8. Debt-Rnt sp. Z O.O.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	1	BFF Polska S.A.	100%	100%
9. Komunalny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	Warsaw Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100%	100%
10. MEDICO Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamknięty	Warsaw Plac Dąbrowskiego, 1	4	BFF Polska S.A.	100%	100%
11. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	BFF Polska S.A.	99%	99%
12. Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź Jana Kilińskiego, 66	4	Debt-Rnt sp. Z O.O.	99%	99%

Key:
(1) Type of relationship:
1 = having the majority of voting rights at ordinary shareholders' meetings
2 = dominant influence at the ordinary shareholders' meeting
3 = arrangements with other shareholders
4 = other forms of control

(2) Voting rights at ordinary shareholders' meetings, distinguishing between actual and potential voting rights or percentage of shares.

As far as points 9 and 10 are concerned, voting rights refer to the investors' right to vote at the Meeting.

The companies in points 11 and 12 above are limited partnerships and are consolidated according to the equity method since their total asset figures are not significant.

On January 19, 2022, the company BFF Immobiliare S.r.l., a wholly owned subsidiary of BFF Bank S.p.A., was established. This company was established with a view to finalizing the Casa BFF operation, which involved the purchase of a buildable area and the subsequent development of an office building which will become the new

registered office of the BFF Group and will house all of the Bank's personnel present in the city of Milan, who are currently divided between three different buildings.

BFF Bank also holds a 26.46% stake in Unione Fiduciaria S.p.A., which is consolidated with the equity method (and not in its entirety), as it is a company subject to significant influence.

On October 3, 2022, BFF Bank finalized the acquisition of the IT company "MC3 Informatica S.r.l." which as of the same date changed its company name to BFF Techlab S.r.l.

The measurement criteria are adopted based on the going concern assumption and comply with the principles of accruals, relevance and materiality of accounting information and the prevalence of economic substance over legal form.

Section 4 - Events after the reporting period

Authorization to repurchase treasury shares

On February 1, 2023, BFF Bank S.p.A. received, after it initiated the regulatory procedure communicated to the market on November 25, 2022, the Bank of Italy's authorization pursuant to Arts. 27 et seq. of Delegated Regulation (EU) no. 241 of January 7, 2014, adopted by the European Commission, and Art. 78 of Regulation (EU) no. 575 of June 26, 2013, to repurchase treasury shares of the Bank, in execution of the authorization granted pursuant to Art. 2387 of the Italian Civil Code by the ordinary shareholders' meeting of March 31, 2022 up to the maximum amount of €2.8 million. The repurchase of treasury shares had been carried out in full at the date on which this document was drafted, and the relative amount had already been deducted from own funds at December 31, 2022.

The treasury share repurchase, as already disclosed to the market, will aim to equip the Parent with sufficient financial instruments in order to meet the requirements of the remuneration and incentive systems as per the current "Remuneration and incentive policy of the Banking Group".

On February 20, 2023, the treasury share repurchase program was concluded. In the period between February 13, 2023 and February 17, 2023, the Parent acquired 291,888 ordinary shares, corresponding to 0.16% of the total shares outstanding and making up the share capital (equal to 185,604,558 shares) for an overall equivalent value of €2,794,383.98.

Section 5 - Other issues

Risks, uncertainties and impacts of the Covid-19 epidemic and the Russia/Ukraine conflict

Significant events during 2022 include the tensions in the global geopolitical environment arising from the conflict between Russia and Ukraine, which is having serious repercussions on the European and global macroeconomic situation.

Also looking ahead, the conflict represents a factor of instability that, in general, can significantly affect the macroeconomic landscapes of the countries that BFF operates in and their growth prospects. Consequently, at consolidated level the Group has put in place continuous monitoring of the risks that the BFF Group could possibly be exposed to and carried out the necessary business impact analyses, the results of which are summarized below.

- With regard to the credit risk arising from impacts on financed companies that have significant commercial operations with Russia, Belarus or Ukraine or that are more exposed to changes in commodity prices, the Group carried out a specific assessment identifying only certain counterparties that could potentially be impacted by commodity price increases. As part of this, additional monitoring was put in place. Furthermore, no customers with significant business operations with Russia, Belarus or Ukraine were identified.
- With regard to securities trading, the Group does not hold securities issued by issuers particularly exposed to risks arising from the current geopolitical environment and conflict.
- With regard to profitability, note that custodian bank fees are calculated on the basis of the funds' AuM, and therefore the depreciation of these securities in the funds' portfolio had an insignificant impact compared to, for example, normal market volatilities.
- With regard to operational risks related to cyberattacks, note that the Group has not recorded any attacks of this nature, and moreover there are no operations in the countries affected by the conflict.

Moreover, the Compliance & AML Function, with the involvement and support of the competent functions, continuously (i) monitors regulatory developments with regard to the restrictive and sanctioning regime applied at the EU level to subjects, entities and banks in Russia and Belarus involved in the conflict; (ii) disseminates information alerts to the various BUs whenever there are updates and (iii) supports the various BUs in analyzing the compliance of specific operational requirements.

The continued emergence and spread of COVID-19 (hereinafter referred to as Coronavirus) was also experienced in 2022.

With regard to the Group's operations, note that the impacts for 2022 of both the Russia/Ukraine conflict and the continuing emergency and dissemination of COVID-19 were contained also thanks to development of the business, as discussed in the part relating to commercial aspects.

In light of the Group's business model and the nature of its risk counterparties, neither the COVID-19 epidemic nor the Russia/Ukraine conflict entailed changes to the model for determining expected credit losses. However, actions have been taken starting from the second quarter of 2020 that led the Group to update the macroeconomic scenarios in order to include the effects of the pandemic within the ECL estimates, and in the early months of 2022 discussions were initiated with the external infoprovider to monitor the evolution of the risk parameters in light of the evolution of the conflict in order to understand any impact on the determination of the expected credit losses (for more details please see the paragraph "IFRS 9 - Update to reflect the financial

crisis due to COVID-19 and the Russia/Ukraine conflict"). Information is provided on the following issues and actions taken in 2022 below:

- Business continuity: the parent has continuously monitored the situation and its operations have been guaranteed without any critical issues. In this context, particular attention has been paid to operational risks and those deriving from the conflict, with appropriate measures to guarantee operations. To date there have not been any business continuity issues. In fact, the IT structure was already reinforced last year.
  Staff are now fully operational, working both remotely and in person, and are equipped with the tools needed to telework. The services provided by suppliers and outsourcers have not suffered any deterioration in terms of quality or quantity, nor has service been disrupted. Any deterioration in the quality of the service - which in any case is not able to compromise the Group's operations - is in fact subject to tracking and evaluation/ resolution in a specific internal application.
- Commercial aspects: with regard to the Factoring and Lending BU, a significant rebound in non-recourse factoring and/or customer financing volumes should be noted thanks to the commercial effort and the gradual return to normalcy of the countries the Group operates in.

  With regard to the Securities Services BU, business development made it possible to counterbalance the weakness of the financial markets affected by the Russia/Ukraine crisis and the ensuing energy crisis: of particular note was the AIF segment, with multiple initiatives successfully concluded, including by acquiring Funds from other competing custodians.

  With regard to the Payment BU, it is finally worth mentioning the good performance of almost all segments, especially that of card settlement and with the exception of checks and bills, which continue to trend downwards.
- Liquidity: despite the current macroeconomic scenario, characterized by the continuation of the COVID-19 pandemic and the Russia/Ukraine conflict, the Group has maintained the necessary measures to monitor and control the liquidity position. The Group:

  (i) when deemed necessary, reserves the right to perform stress analyses that are more frequent and more detailed as well as with increasing and variable impacts;

  (ii) maintains a significant share of assets freely available to meet unforeseen liquidity needs;

  (iii) monitors the markets, including through continuous comparison with market operators and related banks; and

  (iv) continues to closely monitor the collection trends of Public Administration debtors.
- Capital requirements: there is no particular impact on Own Funds and regulatory requirements as a result of the current macroeconomic and geopolitical environment; at the end of the year, capital ratios were still well above the minimum requirements set by the Regulator.
  On the other hand, the consequences of COVID and the Russia/Ukraine conflict have not particularly affected lease contracts (IFRS 16), actuarial gains/losses related to post-employment benefits (IAS 19) and the vesting conditions of share-based payments (IFRS 2).

New "Definition of Default"

On September 23, 2022, the Bank of Italy issued a new, stricter "Definition of Default", which resulted in an increase in Net past-due loans, although the Group's credit risk remained unchanged thanks to the fact that nearly all exposures are to the Public Administration.

Considering the context of this new regulatory framework, the Group is considering the implementation of a new internal model for the calculation of credit risk (AIRB), which would permit lower impacts on past-due loans and receivables compared to the current standard model.

Contractual amendments due to COVID-19

In line with the EBA guidance of December 2, 2020 "*Guidelines amending Guidelines EBA/GL/2020/02 on legislative and non legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID-19 crisis*", the Group, through contractual agreements, has granted some of its counterparties moratoria of a strictly voluntary character. The amendments related solely to deferral of principal amounts, without any amendments to interest rates. Moreover, no reduction in the Group's credit exposures was foreseen in terms of either principal or interest. The amendments were considered non-substantial and therefore did not result in the derecognition of the positions subject to moratoria.

At December 31, 2022, €1.92 million in exposures benefited from moratoria, primarily represented by corporate clients (approximately 45%), public sector entities (approximately 22%) and retail clients (approximately 33%) based in Poland, Slovakia and the Czech Republic.

Statutory audit

The Shareholders' Meeting of Banca Farmafactoring S.p.A. (now BFF Bank S.p.A.) held on April 2, 2020 appointed the auditing firm KPMG S.p.A. to audit the financial statements from 2021 to 2029, pursuant to the provisions of Article 2409-bis of the Italian Civil Code and Italian Legislative Decree 39/2010.

A.2 - MAIN ITEMS OF THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

The following describes the accounting policies adopted to prepare the consolidated financial statements at December 31, 2022, in accordance with IAS 1 and the instructions contained in Bank of Italy Circular no. 262 of December 22, 2005, as amended.

These accounting policies include the main criteria for recognizing, classifying, measuring and derecognizing the main assets and liabilities as well as for recognizing revenue and costs, along with other information.

Financial assets

IFRS 9 divides financial assets into three categories:

- Financial assets measured at fair value through profit or loss;
- Financial assets measured at fair value through other comprehensive income;
- Financial assets measured at amortized cost.

1 - Financial assets measured at fair value through profit or loss

Classification criteria

This category includes financial assets other than those classified as financial assets measured at fair value through other comprehensive income or as financial assets measured at amortized cost. Specifically, this item includes:

- financial assets held for trading;
- financial assets with obligatory fair value measurement, represented by the financial assets that do not meet the requirements for measurement at amortized cost or fair value through other comprehensive income. These are financial assets whose contractual terms do not provide for solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding, or which are not held in connection with a "Hold-to-Collect" business model, or whose objective is a "Hold-to-Collect-and-Sell" business model;
- financial assets carried at fair value, namely financial assets defined in this way at the time of initial recognition and where the requirements are met. In such cases, on recognition an entity can irrevocably designate a financial asset as being measured at fair value through profit or loss if and only if by so doing it would eliminate or significantly reduce a recognition inconsistency.

This item therefore includes:

- debt instruments and loans that are included in an other/trading model (therefore not related to the "hold-to-collect" or "held-to-collect-and-sell" business models) or that fail the contractual characteristics test (SPPI test);
- equity instruments - which cannot be qualified as controlling or connected - for which the designation at fair value through other comprehensive income has not been made upon initial recognition;
- UCI units.

The item also includes derivatives, recognized among financial assets held for trading, which are presented as assets if the fair value is positive.

In accordance with the general rules in IFRS 9 regarding the reclassification of financial assets (except for equity securities, for which no reclassification is permitted), reclassifications to other categories of financial assets are not permitted unless the entity changes its business model for managing financial assets. In such cases, which are expected to be very infrequent, the financial assets may be reclassified from the category of assets measured at fair value through profit or loss to one of the other two categories permitted by IFRS 9 (Financial assets measured at amortized cost or Financial assets measured at fair value through other comprehensive income). The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. In this case, the effective interest rate of the reclassified asset is determined on the basis of its fair value on the reclassification date. That date is taken to be the date of initial recognition, for credit risk stage assignment for impairment purposes.

Recognition criteria

The initial recognition of financial assets takes place on the date of settlement for debt instruments and equity instruments, on the date of disbursement for loans, and on the date of subscription for derivatives.

Financial assets at fair value through profit or loss are initially recorded at fair value, normally represented by the price of the transaction, without considering the costs or income of the transaction directly attributable to the instrument itself.

Measurement criteria

After initial recognition, financial assets measured at fair value through profit or loss are measured at fair value. The effects of applying this measurement criterion are charged to the income statement.

To determine the fair value of financial instruments listed on an active market, market prices are used. In the absence of an active market, commonly adopted estimation and valuation models are used. These take into account all the risk factors related to the instruments and are based on observable market data such as: the valuation of listed instruments with similar characteristics, discounted cash flow calculations, option pricing models, the recorded values of recent comparable transactions, etc.

For equity instruments and derivatives not quoted on an active market, the cost criterion is used to estimate the fair value only on a residual basis and in a limited number of circumstances, namely if none of the above valuation methods can be applied or if there is a wide range of possible fair value valuations, within which the cost is the most significant estimate.

Derecognition criteria

Financial assets or parts of financial assets are derecognized if and only if disposal entails the substantial transfer of all the related risks and benefits.

Specifically, financial assets sold are derecognized when the entity retains the contractual rights to receive the cash flows of the asset but enters into a simultaneous obligation to pay those cash flows and only those cash flows to third parties, without significant delays.

2 - Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

Classification criteria

According to IFRS 9, a financial asset is included in this category if both of the following conditions are met:

a) The financial asset is held within a business model whose objective is achieved by both collecting contractual cash flows and selling financial assets (HTC&S business model); and

b) The contractual terms of the financial asset give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding (meeting the SPPI test).

In particular, this item includes:

- debt instruments that are included in a Hold to Collect and Sell Business Model and that pass the contractual characteristics test (SPPI test);
- equity instruments, which cannot be qualified as controlling, associated or jointly controlled and which are not held for trading, for which the option for designation at fair value through other comprehensive income has been exercised.

In addition, equity instruments for which the Bank has decided to use the FVOCI (Fair Value through Other Comprehensive Income) option are also measured at fair value through OCI. The FVOCI option provides for the recognition in OCI of all income components relating to these instruments, without any impact (even in the event of disposals) on profit or loss.

The Group has decided to use the FVOCI option for the equity instruments held, whose amount is not significant.

HTC&S business model

Financial assets classified in the HTC&S business model are held to collect contractual cash flows and to sell the financial assets. Sales are therefore more frequent and significant compared to a hold to collect business model. This is because selling financial assets is integral to achieving the business model's objective instead of being only incidental to it.

These assets can be held for an indefinite period of time and can fulfil the need to access liquidity or respond to fluctuations in interest rates, exchange rates or prices.

Therefore, unlike in the case of financial assets measured at amortized cost (HTC), IFRS 9 does not require defining thresholds in terms of frequency and significance of sales for the HTC&S business model.

That said, taking a prudent approach, the Group defined a maximum annual turnover ratio for the securities portfolio allowing to distinguish this business model from the Other model (i.e., assets held for trading), calculated as the ratio of the total value of sales to the average stock for the year ((opening stock + closing stock)/2).

As far as the reclassification of financial assets is concerned (excluding equity securities, which are not eligible for reclassification), IFRS 9 allows an entity to reclassify its financial assets to other categories of financial assets if and only if the business model for managing those assets changes.

In such cases, which are expected to be very infrequent according to the standard, financial assets can be reclassified from FVOCI to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (amortized cost or FVPL).

The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. More specifically, if a financial asset is reclassified to amortized cost, its fair value at the reclassification date is adjusted to reflect the accumulated gains (losses) recognized in the valuation reserve. On the contrary, if a financial asset is reclassified to FVPL, the accumulated gains (losses) previously recognized in the valuation reserve are reclassified from equity to profit (loss) for the period.

Reclassifications to other categories of financial assets are not permitted unless the entity changes its business model for managing financial assets. In such cases, which should be highly infrequent, financial assets can be reclassified from FVOCI to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (amortized cost or FVPL). The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects apply prospectively from said date with the following impacts:

- if a financial asset is reclassified to amortized cost, its fair value at the reclassification date is adjusted to reflect the accumulated gains (losses) recognized in the revaluation reserve;
- on the contrary, if a financial asset is reclassified to FVPL, the accumulated gains (losses) previously recognized in the revaluation reserve are reclassified from equity to profit (loss) for the period.

Recognition criteria

The initial recognition of financial assets takes place on the date of settlement for debt and equity instruments.

On initial recognition, the assets are measured at fair value, including transaction costs or income directly attributable to the instrument.

Measurement criteria

With regard to debt securities, these assets are subsequently measured at fair value, with the interest recognized at amortized cost in the income statement under item 10 "Interest and similar income". Gains and losses arising from changes in fair value are recognized in equity under item 120 "Valuation reserves" except for impairment, which is recognized under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risks associated with financial assets measured at fair value through other comprehensive income: b) financial assets measured at fair value through OCI".

Gains and losses are recognized in valuation reserves until the financial asset is disposed of, when the accumulated gains or losses are recognized in the income statement under item 100 "Profits (losses) on disposal or repurchase of financial assets measured at fair value through OCI".

Fair value changes recognized under item 120 "Valuation reserves" are also reported in the consolidated statement of comprehensive income.

Equity instruments (shares) not traded in an active market, whose fair value cannot be determined reliably due to the lack or unreliability of the information needed for fair value measurement, are measured at their last reliably measured fair value.

Equity instruments that were classified in this category are valued at fair value and the amounts recognised as a balancing entry under equity (other comprehensive income) must not then be transferred to the income statement, not even in the case of disposal. The only component referring to the equity instruments in question subject to recognition in the income statement is the relative dividends.

For the purposes of IFRS 9, the impairment of financial assets included in these categories is recognized in three different stages based on the relevant credit risk level.

More specifically, for Stage 1 instruments (financial assets that are not credit-impaired on initial recognition and instruments without significant increase in credit risk since initial recognition), 12-month expected credit losses are recognized at the initial recognition date and at each subsequent reporting date.

For Stage 2 instruments (assets with significant increase in credit risk since initial recognition but not credit-impaired) and Stage 3 instruments (credit-impaired exposures), lifetime expected credit losses are recognized instead.

For debt instruments, any circumstances indicating that the borrower or issuer is experiencing financial difficulties such as to prejudice the collection of principal or interest constitute evidence of impairment.

If there is objective evidence of impairment, the cumulative loss that was initially recognized in equity under item 120 "Valuation reserves" is transferred to the income statement under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risks associated with financial assets measured at fair value through other comprehensive income: b) financial assets measured at fair value through OCI". The amount transferred to the income statement is equal to the difference between the asset's carrying amount (value at initial recognition net of any previous impairment losses already recognized in the income statement) and its current fair value.

If the fair value of a debt instrument increases and such increase can be objectively attributable to an event relating to the improvement in the debtor's creditworthiness, occurring in a period subsequent to the recognition of impairment in the income statement, the impairment gain is recognised and the amount of the gain is recognized in the same income statement item. This does not apply to equity securities, which are not tested for impairment.

After the reinstatement, the carrying amount cannot in any case exceed measurement at amortized cost had the impairment loss not been recognized.

Impairment losses/gains are recognized according to the staging allocation criteria and the following risk parameters: probability of default (PD), loss given default (LGD), and exposure at default (EAD)—defined in accordance with the subsequent paragraph "Measurement of impairment losses on financial assets".

Equity instruments are not subjected to the impairment process.

Derecognition criteria

Financial assets measured at fair value through profit or loss are derecognized when the contractual rights expire and when, following disposal, substantially all of the risks and rewards relating to the financial asset sold are transferred. On the other hand, if a significant portion of the risks and rewards relating to the disposed financial assets has been retained, they continue to be recognized in the financial statements, even if legally their ownership has been effectively transferred.

3 - Financial assets measured at amortized cost

Classification criteria

According to IFRS 9, a financial asset is included in this category if both of the following conditions are met:

a) The financial asset is held within a business model whose objective is to hold financial assets in order to collect contractual cash flows (HTC business model); and

b) The contractual terms of the financial asset give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding (meeting the SPPI test).

On the basis of the accounting statements provided for by the Bank of Italy's Circular no. 262 of December 22, 2005, as amended, this financial statement item includes:

- loans and receivables with banks in the various technical forms;
- loans and receivables with customers, in the various technical forms, which also include debt securities classified in the HTC business model and that passed the SPPI test.

Loans and receivables with banks relate essentially to ordinary current accounts of the Group companies and loans with banking counterparties in the various technical forms.

Loans and receivables with customers are primarily comprised of debt instruments, receivables due from debtors relating to factoring activities and late payment interest, computed based on receivables purchased on a non-recourse basis in accordance with laws in force (Italian Legislative Decree 231/2002 "Implementation of Directive 2000/35/EC on combating late payments in commercial transactions"), as well as loans to customers in the various technical forms.

BFF's receivables from factoring transactions almost exclusively refer to non-recourse purchase transactions involving the full transfer of all the risks and rewards relating to receivables.

HTC business model

Financial assets measured at amortized cost are held within a business model whose objective is to obtain contractual cash flows by collecting payments over the lifetime of the instrument.

Not all assets shall necessarily be held to maturity. IFRS 9 provides the following examples of cases in which the sale of financial assets may be consistent with the HTC business model:

- Sales are attributable to the increased credit risk of a financial asset;
- Sales are infrequent (even if significant in terms of amount) or insignificant at an individual level and in aggregate form (even if frequent);
- Sales take place close to the maturity of the financial asset and revenues from the sales are close to the amount of the remaining contractual cash flows.

The Group identified thresholds of significance for frequency and volumes of sales, required to analyze whether the HTC business model has been maintained.

Therefore, in the event of sales (consistently with the business model concerned), by virtue of common market practice, a percentage of significance for annual sales volumes has been defined, determined as the sum of the value of sales made during the year/the carrying amount of the HTC portfolio at the beginning of the year.

With respect to the frequency of sales, the BFF Banking Group has defined a monthly threshold, as set out in the (RAF) Risk Appetite Framework, which, in line with the maximum acceptable risk, defines the business model and the strategic plan - risk appetite, tolerance thresholds, risk limits, risk governance policies and the processes of reference for designing and implementing them, including at the Group level.

As far as the reclassification of financial assets is concerned, IFRS 9 allows an entity to reclassify its financial assets to other categories of financial assets if and only if the business model for managing those assets changes.

In such cases, which are expected to be very infrequent according to the standard, financial assets can be reclassified from amortized cost to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (FVOCI or FVPL).

The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. Gains or losses arising from the difference between the amortized cost of a financial asset and its fair value are recognized in the income statement in the case of a reclassification to FVPL, or in equity, as part of the relevant valuation reserve, in the case of a reclassification to FVOCI.

Recognition criteria

With respect to receivables from factoring transactions, such assets are initially recognized at fair value, which usually corresponds to the consideration paid, including transaction costs and income which are directly attributable to the acquisition and provision of the financial asset, although not yet settled.

Specifically, non-recourse receivables:

a) purchased on a non-recourse basis, with substantial transfer of all risks and rewards as well as cash flows, are initially recognized at fair value, represented by the nominal amount of the receivable net of fees and commissions charged to the assignor;

b) if purchased for amounts below the nominal amount, are recognized for the amount actually paid at the time of purchase.

As for financial assets related to loans originated by the Group, they are initially recognized at the loan date. These assets are initially recognized at fair value inclusive of the sums disbursed, including of transaction costs or income directly attributable to the instrument. With reference to loans in particular, the date of disbursement is usually the date on which the contract is signed. If this is not the case, when the contract is signed a commitment will be included to disburse funds, and this commitment ends on the date the loan is drawn down.

HTC debt securities have fixed or determinable payments and a fixed maturity and may be used for repurchase agreements, loans or other temporary refinancing operations. These assets are initially recognized at fair value on the settlement date. This amount usually corresponds to the consideration paid, including transaction costs and income.

Measurement criteria

After initial recognition, financial assets are measured at amortized cost, equal to the original amount, less repayment of principal and impairment losses, and increased by any impairment gains and amortization, calculated using the effective interest rate method, taking into account the difference between the amount disbursed and the amount repayable when due, relating to ancillary costs/income directly attributable to the individual receivable.

Specifically, non-recourse receivables purchased as part of the factoring activities carried out by Group companies are measured at amortized cost, determined based on the present value of estimated future cash flows, with reference to both the principal and the late payment interest accruing as from the due date of the receivable and deemed recoverable.

By virtue of their nature, the new due date of such receivables is their expected collection date, determined at the time of pricing and formalized with the assignor in the assignment contract.

Interest income (including late payment interest) is recognized in the income statement only if it is probable that positive cash flows will be generated for the entity and their amount can be estimated reliably. In the case in question, consistently with the "Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 7 of November 9, 2016" on the "Treatment in the financial statements of late payment interest under Italian Legislative Decree 231/2002 on non-recourse purchases of performing receivables", BFF and BFF Finance Iberia also included the estimate of recoverable late payment interest in the calculation of amortized cost, taking into account that:

- the business model and organizational structure envisage that the systematic recovery of late payment interest on performing receivables purchased on a non-recourse basis is a structural element of the ordinary business activities for the management of such receivables;
- such late payment interest, due to its impact on the composition of results, does not constitute an ancillary element of non-recourse purchase transactions, and has been considered for a complete analysis of the prospective profitability profiles.

Furthermore, BFF Bank and BFF Finance Iberia have time series of data concerning collection percentages and times - acquired through suitable analysis tools - enabling them to judge that the estimate of late payment interest included in the calculation of amortized cost is sufficiently reliable and complies with the recognition requirements established by IFRS 15. Such time series are updated on an annual basis when the financial statements are prepared, in order to determine the estimated collection percentages and times to be used to calculate late payment interest. The change in collections is then analyzed on a quarterly basis to confirm such percentages in periodic reporting.

As far as the receivables recognized in the financial statements of the Parent BFF Bank and the Spanish subsidiary BFF Finance Iberia are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. This extension was also implemented to take into account external impacts that influenced the age of the provision, such as slower payment times due to the Covid-19 pandemic crisis, the relative blocking of courts and the suspension of enforcement actions in healthcare, which influenced the suspension of the terms of legal and procedural activities and therefore collection timing.

As for BFF Polska Group, late payment interest accrued on past due trade receivables is mainly recognized when there is a reasonable certainty that the interest will be collected, on the basis of agreements reached with the debtor counterparties or court decisions.

With respect to the treatment in the consolidated Financial Statements of the right to receive the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros"), the Group has decided to change the accounting estimate. In particular, as of 2018, in accordance with Directive 2011/7/EU of the European Parliament and of the Council on combating late payment in commercial transactions, which establishes a minimum amount of €40 by way of indemnity for debt collection costs (an indemnity which in any event may be increased in light of the fact that the directive says that the reasonable costs incurred to that end may also be charged), the Group has started to request €40 from debtors for each expired invoice, as a lump-sum reimbursement for debt collection expenses incurred, pursuant to the directive.

BFF's interpretation has been confirmed by the recent ruling won by BFF at the Court of Justice of the European Union on October 20, 2022, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, and confirmed the right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration, irrespective of the amount and of whether a certain amount of invoices are part of a single payment agreement.

Until 2021, loans and receivables recognized in the consolidated Financial Statements against the right to collect the amount of the debt collection cost indemnity (hereinafter, "40 euros" or simply "indemnity") were adjusted in full, within the same statement of financial position asset item "Financial Assets at amortized cost - loans and receivables with customers". The revenue was recognized in the income statement, in the item "Other operating income", when that indemnity was actually received: indeed, the adjustment was derecognized and the amounts received were credited to the income statement. The amount collected and recognized in the income statement contributed to the determination of the taxable profit on which current taxes for the year were calculated. On the basis of the accounting model applied until 2021, no deferred taxation was recognized in the consolidated financial statements.

To date, on the basis of the analysis tools already in use, which made it possible to define a "40 euros" collection time series, the Group is capable of reliably estimating the amount received in relation to such indemnity [in particular, that estimate applies to the BFF Bank scope, or Italy, the countries in which it operates under the FOS regime and the branches in Portugal and Greece), for the Spanish subsidiary BFF Finance Iberia and for the indirect subsidiary BFF Central Europe.

Please note that, as occurs with late payment interest and compound interest, the rights to receive the "40 euros" have also been considered since 2018 in settlement agreements with debtors to ensure that they can be recovered. Agreements with debtors consider the entire amount due, as a single amount on which to base the settlement and on which to apply the late payment interest discount percentages. As confirmation of this, on the basis of the analyses performed, the result of the analyses carried out on the time series of late payment interest was also confirmed for the rights to collect the "40 euros", or that the receipts recorded came to an average percentage significantly higher than 50% of the original right, as highlighted by the annual analysis on the collection time series, presented to the Board of Directors at its meeting held on January 27, 2023.

As a result, starting from the consolidated Financial Statements at December 31, 2022, the Parent has decided to account for such indemnity on an accruals basis, based on the collection percentage identified by the time

series and the analyses performed in line with those already applied to the late payment interest calculation model.

The trend in collection percentages over the years, constituting the time series considered is, as emphasized above, significantly higher than 50% and, therefore, for reasons of prudence this percentage was used as an estimate of the amount relating to the above-mentioned indemnity which will be collected in the future and which was recognized in item 40 "Financial Assets at amortized cost - loans and receivables with customers".

As a result, in accordance with the accrual principle, the "40 euros" will be considered accrued based on the number of past-due invoices in the reference period multiplied by €40 and subsequently multiplied by a realization percentage of 50% and will not follow measurement at amortized cost to which, instead, late payment interest is subject.

In fiscal terms, the accrual of revenue deriving from the right to collect the "40 euros" directly forms part of taxable profit as set forth in Art. 109, paragraph 1 of the TUIR (i.e., Italian Consolidated Income Tax Law) ("*Revenue, expenses and other positive and negative components, for which the previous rules of this Section do not establish otherwise, contribute towards forming the profit for the year; however, revenue, expenses and other components for which during the year of accrual the existence is not yet certain or the amount is not yet objectively determinable, will contribute towards forming that revenue in the year in which such conditions are met.*"), unlike what is established for late payment interest, the tax treatment of which is subject to paragraph 7 of the same article of the TUIR ("*In derogation of paragraph 1, late payment interest contributes to the formation of income in the year in which it is received or paid*"). No deferred taxation is recognized in the consolidated financial statements.

In accordance with what is defined by IAS 8, this decision is seen as a change in accounting estimates, the impact of which should be recognized in the income statement on a prospective basis, and not retroactively. Therefore, this change impacts the 2022 and subsequent consolidated Financial Statements, but does not lead to any revision of previous consolidated Financial Statements.

At December 31, 2022, the Group (within the scope described above) recognized a one-off effect, gross of the tax effect, relating to 50% of the "40 euros" provision consisting of all receivables accrued for the indemnity in question for an amount of €119.4 million (€87.2 million net of the tax effect) and as of January 1, 2023 will calculate and recognize in the consolidated financial statements in a recurring manner revenue equal to 50% of each individual "40 euros" receivable accrued against each new past-due invoice at the reporting date.

After initial recognition at fair value, HTC securities are measured at amortized cost using the effective interest rate method. The amount arising from the application of this method is recognized in the income statement under item 10 "Interest and similar income".

The Group carries out the analysis of the receivable and HTC security portfolio to identify any impairment of its financial assets. IFRS 9 introduced the expected credit loss concept for the financial assets included in this financial statement item. Expected credit losses are a probability-weighted estimate of credit losses over the expected life of the financial instrument. According to this concept, a loss does not necessarily have to occur before it is recognized in the financial statements; therefore, generally all financial assets will entail the recognition of a provision.

The approach adopted is represented by the general deterioration model, which envisages a three-stage classification. These stages reflect the deterioration of the credit quality of the financial instruments included within the scope of application of IFRS 9.

At each annual or interim reporting date, the entity assesses whether there has been a significant change in credit risk compared to initial recognition. If so, this will result in a change of stage: the model is symmetrical, and assets can move between different stages.

For assets classified in Stage 1, the loss allowance relating to each individual financial asset is determined on the basis of 12-month expected credit losses (contractual cash flow shortfalls estimated by taking into account potential default in the following 12 months), while for assets classified in Stages 2 and 3 calculations are based on lifetime expected credit losses (contractual cash flow shortfalls estimated by taking into account the potential default over the residual life of the financial instrument).

If there is objective evidence of impairment and the asset is classified in Stage 3, the loss is measured as the difference between the asset's carrying amount and the present value of the estimated future cash flows, discounted using the original effective interest rate of the financial asset.

The amount of the loss is determined on the basis of an individual assessment and then individually attributed to each position, accounting for forward-looking information and potential alternative recovery scenarios. Impaired assets include financial instruments that have been given non-performing status, unlikely to pay or overrun/past-due for more than 90 days according to the Bank of Italy regulations, in line with the IFRS and European regulations. The expected cash flows take into account the expected recovery times and the presumed realization value of any guarantees.

When recognizing impairment, the carrying amount of the asset is reduced accordingly and the loss is recognized in the income statement under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risk associated with: a) financial assets measured at amortized cost".

If, in a subsequent period, the amount of an impairment loss decreases and the decrease can be objectively attributable to an event relating to the improvement in the debtor's creditworthiness occurring after recognition of impairment, an impairment gain is recognised. After the gain, the carrying amount cannot in any case exceed measurement at amortized cost had the impairment loss not been recognized. The amount of the gain is recognized in the same income statement item.

Impairment losses and gains are recognized according to the staging allocation criteria and the following risk parameters: probability of default (PD), loss given default (LGD), and exposure at default (EAD)—defined in accordance with the subsequent paragraph "Measurement of impairment losses on financial assets".

Derecognition criteria

Derecognition of a financial asset occurs when the contractual rights to cash flows deriving from the financial asset expire or if the entity transfers the financial asset and such transfer meets the eligibility criteria for derecognition.

Receivables sold are derecognized only if all the risks and rewards relating to such receivables were transferred.

On the other hand, if the risks and rewards are retained, the receivables sold will continue to be recognized in the consolidated financial statements, even though legal title to these assets is effectively transferred.

4 - Hedging operations

Recognition criteria

The Group has exercised the option under IFRS 9 to continue to apply the IAS 39 rules to hedging operations even after the introduction of IFRS 9.

"Hedging operations" involve designating a financial instrument capable of offsetting part or all of the gain or loss resulting from a change in the fair value or cash flows of the hedged instrument. The intent to hedge must be formally stated, must not be retroactive and must be consistent with the risk hedging strategy espoused by the BFF Banking Group's management. Pursuant to IAS 39, derivatives may only be accounted for as hedging instruments under certain conditions, i.e. when the hedging relationship is:

- clearly defined and documented;
- measurable;
- currently effective.

Derivative financial instruments designated as hedges are initially recognized at their fair value.

Hedging operations are intended to offset the potential losses associated with certain types of risks.

The possible types of hedges are:

- Fair value hedges: these are designed to cover the exposure to the change in the fair value of a statement of financial position item;
- Cash flow hedges: these are designed to cover the exposure to changes in the future cash flows associated with certain statement of financial position items;
- Hedges of a net investment in a foreign operation.

Hedges may be undertaken using derivative contracts (including the purchase of options) and non-derivative financial instruments (to hedge foreign exchange risk only). In the statement of financial position, hedging derivative instruments are classified to item 50 "Hedging derivatives" on the assets side and 40 "Hedging derivatives" on the liabilities side according to whether they have a positive or negative fair value on the annual or interim reporting date.

Measurement criteria

Hedging derivative financial instruments are measured at their fair value.

When a financial instrument is classified as a hedge, the Group, as set out above, formally documents the relationship between the hedging instrument and the hedged item, verifying both at the inception of the relationship and throughout its duration, that the hedging by the derivative is effective in offsetting changes in the fair value or cash flows of the hedged item. A hedge is considered effective if, both at inception and over its life, changes in the fair value or cash flows of the hedged item are offset by changes in the fair value of the hedging derivative.

Accordingly, effectiveness is assessed by comparing the aforementioned changes, taking account of the intent pursued by the entity when entering into the hedge. A hedge is effective (within the limits established by the interval of 80-125%) when the expected, effective changes in the fair value or cash flows of the hedging financial instrument offset changes in the hedged item almost entirely.

Effectiveness is assessed at each annual or interim reporting date using:

- prospective tests that justify the application of hedge accounting by proving the expectation of hedge effectiveness;
- retrospective tests that determine the degree of effectiveness of the hedge achieved during the period to which they refer, thus measuring the extent to which the actual results diverged from the perfect hedge.

The accounting treatment for gains and losses on fair value changes varies according to the type of hedge:

- Fair value hedges: the change in the fair value of the hedged item attributable solely to the hedged risk is taken to the income statement, as is the change in the fair value of the hedging derivative instrument; the difference, if any, which represents the partial ineffectiveness of the hedge, thus determines the net effect on the income statement;
- Cash flow hedges: changes in the fair value of the derivative are taken to equity, for the effective portion of the hedge, and are only taken to the income statement when, in reference to the hedged item, the change in the cash flows to be offset manifests, or for the portion of the hedge found to be ineffective;
- Hedges of a net investment in a foreign operation: such hedges are accounted for according to the same method used for cash flow hedges.

The income components are allocated to the relevant items of the income statement as follows:

- Differentials accrued on derivative instruments hedging interest-rate risk (in addition to the interest on the hedged positions) are allocated to item 10, "Interest and similar income" or item 20, "Interest similar expense", depending on the sign of the differential, i.e. whether it is positive or negative;
- Negative or positive changes in fair value resulting from the measurement of the fair value hedging derivative instruments or hedged positions are allocated to item 90 "Net hedging income (expense)";
- Positive or negative changes in fair value arising from the measurement of cash flow hedging derivative instruments are allocated, with regard to the effective portion, to a specific valuation reserve in equity, the "Cash flow hedge reserve", net of the deferred tax effect. With regard to the ineffective portion, such changes are taken to item 90 of the income statement, "Net hedging income (expense)".

Derecognition criteria

The accounting treatment of hedging operations is discontinued in the following cases: a) a hedge undertaken through a derivative ceases or is no longer highly effective; b) the hedged item has been sold or redeemed; c) the hedging operation is revoked in advance; or d) the derivative expires, is sold, terminated or exercised.

If hedge effectiveness is not confirmed, the portion of the derivative contract no longer designated a hedge ("over-hedging") is reclassified as held for trading. If discontinuation of the hedging relationship is due to the sale or termination of the hedging instrument, the hedged item ceases to be such and is once again measured according to the criteria that apply to the relevant portfolio.

The hedging financial assets and liabilities are derecognized when there are no longer any contractual rights (e.g., expiration of the contract, early closing exercised according to the contractual clauses - so-called "unwinding") to receive cash flows from the financial instruments, the hedged assets/liabilities, and/or the derivative designated as a hedge or when the financial assets/liabilities are sold thus substantially transferring all the risks and rewards connected thereto.

5 - Equity investments

Recognition criteria

Investments in joint ventures and associates are recorded in the financial statements at cost, equal to the fair value of the consideration paid, adjusted for impairment.

This item includes interests in joint ventures and associates. Companies are considered joint ventures if control is shared between the Group and one or more other parties on a contractual basis or when the unanimous consent of all the parties who share control is necessary for decisions concerning significant activities. Companies in which the Bank holds 20% or more of the voting rights and companies for which the administrative, financial and management choices are considered to be subject to significant influence are considered to be associates due to the legal and factual links.

In establishing the existence of control over joint ventures and significant influence over associates, there are no situations to report where it was necessary to carry out particular assessments or make significant assumptions.

Measurement criteria

The Group uses the equity method to measure these investments, adjusting the initial value to reflect changes in the Group's significant net assets since the purchase date. At each reporting date, for equity investments the existence of objective evidence that the carrying amount of the assets may not be fully recoverable is verified. The impairment testing process requires checking for impairment indicators and determining the impairment loss, where applicable.

Impairment indicators may essentially be divided into two categories:

- qualitative indicators such as losses or a significant deviation from the budgeted targets or those of long-term plans announced to the market, the announcement/start of insolvency proceedings or restructuring plans, or a rating downgrade of more than two notches by a specialized company;
- quantitative indicators, represented by a reduction in fair value below carrying amount, by a carrying amount of the equity investment in the separate financial statements that exceeds the carrying amount in the consolidated financial statements of the net assets and goodwill of the subsidiary or by the distribution by a subsidiary of a dividend in excess of its total income.

The presence of impairment indicators implies the recognition of a impairment loss to the extent that the recoverable amount is less than the carrying amount. The recoverable amount is the greater of the fair value less costs to sell and the value in use.

The value in use is the present value of the expected cash flows from the asset. It reflects the estimate of the expected cash flows from the asset, the estimate of possible changes in the amount and/or timing of the cash flows, the time value of money, the price to remunerate the risk of the asset and other factors that may influence market participants' valuation of the asset's expected cash flows.

Derecognition criteria

Equity investments are derecognized when the contractual rights to the cash flows deriving from the assets expire, or when the investment is sold with a substantial transfer of all the related risks and benefits.

6 - Property, equipment and investment property

Classification criteria

Property, equipment and investment property include land, instrumental properties, technical plants, furniture, furnishings and equipment of any type.

They also include rights of use acquired with leases and relating to the use of a item of property, equipment and investment property (for lessees), assets granted under an operating lease (for lessors), as well as improvements and incremental expenses incurred on owned assets and rights of use on items of property, equipment and investment property deriving from lease agreements.

Improvements and incremental expenses incurred on third-party assets deriving from lease agreements pursuant to IFRS 16 from which future benefits are expected are recognized:

- if independently identifiable and separable, in item "90. Property, equipment and investment property", in the most appropriate category;
- if not independently identifiable and separable, in item "90. Property, equipment and investment property", as an increase in the rights of use, recognized on the basis of the provisions of IFRS 16, to which they refer.

Improvements and incremental expenses incurred on third-party assets other than those mentioned above are recognized:

- if independently identifiable and separable, in item "90. Property, equipment and investment property", in the most appropriate category;
- if not independently identifiable and separable, in item "130. Other assets".

Instrumental properties are those owned properties (or properties held under a finance lease) used in production and the provision of services or for administrative purposes, with a useful life exceeding one year.

Recognition criteria

Property, equipment and investment property are initially recognized at cost, which includes all costs necessary to bring the asset to working condition for its intended use (transaction costs, professional fees, direct delivery costs incurred to bring the asset to the assigned location, installation costs, dismantling costs).

Costs incurred subsequently are added to the asset's carrying amount or recognized as a separate asset only when it is probable that there will be future economic benefits in excess of those initially foreseen and the cost can be measured reliably (e.g., extraordinary maintenance costs). Other expenses incurred subsequently (e.g., ordinary maintenance costs) are recognized, in the period incurred, in the income statement under item 190 b) "other administrative expenses," if they refer to assets used in the Group's business activities.

This item also includes assets used by the Group as the lessee in lease agreements - "Right-of-Use Assets" (RoU) (IFRS 16).

At the commencement date, the Group, as lessee, shall recognize the "right-of-use (RoU) asset" at cost, which shall comprise: a) the amount of the initial measurement of the lease liability; b) any lease payments made at or before the commencement date, less any lease incentives received; c) any initial direct costs incurred by the lessee, i.e., incremental costs of obtaining a lease that would not have been incurred if the lease had not been obtained, except for costs incurred by a manufacturer or dealer lessor in connection with a lease; and d) an estimate of costs to be incurred by the lessee in dismantling and removing the underlying asset, restoring the site on which it is located or restoring the underlying asset to the condition required by the terms and conditions of the lease, unless those costs are incurred to produce inventories".

The RoU asset referring to leases outstanding at the date of initial application of IFRS 16 was recognized under the "Modified Retrospective Approach".

The Group does not consider VAT as a component of lease payments for the purposes of calculating IFRS 16 measures (RoU Asset and Lease Liability, for which reference should be made to the line item Financial liabilities measured at amortized cost).

Measurement criteria

Subsequent to initial recognition, property, equipment and investment property are carried at cost, net of accumulated depreciation and impairment losses, if any.

With regard to the Banking Group, such assets are depreciated on a straight-line basis over their estimated useful lives, understood as the period during which an asset or property is expected to contribute to company operations, adopting the straight-line method as the depreciation criterion. The estimate of the useful life is shown below:

- buildings: 33 years;
- furniture: 9 years;
- plants: 5 years;
- machines: 3 years;
- other: 4 years.

Land and buildings are treated separately for accounting purposes, even if purchased together. Land is not depreciated since, as a rule, it has an indefinite useful life.

The estimated useful life of property, equipment and investment property is reviewed at the end of each annual or interim reporting period, taking into account the conditions of use of the assets, maintenance conditions, expected obsolescence etc., and, if expectations differ from previous estimates, the depreciation expense for the current and subsequent periods is adjusted.

Artistic assets are not depreciated as their useful life cannot be estimated and their value typically does not decrease over time.

At the date of first-time adoption of the International Accounting Standards (January 1, 2005), the buildings owned by the Group and used in its business activities were measured at fair value, which became the new carrying amount of the assets as of that date.

If there is objective evidence that an asset has been impaired, the asset's carrying amount is compared with its recoverable amount, equal to the higher of its fair value less costs of disposal and its value in use, i.e., the present value of the future cash flows expected to be derived from the asset. Any adjustments to the carrying amount of the asset are recognized in the income statement under item 210 "depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property".

If an impairment loss is reversed, the new carrying amount cannot exceed the net carrying amount that would have been attributed to the asset if no impairment loss had been recognized in prior years.

At each annual or interim reporting date, the Group evaluates whether there is any indication of impairment of its items of property, equipment and investment property. If a loss is identified, the carrying amount is compared with the recoverable amount understood as the higher between fair value and value in use.

Property, equipment and investment property represented by the right of use of assets under lease contracts

Under IFRS 16, a lease is a contract or part of a contract that transfers the right to use an asset (the underlying asset) for a period of time in exchange for consideration. A financial lease essentially transfers all the risks and rewards arising from ownership of the asset to the lessee (user). Otherwise, the contract is classified as an operating lease. The inception of a lease is the date from which the lessee is authorized to exercise its right to use the leased asset. It coincides with the date of initial recognition of the lease and even includes rent-free periods, i.e. contractual periods when the lessee uses the asset free of charge. At the inception of a contract, the lessee recognizes:

- an asset consisting of the right to use the asset underlying the lease contract. The asset is recognized at cost, calculated as the sum of:
  - the lease liability;
  - lease payments made on or before the effective date of inception of the lease (net of lease incentives already received);
  - initial direct costs, and
  - any (estimated) costs to dispose of or restore the asset underlying the lease;
- a financial liability arising from the lease contract (lease liability) corresponding to the present value of payments due for the lease. The discount rate used is the implicit interest rate, if determinable; otherwise, the marginal financing interest rate of the lessee is used.

Where a lease contract contains "non-lease components" (e.g., the provision of services, such as routine maintenance, to be accounted for in accordance with IFRS 15), the lessee must separately account for "lease components" and "non-lease components" and distribute the contract price between the various components on the basis of their respective prices.

The lessee may choose to recognize lease payments:

- directly by expensing them to the income statement, on a straight-line basis throughout the term of the lease contract;
- according to another systematic method representative of the way in which the economic benefits are received, in the case of short-term leases (equal to or less than 12 months) that do not include an option for the lessee to purchase the leased asset and of leases where the underlying asset is of low value.

The lease term is determined taking into account:

- periods covered by an extension option, where the exercise of the extension option is reasonably certain;
- periods covered by an option to terminate the lease, if the exercise of the termination option is reasonably certain.

During the term of the lease contract, the lessee must:

- measure the right-of-use at asset, net of accumulated depreciation and accumulated impairment losses determined and accounted for in accordance with the provisions of IAS 36 - Impairment of Assets, adjusted to take account of any restatement of lease liabilities;
- increase the liability arising from the lease transaction following the accrual of interest expense calculated at the implicit interest rate of the lease, or alternatively at the marginal financing rate and reduce it for payments of principal and interest.

In the event of changes in lease payments, the liability must be restated; the impact of the restatement of the liability is accounted for as a balancing entry to the right-of-use asset.

Derecognition criteria

Property, equipment and investment property are derecognized when disposed of or when future economic benefits are no longer expected from their use or disposal.

The right-of-use assets deriving from lease contracts is derecognized at the end of the lease.

7 - Intangible assets

Classification criteria

Intangible assets are identifiable non-monetary assets without physical substance that are expected to be used for more than one year, controlled by the Group, and from which future economic benefits are likely to flow.

In the absence of one of the aforementioned characteristics, the cost to acquire or generate the asset internally is recorded as a cost in the period in which it was incurred.

Intangible assets mainly consist of software for long-term use and goodwill, resulting from contracts or new acquisitions.

Recognition criteria

Intangible assets are recognized in the annual or interim consolidated financial statements at acquisition cost, including direct costs incurred to bring the asset into use and increased with any costs incurred subsequently to increase initial economic functions, net of accumulated amortization and impairment losses, if any.

Intangible assets also include goodwill, being the positive difference between the purchase cost and the fair value of the assets and liabilities of the acquired company, representative of the investment's capability to produce future profit. Should this difference be negative (badwill) or should the investment not be capable to produce future profit, the difference is immediately recognized in the income statement.

The goodwill recognized derives from the acquisition of BFF Polska in 2016, IOS Finance in 2019 (merged into BFF Iberia on December 31, 2019) and MC3 Informatica S.r.l. in 2022 (which changed its company name to BFF Techlab S.r.l.).

Measurement criteria

Intangible assets with a finite useful life are systematically amortized on a straight-line basis according to their estimated useful lives. Useful lives are normally estimated as follows for the entire Banking Group:

- software: maximum 4 years;
- other intangible assets: maximum 10 years.

If there is objective evidence that an asset has been impaired, the asset's carrying amount is compared with its recoverable amount, equal to the higher of its fair value less costs of disposal and its value in use, i.e., the present value of the future cash flows expected to be derived from the asset. Any impairment of the asset is recognized in the income statement under item 220 "Amortization and net impairment losses on intangible assets (+/-)."

If an impairment gain is recognised, the new carrying amount cannot exceed the carrying amount that would have been attributed to the asset if no impairment loss had been recognized in prior years.

Intangible assets include goodwill. Goodwill can be recognized, in a business combination, when the positive difference between the consideration transferred and any recognition at fair value of non-controlling interests and the fair value of the net assets items acquired is representative of the investment's capability to produce future profit.

Assets with an indefinite useful life, such as goodwill, are not systematically amortized but undergo a periodic impairment test when the annual or interim consolidated financial statements are drafted.

The Group has a policy ("Goodwill Impairment Test") that defines the content of the test, in relation to what is prescribed by the IFRS, also explaining so-called "trigger events", i.e. those indicators with an external/internal source of information that are monitored at least every six months and that trigger impairment tests on equity investments and goodwill. The impairment test may also be performed at the specific request of the Authorities in case of particularly exceptional events (e.g. the case of the COVID-19 pandemic).

Therefore, an impairment test is performed annually on goodwill (or whenever there is evidence of impairment). To this end, the cash-generating unit is identified to which goodwill is to be allocated.

The amount of any impairment is determined on the basis of the difference between the carrying amount and the recoverable amount, if lower, and is taken to the income statement under item 270 "Impairment of goodwill". Recoverable amount is defined as the higher of fair value of the cash-generating unit less costs of disposal and its value in use, which is the present value of the cash flows expected to be derived from a cash-generating unit for the years in which it is in operation and arising from its disposal at the end of its useful life, or considering the current market multiple method. The recognition of any subsequent impairment gains is not allowed.

On the basis of the outcomes of the annual impairment test performed to prepare the consolidated financial statements at December 31, 2022, the Group did not recognize any impairment loss on the amount of goodwill recorded in the consolidated financial statements relating to the purchase price allocation of the BFF Polska Group, IOS Finance and MC3 Informatica S.r.l.

In this regard, please note that at December 31, 2022, the newly acquired BFF Techlab S.r.l. (former MC3 Informatica S.r.l.) was consolidated line-by-line and furthermore the purchase price allocation ("PPA") process was concluded, which resulted in the recognition of goodwill at consolidated level of €83 thousand. For more information refer to Part G "Business combinations" of the Notes to the consolidated financial statements.

In addition, at December 31, 2022 the impairment test was performed on the "Customer Relationship" intangible asset of the Securities Services BU, resulting from the finalization of the PPA subsequent to the merger of DEPObank in 2021, and in light of the significant changes taking place in the customer portfolio composition. The results of this activity led to the recognition of a partial impairment loss in the carrying amount through profit or loss. For more information refer to Part B of the Notes to the consolidated financial statements in item "Intangible Assets".

Derecognition criteria

An intangible asset is derecognized upon its disposal or when no further future economic benefits are expected from its use or sale, and any difference between the sale proceeds or recoverable amount and the carrying amount is recognized in the income statement under item 280 "Gains (losses) on disposal of investments".

9 - Current and deferred taxes

Income taxes are computed in accordance with the tax legislation in force in the different countries where the Group operates.

The tax charge consists of the total amount of current and deferred income taxes, included in the calculation of the profit or loss for the year.

Current tax assets and liabilities include the net balance of the Group's tax positions in respect of the tax authorities. In particular, these items include the net balance of current tax liabilities for the year, calculated according to a prudential estimate of the tax charge due for the year, determined on the basis of the current tax code, and current tax assets represented by prepayments made in the course of the year. Current taxes correspond to the amount of income taxes due for the year.

Deferred tax liabilities correspond to the amount of income taxes due in future periods and refer to taxable temporary differences which arose in the period or in previous periods. Deferred tax assets correspond to the amount of income taxes recoverable in future periods and refer to deductible temporary differences which arose in the period or in previous periods.

The tax amount of an asset or a liability is the value attributed to that asset or liability according to the tax legislation in force. A deferred tax liability is recognized on all taxable temporary differences in accordance with IAS 12. A deferred tax asset is recognized on all deductible temporary differences in accordance with IAS 12 only to the extent that it is probable that there will be future taxable income against which the deductible temporary difference can be offset.

Deferred tax assets are recorded under item 110 b) of assets. Deferred tax liabilities are recorded under item 60 b) of liabilities. Deferred tax assets and liabilities are constantly monitored and are recorded by applying the tax rates that it is expected will be applicable in the period in which the tax asset will be realized or the tax liability will be extinguished, on the basis of the tax rates and the tax law established by provisions in force.

The accounting contra entry for both current and deferred tax assets and liabilities consists normally of the income statement item 300 "Income taxes on profit (loss) from continuing operations".

In cases where deferred tax assets and liabilities concern transactions that directly concerned equity without impacting profit or loss (such as the adjustments resulting from the first-time adoption of IFRS, and the measurements of financial instruments at fair value through OCI or cash flow hedging derivatives), these are recognized through equity, impacting any relevant reserves (e.g. valuation reserves).

The size of the provision for taxes is adjusted to meet charges that might arise from any assessments already communicated or in any case from outstanding disputes with tax authorities.

10 - Provisions for risks and charges

Registration/classification criteria

Provisions for risks and charges cover costs and expenses of a determinate nature, the existence of which is certain or probable, which, at the end of the year, are uncertain as to amount or timing.

Accruals to the provisions for risks and charges are recognized only when:

- a present obligation has arisen as a result of a past event;
- upon its manifestation, the obligation is onerous;
- a reliable estimate can be made of the amount of the obligation.

Provisions for risks and charges for commitments and guarantees provided

This item includes provisions for credit risk set aside for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope of the impairment rules in IFRS 9. In this case the Group adopts the same methods for allocating items to the credit risk stages and calculating expected credit losses as the ones described for financial assets measured at amortized cost or at fair value through OCI.

Post-employment benefits and similar obligations

Post-employment benefits are formed in implementation of company agreements and are qualified as defined benefit plans. The liabilities relating to such plans and the relative current service cost are determined on the basis of actuarial assumptions by applying the Projected Unit Credit Method actuarial method, which involves projecting future outlays on the basis of statistical historical analyses and the demographic curve, as well as the financial discounting of such flows on the basis of a market interest rate. Contributions made in each year are considered to be separate units, recognized and valued individually in order to determine the final obligation. The discount rate is determined on the basis of market returns relating to the valuation dates of leading corporate bonds, taking into account the residual average duration of the liability. The present value of the obligation at the reporting date is also adjusted by the fair value of any assets serving the plan.

Actuarial gains and losses (or changes in the present value of the obligation deriving from changes in actuarial assumptions and adjustments based on past experience) are presented in the statement of comprehensive income.

As required by IAS 19, the provisions for risks and charges include the measurement of post-employment benefit obligations.

The measurement of such obligations in the financial statements is made, when necessary, based on actuarial calculations, by determining the charge at the measurement date based on demographic and financial assumptions.

Other provisions

Provisions for risks and charges are liabilities with an uncertain amount or maturity recognized in the financial statements as:

- there is a present obligation (legal or implicit) due to a past event;
- an outlay of financial resources is likely in order to meet the obligation;

- it is possible to reliably estimate the likely future outlay.

Such provisions include amounts set aside against presumed losses in legal proceedings against the Group.

When the time element is relevant, the provisions are discounted using current market rates. The provision and increases due to the time factor are recognized in the income statement. In particular, when the present value of the provision has been recognized, the increase in the carrying amount of the provision recorded in the financial statements in each year to reflect the passing of time is recognized under interest expense.

The provisions recognized, as well as contingent liabilities, are reviewed at each annual or interim reporting date and adjusted to reflect the best current estimate. If the need to use resources to meet the obligation is no longer likely, the provision is reversed with a balancing entry in the income statement.

The provisions for risks and charges include also the provisions for credit risk set aside for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope of the impairment rules in IFRS 9. Under IFRS 9, expected credit losses on commitments and guarantees provided shall be determined based on the initial credit risk of the commitment, starting from the date on which such commitment was made. As a general rule, in this case the Group adopts the same methods for allocating items to the three credit risk stages and calculating expected credit losses as the ones described for financial assets measured at amortized cost or at fair value through OCI.

The relevant loss allowance shall be recognized as a balance sheet liability under item "100: Provisions for risks and charges: a) commitments and guarantees provided".

Derecognition criteria

Derecognition occurs when the obligation or contingent liability that generated the recognition of a provision is extinguished.

11 - Financial liabilities measured at amortized cost

Classification criteria

An issued financial instrument is classified as a liability when, on the basis of the substance of the contractual agreement, there is a contractual obligation to provide money or another financial asset to another party.

This item includes "Due to banks", "Due to customers" and "Debt securities issued". Financial instruments (other than trading liabilities and those measured at fair value) representing the different forms of third-party funding are allocated to these items.

In addition, the payables incurred by the Group as lessee under leases are also included.

Interest expense is recorded in the income statement under item 20 "Interest and similar expense".

Recognition criteria

Such liabilities are initially recognized at fair value on the settlement date. This amount usually corresponds to the consideration received less transaction costs directly attributable to the financial liability. Structured securities are broken down into their basic elements, which are recorded separately, when the derivative components implicit in them are of an economic nature and present risks different from those of the underlying securities and can be configured as autonomous derivatives.

This line item includes also the payables relating to the assets used by the Group as lessee under leases—the so-called "Lease Liability" (IFRS 16), which comprises the following payments for the right to use the underlying asset: a) fixed payments, less any lease incentives receivable; b) variable lease payments that depend on an index or a rate, initially measured using the index or rate as at the commencement date; c) amounts expected to be payable by the Group under residual value guarantees; d) the exercise price of a purchase option if the lessee is reasonably certain to exercise that option; and e) payments of penalties for terminating the lease, if the lease term reflects the lessee exercising an option to terminate the lease.

Interest is recorded in income statement item 20 "Interest and similar expense".

Measurement criteria

Amounts due to banks and customers and debt securities issued are measured at amortized cost using the effective interest method.

Debt securities issued are measured at amortized cost using the effective interest method.

During the period of use of the asset, the carrying amount of the Lease Liability is increased by the interest expense accrued and decreased by the payments made to the lessor.

Derecognition criteria

Financial liabilities are derecognized when the obligation specified in the contract is extinguished or following a substantial change in the contractual terms of the liability.

The derecognition of debt securities issued also occurs in the event of repurchase of securities previously issued, even if they are intended for subsequent resale. The gains or losses on the recognition of the repurchase as an extinguishment are recognized in the income statement when the repurchase price of the bonds is higher or lower than their carrying amount. Subsequent disposals of own bonds on the market are treated as the placement of new debt.

12 - Financial liabilities held for trading

Recognition criteria

Recognition and measurement criteria are similar to those described for "Financial assets classified as held for trading".

Classification criteria

Financial liabilities held for trading include derivative contracts held for trading with negative values and liabilities related to technical overdrafts on securities.

All trading liabilities are valued at fair value with the allocation of the result of the measurement to the income statement.

Derecognition criteria

Financial liabilities are derecognized when the obligation specified in the contract is extinguished or following a substantial change in the contractual terms of the liability.

14 - Foreign currency transactions

Recognition criteria

Transactions in foreign currency are translated upon initial recognition into the functional currency by applying the exchange rate in force on the date of the transaction to the amount in foreign currency.

Measurement criteria

At each reporting date, statement of financial position items in foreign currency are valued as follows:

- monetary items are translated at the current exchange rate at the closing date;
- non-monetary items measured at historical cost are translated at the exchange rate on the transaction date;
- non-monetary items measured at fair value are translated using the exchange rate in effect on the date the fair value was determined.

The exchange differences deriving from the settlement of monetary elements or from the translation of monetary elements at rates other than those of initial translation, or of translation of the previous financial statements, are recognized in the Income Statement of the period in which they arise, while those relating to non-monetary elements are recorded in Equity or in the Income Statement in line with the method of recording the profits or losses that include this component.

Costs and revenues in foreign currencies are recognized at the exchange rate when they are accounted for, or, where in the process of accruing, at the exchange rate in effect at the reporting date.

16 - Other information

Treasury shares

The treasury shares held are deducted from equity at the value at which they were repurchased in the market. Similarly, their original cost and the gains or losses from their subsequent sale shall be recognized as changes in equity.

At the time of assignment to employees or directors, the Treasury share reserve is reduced by an amount calculated at the average price for the acquisition of the various tranches, with a balancing entry in financial instrument reserves recognized in the financial statements based on variable remuneration agreements and the "share premium" reserve.

Post-employment benefits

As a result of the legislative framework introduced by Italian Law no. 296 of 2006, the post-employment benefits vested accrued up to December 31, 2022 (which remain with the Company) under item 90 of liabilities, are computed by estimating the remaining length of the employment relationship, for individual persons or homogeneous groups, based on demographic assumptions:

- by projecting the accrued post-employment benefits, using demographic assumptions, to estimate the time of termination of employment;
- by discounting to present value, at the measurement date, the amount of the accrued benefits at December 31, 2022, based on financial assumptions.

IAS 19 (revised) requires actuarial gains and losses to be recognized in other comprehensive income in the year/period they are accrued.Because post-employment benefits accruing starting on January 1, 2007 must be transferred to the Italian social security institute (INPS) or to supplemental pension funds, they qualify as a "defined contribution plan", since the employer's obligation ceases once payment is made and the contribution is recorded in the income statement on an accruals basis.

The costs for servicing the plan are recorded under personnel expenses, item 190 "Administrative expenses: a) personnel expenses" as the net total of contributions paid, contributions accrued in previous periods and not yet recorded and expected revenues from assets servicing the plan. Actuarial gains and losses, as envisaged by IAS 19, are recorded in a revaluation reserve in equity.

Revenue recognition criterion

The general criterion for the recognition of revenue components is the accruals basis, also taking into account the correlation between costs and revenues.

Revenue

Revenue are gross flows of economic benefits deriving from the performance of ordinary business activities, when such flows cause increases in equity other than increases deriving from shareholder contributions.

Revenue deriving from contractual obligations with customers is recognized in the financial statements only if all of the following criteria are met:

a. the parties to the contract have approved the contract and have undertaken to meet their respective obligations;
b. the entity can identify the rights of each of the parties as regards the goods or services to be transferred;
c. the entity can identify the conditions of payment of the goods or services to be transferred;
d. the contract has commercial substance (or the risk, timing or amount of the future cash flows of the entity are destined to change following the contract);
e. it is likely that the entity will receive the consideration to which it will be entitled in exchange for the goods or services that will be transferred to the customer. In evaluating the likelihood of receiving the amount of the consideration, the entity must take into account only the capacity and intention of the customer to pay the amount of the consideration when it will be due.

Interest income and expense

Interest income and expense and similar income and expense relate to interest deriving from factoring activity, cash and cash equivalents and non-derivative financial assets and liabilities held for trading, measured at fair value through other comprehensive income and measured at amortized cost.

Interest income and expense are recognized in the income statement for all instruments measured at amortized cost, using the effective interest rate method.

With respect to BFF Bank and BFF Finance Iberia, more specifically:

- Fees and commissions charged to the assignor for the purchase of non-recourse receivables are recognized as transaction revenue and are therefore part of the effective return on the receivable recognized at amortized cost.
- According to IFRS 15, revenue shall be recognized only when its amount can be reliably estimated when total "control" on the exchanged goods or services is transferred. In the case in question, consistently with the "Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 7 of November 9, 2016" on the "Treatment in the financial statements of late payment interest under Italian Legislative Decree 231/2002 on non-recourse purchases of performing receivables", BFF and BFF Finance Iberia also included the estimate of recoverable late payment interest, including that claimed from tax authorities. As a matter of fact, BFF and BFF Finance Iberia have time series of data concerning collection percentages and times—acquired through suitable analysis tools—enabling them to judge that the estimate of late payment interest included in the calculation of amortized cost is sufficiently reliable and complies with the recognition requirements established by IFRS 15. Such time series are updated on an annual basis when the consolidated financial statements are prepared, in order to determine the estimated collection percentages and times to be used to calculate late payment interest. The change in collections is then analyzed on a quarterly basis in order to monitor the relative trends and check the stability of the model.

With reference to the estimated total late payment interest that is expected to be collected by BFF Bank and BFF Finance Iberia, the time series were updated with collection amounts for the year 2022. This confirmed an estimated recovery percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. This extension was also implemented to take into account external impacts that influenced the age of the provision, such as slower payment times due to the Covid-19 pandemic crisis, the relative blocking of courts and the suspension of enforcement actions in healthcare, which influenced the suspension of the terms of legal and procedural activities and therefore collection timing.

With regard to late payment interest on tax assets, given the particular nature of such interest and the counterparty, as well as the precise evidence obtained, it is believed that the conditions exist to recognize such interest in full.

As regards BFF Polska Group, with the exception only of BFF Central Europe s.r.o., despite the negligible importance of the component of late payment interest on total loans and receivables, as part of the activities to complete the integration of Group processes, which also include synchronizing the time series of data and the analysis instruments with those used by the Parent, late payment interest accrued on past-due trade receivables is primarily recognized when it is reasonably certain that it will be collected, on the basis of the agreements reached with the debtor counterparties or what has been agreed to in legal proceedings. As instead regards

BFF Central Europe, please note that the amortized cost method is used, and the majority of the revenues recognized relate to commissions received. All additional revenue linked to late payment interest is recognized only in specific cases, for which there is reasonable certainty of recovery and for which an estimated percentage of recovery has been defined based on experience.

Interest income on debt securities in portfolio and interest expense on securities issued by BFF Banking Group are recognized at amortized cost, i.e., by applying to the nominal amount of the securities the effective interest rate of return (IRR), determined as the difference between the coupon rate of interest and the purchase price of the same security and taking into account any issue discount.
The interest thus computed is recognized in the income statement pro-rated over the duration of the financial asset or liability.

Fees and commissions for receivables managed on behalf of assignors are recognized in two successive steps in relation to the timing and nature of the service rendered:

- when the receivables are entrusted for management (fees and commissions on acceptance, and handling expenses);
- when the receivables are collected (collection fees and commissions).

Fees and commissions

Fees and commissions, which primarily derive from the activities carried out by the Securities Services and Payments business units and debt collection management activities on behalf of third parties, are recognized when the service is provided. These are primarily revenues linked to periodic fees that could include the provision of multiple services, transaction fees and one-off revenues.

Fees and commissions considered in amortized cost in order to determine the effective interest rate are excluded, as they are recognized as interest.

Starting from the end of 2020, when legal costs incurred for the collection of the receivables acquired without recourse are recognized, the Group recognizes revenue equal to their estimated percentage of recovery based on time series developed internally. Indeed, the above-mentioned legal costs are in part recovered from customers either when bankruptcy proceedings are completed or when settlement agreements are finalized, and therefore they do not fully impact the consolidated financial statements. Therefore, this accounting treatment results in a greater alignment between costs and revenues, on an accruals basis.

Dividends

Dividends are recognized in the income statement when their distribution is approved.

Costs and other comprehensive income

Costs are recognized when they are incurred in compliance with the criterion of correlation between costs and revenue deriving directly and jointly from the same transactions or events. Costs that cannot be associated with revenue are recognized immediately in the Income statement.

Costs directly linked to financial instruments measured at amortized cost and which may be determined from their origin, irrespective of when they are paid, are recognized in the Income statement with the application of the effective interest rate.

Impairment losses are recognized in the Income statement in the year in which they are identified.

Share-based payment arrangements

The share-based personnel remuneration plans (stock option plans) are recorded in the accounts according to the provisions of IFRS 2. They are recorded by charging to the income statement, with a corresponding increase in equity, a cost set on the basis of the fair value of the financial instruments allocated on the assignment date and divided over the plan's vesting period. The fair value of any options is calculated using a model which considers—besides information such as the exercise price and duration of the option, the current price of the shares and their expected volatility, the expected dividends, and the risk-free interest rate—the specific characteristics of the current plan. In the valuation model, the option and the probability of realization of the conditions under which the options were assigned are assessed separately. The combination of the two values provides the fair value of the assigned instrument.

Any reduction in the number of financial instruments allocated shall be accounted for as cancellation of part of them. This derecognition will have no impact on the income statement, but will take place with a balancing entry in the retained earnings reserve.

In compliance with the provisions as set out in the First Part, Title IV, Chapter 2, Section III, paragraph 2.1. 3 of Bank of Italy's Circular no. 285, Art. 8.4 of the "Remuneration and incentive policy for members of the bodies with strategic supervision, management and control, and personnel of BFF Banking Group" establishes that at least 50% of variable remuneration of so-called "Key Personnel" (Risk Takers) must be paid in financial instruments, specifically:

(i) BFF's shares and related instruments, including the stock option plan; and

(ii) where possible, the other instruments identified in Delegated Regulation (EU) No 527 of 12 March 2014.

The definition of "variable remuneration" includes payments which, for various reasons, are connected to and dependent on the activities/performance of the recipients or on other parameters (e.g., length of service) and which may be due in the future from BFF to the Risk Takers,

i) both pursuant to the incentive system based on company and individual objectives (so- called "MBO").

ii) And in order to meet any payment obligations pursuant to non-competition agreements ("NCAs"), should in the future Risk Takers who have signed such agreements leave the Group.

2016 Stock-Option Plan of the Banca Farmafactoring Banking Group

On December 5, 2016, the parent's Ordinary Shareholders' Meeting approved the adoption of a stock option plan for employees and members of the corporate boards. The plan has the following features:

- *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised. At December 31, 2022 the number of stock options assigned and not exercised amounted to 1,086,788. The vesting period has matured for 854,788 of these, which are thus exercisable;
- *Beneficiaries*: the identification of beneficiaries and the granting of options are decided by:
  a) The Board of Directors, after consulting with the Remuneration Committee, with reference to directors, senior executives and executives directly reporting to the Chief Executive Officer;
  b) The Chief Executive Officer, within the limits of his/her powers, with reference to other beneficiaries whose remuneration falls within his/her duties;
- *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise. On March 28, 2019 the Ordinary Shareholders' Meeting approved the introduction of an alternative method for exercising options under the plan, in addition to the ordinary option (so-called cashless). According to the new exercise option, authorized beneficiaries who requested it can be allocated a number of shares determined based on the market value of the shares at the exercise date, with no obligation for them to pay the exercise price.

2020 Stock-Option Plan of the Banca Farmafactoring Banking Group

On April 2, 2020, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new Stock Option Plan ("2020 Plan") for employees and directors holding executive positions in the parent and/or its subsidiaries, having the following characteristics:

- *Purpose:* the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised;
- *Recipients*: the beneficiaries are identified by the Board of Directors and/or the CEO at their sole discretion - within the limits envisaged by the applicable legislation and the plan - among the employees and/or Directors with executive positions in the parent and/or its subsidiaries;
- *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise.

At December 31, 2022, the number of options assigned amounted to 8,384,500, of which none yet exercisable.

BFF Banking Group 2022 Long-Term Incentive Plan

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new "2022 Long-Term Incentive Plan" for employees and directors holding executive positions in the parent and/or its subsidiaries, having the following characteristics.

- *Subject*: the plan provides for the allocation of a maximum of 9,700,000 options divided into three tranches. The options can be of two types: (i) Class A options, which grant the right to receive newly issued ordinary shares of the Company, "equity settled", and (ii) Class B options, which grant the right to receive phantom shares, to be converted into cash in accordance with the provisions of the plan, "cash settled".

- *Vesting conditions (exercise)*: options granted under each tranche vest upon completion of the three-year period from the relevant grant date. Vesting is also subject to the fulfillment of the following conditions: (i) continuation of employment with the Group and/or office in the Board of Directors and absence of notice of resignation or dismissal; and (ii) achievement of KPIs (i.e. company performance indicators), without prejudice to the deferral and lock-up provisions applicable to the most significant personnel (i.e. Risk Takers) of the Bank and the other detailed forecasts of the plan, already disclosed to the market in accordance with applicable regulations.

At December 31, 2022, the number of options assigned amounted to 6,698,000 (of which 2,547,000 cash-less and 4,151,000 phantom shares), of which none yet exercisable.

Authorization to repurchase and dispose of treasury shares and revocation, for the part not yet executed, of the authorization granted by the Shareholders' Meeting on March 25, 2021

The parent's Ordinary Shareholders' Meeting of March 31, 2022, after examining the relevant illustrative Report by the Board of Directors, decided to revoke the previous authorization, granted by the Shareholders' Meeting of March 25, 2021, for the part not yet executed, and to authorize the Board of Directors to proceed with the repurchase of BFF ordinary shares, on one or more occasions and for a period of 18 months from the date of the Shareholders' Meeting, in pursuit of the purposes set out in the aforementioned illustrative Report; the maximum number of shares to be purchased is 8,294,520, representative of 5% of the 185,315,280 shares without a nominal amount representing the entire subscribed and paid-up share capital of the parent as of March 10, 2022, amounting to €142,692,765.52 (taking into account the treasury shares already in stock).

Use of estimates and assumptions in the preparation of financial reporting

As part of the preparation of the consolidated financial statements, the Group had to make valuations and estimates that influence the application of accounting policies and the amounts of assets, liabilities, costs and revenue recognized in the financial statements.

The significant assessments of the parent in the application of the accounting policies and the main sources of estimation uncertainty are unchanged from those already illustrated in the parent's and Group's last annual financial statements, closed at December 31, 2021.

In accordance with IFRS, the elaboration of estimates by management is a prerequisite for the preparation of the consolidated financial statements at December 31, 2022. This process involves the use of available information and subjective assessments, also based on historical experience, in order to formulate reasonable assumptions for the analysis of operations. These estimates and assumptions may vary from one period to the next, and therefore it cannot be ruled out that in subsequent periods, including in light of the current Covid-19 ("Coronavirus") emergency situation and the Russia/Ukraine conflict, the current values recognized in the consolidated financial statements at December 31, 2022 may differ - even significantly - owing to a change in the subjective assessments.

Estimates and assumptions are reviewed on a regular basis. Any changes resulting from such reviews are recognized in the period in which the review is made, provided that the review involves only that period. Should the review involve both current and future periods, the change is recognized in the period in which the review is made, and in the related future periods.

The risk of uncertainty in estimates is essentially related to:

- The degree of recoverability and estimated collection times for late payment interest accrued on non-recourse trade receivables acquired and lump-sum indemnities ("40 euros"), due to the Group, based on an analysis of historical multi-year company data;
- Impairment losses on loans and receivables and other financial assets in general;
- The fair value of financial instruments used for financial disclosure purposes;
- The fair value of financial instruments not traded in active markets, determined with measurement models;
- Expenses recorded on the basis of provisional values that are not definitive at the date on which these consolidated financial statements were prepared;
- Employee benefits based on actuarial assumptions, and provisions for risks and charges;
- The recoverability of deferred tax assets;
- Any impairment of equity investments, goodwill and intangible assets: in light of the results at December 31, 2022, there are no trigger events that could impact the valuation of equity investments and goodwill recorded at December 31, 2022, with the exception of the Securities Services BU Customer Relationship intangibles, for which an impairment loss was recognized in accordance with the impairment test performed by an independent expert following significant changes in the customer portfolio composition; for further details, see the item "Intangible Assets" in the statement of financial position assets.

Measurement of impairment losses on financial assets

At each annual or interim reporting date, in accordance with IFRS 9, financial assets other than those measured at fair value through profit or loss are tested to assess whether there is evidence that the carrying amount of the assets may not be fully recoverable. A similar analysis is conducted also for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope subject to impairment in accordance with IFRS 9. If such evidence exists (so-called "evidence of impairment"), the financial assets concerned—consistently with any remaining assets of the same counterparty—are considered to be impaired and classified in Stage 3. The Group shall recognize adjustments equal to lifetime expected credit losses for these exposures, consisting in financial assets classified as non-performing loans, unlikely to pay, and exposures past due and/or in arrears as per the Bank of Italy's Circular no. 262/2005.

The impairment model is characterized by:

- The allocation of the transactions in the portfolio to different stages, based on an assessment of the increase in the level of exposure/counterparty risk, considering the "staging allocation criteria";
- The use of multi-period risk parameters (e.g., lifetime PD, LGD and EAD) to quantify expected credit losses (ECL) for financial instruments subject to a significant increase in credit risk since initial recognition.

Below are the staging allocation criteria as well as the criteria for determining the parameters that BFF Banking Group uses as the basis for measuring expected credit losses, i.e., probability of default (PD), loss given default (LGD) and exposure at default (EAD).

Staging Allocation Criteria

In the case of financial assets for which there is no evidence of impairment (performing financial instruments), the Group shall assess whether there is an indication that the credit risk of the individual transaction has increased significantly since initial recognition.

Such assessment has the following consequences in terms of classification (or, more appropriately, staging) and measurement:

- If such an indication does not exist, the financial asset is classified in Stage 1. In this case, in accordance with IFRS and even in the absence of apparent impairment losses, the Group shall recognize 12-month expected credit losses on the specific financial instrument. These adjustments shall be reviewed at each subsequent reporting date to regularly assess whether they are consistent with the constantly updated loss estimates as well as account for the change in the forecast horizon for expected credit losses in the event there is an indication that credit risk has "increased significantly";
- If such an indication exists, the financial asset is classified in Stage 2. In this case, in accordance with IFRS and even in the absence of apparent impairment losses, the Group shall recognize adjustments equal to lifetime expected credit losses. These adjustments shall be reviewed at each subsequent reporting date to regularly assess whether they are consistent with the constantly updated loss estimates as well as account for the change in the forecast horizon for expected credit losses in the event there is no longer an indication that credit risk has "increased significantly".

Therefore, the allocation of an asset to Stage 1 rather than Stage 2 is not linked to absolute risk (in terms of probability of default), but rather to the (positive or negative) change in credit risk since initial recognition.

To allocate exposures subject to impairment in stages, the Group has adopted the following method, which can be summarized in three fundamental criteria:

- quantitative criterion: definition of a "delta rating" threshold for transfer to stage 2;
- qualitative criterion: use of transfer logic triggers, i.e., identification of events triggering transfers between stages;
- practical expedients: use of the Low Credit Risk Exemption (LCRE) and 30 days of non-payment.

The **qualitative criterion** takes precedence over the quantitative criterion and establishes that the following positions are allocated to stage 2:

- positions with forbearance measures;
- In Watchlist: or positions under monitoring for which an assessment of a significant increase in credit risk has been made.

As far as the **quantitative criterion** is concerned:

- a relative threshold is defined, which has the purpose of measuring the rating downgrade (at the reporting date with respect to the date of origin) for each transaction. If the number of downgrades is higher than what has been established by the threshold (differentiated according to the master rating scale used), the position is allocated to Stage 2. The relative threshold depends on the number of rating classes considered for each segment and is equal to 1 for those segments to which the Sovereign and Financial Institutions external matrices apply (which have 7 rating classes), while it is equal to 2 for the counterparties pertaining to the segments for which the Corporate matrix is used (which has 21 rating classes).

Lastly, as concerns the **practical expedients:**

- the "Low Credit Risk Exemption" exempts transactions referring to counterparties with investment grade ratings at the date of analysis from the verification of significant deterioration using a relative threshold. Positions defined as low credit risk are not subject to the control of a rating downgrade between the date of analysis and the date of origin of the transaction. In the absence of qualitative triggers, these positions are allocated directly to Stage 1. This exception applies for counterparties referring to the Public Administration and Municipalities, to the technical forms of Repurchase Agreements by virtue of their guaranteed nature and very short term reciprocal accounts. It is excluded for private counterparties;
- at individual transaction level, the number of days past due is calculated by comparing the analysis date (reporting date) with the "expected original maturity date" (VIP). If the days past due exceed 30, the individual transaction would be classified in Stage 2.

For unrated counterparties in the portfolio, the staging allocation is carried out by applying only qualitative criteria, and the watchlist flag was introduced precisely in order to overcome the lack of rating and therefore the application of quantitative criteria.

Impairment Criteria

The key concepts introduced by IFRS 9 and required for the purpose of calculating impairment are as follows:

- a forward-looking model, allowing the immediate recognition of all expected losses over the life of the instrument. According to IFRS 9, losses shall be recognized based on supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data;
- ECL recalculated at each reporting date to reflect changes in credit risk since initial recognition of the financial instrument;
- ECL measured by incorporating point-in-time and forward-looking information as well as macroeconomic factors;
- Introduction of an additional status with respect to the binary classification of performing and non-performing counterparties, to take account of the increase in credit risk.

The ECL calculation model requires a quantitative assessment of future cash flows and assumes that they can be reliably estimated. This requires the identification of certain elements, namely:

- probability of default (PD) models and assumptions about the forward distribution of default events, for the calculation of multi-period PDs used to determine the lifetime expected credit loss;
- a multi-period LGD model;
- a deterministic and stochastic EAD model allowing to define a multi-period distribution as well as a 12-month horizon.

In addition, at the reporting date, ECLs shall be discounted using the effective interest rate ("EIR") of the transaction as at the date of initial recognition.

Starting from September 2022, the Group refined its risk parameter (PD and LGD) methodology for the factoring business, bringing it more into line with the specific characteristics of the business. Below is a description of the Group's methodological decisions for the purposes of measuring the above parameters and measures.

Probability of Default (PD)

The multi-period PD parameter is interpreted by the Group by estimating a term structure of the probability of default starting from a recalibration of internal PD matrices provided by the rating agencies on long-term internal default rates (Long Run Average Default Rate or Central Tendency), the latter appropriately differentiated according to the relevant risk drivers. PD estimates include the effects deriving from the introduction of the New Definition of Default pursuant to Article 178 of Regulation (EU) no. 575/2013 in force as of January 1, 2021. The multi-period PD also incorporates Point-In-Time conversion adjustments and forward-looking information.

The forward-looking requirement means that each of the transactions in the portfolio involving the same counterparty is assigned a probability of default beginning on the reporting date. To this end, the Group defines PD as the likelihood, over a particular time horizon, that a counterparty will be classified as in default.

The Group has adopted a model based mainly on external information sources (e.g. Rating agencies). The matrices taken into consideration for rated counterparties relate to the Sovereign, Corporate and Financial Institutions segments. With reference to the Group portfolio:

- the Sovereign matrix was associated with public counterparties;
- the Corporate and Financial Institutions matrices were associated with non-public counterparties (the Corporate and Financial Institutions segments, respectively).

After identifying the matrices listed above, the following approach was followed to estimate the PD:

1. **estimation of the 12-month TTC PD** by recalibrating the ECAI external migration matrices for the loan portfolio of BFF Bank S.p.A. and BFF Finance Iberia S.A. This approach makes it possible to refine the PD estimates by making them more compliant with the company's business characteristics. For the securities portfolio and for exposures referring to BFF Polska S.A. and its subsidiaries, the ECAI external migration matrices are adopted as the best methodological approach as, in the first case as they are bond-like financial instruments, the use of the ECAI matrices is already in and of itself representative of the relative risk level and, in the second case, the private segment ratings ("Corporate", "Public companies" and "Retail") are taken at individual counterparty level and, therefore, they provide a more accurate estimate. The recalibration was carried out by determining a differentiated Central Tendency for each cluster, identified, for the estimation, through the time series of internal rates of default, adjusted to take into account the new definition of default;
2. **estimate of the lifetime TTC PD** through the *Markov* approach based on assumptions of uniformity and the absence of memory which makes it possible to estimate the transition matrix until year "n" by raising the matrix at 1 year to the nth power;
3. **estimation of PIT and Forward Looking PD** through the PIT factor (default rate at 1 year expected in the model) and considering the Forward Looking information given by forecasts on default rates. The macroeconomic scenarios for the definition of forecast rates are given by an external infoprovider, weighted by the relative likelihood of occurrence. The external provider provides specific scenarios by **geographical area** and **business segment**, with reference to the type of portfolio to which they should be applied.

With reference to the calculation methodology underlying the creation of these scenarios, the following is taken into account:

- specific currently observable factors of counterparties in identified clusters (e.g., current rating, outlook/watchlist status);
- future developments in macroeconomic factors (e.g., GDP growth rate, unemployment rate, credit spread movements).

In particular, the following statistical techniques were used:

- dynamic equations systems representing aggregate supply and demand components;
- periodic reassessments of equations to verify model robustness and prediction accuracy;
- use of econometric techniques for time series and panel data for the estimation process;
- implementation of Monte Carlo simulations to generate deviations from the baseline and to produce empirical probability distributions.

Three scenarios were chosen to calculate PIT and FLI PD:

- baseline scenario: this is a probabilistic scenario that corresponds to the average forecast;
- high growth (upside) scenario: this is the probabilistic improvement scenario;
- mild recession (downside) scenario: this is the probabilistic worst-case scenario.

A probability of occurrence was associated with each scenario to obtain a weighted point-in-time and forward-looking PD value.

Following the retrieval of the expected default rates, the methodological approach chosen consists in applying scaling factors equal to the shocks on the default rates provided for by the defined scenarios (scaling factor approach) to the estimated multi-period Through the Cycle PDs (conditioned TTCs).

For each rating class, the result is three forward PD curves to which the baseline scenario, the high growth scenario and the mild recession scenario are applied.

To make the curves continuous and eliminate irregularities due to excessively aggressive shocks, the Group applies a smoothing algorithm using exponential damping to the forward PDs. Therefore, the Group identifies time dependent weightings to be applied to the TTC PD curve and to the recalculated curve after application of the shocks.

Loss Given Default (LGD)

In quantifying expected loss, the LGD parameter measures the expected loss in the event of counterparty default. Therefore, LGD is a significant component for calculating the expected loss according to IFRS 9, both for positions classified in Stage 1 (1-year time horizon), and for those that have undergone a significant increase in credit risk and were therefore classified in Stage 2 and assessed on a lifetime basis.

In order to estimate the LGD parameter, as no internal models are available, the Group has decided to use the LGD grids obtained from a specific calculation tool provided by the external infoprovider.

The Group assigns an LGD value to each transaction on the basis of appropriate portfolio segmentation, taking into account the following risk factors: the probability of default associated with the counterparty, the reference economic sector, and factors specific to the transaction (e.g., type of financing and positioning of the financing within the capital structure). In addition, only for the non-recourse factoring portfolio of BFF Bank S.p.A. and BFF Finance Iberia S.A., given the specific features of the recovery process for that technical form compared to those of other product types, the Group has refined the LGD parameter estimation analysis by calibrating the external

grids on long-term internal rates of recovery. This choice was justified by *(i)* the presence of a sufficiently robust time series depth for the estimation of an LGD model; *(ii)* the desire to correct ECAI source LGD estimates based on recoveries, in the majority of the cases complete, historically experienced by the Group. The calibration methodology is based on the calculation of a differentiated Central Tendency by customer macro-segment and the subsequent recalibration of the external grids using the constrained optimization Ordinary Least Squares (OLS) model.

Exposure at Default (EAD)

When defining and modeling the parameters to be used over multiple periods to measure credit risk, the Group considers also the Exposure at Default (EAD).

Similarly to what has already been defined in Basel models, to calculate ECL with credit risk parameters, EAD under IFRS 9 allows the definition of the exposure that a creditor will have at the time of default at a specific time over the life of the financial instrument.

Therefore, the EAD parameter must be aligned with the lifetime forecast horizon envisaged by the impairment model, to allow for the calculation of the allowance also for transactions for which the standard requires lifetime recognition.

The Group has identified the following factors for the computation of lifetime EAD:

- type of exposure;
- due date.

From these distinguishing factors for Exposure at Default modelling, the following cases have been defined:

- exposures with a deterministic repayment plan (cash flows);
- exposures without a repayment plan (no cash flows).

With reference to the exposures with deterministic repayment plans, the lifetime EAD is defined using the repayment plan and its effective cash flows. Stochastic modelling is therefore not necessary for these transactions.

On the other hand, as concerns exposures with unknown cash flows and/or due date (or exposures with no repayment plan), they are broken down by means of two estimation methodologies to determine the due date:

1. a qualitative methodology, based on which the due date is determined on the basis of the conditions of the contract or the review by the Credit Evaluation O.U.;
2. a quantitative methodology applied if it is not possible to apply the qualitative methodology that estimates the behavioral duration of the individual accounts.

IFRS 9 - Update to reflect the financial crisis due to COVID-19 and the Russia/Ukraine conflict

The annual update of the risk parameters (PD and LGD) allows taking into account the evolution of the effects of COVID-19 within the estimates of expected credit losses, and starting from March 2022 the effects of the Russia/Ukraine conflict. The Baseline, High Growth and Mild Recession forecasts supplied by the external infoprovider were updated in June 2022 and provide the forecast default rates for the 20 quarters following the updating date. In February 2022, the outbreak of the Russia/Ukraine conflict significantly changed the geopolitical scenario with direct consequences on the European and global macro economy. The Risk Management Function, as it does every year, performed a sensitivity analysis at December 31, 2022 between the macroeconomic scenarios for the third quarter of the year, provided by the external infoprovider, and the macroeconomic scenarios updated at June 30, 2022. The analysis shows that 2023 will be characterized by a decline in GDP growth and a strong inflationary drive generated by the Russia/Ukraine conflict, which reduces on one hand business investments and on the other the disposable income of consumers. However, the job market does not seem to be experiencing significant tensions, thanks to the recovery in hirings post-Covid-19. The economic slowdown will not be sufficient to cause widespread dismissals and the job market will continue to benefit from considerable excess demand. Therefore, job market stability will be one of the main factors that could prevent the economy from entering a recessive cycle. The comparative analysis of the scenarios shows that estimated GDP in December 2022 is worse than that currently in use in the model and therefore, the Risk Management Function is evaluating the impacts of that change on the model for estimating risk parameters in order to understand its magnitude, while also taking into consideration that the Group's Business Model and - in this specific area - the relative cost of risk are less sensitive to GDP trends than credit exposures concentrated in the corporate/retail area.

Moreover, the Risk Management Function compared the macroeconomic estimates released by the external infoprovider with those of the European Central Bank (ECB), observing, also in this case, a deterioration of GDP in 2023.

The same analyses will be performed at the end of the first quarter of 2023 as well in order to evaluate the possibility of updating the risk parameters early.

IFRS 3 - Business combinations

The transfer of control of a business (or an integrated set of activities and assets, conducted and managed by the same party) constitutes a business combination.

In accordance with IFRS 3, each business combination requires the identification of an acquirer. The latter must be identified in the entity that obtains control of another entity or group of businesses.

The acquisition, and therefore the first-time consolidation of the acquiree, must be accounted for on the date in which the acquirer obtains effective control of the business or assets acquired. When the acquisition occurs through a single exchange transaction, the exchange date generally coincides with the acquisition date. However, it is always necessary to verify the existence of any agreements between the parties which could involve a transfer of control before the exchange date.

The consideration transferred in a business combination must be measured as the sum of the fair value, at the exchange date, of the assets sold, the liabilities incurred or assumed, and the equity instruments issued by the acquirer in exchange for control.

In the transactions that provide for payment in cash (or when payment is expected by means of financial instruments similar to cash) the price is the agreed consideration, possibly discounted if an installment payment is expected in a period longer than the short term. If the payment is made through an instrument other than cash, therefore through the issue of equity instruments, the price is equal to the fair value of the means of payment net of the costs directly attributable to the capital issue transaction.

Adjustments subject to future events are included in the consideration for the business combination at the acquisition date if envisaged by the agreements and only if they are probable, reliably determinable and realized within 12 months of the date of acquisition of control, while compensation for reduction in the value of the assets used is not considered as already considered either in the fair value of the equity instruments or as a reduction in the premium or increase in the discount on the initial issue in the case of issuance of debt instruments.

The costs related to the acquisition are the expenses incurred by the acquirer to complete the business combination.

The acquirer must account for the costs related to the acquisition as expenses in the periods in which these costs are incurred and the services are received, with the exception of the costs of issuing shares or debt instruments that must be recognized in accordance with IAS 32 and IFRS 9.

Business combinations are accounted for using the "acquisition method", which requires identifiable assets acquired (including any intangible assets not previously recognized by the acquiree) and liabilities assumed (including contingent liabilities) to be measured at their fair values at the acquisition date.

Moreover, for each business combination, any minority stake in the acquired company can be recognized at fair value (with a consequent increase in the consideration transferred) or in proportion to the share of the minority stake in net identifiable assets of the acquired companies.

The excess between the consideration transferred (represented by the fair value of the assets transferred, the liabilities incurred or the equity instruments issued by the acquirer), possibly supplemented by the value of the minority interests (determined as set out above) and the fair value of the interests already held by the acquirer, and the fair value of the assets and liabilities acquired must be recognized as goodwill. However, if the latter are higher than the sum of the consideration, minority interests and fair value of the shares already held, the difference must be charged to the income statement.

The accounting for a business combination can be made on a provisional basis by the end of the year in which the combination is effected, but must be perfected within 12 months of the acquisition date.

Transactions aimed at controlling one or more companies that do not constitute a business activity or temporary control or, finally, if the business combination is carried out for reorganization purposes, therefore between two or more companies or business activities that are already part of BFF, and which does not involve a change in the control structures regardless of the percentage of minority rights before and after the operation (so-called business combinations of companies under common control) do not constitute business combinations.

A.4 INFORMATION ON FAIR VALUE

Qualitative information

IFRSs require that financial instruments classified as "Financial assets at fair value through profit or loss", "Financial assets at fair value through other comprehensive income" and "Financial liabilities held for trading" be measured at fair value.

The fair value is the price that would be received for a sale of an asset or which would be paid for the transfer of a liability in a normal transaction between market operators (in other words, not a forced liquidation or sale below cost) on the measurement date. The fair value is a market measurement criterion not specific to the entity. An entity needs to assess the fair value of an asset or liability by adopting the assumptions that the market operators would use when determining the price of the asset or liability, assuming that the market operators act to satisfy their own economic interests in the best possible way.

In determining the fair value of a financial instrument, IFRS 13 establishes a hierarchy of criteria in terms of the reliability of the fair value according to the degree of discretion applied by entities, giving priority to the use of observable market parameters that reflect the assumptions that market participants would use in valuing (pricing) an asset/liability. Three different input levels are identified:

- Level 1: inputs represented by (unmodified) quoted prices in active markets for identical assets or liabilities, which can be accessed on the measurement date;
- Level 2: inputs other than quoted prices included in Level 1 that are directly (as in the case of prices) or indirectly (i.e. as derived from prices) observable for the assets or liabilities to be measured;
- Level 3: unobservable inputs for the asset or liability.

The choice between the aforementioned methods is not optional since they must be applied in hierarchical order. Absolute priority is given to the official prices available in active markets for the assets and liabilities to be measured (Level 1) or for assets and liabilities measured using valuation techniques based on observable market parameters other than the prices of the financial instrument (Level 2), and lower priority is given to assets and liabilities whose fair value is calculated using valuation techniques based on parameters that are not observable in the market and are therefore more discretionary (Level 3).

In compliance with the rules described above, the market price recorded at the end of the reporting period is used for instruments quoted in active markets (Level 1). The fair value of financial instruments not listed on active markets has been determined by using valuation techniques based mainly on the discounting of cash flows. The valuation techniques used incorporate all the factors considered by the market when setting the price and are based mainly on observable market inputs (Level 2).

Specifically:

- bonds are measured by discounting the future cash flows envisaged in the contractual plan of the security, using the market rates adjusted for counterparty risk;
- derivative contracts, consisting of overnight interest rate swaps (OISs), are measured based on market valuation models using market rates as the prevailing parameters, adjusted for counterparty risk. Where relevant, this risk includes both changes in the counterparty's creditworthiness and changes in the issuer's creditworthiness (own credit risk);

- for equities, there is a hierarchy and an order of application of measurement methods that considers, first of all, any transactions in the security recorded over a sufficiently short period of time compared to the valuation period, comparable transactions of companies operating in the same sector and the application of analytical financial, income-based and equity-based valuation methods. The measurement method for a financial instrument is adopted on a continuing basis, and is only changed if there are significant variations in the market or subjective conditions of the issuer of the financial instrument. The Bank does not hold any Level 3 financial instruments, except for those of an immaterial value.

A.4.1 Fair value levels 2 and 3: valuation techniques and input used

The valuation techniques used are adapted to the specific characteristics of the assets and liabilities being valued. The choice of inputs is aimed at maximizing the use of those that can be observed directly on the market, minimizing the use of internal estimates.

With regard to Level 2 financial instruments, mainly represented by SWAPS and loans to customers and to banks measured at amortized cost, the valuations as at December 31, 2022 were based on interest rates and volatility factors derived from the market. In view of the Group's limited dealings in the over-the-counter derivatives segment and its dealings mainly with the most relevant counterparties based on risk-mitigating collateralization agreements, the adjustments made to the measurement of Level 2 instruments to incorporate counterparty risk were not significant.

With regard to Level 2 UCI units, the value is determined using the official NAV.

The only instrument classified as Level 3 is the amount due from the Interbank Deposit Protection Fund's voluntary scheme.

A.4.2 Processes and sensitivity of valuations

At December 31, 2022, as mentioned above, the only financial instrument classified as Level 3 is the amount due from the Interbank Deposit Protection Fund's voluntary scheme. The most recent fair value estimate received by the Fund and prepared by a major consulting firm has been adopted.

A.4.3 Fair value hierarchy

At December 31, 2022, as in 2021, there were no transfers between Level 1, Level 2 and Level 3.

A.4.5 Fair value hierarchy

A.4.5.1 Assets and liabilities valued at fair value on a recurring basis: breakdown by levels of fair value

(Values in thousand euros)

Financial assets / liabilities measured at fair value	12.31.2022			12.31.2021		
	Level 1	Level 2	Level 3	Level 1	Level 2	Level 3
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss	7	90,429	104	9	36,487	104
a) financial assets held for trading	7	204		9	4,087	
b) financial assets carried at fair value						
c) other financial assets subject to mandatory fair value measurement		90,225	104		32,399	104
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	225	127,873		167	83,339	
3. Hedging derivatives					13	
4. Property, equipment and investment property						
5. Intangible assets						
Total	**232**	**218,303**	**104**	**176**	**119,838**	**104**
1. Financial liabilities held for trading		950			2,725	
2. Financial liabilities carried at fair value						
3. Hedging derivatives		14,314			4,814	
Total		**15,263**			**7,539**	

A.4.5.2 Annual changes in assets measured at fair value on a recurring basis (level 3)

(Values in thousand euros)

	Financial assets measured at fair value through profit or loss:				Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Hedging derivatives	Property, equipment and investment property	Intangible assets
	Total	of which: a) financial assets held for trading	of which: b) financial assets carried at fair value	of which: c) other financial assets subject to mandatory fair value measurement				
1. Opening balances					**104**			
2. Increases								
2.1. Purchases								
2.2. Gains recognised in:								
2.2.1 Profit or loss								
- of which gains								
2.2.2 Equity		X	X	X				
2.3. Transfers to other levels								
2.4 Other increases								
3. Decreases								
3.1. Sales								
3.2 Repayments								
3.3. Losses recognised in:								
3.3.1 Profit or loss								
- of which losses								
3.3.2 Equity		X	X	X				
3.4. Transfers to other levels								
3.5 Other decreases								
4. Closing balances					**104**			

A.4.5.4 Assets and liabilities not measured at fair value or measured at fair value on a non-recurring basis: breakdown by levels of fair value

(Values in thousand euros)

Assets and liabilities not measured at fair value or measured at fair value on a non-recurring basis	12.31.2022				12.31.2021			
	CA	L1	L2	L3	CA	L1	L2	L3
1. Financial assets measured at amortized cost	11,895,850	5,946,465		5,766,623	10,069,497	5,839,220		4,276,876
2. Investment property								
3. Non-current assets held for sale and discontinued operations								
Total	**11,895,850**	**5,946,465**		**5,766,623**	**10,069,497**	**5,839,220**		**4,276,876**
1. Financial liabilities measured at amortized cost	11,994,763	38,648		11,955,787	10,010,353	188,861		9,824,068
2. Liabilities associated with assets held for sale								
Total	**11,994,763**	**38,648**		**11,955,787**	**10,010,353**	**188,861**		**9,824,068**

Key:
CA = Carrying Amount
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

A.5 INFORMATION ON THE "DAY ONE PROFIT/LOSS"

The Group does not hold, nor has it held, any financial assets to which this disclosure is applicable, pursuant to IFRS 7, paragraph 28.

Part B - Information on the Consolidated Statement of Financial Position

All amounts in the tables are stated in thousands of euros.

ASSETS

Section 1 - Cash and cash equivalents - Item 10

€634,879 thousand

1.1 Cash and cash equivalents: breakdown

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
a) Cash	207	192
b) Current accounts and sight deposits at Central Banks	489,810	360,142
c) Current accounts and sight deposits at banks	144,863	194,134
Total	**634,879**	**554,468**

Starting from December 31, 2021, in line with what is set forth in the 7th update of Bank of Italy circular 262/2005, the item in question, aside from cash and sight deposits at Central Banks, with the exception of the mandatory reserve, also includes current accounts, as well as sight loans and receivables (current accounts and sight deposits) from banks.

As of December 31, 2022, this item mainly includes unrestricted deposits with the Bank of Italy, amounting to €490 million (compared to €360 million at December 31, 2021), as well as current accounts held by the Bank and its subsidiaries at third-party banks at the end of 2022, amounting to €145 million. Specifically, "Current accounts and sight deposits at banks" mainly refer for €134 million to BFF Bank, for €10 million to BFF Polska Group, for €660 thousand to BFF Finance Iberia and for €220 thousand to BFF Techlab.

Section 2 - Financial assets measured at fair value through profit or loss - Item 20

€90,541 thousand

This item is broken down as follows:

- Financial assets held for trading of €211 thousand, which primarily includes the positive fair value of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the Group is exposed to;
- Other financial assets subject to mandatory fair value measurement of €90,330 thousand, which mainly

include the "UCI units" managed in part by the "Italian SGR Investment Fund" and, to a lesser extent, by the "Atlante Fund" and, as of 2022, a fund with units subscribed by the parent for a value of €60 million at December 31, 2022. The value of UCI units recognized in the consolidated financial statements has been updated to the latest available NAV made available by these funds.

2.1 Financial assets held for trading: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
A. On statement of financial position assets						
1. Debt securities						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities	6			8		
2. Equity securities	1			1		
3. UCI units						
4. Loans						
4.1 Reverse repurchase agreements						
4.2 Others						
Total (A)	**7**			**9**		
B. Derivatives						
1. Financial derivatives						
1.1 held for trading		204			4,086	
1.2 connected to the fair value option						
1.3 others						
2. Credit derivatives						
2.1 held for trading						
2.2 connected to the fair value option						
2.3 others						
Total (B)		**204**			**4,086**	
Total (A+B)	**7**	**204**		**9**	**4,086**	

Key:
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

2.2 Financial assets held for trading: breakdown by borrower/issuer/counterparty

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
A. On statement of financial position assets		
1. Debt securities	**6**	**8**
a) Central Banks		
b) Public administrations	3	4
c) Banks	3	4
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
2. Equity securities	1	1
a) Banks		
b) Other financial companies:		
of which: insurance companies		
c) Non-financial companies	1	1
d) Other issuers		
3. UCI units		
4. Loans		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
Total (A)	**7**	**9**
B. Derivatives	204	4,086
a) Central counterparties		
b) Others	204	4,086
Total (B)	**204**	**4086**
Total (A+B)	**211**	**4,095**

2.5 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. Debt securities						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities						
2. Equity securities			104			104
3. UCI units		90,226			32,399	
4. Loans						
4.1 Reverse repurchase agreements						
4.2 Others						
Total		**90,226**	**104**		**32,399**	**104**

Key:
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

2.6 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement: breakdown by borrower/issuer

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Equity securities		
of which: banks		
of which: other financial companies	104	104
of which: other non-financial companies		
2. Debt securities		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
3. UCI units	**90,226**	**32,399**
4. Loans		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
Total	**90,330**	**32,503**

Section 3 - Financial assets measured at fair value through other comprehensive income - Item 30

€128,098 thousand

At December 31, 2022 this item included:

- the stake in the Bank of Italy of €125 million;
- other minor investments worth approximately €3 million.

Compared to last year, the item increased significantly as a result of the acquisition of an additional investment in the Bank of Italy (from €80 million in 2021 to €125 million at December 31, 2022), bringing the parent's equity investment from 1.07% to 1.67%.

With respect to minor investments in equity securities, please note that the parent has sold a portion of "Visa" shares (for €1,183 thousand) and "Ausilia S.r.l." shares (for €306 thousand) and, in the course of the final quarter of 2022, purchased a shareholding in the company "Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A." amounting to €1 million (1.17%).

3.1 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. Debt securities						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities						
2. Equity securities	225	127,873		167	83,339	
3. Loans						
Total	**225**	**127,873**		**167**	**83,339**	

Key:
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

3.2 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown by borrower/issuer

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Debt securities		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
2. Equity securities	**128,098**	**83,506**
a) Banks	125,432	80,374
b) Other issuers:	**2,666**	**3,132**
- other financial companies	1,379	2,844
of which: insurance companies		
- non-financial companies	287	288
- others	1,000	
3. Loans		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
Total	**128,098**	**83,506**

Section 4 - Financial assets measured at amortized cost - Item 40

€11,895,850 thousand

This item is broken down as follows:

- Loans and receivables with banks of €478,203 thousand;
- Loans and receivables with customers of €11,417,647 thousand, which, based on the guidance in the new IFRS 9, from January 1, 2018 also includes the Hold to Collect (HTC) securities portfolio of €6,129,228 thousand.

Loans and receivables with banks

€478,203 thousand

4.1 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due from banks

(Values in thousand euros)

Type of operations/ Values	Total 12.31.2022						Total 12.31.2021					
	Carrying Amount			Fair Value			Carrying Amount			Fair Value		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3
A. Loans and receivables with Central Banks	**185,349**					**185,349**	**156,038**					**156,038**
1. Time deposits	11,714			X	X	X	153			X	X	X
2. Compulsory reserve	173,635			X	X	X	155,885			X	X	X
3. Reverse repurchase agreements				X	X	X				X	X	X
4. Others				X	X	X				X	X	X
B. Loans and receivables with banks	**292,854**					**292,854**	**248,061**					**248,061**
1. Loans	292,854						248,061					
1.1 Current accounts				X	X	X				X	X	X
1.2 Time deposits	2,910			X	X	X	2,643			X	X	X
1.3 Other loans:	289,943			X	X	X	245,418			X	X	X
- Reverse repurchase agreements	183,994			X	X	X	160,438			X	X	X
- Loans for leases				X	X	X				X	X	X
- Others	105,950			X	X	X	84,980			X	X	X
2. Debt securities												
2.1 Structured securities												
2.2 Other debt securities												
Total	**478,203**					**478,203**	**404,099**					**404,099**

Key:
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

As mentioned above, starting from December 31, 2021, in line with what is set forth in the 7th update of Bank of Italy Circular 262/205, all sight deposits at Central Banks, with the exception of the mandatory reserve, as well as current accounts and sight loans and receivables (current accounts and sight deposits) with banks have been reclassified to Statement of Financial Position item 10 "Cash and cash equivalents".

Therefore, at December 31, 2022, the item "Loans and receivables with Central Banks - Mandatory Reserve", amounting to €174 million, also includes the amounts deposited in compliance with the reserve requirement of client banks, for which the parent BFF provides the service indirectly, while "Time deposits" include the balance of the amount deposited with the national bank of Poland (*Narodowy Bank Polski*) for the funding made by the Polish branch through "Lokata Facto", amounting to €11,714 thousand.

"Loans and receivables with banks - time deposits" referred for €2,910 thousand to the amount deposited with *Banco de España* as CRM (*Coeficiente de Reservas Mínimas*), in relation to the funding carried out by the Bank's Spanish branch through "Cuenta Facto".

The item "Loans and receivables with banks - Reverse repurchase agreements", amounting to €184 million, refers to contracts governed by Global Master Repurchase Agreements (GMRAs) with other banks.

"Loans and receivables with banks - Other" consist mainly of trade receivables, i.e. trade receivables for transactions connected to the provision of services, and in particular of daily positions connected to the provision of payment card settlement services.

This item does not include any impaired assets.

Loans and receivables with customers

€11,417,647, including Hold to Collect securities of €6,129,228 thousand

Starting from January 1, 2018, the item "Financial assets measured at amortized cost - Loans and receivables with customers" includes debt securities in the Hold to Collect (HTC) portfolio in addition to loans to customers, pursuant to the updates of Bank of Italy Circular no. 262, in compliance with the new IFRS 9.

This item mainly includes loans to customers of €5,288.4 million (mainly amounts due from debtors in relation to factoring activities) and €6,129.2 million in debt securities in the HTC portfolio.

BFF Banking Group's loans and receivables with customers are measured at amortized cost, determined based on the present value of estimated future cash flows.

BFF Bank and BFF Finance Iberia's non-recourse trade receivables include both principal and late payment interest accruing as from the due date of the trade receivable. In order to compute amortized cost, including late payment interest recognized on an accrual basis, BFF Bank updates the time series of data regarding the late payment interest collection percentages and times on an annual basis, when the financial statements are prepared. After this analysis, as of December 31, 2022, on the basis of the time series the Bank decided to modify its approach to estimating the late payment interest to be included in the amortized cost, therefore assuming a collection percentage of 50% in place of the previous 45%, and changing the average collection timing from 1,800 to 2,100 days due to the impacts of the crisis caused by the COVID-19 pandemic, which influenced the suspension of the terms of procedural activities.

With regard to the trade receivables purchased by BFF Finance Iberia, the average collection percentage for late payment interest tends to be close to 100% and, on average, collection times are lower than those recorded for

trade receivables due from the Italian National Healthcare System. However, a prudent decision was made to consider, also for 2022, the use of the same parameters as those used by BFF Bank, i.e., a recovery rate of 50% with average collection times of 2,100 days.

As regards BFF Polska Group, with the exception only of BFF Central Europe s.r.o., despite the negligible importance of the component of late payment interest on total loans and receivables, as part of the activities to complete the integration of Group processes, which also include synchronizing the time series of data and the analysis instruments with those used by the Parent, late payment interest accrued on past-due trade receivables is primarily recognized when it is reasonably certain that it will be collected, on the basis of the agreements reached with the debtor counterparties or what has been agreed to in legal proceedings. As instead regards BFF Central Europe, please note that the amortized cost method is used, and the majority of the revenues recognized relate to commissions received. All additional revenue linked to late payment interest is recognized only in specific cases, for which there is reasonable certainty of recovery and for which a percentage of recovery has been defined based on experience.

The cumulative amount of late payment interest due to BFF Bank (including branches and countries managed in compliance with regulations on the freedom to provide services) and BFF Finance Iberia but not yet collected for non-recourse trade receivables (so-called Allowance for late payment interest) amounted to €756 million, of which only €346 million was recognized in the income statement of the period and in previous periods.

The total net amount of impaired exposures for BFF Banking Group is €283.8 million. Of this amount, €86.4 million relates to non-performing loans (including €79.7 million relating to municipalities and provincial governments in financial distress, of which €5.7 million were purchased already impaired) and €12.1 million to unlikely-to-pay exposures. Past due exposures amounted to €185.3 million, of which 97% relating to public counterparties. The figure remained aligned with what was recorded at September 30, 2022, the date on which they increased as a result of the more stringent interpretations on the new "Definition of Default" (or "New DoD", Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) issued by the Bank of Italy on September 23, 2022.

This item also includes collection expenses (40 euros). Italian Legislative Decree no. 231 of 10/9/2002, implementing Directive 2000/35/EC on combating late payment in commercial transactions, establishes on compensation for collection expenses that *"The creditor is due, without requiring any placement in default, a lump-sum amount of €40 by way of compensation for damages. This is without prejudice to proof of higher damages, which may include debt collection assistance costs".*

BFF's interpretation has been confirmed by the recent ruling won by the parent at the Court of Justice of the European Union on October 20, 2022, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, and confirmed the right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration, irrespective of the amount and whether a certain amount of invoices are part of a single payment agreement.

The parent therefore tracked the collections of collection expenses to develop a time series which currently has a depth of 4 years. Considering recent case law, the rising collection trend and growing collection percentages aligned with those of late payment interest, the decision was made to include this type of revenue in the financial statements by modifying the method for estimating revenue, accounting for 50% at the time of accrual and simultaneously recognizing the relative receivable.

The cumulative value of collection expenses to which the Group is entitled and not yet collected for trade receivables purchased outright ("40 euros provision") amounted to €240.3 million, of which only €119.4 million recognized in the income statement for the year as a result of the transition from cash accounting to accrual accounting.

Debt securities classified in the HTC portfolio, equal to €6,129 million, are measured at amortized cost. The relevant interest is therefore recognized in the income statement using the effective rate of return.

At December 31, 2022, this portfolio consists exclusively of government securities purchased to hedge liquidity risk and to optimize the cost of money. It has a total nominal amount of €6,125 million and fair value of €5,946 million, with a negative difference (before taxes) of around €183 million compared to the carrying amount on the same date, not recognized in the financial statements.

4.2 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by type of loans to customers

€11,417,647 thousand

(Values in thousand euros)

Type of operations/ Values	Total 12.31.2022						Total 12.31.2021					
	Carrying Amount			*Fair value*			Carrying Amount			*Fair value*		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3
1. Loans	**5,004,658**	**278,090**	**5,672**			**5,288,419**	**3,768,697**	**98,788**	**5,287**			**3,872,777**
1.1 Current accounts	3,444	391		X	X	X	20,498	1,141		X	X	X
1.2 Reverse repos	67,897			X	X	X	127,452			X	X	X
1.3 Mortgages				X	X	X				X	X	X
1.4 Credit cards and personal loans, including salary backed loans	173			X	X	X	468			X	X	X
1.5 Finance leases	1,619			X	X	X	2,851			X	X	X
1.6 Factoring	3,250,809	237,384	5,672	X	X	X	2,418,616	77,352	5,287	X	X	X
1.7 Other loans	1,680,716	40,315		X	X	X	1,198,811	20,295		X	X	X
2. Debt securities	**6,129,228**			**5,946,465**			**5,792,627**			**5,839,220**		
2.1. Structured securities												
2.2. Other debt securities	6,129,228			5,946,465			5,792,627					
Total	**11,133,885**	**278,090**	**5,672**	**5,946,465**		**5,288,419**	**9,561,323**	**98,788**	**5,287**	**5,839,220**		**3,872,777**

Key:
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

This item breaks down as follows:

- Performing exposure factoring amounted to a total of €3,250,809 thousand for BFF Banking Group.
  This included non-recourse trade receivables purchased as performing, registered under the name of the assigned debtor, with the conditions for derecognition, and measured at amortized cost, worth a total of €2,507,838 thousand for BFF Bank and €570,385 thousand for the subsidiary BFF Finance Iberia.
  Non-recourse trade receivables are mainly purchased already past due, and their principal portion is deemed collectible. The right to accrued and accruing late payment interest on them and the right to collection expenses when they fall due are acquired upon purchase.

  Trade receivables purchased below nominal amount totaled €25,562 thousand in relation to late payment interest and €3,410 thousand for collection expenses.

  Performing non-recourse factoring of BFF Polska Group totaled €172,585 thousand.
- Other performing loans due from customers amounted to €1,680,716 thousand. They mainly include:
  - accrued late payment interest of about €198,252 thousand, including €176,306 thousand relating to BFF Bank and €21,946 thousand relating to the Spanish subsidiary. This amount has already been recognized in the income statement in the current and prior years and refers only to late payment interest accrued on principal already collected. Therefore, of the €346.0 million in late payment interest recognized in the income statement, and referring to the provision existing at December 31, 2022, €198.3 million refers to the item under review, while of the remaining amount, €136 million was recognized under "factoring" and €11.8 million under other loans past due;
  - collection expenses of €108,902 thousand, of which €84,304 thousand relating to BFF Bank, €23,480 thousand referring to the Spanish subsidiary and €1,118 thousand relating to BFF Central Europe; this amount, along with the €7,543 thousand classified under impaired loans, has already been transferred to the income statement and refers to collection expenses already accrued on trade receivables purchased outright;
  - security deposits of approximately €242.2 million for settlement activities related to the transactions typical of the Securities Services and Banking Payments business areas;
  - security deposits for transactions in place with Cassa Compensazione e Garanzia for €268.3 million;
  - financing activities of BFF Polska Group of €855,094 thousand.
- Reverse repurchase agreements amounting to €67,897 thousand. These are exposures arising from contracts with customers regulated by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA).
- Current account credit facilities amounting to €3,444 thousand are for the use of lines of credit granted to funds and asset management companies using the custodian bank services (as part of the services offered by the Securities Services business unit) or by corporate customers to whom collection and payment services are provided (as part of the services provided by the Banking Payments Department).
- Performing finance leases of BFF Polska Group totaled €1,619 thousand.
- BFF Banking Group's net impaired assets amounted to a total of €283,762 thousand. They include:
  - Non-performing loans are exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections made by the Group.

At December 31, 2022, the overall total of the Banking Group's non-performing loans, net of impairment, amounted to €86,372 thousand, of which €5,672 thousand purchased already impaired. Net non-performing loans concerning Italian municipalities and provincial government in financial distress amounted to €79,662 thousand, accounting for 92.2% of the total.
Gross non-performing loans amounted to €104,663 thousand. The related impairment totaled €18,290 thousand. The portion of the allowance for late payment interest relating to non-performing exposures, recognized at the time of the change in estimate in 2014, was equal to €997 thousand, entirely impaired. Taking account of this amount, too, gross non-performing loans amounted to €105,660 thousand and relevant adjustments totaled €19,287 thousand.
With reference to the parent, at December 31, 2022 total non-performing loans, net of any estimated impairment losses, amounted to €80,271 thousand, of which €79,662 thousand concerned Italian municipalities and provincial governments in financial distress; this case is classified as non- performing in accordance with the indications given by the Supervisory Authority, despite the fact that BFF Banking Group has the legal right to receive 100% of the capital and late payment interest at the end of the insolvency procedure.
Specifically, the amount of €5,672 thousand refers to loans and receivables due from local entities (municipalities, provinces) already in financial distress at the time of purchase and purchased at special conditions.
The remaining positions referring to BFF Bank are impaired based on subjective assessments arising from legal opinions. Gross non-performing loans relating to BFF Polska Group amounted to €21,151 thousand. After estimated impairment losses of €15,811 thousand they amounted to €5,340 thousand.

- BFF Banking Group's unlikely to pay exposures mainly refer to BFF Polska Group's positions. These exposures reflect the judgement made by the intermediary about the unlikelihood that - excluding such actions as the enforcement of guarantees - the debtor will fully fulfil (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments).
  At December 31, 2022, gross exposures classified as unlikely to pay amounted to €16,374 thousand, of which €14,439 thousand attributable to BFF Polska Group, €1,593 to the bank and €342 thousand to BFF Finance Iberia. The total net value is €12,132 thousand, referring primarily to BFF Polska Group.
- Net past due exposures of BFF Banking Group amounted to €185,257 thousand. They refer to the parent for €170,890 thousand, to the Spanish subsidiary for €13,556 thousand and to BFF Polska Group for €811 thousand. 97.4% of these exposures relate to public counterparties. The figure remained aligned with what was recorded at September 30, 2022, the date on which the trade receivables classified as past due increased as a result of the more stringent interpretations on the new "Definition of Default" (or "New DoD", Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) issued by the Bank of Italy on September 23, 2022. However, there was no increase in the actual risk profile of the loan portfolio.

With regard to the activities of the BFF Polska Group, voluntary moratoria were granted for a total amount of €1,926 thousand and are mainly represented by corporate clients (approximately 45%), public sector entities (approximately 22%) and retail clients (approximately 33%). The main products affected are credit exposures deriving from amounts, accounting for approximately 64%, loans, 25% from loans (MEDLekarz - loans to medical practices), 7% from factoring operations and a residual 4% relating to finance lease operations. Compared to December 31, 2021 there was a decrease of about €200 thousand.

Fair value

The financial statement item "Loans and receivables with customers" mainly refers to non-recourse trade receivables, for which an active and liquid market is not available. In particular, these are past due trade receivables due from public administration agencies, for which the price in a hypothetically independent transaction cannot be easily determined, partly due to difficulties in reasonably assessing the liquidity risk that would be accepted by the market for such transactions.

Consequently, the carrying amount (determined based on the amortized cost and taking into account any individual and collective impairment), in relation to the nature, type, duration of such assets and related collection projections, was deemed to be substantially representative of the fair value of these trade receivables on the reporting date.

4.3 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by borrower/issuer of loans to customers

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired
1. Debt securities	**6,129,228**			**5,792,627**		
a) Public administrations	6,129,228			5,792,627		
b) Other financial companies						
of which: insurance companies						
c) Non-financial companies						
2. Loans to:	**5,004,658**	**278,090**	**5,672**	**3,768,696**	**98,789**	**5,287**
a) Public administrations	4,243,798	254,674	5,672	3,347,055	77,501	5,287
b) Other financial companies	516,352	391		220,300	1,141	
of which: insurance companies	1					
c) Non-financial companies	191,446	19,393		165,660	19,767	
d) Households	53,061	3,632		35,681	380	
Total	**11,133,885**	**278,090**	**5,672**	**9,561,323**	**98,789**	**5,287**

4.4 Financial assets measured at amortized cost: gross amount and total adjustments

(Values in thousand euros)

	Gross value					Total adjustments				Total partial write-offs (*)
	Stage one	of which: Instruments with low credit risk	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	
Debt securities	6,130,036					809				
Loans	4,335,758		1,148,361	301,329	5,678	690	569	23,240	6	
Total 12.31.2022	**10,465,795**		**1,148,361**	**301,329**	**5,678**	**1,498**	**569**	**23,240**	**6**	
Total 12.31.2021	**9,106,742**		**861,118**	**118,965**	**5,493**	**1,975**	**463**	**20,176**	**206**	

(*) Value presented for informational purposes.

4.4a Loans measured at amortized cost subject to COVID-19 support measures: gross amount and total adjustments

(Values in thousand euros)

	Gross value					Total adjustments				Total partial write-offs (*)
	Stage one	of which: Instruments with low credit risk	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	
1. Loans granted in accordance with GL	1,381		119	426						
2. Loans subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne										
3. Loans subject to other forbearance measures										
4. New funding										
Total 12.31.2022	**1,381**		**119**	**426**						
Total 12.31.2021	**1,601**		**232**	**287**						

(*) Value presented for informative purposes.

Section 5 - Hedging derivatives - Item 50

The item is equal to zero

5.1 Hedging derivatives: breakdown by hedge type and level

(Values in thousand euros)

	Fair value 12.31.2022			NV 12.31.2022	Fair value 12.31.2021			NV 12.31.2021
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
A. Financial derivatives								
1) Fair value								
2) Cash flows						13		17,403
3) Foreign investments								
B. Credit derivatives								
2) Cash flows								
Total						**13**		**17,403**

Key:
NV = notional value
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

The item includes the positive fair value relating to currency swap hedges with notional in zloty defined with the aim of hedging the loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under current intercompany agreements. This item at December 31, 2022 is equal to zero.

5.2 Hedging derivatives: breakdown by portfolios hedged and hedge type

At December 31, 2022 this item in question was equal to zero.

Section 7 - Equity investments - Item 70

€13,656 thousand

The amount refers to the equity investment in two law firms in which BFF Polska is a limited partner, as well as the equity investment in Unione Fiduciaria of 26.46% of the capital thereof.

Note that the aforementioned investments are consolidated using the equity method (and not in full).

7.1 Equity investments: information on shareholding relationships

Name	Registered office	Operational headquarters	Type of relationship	Ownership relationship		Voting rights %
				Held by	Holding %	
A. Jointly controlled companies						
B. Companies over which significant influence is exercised						
1. Unione Fiduciaria	Milan (Italy)	Milan (Italy)	Voting right in the Shareholders' Meeting	BFF Bank S.p.A.	26.46%	26.46%
2. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź (Poland)	Łódź (Poland)	Other forms of control	BFF Polska S.A.	99%	99%
3. Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	Łódź (Poland)	Łódź (Poland)	Other forms of control	Debt-Rnt sp. Z O.O	99%	99%

7.4 Non-significant shareholdings: accounting information

(Values in thousand euros)

Name	Carrying amount of equity investments	Total assets	Total liabilities	Total revenue	Profit (loss) after tax from continuing operations	Profit (loss) from operations after tax	Profit (loss) for the year (1)	Other comprehensive components income, (expense), after taxes (2)	Comprehensive income (3) = (1) + (2)
A. Jointly controlled companies									
B. Companies over which significant influence is exercised									
1. Unione Fiduciaria S.p.A.	13,571	78,824	78,793	20,317	31		31		31
C. Exclusively controlled companies									
1. Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	4	340	220	734	114		114		114
2. Restrukturyzacyjna Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.	81	80	4	8	(6)		(6)		(6)

7.5 Equity investments: annual changes

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
A. Opening balance	13,484	88
B. Increases	174	13,397
B.1 Purchases		
B.2 Impairment gains		
B.3 Revaluations	174	4,832
B.4 Other changes		8,565
C. Decreases	(2)	(1)
C.1 Sales		
C.2 Impairment losses		
C.3 Impairment		
C.4 Other changes	(2)	(1)
D. Closing balance	13,656	13,484
E. Total revaluations		
F. Total adjustments		

Section 9 - Property, equipment and investment property - Item 90

€54,349 thousand

9.1 Property and equipment with functional use: breakdown of assets measured at cost

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Proprietary assets	41,844	20,161
a) land	22,575	6,324
b) buildings	17,424	11,017
c) furniture	199	252
d) electronic systems	1,070	1,516
e) others	576	1,052
2. Right-of-use assets	12,505	16,290
a) land		
b) buildings	11,822	15,290
c) furniture		
d) electronic systems		
e) others	683	1,000
Total	**54,349**	**36,452**
of which: obtained by enforcement of guarantees received		

9.6 Property and equipment with functional use: yearly changes

(Values in thousand euros)

	Land	Buildings	Furnishings	Electronic system	Others	Total
A. Gross opening balances	**6,325**	**34,932**	**2,881**	**11,338**	**6,868**	**62,345**
A.1 Total net impairment losses		(8,625)	(2,629)	(9,822)	(4,815)	(25,892)
A.2 Opening net balances	6,325	26,307	252	1,516	2,053	36,453
B. Increases:	**16,250**	**11,681**	**81**	**458**	**593**	**29,063**
B.1 Purchases			5	453	48	**506**
B.2 Capitalized improvement costs						
B.3 Reversals of impairment losses						
B.4 Increases in fair value through:						
a) equity						
b) profit or loss						
B.5 Exchange rate gains						
B.6 Transfers from investment property			X	X	X	
B.7 Other increases	16,250	11,681	76	5	545	**28,557**
C. Decreases:		**(8,742)**	**(134)**	**(902)**	**(1,388)**	**(11,166)**
C.1 Sales					(3)	(3)
C.2 Depreciation		(3,148)	(134)	(906)	(741)	(4,930)
C.3 Impairment losses						
recognised in:						
a) equity						
b) profit or loss						
C.4 Decreases in fair value hrough:						
a) equity						
b) profit or loss						
C.5 Exchange rate losses		(9)			(4)	**(13)**
C.6 Transfers to:						
a) investment property			X	X	X	
b) non-current assets held for sale and discontinued operations						
C.7 Other decreases		(5,585)		4	(640)	(6,220)
D. Closing net balances	**22,575**	**29,246**	**199**	**1,070**	**1,259**	**54,349**
D.1 Total net impairment losses		(7,722)	(2,787)	(10,745)	(5,642)	**(26,896)**
D.2 Closing Gross Amount	22,575	36,968	2,987	11,815	6,900	81,245
E. Measurement at cost	**22,575**	**36,968**	**2,987**	**11,815**	**6,900**	**81,245**

At December 31, 2022, the item "Property, equipment and investment property" amounted to a total of €54,349 thousand. Of this amount, €27,7634 thousand related to BFF Bank, €24,312 thousand related to BFF Immobiliare, €1,305 thousand to BFF Polska Group, €963 thousand to BFF Finance Iberia and €5 thousand related to BFF Techlab.

At December 31, 2022 the item relating to BFF Bank was mainly composed of:

- Land in the amount of €22,575 thousand, of which €6,325 thousand related to the property owned by BFF Bank and €16,250 thousand related to the purchase of the building area located in Milan by the subsidiary BFF Immobiliare for the purpose of building the future headquarters of BFF Bank;
- Buildings (including capitalized extraordinary maintenance) of €17,424 thousand also including the Rome property at Via Elio Chianesi 110/d owned by DEPObank, as well as the property at Via Domenichino 5;
- Right-of-use assets relating to the application of IFRS 16 on leases of €12,505 thousand, of which €11,822 thousand relating to assets leased by the Parent and its subsidiaries.For further information on this topic, please refer to section M of the Notes.

In the course of 2022, the parent sold the property in Rome at via Bertoloni, realizing a capital gain gross of the tax effect of €317 thousand.

In the consolidated financial statements, with regard to the scope of BFF, the land and building owned in Milan (Via Domenichino 5) were recognized separately based on an appraisal conducted by the same company that determined their value.

Section 10 - Intangible assets - Item 100

€70,155 thousand (of which €30,957 thousand relating to goodwill)

10.1 Intangible assets: breakdown by type of asset

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2022		Total 12.31.2021	
	Finite useful life	Indefinite useful life	Finite useful life	Indefinite useful life
A.1 Goodwill	X	30,957	X	30,874
A.2 Other intangible assets	39,198		36,673	
of which: software	11,849		7,593	
A.2.1 Assets measured at cost:				
a) Intangible assets created internally				
b) Other assets	39,198		36,673	
A.2.2 Assets measured at fair value:				
a) Intangible assets created internally				
b) Other assets				
Total	**39,198**	**30,957**	**36,673**	**30,874**

The item primarily consists of the amount of goodwill arising from the acquisition of BFF Polska Group in 2016 of €22,146 thousand, the former IOS Finance (now merged into BFF Finance Iberia) in 2019 of €8,728 thousand and BFF Techlab in the final quarter of 2022 of €83 thousand, as well as the Customer Contracts amounting to €21,828 thousand, one of which subject to an impairment loss in accordance with the impairment test performed by an independent expert amounting to around €1,102 thousand.

For more information refer to Part G "Business combinations" of the Notes to the financial statements.

With respect to goodwill with an infinite useful life recognized in the financial statements and in line with what is described in IAS 36, an impairment test was performed in 2022 on goodwill recognized in the consolidated financial statements, concerning BFF Polska Group, BFF Iberia (formerly IOS Finance) and BFF Techlab (formerly MC3 - Informatica) in order to determine its recoverable amount.

Impairment test on the goodwill recognized in the consolidated financial statements relating to BFF Polska Group and BFF Iberia (formerly IOS Finance)

The impairment test on goodwill is meant to identify the likelihood that the recoverable amount of the cash generating unit or group of cash generating units to which it is allocated is no lower than their carrying amount, where the recoverable amount is the higher between the value in use and the fair value less costs to sell (IAS 36.18). Goodwill does not constitute an asset separable from the rest of the company, and therefore the impairment test is meant to verify that the value of the entire business (excluding assets not directly functional to the performance of the business, or "surplus assets") is higher than the overall carrying amount.

Specifically, the recoverable amount is estimated by making reference to the "Value in use" based on the 2023 budget, for the two CGUs referring to BFF Polska and BFF Finance Iberia (hereinafter also the "Polska CGU" and the "Iberia CGU"), and making reference to the fair value based on market multiples for the new BFF Techlab CGU. Furthermore, also for the Iberia and Polska CGUs, the relative fair value was estimated.

The estimated value in use is based for the two Polska and Iberia CGUs on expected cash flows in the 2023 budget. The estimation process requires the appropriate analyses to be performed on the difference between the preliminary figures and the budget to understand the reason underlying these differences. The forecast flows were used for the assessments, once the reasonableness of the projections was verified, carried out by:

a) analyzing the nature of the variances between the budget and the forecast (used for the preparation of the budget) and the incorporation of (permanent) variances in the projections made, and
b) verifying that the consolidated projections are in the range expressed by equity analysts.

The analysis of the projections of equity analysts at consolidated level highlights that analysts project significant growth for BFF subsequent to 2023 (the reference year of the budget). This demonstrates that the approach of using only the budget to estimate the recoverable amount is particularly prudent.

For the BFF Techlab CGU, acquired in October 2022, since it is a primarily captive business, in order to place more emphasis on external market indicators in keeping with what is set forth in IAS 36, the parent opted for an approach for estimating the recoverable amount based on the determination of fair value based on market multiples.

In particular, with respect to the two items of goodwill of Polska CGU and the Iberia CGU, in the course of 2022 the Dividend Discount Model method and assessment formula was adopted, based on which the value in use of each CGU is equal to the present value of the dividends expected in the explicit forecast period (budget year) and the terminal value obtained by projecting in perpetuity at the capitalization rate (coe-g) the sustainable dividend beyond the explicit forecast period.

The assessment formula uses an extent of distributable dividend compatible with an absorption in terms of regulatory capital equal to 12.50% of the Risk Weighted Assets. The formula prudently does not consider the distribution of any excess regulatory capital.

In order to estimate the opportunity cost of equity ("coe") the Capital Asset Pricing Model was used, adjusted to consider the reduced size of BFF Banking Group and its CGUs, based on which:

- Coe = $Risk\ Free_t + \beta$ x (Equity Risk Premium) + Size Premium,
- Risk Free t = in order to consider the effects of the Russia/Ukraine war, as suggested by the Italian Valuation Authority, and to incorporate the upward interest rate trend, in partial discontinuity with the method used in the previous year the risk-free rate was estimated on the basis of the yield to maturity of the ten-year government rate of the country in which the CGU operates, corresponding to the 6-month average at the date of December 31, 2022 (at December 31, 2021 the 1-year average was considered) of the yields to maturity of the benchmark on ten-year government securities from the source Datastream,
- β = coefficient expressing the risk of a security, estimated for the CGUs as equal to 1.22x and based on monthly historical yields at 5 years of the securities of comparable companies and the respective local market indexes (once it had been verified that the beta estimates based on other time horizons were less significant). The comparable companies are the European companies surveyed by the provider RBICS FactSet as operating in the sub-sector to which BFF Banking Group belongs and corresponding to the Collection Agencies and Loan Factoring Services sub-sector. The companies considered were only those with revenue in the sub-sector exceeding 20% of the entire turnover

- Equity Risk Premium = market risk premium. With the new rate scenario, the Group opted to take as the extent of the equity risk premium the historical risk premium estimated by Credit Suisse (Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2022) of the different EU countries, weighted by the weight of each country, as calculated by the EU agency BEREC (Body of European Regulators for Electronic Communications) in the document dated 06.09.2022 "*WACC parameter calculations according to the European Commission's WACC Notice of 6th November 2019 (*WACC *parameters Report* 2022)". This risk premium is aligned at 5.7%.
- Size Premium = risk premium for reduced size and aligned with the premium for historical risk surveyed by the academics Fama and French since 1970. This estimate at December 31, 2022 is equal to 1.9%.

The "g" growth rate was prudently assumed to be equal to 0%.

In continuity with the previous year, the comparable companies selected were the European companies surveyed by the provider RBICS (FactSet) as operating in the sub-sector to which BFF Banking Group belongs and corresponding to the Collection Agencies and Loan Factoring Services sub-sector. Last year's sample was integrated with the companies surveyed this year as operating in the same sub-sector.

This being stated, with respect to the BFF Polska CGU, the estimated value in use (cum dividend 2022) which emerged is €158.5 million at December 31, 2022 (compared to €266.3 million at the end of the previous year). No impairment losses were identified from the comparison of this value with the carrying amount (of €125.2 million).

Pursuant to IAS 36, a sensitivity analysis was performed to identify the change in key variables that makes the recoverable amount equal to the carrying amount in the consolidated financial statements of the different CGUs.

This analysis shows that in relation to the Polska CGU an upward change in costs such so as to decrease margins (= net profit/total income) by 11.60% and a reduction of the total income of 22.33% would result in the alignment of the recoverable amount with the carrying amount.

With respect to the Iberia CGU, the relative estimated value in use which emerged is €133.17 million at December 31, 2022 (compared to €149.7 million at the end of the previous year). Also in this case, no impairment losses were identified from the comparison of this value with the carrying amount (of €35.6 million).

The sensitivity analysis performed in order to identify the change in key variables which makes the recoverable amount equal to the carrying amount in the consolidated financial statements of the different CGUs showed with respect to the Iberia CGU a reduction in margins (or net profit/total income) by 30.70% and a decline in total income of 71.53% would result in the alignment of the recoverable amount with the carrying amount. The increases in the cost of equity and the lowering of the income growth rate necessary to identify a value aligned with the carrying amount were not significant.

Purchase Price Allocation (PPA) of the business combination with BFF Techlab S.r.l. and relative impairment test

Before proceeding with the impairment test on the newly acquired BFF Techlab, in accordance with IFRS 3 - revised, the parent completed the purchase price allocation ("PPA") of the former MC3 Informatica S.r.l (now "BFF Techlab S.r.l") at December 31, 2022.

Specifically, the standard establishes that a business combination may be recognized on a provisional basis by the end of the year in which the combination is carried out, but must be finalized within 12 months of the

acquisition date. IFRS 3 establishes that the consideration transferred in a business combination must be measured at fair value, calculated as the sum of the acquisition-date fair values of the assets transferred by the acquirer, the liabilities incurred by the acquirer to former owners of the acquiree and the equity interests issued by the acquirer. Examples of potential forms of consideration include cash, other assets, a business or a subsidiary of the acquirer, contingent consideration, ordinary or preference equity instruments, options, warrants and member interests of mutual entities. In the case of BFF Techlab, the consideration of the business combination, amounting to €384.2 thousand, did not change as the profit for the year 2022 does not contribute to the formation of the price, as set forth in the purchase agreement.

Therefore, the acquirer must determine the amount of goodwill as the extent of the difference between amounts (a) and (b), as defined below:

a) Sum of the following elements:
   - the consideration of the business combination, measured in compliance with IFRS 3;
   - the amount of any non-controlling interests in the acquired business, determined in compliance with IFRS 3;
   - in business combinations carried out in multiple phases, the fair value at the acquisition date of the interests previously held by the acquirer in the acquired entity;

b) the net value of the amounts, at the acquisition date, of the identifiable assets acquired and liabilities.

As part of the PPA process, for the business combination October 3, 2022 was identified as the date of acquisition of control over the subsidiary by the parent. This date refers to the asset values of the former MC-3 at September 30, 2022 (last business day prior to the acquisition date).

The comparison between the consideration for the business combination of €384.2 million and the value of net assets of €301.5 million, as recognized in the statement of financial position at fair value at September 30, 2022 (date considered) of the former MC-3, generated a difference of €82.7 million to be allocated to goodwill in the consolidated financial statements at December 31, 2022.

For more information refer to Part G "Business combinations" of the Notes to the consolidated financial statements.

With respect to the impairment test, since it is a primarily captive business, in order to place more emphasis on external market indicators in keeping with what is set forth in IAS 36, the parent opted for an approach for estimating the recoverable amount based on the determination of fair value based on market multiples.

The fair value was estimated on the basis of multiples of comparable listed companies and, to that end, 28 listed Italian companies operating with the same ATECO code as BFF Techlab (code 6201 - production of software not related to publishing) were selected from the AIDA database.

Rather than using simple averages/medians of multiples of comparable companies, a value map was used. Given the industrial nature of the businesses (and less financial than the business of BFF Banking Group), the following steps were taken:

- an asset side value map was used which considers the Enterprise Value (sum of market capitalization, non-controlling interests and net financial position) which considers the Enterprise Value/Consensus Sales 2022 multiple expressed based on the expected EBITDA Margin for 2022;
- assumption of the median of the EV/Consensus EBITDA 2022 multiple.

The data required for the construction of multiples are from Datastream (forecast data for 2022 are from IBES).

The regression considered the variable linked to the 2022 EBITDA Margin as well as another variable represented by the size, as represented by the turnover natural logarithm.

The final regression used was:

$$\textit{Enterprise Value / Consensus Sales}_{2022} = \alpha + \beta \times (\text{EBITDA 2022 / } \textit{Sales} \text{ 2022})$$

$$\textit{Enterprise Value} = \textit{Market } \text{Cap}_{i,01.26.2023} + \textit{Consensus } \text{Net Debt 2022} + \textit{Last Reported Minorities}$$

The application of the value map to the BFF Techlab CGU returns an Enterprise Value of €556 thousand and a corresponding value of Equity, due to the presence of cash, of €842 thousand. This value is higher than the equity "*cum* allocated goodwill" (equal to €387 thousand) and therefore there is no need to recognize any impairment loss.

Measurement of the fair value of the Customer Contract recognized in the financial statements and relating to the Securities Services BU.

With respect to the Customer Contract of the Securities Services BU emerging during the PPA, connected to the business combination with DEPObank, the cancellation received from the customer Arca Fondi SGR (received in November 2021 as of 2023) constituted a trigger event pursuant to the IFRS. Therefore, already in 2021, its fair value was estimated.

In particular, the event in question resulted in:

(i) the need to repeat the measurement at December 31, 2021 (pursuant to IAS 36),

(ii) the need to evaluate if the remaining useful life (pursuant to IAS 38) of the intangible (which during the PPA was assumed to be equal to 10.5 years) had changed.

As set forth in the financial statements at December 31, 2021, as of that year the estimated value in use that emerged was aligned with the results of the PPA and therefore the stability of the value of the intangible assets recognized in the consolidated Financial Statements was confirmed.

At December 31, 2022, pursuant to IAS 36, the parent repeated the impairment test in order to verify whether the customer contract in question had retained its value.

In particular, with respect to the assessment performed in 2021, at December 31, 2022:

a) the use of a rate which does not consider the risk deriving from high customer concentration was confirmed;

b) revenue (net fee and commission income) estimated for 2023 in relation to existing customers at December 31, 2022 was considered;

c) a residual life equal to that of the PPA reduced by the time passed since the valuation date was used;

d) the same margin from customer relationships assumed for the PPA was considered;

e) an estimated opportunity cost of equity of 11.26% was used. In order to estimate the opportunity cost of equity (cost of equity - "coe") the Capital Asset Pricing Model was used, adjusted to consider the reduced size of BFF Banking Group and its CGUs, based on which:

$$Coe = Risk\ Free_t + \beta \times (Equity\ Risk\ Premium) + Size\ Premium$$

Risk Free t = in order to consider the effects of the Russia/Ukraine war, as suggested by ESMA and the Italian Valuation Authority, and to incorporate the upward interest rate trend, in partial discontinuity with the method used in the previous year the risk-free rate was estimated on the basis of the yield to maturity of the ten-year Italian government rate, corresponding to the 6-month average at the date of December 31, 2022 (at December 31, 2021 the 1-year average was considered) of the yields to maturity of the benchmark on ten-year government securities from the source Datastream.

β = coefficient expressing the risk of a security, estimated for the CGUs as equal to 0.97x and based, in continuity with the method applied in the prior year, on monthly historical yields at 5 years of the securities of comparable companies (operating in the Securities Services sector) and the respective local market indexes.

Equity Risk Premium = market risk premium. With the new rate scenario, the Group opted to take as the extent of the equity risk premium the historical risk premium estimated by Credit Suisse (Credit SuisseGlobal Investment Returns Yearbook 2022) of the different EU countries, weighted by the weight of each country, as calculated by the EU agency BEREC (Body of European Regulators for Electronic Communications) in the document dated 06.09.2022 "WACC parameter calculations according to the European Commission's WACC Notice of 6th November 2019 (WACC parameters Report 2022)". This risk premium is aligned at 5.7%.

Size Premium = risk premium for reduced size and aligned with the premium for historical risk surveyed by the academics Fama and French since 1970. This estimate at December 31, 2022 is 1.9%.

This being stated, the estimated fair value of the Customer Relationship at December 31, 2022 was €9.6 million, lower than the carrying amount of the intangible asset at the same date, thus making it necessary to record an impairment loss (of €1.1 million) in order to adjust the carrying amount to the results of the impairment test.

Lastly, aside from goodwill and customer contracts, the item also includes other intangible assets with a finite life that refer to investments in new multi-year software, amortized on a straight-line basis over their estimated useful lives (not exceeding 4 years for the entire Banking Group).

10.2 Intangible assets: annual changes

(Values in thousand euros)

	Goodwill	Other intangible assets: generated internally		Other intangible assets: others		Total
		FIN	INDEF	FIN	INDEF	
A. Opening balance	**30,874**			**42,607**		**73,481**
A.1 Total net impairment losses				(5,934)		(5,934)
A.2 Opening net balances	**30,874**			**36,673**		**67,547**
B. Increases	**83**			**14,201**		**14,284**
B.1 Purchases	83			14,042		14,125
B.2 Increases in internally generated assets	X					
B.3 Reversals of impairment losses	X					
B.4 Increases in fair value						
- to equity	X					
- to profit or loss	X					
B.5 Exchange rate gains						
B.6 Other increases				159		159
C. Decreases				**(11,676)**		**(11,676)**
C.1 Sales						
C.2 Amortization and net impairment losses						
- Amortization	X			(10,452)		(10,452)
- Impairment losses				(1,102)		(1,102)
+ shareholders' equity	X					
+ profit or loss				(1,102)		(1,102)
C.3 Decreases in fair value						
- to equity	X					
- to profit or loss	X					
C.4 Transfers to non-current assets held for sale						
C.5 Exchange rate losses				(46)		(46)
C.6 Other changes				(76)		(76)
D. Closing net balances	**30,957**			**39,198**		**70,155**
D.1 Total net impairment losses				(5,780)		(5,780)
E. Closing gross balances	**30,957**			**44,978**		75,935
F. Measurement at cost	**30,957**			**44,978**		**75,935**

Key:
FIN = finite useful life
INDEF = indefinite useful life

Section 11 - Tax assets and tax liabilities - Item 110 of assets and Item 60 of liabilities

As at December 31, 2022 current tax assets and liabilities amount to €60,707 thousand and €136,003 thousand, respectively, and include the net balance of the Group's tax positions with respect to tax authorities, in accordance with the provisions of IAS 12. In particular, these items include the net balance of current tax liabilities for the year, calculated according to a prudential estimate of the tax charge due for the year, determined on the basis of the current tax code, and current tax assets represented by prepayments made in the course of the year. Current taxes correspond to the amount of income taxes due for the year.

Recall that in 2021 the tax value and carrying amount relating to Banking Payments goodwill deriving from DEPObank were aligned (see what is described in the specific item 100 "Intangible Assets" of the Statement of Financial Position Assets in the 2021 consolidated Financial Statements) following the payment of substitute tax equal to €2.4 million, resulting in a net positive effect of €23.7 million on income taxes for the year. Furthermore, the item also includes the share of deferred tax assets deriving from the financial statements of DEPObank relating to goodwill and the tax loss realized at the end of 2020.

11.1 Deferred tax assets: breakdown

€60,194 thousand

The main components of deferred tax assets include the portion of amounts deductible in future years of adjustments to loans and receivables, the accrual for deferred benefit employee obligations, and depreciation and amortization the recognition of which is deferred for tax purposes.

11.2 Deferred tax liabilities: breakdown

€105,005 thousand

Deferred tax liabilities mainly refer to the taxes on BFF Bank's late payment interest, recognized in the financial statements on an accrual basis but which will form part of the taxable profit in future years subsequent to collection, in accordance with Article 109, paragraph 7, of Italian Presidential Decree no. 917 of 1986, as well as prior years' allowance for impairment losses.

11.3 Changes in deferred tax assets (through profit or loss)

€59,792 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Initial amount	**58,678**	**10,657**
2. Increases		
2.1 Deferred tax assets recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) reversals of impairment losses		
d) others	10,560	32,310
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases		36,072
3. Decreases		
3.1 Deferred tax assets canceled during the year		
a) reversals	(8,844)	(19,808)
b) impairment of non-recoverable items		
c) changes in accounting criteria		
d) others	(547)	(553)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
a) transformation into tax credits, Italian Law 214/2011		
b) other	(55)	
4. Final amount	**59,792**	**58,678**

11.4 Changes in deferred tax assets pursuant to Italian Law n. 214/2011

€15,187 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Initial amount	**17,400**	**496**
2. Increases		**18,918**
3. Decreases		
3.1 Reversals	(2,212)	(2,014)
3.2 Transformation into tax credits		
a) deriving from losses for the year		
b) deriving from tax losses		
3.3 Other reductions		
4. Final amount	**15,187**	**17,400**

11.5 Changes in deferred tax liabilities (through profit or loss)

€104,717 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Initial amount	**96,256**	**78,341**
2. Increases		
2.1 Deferred taxes liabilities recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others	11,528	30,487
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases		5,019
3. Decreases		
3.1 Deferred taxes liabilities cancelled during the year		
a) reversals	(3,067)	(17,591)
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
4. Final amount	**104,717**	**96,256**

11.6 Changes in deferred tax assets (recorded in equity)

€402 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Initial amount	**451**	**586**
2. Increases		
2.1 Deferred tax assets recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	261	657
3. Decreases		
3.1 Deferred tax assets canceled during the year		
a) reversals		
b) impairment of non-recoverable items		
c) due to changes in accounting criteria		
d) others	(308)	(792)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
4. Final amount	**402**	**451**

11.7 Changes in deferred tax liabilities (recorded in equity)

€287 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Initial amount	**(600)**	**(468)**
2. Increases		
2.1 Deferred taxes liabilities recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		17,726
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	970	120
3. Decreases		
3.1 Deferred taxes liabilities canceled during the year		
a) reversals		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others	(83)	(17,710)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		(267)
4. Final amount	**287**	**(600)**

Section 13 - Other assets - Item 130

13.1 Other assets: breakdown

€394,182 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	12.31.2022	12.31.2021
Security deposits	4,126	3,883
Invoices issued and to be issued	13,067	16,046
Payment flows to be credited	86,970	110,638
Other exposures	52,698	39,051
Accrued income and prepaid expenses	15,847	27,318
Ecobonus tax assets	221,474	17,678
Total	**394,182**	**214,614**

The "Payment flows to be credited" refer to suspense accounts with a debit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the reporting date of these consolidated financial statements.

Accrued income and prepaid expenses mainly refer to the deferral of costs relating to administrative expenses.

Other exposures assets refer primarily to non-trade receivables due from sundry debtors, pending items, and legal fees to be recovered.

Ecobonus tax assets relate to tax assets acquired with non-recourse factoring transactions and resulting from existing tax incentives. As set forth by tax regulations in force, the tax assets in question are used to offset the payment of taxes and contributions and are classified in Asset item 130 "Other assets" in line with what has been defined by the Bank of Italy.

Compared to the previous year, this item increased significantly as a result of the Parent's significant purchases of ecobonus tax assets in the course of 2022.

LIABILITIES

Section 1 - Financial liabilities measured at amortized cost - Item 10

€11,994,763 thousand

Starting from January 1, 2018 (and based on guidance provided in IFRS 9), this item is broken down as follows:

- amounts due to banks of €1,166,365 thousand;
- amounts due to customers of €10,789,422 thousand;
- debt securities issued of €38,976 thousand.

Amounts due to banks

€1,166,365 thousand

1.1 Financial liabilities measured at amortized cost: breakdown by type of payables due to banks

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	CA	Fair Value			CA	Fair Value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Amounts due to central banks	4,141	x	x	x	3,888	X	X	X
2. Amounts due to banks	1,162,225	x	x	x	791,164	x	x	x
2.1 Current accounts and sight deposits	717,032	X	X	X	639,787	X	x	x
2.2 Time deposits	444,571	X	X	X	150,832	x	x	x
2.3 Loans	6	x	x	x		X	x	x
2.3.1 Repurchase agreements - payable		x	x	x		x	x	x
2.3.2 Others	6	x	x	x		X	x	x
2.4 Debts for commitments to repurchase equity instruments		x	x	x		x	x	x
2.5 Lease liabilities		x	x	x		X	x	x
2.6 Other Payables	616	x	x	x	545	x	x	x
Total	**1,166,365**				**795,053**			

Key:
CA = Carrying Amount
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

The item mainly consists of "current accounts and demand deposits" of €717 million, deriving especially from payment service operations, and includes the balances of accounts of bank customers.

The item also includes "Time deposits", which are mainly related to deposits required for the services rendered to client banks, such as indirect compliance with mandatory reserve requirements.

Amounts due to customers

€10,789,422 thousand

1.2 Financial liabilities measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due to customers

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	CA	Fair Value			CA	Fair Value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Current accounts and sight deposits	4,134,113	X	X	X	6,839,795	X	X	X
2. Time deposits	1,263,096	X	X	X	154,942	X	X	X
3. Loans	4,631,902	X	X	X	1,294,867	X	X	X
3.1 repurchase agreements	4,441,292	X	X	X	1,118,527	X	X	X
3.2 others	190,610	X	X	X	176,340	X	X	X
4. Liabilities in respect of commitments to repurchase own equity instruments		X	X	X		X	X	X
5. Lease liabilities	13,181	X	X	X	17,001	X	X	X
6. Sundry liabilities	747,130	X	X	X	722,409	X	X	X
Total	**10,789,422**				**9,029,014**			

Key:
CA = Carrying Amount
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

As at December 31, 2022, the item mainly consisted of "current accounts and demand deposits" for an amount of €4,134 million relating to balances on operational accounts, i.e. accounts opened for reference corporate customers (e.g. funds, asset management companies, corporate customers and other institutions) related to the custodian bank core business and loans from "repurchase agreements" for €4,441 million.

The item includes €1,283,120 thousand for online deposit accounts ("conto facto") offered in Italy, Spain and Germany, the Netherlands, Ireland and Poland (restricted deposits and current accounts), compared to €230 million at December 31, 2021.

Other liabilities mainly refer to collections of managed exposures due to clients, as well as outstanding cashier's checks issued as part of the service that allows affiliated banks to make available credit instruments issued by BFF Bank as a custodian bank to their customers on the basis of a mandate agreement.

Lease liabilities, totaling €13 million at Group level, refer to the recognition of lease liabilities arising from right-of-use assets, included under line item 90 "Property, equipment and investment property" in the Statement of Financial Position assets, following the application of the new IFRS 16 effective January 1, 2019.

The amount mainly includes the effect of the application of the standard on the leases of the properties leased by the Group, and the lease contracts have a duration between 3 and 6 years. For more information see Part M - "Lease reporting" of the Notes to the consolidated financial statements.

Securities issued

€38,976 thousand

1.3 Financial liabilities at amortized cost: breakdown by type of securities issued

(Values in thousand euros)

Type of securities/ Values	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	CA	Fair Value			CA	Fair Value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
A. Securities								
1. bonds	38,976	38,648			186,285	188,861		
1.1 structured								
1.2 others	38,976	38,648			186,285	188,861		
2. other securities								
2.1 structured								
2.2 others								
Total	**38,976**	**38,648**			**186,285**	**188,861**		

Key:
CA = Carrying Amount
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

Debt securities issued consist of bonds issued by the parent, with a total face value nominal amount of €38.6 million (€181.8 million at December 31, 2021), recognized in the consolidated financial statements in the amount of €38.9 million at amortized cost using the effective interest rate method.

The following main changes took place during the year:

- repayment of the €100 million subordinated unsecured and unrated Tier 2 bonds (ISIN XS1572408380) issued by BFF Bank in March 2017 through the exercise of the call option reserved to the issuer in the fifth year (March 2022).
- repayment on maturity of the €42.8 million remaining on the senior unsecured and unrated bonds (ISIN XS1639097747) issued by BFF Bank in June 2017.

As a result of the above, as of December 31, 2022, the item includes the €300 million senior unsecured bonds (ISIN XS2068241400), with a "Ba1" rating assigned by the Moody's rating agency, issued by BFF Bank in October 2019, for a remaining nominal amount of €38.6 million, maturing in May 2023. The bonds pay an annual coupon of 1.75%.

Section 2 - Financial liabilities held for trading - Item 20

€950 thousand

2.1 Financial liabilities held for trading: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022					Total 12.31.2021				
	NV	Fair Value			Fair Value (*)	NV	Fair Value			Fair Value (*)
		L1	L2	L3			L1	L2	L3	
A. On-statement-of-financial-position liabilities										
1. Amounts due to banks										
2. Amounts due to customers										
3. Debt securities										
3.1. Bonds										
3.1.1 Structured					X					X
3.1.2 Other bonds					X					X
3.2. Other securities										
3.2.1 Structured					X					X
3.2.2 Others					X					X
Total (A)										
B. Derivatives										
1. Financial derivatives										
1.1 Held for trading	X		950		X	X		2,725		X
1.2 Connected to the fair value option	X				X	X				X
1.3 Others	X				X	X				X
2. Credit derivatives										
2.1 Held for trading	X				X	X				X
2.2 Connected to the fair value option	X				X	X				X
2.3 Others	X				X	X				X
Total (B)	**X**		**950**		**X**	**X**		**2,725**		**X**
Total (A+B)	**X**		**950**		**X**	**X**		**2,725**		**X**

Key:
NV = Nominal value
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

This item includes the negative fair value at December 31, 2022 of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the Group is exposed to.

Section 4 - Hedging derivatives - Item 40

€14,314 thousand

4.1 Hedging derivatives: breakdown by hedge type and level

(Values in thousand euros)

	FV 12.31.2022			NV 12.31.2022	FV 12.31.2021			NV 12.31.2021
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
A. Financial derivatives		**14,314**		**23,452**		**4,814**		**671,505**
1) Fair value								
2) Cash flows		14,314		23,452		4,814		671,505
3) Foreign investments								
B. Credit derivatives								
1) Fair value								
2) Cash flows								
Total		**14,314**		**23,452**		**4,814**		**671,505**

Key:
FV = Fair value
NV = Nominal value
L1 = Level 1
L2 = Level 2
L3 = Level 3

The item includes the negative fair value at December 31, 2022 relating to interest rate swap hedges with notional in zloty defined with the aim of hedging the loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under current intercompany agreements.

4.2 Hedging derivatives: breakdown by portfolios hedged and hedge type

(Values in thousand euros)

Transactions/ Hedge type	*Fair value*							Financial flows		Foreign Investments
	Microhedge						Macrohedge	Microhedge	Macrohedge	
	debt securities and interest rates	equity securities and stock indices	currency and gold	credit	commodities	others				
1. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income					X	X	X		X	X
2. Financial assets measured at amortized cost		X			X	X	X	14,314	X	X
3. Portfolio	X	X	X	X	X	X		X	X	X
4. Other transactions							X		X	
Total assets								**14,314**	**X**	
1. Financial liabilities		X					X		X	X
2. Portfolio	X	X	X	X	X	X		X		X
Total liabilities										
1. Expected transactions	X	X	X	X	X	X	X		X	X
2. Portfolio of financial assets and liabilities	X	X	X	X	X	X		X		

Section 6 - Tax liabilities - Item 60

€136,003 thousand

See "Section 11 - Tax assets and liabilities - Item 110" of the statement of financial position assets.

Section 8 - Other liabilities - Item 80

€401,369 thousand

8.1 Other liabilities: breakdown

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Trade payables	11,155	18,499
Invoices to be received	28,612	20,647
Liabilities to tax authorities	11,006	5,654
Liabilities to social security and welfare bodies	2,244	2,351
Liabilities to employees	23,712	28,115
Collections pending allocation	58,076	77,911
Payment flows received to be charged	201,922	202,697
Sundry liabilities	57,765	96,969
Accrued expenses and deferred income	6,876	8,013
Total	**401,369**	**460,856**

"Trade payables" and "invoices to be received" refer to payables for purchases of goods and services, which remained aligned with the figure recorded in the previous year.

"Collections pending allocation" refer to payments received by December 31, 2022 but still outstanding since they had not been cleared and recorded by that date.

"Sundry liabilities" include portions of collections to be transferred, stamp duties to be paid, payables to directors and other pending items.

The "Payment flows received to be charged" refer to suspense accounts with a credit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include suspended settlements that were made in the first business days after the reporting date of these consolidated financial statements.

Section 9 - Post-employment benefits - Item 90

€3,238 thousand

9.1 Post-employment benefits: annual changes

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
A. Opening balance	**3,710**	**667**
B. Increases	2,362	4,899
B.1 Provision for the year	2,227	1,601
B.2 Other changes	135	3,298
C. Decreases	(2,834)	(1,856)
C.1 Payments made	(136)	(280)
C.2 Other changes	(2,698)	(1,576)
D. Closing balance	**3,238**	**3,710**
Total	**3,238**	**3,710**

The liability recorded in the financial statements at December 31, 2022 primarily in relation to post-employment benefits of the parent is equal to the present value of the obligation estimated by an independent actuary on the basis of demographic and economic assumptions.

Actuarial assumptions used to determine the liability at December 31, 2022 are shown below.

Actuarial assumptions

Annual discount rate

The financial basis used to calculate the present value of the obligation was determined, in compliance with paragraph 83 of IAS 19, by reference to the iBoxx Eurozone Corporate AA 7-10 Index (in line with the duration of the items measured).

Annual increase rate of post-employment benefits

In compliance with Article 2120 of the Italian Civil Code, such rate is equal to 75% of inflation plus 1.5 percentage points.

The demographic assumptions used are as follows:

- Death: mortality tables RG48 published by the Italian State General Accounting Office (Ragioneria Generale dello Stato);
- Disability: INPS 2000 tables broken down by age and sex;
- Retirement: 100% upon reaching AGO requisites, as updated by Italian Decree-Law 4/2019.

Annual frequency of turnover and advances

– Executives: 1% advance frequency and 0.50% turnover frequency.

– Managers: 2.5% advance frequency and 3.0% turnover frequency.

– Employees 2.5% advance frequency and 3.0% turnover frequency.

Section 10 - Provisions for risks and charges - Item 100

€33,013 thousand

10.1 Provisions for risks and charges: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/Components	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Provisions for credit risk relating to Commitments and financial guarantees given	251	294
2. Provisions for other commitments and guarantees issued		
3. Pension and similar obligations	7,861	6,133
4. Other provisions for risks and charges		
4.1 Legal and tax disputes		
4.2 Personnel costs		
4.3 Others	24,900	15,533
Total	**33,013**	**21,960**

Starting from January 1, 2018, this item also includes provisions for credit risk associated with commitments/financial guarantees provided by BFF Polska to its customers, based on impairment requirements provided for by the new IFRS 9.

The significant increase relates to extraordinary provisions against the likely risk of a negative ruling in the amount of €10 million.

10.2 Provisions for risks and charges: annual changes

(Values in thousand euros)

	Provisions for other commitments and guarantees issued	Pension/ retirement funds	Other provisions for risks and charges	Total
A. Opening balance	**294**	**6,133**	**15,533**	**21,960**
B. Increases	**393**	**3,541**	**10,835**	**14,770**
B.1 Provision for the year	253	2,357	10,520	13,130
B.2 Changes due to the passage of time		1,185		1,185
B.3 Changes due to variations in the discount rate				
B.4 Other changes	140		316	455
C. Decreases	**(436)**	**(1,813)**	**(1,468)**	**(3,717)**
C.1 Utilization for the year	(436)	(1,167)	(1,368)	(2,970)
C.2 Changes due to variations in the discount rate				
C.3 Other changes		(646)	(100)	(745)
D. Closing balance	**251**	**7,861**	**24,900**	**33,012**

10.3 Allowances for credit risk relating to commitments and financial guarantees given

(Values in thousand euros)

	Provisions for credit risk relating to Commitments and financial guarantees given				
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Total
Loan commitments	234				234
Financial guarantees issued	17				17
Total	**251**				**251**

10.5 Defined-benefit pension funds

The pension fund refers mainly to the non-compete agreement entered into with BFF Banking Group's managers, amounting to €3.7 million (including the portion allocated to the parent's equity reserve for roughly €380 thousand) and the provisions relating to the incentive and deferred payment retention scheme envisaged for specific BFF Bank employees, amounting to €4.2 million. Both obligations to personnel are shown at their present value estimated by an independent actuary based on demographic and economic assumptions.

As of December 31, 2022, the provision in question also includes the provision for the commitment made by DEPObank to some employees who have left the bank, amounting to €155 thousand.

Specifically, the system involving deferral of a portion of the annual bonuses envisages, for risk takers, medium-term restrictions, according to which 30% of the annual bonus will be paid after three years, provided that the parent achieves specific targets relating to its profitability, regulatory capital requirements established by existing regulations, and the employee's continued employment at the parent. In accordance with the provisions of IAS 19, accruals were quantified based on an actuarial calculation performed externally by a specialized firm. The parent's obligations were computed using the "Projected Unit Credit Method", which treats each period of service as giving rise to an additional unit of benefit entitlement and measures each unit separately to compute the final obligation, in accordance with paragraphs 67-69 of IAS 19. This actuarial method entails valuation aimed at determining the average present value of the Bank's obligations.

The technical demographic assumptions used are illustrated below.

10.6 Provisions for risks and charges - Other provisions

Other provisions of €24.9 million refer to:

- litigation liabilities for which the Bank has estimated a probable risk of loss for approximately €23.2 million;
- provisions related to possible damages for operational errors as per contract with customers in the amount of approximately €1.7 million.

The main assumptions made by the external firm when discounting are as follows:

Non-compete agreement

The annual discount rate used to determine the present value of the obligation is taken, in accordance with paragraph 83 of IAS 19, from the Iboxx Corporate AA index with a duration of 10+ as recorded at December 31, 2022 and equal to 3.77%. The yield with a comparable duration to that of the collective being valued was chosen for this purpose.

Death	RG48 mortality tables published by the State General Accounting Office
Retirement	100% on reaching the AGO requirements
Frequency of voluntary resignation	10.60%
Clawback frequency	0.00%
Withdrawal frequency (where envisaged)	3.00%
Frequency of revocation of mandate to Chief Executive Office	0.00%
Increase in annual remuneration for Executives	2.00%
Increase in annual remuneration for Supervisors	2.00%
Contribution rate	27.40%
Inflation rate	2.30%

Deferred bonus

Discount rate

The financial basis used to calculate the present value of the obligation was determined, in compliance with paragraph 83 of IAS 19, by reference to the iBoxx Eurozone Corporate AA Index (in line with the duration of the plan). Discount rate used was equal to 3.34%.

Mortality and disability

To estimate the phenomenon of mortality, the RG48 survival table used by the Italian State General Accounting Office to estimate the retirement expenses of the Italian population was used. For the probability of total and permanent disability, the tables adopted in the INPS model for the 2010 forecasts were used.

Frequency of resignations and dismissals

Equal to 3.7% (2021 deferred MBO) and equal to zero (2020 deferred MBO)

Section 13 - Group equity - Items 120, 130, 140, 150, 160, 170 and 180

€758,768 thousand

13.1 "Share capital" and "Treasury shares": breakdown

(Values in thousand euros)

Type	12.31.2022	12.31.2021
1. Share capital	**142,870**	**142,691**
1.1 Ordinary shares	142,870	142,691
2. Treasury shares	**(3,884)**	**(7,132)**

As regards the repurchase of treasury shares and the disclosure pursuant to Article 78, paragraph 1-*bis* of the Issuers' Regulation, reference is made to the information given in the Directors' report on operations, under the section on "Treasury Shares".

13.2 Share capital - Number of parent shares: annual changes

(Values in thousand euros)

Items/Type	Ordinary	Others
A. Shares as of the beginning of the year	**185,312,690**	
- fully paid-in	185,312,690	
- not fully paid-in		
A.1 Treasury shares (-)	(974,461)	
A.2 Shares outstanding: initial balance	**184,338,229**	
B. Increases	636,995	
B.1 New issues		
- for consideration:		
- business combinations		
- conversion of bonds		
- exercise of warrants		
- others		
- without consideration:		
- to employees	233,262	
- to directors		
- others		
B.2 Sales of treasury shares		
B.3 Other changes	403,733	
C. Decreases		
C.1 Cancellation		
C.2 Repurchase of treasury shares		
C.3 Disposal of companies		
C.4 Other changes		
D. Shares outstanding: closing balance	**184,975,224**	
D.1 Treasury shares (+)	(570,728)	
D.2 Shares existing at the end of the year		
- fully paid-in	185,545,952	
- not fully paid-in		

13.4 Earnings-related reserves: other information

In accordance with the provisions of Article 2427, paragraph 7-*bis* of the Italian Civil Code, the following tables provide a breakdown of the individual components of equity according to their possibility of use, the amount available for distribution, and past use in the previous years (the three-year period before the date of preparation of these consolidated financial statements).

(Values in thousand euros)

	12.31.2022	Possibility of use (a)	Portion available	Summary of use in the last three years (*)	
				To cover losses	For other reasons
Share capital	**142,870**				
Reserves	**233,153**				
- Legal reserve (**)	29,759	*B*			
- Extraordinary reserve	89	*A, B, C*	89		
- Retained earnings (***)	189,674	*A, B, C*	189,674		303,089
- Stock option and financial instrument reserves	10,630	*A*			
- Other reserves	3,002				
Valuation reserves	**6,853**				
- HTCS securities	1,045				
- Others	5,808				
Treasury share reserve	**(3,884)**				
Share premium reserve	**66,276**	*A, B, C*	66,276		
Total share capital and reserves	**445,269**		**256,039**		**303,089**

(a) Possibility of use: *A*= for share capital increases; *B* = for absorption of losses; *C* = for distribution to shareholders.

(*) Uses in the last three financial years amounting to €303,089 thousand primarily include €5,306 thousand for the exercise of stock options by certain beneficiaries made during 2020, 2021 and 2022, €3,195 thousand (net of the tax effect) for the payment of the interest coupon and €801 thousand (net of the tax effect) for structuring expenses relating to the Additional Tier 1 (AT1) financial instrument, as well as uses in the last three financial years relating to the payment of dividends distributed as per shareholders' resolutions in the amount of €293,787 thousand.

(**) Including €26,196 thousand in tax suspension pursuant to Article 110 of Italian Decree-Law 104/2020.

(***) Including €50,387 thousand in tax suspension pursuant to Article 110 of Italian Legislative Decree 104/2020.

Changes in reserves that make up the equity are shown below:

(Values in thousand euros)

	Legal reserve	Retained earnings	Others	Total
A. Opening balance	**27,417**	**127,542**	**11,945**	**166,904**
B. Increases	**2,342**	**68,540**	**3,537**	**74,419**
B.1 Allocation of profits	2,342	68,540		70,882
B.2 Other changes			3,537	3,537
C. Decreases		**(6,408)**	**(1,762)**	**(8,170)**
C.1 Uses				
- coverage of losses				
- distribution				
- transfer to share capital				
C.2 Other changes		(6,408)	(1,762)	(8,170)
D. Closing balance	**29,759**	**189,674**	**13,720**	**233,153**

Retained earnings

The increase of €68.5 million is mainly due to the allocation of the profit of the previous year, net of €125.3 million of dividends distributed in April 2022.

Uses of the retained earnings primarily relate to the payment of the interest coupon on the new Additional Tier 1 instrument for €3,195 thousand (net of the tax effect).

Other reserves

The changes largely refer to the following events that occurred during the year:

- increases for higher provisions of €700 thousand related to the variable remuneration parts of the "Key Personnel" (Risk Takers), in compliance with the provisions as set out in the First Part, Title IV, Chapter 2, Section III, paragraph 2.1, 3 of Bank of Italy Circular 285/2013, as subsequently updated, according to which a portion must be paid in financial instruments;
- Increase for assignments in the course of 2022 relating to the outstanding stock option plan for approximately €2.8 million, and
- Decrease for exercises of stock options or share grants related to the parent's incentive scheme and non-compete agreement in the amount of approximately €1.7 million.

Tax suspension restriction

As noted previously, in 2021 the parent took advantage of the facilitation provided under Art. 110 of Italian Decree-Law no. 104 of August 14, 2020 and proceeded with the realignment between the carrying and tax amounts of the item goodwill present in the consolidated financial statements at December 31, 2019 and 2020 of DEPObank, which was merged into BFF Bank on March 5, 2021. This transaction, which was approved by the parent's Board of Directors on June 30, 2021, entailed (i) the alignment of the item goodwill equal to roughly €79 million, (ii) the resulting payment of substitute tax equal to €2.4 million and (iii) the need to place a tax suspension restriction on the reserves of €76.6 million, equal to the difference between the aligned amount and the substitute tax, as set forth in paragraph 8 of Art. 110 of Italian Decree-Law 104/2020.

Considering that the transaction was carried out subsequent to the approval of the separate financial statements for the year at December 31, 2020 of DEPObank and its merger into BFF Bank, the tax suspension restriction is placed as a "Restricted share pursuant to paragraph 8 of Art. 110 of Italian Decree-Law 104/2020" on the following reserves:

- "Retained earnings" for €50,387 thousand;
- "Legal reserve" for €26,196 thousand.

13.5 Equity instruments: composition and annual changes

On January 19, 2022 the issue at par of an Additional Tier 1 Perpetual NC2027 instrument (ISIN XS2404266848) in the amount of €150 million was finalized, with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis.

In July 2022, as mentioned above, the parent paid the first interest coupon of €3,195 thousand (net of the tax effect).

Other information

1. Commitments and financial guarantees given

(Values in thousand euros)

	Nominal amount on commitments and financial guarantees given				Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
1. Loan commitments	**425,679**				**425,679**	**1,405,488**
a) Central Banks						
b) Public administrations	51				50,827	54,231
c) Banks						
d) Other financial companies	356				356,101	*1,190,638*
e) Non-financial companies	19				18,751	160,618
f) Households						2
2. Financial guarantees given	**45**				**45**	**49**
a) Central Banks						
b) Public administrations						
c) Banks						
d) Other financial companies	*45*				*45*	*49*
e) Non-financial companies						
f) Households						

3. Assets given as collateral for own liabilities and commitments

(Values in thousand euros)

Portfolios	Amount	Amount
	12.31.2022	12.31.2021
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss		
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income		
3. Financial assets measured at amortized cost	4,538,043	1,232,860
4. Property, equipment and investment property		
of which: Property, equipment and investment property held as inventories		

"Financial assets measured at amortized cost" consist of government securities used as collateral in operations with the ECB and repos.

5. Administration and brokerage for third parties

(Values in thousand euros)

Type of services	Amount
1. Execution of orders for customers	
a) Purchases	
1. settled	
2. not settled	
b) Sales	
1. settled	
2. not settled	
2. Portfolio management	
a) individual	
b) collective	
3. Custody and administration of securities	**292,894**
a) Third-party securities deposited: relating to custodian bank activities (excluding portfolio management)	22,002
1. securities issued by consolidated companies	2
2. other securities	22,000
b) third-party securities deposited (excluding portfolio management): others	122,342
1. securities issued by consolidated companies	13
2. other securities	122,330
c) third party securities deposited with third parties	142,411
d) proprietary securities deposited with third parties	6,139
4. Other transactions	

Part C - Consolidated Income Statement

All amounts in the tables are stated in thousands of euros.

Section 1 - Interest - Items 10 and 20

1.1 Interest and similar income: breakdown

€354,805 thousand (of which interest income calculated using the effective interest rate method: €321,565 thousand)

(Values in thousand euros)

Items/Technical forms	Debt securities	Loans	Other transactions	Total 2022	Total 2021
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss:					
1.1. Financial assets held for trading	1			1	1
1.2. Financial assets designated at fair value					
1.3. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement					
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income			X		
3. Financial assets measured at amortized cost:					
3.1 Loans and receivables with banks		10,095	X	10,095	6,147
3.2 Loans and receivables with customers	42,787	276,824	X	319,611	206,157
4. Hedging derivatives	X	X			154
5. Other assets	X	X	2,328	2,328	417
6. Financial liabilities	X	X	X	22,771	17,439
Total	**42,787**	**286,919**	**2,328**	**354,805**	**230,315**
of which: interest income on impaired financial assets					
of which: interest income on finance leases	X	144	X	144	154

1.2 Interest and similar income: other information

Interest income relating to "Loans and receivables with banks" mainly refers to temporary credit balances in the account of the Parent and its subsidiaries, income accruing on the amount of bank drafts issued on behalf of banking customers and interest income on the average negative deposits of reciprocal current accounts held by banking customers.

Interest income on "Loans and receivables with customers" for loans amounted to €276.8 million and mostly consists of maturity commissions charged to the assignors for the purchase of non-recourse trade receivables, and late payment interest for the year, relating to BFF Bank and BFF Finance Iberia.

As far as the receivables recognized in the financial statements of the Parent BFF Bank and the Spanish subsidiary BFF Finance Iberia are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. For more details please refer to item 40 b) of the Statement of Financial Position assets "Assets measured at amortized cost - loans and receivables with customers".

The amount also includes interest income calculated at amortized cost, generated by BFF Polska Group's portfolio, for a total amount of €91.7 million.

Interest income on debt securities linked to loans and receivables with customers and totaling approximately €42.7 million derive from government securities purchased by BFF Bank to hedge liquidity risk and to optimize the cost of money, relating to the HTC (Held to Collect) portfolio. The significant increase relates to the increase in market rates, which led to higher returns on the variable rate securities held by the parent.

The item lastly includes interest income accrued on financial liabilities for €22.7 million, due to the negative interest rates in the market, until the first half of 2022.

1.3 Interest and similar expense: breakdown

€92,988 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Technical forms	Debt	Securities	Other transactions	Total 2022	Total 2021
1. Financial liabilities measured at amortized cost					
1.1 Amounts due to central banks	2,486	X	X	2,486	**3,277**
1.2 Amounts due to banks	11,690	X	X	11,690	**5,135**
1.3 Amounts due to customers	36,858	X	X	36,858	**8,132**
1.4 Securities issued	X	3,496	X	3,496	**13,667**
2. Financial liabilities held for trading					
3. Financial liabilities carried at fair value					
4. Other liabilities and provisions	X	X	9	9	**8**
5. Hedging derivatives	X	X	34,719	34,719	**4,547**
6. Financial assets	X	X	X	3,731	**4,780**
Total	**51,033**	**3,496**	**34,727**	**92,988**	**39,546**
of which: interest expense relative to lease liabilities	440	X	X	**440**	**438**

Interest expense increased from €39.5 million for 2021 to €92.9 million in the current year. This significant increase is linked primarily to the increase in financial expense relating to hedging derivative transactions which, furthermore, were reclassified from Item 90 "Profits (losses) on hedging" to the item in question, in line with what is set forth in Bank of Italy Circular no. 262/2005, as well as the increase in interest expense on banking and corporate customer balances due to the inversion and increase in interest rates in the market, starting from the second half of 2022.

Interest expense on "Amounts due to central banks" refers to the interest accrued on the amounts deposited in the account with the Bank of Italy.

Interest expense on "Amounts due to banks" mainly refers to interest accruing on current accounts held with BFF Bank and in the name of a bank counterparty.

Interest expense pertaining to "Amounts due to customers" mainly refers to interest on BFF Bank's online deposit accounts ("Conto Facto" in Italy, "Cuenta Facto" offered in Spain by the Spanish branch of BFF Bank and "Lokata Facto" offered by the branch in Poland), interest accruing on account balances of corporate customers and interest relating to contracts governed by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA) with Cassa di Compensazione Garanzia as the customer counterparty.

Finally, the item also includes interest expenses for "Securities issued" amounting to approximately €3.5 million, which decreased due to the closure or maturity of some bonds. For more details on transactions involving outstanding bonds, please refer to item 10 c) of the Statement of Financial Position Liabilities "Financial liabilities measured at amortized cost".

Section 2 - Fees and commissions - Items 40 and 50

2.1 Fee and commission income: breakdown

€127,595 thousand

(Values in thousand euros)

Type of service/Amounts	Total 2022	Total 2021
a) Financial instruments		
1. Placement of securities		
1.1 With firm commitment and/or on the basis of an irrevocable commitment		
1.2 Without irrevocable commitment		
2. Receipt and transmission of orders and execution of orders for customers		
2.1 Receipt and transmission of orders of one or more financial instruments		
2.2 Execution of orders for customers		
3. Other commissions connected to activities linked to financial instruments		
of which: dealing on own account		
of which: individual portfolio management		
b) Corporate Finance		
1. Mergers and acquisitions consulting		
2. Treasury services		
3. Other commissions connected to corporate finance services		
c) Consulting activities related to investments	**55**	**59**
d) Clearing and settlement		
e) Collective portfolio management		
f) Custody and administration	**50,089**	**45,224**
1. Custodian bank	39,546	**36,895**
2. Other commissions linked to custody and administration activities	10,542	**8,329**
g) Central administrative services for collective portfolio management		
h) Fiduciary activities		
i) Payment services	**73,696**	**57,985**
1. Current accounts		120
2. Credit cards	1,408	1,806
3. Debit cards and other payment cards	7,892	5,704
4. Bank transfers and other payment orders	23,385	15,779
5. Other commissions linked to payment services	41,011	34,577
i) Distribution of third-party services		
1. Collective portfolio management		
2. Insurance products		
3. Other products		
of which: individual portfolio management		
k) Structured finance		
l) Servicing activities for securitization transactions		
m) Loan commitments		
n) Financial guarantees given	**160**	**606**
of which: credit derivatives		
o) Lending transactions		
of which: for factoring transactions		
p) Currency trading		
q) Commodities		
r) Other fee and commission income	**3,595**	**5,402**
of which: for management of multilateral trading systems		
of which: for management of organized trading systems		
Total	**127,595**	**109,277**

The item mainly includes fees and commissions relating to the mandates for the management and collection of receivables deriving from the factoring and management of trade receivables, as well as fees and commissions for custodian banking and payment services, deriving from the merger with the former DEPObank.

2.2 Fee and commission expense: breakdown

€36,939 thousand

(Values in thousand euros)

Service/Values	Total 2022	Total 2021
a) Financial instruments		
of which: trading in financial instruments		
of which: placement of financial instruments		
of which: individual portfolio management		
Own		
Delegated to third parties		
b) Clearing and settlement	**2,009**	**1,613**
c) Custody and administration	**5,515**	**4,561**
d) Collection and payment services	**25,696**	**19,661**
of which: credit cards, debit cards and other payment cards	4,428	4,046
e) Servicing activities for securitization transactions		
f) Commitments to receive funds		
g) Financial guarantees received	**46**	**34**
of which: credit derivatives		
h) Off-site offer of financial instruments, products and services		
i) Currency trading	**3**	**3**
j) Other fee and commission expense	**3,671**	**2,626**
Total	**36,939**	**28,498**

The item mainly includes the custody and administration fees for the custodian bank business and those paid to outsourcers for the use of infrastructure related to payment services.

Section 3 - Dividends and similar income - item 70

3.1 Dividends and similar income: breakdown

€9,795 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Income	Total 2022		Total 2021	
	Dividends	Similar income	Dividends	Similar income
A. Financial assets held for trading	18		5	
B. Other financial assets subject to mandatory fair-value measurement	4,087			
C. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	5,690		3,671	
D. Equity investments				
Total	**9,795**	**-**	**3,676**	**-**

With respect to 2022 the item mainly included dividends received in March 2022 from the Bank of Italy amounting to €5.7 million, whose share subscribed by the Parent BFF Bank are classified under item 30 of the Assets "Financial assets measured at fair value through other comprehensive income", and dividends received in 2022 from Fondo Italiano di Investimento, amounting to around €4 million, whose UCI units are classified under item 20 of the Assets "Financial assets measured at fair value through profit or loss".

Section 4 - Net trading profit - Item 80

4.1 Net trading profit: composition

€12,622 thousand

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Capital gains (A)	Profits from trading (B)	Losses (C)	Losses from trading (D)	Net profit [(A+B)-(C+D)]
1. Financial assets held for trading		**627**	**1**		**626**
1.1 Debt securities		627	1		626
1.2 Equity securities					
1.3 UCI units					
1.4 Loans					
1.5 Others					
2. Financial liabilities held for trading					
2.1 Debt securities					
2.2 Liabilities					
2.3 Others					
3. Financial assets and liabilities: exchange differences	**X**	**X**	**X**	**X**	**11,996**
4. Derivatives					
4.1 Financial derivatives:					
- On debt securities and interest rates					
- On equity securities and stock indices					
- On currency and gold	X	X	X	X	
- Others					
4.2 Loan derivatives					
of which: natural hedging related to the fair value option	X	X	X	X	
Total		**627**	**1**		**12,622**

The net trading profit mainly derives from the effect of exchange rate differences related to foreign exchange trading functional to treasury management, in particular to bank and customer deposits in foreign currencies.

Section 5 - Profits (losses) from hedging - Item 90

The item is equal to zero

(Values in thousand euros)

Income items/Values	Total 2022	Total 2021
A. Income related to:		
A.1 Fair value hedging derivatives		
A.2 Hedged financial assets (fair value)		
A.3 Hedged financial liabilities (fair value)		
A.4 Cash flow hedging derivatives		
A.5 Assets and liabilities denominated in currency	9,145	42,394
Total income from hedging (A)	**9,145**	**42,394**
B. Charges related to:		
B.1 Fair value hedging derivatives		
B.2 Hedged financial assets (fair value)		
B.3 Hedged financial liabilities (fair value)		
B.4 Cash flow hedging derivatives		
B.5 Assets and liabilities denominated in currency	(9,145)	(42,394)
Total charges from hedging (B)	**(9,145)**	**(42,394)**
C. Profits (losses) from hedging (A-B)	**-**	**-**
of which: result of hedging of net positions	-	

The financial expense deriving from hedging derivative transactions was moved from the income statement item in question to item 20 - "Interest and similar expenses", in line with what is set forth in Bank of Italy Circular no. 262/2005. For more details, please refer to item 20 of the income statement "Interest and similar expense".

Section 6 - Profits (losses) on disposals/repurchases - Item 100

€166 thousand

6.1 Profits (Losses) on disposals/repurchases: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/Income items	Total 2022			Total 2021		
	Profits	Loss	Net profit/ loss	Profits	Loss	Net profit/ loss
Financial assets						
1. Financial assets measured at amortized cost						
1.1 Loans and receivables with banks						
1.2 Loans and receivables with customers	204	(38)	166			
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
2.1 Debt securities						
2.2 Loans						
Total assets (A)	**204**	**(38)**	**166**			
Financial liabilities measured at amortized cost						
1. Amounts due to banks						
2. Amounts due to customers						
3. Securities issued					(12,650)	(12,650)
Total liabilities (B)					**(12,650)**	**(12,650)**

In 2022, the item in question amounted to €166 thousand, and represents the net balance of sales of the three securities classified in asset item 40 b) "Financial assets measured at amortized cost - loans and receivables with customers" (two USD and one BTP Italia for a nominal value of USD 150 million and €170 million, respectively).

Please note that sales always took place in compliance with the conditions imposed by the HTC business model, which the Group adopted on the first-time application of IFRS 9 in 2018.

Lastly, recall that the loss on Securities issued amounting to €12.6 million at December 31, 2021 had been recorded following the cash buyback transaction executed at the end of June 2021.

For more details please refer to item 10 c) of the Statement of Financial Position liabilities "Financial liabilities measured at amortized cost - Securities issued".

Section 7 - Profits (losses) on other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss - Item 110

€5,154 thousand

7.2 Net change of value of other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss: breakdown of other financial assets and liabilities subject to mandatory fair value measurement

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Capital gains	Realized gains	Capital losses	Losses on disposal	Net profit/ loss
	(A)	(B)	(C)	(D)	[(A+B)-(C+D)]
1. Financial assets	**5,154**				**5,154**
1.1 Debt securities					
1.2 Equity securities					
1.3 UCI units	5,154				5,154
1.4 Loans					
2. Financial assets in foreign currency: foreign exchange differences	X	X	X	X	
Total	**5,154**				**5,154**

The item refers to the revaluation of the UCI units held by the parent at the last NAV made available by the relevant investment funds.

Section 8 - Net impairment losses/gains - Item 130

€5,905 thousand

8.1 Net impairment losses/gains for credit risk associated with financial assets measured at amortized cost: breakdown

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Impairment losses						Impairment gains				Total 2022	Total 2021
	Stage one	Stage two	Stage three		Purchased or originated credit impaired		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
			Write-offs	Others	*Write-offs*	Others						
A. Loans and receivables with banks	(8)						5				(3)	6
- Loans	(8)						5				(3)	6
- Debt securities												
B. Loans and receivables with customers	(11)	(104)	(133)	(6,323)			364	104	200		(5,902)	338
- Loans	(11)	(104)	(133)	(6,323)			348	104	200		(5,917)	(852)
- Debt securities							15				15	1,190
Total	(19)	(104)	(133)	(6,323)			369	104	200		(5,905)	343

Stage 3 adjustments of impairment largely refer to changes in specific positions of BFF Polska Group.

8.1a Net impairment losses for credit risk relating to loans measured at amortized cost subject to COVID-19 support measures: breakdown

This item is not significant.

8.2 Net impairment losses/gains for credit risk associated with financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Impairment losses (1)			Impairment gains (2)		Total 2022	Total 2021
	Stage one and Stage two	Stage three		Stage one and Stage two	Stage three		
		Write-offs	Others				
A. Debt securities						-	(147)
B. Loans							
- To customers							
- To banks							
of which: purchased or originated credit-impaired financial assets							
Total						-	(147)

Section 12 - Administrative expenses- item 190

€170,603 thousand

12.1 Personnel expenses: breakdown

€74,352 thousand

(Values in thousand euros)

Type of expense/Sectors	Total 2022	Total 2021
1) Employees	**71,036**	**69,370**
a) wages and salaries	48,160	49,579
b) social security contributions	12,772	12,099
c) post-employment benefits		29
d) pension costs	5	8
e) provision for post-employment benefits	1,979	1,424
f) provision for pensions and similar obligations:		
- defined contribution plans		231
- defined benefit plans		
g) payments to external complementary pension funds:		
- defined contribution plans		
- defined benefit plans	353	328
h) costs related to share-based payments	4,441	1,652
i) other employee benefits	3,324	4,020
2) Other personnel in service	333	219
3) Directors and statutory auditors	2,983	3,645
4) Early retirement costs		
Total	**74,352**	**73,234**

The item "personnel expenses" includes, in addition to the amount of expenses and contributions paid to employees, including the provisions of the Group incentive system, expenses for stock options for certain employees of the Group for 2022, equal to approximately €4.4 million before taxes, offset by the related equity reserve.

12.2 Average number of employees broken down by category

(Values in working units)

Categories	Average number 2022	Average number 2021
Senior Executives/Executives	29	28
Managers/Middle Managers/Professionals	396	284
Specialists	410	478
Total	**835**	**790**

The number of staff shown in the previous table refers to FTE staff and it arises from a calculation based on the instructions of the Bank of Italy Circular no. 262.
Please note that at December 31, 2021, the number of employees set forth in the table above is calculated considering the personnel of the merged DEPObank starting only from March 1, 2021.

Such figures do not include staff working at Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k. and Restrukturyzacyjna Kancelaria Prawnicza Karnowski i Wspólnik sp.k.

12.4 Other employee benefits

The amount in question of €3.3 million mainly refers to expenses incurred for training, meal tickets, donations and insurance for Group employees.

12.5 Other administrative expenses: breakdown

€96,251 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Legal fees	3,483	2,684
Data processing services	15,878	16,189
External credit management services	641	771
Supervisory Body fees	41	42
Legal fees for loans and receivables under management	258	227
Notary fees	358	527
Notary fees to be recovered	1,584	963
Entertainment expenses and donations	3,369	2,347
Maintenance expenses	5,924	5,807
Non-deductible VAT	8,790	9,021
Other taxes	7,380	6,986
Consulting services	19,354	16,013
Head office operating expenses	2,990	2,412
Resolution Fund and FITD	5,734	12,970
Other expenses	20,468	20,172
Total	**96,251**	**97,132**

Other administrative expenses for 2022 amounted to €96.3 million, compared to €97.1 million for 2021.

Furthermore, with regard to contributions to the Deposit Guarantee Scheme, a cost of about €5.7 million before taxes was recorded for 2022. This cost was made up of:

- €3.6 million as ordinary annual contribution to the *Resolution Fund*;
- €2.1 million as the annual contribution to the *Interbank Deposit Protection Fund (FITD)*, of which €713 thousand relating to the extraordinary contribution.

These amounts are recognized under other administrative expenses, as indicated in the Bank of Italy note of January 19, 2016 "Contributions to Resolution Funds: treatment in the financial statements and in regulatory reporting".

"Other administrative expenses" mainly include services outsourced in 2022, which are listed below.

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2022
Fees paid to external company for support to Internal Audit	171
Fees paid to external companies for Data Processing	4,098
Fees paid to external companies for Credit Checks	641

Section 13 - Net provisions for risks and charges - Item 200

€10,535 thousand

13.1 Net provisions for credit risk relating to loan commitments and financial guarantees given: breakdown

-€65 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Provision for risk on commitments and guarantees	(65)	(234)
Total	**(65)**	**(234)**

13.3 Net provisions for risks and charges: breakdown

€10,600 thousand

The accrual to the provisions, compared to the prior year, shows the following breakdown:

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Litigation against the parent	10,437	(2037)
Operating losses	163	(5)
Total	**10,600**	**(2,032)**

The significant increase relates to extraordinary provisions against the likely risk of a negative ruling in the amount of €10 million.

Section 14 - Depreciation and net impairment losses/reversals of impairment losses on property, equipment and investment property - Item 210

€5,005 thousand

14.1 Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property: breakdown

(Values in thousand euros)

Asset/Income items	Depreciation (a)	Impairment losses (b)	Reversals of impairment losses (c)	Net result (a+b-c)
A. Property, plant and equipment				
1. Used in the business	5,005			**5,005**
- Owned	2,332			**2,332**
- Right-of-use assets	2,674			**2,674**
2. Held for investment				
- Owned				
- Right-of-use assets				
3. Inventories	x			
Total	**5,005**			**5,005**

As of 2019, following the application of IFRS 16, the item "Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property" also includes the depreciation of right-of-use assets amounting to €2,674 thousand, the contra entry of which is recognized under property, equipment and investment property.

Section 15 - Amortization and net impairment losses on intangible assets - Item 220

€7,642 thousand

15.1 Amortization and net impairment losses on intangible assets: breakdown

(Values in thousand euros)

Asset/Income items	Amortization (a)	Impairment gains (b)	Reversals of impairment losses (c)	Net result (a+b-c)
A. Intangible assets				
A.1 Owned				
- Generated internally by the company				
- Others	6,540	1,102		**7,642**
A.2 Right-of-use assets				
Total	**6,540**	**1,102**		**7,642**

The item refers to amortization for the year relating to intangible assets with finite useful lives, which include the "Customer Contracts", one of which was subject to an impairment loss of €1.1 million following the impairment test.

For more details please refer to item 100 of the Statement of Financial Position assets "Intangible assets".

Section 16 - Other operating income, net - Item 230

€150,354 thousand

16.1 Other operating expenses: breakdown

-€3,930 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Prior year expenses	(2,187)	(2,656)
Rounding and allowances	(93)	(9)
Other charges	(756)	(23)
Deposit guarantee scheme expenses		
Registry tax expenses	(893)	(319)
Total	**(3,930)**	**(3,008)**

16.2 Other operating income: breakdown

€154,324 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Recovery of legal fees for purchases of non-recourse trade receivables	1,410	1,198
Recovery of legal fees	127	218
Other recoveries	1,457	1,384
Prior year income	5,562	9,314
Recovery of assignor notary expenses	1,647	977
Other income	144,121	92,424
Total	**154,324**	**105,515**

In 2022, the item includes a one-off effect relating to 50% of the "40 euros" provision consisting of all receivables accrued for the indemnity in question in the amount of €119.4 million. For more information, refer to Part A "Accounting policies".

Please recall that on December 31, 2021, this item included the definitive badwill amount of €76.9 million resulting from the merger transaction with DEPObank in March 2021.

Section 17 - Profits on equity investments - Item 250

17.1 Profits on equity investments: breakdown

(Values in thousand euros)

Income item/Values	Total 2022	Total 2021
1) Companies subject to joint control		
A. Income		
1. Revaluations		
2. Gains on disposal		
3. Impairment gains		
4. Other income		
B. Expenses		
1. Impairment		
2. Impairment losses		
3. Losses on disposal		
4. Other charges		
Net profit/loss		
1) Companies subject to significant influence		
A. Income		
1. Revaluations		
2. Gains on disposal		
3. Impairment gains		
4. Other income	288	195
B. Expenses		
1. Impairment		
2. Impairment losses		
3. Losses on disposal		
4. Other charges		
Net profit/loss	**288**	**195**
Total	**288**	**195**

Section 21 - Income taxes on continuing operations - Item 300

-€714 thousand

21.1 Income taxes on continuing operations: breakdown

(Values in thousand euros)

Income items/Sectors	Total 2022	Total 2021
1. Current taxes (-)	86,509	20,606
2. Adjustment to current tax of prior years (+/-)	3,447	
3. Reduction of current tax for the year (+)		
3.bis Reduction of current taxes for the year for tax credits pursuant to Italian Law no. 214/2011 (+)		
4. Change in deferred tax assets (+/-)	(765)	(12,566)
5. Change in deferred tax liabilities (+/-)	9,962	(8,754)
6. Taxes for the year (-) (-1+/-2+3+ 3 *bis* +/-4+/-5)	**99,154**	**(714)**

21.2 Reconciliation of theoretical tax charge with actual tax charge

The reconciliation between the theoretical tax charge and actual tax charge recognized in the financial statements for the Parent and the Italian subsidiaries (when applicable) is provided below.

(Values in thousand euros)

Breakdown	IRES	IRAP
Taxable profit used for purposes of tax calculations	345,006	165,981
Theoretical tax charge: 24-27.5% IRES - 3.90-5.57% IRAP	**94,876**	**9,243**
Permanent non-deductible differences	(88,564)	987
Deductible IRAP	(64)	
Temporary differences taxable in future years	(41,997)	
Temporary differences deductible in future years	16,421	1,255
Reversal of temporary differences from previous years	(9,929)	(5,267)
Taxable profit	**220,873**	**162,956**
Current taxes for the year: 24-27.5% IRES - 3.90-5.57% IRAP	**60,740**	**9,075**

Section 25 - Earnings per share

25.1 Average number of ordinary shares with diluted capital

(Values in units)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Average number of shares outstanding	185,545,952	185,312,690
Average number of potentially dilutive shares	11,447,560	10,175,223
Average number of diluted shares	196,993,512	195,487,913

25.2 Other information

(Amounts in units, unless otherwise stated)

Breakdown	Total 2022	Total 2021
Profit for the year (in euros)	232,047,606	197,372,423
Average number of shares outstanding	185,545,952	185,312,690
Average number of potentially dilutive shares	11,447,560	10,175,223
Average number of diluted shares	196,993,512	195,487,913
Basic earnings per share (in euro units)	**1.25**	**1.06**
Diluted earnings per share (in euro units)	**1.18**	**1.01**

Part D - Consolidated Comprehensive Income

Statement of Comprehensive Income

(Values in euro units)

	Items	2022	2021
10.	**Profit for the year**	**232,047,606**	**197,372,423**
	Other income components not reclassified to profit or loss		
20.	Equity instruments designated at fair value through other comprehensive income:		
	a) fair value changes		
	b) transfers to other equity items		
30.	Financial liabilities designated at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness):		
	a) fair value changes		
	b) transfers to other equity items		
40.	Hedging of equity instruments designated at fair value through other comprehensive income:		
	a) fair value changes (hedged instrument)		
	b) fair value changes (hedging instrument)		
50.	Property, equipment and investment property		
60.	Intangible assets		
70.	Defined-benefit plans	724,064	(47,353)
80.	Non-current assets held for sale and discontinued operations		
90.	Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		
100.	Income taxes on other comprehensive income not reclassified to profit or loss	(199,118)	13,022
	Other components reclassified to profit or loss		
110.	Hedging of foreign investments:		
	a) fair value changes		
	b) reclassification through profit or loss		
	c) other changes		
120.	Foreign exchange differences:		
	a) changes in value		
	b) reclassification through profit or loss		
	c) other changes	224,653	(1,406,716)
130.	Cash flow hedges:		
	a) fair value changes		
	b) reclassification through profit or loss		
	c) other changes		
	of which: result of net positions		
140.	Hedging instruments (undesignated elements):		

(Values in euro units)

	Items	2022	2021
	a) changes in value		
	b) reclassification through profit or loss		
	c) other changes		
150.	Financial assets (other than equity instruments) measured at fair value through other comprehensive income:		
	a) fair value changes	1,246,162	315,589
	b) reclassification through profit or loss		
	- adjustments for credit risk		
	- profits/losses on disposals		
	c) other changes		
160.	Non-current assets and asset groups held for sale:		
	a) fair value changes		
	b) reclassification through profit or loss		
	c) other changes		
170.	Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments:		
	a) fair value changes		7,220,193
	b) reclassification through profit or loss		
	- adjustments due to impairment		
	- profits/losses on disposals		
	c) other changes		
180.	Income taxes relating to other components reclassified to profit or loss	(56,379)	(2,281,985)
190.	**Total other comprehensive income**	**1,939,383**	**3,812,750**
200.	**Comprehensive income (Items 10+190)**	**233,986,989**	**201,185,173**
210.	**Comprehensive income attributable to non-controlling interests**		
220.	**Comprehensive income attributable to the owners of the Parent**	**233,986,989**	**201,185,173**

Part E - Information on risks and related hedging policies

Introduction

BFF Banking Group has adopted suitable corporate governance tools and adequate management and control mechanisms in order to mitigate the risks to which it is exposed. These measures are part of the governance of the organization and of the internal control system, aimed at ensuring management practices grounded in efficiency, effectiveness and fairness, covering every type of business risk, consistently with the characteristics, dimensions and complexity of the business activities carried out by the Group.

With this in mind, the Group formalized its risk management policies and periodically reviews them to ensure their effectiveness over time. It constantly monitors the functioning of the risk management and control processes.

Such policies define:

- The governance of risks and the responsibilities of the Organizational Units involved in the management process;
- The mapping of the risks to which the Group is exposed, the measuring and stress testing methods, and the information flows that summarize the monitoring activities;
- The annual assessment process on the adequacy of internal capital and of the liquidity risk governance and management system;
- The activities for the assessment of prospective capital adequacy, associated with the strategic planning process.

The corporate governance bodies of the Bank - as BFF Banking Group's Parent - define the risk governance and management model at the Group level, taking into account the specific types of operations and the related risk profiles characterizing all the Group's entities, with the aim of creating an integrated and consistent risk management policy.

Within this framework, the Parent's corporate governance bodies perform the functions entrusted to them not only with regard to their specific business activities, but also taking into account the Group's operations as a whole and the risks to which it is exposed, and involving, as appropriate, the governance bodies of the subsidiaries in the decisions concerning risk management procedures and policies.

At the Group level, the Risk Management Function cooperates in the process of defining and implementing the risk governance policies through an adequate risk management process. The Function Head is not involved in the operating activities he or she has to monitor, and his or her tasks and responsibilities are governed by specific Internal Regulations.

In addition to other tasks, the Risk Management Function is responsible for:

- Cooperating with the corporate governance bodies in defining the overall risk management system and the entire reference framework relating to the assumption and control of Group risks (Risk Appetite Framework);
- Establishing adequate risk management processes through the adoption and maintenance of suit- able risk management systems, in order to map, measure, control or mitigate all relevant risks;

- Providing an assessment of the capital absorbed, also under stress conditions, and of the related present and prospective capital adequacy, by defining processes and procedures to meet every type of present and future risk, which take into account strategies and context changes; overseeing the implementation of the risk management process and ascertaining that it is being complied with;
- Overseeing the implementation of the risk management process and ascertaining that it is being complied with;
- Monitoring the adequacy and effectiveness of the actions taken to resolve any weaknesses found in the risk management system;
- Submitting periodical reports to the corporate governance bodies on the activities carried out and providing them with consulting support on risk management issues.

The Risk Management Function reports to the Chief Executive Officer, the person responsible for the Banking Group's Internal Control system. It is independent of the Internal Audit Function, and subject to its control.

Section 1 - Accounting consolidation risks

Quantitative information

A. Credit quality

A.1 Impaired and performing credit exposures: amounts, adjustments, trends and economic distribution

A.1.1 Breakdown of financial assets by portfolio and credit quality (carrying amount)

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Non-performing loans	Unlikely-to-pay exposures	Impaired past due exposures	Other impaired exposures	Performing exposures	Total
1. Financial assets measured at amortized cost	86,372	12,132	185,257	2,192,825	9,419,264	11,895,850
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
3. Financial assets designated at fair value						
4. Other financial assets mandatorily measured at fair value						
5. Financial assets held for sale						
Total 12.31.2022	**86,372**	**12,132**	**185,257**	**2,192,825**	**9,419,264**	**11,895,850**
Total 12.31.2021	**72,233**	**12,413**	**19,428**	**1,714,944**	**8,250,479**	**10,069,497**

A.1.2 Breakdown of financial assets by portfolio and credit quality (gross and net amounts)

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Impaired				Performing			Total (net exposure)
	Gross exposure	Total adjustments	Net exposure	Total partial write-offs (*)	Gross exposure	Total adjustments	Net exposure	
1. Financial assets measured at amortized cost	307,008	23,246	283,762		11,614,156	2,067	11,612,089	11,896
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income								
3. Financial assets designated at fair value					X	X		
4. Other financial assets mandatorily measured at fair value					X	X		
5. Financial assets held for sale								
Total 12.31.2022	**307,008**	**23,246**	**283,762**	**-**	**11,614,156**	**2,067**	**11,612,089**	**11,895,850**
Total 12.31.2021	**124,458**	**20,383**	**104,075**	**-**	**9,967,860**	**2,439**	**9,965,422**	**10,069,497**

(*) Value presented for informative purposes.

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Assets of evident poor credit quality		Other assets
	Cumulative capital losses	Net exposure	Net exposure
1. Financial assets held for trading			211
2. Hedging derivatives			
Total 12.31.2022			**211**
Total 12.31.2021			**4,107**

B. Disclosure on structured entities (other than securitization companies)

B.2 Structured entities not consolidated for accounting purposes

(Values in thousand euros)

Financial statement items/ Type of structured entity	Asset accounting portfolio	Total assets	Liability accounting portfolio	Total liabilities (B)	Carrying amount	Maximum exposure to risk of loss	Difference between exposure to risk of loss and carrying amount
		(A)			(C = B-A)	(D)	(E = D-C)
UCI	Financial assets measured at fair value through profit or loss	90,226			90,226	138,348	48,122

Section 2 - Prudential consolidation risks

1.1 - Credit risk

Qualitative information

1. General aspects

The main activity of the Banking Group in that area is factoring, which is governed, in Italy, by the Italian Civil Code (Book IV - Title I, Chapter V, Articles 1260-1267) and Law No. 52 of February 21, 1991 and subsequent amendments, and which consists of a plurality of financial services that can be structured in various ways, mainly through the sale of trade receivables. The Group mainly offers non-recourse factoring services with debtors belonging to the public administration, in addition to other lending products always with a focus on the public administration. From March 2021, with the integration of DEPObank, the Group began to provide credit as an instrumental activity in addition to specific treasury activities (managed through the granting of operating limits) and securities services (mainly managed through the granting of account overdraft facilities).

Moreover, for the purpose of diversifying its business and its geographical presence, the Banking Group comprises the companies of BFF Polska Group, which mostly provide financial services to companies operating in the healthcare sector and to public administration agencies in the countries in which they operate.

At this time, non-recourse factoring represents approximately 66% of all the exposures to customers of the Group excluding the securities component.

With regard to the measures in response to COVID-19, the Group follows the applicable provisions contained in the EBA Guidelines ("Guidelines on reporting and disclosure of exposures subject to measures applied in response to the COVID-19 crisis - EBA/GL/2020/07").

Impacts of the COVID-19 pandemic

In light of the BFF Banking Group's business model and the nature of its counterparties, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

Impacts of the Ukraine-Russia crisis

Following the crisis between Russia and Ukraine, which culminated in the military intervention initiated by Russia on February 24, 2022, and the resulting countermeasures undertaken by the international community and parties in the international financial sector (e.g. sanctions against Russian natural persons or legal entities, limitations on transactions with Russian parties and/or regarding financial instruments issued by Russian parties and/or denominated in Russian currency), the BFF Group has carried out a detailed review of risk positions and transactions that could be directly or indirectly impacted by the aforementioned restrictions on operations, where necessary taking appropriate actions in order to fully comply with regulatory provisions and/or to avoid situations that could be considered risky. The parent's various corporate functions (e.g. CFO area, Risk Management, Compliance & AML) reported to the Parent's Board of Directors on the management's assessment of the potential impacts on the Group resulting from this and the actions taken. In the first part of April, BFF Bank also responded to the survey conducted by the Bank of Italy on an initial assessment of the impact that unfavorable developments related to the current crisis could have on the banking system. The results of the analysis showed that the BFF Group has no direct exposure to the Russian and Ukrainian markets, and there are no Russian client companies, client companies controlled by Russian companies, beneficial owners or legal representatives of Russian nationality in the client portfolio of either BFF or its foreign subsidiaries. With regard to positions held in RUB (Russian roubles) and the possible exposure to exchange rate risk following the sharp fluctuation in the exchange rate of the currency in question, the asset and liability positions denominated in that currency held by BFF are of a very limited overall amount, relating exclusively to bank account balances (balances of bank accounts with BFF of counterparties of the Transaction Services Business Line, transferred to accounts held by BFF with Bank of New York, BFF's treasurer in that currency, and Euroclear Bank, an international settlement bank, while spot transactions, maturity deposits and currency swaps in that currency have been suspended since the start of the crisis) and substantially balanced.

Following the onset of the crisis between Russia and Ukraine, there was also an intensification of cyber warfare globally, mainly targeting infrastructure networks. In this regard, the BFF Group has raised the level of attention of the SOC (security operation center) and strengthened the perimeter defense rules, as well as continuing to monitor the situation through reliable sources, such as CERTFin. On the business continuity and backup front, recent updates and tests of the Disaster Recovery plan have confirmed BFF Group's resilience. Awareness-raising campaigns on phishing and security events are provided internally. Finally, primary outsourcers and suppliers were contacted in order to ascertain whether they too had raised their level of attention on the cybersecurity front and to receive more logs from defense systems in order to carry out more extensive monitoring through SIEM (security information and event management). To date, no attacks or disruptions following the Ukraine crisis have been recorded by BFF or its outsourcers or suppliers.

2. Credit risk management policies

2.1 Organizational aspects

The assessment of a transaction, for the different products offered by the Banking Group, is conducted through the analysis of a number of factors, ranging from the degree of risk fragmentation to the characteristics of the commercial relationship underlying the credit quality and the customer/ debtor's ability to repay.

The guidelines and procedures to monitor and control credit risk are set forth in the current "Credit Regulation," approved by the Board of Directors on June 30, 2021, and by the "Credit Regulation" of subsidiaries. A further organizational measure tackling credit risk is provided by the internal regulation for monitoring credit quality, which describes the credit control process on the debtor and is an integral part of the aforementioned "Credit Regulation".

Credit risk is therefore monitored at various levels within the framework of the multiple operating processes.

2.2 Management, measurement and control systems

The management, measurement and control system relating to credit risk has been created to ensure control over the main types of risks belonging to the credit risk category.

For this purpose, it must be noted that the core business carried out by the Group consists, as mentioned above, of the purchase of non-recourse trade receivables due from debtors belonging to public administration agencies, and that with regard to exposures related to the custodian bank operations, these are mainly towards banks.

Based on the above, in particular, credit risk is linked to the possibility that an unexpected change in the creditworthiness of a counterparty to which the Group is exposed may generate a corresponding decrease in the value of the credit position. It can be broken down as follows:

- Credit risk in the strict sense: the risk of default of counterparties to which the Group is exposed, which is fairly limited considering the nature of the Group's counterparties, the majority of which are not subject to bankruptcy proceedings or other procedures that could undermine their substantial solvency;
- Dilution risk: the risk that the amounts owed by the assigned debtor are reduced due to allowances or offsets arising from returns and/or disputes concerning the quality of the product or service or any other issue;
- Factorability risk: the risk related to the nature and characteristics of the commercial relationship subject to factoring/sale, affecting the ability of the trade receivable sold to self-liquidate (e.g., risk of direct payments from the debtor to the potentially insolvent assignor);
- Risk of late payment: the risk of a delay in the collection times of the trade receivables sold compared to those expected by the Group.

In light of the risks detailed above, the Group has internal regulations that describe the phases that industry regulations identify as components of the credit process:

- Background check;
- Decision;
- Disbursement;
- Monitoring and review;
- Dispute.

Non-recourse factoring by its very nature represents the service that is most exposed to credit risk. For this reason, the background check for the credit line application is carried out with the utmost care.

With regard to the granting of credit to counterparties using the custodian bank service, credit risk is very low, as it is mainly concentrated on bank counterparties, asset management companies and funds.

The Group also marginally offers the following two types of services: "loans and receivables management only" and "recourse factoring".

In the "loans and receivables management only" service, credit risk is considerably reduced because it is limited to the Group's exposure to the customer for payment of the agreed fees and commissions, that is, the reimbursement of legal fees incurred. The granting of a credit line for "loans and receivables management only" follows the normal procedures used in the credit process, although the credit line can be approved by a single-person body.

Recourse factoring is a marginal activity for BFF Banking Group, since this type of factoring is only included in BFF Polska S.A.'s product portfolio.

With specific reference to BFF Polska, it should be noted that the company operates in Poland, and also in Slovakia and the Czech Republic through its subsidiaries.

BFF Polska S.A. mainly operates in three sectors:

- Financing the working capital of suppliers to the public administration;
- Financing current and future trade receivables in the public and healthcare sector;
- Financing investments in the public and healthcare sector.

Also with regard to the specific types of investment by BFF Polska S.A. and its subsidiaries, Group credit risk management aims at building a robust and balanced financial asset portfolio to reduce to a minimum the risk of impaired exposures and at the same time generate the expected profit margin and loan portfolio value. As a general rule, the Banking Group's customers have a suitable credit standing and, if necessary, adequate guarantees are requested to mitigate the risk of financial losses arising from customers' non-performance.

With regard to the allocation of operating limits and/or "intermediation" caps, there is no specific request from customers and the assessment is initiated at the initiative of the Finance and Treasury OU or the relevant organizational units.

As part of the management of counterparties providing retail intermediation services, specific operating limits have been established, aimed at monitoring and controlling the operations of these entities. In some cases,

guarantees have been requested to mitigate the risk assumed for these activities. Exposure to the customers' credit risk is constantly monitored. The credit quality of public sector entities is analyzed within the framework of the risk of delay in repaying liabilities.

The assessment of credit risk is part of an overall analysis of the adequacy of the Group's capital in relation to the risks connected with lending.

With this in mind, the Group uses the "standardized" approach to measure credit risk, as governed by Regulation (EU) no. 575/2013 (CRR) and adopted by the Bank of Italy Circular no. 285 "*Supervisory provisions for banks*" and Circular no. 286 "*Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries*," both dated December 17, 2013, and subsequent amendments. This approach involves the classification of exposures into different classes ("portfolios"), depending on the type of counterparty, and the application of diversified weighted ratios to each portfolio.

In particular, BFF Banking Group applies the following main weighting factors, envisaged by the CRR:

- 0% for exposures to government agencies and central banks with offices in a European Union member state and financed in the local currency, as well as for exposure to other public administration agencies in compliance with specific requirements of relevant supervisory provisions. This category also includes exposures to Spanish public sector entities and other local authorities as provided for by EBA lists "*EU regional governments and local authorities treated as exposures to central governments in accordance with Article 115(2) of Regulation (EU) 575/2013*" and "*EU public-sector entities treated in exceptional circumstances as exposures to the central government, regional government or local authority in whose jurisdiction they are established in accordance with Article 116(4) of Regulation (EU) 575/2013*";
- 20% for *(i)* exposures to regional government agencies and local authorities with offices in a European Union member state denominated and financed in the local currency, *(ii)* exposures to public sector entities of countries with Credit Quality Step 1, *(iii)* exposures to public sector entities and supervised intermediaries with an original duration of three months or less;
- 50% for exposures to the public administration agencies of countries with Credit Quality Step 2, which include the exposures to entities of the Polish and Slovakian public sector;
- 100% for *(i)* exposures to the public administration agencies of countries with Credit Quality Step 3, 4 and 5 (including Italy, Portugal and Greece)-please note that on May 3, 2019 DBRS upgraded Greece from BH to BBL, thus improving the credit quality step from 5 to 4, but leaving the capital absorption percentage unchanged at 100%) and *(ii)* exposures to the public administration agencies of countries where government agencies are not rated and no credit quality steps are available (including Czech Republic and Croatia);
- 50% or 100% for amounts due from supervised intermediaries, according to the credit quality step of the country in which they have their offices;
- 75% for retail exposures and exposures to SMEs;
- 100% for exposures to private debtors (i.e., businesses), Funds, and asset management companies; for rated private debtors, different weights are applied on the basis of the credit ratings issued by S&P Global Ratings;
- 100% for property, equipment and investment property, equity investments, collective investment undertakings and other;
- 150% for non-performing exposures, if the specific adjustments are 20% less than the non-collateralized portion, before any adjustments;
- 100% for non-performing exposures, if the specific adjustments are 20% or more than the non-collateralized portion, before any adjustments;
- 250% to deferred tax assets not deducted from own funds.

BFF Banking Group constantly maintains, as a capital requirement for credit risk, an amount of regulatory capital equal to at least 8% of the weighted exposures for credit risk. The Risk Weighted Amount is determined by the sum of the risk weighted assets of the various classes.

Based on the method described above, the capital requirement for credit and counterparty risk at December 31, 2022 is €160.2 million for BFF Banking Group.

Furthermore, the credit risk management process abides by external regulations (CRR, Bank of Italy Circulars No. 285 "Supervisory provisions for banks" and No. 286 "Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries" and subsequent amendments) regarding risk concentration.

Specifically:

- "Large exposure" means any risk position equal to or greater than 10% of the eligible capital, as defined in CRR II (equal to Tier 1 capital);
- For banking groups, each risk position must not be greater than 25% of the eligible capital.

Considering the fact that the Group's exposure consists almost entirely of receivables purchased on a non-recourse basis and due from individual public administration entities, portfolio risk is considered limited, since the derecognition of receivables entails the allocation of the exposure to a higher number of counterparties (i.e., the assigned debtors), which, in the case of certain exposures, receive preferential treatment in terms of weighting for large exposures.

Credit quality assessment

The Group performs an impairment test on the loan portfolio, aimed at identifying any impairment of its assets, in line with the provisions of the applicable standards and the prudential criteria required by supervisory regulations and the internal policies adopted by BFF Banking Group.

This assessment is based on the distinction between these two categories of exposures:

- *Exposures subject to generic adjustments ("collective impairment");*
- *Exposures subject to specific adjustments.*

Note that IFRS 9 entered into force on January 1, 2018. This standard replaces the concept of incurred losses, envisaged by IAS 39, with that of expected credit losses.

The approach adopted by the Group is based on a prospective model that may require the recognition of expected credit losses over the lifetime of the exposure on the basis of supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data. In this context, an approach based on the use of credit risk parameters (Probability of Default - PD, Loss Given Default - LGD, Exposure at Default - EAD) has been adopted, redefined based on a multi-period perspective.

More specifically, in accordance with IFRS 9, impairment of exposures is recognized in three stages, each with different methods for calculating the losses to be recorded.

As for Stage 1, expected credit losses are measured over a 12-month period. As for Stage 2 (including financial assets whose credit risk increased significantly since initial recognition), expected credit losses are measured over the full lifetime of the instrument (lifetime expected losses). Stage 3 includes all financial assets that show objective impairment at the reporting date (non-performing exposures).

2.3 Methods of measuring expected credit losses

Exposures subject to collective impairment losses ("collective impairment")

The impairment model is characterized by:

- The allocation of the transactions in the portfolio to different buckets, based on an assessment of the increase in the level of exposure/counterparty risk;
- The use of multi-period risk parameters (e.g., lifetime PD, LGD and EAD) to quantify expected credit losses (ECL) for financial instruments subject to a significant increase in credit risk since initial recognition.

For the purposes of calculating impairment, IFRS 9 sets out general requirements for calculating ECLs and designing stage allocation criteria, without providing specific guidelines on the modeling approach. Therefore, by analyzing the data provided as input, the assessment and design of the project for the conversion to IFRS 9 allowed to develop a methodological framework to accommodate the peculiarities of the Group's business consistently with the assets it owns as well as available information, in accordance with the guidelines in the standard.

The key concepts introduced by IFRS 9 and required for the purpose of calculating impairment compared to previous standards are as follows:

- A forward-looking model, allowing the immediate recognition of all expected credit losses over the life of the exposure, thus replacing the "incurred loss" criterion. According to the latter, impairment losses were recognized only when there was evidence that they existed (based on the identification of a trigger event). According to IFRS 9, losses shall be recognized based on supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data;
- ECL recalculated at each reporting date to reflect changes in credit risk since initial recognition of the financial instrument;
- Use of forward-looking information and macroeconomic factors to determine ECL;
- Introduction of an additional status with respect to the binary classification of performing and non-performing counterparties, to take account of the increase in credit risk.

The ECL calculation model requires a quantitative assessment of future cash flows and assumes that they can be reliably estimated. This requires the identification of certain elements, namely:

- Probability of default (PD) models and assumptions about the forward distribution of default events, for the calculation of multi-period PDs used to determine the lifetime expected credit loss;
- LGD model;
- A deterministic and stochastic EAD model allowing to define a multi-period distribution as well as a 12-month horizon.

The risk parameters that should be modeled to comply with the rationale of considering the full life- time of the financial instrument are as follows:

- Multi-period PD;
- Multi-period LGD;
- Multi-period EAD.

Furthermore, in compliance with IFRS 9, the ECL calculation shall include Point-in-Time (PIT) adjustments and Forward-Looking Information (FLI).

Exposures subject to individual impairment losses ("individual impairment")

As required by IFRS 9 and in line with current supervisory provisions, the Group carried out a review of the assets classified as impaired in order to identify any objective impairment of individual positions.

It should be noted that, with reference to past due exposures, although classified as impaired financial assets and therefore subject to specific impairment, the same assessments that apply for the performing exposures referred to in this section were carried out. This decision is supported by the fact that, in consideration of the Group's core business, impaired past due positions, identified according to objective criteria, do not necessarily represent actual deterioration. However, this approach does not provide an exemption to the competent functions from performing a precise/analytical assessment ("case-by-case assessment") of positions classified as past due if the adjustment calculated is not adequate.

BFF Banking Group's impaired exposures consist of NPLs, unlikely to pay and past due exposures, for a total of €283,762 thousand - net of individual impairment - and are broken down as follows:

- non-performing loans of €86,372 thousand (gross exposure in the financial statements of €104,663 thousand with an adjustment of €18,290 thousand);
- unlikely-to-pay exposures amounting to €12,132 thousand (gross exposure in the financial statements equal to €16,374 thousand with adjustments equal to €4,241 thousand);
- impaired past due exposures of €185,257 thousand (gross exposure in the financial statements of €185,971 thousand with an adjustment of €714 thousand).

As regards the impairment policies adopted, BFF Polska Group and BFF Finance Iberia submit specific periodic reports to the Parent, so that the corresponding functions of the parent can report on the activities conducted in this area and check the correctness of the conclusions.

Changes due to COVID-19

Assessment of the significant increase in credit risk (SICR)

In light of the BFF Group's business model and the nature of its risk counterparties, the COVID-19 epidemic did not entail changes to the model of the significant increase in credit risk (SICR). However, also in line with the EBA guidelines of December 2, 2020 "*Guidelines amending EBA/GL/2020/02 on legislative and non legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID 19 crisis*", the Group has granted some of its counterparties based in Poland moratoria of a strictly voluntary character. For more details on the amount granted and the type of counterparties involved, refer to paragraph 4 "Financial assets subject to commercial negotiations and forborne exposures".

Measuring expected credit losses

The model for determining risk parameters was also unchanged following the spread of COVID-19.

However, the annual update of the risk parameters (PD and LGD) allows taking into account the evolution of the effects of COVID-19 within the estimates of expected losses.

To this end, as at June 30, 2022 the Bank updated the macroeconomic scenarios provided by the external infoprovider. These scenarios are constructed considering the evolution of the unemployment rate and the High Yield Spread in a geo-political context characterized by both the ongoing effects of Covid-19 and the tensions of the Russia-Ukraine conflict, which has significantly changed the macroeconomic scenario since February 2022.

The Risk Management Function, as it does every year, performed a sensitivity analysis at December 31, 2022 between the macroeconomic scenarios for the fourth quarter of the year, provided by the external infoprovider, and the macroeconomic scenarios updated at June 30, 2022. The analysis shows that 2023 will be characterized by a decline in GDP growth and a strong inflationary drive generated by the Russia/Ukraine conflict, which reduces on one hand business investments and on the other the disposable income of consumers. However, the job market does not seem to be experiencing significant tensions, thanks to the recovery in hirings post-Covid-19. The economic slowdown will not be sufficient to cause widespread dismissals and the job market will continue to benefit from considerable excess demand. Therefore, job market stability will be one of the main factors that could prevent the economy from entering a recessive cycle. The comparative analysis of the scenarios shows that estimated GDP in December 2022 is worse than that currently in use in the model and therefore, the Risk Management Function is evaluating the impacts of that change on the model for estimating risk parameters in order to understand its magnitude, while also taking into consideration that the Group's Business Model and - in this specific area - the relative cost of risk are less sensitive to GDP trends than credit exposures concentrated in the corporate/retail area.

Moreover, the Risk Management Function compared the macroeconomic estimates released by the external infoprovider with those of the European Central Bank (ECB), observing, also in this case, a deterioration of GDP in 2023.

The same analyses will be performed at the end of the first quarter of 2023 as well in order to evaluate the possibility of updating the risk parameters early.

2.4 Credit risk mitigation techniques

In order to make non-recourse exposures compatible with the derecognition principle, the risk mitigation clauses that could in some way invalidate the effective transfer of risks and rewards were eliminated from the respective contracts.

With regard to exposures to counterparties to which treasury and security services are offered, risk mitigation techniques also include netting (ISDA) and collateral management (CSA) agreements consistent with EMIR regulations. For repurchase agreements for which the Bank has signed specific GMRA contracts, credit risk is transferred from the counterparty to the underlying of the repurchase agreement.

3. Impaired credit exposures

In compliance with Bank of Italy Circular no. 272, BFF Banking Group's net "Impaired assets" amounted to a total of €238,762 thousand. They include the following items:

- ***Non-performing loans*** consisting of exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections made by the Group.
  At December 31, 2022, the overall total of the Banking Group's non-performing loans, net of impairment, amounted to €86,372 thousand, of which €5,672 thousand purchased already impaired. Net non-performing loans concerning Italian municipalities and provincial government in financial distress amounted to €79,662 thousand, accounting for 92.2% of the total.
  Gross non-performing loans amounted to €104,663 thousand. The related impairment totaled €18,290 thousand. The portion of the allowance for late payment interest relating to non-performing exposures, recognized at the time of the change in estimate in 2014, was equal to €997 thousand, entirely impaired. Taking account of this amount, too, gross non-performing loans amounted to €105,660 thousand and relevant adjustments totaled €19,287 thousand.
  With reference to the parent, at December 31, 2022 total non-performing loans, net of any estimated impairment losses, amounted to €80,271 thousand, of which €79,662 thousand concerned Italian municipalities and provincial governments in financial distress; this case is classified as non- performing in accordance with the indications given by the Supervisory Authority, despite the fact that BFF Banking Group has the legal right to receive 100% of the capital and late payment interest at the end of the insolvency procedure.
  Specifically, the amount of €5,672 thousand refers to loans and receivables due from local entities (municipalities, provinces) already in financial distress at the time of purchase and purchased at special conditions.
  The remaining positions referring to BFF Bank are impaired based on subjective assessments arising from legal opinions. Gross non-performing loans relating to BFF Polska Group amounted to €21,151 thousand. After estimated impairment losses of €15,811 thousand they amounted to €5,340 thousand.
- BFF Banking Group's ***unlikely to pay exposures*** mainly refer to BFF Polska Group's positions. These exposures reflect the judgement made by the intermediary about the unlikelihood that - excluding such actions as the enforcement of guarantees - the debtor will fully fulfil (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments).
  At December 31, 2022, gross exposures classified as unlikely to pay amounted to €16,374 thousand, of which €14,439 thousand attributable to BFF Polska Group, €1,593 to the bank and €342 thousand to BFF Finance Iberia. The total net value is €12,132 thousand, referring primarily to BFF Polska Group.
- Net ***past due exposures*** of BFF Banking Group amounted to €185,257 thousand. They refer to the parent for €170,890 thousand, to the Spanish subsidiary for €13,556 thousand and to BFF Polska Group for €811 thousand. 97.4% of these exposures relate to public counterparties. The figure remained aligned with what was recorded at September 30, 2022, the date on which the trade receivables classified as past due increased as a result of the more stringent interpretations on the new "Definition of Default" (or "New DoD", Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) issued by the Bank of Italy on September 23, 2022. However, there was no increase in the actual risk profile of the loan portfolio.

4. Financial assets subject to commercial negotiations and forborne exposures

In line with the EBA guidance of December 2, 2020 "*Guidelines amending Guidelines EBA/GL/2020/02 on legislative and non legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID 19 crisis*", the Group, through contractual agreements, has granted some of its counterparties moratoria of a strictly voluntary character. The amendments related solely to deferral of principal amounts, without any amendments to interest rates. Moreover, no reduction in the Group's credit exposures was foreseen in terms of either principal or interest. The amendments were considered non-substantial and therefore did not result in the derecognition from the statement of financial position of the positions subject to moratoria.

With regard to the activities of the BFF Polska Group, voluntary moratoria were granted for a total amount of €1,926 thousand and are mainly represented by corporate clients (approximately 45%), public sector entities (approximately 22%) and retail clients (approximately 33%). The main products affected are credit exposures deriving from amounts, accounting for approximately 64%, loans, 25% from loans (MEDLekarz - loans to medical practices), 7% from factoring operations and a residual 4% relating to finance lease operations. Compared to December 31, 2021 there was a decrease of about €200 thousand.

Quantitative information

A. Credit quality

A.1 Impaired and performing credit exposures: amounts, adjustments, trends and economic breakdown

A.1.1 Prudential consolidation - Financial assets broken down by past due amounts (carrying amounts)

(Values in thousand euros)

Portfolios/risk stages	Stage one			Stage two			Stage three			Purchased or originated credit impaired		
	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days
1. Financial assets measured at amortized cost	410,514	236,577	508,144	494	14,622	1,022,474	5,386	9,308	215,827			5,672
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income												
3. Financial assets held for sale												
Total 12.31.2022	**410,514**	**236,577**	**508,144**	**494**	**14,622**	**1,022,474**	**5,386**	**9,308**	**215,827**			**5,672**
Total 12.31.2021	**260,397**	**133,584**	**489,832**	**10**	**15,583**	**815,538**	**81**	**431**	**85,351**			**5,287**

A.1.2 Prudential consolidation - Financial assets, commitments to disburse funds and financial guarantees given: trend in total adjustments and total provisions

Description/risk stages	Total adjustments											
	Assets in stage one						Assets in stage two					
	Loans and receivables with banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment	Loans and receivables with banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which collective impairment
Opening total adjustments		**1,975**				**1,975**		**463**				
Increases in purchased or originated financial assets												
Derecognitions other than write-offs												
Net impairment losses/ gains for credit risk (+/-)	27	(477)				(450)		106				106
Contractual modifications without derecognitions												
Changes in estimate methodology												
Write-offs not recognized directly in profit or loss												
Other changes												
Total final adjustments	**27**	**1,498**				**1,525**		**569**				**569**
Recoveries from receipts on written-off financial assets												
Write-offs recognized directly in profit or loss												

(Values in thousand euros)

Total impairment losses											Total provisions on loans commitments and financial guarantees given				Total
Assets in stage three						Purchased or originated credit impaired financial assets									
Loans and receivables with banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which collective impairment	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which collective impairment	Stage one	Stage two	Stage three	Loans commitments and financial guarantees given purchased or originated impaired	
	20,176			**20,176**		**206**			**206**		**294**				**23,115**
						X	X	X	X	X					
	3,063			3,063							(42)				**2,676**
	23,240			**23,240**		**6**			**6**		**251**				**25,591**
	133			133											**133**

A.1.3 Prudential consolidation - Financial assets, loan commitments to disburse funds and financial guarantees given: transfers among the various credit risk stages (gross amounts and nominal amounts)

(Values in thousand euros)

Portfolios/risk stages	Gross values / nominal amount					
	Transfers between stage 1 and stage 2		Transfers between stage 2 and stage 3		Transfers between stage 1 and stage 3	
	From Stage 1 to Stage 2	From Stage 2 to Stage 1	From Stage 2 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 2	From Stage 1 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 1
1. Financial assets measured at amortized cost	20,685	11,646	1,966	5,091	13,720	1,944
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
3. Financial assets held for sale						
4.Loan commitments and financial guarantees given					592	
Total 12.31.2022	**20,685**	**11,646**	**1,966**	**5,091**	**14,312**	**1,944**
Total 12.31.2021	**4,356**	**23,143**	**21,420**	**3,512**	**9,999**	**11,367**

A.1.4 Prudential consolidation - On- and off-statement of financial position credit exposures to banks: gross and net

(Values in thousand euros)

Type of exposures/ values		Gross exposure Gross exposure					Total impairment losses and total provisions				Net exposure	Total partial write-offs (*)
		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
A. On-statement of financial position credit exposures	**1,112,915**	1,029,215	83,700			39	32	7			1,112,876	
A.1 On demand	**634,702**	629,707	4,995			29	27	2			634,673	
a) Impaired		X					X					
b) Performing	634,702	629,707	4,995	X		29	27	2	X		634,673	
A.2 Others	**478,213**	399,508	78,705			10	5	5			478,203	
a) Non-performing loans		X					X					
- of which: forborne exposure		X					X					
b) Unlikely-to-pay positions		X					X					
- of which: forborne exposures		X					X					
c) Impaired past due exposures		X					X					
- of which: forborne exposures		X					X					
d) Past due performing exposures				X			-		X			
- of which: forborne exposures				X					X			
e) Other performing exposures	478,213	399,508	78,705	X		10	5	5	X		478,203	
- of which: forborne exposures				X					X			
Total (A)	**1,112,915**	**1,029,215**	**83,700**			**39**	**32**	**7**			**1,112,876**	
B. Off-statement of financial position exposures	**204**										204	
a) Impaired		X					X					
b) Others	204			X					X		**204**	
Total (B)	**204**										**204**	
Total (A+B)	**1,113,119**	**1,029,215**	**83,700**	**-**		**39**	**32**	**7**	**-**		**1,113,080**	**-**

(*) Value provided for disclosure purposes.

A.1.5 Prudential consolidation - On- and off-statement of financial position credit exposures to customers: gross and net

(Values in thousand euros)

Type of exposures/ values	Gross exposure					Total impairment losses and total provisions					Net exposure	Total partial write-offs (*)
		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
A. On-statement of financial position credit exposures												
a) Non-performing loans	104,663	X		98,984	5,678	18,290	X		18,284	6	86,372	
- of which: forborne exposures	489	X		489		196	X		196		293	
b) Unlikely-to-pay positions	16,374	X		16,374		4,241	X		4,241		12,132	
- of which: forborne exposures	10,886	X		10,886		1,091	X		1,091		9,795	
c) Impaired past due exposures	185,971	X		185,971		714	X		714		185,257	
- of which: forborne exposures	380	X		380		114	X		114		265	
d) Past due performing exposures	2,193,072	1,155,336	1,037,736	X		247	100	147	X		2,192,825	
- of which: forborne exposures				X					X			
e) Other performing exposures	8,942,871	8,910,951	31,920	X		1,811	1,393	418	X		8,941,060	
- of which: forborne exposures	5,960		5,960	X		176		176	X		5,784	
TOTAL (A)	**11,442,951**	**10,066,287**	**1,069,656**	**301,329**	**5,678**	**25,303**	**1,493**	**564**	**23,240**	**6**	**11,417,647**	**-**
B. Off-statement of financial position exposures												
a) Impaired		X					X					
b) Performing	425,724	425,724		X		232	232		X		425,492	
Total (B)	**425,724**	**425,724**				**232**	**232**				**425,492**	
Total (A+B)	**11,868,675**	**10,492,011**	**1,069,656**	**301,329**	**5,678**	**25,536**	**1,725**	**564**	**23,240**	**6**	**11,843,139**	**-**

(*) Value provided for disclosure purposes.

A.1.5a Loans subject to COVID-19 support measures: transfers between the various credit risk stages (gross values)

(Values in thousand euros)

Portfolios/risk stages	Gross values / nominal amount					
	Transfers between stage 1 and stage 2		Transfers between stage 2 and stage 3		Transfers between stage 1 and stage 3	
	From Stage 1 to Stage 2	From Stage 2 to Stage 1	From Stage 2 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 2	From Stage 1 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 1
A. Loans measured at amortized cost	**46**	**72**	**32**	**4**	**85**	**3**
A.1 subject to forbearance in accordance with GL	46	72	32	4	85	3
A.2 subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne						
A.3 subject to other forbearance measures						
A.4 new loans						
B. Loans measured at fair value through other comprehensive income						
B.1 subject to forbearance in accordance with GL						
B.2 subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne						
B.3 subject to other forbearance measures						
B.4 new loans						
Total 12.31.2022	**46**	**72**	**32**	**4**	**85**	**3**
Total 12.31.2021	**101**	**63**	**223**	**-**	**31**	**2**

A.1.7 Prudential consolidation - On-balance statement of financial position exposures to customers: trend in gross impaired exposures

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Non-performing loans	Unlikely-to-pay positions	Impaired past due exposures
A. Starting gross exposure	87,467	17,505	19,486
- of which: assets sold but not derecognized	-	-	-
B. Increases	**21,411**	**3,304**	**171,324**
B.1 inflows from performing exposures	13,685	3,113	170,147
B.2 transfers from purchased or originated credit impaired financial assets			
B.3 transfers from other impaired exposures	2,131		
B.4 contractual modifications without derecognitions			
B.5 other increases	5,595	191	1,177
C. Decreases	**4,215**	**4,435**	**4,839**
C.1 outflows to performing exposures	2,842		3,399
C.2 write-offs			
C.3 collections	1,373	2,385	
C.4 collections from disposals			
C.5 losses on disposal			
C.6 transfers to other impaired exposures		2,050	82
C.7 contractual modifications without derecognitions			
C.8 other decreases			1,358
D. Final gross exposure	**104,663**	**16,374**	**185,971**
- of which: assets sold but not derecognized			

A.1.7a On-balance statement of financial position exposures to customers subject to COVID-19 support measures: gross and net values

(Values in thousand euros)

Type of exposures/values		Gross exposure					Total adjustments				Net exposure	Total partial write-offs (*)
		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
A. Non-performing loans:	**233**			**233**								
a) Subject to forbearance in accordance with GL	**233**			233								
b) Subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne												
c) Subject to other forbearance measures												
d) New loans												
B. Loans unlikely to pay:	150			150								
a) Subject to forbearance in accordance with GL	150			150								
b) Subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne												
c) Subject to other forbearance measures												
d) New loans												
C. Impaired past due loans:	**47**			47								
a) Subject to forbearance in accordance with GL	47			47								
b) Subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne												
c) Subject to other forbearance measures												
d) New loans												
D. Past due performing loans:	**763**	**760**	**3**									
a) Subject to forbearance in accordance with GL	763	760	**3**									
b) Subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne												
c) Subject to other forbearance measures												
d) New loans												
E. Other overdue performing loans:	**733**	**617**	**116**									
a) Subject to forbearance in accordance with GL	733	617	116									
b) Subject to moratorium measures in place no longer in compliance with the GL and not evaluated as forborne												
c) Subject to other forbearance measures												
d) New loans												
Total (A+B+C+D+E)	**1,926**	**1,378**	**119**	**430**								

(*) Value provided for disclosure purposes.

A.1.7 bis Prudential consolidation - On-statement of financial position exposures to customers: changes in gross forborne exposures broken down by credit quality

(Values in thousand euros)

Descriptions/Quality	Forborne exposures: impaired	Forborne exposures: performing
A. Starting gross exposure	**11,544**	**786**
- of which: assets sold but not derecognized	-	
B. Increases	**209**	**5,960**
B.1 inflows from performing, non forborne exposures		5,939
B.2 inflows from performing, forborne exposures		X
B.3 inflows from non-performing forborne exposures	X	20
B.4 inflows from impaired, non forborne exposures		
B.5 other increases	209	
C. Decreases		**786**
C.1 transfers to performing exposures not subject to forbearance measures	X	15
C.2 outflows towards forborne performing exposures		X
C.3 outflows towards non-performing forborne exposures	X	86
C.4 write-offs		
C.5 collections		450
C.6 collections from disposals		
C.7 losses on disposal		
C.8 other decreases		235
D. Final gross exposure	**11,754**	**5,960**
- of which: assets sold but not derecognized	-	-

A.1.9 Prudential consolidation - On-statement of financial position impaired credit exposures to customers: trend of total adjustments

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Non-performing loans		Unlikely-to-pay positions		Impaired past due exposures	
	Total	of which: forborne exposures	Total	of which: forborne exposures	Total	of which: forborne exposures
A. Total opening adjustments	15,234	905	5,092	384	58	23
- of which: assets sold but not derecognized		-			-	
B. Increases	**5,183**	**177**	**411**	**707**	**684**	**98**
B.1 adjustments to purchased or originated credit impaired assets		X		X		X
B.2 other adjustments	2,940	150				
B.3 losses on disposal						
B.4 transfers from other categories of impaired exposures	31	27			569	33
B.5 contractual modifications without derecognition						
B.6 other increases	2,213		411	707	115	65
C. Decreases	**2,127**	**886**	**1,262**		**27**	**6**
C.1 fair value gains						
C.2 impairment gains from collection	485	1			6	
C.3 gains on disposal						
C.4 write-offs						
C.5 transfers to other categories of impaired exposures	1,642	884			22	6
C.6 contractual modifications without derecognition						
C.7 other decreases			1,262			
D. Total final adjustments	**18,290**	**196**	**4,241**	**1,091**	**714**	**114**
- of which: assets sold but not derecognized	-	-	-	-	-	-

A.2 Classification of exposures based on internal and external ratings

A.2.1 Prudential consolidation - Credit exposures, loan commitments and financial guarantees given broken down by external rating classes (gross amounts)

(Values in thousand euros)

Exposures	External rating classes						No rating	Total
	Class 1	Class 2	Class 3	Class 4	Class 5	Class 6		
A. Financial assets measured at amortized cost	**30,208**	**1,803,930**	**9,150,982**	**126,288**			**809,755**	**11,921,163**
-Stage one	28,191	1,558,729	8,057,247	89,667			731,961	10,465,795
-Stage two	2,017	231,583	846,268	36,621			31,872	1,148,361
-Stage three		13,618	241,789				45,922	301,329
- Purchased or originated credit impaired			5,678					5,678
B. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income								
-Stage one								
-Stage two								
-Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
C. Financial assets held for sale								
-Stage one								
-Stage two								
-Stage three								
-Purchased or originated credit impaired								
Total (A+B+C)	**30,208**	**1,803,930**	**9,150,982**	**126,288**	**-**	**-**	**809,755**	**11,921,163**
D. Loan commitments and financial guarantees given		**50,827**	**1,884**				**373,013**	**425,724**
-Stage one		50,827	1,884				373,013	425,724
-Stage two								
-Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
Total D	**-**	**50,827**	**1,884**	**-**	**-**	**-**	**373,013**	**425,724**
Total (A+B+C+D)	**30,208**	**1,854,757**	**9,152,867**	**126,288**	**-**	**-**	**1,182,768**	**12,346,888**

The ratings supplied by the rating agency DBRS (the reference ECAI) were used to assign credit quality ratings to the debtors. A reconciliation between the risk classes and the ratings supplied by DBRS is provided below.

Credit quality class	ECAI
	DBRS Ratings Limited
1	from AAA to AAL
2	from AH to AL
3	from BBBH to BBBL
4	from BBH to BBL
5	from BH to BL
6	CCC

For rated private debtors, the ratings provided by S&P Global Ratings were used. A reconciliation between the risk classes and the ratings supplied by DBRS is provided below.

Credit quality class	ECAI
	S&P Global Ratings
1	≥ AA-
2	between A+ and A-
3	between BBB+ and BBB-
4	between BB+ and BB-
5	between B+ and B-
6	≤ CCC+

A.3 Breakdown of guaranteed credit exposures by guarantee type

A.3.1 Prudential consolidation - Guaranteed on- and off-statement of financial position credit exposures to banks

	Gross exposure	Net exposure	Collateral (1)			
			Real estate - mortgages	Finance lease properties	Securities	Other collateral
1. Guaranteed On-statement of financial position credit exposures:	**183,995**	**183,994**			**181,972**	
1.1 totally secured	183,995	183,994			181,972	
- of which impaired						
1.2 partially secured						
- of which impaired						
2. Secured off-statement of financial position credit exposures:						
2.1 totally secured						
- of which impaired						
2.2 partially secured						
- of which impaired						

(Values in thousand euros)

	Personal guarantees (2)									Total (1)+(2)
	Credit derivatives					Endorsement credits				
	Credit linked notes	Other derivatives				Public administrations	Banks	Other financial companies	Other entities	
		Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities					
										181,972
										181,972

A.3.2 Prudential consolidation - Guaranteed on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

	Gross exposure	Net exposure	Collateral (1)			
			Real estate - mortgages	Finance lease properties	Securities	Other collateral
1. Guaranteed On-statement of financial position credit exposures:	**69,709**	**69,622**	**98**		**66,488**	**1,619**
1.1 totally secured	69,709	69,622	98		66,488	1,619
- of which impaired	182	98	98			
1.2 partially secured						
- of which impaired						
2. Secured off-statement of financial position credit exposures:	**1,884**	**1,884**			**1,884**	
2.1 totally secured	1,884	1,884			1,884	
- of which impaired						
2.2 partially secured						
- of which impaired						

(Values in thousand euros)

	Personal guarantees (2)									Total (1)+(2)
	Credit derivatives					Endorsement credits				
	Credit linked notes	Other derivatives				Public administrations	Banks	Other financial companies	Other entities	
		Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities					
									9	**68,213**
									9	68,213
										98
										1,884
										1,884

B. Breakdown and concentration of credit exposures

B.1 Prudential consolidation - Sector breakdown of on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

(Values in thousand euros)

Exposures/Counterparties	Public administrations		Financial companies		Financial companies (of which: insurance companies)		Non-financial companies		Households	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
A. On-statement of financial position credit exposures										
A.1 Non-performing loans	79,861	427					5,334	13,190	1,178	4,673
- of which: forborne exposures							262	120	31	76
A.2 Unlikely to pay			391	531			11,380	2,279	361	1,431
- of which: forborne exposures			391	531			9,358	386	46	174
A.3 Impaired past due exposures	180,485	314					2,679	95	2,093	306
- of which: forborne exposures							211	65	54	49
A.4 Performing exposures	10,373,026	1,094	516,352	59	1		191,446	729	53,061	176
- of which: forborne exposures							5,765	175	19	1
Total A	**10,633,372**	**1,834**	**516,743**	**590**	**1**		**210,839**	**16,293**	**56,693**	**6,586**
B. Off-statement of financial position credit exposures										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures	50,826	1	355,938	208			24,446	40		
Total B	**50,826**	**1**	**355,938**	**208**			**24,446**	**40**	**-**	**-**
Total (A+B) 12.31.2022	**10,684,198**	**1,835**	**872,681**	**798**	**1**		**235,285**	**16,333**	**56,693**	**6,586**
Total (A+B) 12.31.2021	**9,276,700**	**1,455**	**1,412,106**	**1,978**	**-**		**345,773**	**18,385**	**36,062**	**1,274**

B.2 Prudential consolidation - Territorial distribution of on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Italy		Other European countries		America		Asia		Rest of the World	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
A. On-statement of financial position credit exposures										
A.1 Non-performing loans	80,271	2,090	6,101	16,201						
A.2 Unlikely to pay	819	774	11,314	3,467						
A.3 Impaired past due exposures	170,782	317	14,474	398						
A.4 Performing exposures	9,101,941	1,114	2,031,944	943						
Total A	9,353,813	4,295	2,063,834	21,009						
B. Off-statement of financial position credit exposures										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures	376,856	225	54,354	24						
Total B	376,856	225	54,354	24						
Total (A+B) 12/31/2022	9,730,669	4,520	2,118,188	21,033						
Total (A+B) 12/31/2021	9,035,259	5,187	1,843,619	17,870	132,417	32				

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Northwest Italy		Northeast Italy		Central Italy		Southern Italy and Islands	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
A. On-statement of financial position credit exposures								
A.1 Non-performing loans	415	629	196	31	2,301	1,148	77,360	282
A.2 Unlikely to pay	391	563			330	159	97	52
A.3 Impaired past due exposures	2,885	16	8,376	2	24,864	82	134,658	217
A.4 Performing exposures	219,591	54	186,601	9	7,636,370	893	1,059,381	159
Total A	223,283	1,262	195,173	41	7,663,865	2,282	1,271,496	710
B. Off-statement of financial position credit exposures								
B.1 Impaired exposures								
B.2 Performing exposures	262,583	190	26,482	18	87,791	17		
Total B	262,583	190	26,482	18	87,791	17		
Total (A+B) 12/31/2022	485,865	1,452	221,655	60	7,751,656	2,299	1,271,496	710
Total (A+B) 12/31/2021	1,269,253	2,451	153,568	43	6,668,577	2,170	1,003,209	522

B.3 Prudential consolidation - Territorial distribution of on- and off-statement of financial position credit exposures to banks

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Italy		Other European countries		America		Asia		Rest of the World	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
A. On statement of financial position credit exposures										
A.1 Non-performing loans										
A.2 Unlikely to pay										
A.3 Impaired past due exposures										
A.4 Performing exposures	986,148	15	121,656	23	4,507		564			
Total A	986,148	15	121,656	23	4,507		564			
B. Off statement of financial position exposures										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures	10		194							
Total B	10		194							
Total (A+B) 12/31/2022	985,157	15	121,851	23	4,507		564			
Total (A+B) 12/31/2021	794,313	30	157,184	63	10,466		512			

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Northwest Italy		Northeast Italy		Central Italy		Southern Italy and Islands	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
A. On statement of financial position credit exposures								
A.1 Non-performing loans								
A.2 Unlikely to pay								
A.3 Impaired past due exposures								
A.4 Performing exposures	70,835	4	64,076	4	832,096	5	19,141	2
Total A	70,835	4	64,076	4	832,096	5	19,141	2
B. Off statement of financial position credit exposures								
B.1 Impaired exposures								
B.2 Performing exposures	10							
Total B	10							
Total (A+B) 12/31/2022	70,845	4	64,076	4	832,096	5	19,141	2
Total (A+B) 12/31/2021	98,150	9	38,577	4	644,573	14	13,012	3

B.4 Large exposures

At December 31, 2022 there were 11 "large exposures", i.e. exposures equal to or higher than 10% of eligible capital.

The nominal unweighted amount of these positions was €13,257,691 thousand, while the weighted amount was €284,899 thousand.

However, none of these positions exceed the individual concentration limit of 25% of eligible capital.

D. Disposal transactions

Quantitative information

D.1. Prudential consolidation - Financial assets sold and fully recognized and associated financial liabilities: carrying amounts

(Values in thousand euros)

	Financial assets sold and fully recognized				Associated financial liabilities		
	Carrying Amount	of which: subject to securitization transactions	of which: subject to sale agreements with repurchase clause	of which impaired	Carrying Amount	of which: subject to securitization transactions	of which: subject to sale agreements with repurchase clause
A. Financial assets held for trading							
1. Debt securities				X			
2. Equity securities				X			
3. Loans				X			
4. Derivatives				X			
B. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement							
1. Debt securities							
2. Equity securities				X			
3. Loans							
C. Financial assets designated at fair value							
1. Debt securities							
2. Loans							
D. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income							
1. Debt securities							
2. Equity securities				X			
3. Loans							
E. Financial assets measured at amortized cost							
1. Debt securities	4,382,848		4,382,848		4,221,778		4,221,778
2. Loans							
Total (12/31/2022)	**4,382,848**		**4,382,848**		**4,221,778**		**4,221,778**
Total (12/31/2021)	**1,080,959**		**1,070,465**		**1,070,721**		**1,070,721**

E. Prudential consolidation - credit risk assessment models

1.2 Market risk

1.2.1 Interest rate risk and price risk - regulatory trading portfolio

1. Regulatory trading portfolio: distribution by maturity (repricing date) of on-statement of financial position financial assets and liabilities and financial derivatives

Qualitative information

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
1. On-statement of financial position assets					**1**	**1**	**3**	
1.1 Debt securities					1	1	3	
- with option of advance repayment								
- others					1	1	3	
1.2 Other assets								
2. On-statement of financial position liabilities								
2.1 Repurchase agreements - payable								
2.2 Other liabilities								
3. Financial derivatives								
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								

A. General aspects

Impacts of the COVID-19 pandemic

In light of the BFF Banking Group's business model and the nature of its counterparties, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

Interest rate risk and price risk - banking book

Qualitative information

A. General aspects, management processes and measurement methods for interest rate risk and price risk

Banking portfolio interest rate risk is the risk of a decrease in the value of the portfolio due to potential changes in interest rates. The main source of this type of interest rate risk is repricing risk, i.e. the risk deriving from time mismatches between the maturity and repricing of assets and liabilities, the main aspects of which are:

- yield curve risk, the risk deriving from the exposure of the Group's positions to changes in the slopes and shape of the yield curve;
- basis risk, risk deriving from the imperfect correlation in changes in the rates payable and receivable on different instruments that may also have similar repricing characteristics.

Exposure to interest rate risk is expressed from two different perspectives: volatility of economic value and volatility of profits (and, in particular, the interest margin).

Specifically:

- measurement in terms of economic value makes it possible to quantify the long-term effects of changes in interest rates. Indeed, this measurement fully expresses the effects of the above-mentioned change on items sensitive to shifts in interest rates and, therefore, provides indications functional to the strategic decisions and levels of capitalization deemed adequate over a long-term time horizon;
- measurement in terms of economic performance makes it possible to quantify the short-term effects on the Group's interest margin deriving from changes in interest rates and, as a result, on capital adequacy.

The Group therefore performs the following measurements:

- *shift sensitivity* by classifying items sensitive to the changes in interest rates in time bands, on the basis of repricing dates for items at an index-linked rate and the maturity date for fixed-rate items. In order to quantify the exposure to interest rate risk, assets and liabilities are multiplied by weighting factors, obtained as the product of a hypothetical variation in rates and an approximation of the modified duration for each single period. This measurement is performed at least quarterly. Through shift sensitivity, an estimate is determined of the change in the present value of capital in simplified form, by adopting the methodology established by the supervisory regulations. In this regard, it is specified that this measurement is referred to for the monitoring of internal capital to be held to cover interest rate risk;
- the change in the interest rate over a time span equal to the subsequent 12 months and 3 years, respectively, following an assumed change in the interest rate curve (the shocks applied are the same as those used for the change in economic value). This measurement is performed at least quarterly, adopting the simplified methodology established by the provisions, with the exception of the treatment of on demand items, which are measured with a more complex methodology that takes into account the actual repricing of the individual items.

Note that the exposure to interest rate risk expressed in terms of economic value sensitivity is measured with respect to the banking portfolio assets and liabilities (this therefore excludes positions in the trading portfolio - Other).

This method is applied based on the annual changes in interest rates on a daily basis, recorded during an observation period of six years, considering alternatively the 1st percentile (decrease) or the 99th percentile (increase), as laid out in Bank of Italy Circular 285/2013 as updated. Internal capital is determined by the worst-case result obtained between the two 1st/99th percentile scenarios.

The Bank also measures the exposure to interest rate risk using additional interest rate shock scenarios. Specifically:

- the parallel ± 200 bps scenarios, for the determination of the risk index, given by the "interest rate risk exposure/own funds" ratio;
- the six interest rate shock scenarios required by the EBA Guidelines, used to calculate internal capital under stress and to determine the operating limit defined by the "interest rate risk exposure/Tier 1" ratio. To respect the limit, the scenario with the worst result is considered.

The Group relies on the option provided by the regulatory updates to Circular 285/2013 with respect to the refinement of the simplified methodologies as regards payable on demand items resulting from Transaction Services activities, while for receivable on demand items, what is set forth in regulations is applied (therefore, they are all classified in the "on demand" segment). The behavioral models used take into account the identification of the core share of funding, or the amount that could represent a stable source of funding despite the short contractual duration, even in the presence of significant changes in the interest rate context. As regards factoring loans, on the other hand, a forecast collection curve is applied.

Quantitative information

1. Banking book: distribution by maturity (repricing date) of on-statement of financial position financial assets and liabilities and financial derivatives

Currency of denomination:
EUROS

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
1. On-statement of financial position assets	**3,888,261**	**2,086,882**	**4,382,307**	**109,861**	**666,260**	**537,828**	**1,069**	
1.1 Debt securities		660,460	4,305,294	99,560	620,127	443,788		
- with option of advance repayment								
- others		660,460	4,305,294	99,560	620,127	443,788		
1.2 Loans and receivables with banks	618,851	445,879						
1.3 Loans and receivables with customers	3,269,410	980,543	77,013	10,301	46,134	94,040	1,069	
- current account	1,512							
- other loans	3,267,898	980,543	77,013	10,301	46,134	94,040	1,069	
- with option of advance repayment		43	33	36	61			
- others	3,267,898	980,500	76,981	10,266	46,073	94,040	1,069	
2. On-statement of financial position liabilities	**4,608,244**	**5,055,916**	**477,642**	**171,696**	**104,537**	**2,899**		
2.1 Amounts due to customers	3,954,831	4,630,331	438,666	171,696	104,537	2,899		
- current account	3,674,701	188,596	438,222	170,844	99,190			
- other payables	280,129	4,441,735	444	852	5,347	2,899		
- with option of advance repayment								
- others	280,129	4,441,735	444	852	5,347	2,899		
2.2 Amounts due to banks	653,413	425,586						
- current account	633,806							
- other payables	19,607	425,586						
2.3 Debt securities			38,976					
- with option of advance repayment								
- others			38,976					
2.4 Other liabilities								
- with option of advance repayment								
- others								
3. Financial derivatives		**938,764**						
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security		938,764						
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives		938,764						
+ long positions		427,425						
+ short positions		511,339						
4. Other off-statement of financial position transactions	**9,689,628**	**9,689,628**						
+ long positions	9,687,743	1,884						
+ short positions	1,884	9,687,743						

Currency of denomination: OTHERS *(Values in thousand euros)*

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	Between 5 and 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
1. On-statement of financial position assets	**63,315**	**613,770**	**117,944**	**29,709**	**26,020**	**7,296**		
1.1 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others								
1.2 Loans and receivables with banks								
1.3 Loans and receivables with customers	15,170	613,770	117,944	29,709	26,020	7,296		
- current account	2,323							
- other loans	12,847	613,770	117,944	29,709	26,020	7,296		
- with option of advance repayment								
- others	12,847	613,770	117,944	29,709	26,020	7,296		
2. On-statement of financial position liabilities	**558,057**	**271,032**	**58,760**	**13,599**	**15,115**			
2.1 Amounts due to customers	470,693	271,032	58,760	13,599	15,115			
- current account	467,151	271,032	58,760	13,599	15,115			
- other payables	3,543							
- with option of advance repayment								
- others	3,543							
2.2 Amounts due to banks	87,364							
- current account	86,564							
- other payables	799							
2.3 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others								
2.4 Other liabilities								
- with option of advance repayment								
- others								
3. Financial derivatives		**955,372**						
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security		955,372						
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives		955,372						
+ long positions		511,904						
+ short positions		443,468						
4. Other off-statement of financial position transactions								
+ long positions								
+ short positions								

Currency risk

Qualitative information

A. General aspects, management processes and measurement methods for exchange rate risk

Exposure to currency risk - determined on the basis of the net foreign exchange position using a method based on the supervisory regulations - is monitored in real time by the Finance and Administration Department and managed in compliance with the limits established by specific internal rules.

Positions exposed to currency risk may only be maintained within very limited limits of maximum overall exposure, as well as for single currency and RA.

At December 31, 2022, hedging liabilities realized through derivative instruments amounted to €14.3 million, relating to the main currencies in which the Group's funding and lending are expressed and which include transactions aimed at hedging the stake in Polish zloty held in BFF Polska Group.

B. Currency risk hedging

Currency risk is mitigated by making recourse to linear derivative instruments lacking optional components, such as currency swaps, which allow the Group to perform optimized management of its equity investments and loans provided in currencies other than the euro in which the Group operates, also through its subsidiaries.

Quantitative information

The portfolio of the Group's assets is expressed in currencies other than the euro; as a result a methodology for the measurement and management of this risk has been adopted. Currency risk is monitored by the Risk Management Function, in line with the requirements of European regulations (EU Regulation No. 575/2013 - CRR).

1. Breakdown by currency of assets, liabilities and derivatives

(Values in thousand euros)

Items	Currencies					
	US Dollar	Pounds	Yen	Canadian Dollar	Swiss Francs	Other currencies
A. Financial assets	(18,247)	(5,542)	(836)	(999)	(752)	(833,058)
A.1 Debt instruments						
A.2 Equity instruments	(1,379)					
A.3 Loans and receivables with banks	(16,505)	(3,919)	(836)	(999)	(752)	(25,135)
A.4 Loans and receivables with customers	(363)	(1,623)	(0)	(0)	(0)	(807,923)
A.5 Other financial assets						
B. Other assets	(2)	(3)	(1)	(11)	(2)	(16)
C. Financial liabilities	**277,911**	**63,589**	**68,190**	**25,720**	**31,198**	**449,955**
C.1 Amounts due to banks	42,941	12,574	1,739	4,956	9,854	15,299
C.2 Deposits from customers	234,970	51,015	66,451	20,764	21,343	434,656
C.3 Debt instruments						
C.4 Other financial liabilities						
D. Other liabilities		4				
E. Financial derivatives	(264,067)	(60,418)	(80,311)	(25,021)	(30,493)	(495,061)
- Options						
+ long positions						
+ short positions						
- Other derivatives	(264,067)	(60,418)	(80,311)	(25,021)	(30,493)	(495,061)
+ long positions	(263,137)	(59,469)	(73,836)	(25,021)	(30,474)	(59,966)
+ short positions	(929)	(948)	(6,475)	0	(20)	(435,095)
Total assets	**(281,386)**	**(65,015)**	**(74,673)**	**(26,031)**	**(31,228)**	**(893,040)**
Total liabilities	**278,840**	**64,542**	**74,665**	**25,720**	**31,217**	**885,050**
Difference (+/-)	(2,546)	(473)	(7)	(311)	(11)	(7,990)

1.3 Derivative instruments and hedging policies

1.3.1 Trading derivatives

A. Financial derivatives

A.1 Trading financial derivatives: notional end-of-period values

FX transactions carried out primarily through recourse to currency swaps are carried out by the Group to optimize the management of liquidity deriving from funding expressed in a currency other than the euro and are functional to the activity with which the Group manages the currency risk deriving from the investment in Polish zloty held in BFF Polska Group and the loans expressed in a currency other than the euro, and particularly those in Polish zloty, Czech koruna and Croatian kuna. Note that BFF Bank does not hold innovative or complex financial products, so the Group makes recourse to linear instruments lacking optional components such as currency swaps.

(Values in thousand euros)

	12.31.2022				12.31.2021			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements			With netting agreements	Without netting agreements	
1. Debt securities and interest rates								
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futures								
e) Others								
2. Equity securities and stock indices			**12**				**12**	
a) Options			12				12	
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futures								
e) Others								
3. Currency and gold			**389,958**				**935,711**	
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards			389,958				935,711	
d) Futures								
e) Others								
4. Commodities								
5. Others								
Total			**389,970**				**935,723**	

A.2 Trading financial derivatives: positive and negative gross fair value - breakdown by products

(Values in thousand euros)

	12.31.2022				12.31.2021			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements			With netting agreements	Without netting agreements	
1. Positive fair value								
a) Options								
b) Interest rate swaps								
c) Cross currency swaps								
d) Equity swaps								
e) Forwards			204				4,086	
f) Futures								
g) Others								
Total			**204**				**4,086**	
2. Negative fair value								
a) Options								
b) Interest rate swaps								
c) Cross currency swaps								
d) Equity swaps								
e) Forwards			950				2,725	
f) Futures								
g) Others								
Total			**950**				**2,725**	

A.3 OTC financial derivatives - notional values, positive and negative gross fair value by counterparties

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
Contracts not falling under netting agreements				
1) Debt securities and interest rates				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
2) Equity securities and stock indices				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
3) Currency and gold		**391,111**		
- notional value	X	389,958		
- positive fair value	X	204		
- negative fair value	X	950		
4) Commodities				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
5) Others				
- notional value	X			12
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
Contracts falling under netting agreements				
1) Debt securities and interest rates				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
2) Equity securities and stock indices				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
3) Currency and gold				
- notional value	X			
- positive fair value	X			

(CONT'D)

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
- negative fair value	X			
4) Commodities				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
5) Others				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			

A.4 Residual life of OTC financial derivatives: notional values

(Values in thousand euros)

Underlying asset/Residual Life	Up to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Total
A. Regulatory trading portfolio				
A.1 Financial derivatives on debt securities and interest rates				
A.2 Financial derivatives on equity securities and stock indices		12		12
A.3Financial derivatives on currencies and gold	389,958			389,958
A.4 Financial derivatives on commodities				
A.5 Other financial derivatives				
Total 12.31.2022	**389,958**			**389,970**
Total 12.31.2021	**935,723**			**935,723**

1.3.2 Accounting hedges

Qualitative information

The Group operates in hedging derivatives through linear instruments lacking optional components, such as currency swaps, which make it possible to guarantee optimized management of funding and loans provided in currencies other than the euro in which the Group operates, also through its subsidiaries, financed through intra-group finance solutions in currencies such as the zloty and the Czech koruna.

Quantitative information

Financial derivatives held for hedging

A.1 Financial derivatives held for hedging: notional end-of-period amounts

(Values in thousand euros)

Underlying assets/Derivative types	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements			With netting agreements	Without netting agreements	
1. Debt securities and interest rates								
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futures								
e) Others								
2. Equity securities and stock indices								
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futures								
e) Others								
3. Currency and gold			**255,298**				**688,908**	
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards			255,298				688,908	
d) Futures								
e) Others								
4. Commodities								
5. Other underlying								
Total			**255,298**				**688,908**	

A.2 Hedging financial derivatives: positive and negative gross fair value - breakdown by products

(Values in thousand euros)

Derivative types	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements			With netting agreements	Without netting agreements	
1. Positive fair value								
a) Options								
b) Interest rate swapS								
c) Cross currency swaps								
d) Equity swaps								
e) Forwards							13	
f) Futures								
g) Others								
Total							**13**	
1. Negative fair value								
a) Options								
b) Interest rate swaps								
c) Cross currency swaps								
d) Equity swaps								
e) Forwards								
f) Futures								
g) Others								
c) Forwards			14,314				4,814	
d) Futures								
e) Others								
Total			**14,314**				**4,814**	

A.3 OTC hedging financial derivatives: notional amounts, positive and negative gross fair value by counterparties

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
Contracts not falling under netting agreements				
1) Debt securities and interest rates				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
2) Equity securities and stock indices				
- notional amount	X	255,298		
- positive fair value	X			
- negative fair value	X	14,314		
3) Currency and gold				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
4) Commodities				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
5) Others				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
Contracts falling under netting agreements				
1) Debt securities and interest rates				
- notional amount				
- positive fair value				
- negative fair value				
2) Equity securities and stock indices				
- notional amount				
- positive fair value				
- negative fair value				
3) Currency and gold				
- notional amount				
- positive fair value				

(CONT'D)

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
- negative fair value				
4) Commodities				
- notional amount				
- positive fair value				
- negative fair value				
5) Others				
- notional amount				
- positive fair value				
- negative fair value				

A.4 Residual life of OTC hedging financial derivatives: notional amounts

(Values in thousand euros)

Underlying asset/Residual Life	Up to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Total
A.1 Financial derivatives on debt securities and interest rates				
A.2 Financial derivatives on equity securities and stock indices				
A.3 Financial derivatives on currencies and gold	255,298			255,298
A.4 Financial derivatives on commodities				
A.5 Other financial derivatives				
Total 12.31.2022	**255,298**			**255,298**
Total 12.31.2021	**688,908**			**688,908**

1.4 Liquidity risk

Qualitative information

A. General aspects, management processes and measurement methods for liquidity risk

Liquidity risk is defined as the risk that the Group will be unable to meet its obligations at maturity and/or that it will have to bear non-market financing costs in relation to an unbalanced net financial position due to the inability to raise funds or due to the presence of limits on the disposal of assets, forcing the Group to slow or halt the development of its business, or sustain excessive funding costs to meet its obligations, with significant negative impacts on the profitability of its activities.

In defining liquidity risk, a distinction is drawn between short-term ("liquidity risk") and long-term ("funding risk" or "structural liquidity risk") risks:

- "liquidity risk", the current or potential risk that the entity is incapable of effectively managing its liquidity requirements in the short term;

- "funding risk", the risk that the entity does not have stable sources of funds in the medium and long term, with the resulting current or potential risk of not being able to meet its financial obligations, without an excessive increase in funding costs.

As required by the provisions of the prudential supervision regulation issued by the Bank of Italy, the Group adopted a Group Risk Management Policy and a Group Treasury and Finance Regulation, with a view to monitoring liquidity risk, and identifying the governance and control principles and the organizational units responsible for the operational and structural management of liquidity risk.

The governance policy, described in the "Group Liquidity Risk Management Policy ", which incorporates the latest regulatory updates (see Bank of Italy Circular 285/2013), is approved by the Board of Directors and defined in a manner consistent with:

- the Group's strategic objectives;
- the risk/reward objectives defined in the Risk Appetite Framework;
- the monitoring processes and strategies to be adopted in the event of a state of tension or liquidity crisis, as defined in the "Contingency Funding Plan" document.

What is set forth in the above-mentioned "Group Liquidity Risk Management Policy" is consistent with what is set forth in the "Group Risk Management Policy", in which the scopes and responsibilities of the company structures are set forth in detail at global level for all risks, including liquidity risk.

As part of the Risk Appetite Framework specific liquidity metrics have been defined, both regulatory, Liquidity Coverage Ratio - LCR and Net Stable Funding Ratio - NSFR, and internal, "minimum cumulative balance on total assets", calculated as the lowest weekly value in the quarter of reference of the ratio of the minimum cumulative balance recorded in the time periods within one month to the total assets of the last available group, in order to better represent the Group's operational reality.

To ensure the implementation of the liquidity risk management and control processes, the Group adopted a governance model based on the following principles:

- Separation of processes for the management of liquidity and processes for the control of liquidity risk;
- Development of processes to manage and control liquidity risk, consistent with the hierarchical structure and through a process for the delegation of powers;
- Sharing of decisions and clear responsibilities among management, control and operational bodies;
- Making liquidity risk management and monitoring processes consistent with prudential supervisory requirements.

The liquidity management process (liquidity management and control of the relevant risks) of the BFF Group is centralized in the Parent. In this governance model, the Parent defines the Group strategy and the guidelines that must be applied to the subsidiaries, at the same time ensuring the management and control of the liquidity position at consolidated level. The subsidiaries participate in liquidity management and risk control with the local functions, each taking into account the specific nature of its core business, but always in compliance with the guidelines defined by the Parent. The operational and structural liquidity risk governance and management system is based on the general principles that all Group companies must pursue, aligned with the indications of the Supervisory Authority.

Liquidity risk also includes the intraday risk deriving from the temporal mismatch between outflows (settled at daily cut-offs or when orders are received from customers) and inflows (settled at different intraday cut-offs), which may render it impossible for the Group to discharge its payment obligations when they are called in due to a temporary lack of funds. To hedge intraday liquidity risk, rules are defined for the maintenance of a minimum portfolio of eligible securities necessary to meet requirements for intraday and periodic refinancing from central banks.

Liquidity monitoring, which is carried out in accordance with the maximum risk tolerance threshold, and therefore also with the nature, objectives and operational complexity of the Group, aims to ensure the ability to meet expected or unforeseen cash payment commitments.
The parent also conducts liquidity risk stress tests to assess the prospective impacts of stress scenarios on the Group's solvency conditions.
The Risk Management Function identifies the scenarios that may impact the Group's current or forward-looking liquidity risk profile. By way of example, the following different drivers are described, which are taken into consideration in the definition of stress scenarios:

- market-driven scenarios refer to stress events exogenous to the Group, such as situations of uncertainty in the financial and/or political markets that lead to difficulties in accessing the market;
- bank-specific scenarios, which concern stress events endogenous to the Group typically linked to a reputational loss with possible deterioration of creditworthiness;
- combined scenarios, or the market and idiosyncratic scenarios developed in a single framework to evaluate the overall effect of stress on the Group.

The Group's liquidity position, which is healthy and constantly monitored, has remained solid thanks to the extensive availability of liquid reserves deriving from funding, so that short- and medium/long-term liquidity indicators - Liquidity Coverage Ratio (LCR) and Net Stable Funding Ratio (NSFR) - show values as at December 31, 2022 of 220.058% and 162.372%, respectively, well above the regulatory limits.

Impacts of the COVID-19 pandemic

In light of the business model, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

Quantitative information

1. Time breakdown by contractual residual maturity of financial assets and liabilities

Currency of denomination: EUROS *(Values in thousand euros)*

Items/Time bands	On demand	More than 1 day to 7 days	More than 7 days to 15 days	More than 15 days to 1 month	More than 1 month to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Indefinite duration
On-statement of financial position assets										
A.1 Government Securities	44		484		589,084	260,214	362,639	1,769,501	3,281,002	
A.2 Other debt securities								4,500	2	
A.3 Units of UCIs	90,225									
A.4 Loans	3,308,521	107,803	198,637	386,548	567,072	77,889	10,548	48,739	111,569	173,636
- banks	136,203	40,168	110,382		121,702					173,636
- customers	3,172,318	67,634	88,255	386,548	445,370	77,889	10,548	48,739	111,569	
On-statement of financial position liabilities										
B.1 Deposits and current accounts	4,307,007	132,447	3,752	4,556	493,771	443,369	174,632	99,190		
- banks	634,163	128,966			315,265					
- customers	3,672,844	3,482	3,752	4,556	178,506	443,369	174,632	99,190		
B.2 Debt instruments						39,242				
B.3 Other liabilities	941,557	4,441,290	5	13	428	448	869	5,347	2,899	
Off-statement of financial position transactions										
C.1 Financial derivatives with exchange of capital										
- long positions		161,789	72,548	193,087						
- short positions		335,051	89,432	86,857						
C.2 Financial derivatives without exchange of capital										
- long positions										
- short positions										
C.3 Deposits and loans to be collected										
- long positions	9,687,743									
- short positions		9,687,743								
C.4 Loan commitments										
- long positions		1,884								
- short positions	1,884									
C.5 Financial guarantees given							45			
C.6 Financial guarantees received										
C.7 Credit derivatives with exchange of capital										
- long positions										
- short positions										
C.8 Credit derivatives without exchange of capital										
- long positions										
- short positions										

Currency of denomination: OTHER CURRENCIES *(Values in thousand euros)*

Items/Time bands	On demand	More than 1 day to 7 days	More than 7 days to 15 days	More than 15 days to 1 month	More than 1 month to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Indefinite duration
On-statement of financial position assets										
A.1 Government Securities										
A.2 Other debt securities										
A.3 Units of UCIs										
A.4 Loans	56,463	45,501	2,671	2,728	10,716	19,389	33,040	150,241	537,256	
- banks	40,813									
- customers	15,650	45,501	2,671	2,728	10,716	19,389	33,040	150,241	537,256	
On-statement of financial position liabilities										
B.1 Deposits and current accounts	551,367	32,125	30,795	48,893	163,935	61,173	14,546	15,115		
- banks	87,364									
- customers	464,004	32,125	30,795	48,893	163,935	61,173	14,546	15,115		
B.2 Debt instruments										
B.3 Other liabilities										
Off-statement of financial position transactions										
C.1 Financial derivatives with exchange of capital										
- long positions		336,009	89,277	86,618						
- short positions		162,524	75,850	205,093						
C.2 Financial derivatives without exchange of capital										
- long positions										
- short positions										
C.3 Deposits and loans to be collected										
- long positions										
- short positions										
C.4 Loan commitments										
- long positions										
- short positions										
C.5 Financial guarantees given										
C.6 Financial guarantees received										
C.7 Credit derivatives with exchange of capital										
- long positions										
- short positions										
C.8 Credit derivatives without exchange of capital										
- long positions										
- short positions										

1.4 Operational risks

Qualitative information

A. General aspects, management processes and methods used to measure operational risk

Operational risk is the risk of incurring a loss due to inadequacy or failures of procedures, human resources and internal systems or as a result of external events. This category includes, amongst other items, losses caused by fraud, human error, business interruption, system failure, breach of contracts and natural disasters; operational risk includes legal risk but excludes strategic and reputational risks.

With regard to the Banking Group, exposure to this category of risk is generated predominantly by failure in work processes, in organization and governance - human errors, computer software malfunctions, inadequate organization and control measures - as well as by any loss of human resources in key corporate management positions. Exposure to operational risks deriving from external sources appears to be of negligible importance, partly due to the mitigation tools adopted to address such adverse events (such as, by way of example: the business continuity plan, data storage processes, back up tools, insurance policies, etc.).

The process adopted by the Group to manage and control operational risks is founded on the principle of promoting a corporate culture for managing risk and defining the appropriate standards and incentives with the aim of fostering the adoption of professional and responsible behavior at all operational levels, as well as designing, implementing and managing an integrated system for operational risk management that is adequate in relation to the nature, activities, size and risk profile.

The operational risk assessment model adopted by the Group consists of five stages: (i) identification, (ii) measurement, (iii) monitoring, (iv) management and (v) reporting.

The stage of identifying operational risks involves collecting operational risk information through the consistent, coordinated treatment of all relevant sources of information. The goal is to establish a complete information base. The necessary information is internal loss data accompanied by all information relevant for management purposes and subjective assessments acquired through risk self-assessment and control processes. This information is collected based on specific classification models, designed to ensure a uniform representation of the data. The Identification stage consists of the following processes:

- Identification of operational risks within company procedures (operational risk map for controls): this activity consists in identifying operational risk through an in-depth analysis of company organizational processes and the mapping of potential risks. The assessment approach is expressed by the process/activity owner - specified within the procedures - through a predominantly qualitative analysis, which allows the identification of the activities at risk, the controls, the level of risk associated with each activity at risk mapped in the operating procedures, and thus the actions to be taken in order to make the process as closely monitored as possible;
- Loss data collection (LDC): the operational risk measurement and management system defined by the Parent Risk Management Function also allows the Group to have a database of operational losses generated by risk events (Event Type), useful for identifying risk factors, mitigation actions and retention and transfer strategies, as well as for the possible development over time of internal operational risk measurement systems;
- Risk Self Assessment (RSA): the Group performs an annual overall assessment of the level of exposure to Operational Risks using the RSA process. The Risk Self Assessment (RSA) is an annual self-assessment of the prospective exposure to the operational risk inherent in business processes, aimed at enhancing the

perception of risk by the key figures (Business Experts) who govern the execution of these processes, taking into account the expected evolution of the business and the organizational and control measures already in place;

- Identification of operational risks related to IT risk: furthermore, on an annual basis, in order to determine the exposure to ICT risk, the Bank has defined a specific model for the evaluation of IT risk that is in accordance with national and European legislation that responds to the needs for the identification of the specific risks inherent in the ICT sphere, internal or dependent on the outsourcers, and for the better qualification of operational risks through the evaluation of the specific elements involved in the automatic processing of information;
- Identification of operational risks in connection with the introduction of relevant new products, activities, processes and systems. The Group also assesses operational risks in connection with the introduction of relevant new products, activities, processes and systems, and mitigates the consequent operational risk that may arise through the preventive involvement of the corporate Control Functions and the definition of specific policies and regulations on various subjects and topics.
- Identification of operational risks associated with Major Transactions (MT): the risk resulting from an MT is assessed by assessing the consistency of the MT's risk profile with the risk appetite defined in the RAF.

The measurement phase consists of computing the capital requirements for operational risk using the Basic Indicator Approach (BIA), according to which capital requirements are computed by applying a regulatory coefficient to an indicator of the volume of business activity (Relevant Indicator). Moreover, for a better assessment of risk exposure, the Bank has implemented a quantitative operational risk assessment process (OpVaR) that monitors the Group's operational risk calculated to the 99.9th percentile.

The monitoring stage consists of the adoption of an articulated control system that provides for the analysis of the causes of loss events and the monitoring of the trend of loss events, in terms of evaluating the trend of losses deriving from the LDC and RSA processes. Within the framework of the measures adopted regarding the exposure to operational risk, the following specific risks are also monitored by the Group:

- Money laundering risk: the risk that the Bank's financial and commercial counterparties, suppliers, partners, associates and consultants may be parties to transactions that might potentially facilitate the laundering of money coming from illegal or criminal activities.
- Compliance risk, concerning the risk of legal and administrative penalties, significant financial losses or reputational damage due to failure to comply not only with laws and regulations but also with internal and conduct standards applicable to corporate activities. For this type of risk, a periodic update of the relevant assessment methodology is performed. Such methodology is developed for all activities falling within the parent's regulatory framework, in accordance with a risk-based approach. More specifically, as for the relevant provisions that do not envisage the establishment of specialized control measures (i.e., privacy and occupational health and safety), the Compliance Function provides consulting support to the parent's functions (ex ante) and assesses the adequacy of the organizational measures and control activities adopted (ex post). As for laws and regulations monitored by specialized functions, the Compliance Function carries out an indirect control by cooperating with the specialized functions in defining compliance risk assessment methods in addition to mapping risks and the corresponding control measures (Compliance Risk Control Matrix).

The stage of managing operational risk seeks to continually assess the risk control and reduction strategies, deciding - based on the nature and scale of the risk and in relation to the risk propensity expressed by senior managers - whether to accept it and therefore assume it, on the part of the person in charge of the process, to refuse it and therefore reduce activities, to implement mitigation policies or to transfer it to third parties by

way of insurance policies. In addition, in order to control the above mentioned risks, the Group adopts specific Organization Models for the management of the risks regarding money laundering, occupational health and safety and information and payment service security.

Finally, the reporting stage aims to ensure timely and appropriate communication in support of management decisions of corporate bodies and organizational functions.

Impacts of the COVID-19 pandemic

In light of the business model, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

Section 4 - Risks of the other companies

Qualitative information

The consolidated financial statements include the aggregated statement of financial position items of BFF Bank S.p.A., BFF Finance Iberia, BFF Polska Group, BFF Immobiliare and BFF Techlab.

These companies do not show further and relevant risk factors other than those mentioned in the preceding paragraphs.

Part F - Information on Equity

In accordance with the provisions of Regulation (EU) no. 575/2013 (CRR), the prudential scope of consolidation coincides with the accounting scope and establishes BFF Bank S.p.A. as the parent.

Section 1 - Equity

A. Qualitative information

The equity of the Banking Group includes the aggregated share capital, reserves, valuation reserves and profit for the period of the companies in the Group.

B. Quantitative information

B.1 Equity: breakdown by type of enterprise

(Values in thousand euros)

Items in equity	Prudential consolidation	Insurance companies	Other companies	Eliminations and adjustments from consolidation	Total
1. Share capital	142,870				142,870
2. Share premium reserve	66,277				66,277
3. Reserves	233,153				233,153
3.5 Interim dividends (-)	(68,550)				(68,550)
4. Equity instruments	150,000				150,000
5. (Treasury shares)	(3,884)				(3,884)
6. Valuation reserves:	6,853				6,853
-Equity instruments measured at fair value through other comprehensive income					
- Hedging of equity instruments measured at fair value through other comprehensive income					
- Financial assets (other than equity instruments) at fair value through other comprehensive income	1,045				1,045
-Property, equipment and investment property					
-Intangible assets					
-Hedging of foreign investments					
-Cash flow hedges					
-Hedging instruments [undesignated elements]					
-Foreign exchange differences	(3,139)				(3,139)
-Non-current assets held for sale and discontinued operations					
- Financial liabilities measured at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness)					
-Actuarial gains (losses) relating to defined benefit plans	335				335
- Share of valuation reserves for equity-accounted investments					
-Special revaluation laws	8,612				8,612
7. Profit (+/-) for the year attributable to owners of the parent and non-controlling interests	232,048				232,048
Total	**758,768**				**758,768**

B.2 Valuation reserves of the financial assets measured at fair value through profit or loss: breakdown

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Prudential consolidation		Insurance companies		Other companies		Eliminations and adjustments from consolidation		Total 12.31.2022	
	Positive reserve	Negative reserve	Positive reserve	Negative reserve	Positive reserve	Negative reserve	Positive reserve	Negative reserve	Positive reserve	Negative reserve
1. Debt securities										
2. Equity securities	1,045								1,045	
3. Loans										
Total	**1,045**								**1,045**	
Total 12.31.2021	**211**								**211**	

Financial assets measured at fair value through OCI (HTC&S) are recognized at fair value. At the end of the year, the carrying amount of securities must be compared with the previous year's fair value changes, and any difference is recognized in the valuation reserves of the statement of financial position.

At December 31, 2022, this reserve refers to non-controlling interests held by the Parent and measured at fair value in certain financial and non-financial companies for a total amount of roughly €3 million.

For more details, please refer to the specific table in part B of the Statement of Financial Position Asset Item 30 "Financial assets measured at fair value through other comprehensive income".

B.3 Valuation reserves of the financial assets measured at fair value through other comprehensive income: annual changes

(Values in thousand euros)

	Debt securities	Equity securities	Loans
1. Opening balances		**211**	
2. Positive changes			
2.1 Increases in fair value		136	
2.2 Adjustments for credit risk		X	
2.3 Transfer to income statement of negative reserves following disposal		X	
2.4 Transfers to other equity items (equity securities)			
2.5 Other changes		2,876	
3. Negative changes			
3.1 Decreases in fair value			
3.2 Adjustments for credit risk			
3.3 Reclassification through profit or loss of positive reserves: following disposal		X	
3.4 Transfers to other equity items (equity securities)			
3.5 Other changes		(2,179)	
4. Closing balances		**1,045**	

B.4 Actuarial reserves for defined benefit plans: annual changes

IAS 19 envisages the booking of actuarial gains and losses on the statement of comprehensive income for the applicable year.

The results of the actuarial valuation reflect the impact of the provisions of Italian Law 296/2006 and the computation, for IAS 19 purposes, refers solely to accrued post-employment benefits not transferred to supplementary pension funds or to the INPS Treasury Fund.

At December 31, 2022, this actuarial reserve is negative for €335 thousand.

Section 2: Own funds and regulatory ratios

Scope of application of the regulation

Own funds are computed - starting from January 1, 2014, in accordance with Bank of Italy Circular no. 285 "Supervisory provisions for banks" and Circular no. 286 "Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries", both dated December 17, 2013 - based on Regulation (EU) no. 575/2013, relating to the new harmonized regulations for banks and investment companies, included in the EU Capital Requirements Regulation (CRR) and in the EU Capital Requirements Directive (CRD IV) of June 26, 2013.

These regulations include the standards set forth by the Basel Committee on Banking Supervision (Basel 3 framework), whose implementation, pursuant to the Consolidated Law on Banking, is the responsibility of the Bank of Italy, and define the ways in which the powers attributed by EU regulations to national authorities were exercised.

In accordance with the provisions of Regulation (EU) no. 575/2013 (CRR), the scope of consolidation at December 31, 2022 envisages that BFF Bank S.p.A. is the parent.

Own funds

Qualitative information

Own funds represent the first line of defense against risks associated with the complexity of financial activities and constitute the main reference parameter for the assessment of the Group's capital adequacy.

The purpose of prudential supervision regulations is to ensure that all credit intermediaries have a minimum mandatory capitalization in relation to the risks assumed.

The Group constantly assesses its capital structure by developing and employing techniques for monitoring and managing regulated risks, also through a Control and Risks Committee created within the Board of Directors.

Own funds are the sum of Common Equity Tier 1 (CET1), Additional Tier 1 (AT1) and Tier 2 (T2) capital, net of items to be deducted and IAS/IFRS prudential filters.

The main components of the Group's own funds are computed in Common Equity Tier 1 (CET1), and are the following:

- Paid-in share capital;
- Reserves (legal reserve, extraordinary reserve, retained earnings, stock option reserve, and Fair value reserve);
- Any undistributed portion of profit for the period;
- Valuation reserves (IASs/IFRS 9 transition reserve, actuarial reserve, and revaluation reserve for HTC&S securities);
- Any non-controlling interests eligible for inclusion in the computation of CET1.

Intangible assets, including any goodwill, as well as certain categories of tax assets should be deducted from these items in accordance with the requirements of CRR II, as well as the effects of calendar provisioning.

Additional Tier 1 (AT1) capital includes Tier 1 instruments issued during the year.

In 2022 Own funds were influenced primarily by:

- the issuance in the first quarter of 2022 by the Parent, with a view to optimizing funding and the Group's capital structure, of a subordinated Additional Tier 1 Perpetual NC 2027 instrument with a nominal amount of €150 million, and the exercise of the call option for the redemption of the subordinated Tier2 10YNC5 instrument issued in March 2017 with a nominal amount of €100 million.
- the inclusion of the share of profit for the period referring primarily to the accrual accounting of rights to receive collection costs and the modification of the late payment interest collection rate from 45% to 50%.

Quantitative information

Own funds of the Banking Group pursuant to the Consolidated Law on Banking are presented as follows.

(Values in thousand euros)

ITEMS/VALUES	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
A. Common Equity Tier 1 (CET1) pre-application of prudential filters	**525,293**	**446,316**
of which CET1 instruments subject to transitional provisions		
B. Prudential CET1 filters (+/-)	(234)	(128)
C. CET1 gross of elements to be deducted and effects of transitional rules (A +/- B)	525,059	446,188
D. Elements to be deducted from CET1	(63,160)	(63,355)
E. Transitional period - Impact on CET1 (+/-), including non-controlling interests subject to transitional provisions		
F. Total Common Equity Tier 1 (CET1) (C - D +/-E)	**461,900**	**382,833**
G.Tier 1 (Additional Tier 1 - AT1) inclusive of elements to be deducted and effects of transitional rules	**150,000**	
of which AT1 instruments subject to transitional provisions		
H. Elements to be deducted from AT1		
I. Transitional period - Impact on AT1 (+/-), including instruments issued by subsidiaries and included in AT1 due to transitional provisions		
L. Total Additional Tier 1 (AT1) (G - H +/- I)	**150,000**	
M. Tier 2 (T2) inclusive of elements to be deducted and effects of transitional rules		*98,224*
of which T2 instruments subject to transitional provisions		
N. Elements to be deducted from T2		
O. Transitional period - Impact on T2 (+/-), including instruments issued by subsidiaries and included in T2 due to transitional provisions		
P. Total Tier 2 (T2) capital (M - N +/- O)		*98,224*
Q. Total own funds (F + L + P)	**611,900**	**481,057**

2.3 Capital adequacy

Qualitative information

Compliance with Group capital adequacy limits for the CET1 Capital Ratio, Tier 1 Capital Ratio, and Total Capital Ratio is constantly monitored by the relevant corporate bodies.

The CET1 Capital Ratio is the ratio of Common Equity Tier 1 capital to Risk-Weighted Assets.

The Tier 1 Capital Ratio is the ratio of Tier 1 Capital to Risk-Weighted Assets.

The Total Capital Ratio is the ratio of Total Own Funds to Risk-Weighted Assets.

In accordance with the provisions of Bank of Italy Circular No. 262 of December 22, 2005 "Banks' financial statements: layout and preparation", the amount of risk-weighted assets was determined as the product of the total of prudential capital requirements and 12.5 (inverse of the minimum obligatory ratio equal to 8%).

The Group's total exposure to risks at December 31, 2022, in relation to its business, is adequate according to the level of capitalization and the risk profile identified.

With regard to the Banking Group, the CET1 is 16.9% and the Tier 1 Capital Ratio and the Total Capital Ratio are 22.3%.

Pillar I - Capital adequacy to meet the typical risks associated with financial operations

From the standpoint of operations, the absorption of risks is calculated using various methods:

- "Standardized approach" for credit risk;
- "Standardized approach" for counterparty risk;
- "Basic approach" for operational risk;
- "Standardized approach" for market risk.

Credit risk

This risk is thoroughly described in Part E of this document.

Counterparty risk

Counterparty risk represents a particular type of credit risk, characterized by the fact that the exposure, owing to the financial nature of the contract executed between the parties, is uncertain and can change over time in relation to the evolution of the underlying market factors.

For BFF, counterparty risk can be generated by repurchase agreements and derivatives. Counterparty risk is measured using the original exposure method.

Operational risk

Operational risk is the risk of incurring a loss due to inadequacy or failure of procedures, human resources and internal systems or as a result of external events. This category includes, amongst other items, losses caused by fraud, human error, business interruption, system failure, breach of contracts and natural disasters; operational risk includes legal risk but excludes strategic and reputational risks.

Operational risk, therefore, refers to various types of events that would not be significant unless analyzed together and quantified for the entire risk category.

The Group measures operational risk using the "Basic" approach: the capital requirement is deter- mined by applying a 15% coefficient to the three-year average of the relevant indicator, calculated on the financial statements items of the last three years, in accordance with Regulation (EU) No. 575/2013.

Continuing the developmental path of the Group's Operational Risk Management framework that was launched in recent years, in 2018 the Parent focused attention on strengthening the identification and forward-looking assessment components, along with introducing an internal statistical management model for quantifying exposure to operational risk. This was done for the purpose of verifying that the method used for regulatory purposes did value capital adequately against assumed and assumable risk. Actions carried out in regards to the scope of BFF, BFF Finance Iberia, and BFF Polska Group (and of its subsidiaries) focused on the methodological evolution of the Risk Self Assessment process, in order to use the output from this process to quantify the exposure to operational risk in economic and capital terms. The operational risk results obtained from the forward-looking assessment process have also been used for quantifying the adequacy of internal capital against operational risk for ICAAP purposes. Operating losses referring to 2022 were significantly lower than the capital requirement for operational risk and the requirement calculated at operational level in the 2020 ICAAP.

Market risk

Market risk is the risk relating to positions held for trading, that is, positions intentionally held for sale in the short term, acquired in order to take advantage of purchase and sale price differences, or other changes in prices or interest rates.

The regulation identifies and regulates the treatment of the various types of market risk in reference to the regulatory trading portfolio. The Group measures market risk using the "Standardized" approach.

Pillar II - The ICAAP/ILAAP Report

The supervisory regulations require intermediaries to adopt control strategies and processes for determining the adequacy of current and future capital. It is the Supervisory Authority's responsibility to verify the reliability and accuracy of the results generated and, where necessary, to take appropriate corrective action.

BFF Banking Group annually submits the "ICAAP/ILAAP Report" to the Bank of Italy, thus providing an update on the internal processes for determining adequacy of capital and of liquidity risk governance and management systems of the Group. In accordance with prudential supervisory provisions, the Group has prepared the "ICAAP/ILAAP Report" approved by the BFF Board of Directors on April 29, 2022. The Report has been prepared in compliance with the requirements envisaged in Circular no. 285 of the Bank of Italy.

In relation to the "Supervisory Review and Evaluation Process" (SREP), the Group must comply with a CET1 Ratio of 9.00%, a Tier 1 Ratio of 10.50% and a Total Capital Ratio of 12.50%.

Quantitative information

The following table provides the capital requirements, at the reporting date, relative to the scope of consolidation of the Banking Group pursuant to the Consolidated Law on Banking.

(Values in thousand euros)

Categories/values	Non-weighted amounts		Weighted amounts / requirements	
	12.31.2022	12.31.2021	12.31.2022	12.31.2021
A. RISK ASSETS				
A.1 Credit and counterparty risk				
1. Standardized methodology	13,070,543	11,261,862	2,002,716	1,525,292
2. Methodology based on internal ratings				
2.1 Basic				
2.2 Advanced				
3. Securitizations				
B. REGULATORY CAPITAL REQUIREMENTS				
B.1 Credit and counterparty risk			160,217	122,023
B.2 Credit valuation adjustment risk			25	1,207
B.3 Settlement risks				
B.4 Market risks				
1. Standard methodology				262
2. Internal models				
3. Concentration risk				
B.5 Operational risk				
1. Basic approach			58,933	50,199
2. Standardized methodology				
3. Advanced method				
B.6 Other calculation factors				
B.7 Total prudential requirements			**219,176**	**173,691**
C. RISK ASSETS AND REGULATORY RATIOS				
C.1 Risk-weighted assets			2,739,701	2,171,141
C.2 CET 1/Risk-weighted assets (CET1 capital ratio) (%)			**16.86%**	**17.63%**
C.3 Tier 1 Capital/Risk-weighted assets (Tier 1 capital ratio) (%)			**22.33%**	**17.63%**
C.4 Total Own Funds/Risk-weighted assets (Total capital ratio) (%)			**22.33%**	**22.16%**

Part G - Business combinations of companies or business units

Section 1 - Transactions completed during the year

On October 3, 2022, BFF Bank acquired the company MC3 Informatica S.r.l., which as of the same date changed its company name to BFF Techlab S.r.l. This new transaction gave rise to a laboratory for the Group's technological innovation. The new subsidiary BFF Techlab was born from the acquisition by BFF Bank of 100% of the share capital of the IT consulting firm MC3 Informatica Srl, which over the last few years has supported the parent in the implementation of the current core factoring system and in the definition of other application architectures.

The transaction was finalized with the payment of a price of €384.2 thousand.

BFF Techlab is a company established in 1997 by a group of professionals with extensive experience in the field of design analysis and programming, and thanks to its know-how accrued in the area of artificial intelligence offers customers operating system design and development services, managing every phase of the process: design and analysis, coding and checking of applications.

At December 31, 2022, in accordance with the provisions of IFRS 3 revised ("Business Combinations"), the parent carried out the definitive Purchase Price Allocation of the newly acquired company (PPA) in light of the investigations performed both in the due diligence and preliminary phase conducted prior to the acquisition and based on the further assessments performed following the acquisition of the company.

Specifically, the recognition of business combinations is governed by the IFRS issued by the IASB and endorsed by the European Commission, and specifically by IFRS 3 Business Combinations.

In accordance with IFRS 3, each business combination requires the identification of an acquirer. The latter must be identified in the entity that obtains control of another entity or group of businesses. The acquisition, and therefore the first-time consolidation of the acquiree, is accounted for on the date in which the acquirer obtains effective control of the business or the assets acquired. When the acquisition occurs through a single exchange transaction, the exchange date generally coincides with the acquisition date. However, it is always necessary to verify the existence of any agreements between the parties which could involve a transfer of control before the exchange date. The consideration transferred in a business combination is measured as the sum of the fair value, at the exchange date, of the assets sold, the liabilities incurred or assumed, and the equity instruments issued by the acquirer in exchange for control.

Business combinations are accounted for using the "acquisition method", which requires identifiable assets acquired (including any intangible assets not previously recognized by the acquiree) and liabilities assumed (including contingent liabilities) to be measured at their fair values at the acquisition date.

The accounting for a business combination can be made on a provisional basis by the end of the year in which the combination is effected, but must be perfected within 12 months of the acquisition date.

As defined above, as a general rule IFRS 3 requires business combinations to be accounted for using the acquisition method. To apply this method, BFF Bank worked through the following stages:

- identification of the acquirer;
- determination of the acquisition date;
- recognition and measurement at fair value of the identifiable assets acquired, the liabilities assumed and any non-controlling interest in the acquiree;
- determination of the consideration for the business combination;
- recognition and measurement of goodwill or a gain from a favorable deal.

Furthermore, pursuant to paragraph 8 of IFRS 3, the acquirer must identify the acquisition date, or the date on which it effectively obtains control over the acquired company. The date on which the acquirer obtains control over the acquired company is generally the contract closing date, or the date on which the acquirer legally transfers the consideration, acquires the assets and assumes the liabilities of the acquiree.

In the case in question, the sale and purchase agreement of the former MC3 Informatica was entered into on October 3, 2022, the date which, lacking other written agreements between the parties, was identified as the moment in which the parent acquired control. As a result, for the purposes of the business combination, September 30, 2022 (last business day prior to the acquisition date) was considered to be the reference date of the PPA.

The comparison between the acquisition cost of €384.2 thousand and equity at September 30, 2022 of the former MC-3, equal to €301.5 thousand, generated a difference of €82.7 thousand to be allocated to goodwill.

The financial statements of BFF Techlab at September 30, 2022 are provided below, prepared in accordance with Italian GAAP and compared with the fair value measurement at the same date:

(Values in thousand euros)

	Carrying amounts at September 30, 2022	Fair value measurement
Statement of Financial Position - Assets		
Cash and cash equivalents	*0.4*	*0.4*
Loans and receivables with customers	*355.5*	*355.5*
Loans and receivables with banks	*217.2*	*217.2*
Property, equipment and investment property	*5.6*	*5.6*
Tax assets	*11.8*	*11.8*
Other assets	*9.9*	*9.9*
Total assets	***600.4***	***600.4***
Statement of Financial Position - Liabilities		
Liabilities to employees	*188.3*	*188.3*
Tax liabilities	14.9	14.9
Other liabilities	95.7	95.7
Total liabilities	**298.9**	**298.9**
Total net assets acquired	**301.5**	**301.5**
Acquisition cost		**384.2**
Goodwill		**82.7**

In keeping with the provisions of IFRS 3 revised, the purchase price must be allocated to the assets (both property, equipment and investment property and intangible assets) and liabilities of BFF's consolidated financial statements that were not already recognized at fair value in the subsidiary's financial statements. Any residual amount remaining after measuring the individual financial statement items at fair value is recognized indistinctly as "Goodwill" in "Intangible Assets".

As a result, this positive difference of €82.7 thousand was recognized in goodwill, also as a result of the technical skill and know-how acquired by the management of the newly acquired company.

Part H - Transactions with related parties

Related parties, as defined by IAS 24, include:

- The parent;
- Subsidiaries;
- Directors and key management personnel and their close family.

The following table provides the income statement and statement of financial position amounts arising from related party transactions performed by the Group at December 31, 2022, broken down by type of related party pursuant to IAS 24, and the percentage to their respective financial statement item.

(Values in thousand euros)

	Parent	Directors and key management personnel (1)	Other related parties	Total related parties	Financial statements item	% of financial statements item	Statement of cash flows item	% of statement of cash flows item
Impact of transactions on the statement of financial position								
Equity investments								
At December 31, 2022			13,570	13,570	13,656	99.4%	(172)	N/A
Amounts due to customers								
At December 31, 2022		(386)		(386)	(10,789,422)	0.0%	1,984,408	0.0%
Provision for risks and charges: a) pensions and similar obligations								
At December 31, 2022		(1,057)		(1,057)	(7,861)	13.4%	(115,690)	0.9%
Other liabilities								
At December 31, 2022		(577)		(577)	(401,369)	0.1%	(115,690)	0.5%
Reserves								
At December 31, 2022		(5,190)		(5,190)	(233,153)	2.2%	(115,690)	4.5%
Impact of transactions on the income statement								
Interest and similar expense								
2022		(575)		(575)	(92,988)	0.6%		
Administrative expenses: a) personnel expenses								
2022		(9,629)		(9,629)	(74,352)	13.0%		

(1) Including members of the Board of Directors.

At December 31, 2022 the option rights relating to the outstanding stock option plans were equal to 16,169,288 options awarded: if the price of the shares doubles (for example up to €15), the dilution would be 2.21%.

Specifically, at December 31, 2022, with regard to the 2016 stock option plan (according to which a total of 8,358,640 option rights had been assigned), the number of options assigned and not exercised amounted to 1,086,788 (2,534,684 at December 31, 2021). The vesting period has matured for 854,788 of these (1,581,684 at December 31, 2021).

With regard to the 2020 stock option plan, 8,384,500 options were assigned as of December 31, 2022 (compared to 8,615,000 options assigned as of December 31, 2021), exercisable starting from 2023.

Lastly, with regard to the 2022 Stock Option Plan, 6,698,000 options had been granted at December 31, 2022, of which 2,547,000 in cash-less form and 4,151,000 in phantom share form, exercisable starting in 2025.

In order to optimize the Group's funding activities, the Parent has entered into intercompany loan agreements with subsidiaries, regulated at arm's length.

More specifically, the balances of the intercompany positions at December 31, 2022 are as follows:

- BFF Finance Iberia (through the Spanish branch of BFF Bank): €526.9 million.
  - BFF Polska: PLN 2,872 million, of which PLN 1,305.5 million through the Polish branch of BFF Bank and equal to €12.3 million.
  - BFF Central Europe: €221.3 million.
  - BFF MedFinance: PLN 401.5 million, of which PLN 331.5 million through the Polish branch of BFF Bank.
  - BFF Česká Republika: CZK 44 million.
  - BFF Immobiliare: €27.3 million.

BFF Bank has the following license agreements in place:

- With BFF Finance Iberia, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF Bank (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2022 amounted to about €955 thousand.
- With BFF Central Europe, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2022 amounted to about €652 thousand.
- With BFF Ceska Republika, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2022 amounted to about €4 thousand.

There is an Intragroup Service and cost sharing agreement in place which focuses on service provision and optimal cost sharing between all Group companies and the branches of the Parent, between BFF Bank and:

- its foreign branches for an amount of about €452 thousand as of December 31, 2022;
- BFF Polska S.A. for about €591 thousand as at December 31, 2022;
- BFF Finance Iberia S.A.U. for about €298 thousand as at December 31, 2022;
- BFF Medfinance S.A. for an amount of about €80 thousand as of December 31, 2022;
- Kancelaria Karnowski for an amount of about €71 thousand as of December 31, 2022;
- BFF Central Europe s.r.o. for an amount as of December 31, 2022 equal to €85 thousand;
- BFF Česká Republika s.r.o. for an amount as of December 31, 2022 equal to €20 thousand.

During 2016, BFF Finance Iberia purchased Italian healthcare exposures from the Parent for about €82 million. At the end of the reporting period, these exposures were already collected for about €80.9 million with an outstanding balance of about €0.9 million.

It should be noted that BFF Banks provides the following:

- Risk management activities for the subsidiary BFF Finance Iberia, for €12,000 per year;
- Internal audit activities for the subsidiary BFF Finance Iberia, for €6,400 per year;
- Administrative support services for Fondazione Farmafactoring, for consideration of €15 thousand per year;
- Administration, internal audit, compliance, risk management, corporate affairs secretariat and IT services for the subsidiary BFF Immobiliare S.r.l., amounting to €44 thousand per year.
- Administration, internal audit, compliance, risk management, corporate affairs secretariat and IT services for the subsidiary BFF Techlab S.r.l., amounting to €33 thousand per year.

The Group has also entered into agreements with its shareholders in relation to factoring services and the management and collection of exposures at arm's length.

Lastly, it should be noted that the conditions of deposit accounts relating to Group directors and other related parties correspond to those recorded in the relevant prospectus at the time the deposit accounts were opened.

Part I - Share-Based Payments

A. Qualitative information

2016 Stock Option Plan

On December 5, 2016, the Parent's Ordinary Shareholders' Meeting approved the adoption of a stock option plan for employees and members of the corporate boards. The plan has the following features:

- *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe for newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised;
- *Beneficiaries*: the identification of beneficiaries and the granting of options are decided by:
  a) The Board of Directors, after consulting with the Remuneration Committee, with reference to directors, senior executives and executives directly reporting to the Chief Executive Officer;
  b) The Chief Executive Officer, within the limits of his/her powers, with reference to other beneficiaries whose remuneration falls within his/her duties;
- *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise. On March 28, 2019 the Ordinary Shareholders' Meeting approved the introduction of an alternative method for exercising options under the plan, in addition to the ordinary option (so-called cashless). According to the new exercise option, authorized beneficiaries who requested it can be allocated a number of shares determined based on the market value of the shares at the exercise date, with no obligation for them to pay the exercise price.

In line with current regulations, the options granted under the 2016 Plan contribute to the determination of the variable remuneration paid through the use of financial instruments; therefore, the plan is subject to all the restrictions established under the remuneration and incentive policy for members of the strategic supervision, management and control bodies, and personnel of the Banking Group, and in accordance with the law.

The vesting conditions of the options included in the plan are as follows:

- The options awarded in each tranche will vest starting from the twelfth month following the award, which is subject to a series of conditions detailed in the plan, and assuming:
  (a) Continuation of employment relationship with the Group and/or of the office held in the Board of Directors; and
  (b) Levels of capital and liquidity resources suitable to cover the activities undertaken and compliance with other parameters, also of a regulatory nature.

Note that the plan is subject to malus and clawback conditions: options are subject to ex post correction mechanisms (malus and/or clawback) which, when the pre-set circumstances arise, result in the loss and/ or the restitution of the rights attributed by the plan.

At December 31, 2022 the number of stock options assigned and not exercised amounted to 1,086,788. The vesting period has matured for 854,788 of these, which are thus exercisable.

2020 Stock Option Plan

On April 2, 2020, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new Stock Option Plan ("2020 Plan") for employees and directors holding executive positions in the Company and/or its subsidiaries, having the following characteristics:

- *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised;
- *Recipients*: the beneficiaries are identified by the Board of Directors and/or the CEO at their sole discretion - within the limits envisaged by the applicable legislation and the plan - among the employees and/or Directors with executive positions in the Bank and/or its subsidiaries;
- *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise.

The options assigned within each tranche accrue upon completion of the vesting period, i.e. after 3 years from the relative assignment date. Vesting is subject to the following conditions being met: (i) The continuation of the employment relationship with the Group and/or of the office held in the Board of Directors and absence of notice due to resignation or dismissal; and (ii) Levels of capital and liquidity resources necessary to cover the activities undertaken and compliance with other parameters, also of a regulatory nature.

As of December 31, 2022, 8,384,500 cash-less options were assigned, exercisable starting from 2023.

BFF Banking Group 2022 Long-Term Incentive Plan

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new "2022 Long-Term Incentive Plan" for employees and directors holding executive positions in the Company and/or its subsidiaries, having the following characteristics.

- *Subject*: the plan provides for the allocation of a maximum of 9,700,000 options divided into three tranches. The options can be of two types: (i) Class A options, which grant the right to receive newly issued ordinary shares of the Company, "equity settled", and (ii) Class B options, which grant the right to receive phantom shares, to be converted into cash in accordance with the provisions of the plan, "cash settled".
- *Vesting conditions (exercise)*: options granted under each tranche vest upon completion of the three-year period from the relevant grant date. Vesting is also subject to the fulfillment of the following conditions: (i) continuation of employment with the Group and/or office in the Board of Directors and absence of notice of resignation or dismissal; and (ii) achievement of KPIs (i.e. company performance indicators), without prejudice to the deferral and lock-up provisions applicable to the most significant personnel (i.e. Risk Takers) of the Bank and the other detailed forecasts of the plan, already disclosed to the market in accordance with applicable regulations.

At December 31, 2022, 6,698,000 options had been granted of which 2,547,000 in cash-less form and 4,151,000 in phantom share form, exercisable starting in 2025.

Part L - Segment reporting

Consistent with the business areas identified in order to monitor and analyze the Group's results, the Group segment information is divided into representative sections of the three BUs that offer products/services to customers:

- Factoring & Lending BU, which offers products such as non-recourse factoring, lending and credit management mainly to public sector suppliers and public administration bodies.
- Securities Services BU, which deals with custodian banking for investment funds and related services such as global custody, fund accounting and transfer agents for national managers and banks and for various investment funds such as pension funds, mutual funds and alternative funds.
- Payments BU, which deals with payment processing, corporate payments and checks and bills and has as customers medium-small Italian banks, medium-large companies and boasts a partnership with Nexi.

For comments and details on the items listed, please refer to the specific sections contained in the chapter on Operating Performance.

Factoring & Lending BU

Turnover acquired / Loans disbursed during the year / Loans and receivables with customers	FY'21	FY'22
Turnover acquired / Loans disbursed during the year	**5,781**	**7,783**
Italy	3,014	4,505
Spain	1,616	1,879
Poland	687	663
Slovakia	29	28
Portugal	304	481
Greece	91	167
France	35	55
Croatia	2	2
Czech Republic	2	2
Loans and receivables with customers	**3,745**	**5,221**
Italy	2,105	2,852
Spain	330	629
Poland	790	806
Slovakia	231	240
Portugal	207	239
Greece	70	131
France	10	13
Croatia	1	1
Czech Republic	2	2

Income Statement	FY'21	FY'22
Total net revenue	161.9	170.1
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses/reversals of impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(38.8)	(43.8)
Net impairment losses/gains for credit risk	(0.7)	(5.8)
Net provisions for risks and charges	0.3	(0.5)
Profit before tax from continuing operations	**122.8**	**120.0**

Securities Services BU

Amounts managed, customers served, transactions executed and deposits	FY'21	FY'22
Custodian Bank (AuD, €m)	83,573	49,524
Global Custody (AuC, €m)	172,625	153,065
Deposits - Final Balance (€m)	6,092	3,167

Income Statement	FY'21	FY'22
Total net revenue	57.8	52.5
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(28.8)	(24.7)
Net provisions for risks and charges	-	-
Profit before tax from continuing operations	**29.0**	**27.8**

Payments BU

Transactions executed and deposits	FY'21	FY'22
Interbank processing (no. trans. millions)	312	331
Settlements (no. transactions #m)	191	257
Deposits - Final Balance (€m)	2.408	2.852

Income Statement	FY'21	FY'22
Total net revenue	62.1	63.3
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(30.9)	(32.1)
Net provisions for risks and charges	-	-
Profit before tax from continuing operations	**31.1**	**31.3**

Part M - Lease reporting

On January 1, 2019, the new standard IFRS 16 with the new definition and accounting model for "leases" came into effect. This standard is based on conveying the right to use an a leased asset, and applies to all leases with the exception of leases with a lease term of 12 months or less or those for which the underlying asset has a contractual value below €5,000.

Based on this accounting model, the "right of use" is recognized in the statement of financial position as an asset, and future payments relating to the same leased asset shall be entered as a liability. Any depreciation relating to the right-of-use asset, and any relevant interest expenses, is recognized in the income statement.

The application of IFRS 16 changed the accounting substantially for lessees, as it eliminates a lessee's classification of leases as either operating leases or finance leases.

In particular, lessees are required to comply with the following main provisions:

- The identified asset is classified as a right-of-use asset and presented in the statement of financial position as if it was owned. The relevant financial liability shall also be recognized;
- At the commencement date, a lessee shall measure the financial liability at the present value of the lease payments agreed by the parties to use the asset over the term of the contract that is reasonably certain. The initial measurement of the right-of-use shall be equal to the value of the financial liability, less some specific items, e.g. those relating to the direct costs incurred in obtaining the lease;
- For subsequent measurement of the asset and over the lease term, the asset is depreciated on a systematic basis, while the financial liability includes any interest expense, calculated based on the interest rate implicit in the lease where expressly stated or on the cost of funding for the period, and any periodical lease payments.

Section 1 - Lessee

Qualitative information

During 2018, BFF Banking Group launched a project aimed at understanding and defining the qualitative and quantitative impact of first-time adoption of the new IFRS 16. Following on from this project, a new accounting model has been defined for use in relation to all leases with the exception of those for which the underlying asset is of low value (less than €5,000) or that have a short lease term (12 months or less).

For the purposes of the first-time adoption of the standard (first-time adoption or FTA), on January 29, 2019 the Board of Directors resolved that BFF and all companies belonging to BFF Banking Group would shall adopt the "Modified Retrospective Approach". As a result, the Group does not need to apply the standard retrospectively (therefore considering complex comparative information), and the amount relating to right-of-use assets under "Property, equipment and investment property" is equal to the financial liability amount.

Quantitative information

BFF Banking Group's right-of-use assets accounted for as "Property, equipment and investment property" at December 31, 2022 are shown below.

(Values in thousand euros)

	Right-of-use assets 12.31.2022	Right-of-use assets 12.31.2021
BFF	10,675	13,793
BFF Finance Iberia	772	1,011
BFF Polska Group	1,058	1,486
Total BFF Banking Group	**12,505**	**16,290**

For more details on the accounting impacts related to Property, equipment and investment property and Financial liabilities measured at amortized cost, please refer to the specific section of Part B of the Notes to the consolidated financial statements.

Section 2 - Lessor

Please note that this section only refers to BFF Polska Group's activities.

Quantitative information

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Time periods	Lease payments to be received	Lease payments to be received
Up to 1 year	313	312
More than 1 year to 2 years	280	312
More than 2 year to 3 years	241	286
More than 3 year to 4 years	185	264
More than 4 year to 5 years	25	209
Over 5 years	12	113
Total lease payments to be received	**1,057**	**1,497**
RECONCILIATION WITH FINANCING ACTIVITIES		
Financial gains not yet accrued (-)		
Unguaranteed residual value (-)		
Loans for leases	**1,619**	**2,851**

Other information

Audit fees to the independent auditors and other Companies in their network.

The following table, prepared in accordance with Article 149-*duodecies* of the CONSOB Issuers' Regulation (resolution no. 11971 of May 14, 1999, as subsequently amended and supplemented), shows the fees pertaining to 2021 for audit and non-audit services provided by the audit firm and other companies in its network. Such fees represent the costs incurred and recorded in the consolidated financial statements, net of the reimbursement of expenses and non-deductible VAT and the CONSOB contribution.

(Values in thousand euros)

Type of services	BFF Bank S.p.A.				Companies of the Group			
	KPMG S.p.A.		KPMG S.p.A. Network		KPMG S.p.A.		KPMG S.p.A. Network	
	Italy	Outside Italy	Italy	Outside Italy	Italy	Outside Italy	Italy	Outside Italy
Statutory audit	189	92			22	271		
Certification services (*)	58							
Tax consultancy services				16				
Other services (**)	595		94	15				
Total	**842**	**92**	**94**	**31**	**22**	**271**		

(*) The amounts refer to the certifications regarding the Non-Financial Disclosure.
(**) Amounts refer to agreed-upon audit procedures and due diligence activities.

1493

03

Certification by the Financial Reporting Officer

CERTIFICATION OF THE CONSOLIDATED FINANCIAL REPORT IN ACCORDANCE WITH ARTICLE 81-*TER* OF CONSOB REGULATION N. 11971 OF 14 MAY 1999 AS AMENDED AND SUPPLEMENTED

1. The undersigned
   - Massimiliano Belingheri, in his capacity as Chief Executive Officer,
   - Giuseppe Manno, as Financial Reporting Officer of BFF Bank S.p.A.,

   hereby certify, having taken into account the provisions of art. 154-*bis*, paragraphs 3 and 4, of legislative decree no. 58 of 24 February 1998:
   - the suitability as regards the characteristics of the Group, and
   - the effective implementation of the administrative and accounting procedures employed to draw up the 2022 Consolidated Financial Statements.

2. The suitability and effective application of the administrative and accounting process employed to draw up the 2022 Consolidated Financial Statements was verified based on internally defined method adopted by BFF Bank S.p.A., in accordance with the *Internal Control – Integrated Framework model issued by Committee of Sponsoring Organizations of Tradeway Commission (COSO)* of the reference standards for the internal audit system generally accepted on an international level.

3. Moreover, the undersigned hereby certify that:

   3.1 the 2022 Consolidated Financial Statements:

   a) were drafted in accordance with the applicable International Financial Reporting Standards endorsed by the European Community, pursuant to regulation (EC) no. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July 2002;

   b) correspond to the results of the accounting books and records;

   c) are suitable for providing a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the issuer and all the companies included in the scope of consolidation.

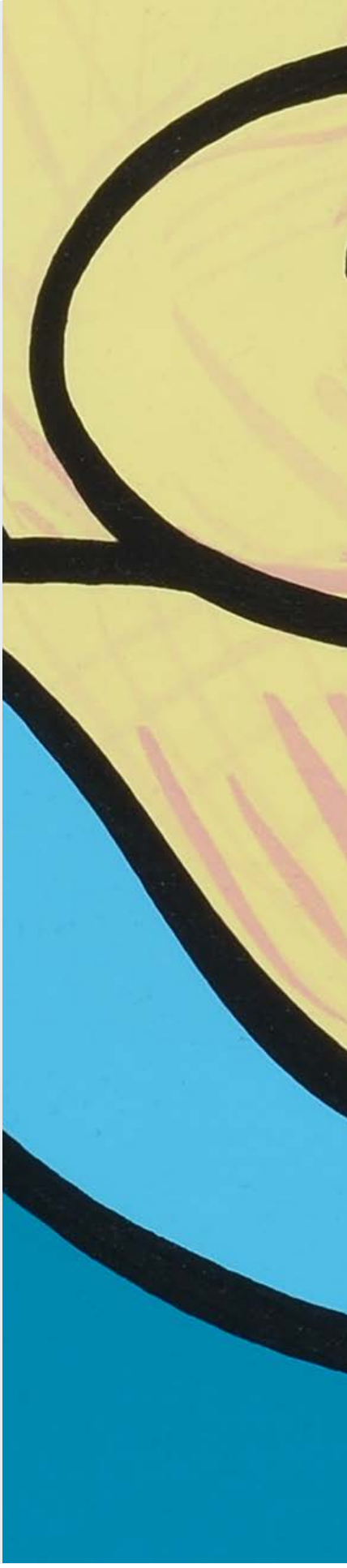
   3.2 the Report on Operations includes a reliable analysis of the important events and their impact on the Consolidated Financial Statements, together with a description of the main risks and uncertainties to which they are exposed. The Report on Operations includes, moreover, a reliable analysis of the information concerning major transactions with related parties.

Milan, 8 March 2023

Massimiliano Belingheri
Chief Executive Officer

Giuseppe Manno
Financial Reporting Officer

04



Report of the Independent Auditors

KPMG S.p.A.
Revisione e organizzazione contabile
Via Vittor Pisani, 25
20124 MILANO MI
Telefono +39 02 6763.1
Email it-fmauditaly@kpmg.it
PEC kpmgspa@pec.kpmg.it

(The accompanying translated consolidated financial statements of the BFF Banking Group constitute a non-official version which is not compliant with the provisions of the Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815. This independent auditors' report has been translated into English solely for the convenience of international readers. Accordingly, only the original Italian version is authoritative.)

Independent auditors' report pursuant to article 14 of Legislative decree no. 39 of 27 January 2010 and article 10 of Regulation (EU) no. 537 of 16 April 2014

To the shareholders of BFF Bank S.p.A.

Report on the audit of the consolidated financial statements

Opinion

We have audited the consolidated financial statements of the BFF Banking Group (the "group"), which comprise the statement of financial position as at 31 December 2022, the income statement and the statements of comprehensive income, changes in equity and cash flows for the year then ended and notes thereto, which include a summary of the significant accounting policies.

In our opinion, the consolidated financial statements give a true and fair view of the financial position of the BFF Banking Group as at 31 December 2022 and of its financial performance and cash flows for the year then ended in accordance with the International Financial Reporting Standards endorsed by the European Union and the Italian regulations implementing article 9 of Legislative decree no. 38/05 and article 43 of Legislative decree no. 136/15.

Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISA Italia). Our responsibilities under those standards are further described in the "*Auditors' responsibilities for the audit of the consolidated financial statements*" section of our report. We are independent of BFF Bank S.p.A. (the "parent") in accordance with the ethics and independence rules and standards applicable in Italy to audits of financial statements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

Key audit matters

Key audit matters are those matters that, in our professional judgement, were of most significance in the audit of the consolidated financial statements of the current year. These matters were addressed in the context of our audit of the consolidated financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters.

KPMG S.p.A. è una società per azioni di diritto italiano e fa parte del network KPMG di entità indipendenti affiliate a KPMG International Limited, società di diritto inglese.

Ancona Bari Bergamo
Bologna Bolzano Brescia
Catania Como Firenze Genova
Lecce Milano Napoli Novara
Padova Palermo Parma Perugia
Pescara Roma Torino Treviso
Trieste Varese Verona

Società per azioni
Capitale sociale
Euro 10.415.500,00 i.v.
Registro Imprese Milano Monza Brianza Lodi
e Codice Fiscale N. 00709600159
R.E.A. Milano N. 512867
Partita IVA 00709600159
VAT number IT00709600159
Sede legale: Via Vittor Pisani, 25
20124 Milano MI ITALIA

KPMG

Recognition of late payment interest on performing loans and receivables acquired without recourse

Notes to the consolidated financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.3 "Financial assets measured at amortised cost"

Notes to the consolidated financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.16 "Other information - Revenue recognition criterion"

Notes to the consolidated financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": section 4 "Financial assets measured at amortised cost"

Notes to the consolidated financial statements "Part C - Income statement: paragraph 1.2 "Interest income and similar revenue: other information"

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
When measuring loans and receivables with customers acquired without recourse, the group includes the estimated late payment interest that is deemed to be recoverable, in line with Document no. 7 on the treatment of late payment interest under Legislative decree no. 231/2002 on performing loans and receivables acquired without recourse issued jointly by Bank of Italy, Consob (the Italian Commission for listed companies and the stock exchange) and IVASS (the Italian supervisory body for private insurance) on 9 November 2016. We focused on this issue because: • the carrying amount of uncollected late payment interest is significant; • the parameters used to estimate such interest income require the use of statistically-reliable historical figures, based on cash flows and collection times observed at the reporting date; • it requires judgement by the directors. The complexity of the directors' estimation process has increased as a result of the geopolitical uncertainties caused by the conflict in Ukraine and the persisting Covid-19 emergency in 2022. These uncertainties have severely worsened current economic conditions and the outlook for future macroeconomic scenarios and have had a strong impact on the energy market, supply chains, inflationary pressure and its effect on monetary policies, leading central banks to raise interest rates in the main economies. For the above reasons, we believe that the recognition of late payment interest on performing loans and receivables acquired without recourse is a key audit matter.	Our audit procedures included: • gaining an understanding of the parent's processes and IT environment in relation to the estimation of default interest; • analysing the late payment interest estimation models used and checking the reasonableness of the main assumptions and variables included therein; • assessing the appropriateness of the disclosures about late payment interest.

BFF Banking Group
Independent auditors' report
31 December 2022

Recognition of the lump-sum compensation for recovery costs("40 euros")

Notes to the consolidated financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.3 "Financial assets measured at amortised cost"

Notes to the consolidated financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": section 4 "Financial assets measured at amortised cost"

Notes to the consolidated financial statements "Part C - Information on the income statement": sections 16.2 "Other operating income: breakdown"

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
In accordance with Directive 2011/7/EU of the European Parliament and of the Council on combating late payment in commercial transactions, which established that a creditor is entitled to obtain from the debtor, as a minimum, a fixed sum of 40 euros as compensation for recovery costs, since 2018, the group has been claiming 40 euros from its debtors for each past-due invoice as lump-sum compensation for recovery costs. In its recent decision of 20 October 2022, the Court of Justice of the European Union confirmed the group's right to recover 40 euros for each invoice. The group estimated the recoverability of late payment interest based on collections' historical trends, in order to obtain a reliable estimate of the collectable compensation. Therefore, starting from the consolidated financial statements at 31 December 2022, it decided to recognise the above compensation on an accruals basis, based on the collection percentage inferred from historical figures and the analyses carried out. This is in line with the model already adopted for the recognition of late payment interest. At the reporting date, the group recognised accrued compensation of €119 million (€87 million excluding taxes). We focused on this issue because: • the impact of the change in estimation is significant; • the parameters used to estimate such compensation require the use of statistically-reliable historical figures, based on cash flows and collection times observed at the reporting date; • it requires judgement by the directors. For the above reasons, we believe that the recognition of the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros) on an accruals basis is a key audit matter.	Our audit procedures included: • gaining an understanding of the parent's processes and IT environment in relation to the estimation of late payment interest and the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros); • analysing the models used to estimate late payment interest and the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros) and checking the reasonableness of the main assumptions and variables included therein; • checking, on a sample basis, the accuracy of the accounting records; • assessing the appropriateness of the disclosures about the recognition of the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros).

KPMG

Measurement of intangible assets with finite and indefinite useful lives

Notes to the consolidated financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.7 "Intangible assets"

Notes to the consolidated financial statements "Part B - Notes to the statement of financial position - Assets": section 10 "Intangible assets"

Notes to the consolidated financial statements "Part C - Information on the income statement": section 15 "Amortisation and net impairment losses on intangible assets"

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
As a result of certain business combinations carried out in previous years, the consolidated financial statements at 31 December 2022 include intangible assets with an indefinite useful life of €30.9 million, which mostly comprise goodwill of €22.1 million, €8.7 million and €0.08 million arising from the acquisitions of BFF Polska Group, former IOS Finance (now merged into BFF Finance Iberia) and MC3 Informatica S.r.l., respectively, the latter carried out in 2022. Moreover, during 2021, further to the business combination with DEPOBank S.p.A. and the completion of the PPA procedure, the group recognised an intangible asset with a finite useful life of €25.7 million relating to customer contracts. Customer contracts amount to €21.8 million in the consolidated financial statements at 31 December 2022. Amortisation and net impairment losses relating to intangible assets with a finite useful life recognised in profit or loss during the year total €3.9 million and comprise amortisation of €2.8 million and impairment losses of €1.1 million recognised as a result of the impairment test. As disclosed in the notes, in accordance with IFRS 3, the directors allocated the intangible assets with indefinite useful lives to certain cash-generating units ("CGUs") they identified. The directors tested the reporting-date carrying amounts for impairment by comparing the carrying amount of the CGUs to which the intangible assets with finite and indefinite useful lives were allocated to their recoverable amount. They estimated the recoverable amount based on value in use calculated using the discounted cash flow model.	Our audit procedures principally included: • understanding the process adopted to prepare the impairment tests approved by the parent's directors; • gaining an understanding of the process used to draft the group's long-term plan approved by the parent's directors; • checking any discrepancies between the previous year historical and business plan figures, in order to check the accuracy of the forecasting process; • analysing the criteria used to identify the CGUs and tracing the carrying amounts of the assets and liabilities allocated thereto to the consolidated financial statements; • assessing the main assumptions used by the directors to determine the CGUs' value in use. Our assessment included checking the consistency of the method adopted with that used in previous years and comparing the main assumptions used to the information acquired externally, where available; we carried out these procedures with the assistance of experts of the KPMG network; • checking the sensitivity analysis presented in the notes in relation to the key assumptions used for testing goodwill for impairment; • assessing the appropriateness of the disclosures about intangible assets with finite and indefinite useful lives and the related impairment tests.

BFF Banking Group
Independent auditors' report
31 December 2022

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
Impairment testing requires complex valuations and a high level of judgement, especially in relation to: • the expected cash flows, calculated by taking into account historical cash flows, the general economic performance and that of the group's sector and the directors' forecasts about its future performance; • the financial parameters to be used to discount the cash flows. The complexity of the directors' estimation process has increased as a result of the geopolitical uncertainties caused by the conflict in Ukraine and the persisting Covid-19 emergency in 2022. These uncertainties have severely worsened current economic conditions and the outlook for future macroeconomic scenarios and have had a strong impact on the energy market, supply chains, inflationary pressure and its effect on monetary policies, leading central banks to raise interest rates in the main economies. For the above reasons, we believe that the measurement of intangible assets with finite and indefinite useful lives is a key audit matter.	

Responsibilities of the parent's directors and board of statutory auditors ("Collegio Sindacale") for the consolidated financial statements

The directors are responsible for the preparation of consolidated financial statements that give a true and fair view in accordance with the International Financial Reporting Standards endorsed by the European Union and the Italian regulations implementing article 9 of Legislative decree no. 38/05 and article 43 of Legislative decree no. 136/15 and, within the terms established by the Italian law, for such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

The directors are responsible for assessing the group's ability to continue as a going concern and for the appropriate use of the going concern basis in the preparation of the consolidated financial statements and for the adequacy of the related disclosures. The use of this basis of accounting is appropriate unless the directors believe that the conditions for liquidating the parent or ceasing operations exist, or have no realistic alternative but to do so.

The *Collegio Sindacale* is responsible for overseeing, within the terms established by the Italian law, the group's financial reporting process.

Auditors' responsibilities for the audit of the consolidated financial statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the consolidated financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditors' report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISA Italia will always detect a material misstatement when it exists.

Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these consolidated financial statements.

As part of an audit in accordance with ISA Italia, we exercise professional judgement and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- identify and assess the risks of material misstatement of the consolidated financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the group's internal control;
- evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by the directors;
- conclude on the appropriateness of the directors' use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the group's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditors' report to the related disclosures in the consolidated financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditors' report. However, future events or conditions may cause the group to cease to continue as a going concern;
- evaluate the overall presentation, structure and content of the consolidated financial statements, including the disclosures, and whether the consolidated financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation;
- obtain sufficient appropriate audit evidence regarding the financial information of the entities or business activities within the group to express an opinion on the consolidated financial statements. We are responsible for the direction, supervision and performance of the group audit. We remain solely responsible for our audit opinion.

We communicate with those charged with governance, identified at the appropriate level required by ISA Italia, regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

We also provide those charged with governance with a statement that we have complied with the ethics and independence rules and standards applicable in Italy and communicate with them all relationships and other matters that may reasonably be thought to bear on our independence, and where applicable, the measures taken to eliminate those threats or the safeguards applied.

From the matters communicated with those charged with governance, we determine those matters that were of most significance in the audit of the consolidated financial statements of the current year and are, therefore, the key audit matters. We describe these matters in our auditors' report.

Other information required by article 10 of Regulation (EU) no. 537/14

On 2 April 2020, the parent's shareholders appointed us to perform the statutory audit of its separate and consolidated financial statements as at and for the years ending from 31 December 2021 to 31 December 2029.

We declare that we did not provide the prohibited non-audit services referred to in article 5.1 of Regulation (EU) no. 537/14 and that we remained independent of the parent in conducting the statutory audit.

We confirm that the opinion on the consolidated financial statements expressed herein is consistent with the additional report to the *Collegio Sindacale*, in its capacity as audit committee, prepared in accordance with article 11 of the Regulation mentioned above.

Report on other legal and regulatory requirements

Opinion on the compliance with the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815

The parent's directors are responsible for the application of the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815 with regard to regulatory technical standards on the specification of a single electronic reporting format (ESEF) to the consolidated financial statements at 31 December 2022 to be included in the annual financial report.

We have performed the procedures required by Standard on Auditing (SA Italia) 700B in order to express an opinion on the compliance of the consolidated financial statements with Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815.

In our opinion, the consolidated financial statements at 31 December 2022 have been prepared in XHTML format and have been marked up, in all material respects, in compliance with the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815.

Due to certain technical limitations, some information included in the notes to the consolidated financial statements when extracted from the XHTML format to an XBRL instance may not be reproduced in an identical manner with respect to the corresponding information presented in the consolidated financial statements in XHTML format.

Opinion pursuant to article 14.2.e) of Legislative decree no. 39/10 and article 123-bis.4 of Legislative decree no. 58/98

The parent's directors are responsible for the preparation of the group's reports on operations and on corporate governance and ownership structure at 31 December 2022 and for the consistency of such reports with the related consolidated financial statements and their compliance with the applicable law.

We have performed the procedures required by Standard on Auditing (SA Italia) 720B in order to express an opinion on the consistency of the report on operations and the specific information presented in the report on corporate governance and ownership structure indicated by article 123-bis.4 of Legislative decree no. 58/98 with the group's consolidated financial statements at 31 December 2022 and their compliance with the applicable law and to state whether we have identified material misstatements.

In our opinion, the report on operations and the specific information presented in the report on corporate governance and ownership structure referred to above are consistent with the group's consolidated financial statements at 31 December 2022 and have been prepared in compliance with the applicable law.

With reference to the above statement required by article 14.2.e) of Legislative decree no. 39/10, based on our knowledge and understanding of the entity and its environment obtained through our audit, we have nothing to report.

Statement pursuant to article 4 of the Consob regulation implementing Legislative decree no. 254/16

The directors of BFF Bank S.p.A. are responsible for the preparation of a consolidated non-financial statement pursuant to Legislative decree no. 254/16. We have checked that the directors had approved such consolidated non-financial statement. In accordance with article 3.10 of Legislative decree no. 254/16, we attested the compliance of the non-financial statement separately.

Milan, 23 March 2023

KPMG S.p.A.

(signed on the original)

Roberto Spiller
Director of Audit

BFF

Graphic design and layout
Red Point Srl

Translation from the original Italian text
Studio Tre SpA

Printing
Arti Grafiche Baratelli

Valerio Adami, Paracelso, 1997

92x73 cm, acrylic on canvas
Fondazione Farmafactoring Collection